

TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

Vol. 35 (1)

1º CONGRESSO de ARQUEOLOGIA PENINSULAR



ACTAS V

PORTO

SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

1995

SP.A.E.
SOCIÉDADÉ
PORTUGUESA-DE
ANTROPOLOGIA
E-ETNOLOGIA



SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

Fundada em 1918. Instituição colectiva de utilidade pública (D.R. nº 89, 2ª série, de 16/04/1987). Inscrita na Cons. do Registo C. do Porto sob o nº 49. Contribuinte nº 501663614.

Sede: Faculdade de Ciências do Porto
Praça Gomes Teixeira
4000 Porto (Portugal)



Órgãos sociais

Mesa da Assembleia Geral: *Presidente* — Susana Maria Soares Rodrigues Lopes de Oliveira Jorge; *Secretários* — João Pedro Paiva Gomes Cunha Ribeiro e Mário Jorge Lopes Neto Barroca.

Direcção: *Presidente* — Vítor Manuel de Oliveira Jorge; *Vice-Presidente* — Alexandra Cerveira Pinto Lima; *Secretário* — António Manuel dos Santos Pinto da Silva; *Tesoureira* — Paula Júlia da Mota Santos; *Vogais* — Maria de Jesus Sanches; Ana Maria Cameirão Leite da Cunha; Margarida Maria Oliveira dos Santos Silva; Iva João Teles Morais Botelho; Sérgio Emanuel Monteiro Rodrigues.

Conselho Fiscal: *Presidente* — Eduardo Jorge Lopes da Silva; *Secretários* — Carla Cristina Stokler Nunes; José Manuel Pinto Varela.

Trabalhos de Antropologia e Etnologia

Capa: Detalhe de um vaso pintado ibérico de Elche (Espanha). Foto R. Olmos.

**1.º CONGRESSO DE
ARQUEOLOGIA PENINSULAR**

(Porto, 12-18 de Outubro de 1993)

A C T A S

(Coordenação de Vítor Oliveira Jorge)

Vol. V

TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

publicação da
Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia
(Registada na D. G. da Comunicação Social sob o nº 112408)
Ano 77^o vol. XXXV fasc. 1 1995

Coordenação deste volume
Vitor Oliveira Jorge

Redacção
Direcção da S.P.A.E.

Edição e Propriedade
Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia
Faculdade de Ciências do Porto
Praça Gomes Teixeira
4000 PORTO (Portugal)
(Inscrita na D.G. da Comunicação Social sob o nº 212407).

Composição, Impressão e Acabamento
Litografia A.C.
R. Conselheiro Lobato, 179 — 4700 BRAGA
Telefone 72967 — Fax 612008

Distribuição:
Afons'eiro, CRL/V.N. de Gaia
Apartado 354 — 4403 Vila Nova de Gaia Codex

Logotipo do Congresso:
Carol Omalyev

Maio de 1994.

Tiragem: 1.500 exs.

Depósito legal nº 27405/89

ISSN: 0304 — 243 X

Edição subsidiada pela
Fundação Calouste Gulbenkian
e Fundação Eng^o António de Almeida.

Desejamos estabelecer intercâmbio com outras publicações.
Nous souhaitons établir l'échange avec d'autres publications.
We wish to establish exchange with other publications.
Tauchverkehr erwünscht. Sollicitiamo intercambio.

Comissão de Honra

Presidente da República

Ministro do Planeamento e da Administração do Território

Ministro da Educação

Secretário de Estado da Cultura

Governador Civil do Porto

Presidente da Câmara Municipal do Porto

Presidente da Comissão de Coordenação da Região do Norte

Reitor da Universidade do Porto

Vice-Reitor da Universidade do Porto para a Área Cultural

Presidente da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica

Presidente do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico

Directora do Instituto Português de Museus

Presidente do Instituto Camões

Presidente da Fundação Eng.º António de Almeida

Presidente do Instituto da Juventude

Presidente da Fundação da Casa da Cultura de Língua Portuguesa

Director do Serviço de Belas-Artes da Fundação Calouste Gulbenkian

Director do Serviço de Ciência da Fundação Calouste Gulbenkian

Delegado Regional do Norte da Secretaria de Estado da Cultura

Vereadora do Pelouro de Animação da Cidade da Câmara Municipal do Porto

Delegado no Porto do Instituto da Juventude

Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Letras do Porto

Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Letras do Porto

Entidades apoiantes

Subsídios:

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO
REITORIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO
FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
FUNDAÇÃO ENG.º ANTÓNIO DE ALMEIDA
JUNTA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA
GOVERNO CIVIL DO PORTO
FACULDADE DE LETRAS DO PORTO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
INSTITUTO CAMÕES
FUNDAÇÃO DA CASA DA CULTURA DE LÍNGUA PORTUGUESA
INSTITUTO DA JUVENTUDE

Apoio logístico:

FACULDADE DE LETRAS DO PORTO
REITORIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO
INSTITUTO DA JUVENTUDE
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA
CÂMARA MUNICIPAL DE V. N. FOZ CÔA
CÂMARA MUNICIPAL DE PAÇOS DE FERREIRA
ADRIANO RAMOS-PINTO (Vinhos)
MONTEPIO GERAL
CAFÉS MONTARROIO
UNICER
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA – DELEGAÇÃO REGIONAL DO NORTE
RN TOURS-TRAVEL AGENCY
LIVRARIA LEITURA
LIBRERIA TIPO
GRUPO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DO PORTO
INFOR
PARQUE NACIONAL DA PENEDA-GERÊS
MUSEU D. DIOGO DE SOUSA (Braga)
ADEGA COOPERATIVA DE FREIXO DE NUMÃO (V.ª N.ª Foz Cõa)
MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA
MUSEU MONOGRÁFICO DE CONÍMBRIGA
ÁREA ARQUEOLÓGICA DO FREIXO
UNIDADE DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO MINHO
MUSEU MONOGRÁFICO DA CITÂNIA DE SANFINS
MUSEU DE ETNOLOGIA DO PORTO
INSTITUTO DO VINHO DO PORTO
PROLÓGICA

Como o 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular só se considera concluído com a publicação integral das Actas, em princípio em 8 volumes, esta lista poderá — e, cremos, deverá — ser acrescida até finais de 1995. Do facto faremos o devido registo nos restantes volumes.

Secretários Gerais

Para Portugal: Vítor Oliveira Jorge, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Para Espanha: Rodrigo de Balbín Behrmann, Professor Catedrático da Universidade de Alcalá de Henares

Primitiva Bueno Ramirez, Professora Titular da Universidade de Alcalá de Henares

Comissão Científica Portuguesa

J. M. Peixoto Cabral, Director do Instituto José de Figueiredo (Lisboa) (Arqueometria)
Rui Sobral Centeno, Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Arqueologia Clássica)

José d'Encarnação, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Arqueologia Clássica)

Susana Oliveira Jorge, Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Pré-história)

Maria Manuela Martins, Professora Associada da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (Braga) (Proto-história/ Arqueologia Clássica)

Armando Coelho F. Silva, Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Proto-história/ Arqueologia Clássica)

Cláudio Torres, Director do Campo Arqueológico de Mértola (Arqueologia Medieval)

Comissão Científica Espanhola

Manuel Acien, Professor Titular da Universidade de Málaga (História Medieval)

Carmen Aranegui, Professora Catedrática da Universidade de Valência (Arqueologia Clássica)

M.^a Eugénia Aubet Semmler, Professora Catedrática da Universidade Autónoma de Barcelona (Pré-história)

Ignacio Barandiarán Maestu, Professor Catedrático da Universidade do País Basco (Pré-história)

Miquel Barceló, Professor Catedrático da Universidade Autónoma de Barcelona (História Medieval)

Manuel Bendala Galán, Professor Catedrático da Universidade Autónoma de Madrid (Arqueologia Clássica)

Germán Delibes de Castro, Professor Catedrático da Universidade de Valladolid (Pré-história)

Manuel Fernandez Miranda, Professor Catedrático da Universidade Complutense de Madrid (Pré-história)

Manuel Martín Bueno, Professor Catedrático da Universidade de Saragoça (Arqueologia Clássica)

Isabel Martínez Navarrete, Colaboradora científica do Departamento de Pré-história do Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC, Madrid) (Pré-história)

- Bernat Martí Oliver**, Director do Servei d' Investigació Prehistòrica (València) (Pré-história)
- Fernando Molina Gonzalez**, Professor Catedrático da Universidade de Granada (Pré-história)
- Alfonso Moure Romanillo**, Professor Catedrático da Universidade de Santander (Pré-história)
- Mercedes Roca**, Professora Catedrática da Universidade Central de Barcelona (Arqueologia Clássica)
- Javier Sanchez Palencia**, Colaborador científico do Departamento de Arqueologia do Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC, Madrid) (Arqueologia Clássica)
- Manuel Santonja Gomez**, Director do Museu de Salamanca (Pré-história)
- José Manuel Vazquez Varela**, Professor Titular da Universidade de Santiago de Compostela (Pré-história)

Presidentes das Secções

- I – *Pré-história*: **Antonio Arribas Palau**, Professor Catedrático Emérito da Universidade de Granada
- II – *Pré- e Proto-história*: **Hermanfrid Schubart**, Director do Instituto Arqueológico Alemão de Madrid
- III – *Arqueologia Romana*: **Jorge de Alarcão**, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
- IV – *Arqueologia Medieval e Pós-Medieval*: **Carlos Alberto F. Almeida**, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- V (Sessão plenária dia 16-Manhã) – *Contribuições das ciências naturais e "exactas" à Arqueologia*: **Adília Moutinho Alarcão**, Directora do Museu Monográfico de Conímbriga
- VI (Sessão plenária dia 16-Tarde) – *Metodologia e teoria arqueológicas*: **Juan M. Vicent García**, Investigador do Departamento de Prehistoria do Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC, Madrid)
- VII – *Workshop sobre Datação pelo Radiocarbono*: **João M. Peixoto Cabral**, Director do Instituto José de Figueiredo (Lisboa)

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| <i>Preâmbulo</i> | 13 |
| <i>Dos estructuras de habitación del Neolítico Final en el yacimiento de la «Bòbila Madurell» (Sant Quirze del Vallès, Barcelona), por Jaume Díaz Ortells, Anna Bordas Tissier, Roser Pou Calvet y Miquel Martí Rosell</i> | 17 |
| <i>Megalitismo da Bacia do Douro (margem sul), por Eduardo Jorge Lopes da Silva</i> | 35 |
| <i>Orca 2 do Ameal, Carregal do Sal, Viseu: resultados preliminares, por José Manuel Quintã Ventura</i> | 47 |
| <i>Ortostato grabado de Agolada (Pontevedra): un nuevo motivo en el arte megalítico del NW Peninsular, por Ramón Fábregas Valcarce y Rafael Penedo Romero</i> | 63 |
| <i>Aproximación al estado actual de la investigación sobre el megalitismo en Andalucía, por José Enrique Ferrer Palma</i> | 71 |
| <i>Nuevos datos en torno al dolmen de la Pastora (Valencina de la Concepción, Sevilla), por A. Martín Espinosa y M. T. Ruiz Moreno</i> | 81 |
| <i>Os chamados «báculos» — para uma interpretação simbólico-funcional, por Dirk Brandherm</i> | 89 |
| <i>Nuevos datos para la contextualización arqueológica de estátuas-menhir y estelas antropomorfas en Extremadura, por P. Bueno Ramirez y A. Gonzalez Cordero</i> | 95 |
| <i>O povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Resultados das escavações efectuadas (1983-1993), por João Luís Cardoso</i> | 115 |
| <i>Cerámicas anatólicas en el poblado calcolítico de Les Moreres (Crevillente, Alicante, España), por Alfredo González Prats, Elisa Ruiz Segura, Jesús Gil Fuensanta y Romualdo Seva Román</i> .. | 131 |

| | |
|--|-----|
| <i>Peñalosa. Un proyecto de investigación de la Edad del Bronce en el Alto Guadalquivir</i> , por Francisco Contreras Cortés | 143 |
| <i>Avance preliminar sobre los restos vegetales del yacimiento de la Edad del Bronce de Peñalosa (Baños de la Encina. Jaén)</i> , por Leonor Peña Chocarro | 159 |
| <i>Evolución del núcleo urbano de Iliberri, El Albaicín, Granada</i> , por M ^o A. Moreno Onorato, A. Burgos Juarez y M. Orfila Pons . | 169 |
| <i>Aspectos funcionales de la cerámica ibérica</i> , por José Manuel Melchor Monserrat | 183 |
| <i>Imagen ibérica y problemas de lectura iconológica: el ejemplo de Elche</i> , por Ricardo Olmos | 199 |
| <i>Representaciones figurativas en la cerámica celtibérica pintada de Cauca y el Castro de La Cuesta del Mercado</i> , por J. F. Blanco García | 213 |
| <i>Poblamiento castreño en el Territorio Pravianio – concejos de Pravia y Muros del Nalón – (Asturias)</i> , por Paloma García Díaz | 233 |
| <i>O povoamento da Bacia Superior do Rio Sousa da Proto-História à romanização</i> , por José Marcelo Sanches Mendes Pinto | 265 |
| <i>Dos casos de poblament romà (litoral/interior) al País Valencià: La Vall de Xàbia – La Vall dels Alforins</i> , por Joaquim Bolufer Marqués y Agustí Ribera | 293 |
| <i>El espacio público en las ciudades romanas de Catalunya</i> , por Carme Ruestes i Bitrià | 325 |
| <i>En torno a la urbanización romana en el interior de la actual Cataluña. La arqueología de Iesso (Guissona, Lérida)</i> , por Josep Guitart i Durán y Joaquim Pera i Isern | 339 |
| <i>La ceramica terra sigillata hispanica avanzada (TSHA) de Clunia: segunda mitad del S. II – S. III d. C.</i> , por F. Tuset i Bertrán y J. Buxeda i Garrigós | 355 |

| | |
|---|-----|
| <i>Economía tecnológica hispana: valoración actual del proceso de manufactura de lucernas en época romana y su inserción en el contexto mediterráneo</i> , por Darío Bernal Casasola | 369 |
| <i>Piezas singulares de una estancia del área comercial del foro de Pollentia</i> , por A. Arribas y N. Doenges | 397 |
| <i>Fortificaciones y caminos medievales. Nuevas perspectivas para su estudio</i> , por José Avelino Gutiérrez González y Carmen Benítez González | 421 |
| <i>La excavación en la iglesia de Sant Jaume Sesoliveres (Igalada, Barcelona)</i> , por Alberto López Mullor, Javier Fierro Macía y Àlvar Caixal Mata | 431 |
| <i>Planeamiento y proyecto de la Arqueología Histórica en la Bahía de Cádiz (España)</i> , por José António Ruiz Gil | 451 |
| <i>Buscastell, un sistema hidráulico andalusí en Ibiza: lo viejo y lo nuevo</i> , por Miquel Barceló, Mercè Argemí, Helena Kirchner y Carmen Navarro | 455 |
| <i>Estudios recientes sobre agricultura y alimentación vegetal a partir de semillas y frutos en Catalunya (Neolítico – 2ª Edad del Hierro)</i> , por R. Buxó i Capdevila, N. Alonso, D. Canal, M. Català, C. Echave y I. González | 467 |
| <i>El ejercicio profesional de la Arqueología en España</i> , por Mª Angeles Querol, Mª Luisa Cerdeño, Mª Isabel Martínez Navarrete y Francisco Contreras | 485 |
| <i>Teoría para una praxis. Splendor “realitatis”</i> , por Teresa Argelés, Adelina Bonet, Ignacio Clemente, Jordi Estévez, Juan Gibaja, Luis G. Lumbreras, Raquel Piqué, Marcela Ríos, María Angela Taulé, Xavier Terradas, Assumpció Vila y Germà Wünsch | 501 |

PREÂMBULO

Eis-nos chegados ao Vº volume de Actas do Iº Congresso de Arqueologia Peninsular. Ele aparece como o 1º fascículo do vol. XXXV dos “Trabalhos de Antropologia e Etnologia” (vol. já referente a 1995, e portanto ao ano em que se conclui o mandato da actual direcção) porque neste momento é ainda impossível prever exactamente quantos mais “fascículos” serão necessários: se apenas um, se dois, ou mesmo três. Tudo dependerá do eco que tiver a nossa última circular dirigida aos autores em falta (isto é, aos que ainda não nos remeteram o seu original), possibilitando a entrega dos seus textos — impreterivelmente — até final de 1994. Quanto ao financiamento, ele já não nos preocupa tanto como antes, pois, mais ou menos rapidamente, as diversas entidades foram-se consciencializando de que não estavam perante “mais um congresso”, e de que este era, e é, algo de tão dignificante para a nossa Arqueologia (portuguesa e ibérica), que seria do próprio interesse de tais entidades ligarem o seu nome à iniciativa.

O Congresso e as Actas são sem dúvida obra discreta, absolutamente alheia a quaisquer políticas culturais de fachada, ou promoções comerciais e publicitárias, tão em moda, mas afinal muito mais ambiciosa do que isso: visando resistir ao tempo, contribuir para a abertura de uma nova atitude, duradoura, na cooperação criativa dos arqueólogos e historiadores peninsulares. Com grandes sacrifícios, mesmo pessoais (muito embora não sejamos apologistas deles; mas por vezes a realidade não nos dá alternativas), temos tentado gerir o melhor possível os poucos recursos logísticos, financeiros e humanos da S.P.A.E., para deixar aqui mais (o que julgamos ser) um marco da edição arqueológica em Portugal.

Alguém acreditará, ao compulsar estes volumes, que a nossa “sede” é um cubículo onde apenas cabem (mal se podendo aí mexer) duas pessoas de cada vez, e onde até é impossível, por falta de espaço, instalar o nosso próprio computador? E no entanto é essa a situação a partir da qual temos de gerir problemas administrativos resultantes de cerca de 600 sócios, de c. de 800 participantes no Congresso, de contactos permanentes com diversas entidades e com a tipografia, etc., etc. Escusado será dizer que a maior parte do trabalho

se efectiva nas casas dos vários membros da direcção, com todos os inconvenientes facilmente imagináveis. Temos tentado junto da Reitoria da Universidade do Porto, da direcção da sua Faculdade de Ciências, da Câmara Municipal do Porto e, mesmo, com a Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, encontrar uma solução logística, ao menos, para os problemas de armazenamento de muitos milhares de volumes que as Actas vão constituindo. Tal dificuldade, aparentemente simples de superar para uma instituição reconhecida de utilidade pública, constituída e activa desde 1918, com projecção internacional, tem-se mantido inamovível, embora certamente não por falta de vontade das entidades supracitadas. Da tribuna temporária que mais um preâmbulo destas Actas nos faculta queremos alertar a opinião da comunidade científica para esta situação verdadeiramente kafkiana, que urge resolver.

É verdade que, desfocando agora o caso da nossa instituição, e colocando-nos de um ponto de vista mais geral, subjacentemente a um panorama de crise e de incerteza, os arqueólogos e a Arqueologia portugueses têm ultimamente ganhado em “visibilidade” pública. Os órgãos de comunicação social dão crescente (e mais sério) eco a acontecimentos neste campo, os partidos com assento parlamentar querem ouvir-nos (aconteceu já este ano com o PS, na Assembleia da República), o Ministro do Planeamento reúne connosco para colher sugestões quanto ao salvamento do património da área da albufeira do Alqueva, somos chamados a colaborar em colóquios transdisciplinares com prestígio cultural (como num, recente, da Gulbenkian, em que intervieram dois arqueólogos), etc. Cientes, porém, e com razão, de que só os próprios arqueólogos se poderão defender a si mesmos, cansados que estão de fogos fátuos e de uma absoluta falta de política coordenada para este sector, mais de uma centena de especialistas decidiu ultimamente constituir-se em Pró-Associação Profissional de Arqueólogos, cujo surgimento corresponde basicamente ao mal-estar de uma geração jovem que quer romper — e bem — com a menoridade social a que o arqueólogo em Portugal tem estado desde sempre sujeito. Menoridade que por vezes faz dele um ser ressentido, mesquinho, invejoso dos sucessos dos outros, orgulhosamente só mas ávido de umas migalhas de atenção e de meios que o poder por vezes lhe concede, como aqueles pobres na Idade Média que aguardavam que os que comiam lhes atirassem uns restos do alto dos seus balcões.

A Arqueologia é uma profissão, um serviço prestado à sociedade, uma actividade cultural com tanta criatividade e dignidade como qualquer outra que exija grande diversidade de aptidões intelectuais e manuais conjugadas. Pela sua própria natureza, ela está bem colocada para ajudar a superar noções acríticas do nosso senso comum, dicotomias como teoria/prática, dados/interpretações, passado/presente, corpo/espírito, ideia/matéria, natureza/cultura, para só citar alguns “quistos” mentais que podem degenerar em verdadeiros cancro se os

não soubermos tornear. A Arqueologia abre para outras histórias, para uma pluralidade de passados. E nesse sentido ela pode ser tudo menos a re-presentação de um “passado” distante e pitoresco, uma “história bem contada” e devidamente emoldurada para consumo fácil e rentabilização imediata, ou um passado “objectivo” e caucionado pelo branqueamento asséptico da ciência, mas sim a construção de passados incômodos, questionantes, interrogativos, capazes de pôr em causa o (des)funcionamento da nossa própria sociedade.

Como escrevi recentemente, a propósito de uma intervenção que intitularam “A Luz da História” e que me foi encomendada pelo Acarte (F. Gulbenkian) no contexto de um ciclo sobre “A Descoberta”, mais precisamente na sua sessão sobre “A Prova” (permita-se-nos uma longa citação de parte de um texto apenas distribuído aos auditores): “o que importa sublinhar [ao arripio daquele(s) título(s)], como sugerem por exemplo autores que colaboram no livro *Other Histories* (ed. por K. Hastrup, Londres, Routledge, 1992), é a necessidade urgente de “fazer explodir o conceito ocidental de história através do conceito antropológico de cultura.” Por outras palavras, e como os mesmos autores acentuam, questionar os nossos conceitos de “História” à luz de outras histórias, de outras formas de produzir história e de pensar acerca dela.

“A história (no sentido de discurso sobre “o acontecido”) é uma arena de conflito, como estamos a cada momento a confirmar na actualidade.

“Na época moderna, a historicidade radical de que fala Giddens criou a ideia de um passado unitário à escala mundial, isto é, procurou apropriar-se do conjunto do tempo como base para a mesma hegemonização no que toca à totalidade do espaço, através da descontextualização, do esvaziamento do tempo e do espaço dos seus antigos valores locais.

“Esta historicidade radical articula-se com a tentativa de proceder a um gigantesco holocausto cultural, o da destruição, ainda em curso, da multiplicidade das culturas, das sensibilidades, das vivências locais do tempo, subordinadas progressivamente a um tempo calendárico, mecânico, mensurável para efeitos económicos, etc.

“Assim, é importante enfatizar a variabilidade de percepções do tempo e de formas de constituição da memória colectiva, fazer implodir o passado tal como nos quiseram ensiná-lo, através da voz dada aos mais diversos actores sociais sobre o seu passado, os seus passados.

“Os valores e significados atribuídos ao tempo são puramente contextuais, e obviamente já não têm qualquer valor as velhas dicotomias entre as sociedades tradicionais (“frias”, do tempo cíclico, etc.) e as modernas (“quentes”, do tempo linear, etc.), pois, como B. Adam mostra bem, no seu contributo para a *Companion Encyclopedia of Anthropology* (ed. T. Ingold, Londres, Routledge, 1994), ciclicidade e linearidade são dois modos do tempo que coexistem em

todas as sociedades e dependem da perspectiva do observador.

“Fazendo entrar na história, nas histórias, todos os tempos, sensibilidades e vivências que aquela por vezes procurou silenciar, será abriremo-nos a uma enorme riqueza de experiências itinerantes, libertadoras pelo lado da tolerância e da variedade e não pelo caminho linear de quaisquer “amanhãs triunfantes” (triumfantes para alguns, claro, os que se arrogariam a missão de liderarem esclarecidamente os outros — já assistimos a todo o tipo de experiências nessa direcção e ficámos amplamente esclarecidos).

“M. Serres (*Éclaircissements*, Paris, Flammarion, 1994, p. 79) afirmou recentemente: “a razão está estatisticamente distribuída por toda a parte: ninguém pode reivindicar a sua posse exclusiva.” E, adiante, ao falar da nossa imaginação do tempo: “Em lugar de condenarmos ou de excluirmos, rejeitamos determinada coisa para a antiguidade ou para o arcaísmo; já não dizemos “falso”, preferimos dizer: “ultrapassado” ou obsoleto”. Dantes, sonhava-se, agora, pensamos; dantes, cantava-se poesia, hoje, realizamos experiências eficazmente. A história é pois a projecção num tempo imaginário — imperialista, mesmo — desta exclusão muito real. O corte temporal equivale a uma exclusão dogmática.”

“O arqueólogo (profissão de quem escreve estas linhas) é o homem que transforma o “documento” em “monumento”; analisa o lugar, num primeiro momento, para o tentar entender na sua especificidade irredutível, mas com a consciência plena de que nem mesmo ele é um espaço de absoluto que se possa, alguma vez, “captar” numa sua qualquer pretensa “verdade”. O sítio é um *topos* de fluidez, de identidade fugidia, um ponto de fuga para a infinitude do que se pode imaginar que aí terá acontecido.

“Não se trata portanto de procurar nesse lugar elementos para “fazer história” (como a maior parte das pessoas parece andar convencida) — porque nesse caso pôr-se-ia a questão: qual, senão aquela que só importa, no bom sentido, subverter? — mas, sobretudo, de identificar e “registar” um conjunto de pontos de apoio para o trabalho da imaginação sobre as histórias desse sítio concreto.”

Essas histórias têm uma elasticidade tal que são capazes de fazer da experiência do lugar tanto um nóculo de intimidade obscura como, no extremo oposto da gama de possibilidades, o mundo inteiro, na sua plenitude solar.

Esta a força, diria brutal, da Arqueologia. Quem, empedernido, poderá afirmar que jamais a viveu?

Prosseguremos.

Porto, Abril de 1994

Vítor Oliveira Jorge

Secretário-Geral do Congresso para Portugal

DOS ESTRUCTURAS DE HABITACIÓN DEL NEOLÍTICO FINAL EN EL YACIMIENTO DE LA "BÒBILA MADURELL" (SANT QUIRZE DEL VALLÈS, BARCELONA)¹

por

Jaume Díaz Ortells*, Anna Bordas Tissier*,
Roser Pou Calvet* y Miquel Marí Rosell*

Resumen: La importancia del yacimiento de la Bòbila Madurell en el Neolítico Catalán es ampliamente conocida, sobretodo por su necrópolis de Sepulcros de Fosa. Durante la campaña de 1991/1992 se han podido documentar y excavar por primera vez de forma sistemática dos estructuras de habitación correspondientes al Neolítico Final, Grupo Veraza. Ambas han sido semiexcavadas en el subsuelo y presentan una estructuración interna del espacio. Se han diferenciado en cada una de ellas dos niveles de ocupación en los que encontramos estructuras de combustión, de sustentación y diversas fosas domésticas.

Este tipo de habitat permite no solo una mejor protección térmica, sino también una economía en los materiales de construcción, así como una reutilización de las mismas, tal y como lo demuestra la existencia de dos niveles de ocupación en cada una de ellas.

El análisis microespacial del registro arqueológico permite conocer las diferentes actividades realizadas en el interior de las cabañas, jerarquizadas en función de un espacio limitado.

El estudio de estas estructuras permite conocer el patrón de asentamiento de las comunidades del Neolítico Final en el Vallès. Generalmente se documentan en zonas llanas con abundantes recursos de agua, óptimas para el desarrollo de las estrategias económicas documentadas de estos grupos (agricultura y ganadería).

Palabras-clave: Neolítico. Veraza. Habitat.

EL NEOLÍTICO FINAL EN CATALUÑA: EL GRUPO VERAZA

A finales del Neolítico Medio en Cataluña se inician una serie de transformaciones que rompen con la dinámica de crecimiento que hasta ese momento se había observado, produciéndose un cambio en los patrones de asentamiento y en las estrategias económicas que irá acompañado por el desarrollo de

¹ Agradecemos la inestimable ayuda de Araceli Martín y Rafael Mora.

* Servei d'Anàlisis Arqueològiques, Universitat Autònoma de Barcelona (UAB). Facultat de Letras. 08193. Bellaterra. España.

una nueva cultura material. Este momento coincide con la transición del Atlántico al Subboreal, reflejándose en los datos paleoambientales con un ambiente progresivamente menos húmedo.

No es hasta los trabajos de J. Guilaine en 1972 y más tarde de A. Martín en 1974, que se documenta la presencia del grupo Veraza en Cataluña. Las primeras manifestaciones de este grupo las encontramos en el Neolítico Final y perduran hasta el Bronce Antiguo.

Una de las características del denominado estilo veraciense es la simplicidad en las formas cerámicas, siendo comunes los vasos grandes cilindroides y ovoides que presentan aplicaciones de cordones lisos, cordones y lengüetas, pezones u orejas simples o superpuestas. Este tipo de prensión compuesta por hileras de dos o más mamelones superpuestos, distribuidas diametralmente, es considerado como elemento caracterizador de este estilo. Por otro lado, los vasos medianos pueden ser subsféricos y decorarse con mamelones, mientras que los pequeños son hemi y subsféricos y de perfil sinuoso pudiendo presentar decoraciones. Las incisiones, acanalados, asas de cinta y bases planas son escasas (Martín, 1992).

La industria lítica muestra el abandono de elementos característicos del Neolítico Medio como son los geométricos y laminillas de sílex melado, a favor de largas láminas arqueadas, con o sin retoque, y una mayor variedad de útiles como raederas y raspadores fabricados sobre sílex locales de calidad diversa (Martín, 1992).

La disminución del número de asentamientos pertenecientes a este periodo en las zonas bajas y de altiplanos, nos muestra un cambio en el patrón de asentamiento. La ocupación al aire libre se desplaza, en general, hacia las vertientes, a la vez que se abandonan los grandes poblados característicos del Neolítico Medio, siendo substituidos por asentamientos de menor tamaño situadas en ocasiones en el mismo lugar, o muy cerca, de donde se encontraban los de época anterior. Asimismo, se vuelven a ocupar cuevas y abrigos tanto para fines sepulcrales como para refugios más o menos temporales. Estos elementos estarían indicando, según A. Martín (Martín, 1992), una disgregación de la población y un cambio en las tendencias económicas de estos grupos. También se producen cambios en el ritual funerario. Se pasa de la inhumación individual en fosa o cista, a la inhumación colectiva en abrigos, cuevas, dólmenes o cistas. Esta puede ser tanto primaria sucesiva como secundaria, como es el caso de la "Cova del Frare".

De la fuerte explotación agrícola que se produce durante el Neolítico Medio, pasamos a un mayor protagonismo de la ganadería con posible transhumancia estacional. La localización de los yacimientos en zonas de montaña, la disgregación de la población, así como una mayor presencia en el registro fósil de restos faunísticos pertenecientes a especies domésticas parecen indicarlo.

En la zona del Vallès, situado en la Depresión Prelitoral Catalana, se conocen

diferentes hallazgos de este horizonte, estudiados por A. Martín. En la mayoría de los casos se trata de materiales recogidos en superficie o que procedían de yacimientos destruidos. Excepto el nivel sepulcral de la “Cova del Frare” (Matadepera, Barcelona), el resto de yacimientos se encuentran al aire libre y relacionados con lugares de hábitat (Martín, 1985).

EL YACIMIENTO DE LA “BÒBILA MADURELL”

El yacimiento de la “Bòbila Madurell” está ubicado en el término municipal de Sant Quirze del Vallès (Vallès Occidental, Barcelona), entre los núcleos urbanos de Sabadell y Sant Quirze.

Ocupa un amplio paraje en el que se documentan restos arqueológicos pertenecientes a diferentes periodos desde el Neolítico Antiguo hasta época romana. La construcción, en 1921, de la línea ferroviaria de los “Ferrocarrils de la Generalitat” puso al descubierto los primeros restos arqueológicos (enterramientos de época neolítica), que fueron estudiados por el arqueólogo local Vicenç Renom. La instalación, en 1931, de una bóvila propiedad del señor Madurell y la consiguiente extracción de arcillas para su uso industrial propició el descubrimiento de nuevas sepulturas, lo que convirtió al yacimiento en la mayor necrópolis neolítica de Cataluña documentada hasta entonces. A partir de este momento el yacimiento sería conocido con el nombre de “Bòbila Madurell”. En años posteriores, diferentes obras de infraestructura urbanística realizadas en los terrenos contiguos a este primer núcleo fueron poniendo al descubierto nuevos vestigios, al tiempo que provocaron diferentes intervenciones arqueológicas de urgencia. La última de estas campañas², realizada en los años 1991-92, ha puesto al descubierto nuevos restos atribuibles al grupo de Veraza que hay que sumar a los ya documentados en campañas anteriores. Entre ellos destaca por su importancia y novedad las dos cabañas (C.11 y C.1) semiexcavadas en el subsuelo, en las que se ha podido determinar la presencia de dos niveles de ocupación.

² La intervención de urgencia llevada a cabo en los años 1991/1992 fue realizada por un equipo de la “Universitat Autònoma de Barcelona” y financiada al 50% por los promotores de la obra y la “Generalitat de Catalunya”, a través del “Servei d’Arqueologia”, y un Plan de Ocupación, derivado de convenios INEM-“Generalitat (Departaments de Treball i Cultura)”. Coordinaron los trabajos Araceli Martín, arqueóloga territorial del “Servei d’Arqueologia de la Generalitat”, y Rafael Mora, profesor titular de Prehistoria de la “Universitat Autònoma de Barcelona”.

CABAÑA C.11

Estructura de planta ovalada con unos ejes de 8 m. (N/S) por 6,5 m (E/W) y una superficie aproximada de 50 m². Presentaba una sección de paredes irregularmente convexas, con la base aplanada y una profundidad máxima de 85 cm. En su interior se pudieron diferenciar dos unidades arqueológicas: H.2 y H.3 (Fig. 1).

Unidad arqueológica H.2

Es la ocupación más reciente y corresponde a la reutilización de una estructura de habitación anterior. Su planta era irregular de tendencia ovalada, con unos ejes de 6 m. (N/S) por 5 m. (E/W) y una superficie aproximada de 30 m². Esta unidad marcaba una ligera pendiente hacia el SE conservando una profundidad que oscilaba entre los 14 y 70 cm. (este último valor corresponde al interior de una fosa doméstica).

En su interior se individualizaron una fosa doméstica repleta de material de desecho (fragmentos de cerámica, huesos, piedras...) en el SE, una estructura de combustión al N y dos agrupaciones de piedras (entre 20 y 40 cm. de tamaño) situadas en los extremos Norte y Sur de la mitad Este. Una de estas agrupaciones se puede interpretar claramente como una estructura de sustentación de un poste que mediría unos 20 cm. de diámetro y soportaría el mayor peso de la cubierta. Asimismo en el perímetro de esta unidad se localizaron una serie de piedras de dimensiones similares a las citadas anteriormente que suponemos estarían también relacionadas con el sistema de cubierta.

El total de objetos recuperados en esta unidad es de 3889, de los que 3007 corresponden a restos líticos, 749 a restos cerámicos, 107 a restos óseos y 30 a restos malacológicos, carbones y fragmentos de adobe. Entre los restos líticos³ se incluyen aquellos materiales aportados antrópicamente aunque no hayan sufrido un proceso de transformación. Estos restos configuran la categoría de Bna siendo los mayoritarios con un 92,9% del total de los efectivos, siendo sólo el 7,01% los que participan en la cadena operativa lítica. Estos últimos se reparten en las siguientes categorías: BPI (41,7%), BPF (39,3%), BN1G (8,05%), BP (5,6%) y BN2G (5,2%) (Mora et alii, 1992). También se recuperaron 14 BNe, que corresponden en su mayoría a fragmentos de molinos.

Entre los restos cerámicos existe un predominio absoluto de los fragmentos informes sobre los determinables y entre éstos de los bordes sobre las aplicaciones

³ Para el análisis de los restos líticos hemos utilizado el Sistema Lógico Analítico (Mora et alii 1992). El significado de las abreviaciones que aparecen en el texto es el siguiente: Bna, Base Natural; BNe, Base negativa; BP, Base Positiva; BPF, Base Positiva Fragmentada; BPI, Base Positiva Informe; BP2G, Base Positiva de 2.ª Generación; BN1G, Base Negativa de 1.ª Generación y BN2G, Base Negativa de 2.ª Generación.

(55 y 37 fragmentos), estando muy poco representadas las carenas y las asas (2 y 1 fragmentos) (Fig. 3).

Los restos faunísticos recuperados muestran al *Bos taurus* como la especie más representada con un 24% de los restos, seguida de los *Ovicaprinos ND* (13,5%) y *Oryctolagus cuniculus* (8,6%).

El paso de la unidad H.2 a la unidad H.3 viene marcado por una franja de sedimento estéril de 5 cm.

Unidad arqueológica H.3

Corresponde a la ocupación más antigua de la estructura de habitación. Era de planta ovalada con unos ejes de 8 m. (N/S) por 6,5 m. (E/W) y una superficie aproximada de 50 m², con una profundidad que oscilaba entre los 20 y 50 cm. Su individualización en el plano horizontal resultó compleja ya que se encontraba recortada en algunas zonas por la ocupación superior.

En su interior, muy cerca del límite Este, se localizaron dos hogares de planta circular excavados en forma de cubeta en el subsuelo. Ambos presentaban la base rubefactada. El hogar H.3.1 presentaba un relleno de piedras y carbones (Fig. 4), el H.3.2 mostraba en su interior una capa de arcillas rubefactadas, sin piedras ni carbones. Al Sur de este hogar se localizó una gran concentración de carbones que posiblemente responda a sucesivos vaciados del mismo. En la zona NW se localizaron unas agrupaciones de piedras que pudieron formar parte del sistema de soporte de pequeños postes en los que se apoyaría la cubierta. En el centro y al Este encontramos cuatro fosas domésticas que funcionarían como contenedores de recipientes para el almacenaje o de restos de desecho. En el interior de una de las fosas se hallaron restos de un buey en conexión anatómica, cuyo significado creemos que puede estar relacionado con algún tipo de ritual.

El total de objetos recuperados en esta unidad asciende a 2027, de los que 1197 son restos líticos, 548 restos cerámicos, 205 restos faunísticos y 77 restos malacológicos, antracológicos y fragmentos de adobe. Entre los restos líticos el predominio de las Bna es aun mayor que en la unidad H.2 (95,1% del total). La distribución de los objetos que forman parte de la cadena operativa lítica sigue los mismos esquemas que en la unidad superior con la sólo variante de una disminución de las BN1G. Se mantiene el predominio de BPF (44,06%) y BPI (33,8%) sobre el resto de categorías, BP (8,4%), BN1G (6,7%) y BN2G (6,7%). El número de BNe recuperados es de 9 (Mora et alii, 1992).

Entre los restos cerámicos, tal como sucede en la unidad superior, existe un predominio absoluto de los fragmentos informes sobre los determinables, y entre estos de los bordes sobre las aplicaciones (61 y 38 fragmentos). En esta unidad no se ha recuperado ningún fragmento de asa y sólo uno de carena.

Entre los restos faunísticos aumenta el predominio del *Bos taurus* sobre las

otras especies, con un 63,4% del total de restos recuperados. Este aumento es debido a la presencia de parte de un buey en conexión anatómica al que ya nos hemos referido anteriormente. Las otras especies representadas son los *Ovicaprinos ND* (9,7%), *Ovis aries* (2,8%) y *Sus domésticus* (2,28%).

CABAÑA C.1

De morfología similar a la anterior, presentaba una superficie de forma ovalada muy irregular, excavada en el subsuelo, con una sección de paredes irregularmente convexas y una base con considerables desniveles. Ocupaba una superficie aproximada de 40 m² con unos ejes máximos de 6 m. (N/S) por 7 m. (E/W). La profundidad conservada oscilaba entre los 90 cm. de la mitad Norte a los 170 cm. de la mitad Sur. En su interior se identificaron diferentes rellenos sedimentológicos entre los que se pudieron individualizar dos unidades arqueológicas (Fig. 2).

Unidad arqueológica C.1.1

Se trata del nivel más moderno, que presentaba una superficie de 36 m² y una potencia variable entre los 15 y 30 cm. Esta unidad ha podido identificarse claramente como un nivel de ocupación con una estructuración interna del espacio. La irregularidad que muestra su perímetro es debido a que en él se localizaban tres estructuras de combustión situadas al NW, SE y Sur respectivamente. Esta distribución de los hogares, en los límites externos del hábitat respondería a un intento de favorecer la evacuación de los humos que pudieran originar. También en los límites, pero en el lado W, se situaba una estructura circular excavada en el subsuelo, de unos 100 cm. de diámetro y 50 cm. de profundidad. Su función creemos que sería la de almacenamiento, aunque en su amortización final fue reutilizada como basurero. En el interior de esta misma unidad arqueológica se identificaron tres pequeñas cubetas de difícil atribución funcional.

La no existencia de restos que puedan relacionarse con el sistema de cubierta nos impide, por el momento, su reconstrucción, aunque creemos muy probable que los postes que sustentaran la techumbre se situaran en el exterior de esta cabaña, bordeando su perímetro.

El total de objetos recuperados en esta unidad es de 3340, de los que 1979 son restos líticos, 1055 restos cerámicos, 218 restos faunísticos y 88 otros restos (orgánicos y adobes). Entre los restos líticos, al igual que sucede en la cabaña C.11, existe un predominio de las Bna, con un 97,3% del total, sobre las piezas que forman parte de la cadena operativa lítica. Entre estas tienen una mayor presencia las BPF (50,9%) respecto las BPI (22,6%), que en la cabaña C.11

presentaban unos valores muy similares. También aumentan las BN1G (11,3%) aunque se mantienen en niveles muy bajos al igual que las BP (9,4%) y las BN2G (5,6%). El número de BNe recuperadas en esta unidad asciende a 31 piezas.

Por lo que respecta a los restos cerámicos, se repite los esquemas generales de repartición que ya hemos visto en las dos unidades de la cabaña C.11. Predominio de los fragmentos informes sobre los determinables, y entre éstos de los bordes sobre las aplicaciones (99 y 45 fragmentos). Sólo se han recuperado 5 fragmentos con carena y 2 con asas.

Los restos faunísticos todavía están en estudio, pero un primer muestreo parece indicar una repartición de los restos muy similar a la de la cabaña C.11, con predominio del *Bos taurus* sobre los *Ovicaprinos* ND.

Unidad arqueológica C.1.2

De planta ovalada, también muy irregular, tenía una superficie aproximada de 30 m² y una potencia máxima de 60 cm. Se encontraba por debajo de la unidad C.1.1, separada de ésta en algunos casos por una franja de sedimento estéril de unos 10 cm. y en otros destruida parcialmente por las estructuras internas de la unidad superior. Presentaba concentraciones de material arqueológico asociadas a diferentes estructuras internas y una menor densidad de material entre éstas.

Se localizaron en su interior tres estructuras de combustión situadas en el límite NE, y algo más al Norte los restos de una posible fosa doméstica. En lo que se refiere al sistema de cobertura, es válido lo referido a la unidad C.1.1.

El total de objetos recuperados asciende a 1495, de los que 760 corresponden a restos líticos, 569 a restos cerámicos, 92 a restos óseos y 84 a otros restos. La repartición del material sigue la misma dinámica que en la unidad anterior. Predominio de las Bna (96% del total de restos líticos) sobre los objetos que forman parte de la cadena operativa lítica: BPF (53,3%), BPI (20%), BN1G (16,6%), BP (6,6%) y BN2G (3,3%). Se recuperaron un total de 36 BNe.

Entre los restos cerámicos siguen siendo mayoritarios los fragmentos informes sobre los determinables y entre estos los bordes sobre las aplicaciones (78 y 16 fragmentos), habiéndose recuperado únicamente 3 fragmentos con carena. Los restos óseos están, al igual que en la unidad superior, todavía en estudio.

Por debajo de la unidad arqueológica C.1.2 se documentaron dos concentraciones de material separadas de aquella por una franja de sedimento estéril de 20 cm. Una de estas concentraciones ocupaba una superficie de 9 m² y se asociaba a una posible estructura de combustión de planta circular de unos 100 cm. de diámetro y 30 cm. de profundidad. En ella se recuperaron un total de 285 objetos, la mayoría Bna. La otra, situada otros 20 cm. por debajo de la anterior, ocupaba una zona de 5 m² y tenía una potencia de 30 cm. En esta se recuperaron un total de 112 objetos, también la mayoría Bna.

Estas dos concentraciones de material no parecen estar relacionadas ni entre ellas ni con ninguna de las unidades arqueológicas superiores. Prueba de ello es la franja de sedimento estéril que las separa. En el momento actual del estudio no podemos precisar el contexto arqueológico al que responden, aunque nos inclinamos a pensar que probablemente se traten de restos de fosas cuya función desconocemos, amortizadas con anterioridad a la construcción de la cabaña. Tampoco podemos precisar su cronología hasta no disponer de dataciones radiocarbónicas, ya que los escasos restos cerámicos recuperados no muestran características precisas que nos permitan adscribirlas a un horizonte cronocultural concreto.

CRONOLOGÍA

La adscripción cronológica de estas dos cabañas se ha establecido en base a paralelos cerámicos a falta de dataciones radiocarbónicas. Uno de los elementos básicos que nos ha permitido esta adscripción es la presencia de cerámicas con mamelones superpuestos. Este elemento, exclusivo del estilo cerámico veraciense, es considerado como “fósil director” del grupo Veraza que se desarrolla en Cataluña a partir del Neolítico Final. El resto del conjunto cerámico nos muestra un predominio de vasos grandes y medianos de superficies lisas y paredes gruesas, siendo muy escasos los vasos pequeños de paredes finas y prácticamente inexistentes las formas carenadas.

Como ya se ha dicho, en la zona del Vallès se conocen diferentes yacimientos de este mismo período, alguno de ellos con dataciones absolutas que nos pueden acercar a la posible cronología de las cabañas estudiadas. Estos yacimientos son, la ya mencionada “Cova del Frare” (Matadepera, Barcelona) y el yacimiento de “El Coll” (Llinars del Vallès, Barcelona), ambos estudiados por A. Martín. Este último es interpretado con reservas como un fondo de cabaña.

Los resultados de estas dataciones son:

- “Cova del Frare” (Matadepera, Vallès Occidental):
4450±100 BP = 2500 BC (MC-2297) (Martín, 1982).
- “El Coll” (Llinars del Vallès, Vallès Oriental):
4775±80 BP = 2825 BC (MC-1242).
4640±90 BP = 2690 BC (MC-2143) (Martín, 1982).

Asimismo en el propio yacimiento de la “Bòbila Madurell” se han documentado, tanto en campañas anteriores como en la realizada por nosotros, diversas fosas con materiales veracienses, en algunos casos mezclados con materiales típicos del grupo de los Sepulcros de Fosa. Se realizó un intento de datación

radiocarbónica de la estructura D-40, pero los resultados fueron desestimados por los autores que consideraron que la cifra proporcionada debería datar alguna intrusión posterior. El resultado de la datación fue el siguiente:

— BM/D40 (UBAR-88): 2700 ± 120 BP = 750 BC (Martín et alii, 1988).

Una reciente datación⁴ de este mismo yacimiento confirma la presencia del grupo Veraza en Cataluña hasta finales del III^{er} milenio BC. El resultado obtenido fue el siguiente:

— BM/4.3 (UBAR-276): 4030 ± 290 BP = 2080 BC.

La presencia del grupo Veraza en Cataluña se constata a través de cronologías absolutas durante aproximadamente un milenio, desarrollándose desde el Neolítico Final hasta el Bronce Antiguo.

PARALELOS

Los únicos paralelos que conocemos de cabañas veracienses en el Vallès son poco claros. Corresponden al yacimiento de “El Coll” (Llinars del Vallès), al de “Can Vinyals II” (Santa Perpètua de Mogoda) y al propio yacimiento de la “Bòbila Madurell”.

En el yacimiento de “El Coll” se documentó una estructura elipsoide de 2,70 m. por 1,60 m. En su perímetro estaba delimitado por diversas piedras de entre 15 y 20 cm. sobre las que se debió levantar una pequeña base, que sería continuada quizás con materiales perecederos. El acceso se situaría al NW, donde se interrumpía la delimitación del contorno. En su interior se hallaba un hogar en cubeta, pero no se documentaron agujeros para poste. A la espera de la excavación del yacimiento en toda su extensión, lo único que afirman los autores es que debió tratarse de un elemento de un hábitat más extenso: cabaña con un hogar, hogar protegido... (Martín, 1985).

La información proveniente de “Can Vinyals II” es deficitaria, lo único que conocemos es que se hallaron, al parecer “in situ”, cuatro postes de madera que sostendrían la cubierta de la posible cabaña (Martín, 1985). Según información recogida por R. Marcet y M.A. Petit, esta estructura tendría unos 3 m. de longitud por 1 m. de ancho y una potencia de sedimento arqueológico de 1 m. En su interior, cerca de las paredes, aparecieron diferentes agujeros de poste de 50 cm. de profundidad (Marcet y Petit, 1985).

⁴ Araceli Martín, comunicación oral.

En el yacimiento de la "Bòbila Madurell", A. Roig y O. Granados excavaron en 1974 el llamado "Hábitat 3 de Bòbila Madurell-Can Feu". Se trataba de una estructura parcialmente destruida los restos de la cual no fueron excavados en su totalidad. En ella se documentó un nivel arqueológico de 50 cm. de espesor en la base del cual se halló un hogar más o menos circular de unos 50 cm. de diámetro rodeado de piedras. Cerca de éste se localizaron diversas piedras planas, que según sus excavadores, parecían responder a algún enlosado del suelo de la posible cabaña. Durante la campaña de 1987-1988 se concluyó la excavación de los restos de esta estructura, no pudiendo confirmar las apreciaciones hechas en 1974, por lo que no se puede precisar si se trata de los restos de una cabaña. En este mismo yacimiento se documentaron dos estructuras definidas por A. Martín como grandes depresiones que podrían tratarse de dos cabañas semiexcavadas similares a las documentadas en la campaña 1991/1992, aunque su precario estado de conservación no permite afirmarlo.

Como se puede observar, las diferencias morfológicas entre las estructuras de hábitat citadas y las cabañas C.11 y C.1 de la "Bòbila Madurell" son notorias. No se pueden establecer paralelos en este sentido, ya que los rasgos comunes son escasos. Además hay que señalar que ninguna de estas estructuras es definida con absoluta certeza, por sus excavadores, como un fondo de cabaña. La adscripción cronológica de todas ellas es, no obstante, clara ya que entre los restos cerámicos recuperados en su interior se documentaban fragmentos con mamelones superpuestos, característicos del grupo Veraza.

CONCLUSIONES

Los datos aportados por la excavación y el estudio tanto de las cabañas como de las fosas veracienses de la "Bòbila Madurell", parecen reafirmar la tesis formuladas por A. Martín respecto a este momento del Neolítico Final/Calcolítico de Cataluña. Como se ha dicho en la introducción de este artículo, hacia finales del Neolítico Medio se produce un cambio en la estructura socioeconómica y cultural de los grupos neolíticos. Se abandonan los grandes poblados al aire libre característicos del Neolítico Medio como el de la "Bòbila Madurell", siendo substituidos por ocupaciones de menor tamaño. En este yacimiento ésto queda reflejado con una considerable disminución de los restos arqueológicos pertenecientes al Neolítico Final respecto al período anterior.

Estas dos cabañas nos permiten profundizar en el estudio del patrón de asentamiento del grupo humano que habitó la "Bòbila Madurell" durante este periodo. Como ya se ha dicho, se abandona el gran poblado que debió existir en el Neolítico Medio formado seguramente por cabañas aéreas construidas con

materiales perecederos de las que no ha quedado ningún vestigio, substituyéndose por una ocupación menor que adopta nuevos recursos constructivos. Las cabañas semiexcavadas en el subsuelo permiten una construcción de paredes sólidas, proporcionando una considerable economía en materiales constructivos, en una zona geográfica donde la piedra es escasa. También proporcionan un óptimo resultado termo-aislante tanto del frío como del calor. Los ejemplos etnográficos de cabañas semiexcavadas se encuentran en zonas de climas extremos como en las regiones sub-árticas de América del Norte, entre los Salish (Fig. 5), o en los desiertos de Arizona y Nuevo Méjico, entre los Navaho y los Pueblos de la Mesa Verde. Este no es el caso de la "Bòbila Madurell" donde el clima suave no hace necesaria una protección excesiva de los agentes climáticos. Así pues, creemos que la construcción de cabañas semiexcavadas en la "Bòbila Madurell" respondería más a una necesidad de ahorro de materiales constructivos que a una necesidad de protección ambiental. Este tipo constructivo proporcionaría solidez a la estructura de hábitat, lo que favorecería su reutilización en momentos posteriores, tal como queda documentado con la presencia de dos niveles de ocupación en ambas estructuras. Así nos encontramos con un grupo humano que habita el mismo espacio en momentos diferentes, lo que nos hace pensar en un patrón de asentamiento cíclico evidentemente relacionado con sus estrategias económicas.

El registro arqueológico nos deja evidentes pruebas de la pervivencia de la explotación agrícola. Se han documentado útiles relacionados con la molienda, como molinos barquiformes, así como estructuras de almacenamiento de semillas (silos). Los restos faunísticos recuperados no parecen responder al esquema general de descenso de bóvidos y suídos en favor de los ovicaprinos que se propone para este periodo. Por el contrario son los ovicaprinos los que descienden en favor de los bóvidos y suídos; pudiendo responder este hecho a una dinámica propia del yacimiento, o a que los datos sobre los que trabajamos no corresponden al total del registro recuperado en el yacimiento, sino al recuperado en la última campaña. Esto no impide reconocer el fuerte peso de la ganadería en la economía de esta comunidad, pudiendo tener un carácter de transhumancia lo que ayudaría a explicar el por qué las cabañas son habitadas o abandonadas en diferentes momentos de este periodo.

También nos gustaría hacer unas breves consideraciones finales sobre la distribución en categorías del registro arqueológico. Tanto los restos cerámicos como los restos líticos presentan una similar repartición en ambas cabañas. En ellas se encuentran representadas las mismas categorías de material con el mismo orden de importancia, lo que nos da una idea de homogeneidad temporal en la cultura material de este grupo. Si bien los restos cerámicos presentan las características generales asociadas a este periodo, en los restos líticos no sucede lo

mismo. Sólo encontramos una pequeña muestra de útiles realizados sobre sílex locales, sin poderse documentar grandes láminas ni piezas con retoque plano, que es el que parece generalizarse en este periodo. No obstante, cabe decir que el registro que poseemos es escaso y que tendrá de ser contrastado con la industria lítica recuperada en las fosas. Sólo hay que destacar, la escasísima presencia de piezas retocadas, entre las que predomina el retoque abrupto, todas ellas realizados sobre sílex de no muy buena calidad y la presencia de industria sobre calcárea en una proporción bastante elevada.

Por el momento no podemos diferenciar áreas de actividad en el interior de las cabañas hasta no haber concluido los trabajos de distribución a nivel microespacial del registro arqueológico. Tampoco estamos en condiciones de establecer con certeza ni la orientación ni la forma de acceso a las cabañas, así como su sistema de cubierta. Sólo en la cabaña C.11 se documentaron posibles estructuras de sustentación de postes, aunque no las suficientes como para permitirnos una explicación fiable del funcionamiento de la cubierta. Esperamos, también, poder establecer la contemporaneidad entre los niveles de una y otra cabaña, a través del estudio de los remontajes de los objetos cerámicos y líticos, así como la realización de dataciones absolutas que nos permitan situar con mayor precisión el momento de ocupación de estas cabañas.

BIBLIOGRAFIA

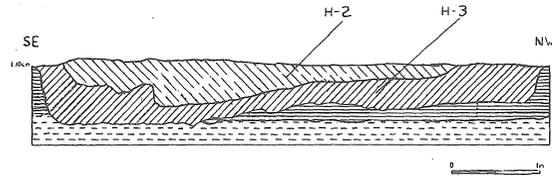
- AA.VV., (1981), *El Neolítico a Catalunya. Taula Rodona de Montserrat, Maig 1980*. Publicacions de l'Abadia de Montserrat.
- ALAMINOS, A; BLANCH, R.M.; LAZARO, P., (1991), Bòbila Madurell. Su contribución al Neolítico Medio en Cataluña, en *Revista de Arqueologia* nº 128, Madrid.
- ARNAL, G.B., (1989), *Céramique et céramologie du Néolithique de la France Méditerranéenne*. Mémoire n.V du Centre de Recherche Archéologique du Haut-Languedoc.
- BORDAS, A.; DIAZ, J.; POU, R.; PARPAL, A.; MARTIN, A., (en prensa), Excavacions arqueològiques 1991/92 a la Bòbila Madurell-Mas Duran (Sant Quirze del Vallès, Vallès Occidental), en *Tribuna d'Arqueologia*, 1993.
- CANALS, A; MERCADAL, O.; RIBÉ, G., (1988), El complex arqueològic "Bòbila Madurell-Serrat de Can Feu": Història de la investigació (1921-1987), en *Arraona* nº 2, Sabadell, pp. 9-26.
- CASTANY, J.; SANCHEZ, E.; GUERRERO, LL.A.; MORA, R.; VILA, G., (1990), *El Berguedà: de la Prehistòria a l'Antiguitat*. Llibres de l'àmbit, Berga.
- CATALDI, G. (1986), *All'origine dell'abitare*. Studi e documenti di Architettura. Firenze
- GASCO, J.; GUTHERZ, X. (1986), Origine et structure du Néolithique final en Languedoc méditerranéen: la céramique. en *Le Néolithique de la France*. Homenage a G. Bailloud. París, pp. 379-390.
- GUILAINE, J.; VAQUER, J.; BARRIE, P. (1971-1972), Las excavaciones en la Balma de Montboló (Pirineos Orientales). Contribución al estudio del Neolítico Catalán. en *Ampurias* t. 33-34, pp. 199-207.

- GUILAINE, J. (bajo la dirección de) (1980), Le Groupe de Véraza et la fin des temps néolithiques dans le Sud de la France et la Catalogne. *Actas del Coloquio de Narbona*, 1977. Ediciones CNRS 296.
- LLONGUERAS, M.; PETIT, M.A; MARCET, R., (1979), Recientes excavaciones en la Bòbila Madurell (Sant Quirze del Vallès, Barcelona), en *XV C.N.A. Lugo*, 1977, Zaragoza, pp. 253-264.
- LLONGUERAS, M.; PETIT, M.A; MARCET, R., (1980), Nouvelles fouilles sur le site de la Bòbila Madurell (Sant Quirze del Vallès, Barcelona), en *Le groupe de Véraza et la fin des temps neolithiques dans le sud de la France et la Catalogne*. Narbona, 1977, París, pp 151-153.
- LLONGUERAS, M.; MARCET, R; PETIT, M.A.; GUILAINE, J.; THOMMERET, Y., (1979-80), Noves dates de C14 a Catalunya. La Bòbila Madurell (Sant Quirze del Vallès, Barcelona), *Ampurias* nº 41-42, Barcelona, pp. 352-354.
- LLONGUERAS, M.; MARCET, R; PETIT, M.A., (1981), Excavacions de jaciments neolítics a la Bòbila Madurell (Sant Quirze del Vallès, Barcelona), en *El Neolític a Catalunya. Taula Rodona de Montserrat 1980*, Montserrat, pp. 188-190.
- LLONGUERAS, M.; MARCET, R.; PETIT, M.A., (1982), Bòbila Madurell, Sant Quirze del Vallès, en *Les excavacions arqueològiques a Catalunya en els darrers anys*, Excavacions arqueològiques a Catalunya nº 1, Barcelona, pp. 85-87.
- MALUQUER, J., (1950), La cultura neolítica del Vallès en el marco de la Prehistòria del Occidente Mediterràneo, en *Arraona* nº 1-2, Sabadell, pp. 61-75.
- MARCET, R.; PETIT, M.A., (1985), Assentaments d'habitació a l'aire lliure de la comarca del Vallès. Del Neolític al Bronze Final. *Estudios de la Antigüedad* n. 2. Publicaciones de la UAB, Bellaterra, pp. 93-133.
- MARTÍN, A., (1974), *Primeras notas sobre el veraciense en la Cataluña española*, Memoria de Licenciatura UAB, Bellaterra, inédita.
- MARTÍN, A., (1977), El grupo de Veraza en Cataluña en *XIV Congreso Nacional de Arqueología*, Zaragoza 1977, pp.341-353.
- MARTÍN, A., (1985), De la cultura de los "Sepulcros de Fosa" al grupo de "Veraza" en el Vallès, en *Estudios de la Antigüedad* nº 2, Bellaterra, pp. 3-57.
- MARTÍN, A.; MIRET, J.; BLANCH, R.M.; ALIAGA, S.; ENRICH, R.; COLOMER, S.; ALBIZURI, S; BOSCH, J., (1988), Campanya d'excavacions arqueològiques 1987-1988 al jaciment de la Bòbila Madurell-Can Feu (Sant Quirze del Vallès, Vallès Occidental) en *Arraona* nº 3, Sabadell, pp. 9-23.
- MARTÍN, A., (1990), El Neolític i el Calcolític al Vallès, en *Limes* n.0, Publicacions del CRAC, Cerdanyola.
- MARTÍN, A., (1992), Estrategia y Culturas del Neolítico Final y Calcolítico en Cataluña en *Actas del Congreso Aragón/Litoral Mediterráneo: Intercambios culturales durante la Prehistoria*. Zaragoza, pp. 389-397.
- MARTÍN, A., (1992), La economía de producción a lo largo del Neolítico en Cataluña, en *Elefantes, Ciervos y Ovicaprinos*, Universidad de Cantabria, pp. 203-227.
- MARTÍN, A., (1992), El Neolític Final. La recerca de nous camins. El Verazià. en 9.ª *Col.loqui Internacional d'Arqueologia de Puigcerdà. Estat de la Investigació del Neolític a Catalunya*. Institut d'Estudis Ceretans. Andorra, pp. 279-284.
- MORA, R.; MARTINES, J.; TERRADAS, X., (1992), *Un proyecto de análisis: el Sistema Lógico Analítico (SLA)*. Treballs d'arqueologia, 1. Tecnologia y cadenas operativas líticas. Bellaterra, pp 173-199.
- PONS, E. (1993), *Hàbitat i habitació. Una aproximació arqueològica a les estructures de*

l'hàbitat a Catalunya i a la Mediterrània Occidental en la Prehistòria Recent. Curs de Doctorat. Universitat Autònoma de Barcelona. Bellaterra, Abril-Maig.

- VIVES, E.; MARTÍN, A., (1992), Elements de reflexió sobre el ritual dels enterraments secundaris del nivell sepulcral verazià de la Cova del Frare de St. Llorenç del Munt (Matadepera) en 9.^a *Col·loqui Internacional d'Arqueologia de Puigcerdà. Estat de la Investigació del Neolític a Catalunya*. Institut d'Estudis Ceretans. Andorra, pp. 279-284.

Sección NW / SE de la cabaña C.11 de habitación L.H.



-  Arcillas marrones con materia orgánica y carbonos en solución
-  Arcillas marrones con escasa presencia de nódulos de carbón
-  Arcillas carbonáceas del subsuelo frías y húmedas
-  Restos arqueológicos muy dispersos y sin restos más obvios
-  Arcillas cuaternarias con niveles de conglomerado y restos de vasijas de cerámica. Se alternan con arcillas carbonáceas, encontrándose al mismo nivel a superficies.

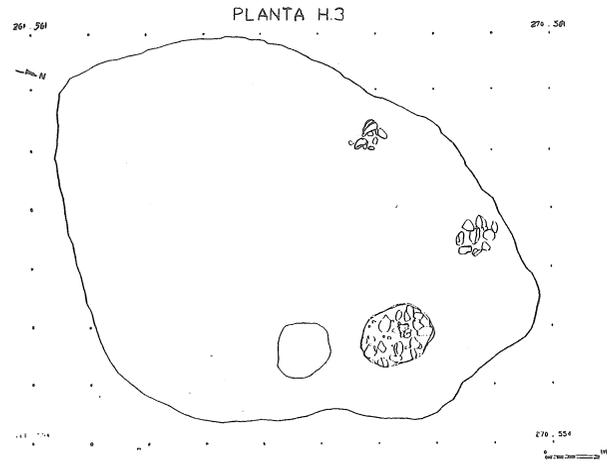
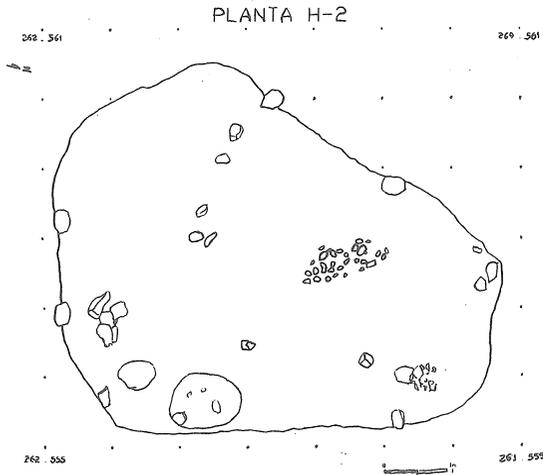


Fig. 1 — Sección NW/SE de la cabaña C.11 y planta de las unidades H.2 y H.3 (diseño gráfico: A. Parpal).

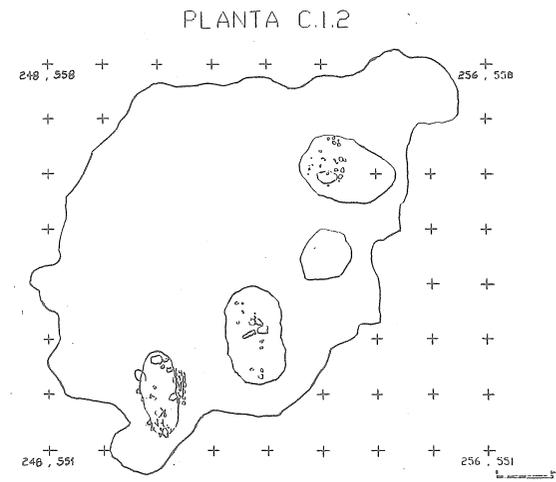
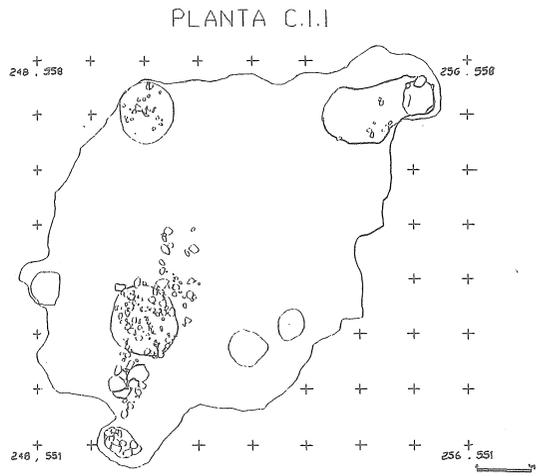
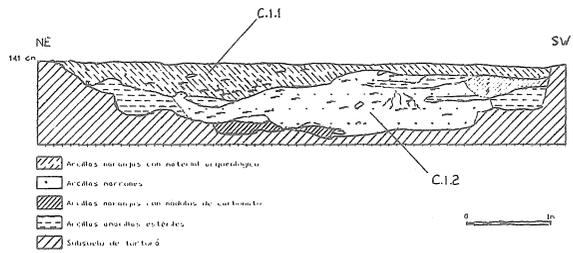


Fig. 2 — Sección NE/SW de la cabaña C.1 y planta de las unidades C.1.1 y C.1.2 (diseño gráfico: A. Parpal).

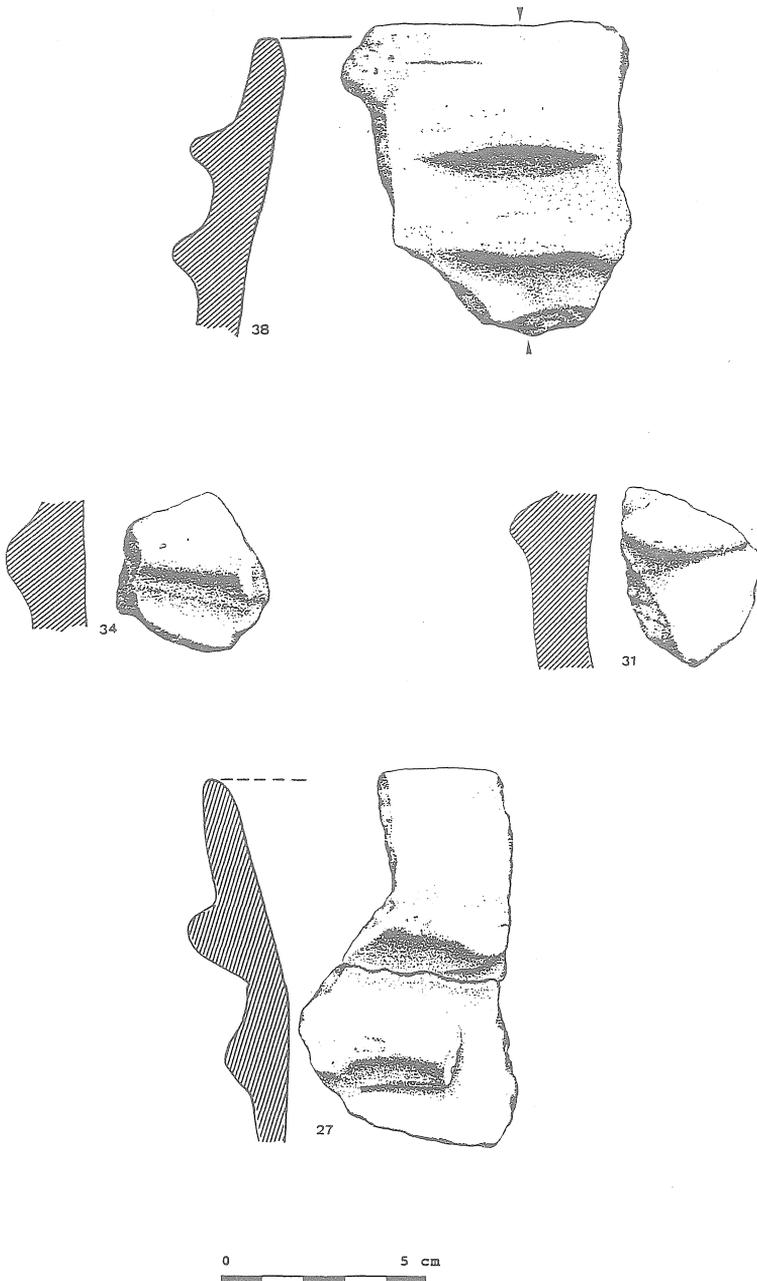


Fig. 3 — Material cerámico veraciense de la cabaña C.11 (dibujos: J. Ariza).

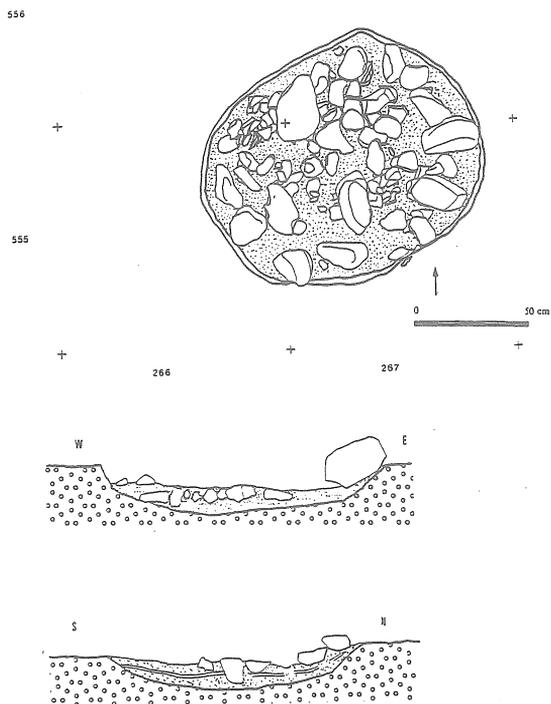


Fig. 4 — Planta y sección de la estructura de combustión H.3.1.

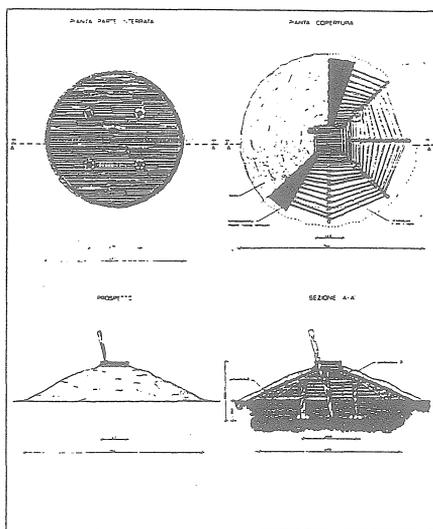


Fig. 5 — Hábitat semiexcavado de los Salish en las regiones septentrionales de los Estados Unidos (Archivo de Tipología Constructiva, diseño de G. L. Aldovrandi).

MEGALITISMO DA BACIA DO DOURO (MARGEM SUL)

por

Eduardo Jorge Lopes da Silva*

Resumo: Referência às recentes escavações em monumentos megalíticos de Castelo de Paiva, Cinfães e Resende (margem sul do Douro), numa visão de conjunto, nomeadamente em relação às arquitecturas tumulares.

Palavras-chave: Megalitismo. Douro. Arquitecturas.

1. INTRODUÇÃO

Dentro da planificação prevista no projecto de investigação que vimos desenvolvendo no Norte de Portugal, iniciámos, em 1988, um conjunto de escavações em monumentos megalíticos implantados em concelhos da margem sul da bacia do Douro, com o apoio das respectivas Câmaras Municipais e do extinto IPPC, e com a valiosa colaboração de uma equipa-base de jovens arqueólogos, que ao estudo do megalitismo se vêm dedicando.

Esta investigação corresponde à acção desenvolvida numa das áreas geográficas que entendemos dever privilegiar, permitindo correlacionar o megalitismo desta região, de grande altitude, com o megalitismo do Minho, especialmente o de cotas mais baixas, como é o caso dos megálitos implantados a pequena distância da faixa litoral, alguns dos quais aí escavámos.

Nem sempre o trabalho de investigação, qualquer que seja a sua abrangência, atinge, a curto prazo, a comunidade científica. Sendo o trabalho de campo a principal base de apoio da investigação arqueológica, por vezes, o manancial de informações que o terreno fornece, em primeira mão, é em tal quantidade, que obriga a um aturado e prolongado tratamento de gabinete, a que se associam as espec-

* Do Instituto de Arqueologia da Universidade Portucalense. Av. Rodrigues de Freitas, 339, 4000 Porto.

tativas decorrentes de análises várias, de que as do C14 são exemplo, sendo estas, não poucas vezes, assaz demoradas.

É um trabalho sem ruído mediático, esse, o do laboratório, mas que, como é óbvio, fundamenta a reflexão e as conclusões que as publicações científicas hão-de comportar.

Porque a investigação de maior fôlego determina, sempre, uma maior morosidade no tratamento final dos dados, com uma necessária visão abrangente, em que todos os elementos estabelecerão correlações que se irão cruzar em múltiplas conexões, corre-se o risco de os demais investigadores não terem acesso às principais novidades decorrentes dos mais recentes trabalhos de campo.

Considerando a importância que um Congresso de Arqueologia, como este, potencializa, tanto a nível nacional, como internacional, e reconhecendo que o acaso colocou no nosso percurso um importante somatório de novos dados, não pudemos rejeitar o imperativo que nos leva a tornar públicos alguns desses dados, ainda que não definitivos, correspondentes a um megalitismo que, de forma pragmática, toma por charneira o rio Douro.

2. O MEGALITISMO DO DOURO SUL

Os concelhos que configuram a bacia hidrográfica do baixo Douro (a partir da Régua) possuem, ainda, uma riqueza de monumentos megalíticos assinalável. Neste particular, citem-se os concelhos de Cinfães, Castelo de Paiva e Resende, com destaque para as Serras de Montemuro e Leomil (abrangendo esta última o concelho de Moimenta da Beira).

Nesta zona, o projecto que desenvolvemos centrou o seu interesse, primeiramente, no concelho de Cinfães, pois que aí realizámos, previamente, uma pesquisa de campo, de que resultou a inventariação de uma série de monumentos totalmente desconhecidos. A importância de alguns megálitos, bem como a sua implantação, levaram-nos a eleger a Serra de Montemuro como local prioritário de acção. Aqui, escolhemos um núcleo de mamoaes que, entre algumas características particulares, se encontravam fronteiras à Serra da Aboboreira, cuja necrópole vinha sendo estudada exaustivamente.

Posteriormente, virámos a proceder ao levantamento arqueológico do concelho de Castelo de Paiva, a que se seguiria a fase de escavação. Por último, conhecido que se tornou o concelho de Resende, e porque os monumentos megalíticos desta área se implantam numa das extremidades da Serra de Montemuro (a 6ª serra de maior altitude, do sistema orográfico português, com 1382 metros), também aqui viemos a iniciar intervenções de campo.

O trabalho que aqui propomos visa, pois, dar uma panorâmica, uma síntese,

necessariamente breve, da actividade que desenvolvemos, nos últimos anos, nos três concelhos aludidos. Faremos referência aos monumentos escavados, numa sequência geográfica, de jusante, para montante.

3. CONCELHO DE CASTELO DE PAIVA

Os monumentos megalíticos escavados neste concelho correspondem às mamoaas 1, 2 e 3 do Núcleo de Carvalho Mau, freguesia de S. Pedro do Paraíso. Situados a uma altitude de 400 metros, estes monumentos encontravam-se muito próximos uns dos outros.

A Mamoa nº3, bastante destruída, era a mais maltratada das três. Não possuía quaisquer vestígios de esteios *in situ*.

A Mamoa nº2, cujo *tumulus*, era, como nas demais, constituído por terra barrenta, compacta, apresentava, ainda, restos de uma carapaça lítica, constituída por pedras xistosas.

Estes dois monumentos caracterizaram-se por revelarem, no interior dos *tumuli*, uma pouco vulgar estrutura lítica, de feição circular, e razoavelmente bem conservada na Mamoa 2. Aqui, este anel organizava-se sensivelmente no centro do monumento, apoiando-se, directamente, no solo de base. Apresentava um diâmetro N-S (face interna) de 2,50m. Não se notaram negativos de implantação de ortostatos.

A Mamoa nº1 era a que apresentava maiores dimensões, distinguindo-se, desde logo, das demais, pelo seu porte, ainda que todas fossem visíveis numa única abrangência do olhar.

Este monumento, por um conjunto de razões, foi o que sofreu uma intervenção mais prolongada, através da realização de duas campanhas sucessivas.

Apesar de violado, a escavação deste monumento viria a revelar vários dados de grande interesse.

Contrariamente ao que se esperava, não evidenciou qualquer estrutura circular, semelhante às detectadas nas mamoaas próximas. Ao invés, pôs-se em destaque o resto de uma estrutura dolménica, constituída por vários ortostatos em xisto, facto que importa aqui relevar, dado que, no Norte de Portugal, são muito raros os megálitos implantados em terrenos com esta constituição, ou que possuem as principais estruturas construídas com tal tipo de rocha.

Esta estrutura, que classificamos como “corredor” (com 6 esteios), é de altura mediana, de lados convergentes, limitados por uma laje que oblitera a abertura.

Envolvendo a zona de enterramento, destacou-se uma belíssima estrutura de contrafortagem, bastante bem conservada, constituída praticamente por pedra seca,

tipo “cairn”.

Na parte periférica, lado Este, detectaram-se as pedras da carapaça lítica. Foi aí que se localizou a maior quantidade de espólio. De resto, esse espólio, principalmente cerâmico, caracterizou-se pela abundância e variedade (mais de quatro centenas de fragmentos, dos quais metade apresentavam decoração), com destaque para o elevado número de bordos (mais de uma centena). Entre estes fragmentos, há que destacar a decoração campaniforme. Exumou-se, também, um recipiente completo, igualmente decorado, tipo “copo”. Foi, ainda, localizado espólio lítico (sobretudo pontas de seta e lâminas), além de uma espiral, presumivelmente em prata (ainda não analisada).

Este núcleo destacou-se, pois, pela variedade e raridade das suas estruturas, bem como pelo espólio.

A escavação destas três mamoa (1989-90) teve de ser antecipada em relação à data por nós planificada, face a um convite do então IPPC, para aí realizarmos uma intervenção de emergência. Com efeito, para aquela área foi prevista a construção de uma unidade fabril, com a qual se estabeleceram contactos, de forma a articular-se a sua implantação, sem prejudicar a coabitação do empreendimento com os monumentos. Infelizmente, e após reuniões entre arqueólogo, autarquia e o então existente Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro, com todas as condicionantes e acordos perfeitamente definidos, as máquinas da autarquia viriam a terraplanar a área, com destruição das Mamoas 3 e 2, e mutilação da nº1, para onde estava prevista, ainda, uma última campanha de escavações. No momento, a questão segue a tramitação normal, após denúncia do arqueólogo e queixa do Departamento de Arqueologia, formalizada ao Ministério Público.

4. CONCELHO DE CINFÃES

Encontra-se neste concelho um dos mais importantes megálitos funerários do norte do País. Implantado a mais de mil metros de altitude, em plena Serra de Montemuro, a Mamoa 1 de Chão do Brinco foi descoberta em trabalho de prospecção, não havendo dela notícia, até então.

Situada num dos “plateaux” daquela serra, esta mamoa faz parte de um núcleo de 3, embora outras haja a uma distância não muito grande. Deste núcleo, foi também escavada a Mamoa 2, que se distinguiu, em contraste, pela quase total ausência de espólio.

A Mamoa 1 foi por nós escavada em 4 campanhas sucessivas (1988-91), aguardando-se oportunidade para uma última intervenção, a fim de se resolverem alguns problemas pendentes.

Não sendo possível dar, aqui, notícia circunstanciada de tudo quanto este megálito revelou, iremos resumir alguns dos aspectos que nos parecem mais relevantes, não os esgotando, contudo.

Quanto à sua implantação, importará referir que, do local onde se situa, é perfeitamente visível o perfil da Serra da Aboboreira, zona megalítica bem conhecida.

A mamoa apresenta um *tumulus*, de alguma forma invulgar, pois que todo ele é praticamente constituído por pedras graníticas, o que ultrapassa a habitual carapaça de superfície, mais se assemelhando a um “cairn”. Bem destacados, eram visíveis, no momento da intervenção, dois esteios, *in situ*, com cerca de 3 metros de altura, além de um grande fragmento da tampa.

Um raro atractivo desde logo se nos evidenciou: as notáveis gravuras que eram já visíveis (ainda que incompletamente) na face interna do esteio de cabeceira. Sendo certo que as gravuras deste painel são as que mais impressionam, pela sua boa conservação, pela temática e pela vastidão da área utilizada (praticamente toda a superfície interna da laje), o monumento apresenta, ainda, outro esteio com um serpentiforme, tendo a escavação revelado um novo ortostato, tombado no interior da câmara, com nítidos vestígios de pinturas. Mas, com o decorrer dos trabalhos, a temática desta arte funerária megalítica viria a enriquecer-se com mais 5 pequenas lajes, das quais se destaca uma, pela associação de pinturas e gravuras, e, outra, pelo facto de corresponder a um motivo antropomórfico, de tipo “estela”. Concluído que foi o seu estudo, viríamos a dar primeiro conhecimento público desta descoberta no “115^e. Congrès National des Sociétés Savantes”, realizado em Avignon (França), no ano de 1990. Do texto publicado nas respectivas Actas, editadas, em Paris, no corrente ano de 1993, respigamos algumas passagens, que consideramos mais significativas, atendendo à importância desta estela e à sua ainda escassa divulgação.

A comunicação apresentada nesse Congresso temático, dedicado às representações humanas, desde o Neolítico à Idade do Ferro, teve por base o estudo de duas gravuras, de feição antropomórfica, de configuração e estilo pouco comuns, correspondentes a outros tantos monumentos megalíticos da região norte, pertencendo uma à Mamoa da Eireira (Afife, Viana do Castelo), dizendo a outra respeito a um pequeno monólito da Mamoa de Chão do Brinco, em Cinfães.

Este último motivo inscreve-se numa pequena laje granítica, alongada, de configuração sub-rectangular, localizada à entrada do pequeno corredor. Quando analisada com mais cuidado, revelou a existência de uma gravura, que classificámos como um antropomorfo esquemático. Possui as seguintes dimensões: 1,16m de comprimento, 0,19m de largura média e 0,08m de espessura.

A gravura é constituída por uma linha que se inscreve paralela às extremidades laterais e superior da pedra, prolongando-se até à sua parte média.

Correndo, segundo o eixo de simetria da superfície lítica, possui um outro sulco, de execução semelhante aos anteriores.

A uma distância quase simétrica deste sulco central, são visíveis duas pequenas concavidades, dispostas horizontalmente.

Estamos, assim, perante uma representação antropomórfica simplificada, a que não falta a representação dos olhos.

Este monólito foi concebido, originalmente, para ser colocado verticalmente no terreno, assumindo-se como uma pequena estátua.

Esta estela da Mamoa 1 de Chão do Brinco impressiona pela sua simplicidade e o seu estilo alongado é semelhante a outras representações de figuras interpretadas como ídolos.

A simplificação pressupõe, aqui, uma elevada ideia de abstracção e de conceptualização, através da eliminação de alguns atributos anatómicos, substituídos por um profundo simbolismo.

Estilisticamente, a estela de Chão do Brinco mostra-nos uma tendência para o alongamento das linhas da figura humana, com uma representação excessiva do sulco que define o nariz, tal como acontece com as estátuas-menires.

Do ponto de vista interpretativo, esta estela, considerando a ambiência em que foi encontrada, bem pode ser tida como uma divindade protectora dos mortos.

Um dos aspectos de grande significado tem a ver com a proveniência bem definida desta peça e do seu contexto arqueológico, nomeadamente do espólio que lhe fica associado — pormenor que está ausente na maior parte de outros exemplares conhecidos, particularmente em França.

Cronologicamente, poderá enquadrar-se no período Calcolítico, ou na Idade do Bronze, a fazer fé em alguns materiais com ela contextualizados.

A escavação deste monumento viria a revelar outros dados de grande interesse, sobretudo a nível de espólio, tendo-se exumado mais de 4000 contas de colar, discóides, em xisto, cerca de duas dezenas de micrólitos, além de cerâmica campaniforme.

Uma pequena peça de adorno, em ouro, foi, também, recolhida.

5. MENIR DO MARCO DA JOGADA

Em resultado de continuado trabalho de prospecção realizado no concelho de Cinfães, viríamos a descobrir, há cerca de 4 anos, um monólito, erecto que, desde logo, se mostrou merecedor de particular atenção, considerada a sua morfologia e contexto arqueológico.

Deste menir, conhecido por “Marco da Jogada”, não se conhece qualquer referência, quer oral, quer escrita, dele se dando, aqui, pela primeira vez, notícia

pública.

Encontra-se a uma altitude de cerca de 1000 metros, na Serra de Montemuro, relativamente próximo de vários núcleos de mamoaas, e a poucos quilómetros da Mamoa 1 de Chão do Brinco.

O monólito é de pequena estatura (1,40m) e encontra-se sumariamente afeiçãoado. Apresenta dois cruciformes, um no topo e outro lateral.

Uma das características mais interessantes corresponde à existência de uma estrutura pétrea circundante, revelada através da escavação ali efectuada no mês de Setembro deste ano. Com cerca de 4 metros de diâmetro, esta camada de pedras, definindo uma área circular, estava completamente oculta no início dos trabalhos.

Não há espólio a referir. Talvez que a única amostra de carvões vegetais que pôde ser recolhida permita uma datação fiável, o que seria de grande importância.

6. CONCELHO DE RESENDE

Dando continuidade ao estudo do megalitismo da Serra de Montemuro, realizámos a escavação da Mamoa 1 de Feirão/Felgueiras, nos anos de 1991-92. O núcleo é constituído por 4 mamoaas, havendo conhecimento de mais uma outra, isolada, a pequena distância.

Situado numa zona de altitude (cerca de 1000 metros), este monumento revelou, do ponto de vista de arquitectura dolménica, uma câmara simples, aberta, com a particularidade de evidenciar um pequeno ortostato, em forma de *pilar*, colocado junto da entrada, do lado norte.

Uma estrutura de contrafortagem envolvia as lajes dolménicas.

Em relação ao espólio, a escavação revelou contas de colar discóides, em xisto, machados de pedra polida, lâminas, micrólitos, cerâmica lisa e vários moinhos em granito, pormenor a merecer alguma atenção, pela sua apreciável quantidade, não muito comum no norte do País.

7. CONCLUSÃO

Em síntese breve, pode concluir-se, pelo exposto, que o estudo que se vem desenvolvendo nos concelhos que configuram a bacia sul do rio Douro permitirá estabelecer a ligação, geograficamente mais próxima, entre o megalitismo da grande necrópole da Serra da Aboboreira e o megalitismo da outra margem do Douro, com particular incidência na Serra de Montemuro; um prolongamento para SW é, igualmente, de referir, com relevo para os trabalhos recentes que se vêm

desenrolando, de forma sistemática, no concelho de Arouca.

Sendo cedo, ainda, para se forjarem grandes conclusões, que pecariam, por ora, pela precariedade óbvia, pode-se, porém, começar a antever uma nova franja de leituras, que poderão apontar para algumas confirmações, conjugadas com a abertura de novas pistas.

Vemos, por exemplo, que os monumentos megalíticos funerários surgem mais nuclearizados nas regiões de altitude, sendo esta característica comum aos 3 concelhos aqui tratados.

Do ponto de vista arquitectónico, é comum encontrarem-se núcleos com arquitecturas dolménicas distintas (casos do núcleo de Carvalho Mau, Castelo de Paiva, e de Chão do Brinco, Cinfães, com a Mamoa 2 a diferenciar-se, em tudo, da que lhe fica quase contígua). O consabido polimorfismo é apenas um ponto de partido para novas e enriquecedoras abordagens, adentro de uma complexidade cada vez mais consciencializada.

As manifestações de arte continuam a ser raras, nesta zona, destacando-se um único dólmen com tais características, entre os 6 estudados. A sua riqueza e variedade contrasta, contudo, com todas as outras manifestações semelhantes que se conhecem no norte de Portugal, com excepção do dólmen de Afife.

Em termos de ocorrência de espólio, os monumentos estudados na zona do Douro sul caracterizam-se por uma maior abundância e diversidade, com destaque para o surgimento de elementos de adorno, metais preciosos (ouro e prata) e cerâmica campaniforme (Castelo de Paiva e Cinfães), a que se ligam elementos arcaizantes, como os micrólitos, surgidos, em quantidade apreciável, em Chão do Brinco 1.

A área do Montemuro parece, assim, estabelecer alguma ligação, quanto à quantidade e riqueza do mobiliário votivo, em direcção ao sul, particularmente em relação à região da Beira Alta. Tudo prematuro, é certo. São pistas flutuantes, que outro significado não têm, por enquanto, que não seja o de chamar a atenção para uma nova realidade, a que valerá a pena estar-se atento, desde já, bem como ao futuro desenvolvimento das pesquisas que se continuarão a fazer nestas áreas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- JORGE, Susana Oliveira, JORGE, Vítor Oliveira, *et. alii* (1990), Portugal — Das Origens à Romanização, *Nova História de Portugal*, Vol. I, Ed. Presença, Lisboa.
- SILVA, Eduardo Jorge L. (1990), Primeira Notícia da Escavação de Emergência do Núcleo Megalítico de Carvalho Mau (S. Pedro do Paraíso — Castelo de Paiva), *Revista de Ciências Históricas*, Vol. V, Universidade Portucalense, Porto.
- SILVA, Eduardo Jorge L. (1993), Représentations humaines sur deux Monuments Mégalithiques de la Région Nord du Portugal, *Actas do 115.º Congrès National des Sociétés Savantes* (Avignon, 1990), Paris.



Fig. 1 — Mamoa 2 de Carvalho Mau (Castelo de Paiva): o anel lítico basal e a fossa central.



Fig. 2 — Mamoa 1 de Carvalho Mau (Castelo de Paiva): vista geral do monumento, com evidência da estrutura de contrafortagem.



Fig. 3 — Mamoa 1 de Chão de Brinco (Cinfães): vista parcial do monumento (zona da câmara).

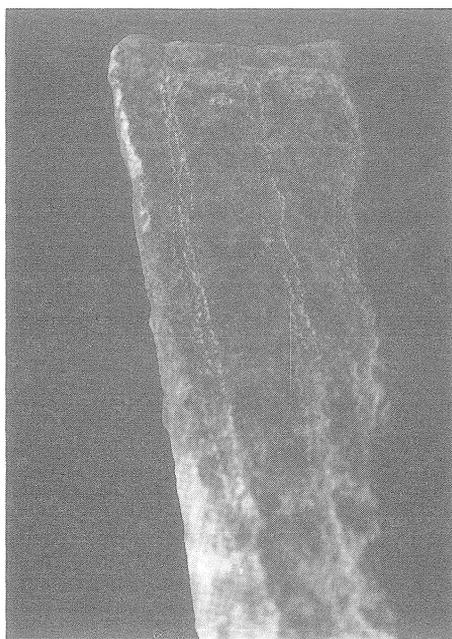


Fig. 4 — Estela antropomórfica da Mamoa 1 de Chão de Brinco (Cinfães).

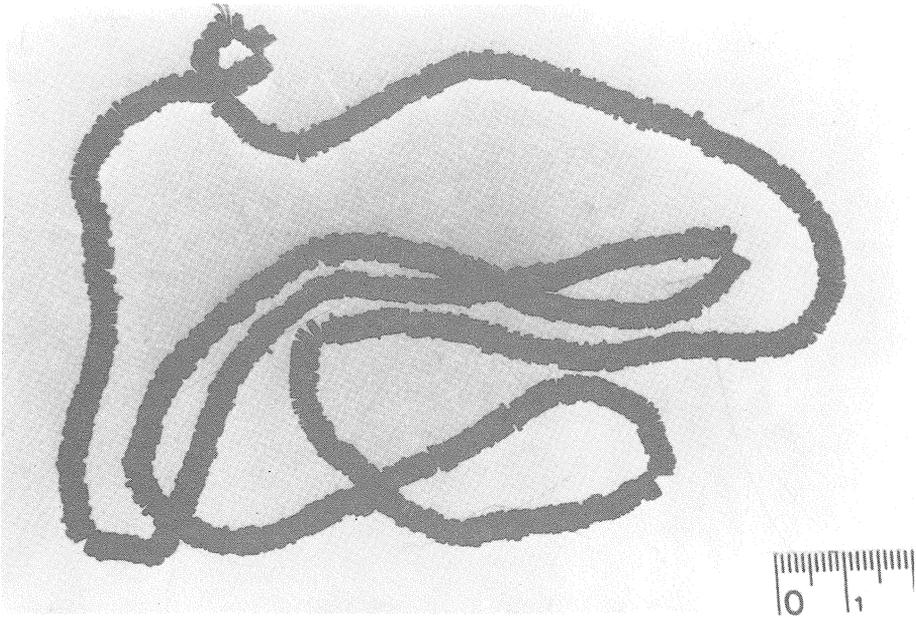


Fig. 5 — Contas de colar, discóides, em xisto, provenientes da Mamoa 1 de Chão de Brinco (Cinfães).



Fig. 6 — O menir de Marco da Jogada (Cinfães), antes da intervenção arqueológica efectuada em 1993.



Fig. 7 — A Mamoá 1 de Feirão/Felgueiras (Resende).

ORCA 2 DO AMEAL, CARREGAL DO SAL, VISEU: RESULTADOS PRELIMINARES

por

José Manuel Quintã Ventura*

Resumo: A Orca 2 do Ameal é um pequeno monumento megalítico, situado no “planalto” do Ameal, numa necrópole megalítica com, pelo menos, mais outro monumento similar, entre as povoações dos Fiais da Telha e de Oliveira do Conde, concelho de Carregal do Sal, distrito de Viseu.

Foi identificado pela primeira vez na Páscoa de 1987, pela equipa do PEABMAN que reconhecia a área.

A estrutura do monumento configura-se como de câmara poligonal sem corredor orientada a leste. Esta estrutura encontra-se encerrada numa mamoa de forma elíptica, no sentido N-S. Não obstante remeximentos diversos, os materiais recolhidos configuram uma inserção em momentos iniciais do megalitismo regional, numa etapa coeva da apontada para monumentos similares, como sejam o de Pramelas, Canas de Senhorim e o da Orca 1 do Ameal.

Apresenta-se aqui um primeiro balanço dos trabalhos efectuados durante as últimas campanhas.

Palavras-chave: Megalitismo. Dólmen simples. Beira Alta.

1. INTRODUÇÃO

Na sequência dos reconhecimentos efectuados em 1987 e 1988, processou-se entre 18 e 23 de Setembro de 1992 e 13 a 28 de Julho de 1993, duas campanhas de escavações neste monumento megalítico. Os trabalhos decorreram no âmbito do 7º e 8º Campos Arqueológicos de Canas de Senhorim, sendo apoiados pela Câmara Municipal de Carregal do Sal, Associação para o Estudo Arqueológico da Bacia do Mondego, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim (Núcleo Filatélico e Numismático) e Companhia Portuguesa do Urânio, a quem agradecemos. Participaram dos trabalhos diversos alunos universitários.

* Licenciado em História e História, Variante de Arqueologia pela F.L.U.L., Investigador do PEABMAN. Rua Dr. Ricardo Jorge, 5, 13º Esq. Venda Nova, 2700 Amadora, Portugal.

2. LOCALIZAÇÃO E ANTECEDENTES

A Orca 2 do Ameal (ORAM2), localiza-se no topo do interflúvio entre o Mondego, a sul, e a ribeira da Azenha, a noroeste (cf. Fig. 1). As suas coordenadas hectométricas GAUSS, são 216.125/386.050, folha 211 da Carta Militar de Portugal, escala 1/25000, freguesia de Oliveira do Conde, concelho de Carregal do Sal, distrito de Viseu.

A área aplanada, rasgada pelo vale do Mondego, onde se situa o sítio arqueológico, é constituída, a nível geomorfológico, maioritariamente por granitos, ainda que esporadicamente, estes sejam, atravessados por filões quartzosos. O granito surge nas suas variedades de monozonítico de duas micas e biotítico de grão médio a fino. Os depósitos quaternários de cobertura, são formados por argilas e arcoses diversas (TEIXEIRA, 1961:8-9), com fraca potência na área do sítio arqueológico em questão.

Quanto a solos, dominam os cambissolos húmicos, (cf. “Carta dos Solos”, *Atlas do Ambiente*, II.1, 1978), geralmente pouco profundos e extremamente ácidos, variando o *Ph* entre 4.5 e 4.6, formando algumas manchas de solos de “Classe A”, entremeadas por manchas de “Classe C e F”, de capacidade agrícola reduzida (com limitações moderadas ou acentuadas) ou apenas florestal (cf. “Carta de Capacidade de Uso do Solo”, *Atlas do Ambiente*, III.3, 1978), com alguma horticultura, cultivo de milho e de oliveira em socalcos ou nas baixas aluviais, ocupando a vinha algumas das vertentes e parte dos interflúvios entre os cursos de água principais.

Contudo, importa referir que, o carácter fortemente trabalhado dos solos mais ricos e a grande transformação, provavelmente pós-medieval, da paisagem, com acentuada desflorestação das encostas e preenchimento do fundo dos vales, obriga-nos a uma grande prudência na possível utilização dos dados actuais para o período que aqui nos importa.

O monumento, tal como o da Orca 1 do Ameal que lhe fica contíguo, foi identificado pela primeira vez na Páscoa de 1987, por uma equipa do então ESPOV1/PEABMAM, que procedia à primeira campanha de emergência, no vizinho sítio de habitat do Ameal-VI (SENNA-MARTINEZ, no prelo a.), do qual dista apenas 130m para sul.

Em 1987, durante o 3º Campo Arqueológico de Canas de Senhorim, uma equipa, dirigida pela Dr.^a Luísa Cortesão Portela, procedeu ao corte de matos e levantamento topográfico de base dos dois monumentos, enquanto outra equipa com a colaboração do topógrafo da Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos, Senhor António Cardoso de Oliveira, procedia ao levantamento topográfico global da área do Ameal.

A escavação do Habitat do Ameal-VI, campanhas 1(1987), 2(1988), 3(1989) e

4(991) (SENNA-MARTINEZ, 1989b., no prelo a. e b.) e da Orca dos Fiéis da Telha, campanhas 1(986), 2(987) e 3(988), (SENNA-MARTINEZ & VENTURA, no prelo a, b e c; SENNA-MARTINEZ, VENTURA & DELGADO, 1987), tornavam prioritário o estudo dos dois monumentos megalíticos que lhe ficavam quase que anexos: as Orcas 1 e 2 do Ameal (SENNA-MARTINEZ, 1989b, SENNA-MARTINEZ, J.C. e SENNA-MARTINEZ, no prelo c). Deste modo se programou o seu estudo, iniciado, em 1989, pelo monumento 1 (VENTURA, J. 1993, no prelo a. e c.) e continuado agora pelo monumento 2.

3. OS TRABALHOS

3.1. Metodologia

Após o corte da vegetação superficial (incluindo alguns pinheiros), implantou-se um referencial, orientado a 4º Norte magnético. Uma vez verificado o levantamento de superfície, efectuado em 1987, optou-se, por economia de meios e tempo, por decapar integralmente duas faixas de 2m de largura, correspondentes a duas Sanjas (A e B), abrangendo, a intervenção, os quadrados H/I - 1/9 da Sanja A e os quadrados F/G - 1/3 da Sanja B (cf. Fig. 2) de modo a obter uma percepção do estado de conservação do *tumulus* subjacente e, em continuidade, da estrutura central do monumento.

3.2. A Mamoa

Após a remoção da camada humosa superficial [UE.0], terras castanhas escuras (Munsell 10YR 4/3), a qual integrava raízes, fragmentos de cerâmicas a torno rápido e abundantes carvões resultantes dos incêndios florestais, detectou-se uma camada de terras castanhas (7.5YR 5/4), que cobria a superfície da mamoa [UE.1], com uma potência média de 35cm. Estas envolviam pedras de pequena-média dimensão de granito com alguns elementos de quartzito e quartzo leitoso, denotando remeximentos importantes, devidos à lavra efectuada para o plantio do pinhal, a qual permitiu a detecção deste conjunto de monumentos/sítios no “planalto” do Ameal.

Era evidente a existência de grandes remeximentos, mas apesar da decapagem da UE.1, por níveis artificiais de 10cm de espessura, não foi possível a detecção, dos limites das áreas remexidas. No interior da UE.1, na Sanja A, em H-3, recolhemos um calhaus rolado, com indícios de ter sido usado como percutor.

Sob a UE.1 eram visíveis as seguintes realidades (cf. Fig. 3):

— Em H/I-3, encostando ao topo norte, e continuando por H/I-4, detectámos o topo de um forte anel pétreo [UE.4], com continuação pela Sanja B (quadrados G/F-4), constituído por elementos pétreos de média e grande dimensão, maioritariamente de granito, com alguns exemplares de quartzito, que se encontram cuidadosamente imbricados de modo a que as exteriores travam os interiores (cf. Fig. 4 e 5), configurando-se como o anel interior, de contrafortagem da câmara;

— Na periferia da Sanja (H/I-4/6) encostando ao anel de contrafortagem, UE.4, pela sua face norte, ou seja exterior, detectámos, o que parecem ser, as terras de enchimento da mamoa [UE.7], composta por terras castanho claras (10YR 6/4) de consistência média-dura. No seio desta UE, a cerca de 35cm do topo da mamoa, em H-5, recuperámos um fragmento de bojo de olaria manual e de um fragmento distal de lasca em sílex, possivelmente provenientes das terras utilizadas na construção da mamoa;

— No topo norte da Sanja (H/I-6/7), a cerca de 1.5m da UE.4, surgiu-nos uma outra estrutura lítica [UE.8], que à semelhança da UE.4, era constituída maioritariamente por elementos pétreos em granito de grande e média dimensão, com alguns exemplares de quartzito, que se encontram cuidadosamente imbricados de modo a que os exteriores travam os interiores. Esta estrutura encontrava-se inserida numa matriz de terras castanho amareladas (10YR 6/6) [UE.15];

— A UE.8, em H/I-6, apresentava como que uma extensão do anel pétreo exterior, que após a construção e consolidação da estrutura tumular, terá sido alargado, acavalgando sobre a UE.7, de modo a revestir com uma camada de pedras de médias e pequenas proporções, toda a superfície da mamoa, dando-lhe a forma de uma carapaça de revestimento da superfície de *tumulus*, similar à situação detectada na Orca 1 do Ameal (VENTURA, J. no prelo a. e c.);

— Na face exterior da UE.8, em H/I-8/9, sob a UE.1, detectou-se uma matriz de terras amarelas-alaranjadas (10YR 5/3) compactas [UE.20] e que durante a sua remoção, por camadas artificiais de 5cm de altura, permitiram a recolha, em H-6, de 2 fragmentos de olaria manual e em I-8, de 3 fragmentos de olaria manual, um dos quais um fragmento de bordo de uma taça hemi-elipsoidal (ORAM2 33/93), tipologicamente afim às do Habitat Ameal-VI (SENNA-MARTINEZ, J.C. 1989 a.), que se situa a cerca de 130m para norte. No entanto, os remeximentos ocorridos recentemente no planalto, não permitiram a detecção de quaisquer estruturas associadas a estes fragmentos, na área escavada;

Desmontadas estas UEs, verificámos que enquanto na maioria dos quadros (H/I-3/9), estas assentavam directamente e em descontinuidade clara sobre o areão granítico de base [UE.21], no entanto, em H5, surgia na base das terras de enchimento da mamoa [UE.7] uma camada de terras, castanhas vivas (7.5YR

5/6), com uma espessura média de 8 cm [UE.22], sem qualquer espólio, possivelmente resultantes do transporte de terras de uma origem diferente, aquando da construção do *tumulus*. Sob a UE.21, encontravam-se os granitos de base [UE.19].

3.3. A Câmara

A área correspondente à designação de câmara, corresponde *grosso modo* aos quadrados F/G/H/I-1/2/3, referente à zona onde em 1987, se detectou um ortóstato e uma fossa de violação (cf. Fig. 2). A intervenção de 1(992) tinha como principal objectivo, nesta área, “a percepção do estado de conservação da estrutura central do monumento, de molde a perspectivar as estratégias de intervenção no futuro”, tal como foi referido no respectivo relatório de escavação, enviado ao IPPAR. Após esta campanha a área foi alargada de molde a compreender a inserção da estrutura megalítica na mamoa e o seu enchimento.

Após a remoção da UE.0, onde apenas recolhemos alguns fragmentos de cerâmica contemporânea (recipientes para recolha de resina), surgiu a UE.1, que também aqui assumia as mesmas características, já referenciadas no ponto anterior.

Era evidente a existência de grandes remeximentos, mas apesar da decapagem da UE.1, por níveis artificiais de 10cm de espessura, não foi possível a detecção, dos limites das áreas remexidas. No interior da UE.1, recolhemos um Geométrico crescente em I-2 e um raspador em quartzo, de G-2 (ORAM2 1/92 e 2/93 respectivamente). Esta UE assentava, em parte, sobre terras de matriz amarelo-acastanhadas (10YR5/6) de consistência média [UE.2] onde eram visíveis as seguintes realidades (cf. Fig 4):

— Em G-1 e G-2, detectámos a existência de dois ortóstatos, que não eram visíveis anteriormente, por se apresentarem cobertos por esta UE. Estes esteios [E.1 e E.2], que se encontram-se na sua posição original, ainda que quebrados no topo, definem um espaço que poderá corresponder à entrada do monumento, de forma similar ao encontrado em ORAM1²;

— Em G-2/3, encostando pelo exterior ao ortóstato E.2, detectámos o topo de um forte anel pétreo [UE.4] e com continuação pelos quadrados H/I-4, constituído por elementos pétreos de média e grande dimensão, maioritariamente de granito, com alguns exemplares de quartzito, que se encontram cuidadosamente imbricados de modo a que os exteriores travam os interiores (cf. Fig. 4 e 5), configurando-se como o anel interior, de contrafortagem da câmara;

² Cf. VENTURA, no prelo c.

— Na continuação da UE.4, em G-1, em frente da entrada da câmara, detectou um pequeno aglomerado de elementos líticos de médias proporções [UE.9], que se configuram, para além da continuação do contraforte, como os elementos de fecho da câmara sepulcral;

— Entre I-2 e H-1, encostando a um conjunto pétreo [UE.6] detectámos o topo de dois ortóstatos [E.5 e E.3 respectivamente], sobre os qual se apoia a única laje visível antes dos trabalhos, que assim se poderá assumir como uma possível tampa do monumento, deslocada por via da acção das “garras” da máquina usada para o plantio do pinhal;

— Em H/I-1/2, detectámos um conjunto pétreo [UE.6], encostando pelo lado exterior aos esteios E.1, E.3 e E.5, que, apesar dos profundos remeximentos provocados, se apresenta como o anel de contrafortagem interior da Mamoa, por isso a continuação neste quadrante, da UE.4;

— No quadrante sul de H-3 e continuando por H-2, identificámos os contornos exteriores de uma fossa [UE.5], escavada na UE.2, que se encostava a uma grande laje de granito tombada sobre o interior da Câmara [E.4], que pela sua situação e características, se apresenta como um dos esteios do lado norte do monumento e a fossa como o testemunho de uma presumível violação da Câmara.

Ainda sob a UE.1, em F/G-1/2, no topo norte e nordeste, detectámos a interface superior de uma camada de terras arenosas (10YR 6/4) muito compactadas [UE.7], que encosta aos elementos do anel pétreos UE.4. Esta UE, encontrava-se coberta, em parte, em F/G-3, por uma estrutura pétrea [UE.8], que como que acavalgava sobre a UE.7. A escavação, em níveis artificiais de 5cm, permitiu identificar esta UE, como os restos conservados da carapaça de cobertura superior da mamoa, que o registo arqueológico observado na Sanja A, na mamoa, indiciam como uma continuação do anel lítico, de retenção exterior. Esta estrutura lítica encontrava-se inserida numa matriz de terras em tudo semelhantes à UE.7, mas que pela sua posição receberam a designação de UE.15, já caracterizada no ponto anterior.

A escavação, em níveis artificiais de 10cm da UE.7, até uma profundidade de 30cm, do topo original da unidade, permitiu a detecção do seguinte:

— Em G-3, a uma cota de 315.260, ou seja 58cm abaixo da superfície actual, de um bloco de material vegetal carbonizado (ORAM2 16/93), que se encontrava, sob um dos elementos líticos do anel de contrafortagem interior [UE.4], que esperamos que seja suficiente para uma futura datação de ¹⁴C;

— Em F-1, a uma cota de 315.47, um fragmento de bordo de recipiente de olaria manual, com uma linha de incisões ao longo do lábio e uma outra ao longo do bojo, paralelas ao bordo, que pelo tipo de pastas e decoração, fazem lembrar peças afins encontradas no sítio das Carriceiras (SENNA-MARTINEZ & ESTEVINHA, no prelo a.). Associado a este fragmento, encontraram-se ainda,

2 fragmentos de bojos de olaria manual;

— Em G-1, na mesma situação da olaria, detectou-se um pequeno fragmento distal, de uma lamela de quartzo.

Tudo parece configurar que, pelo menos a olaria e a lamela, tenham vindo misturadas com as terras que serviram de enchimento à mamoa, por isso, possivelmente, provenientes de um sítio de habitat próximo, que no entanto não foi ainda possível detectar.

A remoção da UE.2³, permitiu caracteriza-la como resultante dos diversos remeximentos, que o monumento sofreu, ao longo da sua existência, já se recuperam não só artefactos de inserção pré-histórica, dos quais destacamos, um núcleo em quartzo (ORAM2 14/93) de H-3 e um fragmento de bordo de cerâmica manual, em I-2 (ORAM2 29/93) bem como fragmentos de cerâmica vidrada do séc. XIX.

Durante a escavação da UE.2, detectamos, em H/I-2 e parte sul de I-3, um conjunto lítico [UE.11], que se configurava como o derrube do anel de contrafortagem [UE.4], para o interior do espaço sepulcral, por via das diversas violações que o monumento sofreu.

A UE.2 assentava directamente e em descontinuidade clara sobre a UE.10, que era constituída por uma matriz de terras castanho amareladas claras (5YR 5/4) bastante compactadas, que se configurava como a camada de enchimento original, conservada da câmara. A escavação desta UE, permitiu recuperar *in situ* uma pequena goiva em xisto polido (ORAM2 18/93) uma pequena lamela de dorso, em sílex (ORAM2 27/93) e um Geométrico crescente, sobre lâmina (ORAM2 28/93) em H-2; um Geométrico crescente, sobre lâmina (ORAM2 25/93) em I-2, sob o derrube UE.11; um outro Geométrico trapézio sobre lâmina (ORAM2 36/93) em I-1. Foi ainda possível recuperar, 7 pequenas contas discoídeais, em xisto, com perfuração central, provenientes desta unidade (ORAM2 34 e 37/93).

Ainda na UE.10, demarcavam-se os contornos de seis fossas (cf. Fig. 5): a UE.12 encostada à UE.9, em G-1, resultado de uma toca de animal; a UE.13, em G-2, que se afigura como a fossa de implantação do Esteio E.4, que terá tombado para o interior, por via das violações que o monumento sofreu; a UE.14, em H-2 e parte sul de H-3, correspondendo à fossa de implantação do Esteio em falta do lado norte, em frente a E.6; a UE.15, em I-2, que se afigura como a fossa de implantação, do Esteio de cabeceira em falta; a UE.17, em I-1, encostando ao Esteio de cabeceira E.5, correspondendo à sua fossa de implantação. Por fim a UE.18, em H-2, no centro da câmara, que pela sua localização e estrutura (uma

³ Nesta tarefa, tivemos o auxílio da máquina da C.M. de Carregal do Sal, que efectuou a remoção da Tampa T.1 e Esteio E.4, tombados no interior do espaço sepulcral.

fossa circular com 12 cm de diâmetro e 11 cm de profundidade) se configura como um possível buraco de poste, para apoio a estrutura de sustentação dos Esteios/Tampa, durante a erecção do monumento, à semelhança do detectado na Orca dos Fiais da Telha (SENNA-MARTINEZ & VENTURA no prelo c.).

Ainda durante a escavação da UE.10, detectaram-se os calços internos dos Esteios E.2 [UE.23], E.1 [UE.24] e E.3 [UE.25], respectivamente. Sob a UE.10, encontravam-se os granitos de base [UE.19].

Para efeitos de protecção, no final das campanhas toda a área escavada foi re-entulhada com pedra solta e terra de crivo, dentro de uma estratégia de consolidação, para restauro posterior, do monumento.

Pretende-se em conjunto com a Câmara proceder ao pedido de classificação do Monumento e, em seguida, ao enquadramento paisagístico deste, conjuntamente com o Monumento 1 do Ameal, com o qual forma uma *Necrópole Megalítica*⁴.

4. CONCLUSÃO

A análise dos dados fornecidos pela escavação da Orca 2 do Ameal, podem ser divididos em duas vertentes, a arquitectónica e a artefactual:

— Quanto ao primeiro, os dados indicam ser um dólmen de câmara poligonal simples, aberta e sem corredor, com dois esteios de cabeceira e três outros imbricados em cada um dos quadrantes sul e norte, encontrando-se a câmara orientada a leste.

— Esta estrutura encontra-se inserida num *tumulus*, de forma elíptica, no sentido N-S, com 14m por 11m, atingindo actualmente uma altura de 1.4m, sobre o terreno envolvente, constituído por um contraforte interior, rodeado por dois anéis concêntricos: um exterior lítico, separado do contraforte interior por um anel de terras.

— Quanto ao espólio, não obstante remeximentos, alguns deles que se configuram como recentes, foi possível a recuperação, no que restava, do nível de enchimento original, por isso em deposição primária, de um conjunto de artefactos, que apontam para um momento arcaico, dentro do megalitismo regional, para a construção deste monumento, já que a presença significativa de 3 geométricos sobre lâmina⁵ (2 crescentes e 1 trapézio), dentro dos artefactos recolhidos, que incluem igualmente 1 lamela de dorso, uma pequena goiva em xisto polido e um conjunto de contas discofóidais em xisto, parece apontar, pelo menos em parte, para

⁴ Cf. VENTURA, 1993 e no prelo c. e SENNA-MARTINEZ, no prelo a.

⁵ Ao qual se junta o Geométrico crescente (ORAM2 1/92) proveniente da UE.1.

contextos similares aos encontrados nos níveis de base dos monumentos 1, 2 e 3 da necrópole do Carapito (LEISNER, V. & RIBEIRO, L., 1968), Orca de Pramelas (SENNA-MARTINEZ & VALERA, 1989) e na Orca 1 do Ameal (VENTURA, J. no prelo a. e c.) ou seja para as primeiras manifestações regionais do megalitismo.

Tal como já afirmámos anteriormente (VENTURA, J. no prelo c.) tudo parece indicar que estas primeiras manifestações regionais do megalitismo parecem estar associadas a deposições rituais de certo tipo de artefactos, tais como geométricos sobre lâmina, em especial triângulos e segmentos de círculo, lâminas em sílex, na maioria das vezes não retocadas e macro utensilagem em pedra polida, de secção transversal sub-elíptica, com gume polido e corpo picotado, estando a cerâmica mais ou menos ausente⁶ ou seja, parecem indiciar existência de um “pacote artefactual” muito específico, que surge como supra-regional, num determinado momento.

A esta discreta uniformidade artefactual, corresponderia um polimorfismo das estruturas arquitectónicas, mesmo dentro de micro-cosmos regionais⁷, que se alarga aos sistemas de implantação e de povoamento inerentes (SENNA-MARTINEZ, no prelo b. e c.). Assim no “planalto” do Ameal, alargar-se-ia desde muito cedo⁸, através de um processo de «necropolização» (JORGE, 1986a) por via da implantação sequencial de monumentos de corredor longo, caso da Orca dos Fiais da Telha (SENNA-MARTINEZ & VENTURA, no prelo a, b, c e d; SENNA-MARTINEZ, VENTURA & DELGADO, 1987).

Cremos, pois, estar em condições de integrar, com as devidas reservas, a Orca 2 do Ameal, tal como o já fizéramos para o monumento vizinho da Orca 1 do Ameal, na etapa mais antiga, até ao momento identificada, do megalitismo regional, no que propostas recentes (SENNA-MARTINEZ, 1989a e b e no prelo c.) designam de *Horizonte Carapito/Pramelas*, que apresenta já, desde os seus momentos iniciais, um polimorfismo de soluções arquitectónicas semelhante às detectadas para outras regiões (cf. CRUZ, 1988).

⁶ De salientar que apesar da presença de diversos fragmentos de cerâmica, entre o espólio recuperado deste monumento, nenhum deles foi encontrado em contexto seguro, com excepção do proveniente das terras da mamoa e, que a presença de restos cerâmicos em todo o planalto do Ameal, levanta a questão da sua correcta inserção, se objectos depositados no monumento ou se foram arrastados da periferia para as zonas remexidas do monumento, por via das diverssas acções humanas sobre o sítio.

⁷ Veja-se por exemplo o caso dos Monumentos 1 e 2 e 3 do Carapito (LEISNER, V. & RIBEIRO, L., 1968); a Orca de Pramelas (SENNA-MARTINEZ & VALERA, 1989) e a Orca 1 do Ameal (VENTURA, J. no prelo c.).

⁸ Comunicação de Ventura, J. “O núcleo megalítico de Fiais/Ameal: Problemas e perspectivas”, in: *Sessão “Resultados de dez anos de investigação na Bacia do Mondego”*, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 4 de Maio de 1993.

BIBLIOGRAFIA

- AAVV. 1982. "Carta de capacidade de uso dos solos (III-3)" in: *Atlas do Ambiente*, 1:100000, CNA, Lisboa.
- CRUZ, D. J. da 1988. "O Megalitismo do norte de Portugal" in: *Actas do Colóquio de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, Porto, pp.15-65.
- DELIBES DE CASTRO, G. & SANTONJA, M. 1986a. *El fenómeno megalítico en la Provincia de Salamanca*, Ediciones de la Diputación de Salamanca, serie Prehistoria & Arqueología 1, Salamanca.
- FERREIRA, A. Brum 1978. *Planaltos e Montanhas do Norte da Beira*, Memórias do Centro de Estudos Geográficos, 4, Lisboa.
- JORGE, V.O. 1986a. "«Monumentalização» e «Necropolização» no megalitismo europeu", in: *Trab. Antrop. e Etnol.*, XXVI (1-4), Porto, pp.233-237.
- LEISNER, V. & RIBEIRO, L. 1968. "Die Dolmen von Carapito" in: *Madridrer Mitteilungen*, 9, Madrid, pp. 11-62.
- SENNA-MARTINEZ, J.C. 1989a. *Pré-História recente da Bacia do Médio e Alto Mondego: algumas contribuições, para um modelo sócio cultural*, Tese de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia, F.L.Lisboa, 3 Vol. policopiado.
- SENNA-MARTINEZ, J.C. 1989b. "O Megalitismo da Bacia do Médio e Alto Mondego: uma primeira proposta de faseamento" in: *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, pp. 83-97.
- SENNA-MARTINEZ, J.C. no prelo a. "O sítio de habitat do Ameal-VI, alguns resultados das campanhas 1(1987) a 3(1989)" in: *Actas do II Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu.
- SENNA-MARTINEZ, J.C. no prelo b. "The Late Prehistory of Central Portugal: a first diachronic view", in: KATINA, T. Lillios, ed. *The Origins of Complex Societies in Late Prehistoric Ibéria*, International Monographes in Prehistory.
- SENNA-MARTINEZ, J.C. no prelo c. "Megalitismo, habitat e sociedades: a bacia do Médio e Alto Mondego no conjunto da Beira Alta (c. 5200-3000 BP)", in: *Actas do Seminário "O Megalitismo no Centro de Portugal"*, Mangualde, 20 a 22 de Novembro de 1992.
- SENNA-MARTINEZ, J.C. & ESTEVINHA, I. no prelo a. "O habitat das Carriceiras (Carregal do Sal: notícia preliminar)", in: *Actas do Seminário "O Megalitismo no Centro de Portugal"*, Mangualde, 20 a 22 de Novembro de 1992.
- SENNA-MARTINEZ, J.C. & VALERA, A.C. 1987. "A Orca de Pramelas" in: *Informação Arqueológica*, 8, Lisboa, pp.107-108.
- SENNA-MARTINEZ, J.C. & VALERA, A.C. 1989. "A Orca de Pramelas, Canas de Senhorim" in: *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, pp. 37-50.
- SENNA-MARTINEZ, J.C. & VENTURA, J.M. no prelo a. "A Orca dos Fiais da Telha: a campanha 2(1987)" in: *Informação Arqueológica*, 9, Lisboa.
- SENNA-MARTINEZ, J.C. & VENTURA, J.M. no prelo b. "A Orca dos Fiais da Telha: a campanha 3(1988)" in: *Informação Arqueológica*, 10, Lisboa.
- SENNA-MARTINEZ, J.C. & VENTURA, J.M. no prelo c. "A Orca 1 do Ameal: a campanha 1(1989)" in: *Informação Arqueológica*, 11, Lisboa.
- SENNA-MARTINEZ, J.C.; VENTURA, J.M. & DELGADO, P.M. 1987. "A Orca dos Fiais da Telha" in: *Informação Arqueológica*, 8, Lisboa, pp.101-103.
- TEIXEIRA, C. et all 1961. *Notícia explicativa da folha 17-C, Santa Comba Dão*, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal.

- VENTURA, J.M. 1993. "Novos Monumentos Megalíticos no Concelho de Carregal do Sal, Viseu: notícia preliminar", in: *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 1, Ed. Colibri, Lisboa.
- VENTURA, J.M. no prelo a. "A Orca 1 do Ameal: resultados preliminares da campanha 1(989)", in: *Actas II Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu.
- VENTURA, J.M. no prelo b. "Novos Monumentos Megalíticos no Concelho de Carregal do Sal, Viseu: notícia preliminar", in: *Actas das I Jornadas de Arqueologia da Beira Interior*, Castelo Branco/Guarda.
- VENTURA, J.M. no prelo c. "A Orca 1 do Ameal, Carregal do Sal, Viseu", in: *Actas do Seminário "O Megalitismo no Centro de Portugal"*, Mangualde.

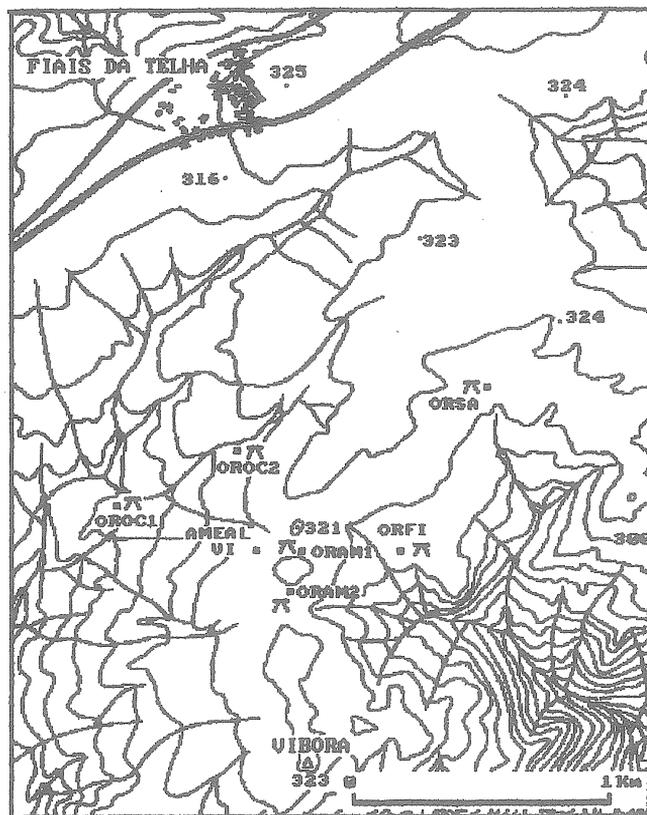


Fig. 1 — Localização da Orca 1 do Ameal.

ORCA 2 DO AMEAL

P0

Levantamento Topográfico de 1987

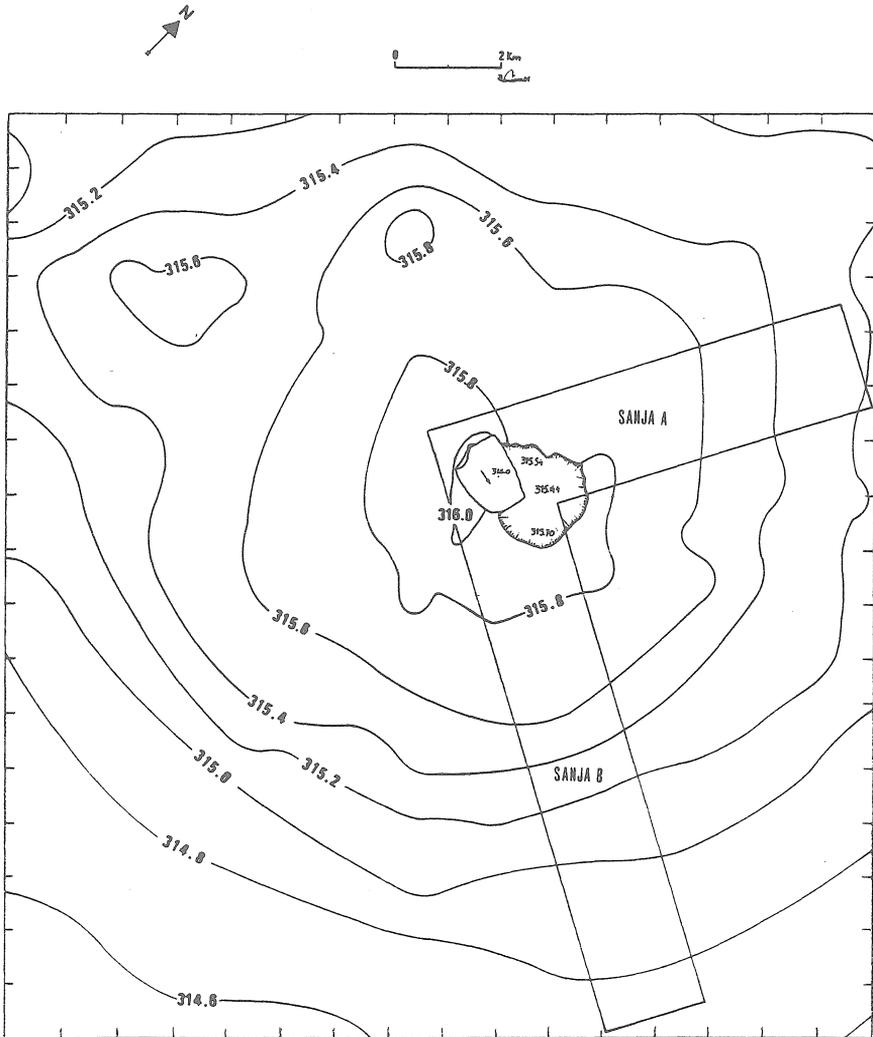


Fig. 2 — Planta topográfica da Orca 2 do Ameal, antes dos trabalhos de decapagem.

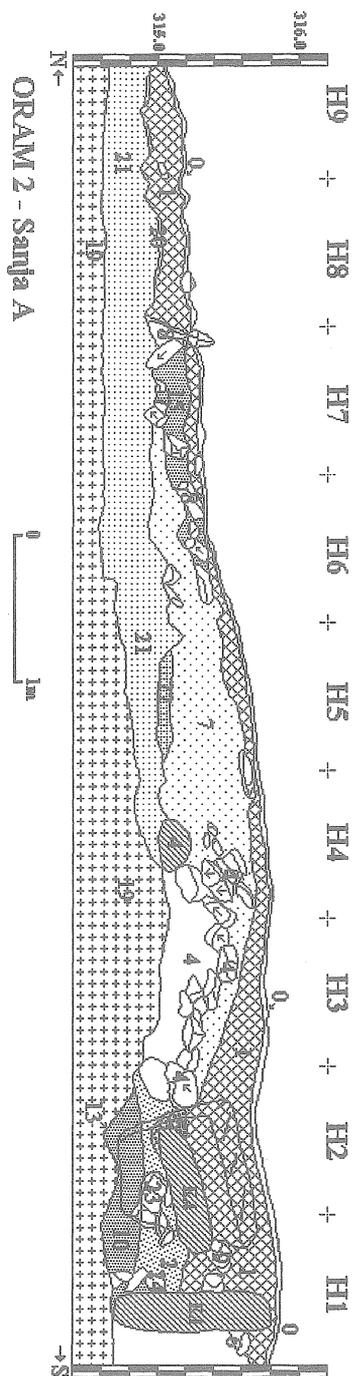


Fig. 3 — Perfil longitudinal da Sanja A, da Orca 2 do Ameal.

ORCA 2 DO AMEAL

P2 - Sanja A e B

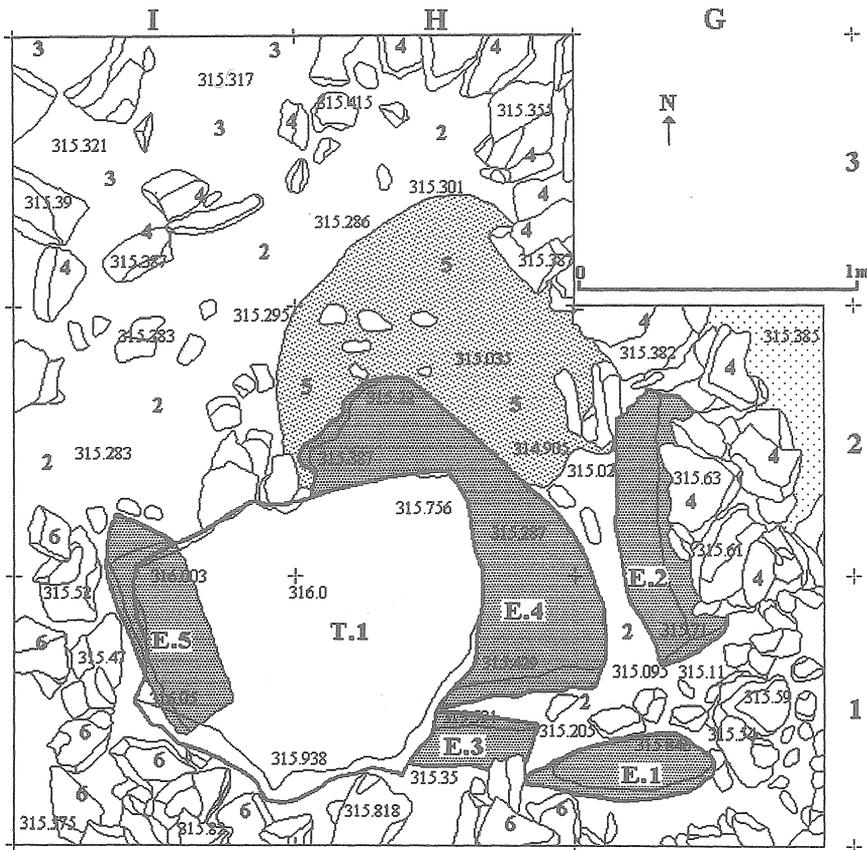


Fig. 4 — Planta do final da campanha 1(1992) da Sanja A e B, com projecção dos esteios.

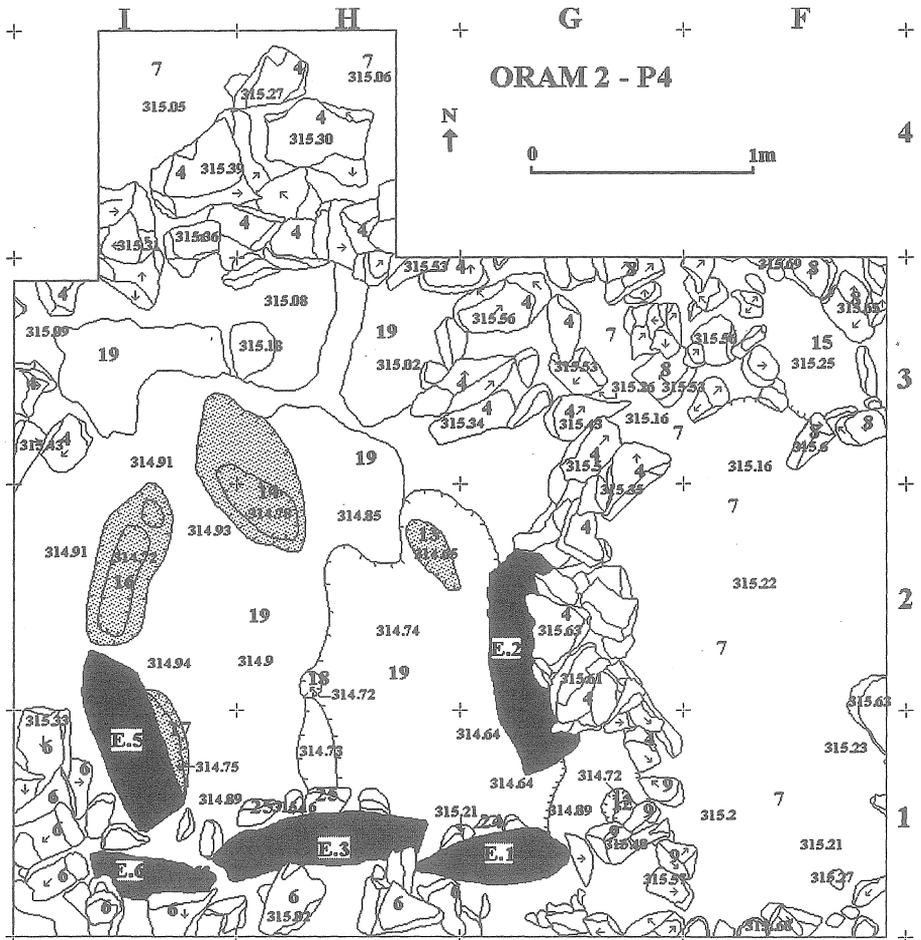


Fig. 5 — Planta final da zona central das Sanjas A e B, no final dos trabalhos de 2(993).

ORTOSTATO GRABADO DE AGOLADA (PONTEVEDRA): UN NUEVO MOTIVO EN EL ARTE MEGALÍTICO DEL NW PENINSULAR

por

Ramón Fábregas Valcarce* y Rafael Penedo Romero**

Resumen: Se estudia un grabado inédito descubierto en una cámara megalítica de la Galicia central. Consiste en un motivo rectangular segmentado dispuesto verticalmente sobre un ortostato, siendo único hasta ahora en contextos megalíticos del Noroeste, aunque presenta semejanzas formales con motivos encuadrados en el arte esquemático del Noroeste (petroglifos y pintura), así como en representaciones procedentes de sepulturas megalíticas en diversos lugares de la fachad occidental peninsular. La diferencia de contextos (funerarios o de otro tipo) así como las asociaciones del tema rectangular con otros motivos inducen a pensar que el tema analizado podría tener diferentes significados incluso si la lectura formal fuese semejante en todos los lugares donde aparece.

Palabras-clave: Arte megalítico. Motivo rectangular segmentado. Arte esquemático.

El motivo de la presente comunicación es dar a conocer un nuevo ortostato megalítico con grabados procedente de la Galicia central. El interés del mismo, más allá del puro catálogo, radica en lo novedoso de la representación así como en la problemática que plantea por su relación con otras manifestaciones artísticas, no sólo megalíticas, sino también encuadrables en otros contextos. A fin de situar el ejemplo objeto de nuestra atención en este trabajo, hay que señalar que hasta el momento el elenco de grabados en contextos megalíticos del Noroeste se limita a líneas quebradas, onduladas y en algún caso círculos con o sin radios, el motivo denominado 'la Cosa' y al menos un antropomorfo (Shee 1981; Silva 1988; Bueno y Balbín 1992).

El túmulo de Chaira do Medio (Fig. 1) con su representación grabada no constituye un caso aislado en esta zona del ayuntamiento de Agolada, particularmente rica en yacimientos arqueológicos. El área donde se localiza el yacimiento

* Universidade de Vigo. Facultade de Humanidades. 32004 Ourense.

** Instituto do Restauo. San Domingos de Bonaval. 15703 Santiago de Compostela.

es el valle que forma el río Arnego (límite de los ayuntamientos de Lalín, Agolada y Rodeiro), conocido como Val de Camba. En este valle se localizan varios importantes conjuntos tumulares como son los de Mámoas de A Cruz (Alperiz, Lalín) uno de cuyas cámaras posee un ortostato con grabados (Shee o Sobrino), los túmulos del Monte de Guillar (Guillar, Rodeiro), Mámoas do Coto Cornellal (Axiaz, Agolada), As Namelas (Axiaz, Agolada), en este último grupo, en las inmediaciones de Chaira do Medio, el túmulo nº 5 presenta serpentiniformes grabados en uno de sus ortostatos.

DESCRIPCIÓN

Localización: Chaira do Medio (Santa María de Ventosa, Agolada, Pontevedra). Altitud s.n.m.: 570 m.

Túmulo: de pequeñas dimensiones, con evidencias de coraza superficial y unas dimensiones de 12'7 m. (eje N-S) por 11 m. (eje E-W) y 0'5 m. de altura. Cámara: presenta claras muestras de violación y conserva todavía 5 ortostatos de granito, 4 de ellos in situ, que parecen configurar una planta poligonal simple (Fig. 2a).

Ortostato grabado: (Fig. 2b). Materia prima: granito. Dimensiones: Longitud: 63/54 cm. Anchura: 54 cm. Espesor: 22/13 cm. Altura desde el nivel del suelo actual: 61/45 cm. Orientación de la zona grabada: Noroeste.

Técnica: un piqueteado bastante irregular, especialmente en la parte superior, tal vez por haber sufrido ésta en mayor medida la erosión. Se utilizaría un objeto apuntado en principio de piedra. No hay indicios claros de preparación de la superficie previa al grabado.

Motivo: tiene forma aproximadamente rectangular, observándose 8 líneas transversales dispuestas bastante regularmente, aunque algunas de ellas (contando desde abajo las nº 2 y 6) estén en parte disimuladas por grietas naturales del soporte pétreo. El grabado se prolonga en la parte inferior, más allá del nivel actual del suelo y en el extremo superior el contorno izquierdo sobresale algo más.

ANÁLISIS

Como ya señalábamos, al principio de nuestra exposición, carecemos de paralelos exactos para el motivo estudiado en el conjunto del Noroeste, que con criterios puramente morfológicos podemos denominar rectangular segmentado. Es interesante anotar, sin embargo, la presencia de representaciones al aire libre que muestran ciertas concomitancias con aquél: éste es el caso de los 'escaleriformes'

de Pena das Cazolas (Silleda, Pontevedra) (Carballo 1984-85, 218) y de un motivo rectangular segmentado de Outeiro de Cogoludo (Campolameiro, Pontevedra) (Vázquez, 1993)¹. Mayores semejanzas se observan en la pintura esquemática de Tras-os-Montes, concretamente en el abrigo Casinhas de Nossa Senhora (Mirandela) los motivos nº 6 y 14 del techo, el nº 3 del panel exterior y el nº 3 del divertículo axial derecho, todos los cuales consisten en rectángulos segmentados dispuestos en sentido horizontal (Sanches 1990)².

Ya en contextos megalíticos fuera del Noroeste peninsular encontramos claros paralelos para el grabado de Chaira do Medio en el sepulcro de corredor de Chão Redondo 2 (Beira Alta), donde se documentan sendos motivos rectangulares segmentados en otras tantas losas (Shee 1981, fig. 35), uno de los cuales (loose slab) (Fig. 3a)³ presenta a su vez una fuerte similitud estructural con otra representación perteneciente al sepulcro de corredor de Huerta de las Monjas (Valencia de Alcántara, Cáceres) (Balbín y Bueno 1989), la cual posee la peculiaridad de localizarse en la cara externa — oculta a la vista por tanto — de la losa de soporte, mostrando además una composición más compleja que en los casos precedentes (Fig. 3b). Por último, en la sepultura de galería nº 1 de Los Gabrieles (Valverde del Camino, Huelva) (Piñón y Bueno 1983) se localizan en sendos ortostatos dos grabados, desgraciadamente incompletos, que podrían reproducir una vez más el tema rectangular segmentado, en posición horizontal.

De la mera observación de la localización geográfica del motivo rectangular segmentado se deduce la clara distribución de éste en la fachada occidental peninsular, que incluso en el caso del grabado de Huerta de las Monjas invocaría unas relaciones reforzando aún más el carácter atlántico de estas representaciones en la Península (Balbín y Bueno 1989, 241). Al mismo tiempo, hay que destacar la variedad de contextos en los que hacen su aparición esta clase de motivos: funerarios (túmulos megalíticos), posibles asentamientos (abrigos con pintura esquemática) u otros de lectura más ambigua como los petroglifos al aire libre.

¹ Hay que señalar que en los dos ejemplos mencionados los motivos aludidos no se presentan aislados sino que forman parte de composiciones más complejas.

² En éste y otros casos cabe plantearse si la disposición vertical u horizontal del motivo implica diferencias iconográficas o no, tal como podría suceder con las representaciones de ondulados en el arte megalítico.

³ Para valorar los grabados de Chão Redondo hay que tener en cuenta que la documentación disponible es irregular y, concretamente, los dos ortostatos aquí aludidos no fueron estudiados 'in situ' por la autora, que recurrió a una publicación anterior (Shee 1981, 149). Por otra parte, el excavador original de la sepultura afirma que la 'loose slab' no era un ortostato, sino parte de la cobertura ya derrumbada, por lo que se ha representado siempre el grabado correspondiente en posición horizontal, aunque esto no nos parece en modo alguno seguro, dadas la morfología y dimensiones de la losa y el hecho de que el otro motivo semejante, localizado en un ortostato de la cámara, se dispusiese verticalmente.

La ubicuidad mencionada plantea problemas a la hora de interpretar el significado de ese motivo, posiblemente de honda raigambre en estas regiones a tenor de sus múltiples contextos de aparición. Hay que preguntarse entonces por la lectura formal y simbólica del tema rectangular segmentado: ¿es ésta idéntica en los diversas circunstancias en que aparece? Cabe suponer que no, pero al mismo tiempo es factible pensar que aunque su lectura sea igual en yacimientos funerarios o de otro tipo, la significación o, si se prefiere, la finalidad adquieran distintos matices. P. Bueno y R. Balbín (1992, 540) encuadran el ejemplar de Huerta de las Monjas dentro de una serie de representaciones antropomorfas de procedencia megalítica⁴, las cuales podrían corresponderse en nuestra opinión con figuraciones propiamente humanas (v.g. antepasados míticos) o religiosas, sin que haya suficientes elementos que nos permitan inclinarnos en uno u otro sentido. Por otra parte el rectángulo segmentado de Outeiro de Cogoludo aparece, según Vázquez (1993), en medio de una escena de caza de cérvidos presidida por una placa antropomorfa, composición que el autor mencionado encuentra repetida en otro petroglifo (Pedra das Ferraduras, Fentans, Pontevedra) y, de forma interesante, en un ortostato pintado de Orca dos Juncais.

Por lo que se refiere a la cronología, parece evidente que dada la ubicuidad del motivo, éste puede presentar cierta diacronía. Así, para el caso de Huerta de las Monjas, Balbín y Bueno (1989, 242) proponen una datación del IV^o milenio, sin negar la posibilidad de que en fórmulas megalíticas posteriores continúen estas representaciones. Precisamente en otro tipo de contextos (petroglifos, abrigos), este tema parece tener unas fechas más recientes, llegando incluso a la transición III^o/II^o milenio (Sanches 1990), dando testimonio quizás del 'éxito formal' de este motivo, que ahora, a diferencia de lo que sucede en los dólmenes, aparecerá integrado en composiciones complejas. El grabado de Chaira do Medio, dada su aparición aislada en un ortostato megalítico, en principio, y a falta de otras evidencias cronológicas, podría situarse en torno a finales del IV^o/principios del III^o milenio a. C.

BIBLIOGRAFIA

- ANATI, E., 1968. Arte rupestre nelle regioni occidentali della Penisola Iberica. *Archivi di Arte Preistorica*, 2, 126 págs. Capo di Ponte.
- BALBIN BEHRMANN, R. y BUENO RAMIREZ, P., 1989. Arte megalítico en el suroeste: el grabado del dolmen de Huerta de las Monjas (Valencia de Alcántara). *XIX Congreso Nacional de Arqueología*, Castellón, vol. II: 237-247.

⁴ Los autores también lo relacionan con un grabado al aire libre (Coto dos Mouros), dado a conocer por Anati (1968) y que nunca ha vuelto a registrarse.

- BUENO RAMIREZ, P. y BALBIN BEHRMANN, R., 1992. L'Art Mégalithique dans la Péninsule Ibérique. Une vue d'ensemble. *L'Anthropologie*, 96: 499-572.
- CARBALLO ARCEO, L.X., 1984-85. Novas estacións de arte rupestre en Trasdeza: Pena das Cazolas e Pena Longa. *Brigantium*, 5: 215-226, A Coruña.
- PIÑON VARELA, F. y BUENO RAMIREZ, P., 1983. Los grabados del núcleo dolménico de Los Gabrieles (Valverde del Camino, Huelva). *Hom. a Martín Almagro Basch*, I: 445-454, Madrid.
- SANCHES, M.J. de, 1990. Os abrigos com pintura esquemática da Serra de Passos-Mirandela, no conjunto da arte rupestre desta região. Algumas reflexões. *Revista da Faculdade de Letras*, IIª série, VII: 335-365.
- SHEE TWOHIG, E., 1981. *The Megalithic Art of Western Europe*. Clarendon Press, Oxford.
- SILVA, E.J.L. da, 1988. A mamoa de Afife: breve síntese de 3 campanhas de escavação. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 28: 127-135, Oporto.
- VAZQUEZ ROZAS, R., 1993 (en prensa). El tema de la caza y el cilindro antropomorfo en los petroglifos gallegos. *XXII Congreso Nacional de Arqueología*, Vigo.

Est. I



Fig. 1 — Localización del túmulo de Chaira do Medio.

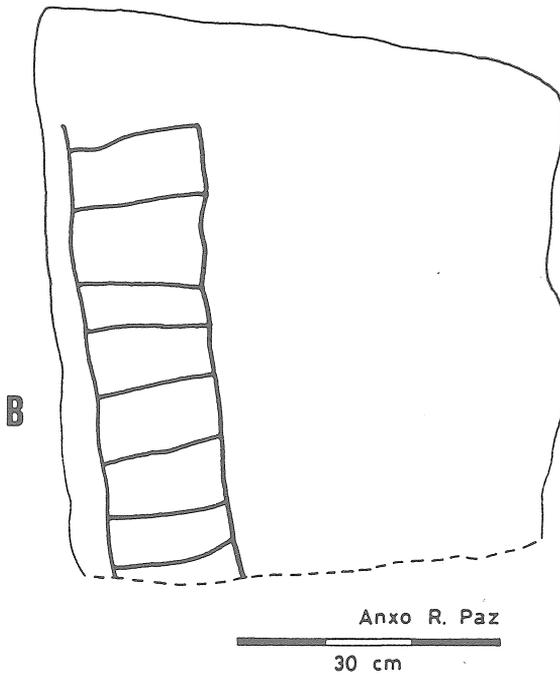
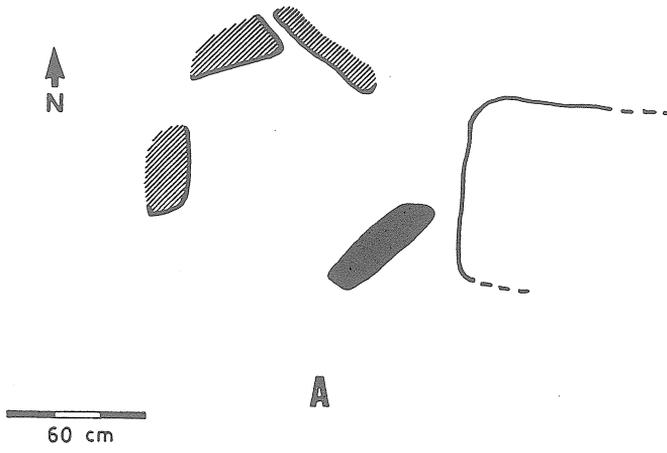
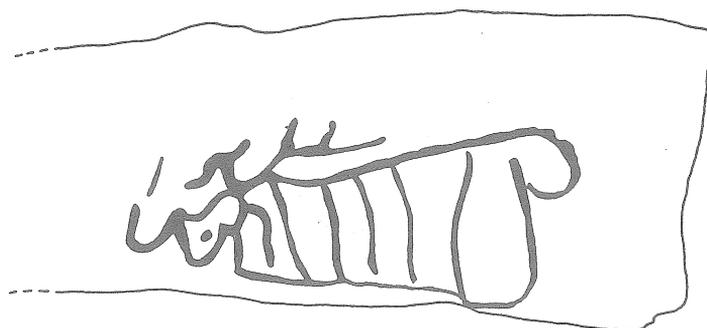


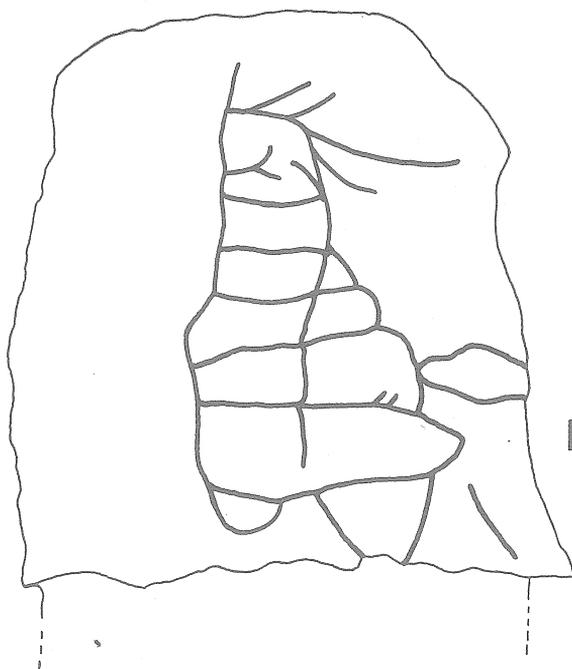
Fig. 2 — A) Planta esquemática de la cámara megalítica; el ortostato grabado se representa en sombreado; B) Calco del motivo.

Est. III



30 cm

A



30 cm

B

Fig. 3 — Grabados megalíticos de Chão Redondo 2 (A) y Huerta de las Monjas (B).

APROXIMACIÓN AL ESTADO ACTUAL DE LA INVESTIGACIÓN SOBRE EL MEGALITISMO EN ANDALUCÍA

por

José Enrique Ferrer Palma*

Resumen: Exposición de los trabajos realizados sobre el mundo megalítico del Sur peninsular desde 1985 (fecha que corresponde a la última compilación ofrecida en *El Megalitismo de la Península Ibérica*) con especial referencia a las investigaciones llevadas a cabo en la necrópolis monumental de Antequera, concretamente en los sepulcros megalíticos de Menga y Viera, así como las aportaciones de la necrópolis granadina de Los Bermejales.

Palabras-chave: Megalitismo. Recreación. Edad del Cobre-Bronce.

Una aproximación al estado actual de la investigación sobre el megalitismo en Andalucía parte desde el planteamiento inicial de una cierta complejidad. Un espacio geográfico tan amplio conduce hacia la identificación de unidades de análisis diferenciadas, que, no obstante, participan de nexos comunes. Es en este sentido como hemos abordado tradicionalmente la dialéctica establecida entre el fenómeno megalítico y el territorio andaluz. Además, parece lógico no olvidar las más que probables, y en muchos casos seguras, vinculaciones con las áreas del entorno portugués y extremeño, resaltadas últimamente¹, que contrastan con la escasa influencia demostrada por regiones como la Meseta y el Levante. Por todo ello, una puesta al día del estado de la investigación, debe tener en cuenta

* Universidad de Málaga. Departamento de Prehistoria y Ciencias de la Antigüedad y de la Edad Media.

¹ BUENO RAMÍREZ, P. "Megalitismo en Extremadura: Estado de la cuestión", *El Megalitismo en la Península Ibérica*. Madrid 1987, 73 ss.; BUENO RAMÍREZ, P. Los dólmenes de Valencia de Alcántara. *Excavaciones Arqueológicas en España*, 155, 1988; GAVILAN CEBALLOS, B. y VERA RODRIGUEZ, J. C. "Aproximación al fenómeno megalítico en el alto valle del Guadiato". *II Congreso de Historia de Andalucía*, en prensa; VERA RODRIGUEZ, J. C. "El fenómeno megalítico en Córdoba", m. s., Departamento de Prehistoria de la Universidad de Málaga, 1991.

forzosamente estas peculiaridades, ya que cualquiera de los cambios básicos efectuados por una profundización de la investigación en dichas áreas hace rechinar el engranaje general, debiéndose confrontar los diferentes procesos admitidos.

Por otra parte, es de todo punto imposible, hoy día, admitir que el fenómeno megalítico pueda ser comprensible en sí mismo, sin tener en cuenta que se trata de una manifestación más de las distintas poblaciones que explotaron el territorio de Andalucía, aunque su adopción conlleve un claro carisma aglutinador. En este sentido las variaciones sustanciales que se producen alrededor del estudio poblacional, afectan sin duda a las síntesis efectuadas, debiéndose estar en una predisposición, por ahora, hacia una revisión y crítica abiertas.

El establecimiento de unos pocos patrones de asentamiento, aceptado años atrás, no parece que en el momento actual deba defenderse como exclusionista. Culturas de Almería, de Los Millares, de Silos, o Megalítica, no serían los únicos modelos coexistentes. La investigación en la orla litoral atlántica, en el Andévalo, en las serranías septentrionales cordobesas, en el valle de los Pedroches, en la campiña de Jaén, en el valle del Guadalhorce, en la comarca de los Vélez, en el Campo de Tabernas, en el valle del Almanzora... parecen demostrar que se acerca el momento de una reconsideración de posturas en cuanto a la exclusividad de los modelos citados, e incluso la posibilidad de manifestar matizaciones en el seno de los mismos. Algunas de estas áreas deberán valorarse, en breve, como poseedoras, al menos, de patrones periféricos a los anteriores, si no en un futuro cercano, con una mayor incidencia investigadora, como modelos singulares con valores similares a los ya consagrados. Además, pensamos que no puede descartarse procesos inversos, de acercamiento, entre patrones que la investigación enfrenta hoy día, y en los que se podrá asistir a una defensa de diferencias tan sólo graduales.

La complejidad que se intuye es debida a la riqueza de matices del sur de la Península, y que van más allá de las grandes unidades geográficas: Sierra Morena, Valle del Guadalquivir y las Cordilleras Béticas, separadas en Subbéticas y Penibéticas. Pero dicha complejidad no parece romper nunca del todo una vinculación general, que, no obstante, es incapaz de impedir la existencia de diferentes dialécticas territoriales.

En el estado actual de la investigación pueden admitirse una serie de cuestiones. Entre ellas, la amplia perduración del fenómeno, que continúa más allá en el tiempo que los propios parámetros básicos que debieron justificar su implantación. Megalitismo, ni siquiera en el sentido estricto de su relación con sepulcros ortostáticos, no puede considerarse en Andalucía sinónimo de una sola fase cultural. La Edad del Cobre es desbordada ampliamente, no tanto en la adopción, aunque esta deba realizarse durante los últimos momentos del Neolítico, como por la continuidad del rito, que sigue manifestándose tras dos milenios de uso ininterrumpido. Lo que demuestra el grado de aceptación alcanzado en el seno

de algunas poblaciones andaluzas², haciéndonos pensar que las variaciones formales existentes en algunas necrópolis podrían responder a otras causas distintas a la propia de una evolución temporal de los modelos o a continuas influencias externas. A lo sumo, en este último sentido, se podría admitir en algún caso la influencia entre sectores indígenas próximos, poseedores de tradiciones bien diferentes.

Este fenómeno de perduración no parece tener su origen en un mecanismo de coerción, que surgiera al amparo de la necesidad de mantener un rito social común como medio recurrente. La inexistencia, en la fase de arraigo, de organizaciones complejas, hace que los motivos deban buscarse en un proceso de aceptación gradual por parte de aquellas unidades básicas que compusieron las sociedades igualitarias del momento. Estas, tenderán a mantener cada una la práctica del enterramiento colectivo en el interior de estructuras sólidas, bien en sepulcros megalíticos, bien en tholoi, bien en cuevas artificiales, inclinándose a explotarlas a través de un tiempo dilatado hasta agotar el espacio sepulcral. Ello indicaría, por otra parte, un vínculo permanente de las citadas unidades con el territorio donde erigieron sus estructuras funerarias, que en algunos casos llega a ocupar todo un milenio.

Es de suponer, pues, que la coetaneidad del ritual megalítico en etapas avanzadas, en concreto en buena parte del segundo milenio a.C., con los rituales de enterramiento individuales en fosa o cista, debió responder a una posible continuidad generacional de las unidades básicas responsables de la edificación de las viejas estructuras, inmersas a su vez en la perpetuación de la explotación del territorio por parte de las poblaciones de las que dependían. De los nuevos rituales, serán responsables bien las poblaciones que explotasen por vez primera territorios improductivos hasta el momento, bien las nuevas unidades básicas que surgieran en el seno de las viejas comunidades, que, por los motivos que fuesen, sufrieran un cierto desarraigo que les permitió acoger las novedades imperantes frente a la tradición.

También puede suponerse, como admitido, que la solidez de las construcciones y el colectivismo, aunque este sea resultado de la suma de individualismos³,

² A los datos conocidos en la bibliografía tradicional, vendrían a sumarse ahora los de necrópolis como la de Bermejales (ARRIBAS, A. y FERRER, J. E. *La necrópolis megalítica del Pantano de los Bermejales (Arenas del Rey, Granada)*, Col. Monográfica Arte y Arqueología, en prensa), la de Fonelas (FERRER, J. E., MARQUES, I y BALDOMERO, A. "La necrópolis megalítica de Fonelas (Granada)". *Not. Arq. Hisp.*, 30, 1988, 23-82), la de Algane (FERNANDEZ, J. "El sepulcro megalítico del Cerrete de la Cañada de Algane, Coín (Málaga)". *Cuad. Preh. Gr.*, en prensa), o la de Alcaide (MARQUES, I. y AGUADO, T. "La nueva etapa en la investigación del yacimiento de Alcaide (Antequera, Málaga)". *Cuad. Preh. Gr.*, en prensa).

³ Como parece poder demostrarse en la necrópolis de los Bermejales (ARRIBAS, A. y FERRER, J. E. *La necrópolis megalítica...* opus cit. nota 2) el espacio sepulcral continúa usándose en común

resultan ser los únicos atributos básicos por el que puede regirse nuestro concepto de megalitismo. Los elementos formales y el carácter de inhumación, por el contrario, no parecen ser indispensables. La variada morfología bajo la que se presentan en Andalucía, y la aparición de cremaciones, al menos parciales, junto a prácticas de enterramientos secundarios, así parece indicarlo.

Las cuestiones referentes al cuando se inicia en nuestra región, si se adopta o si resulta creación original de algún ámbito, no parecen copar el protagonismo en la investigación actual, aunque no obstante siguen preocupando. Parece evidente que las viejas polémicas que enfrentaron a orientalistas y occidentalistas cuando menos han perdido vigor. Asistimos en los momentos presentes a una casi absoluta aceptación, implícita en la mayoría de los planteamientos, de un comienzo del rito, de forma independiente, en varios núcleos fundamentalmente de la orla atlántica occidental, y entre ellos nuestra Península Ibérica. En ese sentido, se percibe, en los estudios del megalitismo andaluz, la duda sobre la posibilidad de que Andalucía participe en dicha autoctoneidad.

Así, se ha defendido la idea de que los sepulcros megalíticos pudieron gestarse en el núcleo onubense de forma independiente, llegándose a esta conclusión desde dos diferentes vías de análisis. La que surge tras considerar al inicio de la explotación del cobre en Huelva como pionero en Andalucía, y hace responsable de los primeros sepulcros megalíticos a aquellos antiguos mineros, reproduciendo gestos aprendidos en el desarrollo de la tecnología de extracción⁴, y la que, analizando el proceso general del poblamiento en Huelva, considera como responsables de los primeros sepulcros andaluces, concretamente sepulcros de cámara y corredor de espacio no diferenciado en "v", a "una población dispersa e itinerante", tardoneolítica, que ocuparía marcos diferentes a los propios de la orla litoral⁵.

La primera de estas ideas y, en concreto, lo que se suponía que conllevaba de falta de indigenismo en el sustrato que se proponía como responsable del autoctonismo, fué criticada⁶, si bien no parecía existir una fuerte oposición a considerar al megalitismo onubense en su origen, aunque sólo en parte, consecuencia de una cierta correlación con la explotación del mineral de cobre, señalándose la posible responsabilidad de las poblaciones tardoneolíticas del interior de Huelva y admitiéndose su incorporación a dicha explotación.

en momentos avanzados del rito, aunque se puedan llegar a distinguir, entre el conjunto, algunos tratos singularizados.

⁴ BLANCO, A. "Mineros y metalúrgicos antiguos en Huelva", *Investigación y Ciencia*, 90, Barcelona 1984, 100 ss.

⁵ PIÑÓN VARELA, F. "Constructores de sepulcros megalíticos en Huelva: Problemas de una implantación", en *El Megalitismo en la Península Ibérica*. Madrid 1987, 45 ss.

⁶ Idem, p. 59.

Por su parte, sobre la estrategia de las poblaciones indígenas del Andévalo, que en suma debe respaldar la defensa del autoctónismo del fenómeno megalítico onubense, pesan dudas sobre la vaguedad de los atributos económicos que se le suponen. La "itinerancia" que se le atribuye a su patrón de comportamiento, parecería estar más acorde con un sistema económico que mostrase una especial incidencia en lo pecuario, que sería complementado con una agricultura "itinerante", y, últimamente, se han levantado voces sobre la necesidad de contrastar datos fiables sobre el biotopo que, en suma, confirmase la idoneidad de estas proposiciones, muy en línea con las vecinas portuguesas⁷.

Particularmente, estaríamos dispuestos a considerar la más que probable existencia de procesos autóctonos en Andalucía. Si no lo hemos defendido antes⁸, y en cambio hemos admitido una temprana llegada a finales del IVº milenio⁹, es porque el apoyo ergológico no nos parece concluyente. La existencia, verificada, de procesos originales en Portugal¹⁰, ensombrece a nuestro juicio la propuesta de un foco de origen autóctono en el Occidente de Andalucía, todavía más cuando su marco cronológico nos parece posterior al portugués, o cuando menos coetáneo de los ya considerados evolucionados sepulcros de corredor indiferenciado del Alentejo (planta general piriforme), por mucha autonomía que se le quiera conceder de los del Sureste y del estuario del Tajo. Muy diferente sería la posibilidad de considerar en el seno de las poblaciones de la Cultura de Almería, en el otro extremo, el crisol de este mismo fenómeno, y arrancar de las sepulturas circulares el sincretismo de una idea que, algo más tarde aunque no demasiado, podría ver su desarrollo en las altiplanicies granadinas¹¹.

⁷ TAVARES DA SILVA, C. "Megalitismo do Alentejo Ocidental e do sul do Baixo Alentejo (Portugal)", *El Megalitismo en la Península Ibérica*. Madrid 1987, p. 93.

⁸ FERRER PALMA, J. E. "Consideraciones generales sobre el megalitismo en Andalucía", *Baetica*, 5, 1982, 121 ss.; FERRER PALMA, J. E. "El megalitismo en Andalucía Oriental: Problemática" *Actas de la Mesa Redonda sobre Megalitismo Peninsular*, Madrid Octubre 1984, 1986, 99 ss.; FERRER PALMA, J. E. "El Megalitismo en Andalucía Central", *El Megalitismo en la Península Ibérica*. Madrid 1987, 9 ss.

⁹ FERRER PALMA, J. E. "El Megalitismo en Andalucía Central", opus cit. nota 8, p. 19.

¹⁰ TAVARES DA SILVA, C. y SOARES, J. "Contribuição para o estudo do megalitismo do Alentejo Litoral: a sepultura do Marco Branco (Santiago de Cacém)", *O Arqueólogo Português*, serie IV, 1, 1983, 63 ss.

¹¹ Las influencias de la Cultura de Almería en los momentos finales del Neolítico granadino han sido destacadas en Montefrío (ARRIBAS, A. y MOLINA, F. *El poblado de Los Castillejos en las Peñas de los Gitanos (Montefrío, Granada)*. *El corte estratigráfico nº 1*, Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada, Serie Monográfica, 3, 1979), enclave occidental de la geografía granadina. Recientemente se ha señalado un poblamiento en el Neolítico Reciente que aprovecha los suelos cultivables del pasillo de Fiñana, tránsito entre las tierras almerienses y la altiplanicies granadinas (BUZON, F. et al. "Informe de las prospecciones arqueológicas superficiales en el pasillo de Fiñana (Almería). Campaña 1988. *Anuario Arqueológico de Andalucía/1988*, II Actividades Sistemáticas, 1990, p. 11.

Este planteamiento comportaría reconsiderar en parte lo que hemos venido exponiendo en el último decenio¹². La tendencia a considerar a los sepulcros de corredor granadinos inmersos en el mismo proceso de las galerías andaluzas, tenía su sentido en una esperada verificación de la aparición de estas formas gradualmente a través de los territorios centrales de Andalucía, puesto que cuando lo hacen en Granada se trata de modelos consolidados. La puesta en marcha de proyectos de investigación en esta zona no ha proporcionado, hasta la fecha, los resultados esperados. Las necrópolis cordobesas, al norte de la provincia, vinculadas como ya se ha apuntado a Extremadura¹³, no han presentado continuidad hacia la campiña, lo que hace, junto con su posición cronológica, improbable que se sitúen en el origen de los sepulcros de corredor granadinos. Por otra parte, la investigación en Málaga, que ha proporcionado el conocimiento de nuevas necrópolis en las zonas de Ronda¹⁴, Teba¹⁵, El Burgo¹⁶, Coín¹⁷, Archidona¹⁸, Almogía¹⁹ y Casabermeja²⁰, vuelve a dejar aislados los casos, por otra parte confusos, de la necrópolis gaditana de Purenque-Larraez²¹, ya que tanto en las conocidas²² como en estas últimas no se han localizado ejemplares parangonables con los granadinos.

¹² FERRER, J. E. *Los sepulcros megalíticos de la provincia de Granada*. Tesis Doctoral inédita, Granada 1980; FERRER PALMA, J. E. "El Megalitismo en Andalucía Central", opus cit. nota 8, p. 19: "hoy por hoy sólo vemos la posibilidad de que los sepulcros de corredor granadinos con materiales arcaizantes se hayan originado a partir de la misma corriente que introdujo en Andalucía las galerías.

¹³ Supra nota 1.

¹⁴ MARQUES, I. y AGUADO, T. "Tres nuevos sepulcros megalíticos en el término municipal de Ronda (Málaga)", *XIV C. N. A.* 1977; PEREZ AGUILAR, A. "La necrópolis prehistórica del Moral". *VIII Congreso Nacional de Arqueología*, 1964, p. 184 ss.; CABRERO, R. "Ajuar conservado del dolmen de El Moral". *Cuad. Preh. Gr.*, 3, 1978, p. 135 ss.; AGUAYO, P. et al. "Prospección superficial de la Depresión natural de Rona: 3ª fase. Zona sur". *Anuario Arqueológico de Andalucía 1987*, II Actividades Sistemáticas, 1989, p. 63.

¹⁵ Prospecciones del módulo de Arqueología de la Escuela-Taller de Teba, Málaga.

¹⁶ VILLASECA, F. y GARRIDO, A. "El dolmen del Cerro de la Cruz Blanca. El Burgo, Málaga". *Anuario Arqueológico de Andalucía 1988*, III Actividades de Urgencia, 1990, pp. 236 ss.

¹⁷ FERNANDEZ, J. "El sepulcro megalítico del Cerrete de la Cañada de Algane, Coín (Málaga)". *Cuad. Preh. Gr.*, en prensa.

¹⁸ Prospecciones del Departamento de Prehistoria de la Universidad de Málaga.

¹⁹ RODRIGUEZ, F. J. "Prospección arqueometalúrgica de la provincia de Málaga: campaña de 1989. El sector nor-occidental del Maláguide". *Anuario Arqueológico de Andalucía 1989*, II Actividades Sistemáticas, 1991, p. 76.

²⁰ MARQUES, I. "La necrópolis megalítica de Chaperas (Casabermeja-Málaga). El sepulcro Chaperas 1". *Baetica*, 2, I, 1979, pp. 111 ss.; FERRER, J. E. et al. "El sepulcro megalítico del Tajillo del Moro (Casabermeja, Málaga)". *Cuad. Preh. Gr.*, 5, 1983, p. 18 ss.; RODRIGUEZ, F. J. "Prospección arqueometalúrgica de la provincia de Málaga..." opus cit., nota 19, p. 77.

²¹ El caso de sepulcro de corredor en el valle del Guadalquivir citado por R. Cabrero (CABRERO, R. "Tipología de sepulcros calcólicos en Andalucía Occidental". *Huelva Arqueológica*, VII, 1985, p. 217) parece ser precisamente una unidad de la citada necrópolis gaditana, según el plano que incorpora el trabajo.

²² MARQUES, I. *Los sepulcros megalíticos y cuevas artificiales de la provincia de Málaga*. Tesis Doctoral inédita, Granada 1982.

En cambio, la presencia de sepulcros de corredor en Almería²³, asociados a materiales de probable cronología antigua, plantea, cada vez con más fuerza, la posibilidad de un origen de este tipo de sepulcros en la fase final del Neolítico del Sureste.

Esto no resta valor a la tendencia, expresada, a aceptar una llegada foránea, desde el Occidente, de las galerías. Ya sea que se acepte la autoctoneidad onubense o por el contrario tan sólo su papel de catalizador, el caso es que, para una mayoría del territorio andaluz, esta idea va a ser esencialmente válida, ya que tanto la cronología tardoneolítica de los sepulcros onubenses como la de los portugueses²⁴, sitúa a la galerías del valle del Guadalquivir y a las de las Cordilleras Béticas²⁵ dependientes en el tiempo de aquellas.

Esta paulatina aceptación, se puede rastrear desde el Bajo Valle del Guadalquivir, de donde, tanto las largas galerías de lados paralelos como los sepulcros de corredor de espacio indiferenciado, pueden seguirse a través del sepulcro del Hoyo del Gigante, en Morón de la Frontera²⁶, y de los conocidos en Málaga²⁷, hasta entrar en contacto con el mundo de los sepulcros poligonales de corredor granadinos.

Sobresale el hecho de que los sepulcros de cámara y corredor de tendencia trapezoidal, en “v”, de espacios indiferenciados, parecen convivir en las altiplanicies con los sepulcros de cámara y corredor diferenciados. No así las largas galerías de laterales paralelos o subparalelos, que comienzan a escasear ya en el sector oriental de Málaga²⁸, y tan sólo aparecen testimonialmente en la provincia de Granada²⁹ al sur de la vega del río Genil. En este último enclave, la

²³ LEISNER, G. y V. *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel, I: Der Süden*. Gem. Forsch., 17, Berlín 1943; ARRIBAS, A. y MOLINA, F. “Estado actual de la investigación del megalitismo en la Península Ibérica”. *Oblata a F. Jordá Cerdá*, Salamanca 1984, p. 63 ss.

²⁴ Momentos avanzados de “Vale Pincel I” para el Alentejo occidental (TAVARES DA SILVA, C. “Megalitismo do Alentejo Occidental e do sul do Baixo Alentejo (Portugal)” ... opus cit., nota 7, p. 89.) que pueden paralelizarse o incluso retrotraerse en sectores algo más septentrionales (KALB, Ph. “Monumentos megalíticos entre Tejo e Douro”, *El Megalitismo en la Península Ibérica*. Madrid 1987, p. 106; JORGE, V. O. “Megalitismo de Entre-Douro-e-Minho e de Trás-os-Montes (Norte de Portugal): conocimientos actuales e linhas de pesquisa a desenvolver”, *El Megalitismo en la Península Ibérica*. Madrid 1987, p. 124).

²⁵ En el sentido amplio, este concepto integra tanto a los sepulcros de laterales paralelos o subparalelos, como a los llamados “sepulcros de cámara y corredor en “v” de espacio no diferenciado”. Estos últimos, han llegado a ser tratados en la bibliografía con distintas acepciones: “galerías transicionales”, “grandes cámaras trapezoidales”, “galerías trapezoidales”, “de planta general piri-forme”...

²⁶ GIL DE LOS REYES, S. et al. “El sepulcro de galería de “El Hoyo del Gigante” (Morón de la Frontera. Sevilla)”. *Huelva Arqueológica*, VII, p. 265 ss.

²⁷ Ver supra notas 14 a 20.

²⁸ Siendo más propias de la región rondeña, tan sólo contamos en la actualidad, para el sector oriental, con el caso de Viera en la necrópolis de Antequera.

²⁹ ARRIBAS, A. y FERRER, J. E. *La necrópolis megalítica*... opus cit. nota 2.

necrópolis megalítica del Pantano de los Bermejales, se da a nuestro juicio una de las mayores conjunciones de elementos formales, llegando a formar parte de la misma, en un espacio no muy amplio y evidentemente interconectados, cistas, sepulcros de corredor, sepulcros de tramos indiferenciados y galerías de laterales sensiblemente paralelos.

Aunque no es posible mantener planteamientos rotundos, por lo fragmentario que ha llegado hasta nosotros el registro arqueológico, no parece que ni las galerías a las que hemos hecho mención, ni los sepulcros de cámara y corredor en "v"³⁰ de tramos indiferenciados, presentes en las provincias de Sevilla, Cádiz, Málaga y Granada, puedan adscribirse a momentos muy antiguos; a lo sumo, lo conservado de los ajuares depositados en ellos, puede remontarse a una fase de Cobre Antiguo, para la que la fecha de C-14, que hemos obtenido en la base del túmulo del sepulcro antequerano de Viera, de 2600 b. C.³¹, serviría de referencia.

En cuanto al motivo de la difusión a través del territorio andaluz, no se vislumbra un denominador común. Probablemente se trate de un conjunto de intereses concatenados, ya puestos de manifiesto en algunos trabajos que hacen referencia a otras zonas³². Así por ejemplo, los caminos interiores de la provincia de Málaga pueden situarse en relación con mineralizaciones de cobre³³. Los sepulcros megalíticos de Alpendeire y Farajan aparecen situados en la cabecera de la vía que conduce hacia los yacimientos de cobre de Genalguacil; los de El Burgo y Coín, enmarcan por el oeste y sur respectivamente al macizo de Carratraca, donde así mismo existen mineralizaciones de cobre; y, por último, los de Casabermeja y Almogía podrían relacionarse sin grandes esfuerzos con los yacimientos de Cobre de los Montes de Málaga, a uno y otro lado del río Guadalmedina.

Pero, aunque atrayente, la motivación metalúrgica no puede sostenerse en otras áreas del trayecto que marcan los hitos conocidos. Por ello, las necrópolis de Morón de la Frontera, Alcalá del Valle, Ronda, Montejaque, Montecorto, El Gastor, Teba, Archidona, Pantano de los Bermejales, así como la monumental necrópolis antequerana, no tienen más explicación que su relación con la puesta en explotación de suelos agrícolas y ganaderos, ocurriéndolo mismo con las necrópolis megalíticas de las altiplanicies granadinas³⁴.

³⁰ Hemos escogido esta terminología aquí pretendiendo una cierta unificación.

³¹ GrN-16067.

³² KALB, Ph. "Monumentos megalíticos entre Tejo e Douro"... opus cit. nota 24, p. 107.

³³ *Mapa Geológico Minero de Andalucía*. Ed. Consejería de Economía e Industria de la Junta de Andalucía, Madrid 1985.

³⁴ Las mineralizaciones de cobre, en esta provincia, marcan una línea al sur de las grandes concentraciones de sepulcros megalíticos. No obstante, lo abrupto de la zona ha podido provocar un acceso sesgado a la información arqueológica. En este sentido habría que destacar la situación de los principales yacimientos de cobre, en Aldeire, Alquife, Cogollos de Guadix, Guejar Sierra o Charches,

Tanto la aproximación hacia los emplazamientos metálicos, como la necesidad de aumentar la producción alimentaria básica, deben estar imbricados en la complejidad del proceso, tal como se ve en la actualidad. A pesar de todo, hasta que no se cuente con un mayor número de excavaciones en poblados asociados a necrópolis en estos últimos ámbitos, no estaremos en disposición de asegurar en que porcentaje participan los sustratos ganaderos -desplazándose al menos a corta y media distancia- los agrícolas -con la puesta en productividad de nuevos suelos bien por dinámica de crecimiento, bien por la demanda de grupos liberados de la economía básica de producción- o los metalúrgicos -en la necesidad de acceder a yacimientos explotables con técnicas primarias.

Por lo tanto, la transmisión del fenómeno megalítico en Andalucía, debe entenderse como consecuencia de la capacidad de movilidad de sus poblaciones y de utilización de rutas de intercambio habituales y novedosas. Esta movilidad se trasluce en un patrón de asentamiento disperso y generalmente, aunque no de forma exclusiva, alejado de las grandes vegas, con estructuras livianas que denotan una cierta transitoriedad, relacionadas con una vocación hacia los espacios algo más abiertos que los meramente circundantes. Este patrón inicial, se ve reemplazado una vez consolidados los parámetros propios de la Edad del Cobre, haciéndose más estrecha la relación con el entorno. Esto pudo plasmarse en la tendencia a desarrollar estructuras defensivas en los poblados o crear sistemas de defensa territorial, aprovechando hitos naturales o fabricándolos, caso de los conocidos fortines, bien aislados bien conectados entre sí.

De todo lo dicho, podría desprenderse la necesidad de contrastar la idea actual de una dicotomía de intereses básicos económicos entre las poblaciones andaluzas que desarrollan el rito megalítico y sus coetaneas. Con demasiada frecuencia hemos querido ver en aquellas la práctica de una ganadería móvil, fundamentalmente de ovicápridos, y en las otras una economía mixta, pero con una ganadería menos móvil fundamentada en el ganado bovino. Creemos que en el futuro esto podrá ser matizado, dando cabida a poblaciones megalíticas del tipo de la de Antequera, apegada al territorio y en franca relación con la explotación agrícola de su entorno, en la base del sedentarismo creciente del sur de la Península.

En momentos avanzados, ese sedentarismo será la nota dominante tanto para los poblados defensivos como para los que continuaban ocupando los llanos,

bordeados, antes de desembocar en las altiplanicies, por la vía que se origina desde Almería a través del pasillo de Fiñana. Recientemente (BUZON, F. et al. "Informe de las prospecciones arqueológicas superficiales en el pasillo de Fiñana..." opus cit. nota 11, p. 12) se ha señalado la carencia de sepulcros correspondientes al llamado patrón megalítico en el pasillo de Fiñana, y sí en cambio de poblados y necrópolis del patrón Millares, que no son sospechosos de haber motivado el desarrollo megalítico granadino.

manteniéndolos estructuras endebles, y realizando complejos entramados de silos. En ellos va a continuar el ritual megalítico, sustituyéndose en muchas ocasiones a los sepulcros ortostáticos por sepulcros de falsa cúpula.

Una suplantación así no debió de producirse sin causas quizás más profundas de las que pueden llegar a vislumbrarse. No es asumible, al menos aún y de forma coherente, el cómo llegó a producirse esta nueva adopción, o acaso transformación, de modelos tan tradicionales. Pensamos que su explicación deberá tener en cuenta la coetaneidad de amplias necrópolis en cuevas artificiales, en una cadena de relaciones no excesivamente clara todavía en el territorio andaluz. Para otras áreas se ha apuntado, recientemente³⁵, lo innecesario de recurrir a supuestos orígenes basados en extrañas e hipotéticas oleadas exteriores a la Península, y se ha planteado la posibilidad de una cierta tradición en la continuidad indígena, que se vería reflejada en la transición del Neolítico al Cobre a través de los tholoi del Algarbe. En Andalucía, en la provincia de Málaga, hemos llamado la atención sobre la similitud entre el tholos del Romeral y algunas cuevas artificiales de la necrópolis de Alcaide, al norte de la vega de Antequera³⁶, lo que nos hace pensar que ambos tipos de construcción, coetáneos durante el Cobre Pleno, deben vincularse a una tradición en torno a la Depresión, aún no confirmada.

De acuerdo a lo que hemos expuesto hasta aquí, podría pensarse en una aceptación plena de la conexión del fenómeno megalítico con el último desarrollo de las comunidades neolíticas, así como su intensificación a comienzos de lo que se viene considerando como Edad del Cobre. Así mismo, y de igual manera que ocurre en el resto del continente europeo, su desarrollo inicial está ligado a la periferia, siguiéndose un proceso de difusión desde llanuras costeras o territorios más o menos próximos a la orla litoral, hacia el interior. De la intensificación de la investigación, en estos últimos veinte años, puede pensarse en una cierta independencia en las manifestaciones megalíticas de ambos extremos de Andalucía, que puede quedar matizada por una posible inclinación de las poblaciones occidentales sobre la Andalucía Oriental. En cuanto a la vinculación cronológica y cultural, los focos occidentales aparecen tempranamente, en una fase tardo-neolítica y tiene su desarrollo durante toda la Edad del Cobre, mientras que los orientales, pueden considerarse de forma similar, aunque el fenómeno megalítico aquí se mantenga, aunque no en la generalidad de su geografía, durante la Edad del Bronce.

³⁵ DELIBES, G. et al. "El Calcolítico en el Península Ibérica". *Rassegna di Archeologia*, 7, 1988, p. 266.

³⁶ FERRER PALMA, J. E. "El Megalitismo en Andalucía Central"... opus cit. nota 8. De esta necrópolis que venimos excavando junto al Dr. Marqués, desde hace unos años, hemos publicado una serie de avances (ver MARQUES, I. y AGUADO, T. "La nueva etapa en la investigación del yacimiento de Alcaide." opus cit. nota 2).

NUEVOS DATOS EN TORNO AL DOLMEN DE LA PASTORA (VALENCINA DE LA CONCEPCIÓN, SEVILLA)

por

A. Martín Espinosa y M. T. Ruiz Moreno

Resumen: En el año 1991 previo a una restauración de la cubrición del monumento se realizó una nueva intervención arqueológica que queremos dar a conocer. Los resultados al completar los datos ya conocidos nos parecen fundamentales por ser el corredor más largo de la Península (45 mts.), constituir un punto obligado de referencia para el estudio de esta época. El informe constará de planimetrías de la cubierta y suelo, datos sobre su construcción y novedades en torno al corredor y atrio que hasta el momento no se han publicado.

Palabras-clave: "Megalitismo". Corredor/átrio. Disposición espacial.

Fue descubierto en 1860, durante unas labores agrícolas y debido a que fue el primer monumento megalítico descubierto en la provincia de Sevilla ha sido objeto de numerosas investigaciones, que no siempre han tenido repercusión en la bibliografía. Hasta 1961 el dolmen constaba de dos tramos de corredor de aproximadamente 14 metros cada uno, y de la cámara cuyas dimensiones oscilan entre 2,50 y 2,60 metros de diámetro. Cada tramo de corredor se encuentra separado por la existencia de unas jambas que marcan el hueco de una puerta. En 1961 se hizo precisa una intervención y se descubrieron 16 metros más de corredor, así como la puerta o cerramiento del dolmen, faltando sin embargo la cubierta de todo. Para la protección de este nuevo tramo se construyó una casamata de hormigón. En 1991 se presentó un proyecto de conservación del tramo de corredor descubierto así como la restauración de la casamata que lo protege. Con el fin de conocer lo más posible acerca del monumento y para evitar deterioros se procedió a una investigación que se realizó entre Abril de 1991 y Mayo de 1992.

La investigación llevada a cabo nos ha permitido confrontar los datos conocidos bibliográficamente con los sostenidos durante la excavación. Se intervino en tres lugares: en el corredor descubierto, en el sello y en el exterior de la estructura de hormigón.

* En el corredor descubierto se conocían 11 piedras de arenisca que formaban el suelo existiendo 5 metros donde no se conservaban dichas piedras. Asimismo, existía un fragmento de la jamba derecha de la segunda puerta. La intervención ha sacado a la luz dos nuevas piedras y un fragmento de una tercera que se encuentra encajado en la piedra madre donde se excavó el monumento, así como el foso donde se situaba la jamba izquierda de la segunda puerta. Aquí pudimos observar el sistema constructivo del dolmen, al tener que desmontar el relleno que antes de la intervención servía para circular por él. Observamos que este relleno estaba en algunos lugares sobre la tierra madre y en otros sobre las pizarras que formaban la pared. Estudiando los lugares donde quedaba tierra madre, fácilmente identificable porque es de color amarillo y con caliches blancos, obtuvimos cotas de altitud que nos indican que el dolmen fue excavado primero en el albero, haciendo el hueco para la piedra del suelo, después ampliando la zanja para edificar las paredes de pizarra, y por último colocando las piedras del techo.

A un metro del sello tampoco existe piedra en el suelo resultando muy extraña la falta de pizarras en los dos lados y a la misma altura de la pared. Las fosas resultantes eran muy similares a las de la jamba izquierda de la segunda puerta. Estudiando los planos coincide con el lugar donde debía ir la primera puerta ya que mantienen entre sí una distancia aproximada de 14 metros. Igualmente durante la excavación observamos que en el fondo y en los laterales había pizarras de menor tamaño, y que por su situación servirían para calzar las jambas. Tenemos indicios para creer que ya Collantes, durante la excavación de 1961 conocía estos dos fosos, aunque como no hubo publicación sobre ella no conocemos su opinión.

* Sobre el sello Carriazo en su *Protohistoria de Sevilla* (1974) dijo «La puerta o cerramiento del dolmen..., se conserva, intacta, formada por lajas grandes de piedra transversales, que se prolongan por ambos lados formando una especie de fachada». Hoy sabemos que las lajas eran exclusivamente de pizarra y que cerraban efectivamente el monumento. Pero antes de ese cerramiento el dolmen había sido sellado con una capa de arcilla roja de aproximadamente 21 cms. de grosor y encima de ella se habían ido poniendo pizarras trabadas entre sí con ese mismo barro, de las cuales nos habían quedado solamente 4 hiladas.

Desde el final del sello hasta el hueco de las jambas había un metro aproximadamente que no tenía piedra en el suelo. El sello se encontraba metido en el corredor 82 cms. y sobresalía por fuera de él 65 cms., integrándose en la acumulación de pizarras ordenadas y trabadas con barro que formaban la fachada que describe Carriazo.

* En el exterior de la estructura, ante la posible interferencia de la casamata de hormigón en esa fachada se procedió a realizar dos sondeos. El resultado nos deparó los primeros datos existentes acerca de la estructura del túmulo, ya que se

descubrió en el lado Norte un muro que continuaba en línea con la fachada del enterramiento, sustituyendo, sin embargo, las pizarras (de hecho solamente queda una y de un tamaño considerable) por piedras de las que llamamos alberizas, frecuentes en la zona, unidas entre sí firmemente. Lo más característico es su inclinación hacia el Este, siguiendo la forma del túmulo, que sugiere un anillo perimetral de contención de tierra. El segundo sondeo se realizó a la misma altura pero en el lado Sur del monumento y aunque aparecieron el mismo tipo de piedras, éstas no estaban tan trabadas y no mantenían una línea. Aún así el hecho de que estuvieran denotan su existencia.

Paralelamente a la investigación hemos realizado varios levantamientos en sección y planta del monumento en toda su extensión, incluyendo el dibujo en planta de las piedras que conforman el suelo y el techo.

La figura A es la planta de la cubierta del dolmen. Como se puede observar solamente consta de 28 metros de corredor y de la cámara, faltando la cubierta del primer tramo. Las letras indican el tipo de piedra utilizada. A: Arenisca. G: Granito.

La figura B, es el levantamiento en sección de toda la longitud del dolmen, resaltando la estructura de la casamata de hormigón que cubre actualmente la parte destruida del monumento. Hay que destacar la línea de horizontalidad trazada que nos permite ver cómo es el suelo el que desciende.

La figura C muestra la disposición de las piedras que conforman el suelo del corredor. Aquí si se observan los 46 metros de longitud del mismo, e indicamos la constitución de las piedras, al igual que en la figura A, añadiendo la C: Caliza.

Por último queremos añadir que ya que la restauración y conservación no se ha podido llevar a cabo todavía, las medidas provisionales que se han tomado consisten en la protección de las áreas excavadas mediante el vertido de arena de río, fácilmente extraíble y cuya consistencia y color la hacen imposible de confundir con la tierra de la zona, además de haber depositado monedas de curso legal en la misma.

Debido a las frecuentes visitas que recibe este monumento y para evitar cualquier deterioro se han tomado otras medidas, como el vallado del corredor en los lugares donde falta la pared de pizarra y la colocación de pequeñas losetas de hormigón, sin cementar, en los lugares donde faltan las piedras del suelo.

Est. I

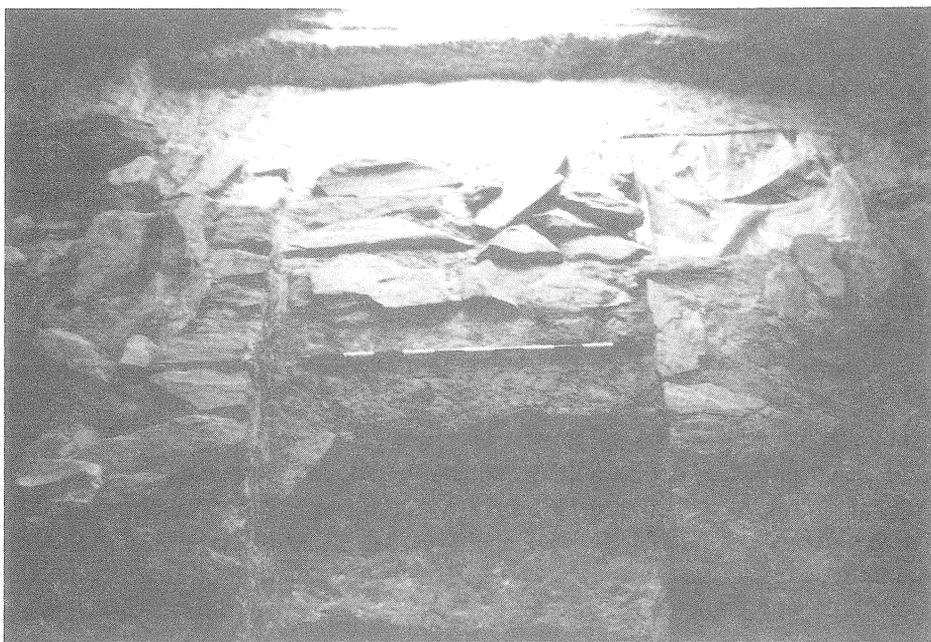


Fig. 1 — En primer plano, el sello de arcilla roja y en segundo las pizarras trabadas entre sí que se continúan a lo largo de la fachada del monumento.



Fig. 2 — Vista de la cuadrícula exterior norte, donde se puede apreciar el muro de piedras alberizas y la inclinación de éste.

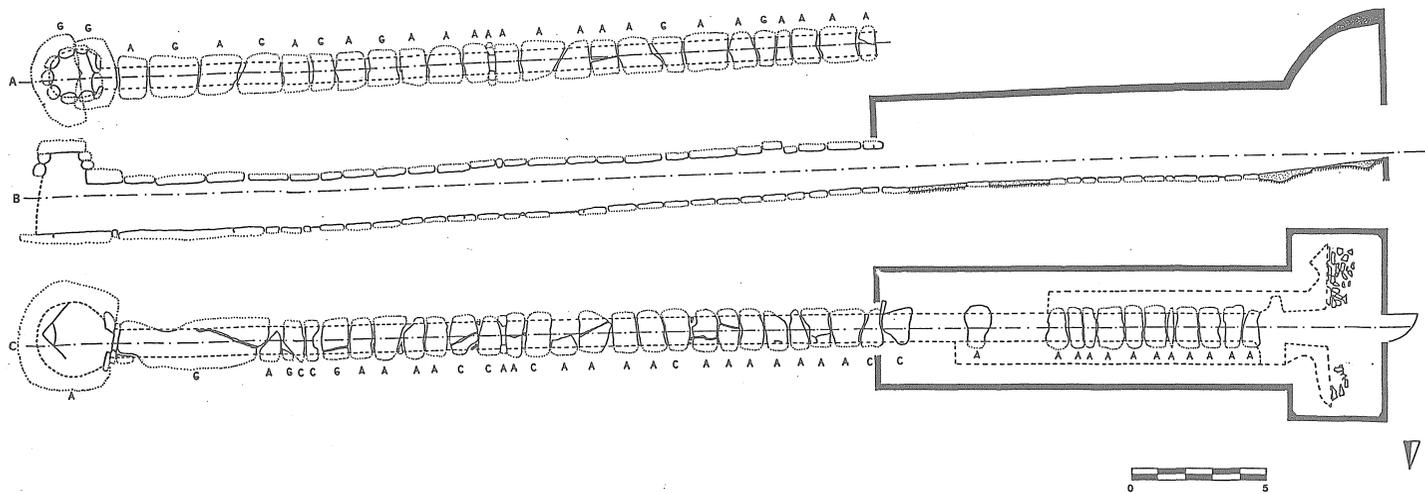


Fig. 1 — Vista de la entrada actual al monumento. A la derecha se puede apreciar la acumulación de pizarras a lo largo de la fachada y en ángulos rectos, la entrada al monumento.

Est. III



Fig. 1 — Vista completa del dolmen cubierto.



Plantas y sección del monumento.

OS CHAMADOS «BÁCULOS» — PARA UMA INTERPRETAÇÃO SIMBÓLICO-FUNCIONAL

por

Dirk Brandherm*

Resumo: Defende-se a interpretação dos chamados «báculos» ao nível funcional como imagem simbólica dum determinado tipo de maças, a partir duma proposta de O. da Veiga Ferreira e M. Leitão como também de paralelos centro-europeus. Tenta-se a reconstrução dos protótipos de matéria-prima orgânica com carácter funcional a partir dos materiais arqueológicos disponíveis e analogias etnográficas, assim como uma caracterização do primitivo valor simbólico destes artefactos.

Palavras-chave: Báculo. Calcolítico. Simbolismo.

Entre os vários tipos de ídolos do Calcolítico português, os chamados «báculos» sempre têm contado com o interesse especial dos investigadores. Como consequência, as interpretações “simbolistas” têm sido bastante numerosas, sem que a maioria delas tivesse sido capaz de explicar a peculiar forma deste artefacto. Em geral predominam alusões muito vagas a um símbolo de poder sem tratar da iconografia do mesmo símbolo. Um artigo recente de Serge Cassen e Jean L’Helgouach oferece-nos uma análise profunda de todos os tipos de representações de «báculos» e do seu valor simbólico, mas também só toca no significado básico deste símbolo dum forma muito sumária¹.

Uma das poucas tentativas de explicar a sua forma dum maneira funcional foi quando Octávio da Veiga Ferreira e Manuel Leitão propunham uma interpretação dos «báculos» como imitações em xisto dum espécie de machetes originalmente de madeira, citando como paralelos artefactos de sílex de forma algo similar do Alto Egipto². Estes por sua vez também já não conservam o seu

* Institut für Ur- und Frühgeschichte, Albert-Ludwigs-Universität, Belfortstr. 22, 79098 Freiburg i. Br.

¹S. Cassen - J. L’Helgouach, “Du symbole de la crosse: chronologie, répartition et interprétation,” *Actes du 17ème Colloque interrégional sur le Néolithique, Vannes, 28-31 octobre 1990. Revue Archéologique de l’Ouest, supplément n° 5* (1992), pp. 223-235.

²O. da Veiga Ferreira - M. Leitão, *Portugal Pré-histórico* (Mem Martins: Publicações Europa-América, ca. 1983), pp. 179-181.

carácter funcional primitivo, mas levaram os dois autores a opinar que talvez o borde serrilhado de alguns «báculos» representasse enxertos de sílex³. Aquela via de explicação lamentavelmente não teve continuidade. Não obstante, a identificação do modelo primitivo que está por detrás de qualquer símbolo deve ser da maior importância para a sua compreensão. Por isso no presente artigo se examina a possibilidade duma interpretação dos «báculos» como representação duma arma ofensiva que pela sua forma curva não só podia servir para a luta corpo a corpo mas também como projectil a curta e meia distância.

Assim, a particular forma curva dos «báculos» desloca o ponto de equilíbrio para um extremo da arma e fora do seu eixo longitudinal. Estes aspectos levam a um característico voo rotativo do objecto, que dificulta muito à vítima uma defesa eficaz contra este. Além disso, obviamente existe também a possibilidade de utilizá-los como maça no combate corpo a corpo. A mecânica de tal tipo de arma foi empregada em vários sítios e vários momentos da (Pré-) história, não só em forma de maças de madeira, das quais a mais famosa seria a sua variante autoretornável australiana, mas também por ferros de arremesso africanos, usualmente lançados duma maneira horizontal, e as «franciscas» da Baixa Idade Média, machados com cabo ligeiramente curvo, arremetido girando verticalmente sobre o seu eixo.

A interpretação funcional desenvolvida acima, tem claramente carácter hipotético. Embora existam de facto várias indicações que maças similares existiram no Neolítico e Calcolítico não só de Portugal mas também em outras partes da Europa. Peças originais de madeira têm-se conservado em solos húmidos na Suíça, Alemanha, na Holanda e na Inglaterra, entre elas algumas de forma curva e obviamente concebidas para serem lançadas contra a vítima. De interesse particular neste contexto é uma maça de Egolzwil (Suíça)⁴, que com a sua forma angular chama à memória o «báculo» da Lapa de Galinha (Carrascos)⁵. Outra peça similar mas lamentavelmente achada em estado fragmentado no povoado de Burgäschisee-Süd (Suíça), está reforçada no ponto exterior do seu ângulo por uma ponta de osso, para lhe dar uma maior eficácia⁶.

Isso faz-nos volver à outra hipótese que M. Leitão e O. da Veiga Ferreira enunciaram na sua obra. Mesmo que os bordos serrilhados de alguns «báculos» representassem enxertos de um material diferente, os dois autores aqui concretamente pensaram em sílex⁷. Efectivamente existe um fragmento duma arma de tais

³ Ibid.

⁴ H. Müller-Beck, *Seeberg Burgäschisee-Süd, Teil 5. Holzgeräte und Holzbearbeitung*, Acta Bemensia, 2 (Bern: Stämpfli & Cie, 1965), pp. 55-58, fig. 106.

⁵ M.^ª C. Moreira de Sá, "A Lapa da Galinha," *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*, 1 (1959), pp. 117-128, fig. 11.

⁶ Loc. cit. Müller-Beck, lám. 10.2.

⁷ Loc. cit. Ferreira - Leitão, p. 179.

características de Vinelz (Suíça)⁸, e outra semelhante foi encontrada no século passado no Vallenmoor (Alemanha do norte). Desta última peça, que se encontrou em estado completo, infelizmente só se conserva um desenho, o original perdeu-se⁹. Não pode escapar-nos a grande semelhança com as maçãs aztecas, as chamadas “macquautil”, as quais, como única diferença notável, estão reforçadas por lâminas de obsidiana em vez de sílex¹⁰.

Neste contexto, também se têm de mencionar as muitíssimas lâminas de sílex encontradas no castro do Zambujal, que na sua forma não se distinguem das peças utilizadas em foices, mas sem que possuíssem os vestígios de utilização característicos daquela classe de instrumentos¹¹. Se neste caso realmente se tratasse de reforços de sílex de maçãs tipo «báculo», isso explicaria o elevado número em que lá se encontraram, como também a falta de qualquer traço de utilização nelas. Assim demonstrariam claramente, como já indicam as pontas de seta da mesma jazida, que as muralhas além do seu indubitável valor psicológico de limite, também tiveram um importante papel prático na defesa do povoado.

Como hipótese alternativa, fica a possibilidade que os bordos serrilhados de alguns «báculos» representassem dentes cortados da mesma madeira, que daria como resultado uma arma pouco menos eficaz que uma com gume de sílex. Seja como for, não há dúvida que ambas as reconstruções resultam numa arma perigosíssima, não só no combate corpo a corpo, mas também a distâncias demasiado curtas para que o arco seja utilizado eficientemente (fig. 1).

Representações de armas semelhantes têm uma distribuição ainda mais vasta em várias partes da Europa como também no Próximo Oriente. Destacam-se em primeiro lugar, os «báculos» representados nos monumentos megalíticos da Bretanha francesa, onde às vezes aparecem mais que uma dúzia num mesmo monumento¹². Também figuram, embora menos numerosos, em estátuas-menhires do Sul de França¹³. Na Europa oriental o objecto curvo representado num «ídolo» de Szegvár-Tüzköves (Hungria)¹⁴, como também umas peças de ouro da necrópole de Varna (Bulgária) provavelmente mostram armas dum tipo parecido¹⁵.

À primeira vista, aquela visão da distribuição vasta de «báculos» numa grande parte da antiga Europa tem um aspecto algo incoerente ou pelo menos

⁸ Loc. cit. Müller-Beck, p.97, fig. 224.

⁹ A. Diek, “Die vorbronzezeitlichen Holzschwerter vom Vallenmoor bei Bramsche, Kr. Osnabrück, und ihre mitteleuropäischen und völkerkundlichen Parallelen,” *Nachrichten aus Niedersachsens Urgeschichte*, 46 (1977), pp. 165-173, fig. 1.

¹⁰ *Ibid.*, p. 166.

¹¹ H.-P. Uerpmann, comunicação apresentada nas *1. Jornadas Arqueológicas de Torres Vedras*.

¹² Loc. cit. Cassen - L’Helgouach, pp. 227-228.

¹³ *Ibid.*, p.232.

¹⁴ N. Kalicz, *Clay Gods: the Neolithic Period and the Copper Age in Hungary* (Budapest: Corvina Kiadó, 1980), p. 44, fig. 32, 33.

¹⁵ Loc. cit. Cassen - L’Helgouach, p. 227.

bastante difusionista, mas tem que se chamar à memória o carácter fragmentário do mapa de distribuição apresentado. Tem que se considerar que só podemos conhecer artefactos destas características ou em sítios onde existam condições bastante húmidas (ou ao contrário extremamente secas) para as peças originais se conservarem, ou onde pelo valor simbólico da arma a sua imagem foi conservada em materiais mais duráveis, como se passou por exemplo em Portugal.

Assim, não resta dúvida que além deste registo arqueológico incompleto, maças curvas tiveram uma amplíssima distribuição e formaram junto com outras maças de tipologia distinta o grupo de armas de combate pessoal mais comum antes do desenvolvimento das armas metálicas. Puderam servir igualmente como instrumentos de caça e como armas de guerra. O seu emprego na caça está demonstrado numa cena representada numa placa do Egipto pré-dinástico¹⁶, mas como instrumento exclusivamente de caça seria difícil tornar-se num símbolo de «status» elevado nas sociedades da antiga Europa do quarto e terceiro milénio, sociedades nas quais a caça muito provavelmente ainda não se tinha transformado num passatempo desportivo de algumas pessoas privilegiadas.

Também a grande concentração de “enxertos” de sílex no castro do Zambujal, dado o caso que aqueles realmente representassem elementos de tais armas, seria difícil de explicar por motivos não bélicos. Obviamente isso não exclui a possibilidade do uso de um mesmo instrumento na caça como na guerra.

Por fim, é a representação destes objectos sobretudo em contextos ou funerários ou de outra maneira «públicos» (e. g. os menhires), que parece demonstrar que não se pode tratar só dum mero instrumento de caça, nem mesmo duma arma bélica qualquer, mas da arma de guerra por excelência durante a sua época.

De qualquer forma todas essas representações não se referem simplesmente à arma mortífera que seguramente foi este instrumento, mas ao seu valor simbólico na dimensão social. Quase se poderia dizer que não se trata de um símbolo mas do símbolo de autoridade social, equivalente aos machados de combate no Calcolítico da Europa oriental, somente que têm uma distribuição mais vasta, paneuropeia. A maior escassez de «báculos» na parte oriental da Europa assim poder-se-ia explicar pela presença lá dos machados de combate naquele período, os quais exerceram um papel semelhante.

Isso parece ser válido independentemente da questão de se os «báculos» representavam uma autoridade pessoal, individualizada, ou se foram expressão do poder dum grupo. Enquanto que as peças de xisto portuguesas, embora encontradas em contextos funerários colectivos, poderiam servir como indicação também para a primeira hipótese, as dúzias de «báculos» representados juntos em alguns

¹⁶ H. Müller-Karpe, *Handbuch der Vorgeschichte: Jungsteinzeit* (Munique: H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung, 1968), II, lám. 25.1.

monumentos megalíticos dificilmente parecem explicáveis em categorias estritamente individuais. Isso indica que não é preciso postular uma forma de organização social uniforme em toda a área em que se encontram imagens de «báculos» para explicar o fenómeno da sua simbolização. Um mesmo símbolo bem pode ser utilizado para comunicar conteúdos concretos bastante divergentes enquanto a ideia básica expressa permanece a mesma.

O aspecto mais básico — talvez tanto que corre o risco de ser esquecido — é que neste caso o objecto por detrás da simbolização era uma arma, e que independentemente do carácter ou tipo de autoridade, ou seja do prestígio ou seja do “status” e independentemente das legitimações secundárias que tal posição pôde ter reclamado para si, na sua origem esteve uma questão eminentemente de poder físico.

Isso não quer dizer que a função do objecto por detrás dum símbolo determinado seja forçosamente idêntica à do mesmo símbolo, como conteúdos e funções de tais imagens são bastante variáveis na dimensão do espaço-tempo. A aparente associação da imagem do «báculo» com representações bucraniformes no registo ornamental da cerâmica neolítica francesa¹⁷ constitui um exemplo nítido do alheamento dum representação esquematizada do seu significado primitivo. Não obstante é sempre indispensável descobrir primeiro o objecto que está por detrás dum imagem simbólica e identificar a sua função, para depois se ser capaz de analisar a partir daí a função do símbolo no seu contexto social. Sem análise prévia do fundo factual dum imagem, a discussão do seu valor simbólico e da sua transcendência social é epistemologicamente vã.

¹⁷ Loc. cit. Cassen - L'Helgouach, fig. 7.

Est. I

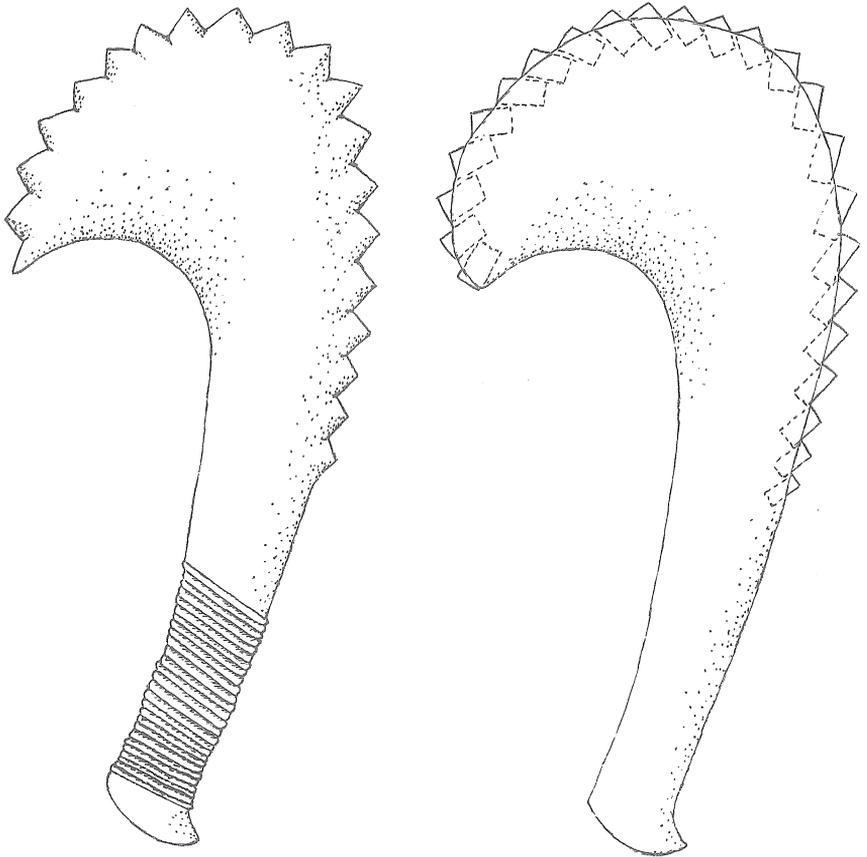


Fig. 1 — Duas reconstruções hipotéticas de possíveis protótipos de «báculos» apenas em madeira e de madeira e “enxertos” (lâminas encabadas) de sílex respectivamente.

NUEVOS DATOS PARA LA CONTEXTUALIZACIÓN ARQUEOLÓGICA DE ESTÁTUAS-MENHIR Y ESTELAS ANTROPOMORFAS EN EXTREMADURA

por

P. Bueno Ramirez* y A. Gonzalez Cordero**

Resumen: La documentación de dos nuevas piezas antropomorfas en la Extremadura española, permite realizar una valoración del papel de estas en la grafía del fenómeno de las estatuas-menhir y estelas antropomorfas en la Península además de reiterar la idea de conjunto gráfico que parecen manifestar las piezas del grupo Hurdes-Gata.

A ello se suma la localización de arquitecturas megalíticas de pequeño tamaño, asociadas a algunas de las piezas que se analizan, permitiendo reiterar la cronología Neolítico final-Calcolítico que hemos propuesto para estos elementos antropomorfos de raíz megalítica.

Palabras clave: Estelas antropomorfas. Extremadura española. Sepulcros megalíticos.

INTRODUCCIÓN

Desde que el Dr. Almagro Basch inició el estudio de las estelas extremeñas son muchas las novedades que se han producido. Se ha pasado a diferenciar grupos tanto desde el punto de vista gráfico, como desde el punto de vista cronológico, delimitándose un conjunto de representaciones antropomorfas equiparable en muchos de sus aspectos a la estatuaria antropomorfa megalítica europea (Bueno Ramirez, 1990, 1991, 1992).

Dentro del amplio conjunto de estatuas-menhir y estelas antropomorfas en la Península, la zona extremeña posee un papel destacado. En ella ha podido identificarse un conjunto gráfico con características definidas y bien centrado geográficamente, al menos en lo que hoy conocemos, en el sector Norte de la provincia de Cáceres. Uno de nosotros (Bueno Ramirez, 1987) ha calificado este

* Univ. de Alcalá de Henares.

** Univ. de Extremadura.

conjunto de representaciones antropomorfas como "grupo Hurdes-Gata". Los recursos gráficos aquí utilizados aparecen en otros grupos de estatuas y estelas peninsulares permitiendo establecer nexos culturales de gran interés. En el caso que ahora nos ocupa, destaca la relación que puede establecerse con figuraciones recientemente descubiertas en Galicia en contextos claramente megalíticos (Bueno Ramirez, e. p. b; Bueno Ramirez-Balbín Behrmann, e. p.), además de otras más cercanas como las de las piezas portuguesas de Crato, Ntra. Sra. da Esperança (Breuil, 1917) o Quinta do Counquinho (Leite de Vasconcelos, 1910).

Precisamente el contexto arqueológico ha sido uno de los problemas más citados a la hora de valorar la situación cultural y cronológica de las piezas extremeñas, pues en general proceden de descubrimientos fortuitos. Las páginas que ahora siguen pretenden dar a conocer dos nuevas piezas de este conjunto, además de ofrecer nuevos datos en relación con su contexto arqueológico que permiten reafirmar la idea ya expresada reiteradamente por uno de nosotros (Bueno Ramirez, 1984, 1987, 1990, 1991, 1992) de que se trata de elementos en relación con la cultura megalítica y, por tanto, con fechas de neolítico final y calcolítico, aunque alcanzan la Edad del Bronce como ocurre en lo que conocemos del Arte Esquemático peninsular.

Ya desde los primeros hallazgos de estas piezas la cuestión de su contexto arqueológico constituyó un problema de difícil resolución. La publicación de M. Almagro Basch (1972) del conjunto de Hernán Pérez hace referencia a la localización de la estela I, en un lugar próximo a los restos de la construcción megalítica del Chanquero (Almagro Basch, 1972; 86). La pieza número III se halló próxima a los restos de otro dolmen en el prado del Castaño (Almagro Basch, 1972; 91). Las demás, IV, V y VI aparecieron hincadas en el suelo descubiertas por unos obreros que hacían la repoblación forestal. Uno de ellos indicó que se encontraban junto a "unas sepulturas de forma paralelográfica hechas con lajas de esquisto bastante grandes" (Almagro Basch, 1972; 91). El Dr. Almagro propone que pudiese tratarse de cistas.

M. Almagro Gorbea (1977) en su trabajo sobre el Bronce Final en Extremadura, incluye un análisis de las estelas antropomorfas extremeñas, proponiendo que los restos de Hernán Pérez podrían identificarse con una necrópolis de cistas del tipo de las de Valcorchero. Esta hipótesis unida a su valoración de los collares de las representaciones como torques al estilo de los de Sintra o Sagrajas, le permiten ubicar cultural y cronológicamente estas piezas en el Bronce Final (Almagro Gorbea, 1977; 200). Arrancarían de un período de pleno Bronce Medio, como a su juicio indica Peña Tú.

La referencia a cistas, sin poderse concretar tamaño y forma de éstas ha sido constante en el transcurso del descubrimiento y publicación de nuevos ejemplares. Así MC. Sevillano (1982; 165) indica que la estela del Cerezal I "apareció hincada

en el suelo, a su lado unas lajas de pizarra formaban como una sepultura y en su interior fue hallada una urna o puchero”. Nosotros mismo hacíamos referencia a la presencia de estas en la finca de la Vihuela (Valencia de Alcántara) en la que apareció la estela del Millarón (Bueno Ramirez-Balbín Behrmann, 1991; 202).

Otro dato en relación con el análisis del contexto arqueológico de las estelas antropomorfas extremeñas es el dado a conocer por MC. Sevillano (1989; 502). Con ocasión de la descripción de dos colgantes con representación antropomorfa, la autora transcribe una descripción más concreta de las tan reiteradas cistas: “tienen una laja en el fondo de unos 35cm. a 75cm. y a su alrededor un círculo de piedras de un diámetro aproximado de 1m. En el centro una de las piedras hincadas sobresalía”. Esta es la descripción que mejor puede aplicarse a lo que hoy hemos conocido sobre el terreno del lugar de aparición de algunas de estas estelas antropomorfas extremeñas.

En toda esta discusión, hay otro aspecto que no podemos dejar de lado como aportación para el encuadre cronológico y cultural del panorama que ahora analizamos. Se trata de su contexto gráfico.

Este es fundamental a la hora de establecer nexos formales entre unas piezas y otras dentro y fuera de la Península y teniendo en cuenta que se trata de piezas decoradas, el análisis de su conjunto de recursos gráficos debiera haber constituido un apoyo sólido para su ubicación. De hecho, esa fue nuestra idea al afrontar el análisis del arte antropomorfo megalítico peninsular (Bueno, 1979, 1981, 1984, 1987, 1990, 1991, 1992). Un parecido formal aislado único no puede utilizarse como argumento, pero sí es defendible que la reiteración de una serie abundante de componentes gráficos en los que se incide, indique que el conjunto así representado responde a un momento cultural y cronologicamente similar.

Para el caso de los elementos antropomorfos extremeños que aquí nos ocupan disponíamos de la relación manifiesta de los mismos con los ejemplares portugueses arriba mencionados de Crato, Quinta do Counquinho o Ntra. Sra da Esperança que tradicionalmente se han venido relacionando con sepulturas megalíticas. Aún más, no es difícil localizar algunos de los recursos gráficos utilizados en estas figuraciones antropomorfas en el conjunto de las placas decoradas alentejanas (Bueno, 1992), tan características del ajuar de algunos enterramientos megalíticos del S. O. Estos datos proponían la conexión de las estelas antropomorfas extremeñas con el mundo megalítico. En esta misma dirección vienen a apuntar los hallazgos gallegos, especialmente los de la necrópolis de Parxubeira (Rodríguez Casal, 1984, 1989, 1991), en la que se han documentado elementos antropomorfos con brazos - manos y cinturón.

Nuestra convicción de que nos hallamos ante una serie de representaciones de clara raíz megalítica ha ido adquiriendo argumentos arqueológicos y gráficos en el transcurso de los últimos años. El conocimiento más preciso que hoy pode-

mos ofrecer de una de las sepulturas próxima a Caminomorisco y su similitud con las localizadas en El Cerezal y Vega de Coria con materiales calcolíticos constituye un aval más a esta propuesta.

NUEVOS HALLAZGOS: ARROCEREZO Y TORREJÓN EL RUBIO V (Fig. 1)

ARROCEREZO. La pieza fue reconocida por D. Felix Barroso y Don J. Roncero en el poyo de una vivienda de la alquería de Arrocerezo en la comarca cacereña de las Hurdes. Posteriormente fue trasladada a la aldea de la Aceitunilla donde se conserva en el domicilio de Gonzalo Martín a la espera de su incorporación a los fondos del proyectado museo hurdano en la localidad de Horcajo.

Como en muchas otras ocasiones, hemos de agradecerle a F. Barroso (1993) el conocimiento de esta pieza.

Se trata de un canto de pizarra grawaquica de tono verde-azulado cuya superficie aparece alisada de modo natural y, por tanto, no requiere ninguna preparación previa. La elección de este tipo de soporte -cantos de río- es bastante común en el conjunto extremeño. De ahí que el Dr. Almagro les aplicara la denominación de ídolos-guijarro.

En la actualidad, soportes similares se conocen en las mencionadas representaciones gallegas (Fábricas Valcarce, 1991, 1993), además de en algunos ejemplos asturianos como el de los cantos pintados del dolmen del Baradal (Arias, 1991; lám. 6. 7), o portugueses (Sanchez, 1978). En todos los casos están asociados a un contexto megalítico.

La pieza de Arrocerezo mide 55cm. de altura, 33cm. de ancho y 93cm. de perímetro. Toda ella ha sido considerada el cuerpo de la representación, como es común en el conjunto de las estelas antropomorfas extremeñas.

El grabado es ancho, de sección en "U" y dibuja un personaje con cabeza, brazos-manos y cinturón. En la parte superior se observa un tocado que aún remitiéndonos a esquemas conocidos muestra peculiaridades que lo distinguen. Su base es un doble semicírculo relleno al interior por una serie de líneas verticales y paralelas entre sí que diseñan una forma de abanico. Su tope superior está decorado por doce cazoletas, elemento que constituye igualmente el tope superior en la pieza de Robledillo de Gata. Ambos lados del semicírculo aparecen unidos por una línea transversal sobre la frente que da idea de un sistema de colocación del tocado, a modo de sombrero o casquete, sobre la frente del individuo. La disposición del tocado en piezas como la de Ciudad Rodrigo I (Bueno, 1981) ya permitía suponer que se trataba de algún tipo de elemento ajustable a la cabeza

del personaje, ahora creemos que puede afirmarse que el “tocado” de estas representaciones es efectivamente un casquete con adornos trenzados y algún otro aditamento como deben indicar las cazoletas situadas en la parte superior y los colgantes laterales, documentados en nuestra pieza y en otras del conjunto (Riomalo, Bodonal). Creemos que interpretar estos apéndices como pendientes o fíbulas es un poco arriesgado, pues por lo que parecen informarnos los grabados que analizamos, forman parte de la estructura del mencionado casquete y es de suponer que sean adornos más o menos sofisticados de éste.

Ojos, nariz y boca han sido figurados nitidamente, enmarcados en un contorno oval como en las piezas de Hernán Pérez, Cambroncino, Granja de Tonifuelo o Ciudad Rodrigo. Los brazos terminados en unos dedos esquemáticos, surgen del contorno de la boca, en una posición muy similar a las de las piezas de Cambroncino o Ciudad Rodrigo I. En el centro quedan los collares concéntricos, característicos de todas estas piezas.

En el tercio inferior aparece una línea transversal que figura el cinturón del personaje. Estos cinturones simples los conocemos hoy en elementos antropomorfos de contexto megalítico como la estatua-menhir de Navalcán, la del dolmen del Guadalperal, algunas de las gallegas ya mencionadas o la de Soto (Bueno-Balbín e. p.; Bueno, 1990 y 1991), además de en las pertenecientes al grupo Hurdes-Gata del que ahora hablamos: Ciudad Rodrigo II, Hernán Pérez IV, Salvatierra de Santiago o Cerezal II (Bueno, 1987, 1990, 1991). (Fig. 2)

TORREJON EL RUBIO V. En la localidad cacereña de Torrejón el Rubio, muy próxima a Monfragüe, lugar donde está documentado un importante conjunto de pintura esquemática, se han localizado hasta el momento cinco estelas con grabados. Cuatro de ellas pertenecen al conjunto del Bronce final del Suroeste y la que aquí estudiamos que encaja en el conjunto de estelas antropomorfas megalíticas.

Su aparición fue notificada en 1980 (Lopez) a través de una nota de prensa, al ser descubierta entre los escombros de una calleja situada en el Corral Concejo de la localidad. Al parecer había sido recortada para introducirse en un muro de una construcción y por tanto, traída de algún lugar próximo al pueblo.

Se trata de una pieza de pizarra de color pardo, de forma ligeramente oval y algo fragmentada en el sector izquierdo, en la zona superior y en el reverso por el trabajo que sufrió para ser incrustada en el muro. Mide 51 cm. de altura, 37cm. de ancho y 16,5cm. de grueso. El anverso muestra una ligera convexidad que denota su procedencia de canto de río, como la mayor parte de las piezas del conjunto Hurdes-Gata.

Mediante un grabado ancho y de sección en “U” se ha figurado la cabeza y collares de un personaje. En la parte superior lleva un tocado semicircular divi-

dido en pequeños rectángulos, repitiendo el diseño del de las estelas de Hernán Pérez, Riomalo, Robledillo, Granja de Toniñuelo, Cerezal II o Cambroncino. Al interior, ojos y nariz. No tiene boca como la estela de Hernán Pérez I.

Una línea transversal divide la cara de los collares concéntricos, exactamente del mismo modo que en el conjunto de Hernán Pérez. Si por un lado muchos de los recursos son idénticos a los utilizados en otras piezas del grupo Hurdes-Gata, especialmente a las ya nombradas de Hernán Pérez, el parecido con la pieza portuguesa de Crato (Leite de Vasconcelos, 1910) es muy fuerte, proporcionando un sólido argumento a favor de su contextualización en la cultura megalítica. (Fig. 3)

ARGUMENTOS PARA UNA CONTEXTUALIZACIÓN CULTURAL DEL ARTE ANTROPOMORFO EN EXTREMADURA

Como mencionábamos al inicio de estas líneas, los argumentos disponibles para la ubicación cultural de las manifestaciones antropomorfas extremeñas, mayoritariamente localizadas en la zona Hurdes-Gata, pueden agruparse en dos vías: la de la comparación con otros items semejantes documentados en la Península Ibérica y la de sus conexiones arqueológicas en el caso de que estas se conozcan. (Fig. 4)

El primer argumento, la comparación con grafías asociadas al mundo megalítico, ya sea peninsulares o extrapeninsulares lo hemos desarrollado en otros lugares (Bueno, 1984, 1987, 1990, 1991). La reiterada presencia de representaciones antropomorfas de bulto redondo que repiten una serie de atributos:

- Ojos, nariz y a veces boca
- Tocado
- Collares
- Cinturón
- Brazos-manos
- Piernas-pies

permite proponer que nos hallamos ante una interpretación antropomorfa normativa y, por tanto, que posee un significado cultural cuyo carácter último desconocemos. Lo que sí podemos afirmar es que en lo hoy documentado, su asociación mayoritaria es con ambientes funerarios de carácter megalítico (Bueno, e. p. b).

Así los cantos antropomorfos de dólmenes gallegos: Parxubeira, Argalo, Axeitos, Dombate; los documentados en dólmenes portugueses: Pena Mosqueira y Madorras o en dólmenes asturianos: Baradal. Todos ellos indican en primer lugar la asociación por parte de los artífices entre la piedra soporte de la representación y la figuración antropomorfa de un modo que no es ajeno al panorama

decorativo peninsular y que parece tener sus raíces en los cantos decorados azilienses y asturienses. Este hecho supone además, un argumento de peso para hablar de evoluciones "in situ" de un sistema de representación antropomorfa que posee desde sus datos más antiguos relación con el mundo mortuorio.

Por otra parte, la concentración de todos los ejemplos mencionados en el sector norte de la Península, sugiere una conexión entre el megalitismo gallego y el extremeño que en más de una ocasión ha sido mencionada para explicar determinados materiales (Bueno, 1988; Fábregas, 1991) y que ahora cobra un renovado interés. Sus posibilidades de análisis serán mayores a medida que conozcamos más datos, tanto en lo que se refiere al conjunto escultural antropomorfo como en lo que atañe a arquitecturas y materiales megalíticos.

En relación con la conexión entre estos elementos antropomorfos y la cultura megalítica, no hay que olvidar además de lo comentado, el dato ya mencionado de la cercanía de las piezas de Hernán Pérez a sepulturas de cerramiento en cúpula, asociación que también parece probable en el caso de la pieza de Granja de Toniñuelo (Jerez de los Caballeros).

Otra cuestión que también nos parece interesante tener en consideración para análisis futuros es el hecho de que nos encontramos en el caso del grupo Hurdes-Gata, ante un conjunto bastante compacto desde el punto de vista gráfico quizá indicando un fuerte componente de unidad social, religiosa o cultural entre los usuarios de dichas representaciones. Esta similitud formal contrasta con la versatilidad observable en otras zonas peninsulares, en las que coetáneamente se están dando versiones antropomorfas que aún cuando poseen una serie de rasgos comunes, presentan una interpretación particular de la misma. Las conexiones de las diversas grafías entre sí es lo que nos permite plantear relaciones entre cada uno de los grupos megalíticos peninsulares.

El conjunto de piezas que en su día denominamos (Bueno, 1987) Hurdes-Gata, es un ejemplo casi único en el panorama peninsular. La documentación de nuevas piezas ha contribuido a asentar una propuesta que ya en el momento que se hizo poseía elementos claros. Hoy, la abundancia de datos redundante en destacar esta zona como uno de los núcleos originarios o, cuando menos con un papel muy destacado, de un sistema de representaciones antropomorfas de raíz megalítica. Desde luego, no es nuestra intención afirmar que sea el único posible en la actual región extremeña, pues es de suponer que son muchos aún los datos que desconocemos de otros sectores.

El hecho es que cuando se emprende la descripción de cualquiera de estas piezas, se observan una serie de recursos técnicos que acercan entre sí piezas en concreto. Piezas que además poseen idéntica factura, en cuanto a material elegido, poca preparación del mismo, grabado ancho y de sección en "U" y, en definitiva detalles como la disposición interna del entramado de los tocados que permiten

pensar si no en una misma mano, en una relación cercana entre los artífices de algunas de estas piezas.

Así, la pieza de Arrocerezo posee características muy próximas a las de Cambroncino, Ciudad Rodrigo I y Cerezal I, lo que nos permite proponer que la cercanía cronológica de estas debe ser también notoria.

La aparición de este modo de representación en otros lugares de la geografía extremeña: Granja de Toniñuelo o la que describimos aquí de Torrejón el Rubio, debe indicar la extensión de esta grafía por un territorio más amplio, como ya señalábamos para el caso salmantino (Bueno 1991). La documentación de nuevas piezas permitirá concretar el sistema de expansión de ésta y las conexiones culturales con otras zonas peninsulares.

Nuestra propuesta cronológica se centra en el último cuarto del IV milenio a.C. y primera parte del III milenio a.C. como fecha más antigua para estas figuraciones extremeñas. Hasta ahora esta propuesta se basaba en los paralelos gráficos ya mencionados en el mundo megalítico europeo y en su documentación en contextos dolménicos gallegos con fechas aproximadas del 3.000 a.C., que nos parecía una buena referencia de cronología relativa.

Los datos que hoy poseemos sobre las sepulturas donde se han localizado este tipo de piezas en la región hurdana y algunos materiales asociados, nos permiten reiterar su asociación al mundo megalítico y su cronología de Neolítico final/Calcolítico para la fase más antigua de este modo de representación.

El mapa adjunto (Fig. 5) recoge la situación de algunas de nuestras piezas antropomorfas localizadas en las proximidades de poblados calcolíticos o de sepulturas como la que vamos a describir de la finca del Madroñal, en Caminomorisco. En este caso se encuentran las dos piezas del Cerezal (nº3), la de Cambroncino (nº7), la de Riomalo (nº8) y la que acabamos de describir en este trabajo de Arrocerezo (nº9). Los datos sobre poblados y sepulturas proceden de la prospección realizada por A. Gonzalez Cordero (1993; 253) y de la inestimable fuente de conocimientos sobre las Hurdes que es D. Félix Barroso.

Cuando en párrafos anteriores recogíamos lo publicado sobre el contexto arqueológico de estas piezas, hacíamos referencia a la alusión constante a "cistas" o "pequeñas sepulturas de piedra". Hoy día, podemos presentar un documento gráfico de un pequeño dolmen localizado en el Madroñal, en Caminomorisco y, por tanto, muy próximo al lugar donde se localizó la estela de Arrocerezo. Esta construcción se documentó en el transcurso de unas remociones que dieron como resultado la aparición de varias sepulturas de plantas diversas, todas ellas de poca altura y de unas medidas internas en torno al 1,50m. Junto a ellas se localizan piedras de cuarzo blanco probablemente pertenecientes a un pequeño túmulo.

La arquitectura responde a lo hoy conocido en otros sectores de la Extremadura española (Bueno, 1987, 1989 y e. p. a). Se trata de pequeñas estructuras

rectangulares, circulares o trapezoidales, de escasa altura -1m. máximo- que se agrupan en necrópolis numerosas, de entre 10 y 14 ejemplares. Los túmulos de las mismas son de escaso diámetro y se utilizan en su factura piezas de cuarzo blanco, quizá con la intención de destacar su presencia.

Nosotros hemos realizado un estudio de este tipo de pequeñas arquitecturas en Extremadura, a partir de los datos obtenidos de las excavaciones en el conjunto de Santiago de Alcántara (Cáceres), cuyos materiales nos permiten proponer su utilización durante el Neolítico final y Calcolítico de la región, lo que coincide con los pocos restos cerámicos que conocemos de estas formas en las Hurdes.

Otra cuestión interesante a destacar es que este tipo de necrópolis son también conocidas en el sector portugués próximo y los materiales procedentes de excavaciones antiguas, indican un momento similar para su utilización (Bueno, e. p. a).

En las sepulturas de este tipo localizadas en las Hurdes aparece una laja exenta clavada al interior -como puede observarse en la planta de la Figura 6- que probablemente responde al lugar donde se ubicaba la estela antropomorfa, según hemos podido deducir de todos los testimonios recogidos de testigos. Alrededor de la misma es donde se localizaron restos cerámicos, fundamentalmente cazuelas carenadas y cuencos lisos o decorados, además de instrumentos pulimentados.

En ese sentido podría reinterpretarse la pieza semicircular de pizarra con una cazoleta, documentada en la excavación del dolmen de Baldío Gitano I, en Santiago (Bueno-Balbín, 1992; 555 y Figs. 75-79) que probablemente ejercía un papel similar.

Con estos datos, el papel que el elemento antropomorfo ejerce en el espacio mortuario megalítico resulta cada vez más significativo y la vía de interpretación que hemos intentado (Bueno-Balbín e. p.) presenta nuevas perspectivas. La sepultura aparece así como un espacio en el que la imagen del hombre supone la delimitación de una serie de áreas, estableciendo probablemente rangos en el uso de dicho espacio funerario. El mundo funerario del Neolítico final y Calcolítico es un universo humanizado, en el que divinidades, fuerzas de la naturaleza o conceptos diversos, toman formas humanas que en el decurso de los cambios sociales del III milenio a.C. se van progresivamente individualizando a través de la representación de armas, cinturones más sofisticados y, en suma, dando lugar a las figuraciones de carácter más personalizado de las estelas extremeñas. La raíz de éstas en la grafía que estamos tratando no ofrece dudas; no tenemos más que observar la presencia de tocados compartimentados en las estelas de Torrejón el Rubio II, Peñalsordo o Belalcazar (Bueno et alli, 1984; Enriquez Navascués-Celestino Perez, 1984), o incluso algunos con colgantes como los que hemos descrito en Arroceredo y Riomalo, caso de la estela de Capilla que posee además collares concéntricos. La presencia de estos personajes acompañados de elemen-

tos materiales claramente adscribibles al Bronce Final-Hierro de la zona, reiterando un sistema de composición bien documentado en todo el conjunto de lo que denominamos estelas de guerreros del Suroeste, supone un buen argumento para establecer una cronología "ante quem" de nuestras piezas. Efectivamente, si todos los datos que conocemos sobre la grafía de las estelas del Suroeste indican una composición similar y la aparición de una serie de piezas características, no nos resulta comprensible que las estelas antropomorfas que aquí analizamos sean clasificadas por algunos autores en el mismo lugar, cuando no responden en absoluto al código de las estelas de guerreros.

En primer lugar se trata de piezas claramente realizadas para estar en pie. Por otra parte, sus relaciones gráficas más próximas son evidentemente megalíticas y la documentación de la piezas mencionadas en Galicia o Portugal constituye un buen argumento arqueológico.

A todo ello podemos sumar hoy, la existencia de la sepultura del Madroñal y la de algunos materiales cerámicos procedentes del mismo lugar (Fig. 7, nº 1 y 2), la Coronita (Fig. 7, nº 3 y 4), y el Collao (Fig. 7, nº 5), lugar de donde proceden las dos piezas del Cerezal. De la Coronita hay datos sobre la existencia de otra pieza antropomorfa hoy desaparecida. Tanto del Madroñal, como de la Coronita y del Collao tenemos constancia de la existencia de arquitecturas dolménicas de pequeño tamaño, como la que recogemos en la Fig. 6.

Los fragmentos cerámicos localizados presentan formas y decoraciones que responden bien al conjunto neolítico final-calcolítico documentado en la Extremadura española en los últimos años.

BIBLIOGRAFIA

- ALMAGRO BASCH, A. (1966): *Las estelas decoradas del Suroeste*. Biblioteca Praehistórica Hispana, vol. VII. Madrid.
- (1972): Los ídolos y la estela decorada de Hernán Pérez (Cáceres) y el ídolo -estela de Tabuyo del Monte (León) *Trabajos de Prehistoria*, vol. XXIX. Madrid; p. 88 y ss.
- ALMAGRO GORBEA, M. (1977): *El Bronce Final y el período orientalizante en Extremadura*. Biblioteca Praehistórica Hispana, vol. XIV. Madrid.
- ARIAS CABAL, P. (1991): *De cazadores a campesinos. La transición al neolítico en la región cantábrica*. Universidad de Cantabria. Santander. 371 p.
- BARROSO, F. (1993): Hallazgos prehistóricos en Las Hurdes. *Diario Hoy*. Cáceres, 28-IX-93.
- BREUIL, H. (1917): La roche peinte de Valdejunco à la Esperança, près de Arronches (Portugal). *Terra Portuguesa*, Anno II, nº13-14. Lisboa; p. 17-26.
- BUENO RAMÍREZ, P. (1981): Estelas antropomorfas en la Península Ibérica: Ciudad Rodrigo II. *VI Congreso de Estudios Extremeños*. (Mérida 1979). Madrid; p. 11-14.
- (1984): Estatuas-menhir y estelas antropomorfas en Extremadura. *Revista de Estudios*

Extremeños. Badajoz.

- (1987): El grupo Hurdes-Gata en las estelas antropomorfas de Extremadura. *XVIII Congreso Nacional de Arqueología* (Canarias, 1985). Zaragoza; p. 449-458.
- (1987): *Megalitismo en Extremadura*. Tesis doctoral inédita Univ. Complutense de Madrid. 3 vols.
- (1988): *Los dólmenes de Valencia de Alcántara*. Excavaciones Arqueológicas en España, vol. 155. Madrid, 210 p.
- (1989): Cámaras simples en Extremadura. *XIX Congreso Nacional de Arqueología*. (Castellón, 1987). Zaragoza; p. 385-397.
- (1990): Statues-menhirs et stèles anthropomorphes dans la Péninsule Ibérique. *L'Anthropologie*, t. 94, nº1. París; pp. 85-110.
- (1991): Estatuas-menhir y estelas antropomorfas en la Península Ibérica. La situación cultural de los ejemplares salmantinos. *Del Paleolítico a la Historia*. Salamanca; p. 81-97.
- (1992): Les plaques décorées alentéjaines: approche de leur étude et analyse. *L'Anthropologie*, t. 96, nº2-3. París, p. 573-604.
- (e. p. a): Excavaciones en la necrópolis de Santiago de Alcántara (Cáceres). Una hipótesis de interpretación para los sepulcros de pequeño tamaño del megalitismo occidental. *Boletín del Seminario de Arte y Arqueología*. Valladolid.
- (e. p. b): Megalitos, estatuas y estelas en España. Ed. di Centro. Valcamonica.
- BUENO RAMIREZ, P. -BALBIN BEHRMANN, R. de (1991): "La estela del Millarón y su relación con las representaciones antropomorfas megalíticas" *XX Congreso Nacional de Arqueología* (Santander, 1989). Zaragoza; p. 199-204.
- (1992): L'Art mégalithique dans la Péninsule Ibérique. Une vue d'ensemble. *L'Anthropologie*, t. 96, nº2-3. París; p. 499-572.
- (e. p.): Estatuas-menhir y estelas antropomorfas en megalitos ibéricos. Una hipótesis de interpretación del espacio funerario. *Homenaje al Prof. Gonzalez Echegaray*. Santander.
- BUENO RAMIREZ, P. -PIÑON, F.-TORRES, F. et alii (1984): Tres nuevas estelas del Suroeste. *Revista de Estudios Extremeños*. Badajoz; p. 6-11.
- GONZALEZ CORDERO, A. (1993): Evolución, yacimientos y secuencia en la Edad del Cobre en la Alta Extremadura. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 33. Porto; p. 237-259.
- FABREGAS VALCARCE, R. (1991): *Megalitismo del N. O. de la Península. Tipología y secuencia de los materiales*. UNED. Madrid, 523 p.
- LEITE DE VASCONCELOS, J. (1910): Esculturas prehistóricas do Museu Etnologico Português. *O Archeologo Português*, t. XV; p. 31-38.
- LOPEZ MARTIN, J. (1980): Nuevos hallazgos arqueológicos en Torrejón el Rubio. *Diario Hoy*. Cáceres. 21-XII.
- RODRIGUEZ CASAL, A. A. (1984): A mámoa de A Parxubeira. *Portugalia*, IV-V. Porto
- (1989): *La necrópolis megalítica de Parxubeira*. Monografías urxentes do Museu, nº4. La Coruña. 102 p.
- (1992): "Eléments symbolico-funéraires dans le mégalitisme galicien". *Révue Archéologique de l'Ouest*, suppl. nº5. Rennes; p. 213-221.
- SANCHES, M. de Jesus (1978): A mamoa de Pena Mosqueira. Sanhoane (Mogadouro). *Arqueología*. Porto, nº15.
- SEVILLANO SAN JOSE, M. C. (1982): "Un nuevo hallazgo en Extremadura: el ídolo-estela de El Cerezal". *Zephyrus*, XXXIV-XXXV. Salamanca; p. 165-171.

- (1989): "Dos colgantes-ídolos en las Hurdes: aproximación interpretativa". *Zephyrus* XLI-XLII. Salamanca; p. 497-505.
- (1991): "Conexiones de las estelas antropomorfas salmantinas y extremeñas. Análisis de nuevos datos para su estudio en Extremadura y Salamanca". *Del Paleolítico a la Historia*. Salamanca. p. 99-116.

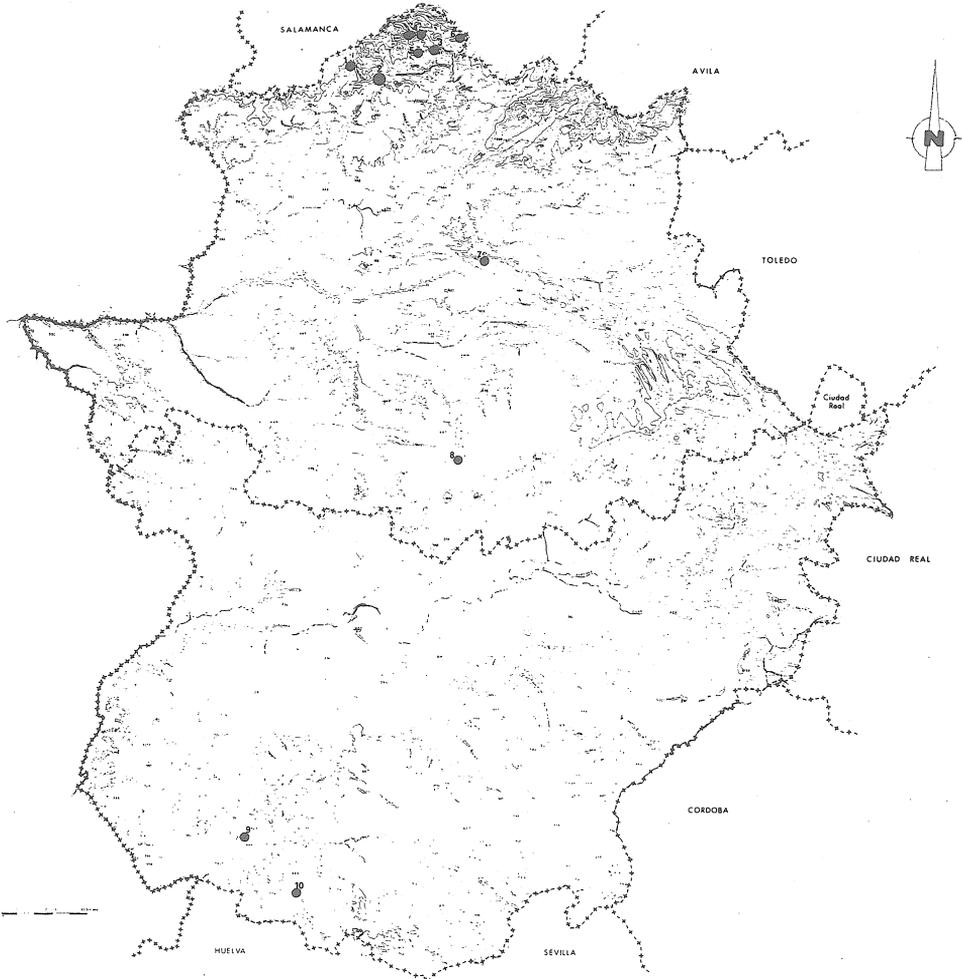


Fig. 1 — Situación de las estelas antropomorfas en la Extremadura española.

Est. II



0 10 cms.

Fig. 2 — Arrocerezo.

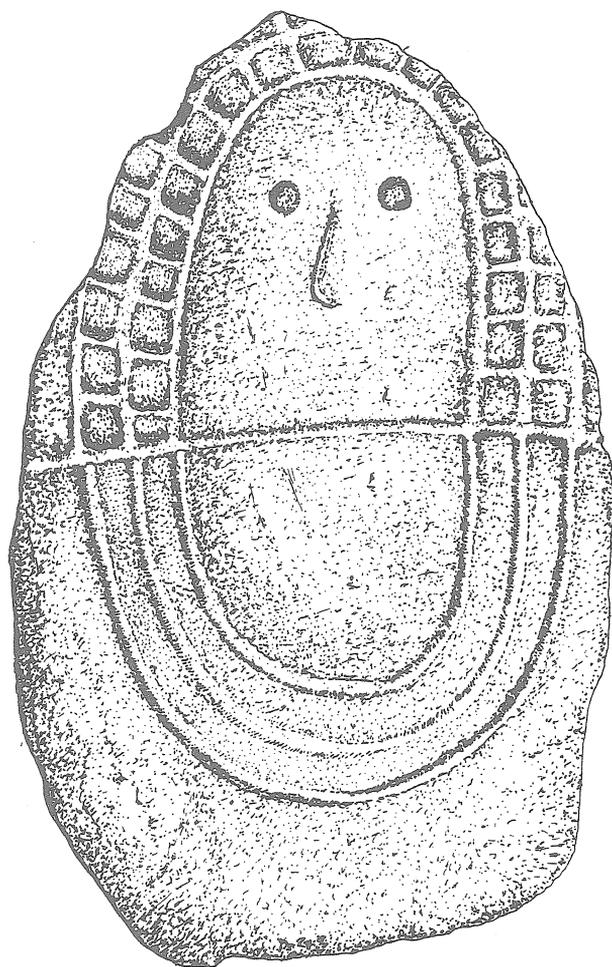


Fig. 3 — Torrejón el Rubio V.

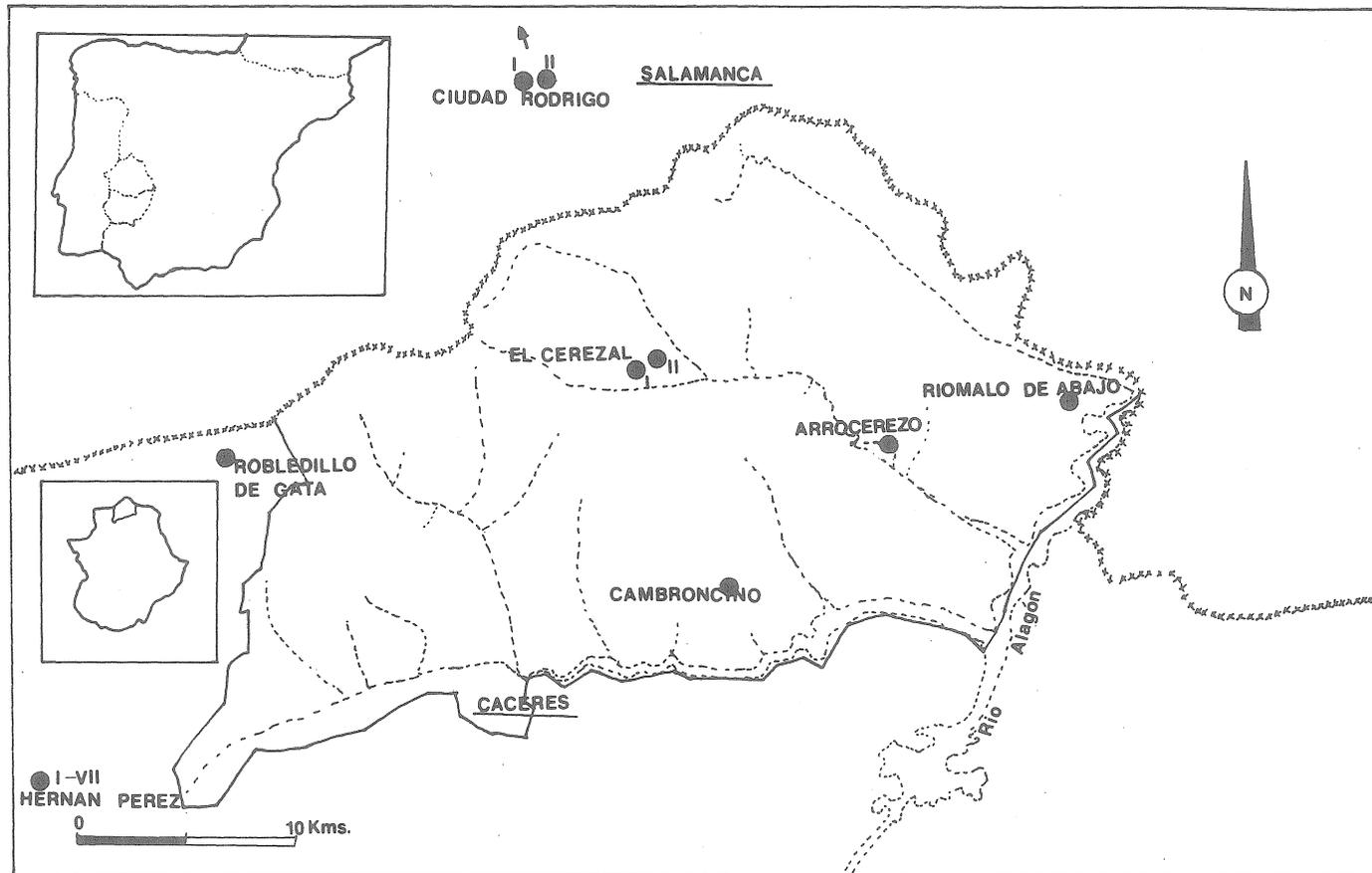


Fig. 4 — Situación de las estelas antropomorfas del Norte de Cáceres: Hurdas-Gata.

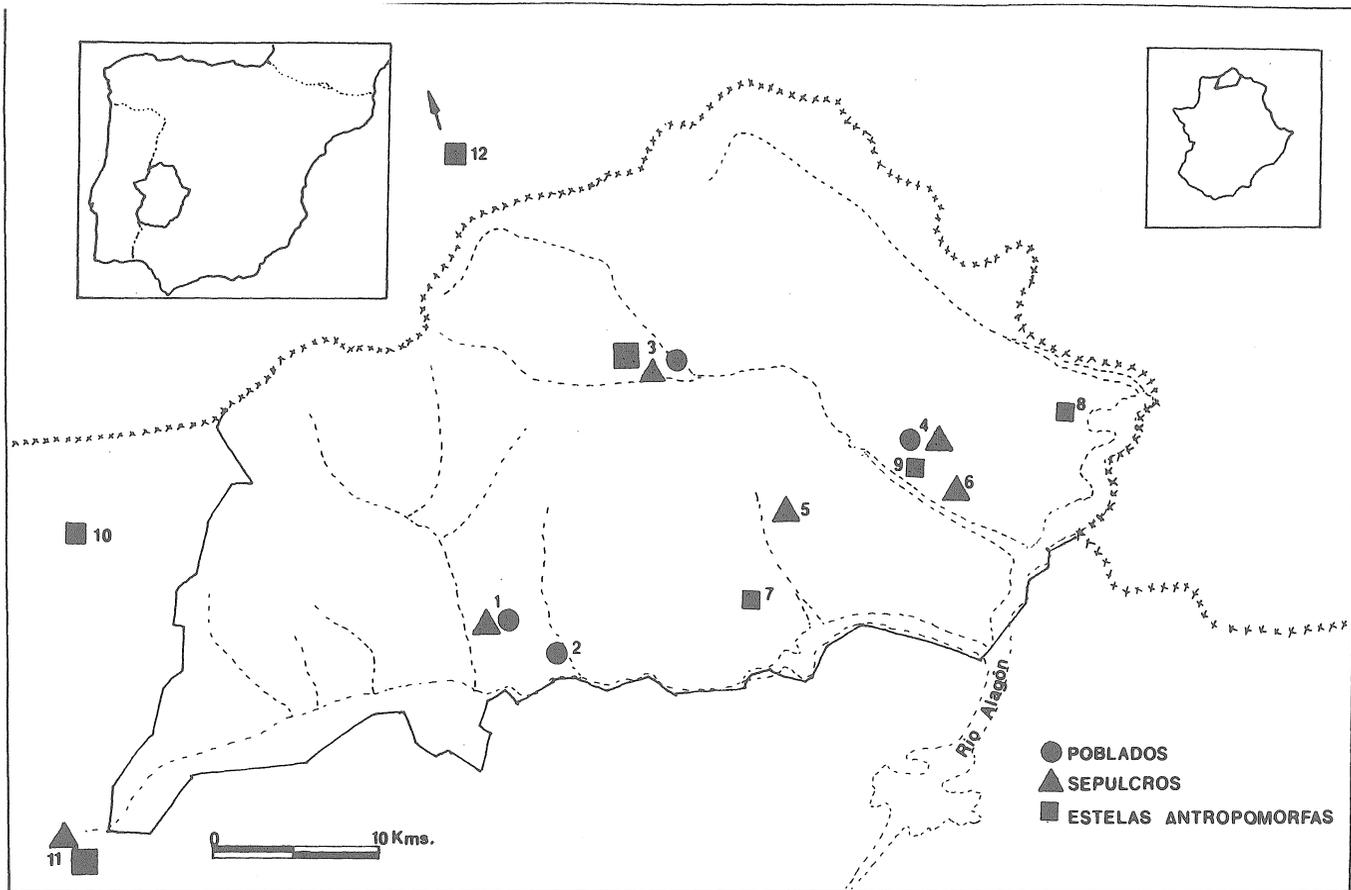


Fig. 5 — Relación de las estelas antropomorfas del sector Hurdes-Gata, con poblados y necrópolis calcólicas. 1 — El Madroñal (Caminomorisco). 2 — La Coronita (Azeña-Caminomorisco). 3 — El Collao (Cerezal). 4 — Las Corras (Vega de Coria). 5 — El Zarzalón (Cambroncino). 6 — El Arropuerto (Arrolobos). 7 — Cambroncino. 8 — Riomalo. 9 — Arro-cerezo (Arrolobos). 10 — Robledillo de Gata. 11 — Hernán Pérez. 12 — Ciudad Rodrigo.

Est. VI

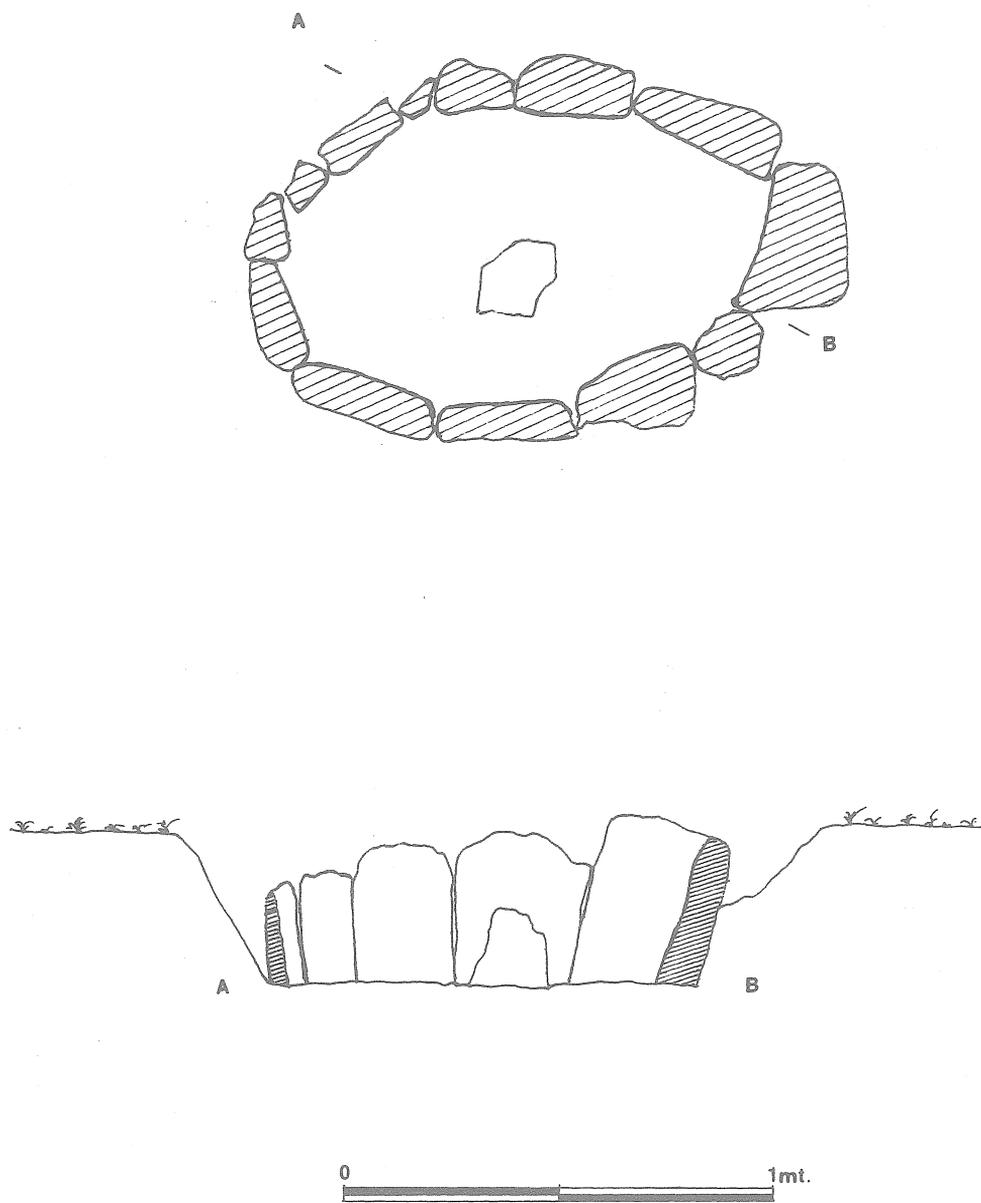


Fig. 6 — Planta y alzado de una de las arquitecturas megalíticas de pequeño tamaño del Madroñal (Caminomorisco).

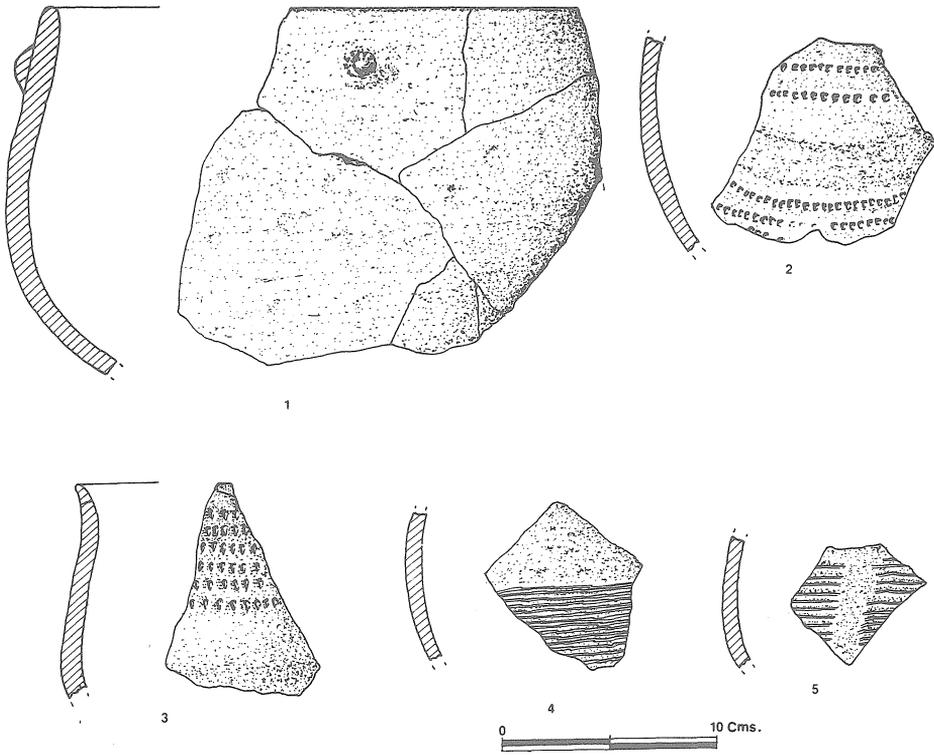


Fig. 7 — Fragmentos cerámicos de yacimientos hurdanos. 1 y 2 — El Madroñal.
3 y 4 — La Coronita (Azaña-Caminomorisco). 5. El Collao (Cerezal).

O POVOADO PRÉ-HISTÓRICO DE LECEIA (OEIRAS). RESULTADOS DAS ESCAVAÇÕES EFECTUADAS (1983-1993)

por

João Luís Cardoso*

Resumo: Os resultados de onze anos de escavações no povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras) são esclarecedores quanto à sucessão cronológico-cultural do Neolítico final ao Calcolítico final verificada na Estremadura portuguesa. Nesta comunicação apresentam-se tais resultados, integrando-os no contexto regional da Estremadura (economia, ocupação do território) e discute-se o seu significado e importância no contexto peninsular.

Palavras-chave: Leceia. Calcolítico. Estremadura portuguesa.

*Hermanfrid Schubart
dem Begründer der modernen Kupferzeitforschungen in
Portugiesisch-Estremadura in Bewunderung und Freundschaft*

1. INTRODUÇÃO

No decurso das últimas décadas, as investigações sobre o Calcolítico da região estremenha (*grosso modo* entre o paralelo de Torres Vedras e o estuário do Sado) conduziram a um avultado conjunto de elementos — dispersos e heteróclitos — respeitantes a povoados e a necrópoles. Porém, a falta de uma perspectiva coerente, tanto no tratamento da informação acumulada, como na produção de nova informação, através das escavações que, continuamente, têm vindo a ser realizadas, impediu, até o presente, a demonstração da forte identidade e da originalidade cultural desta região, no decurso do Calcolítico.

Entre as questões previamente formuladas, deveriam inscrever-se os modelos de exploração dos territórios, tendo em consideração as características ecoló-

* Professor da Universidade Nova de Lisboa. Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras — Câmara Municipal de Oeiras, 2780 OEIRAS. PORTUGAL.

gicas e os recursos naturais disponíveis, condicionantes do próprio povoamento, bem como as relações estabelecidas com outros grupos culturais coevos, numa perspectiva diacrónica. Aceder-se-ia, desta forma, ao estabelecimento de uma sequência cultural de âmbito regional, bem como a modelo de organização social, a ela subjacente. Trata-se, enfim, de um processo respeitante a um dado espaço geográfico, no decurso de cerca de um milénio, dos mais ricos e notáveis em termos de transformações das sociedades pré-históricas da Europa Ocidental.

Neste contexto, assumem particular importância os resultados obtidos em Leceia. Trata-se de arqueossítio conhecido do mundo científico desde 1878, ano em que lhe foi dedicada uma extensa e bem elaborada monografia (RIBEIRO, 1878), durante muitos anos a única relativa a um povoado pré-histórico do território português. Porém, jamais se procedeu a verdadeiras escavações, persistindo por esclarecer o real interesse arqueológico do local, sugerido por abundantes materiais de superfície (CARDOSO, 1979, 1980, 1981).

Em 1983, perante a destruição iminente da jazida, caso viesse a ser aprovado um plano geral de urbanização, bem como a abertura de numerosas valas para o plantio de árvores, deu-se início às escavações, com o apoio do IPPAR e da Câmara Municipal de Oeiras, a quem se fica a dever grande parte do êxito alcançado (CARDOSO, 1989; CARDOSO et al., 1984, 1987). Após as onze campanhas anualmente ali realizadas (1983-1993), definiu-se um grande dispositivo defensivo, mediante escavação que ultrapassa 5000 m, dos cerca de 10000 m correspondentes à área construída. Os resultados obtidos colocam Leceia entre um dos mais importantes locais para a compreensão da génese e desenvolvimento das sociedades calcolíticas peninsulares.

2. RESULTADOS OBTIDOS

Como principais resultados de carácter científico, salientam-se os seguintes:

1 — Observa-se, qualquer que seja o local considerado, uma sequência estratigráfica que, quando completa é invariavelmente constituída por três camadas arqueológicas — Camadas 4, 3 e 2 — estreitamente relacionadas com três fases culturais.

Assim, a primeira ocupação (Camada 4), do Neolítico final, encontra-se separada da Camada 3, por um período de erosão correspondente a abandono, talvez total, do local. A Camada 3, correspondente a outra fase cultural, o Calcolítico inicial, encontra-se, por sua vez, separada da Camada 2, do Calcolítico pleno, por um novo momento de abandono, menos importante que o primeiro.

O espólio arqueológico — especialmente a cerâmica decorada — encontrado

em cada uma das camadas referidas, suporta aquela proposta de atribuição cultural, aceitando, com I. Hodder, que a cultura material expressa a identidade cultural, a ela subjacente. Os milhares de peças compulsadas têm confirmado, ano após ano, o referido faseamento cultural.

Assim, a cerâmica decorada por impressões ovulares, organizadas em “folha de acácia” e em “crucifera” é exclusiva da Camada 2, sendo, por conseguinte, desconhecida na Camada 3. Tais motivos decorativos ocorrem, sobretudo, em grandes vasos globulares, ditos “de provisões”, mas são também conhecidos em pequenos recipientes em forma de copo, sucedâneos dos do Calcolítico inicial. Esta fase cultural correspondente à Camada 3, é caracterizada, por seu lado, pela presença das decorações de ténues caneluras, em dois recipientes: os copos e as taças, estas, aparentemente, sobreviventes àqueles. Leceia não confirma, portanto, a justificação, avançada por outros (PARREIRA, 1990: 30), de que os copos teriam apenas uma função diferente das outras cerâmicas calcolíticas, visto caracterizarem, somente, a fase inicial da ocupação calcolítica de Leceia, sendo substituídos por recipientes embora de forma análoga, mas com diferente decoração, maiores e mais grosseiros, em momento calcolítico mais adiantado.

A camada basal da sequência estratigráfica (Camada 4) é, por seu turno, caracterizada pela presença de vasos com o bordo denteado e taças carenadas, vestigiais na Camada 3; acessoriamente, ocorrem outras cerâmicas incisas e impressas, reflexos longínquos de protótipos do Neolítico antigo da mesma região, a menos que se trate de fenómeno recorrente.

2 — Foi possível relacionar a sequência estratigráfica, com a expressão cultural descrita, com as sucessivas fases construtivas identificadas. Os resultados podem sumarizar-se do seguinte modo:

Camada 2 — 3ª Fase Cultural (Calcolítico pleno da Estremadura) - 5ª Fase Construtiva - não discriminada estatisticamente do Calcolítico inicial, em anos de radicarbono, corrigidos para datas AC;

Camada 3 — 2ª Fase Cultural (Calcolítico inicial da Estremadura) 2ª a 4ª Fases Construtivas - 2º quartel do III milénio AC a 1º quartel do II milénio AC, para um intervalo de confiança de 2 sigma;

Camada 4 — 1ª Fase Cultural (Neolítico final da Estremadura) - 1ª Fase Construtiva - 2ª metade do III milénio AC.

3 — A primeira ocupação pré-histórica corresponde à edificação de estruturas de carácter exclusivamente habitacional, correspondentes à 1ª Fase Construtiva. As fases construtivas seguintes evidenciam uma ocupação “planeada” e pré-concebida do espaço, correspondente à edificação, de uma só vez, no decurso da 2ª Fase Construtiva, de uma complexa fortificação organizada em três linhas defen-

sivas; a coerência interna dos próprios restauros e modificações, feitas no decurso das duas fases construtivas seguintes, ainda dentro do Calcolítico inicial, confirmam aquela evidência. A disposição das construções, mostra preocupações de índole proto-urbana; salientam-se, no Calcolítico inicial, a existência de caminhos, lageados ou não, um deles munido de degraus para vencer o declive sul do povoado, comportando-se como eixos de circulação principais, dentro e fora do espaço fortificado. De referir, ainda, um grande espaço intramuros, ao ar livre, com o chão forrado de lages, destinado à reunião de pessoas e bens, talvez em momentos de conflito. No Calcolítico pleno, avultam duas estruturas de planta oval, destinadas à acumulação de detritos, inéditas, tal como as anteriores, nos contextos calcolíticos portugueses. A situação daquelas estruturas, uma no exterior da segunda linha defensiva, junto de uma passagem ali existente, outra em espaço extramuros, longe das áreas habitadas, denota preocupações com a salubridade, reforçando o carácter planeado que possuem no contexto da área construída.

4 — A decadência do esforço construtivo, denunciada por estruturas defensivas de menores dimensões e aparelhos menos cuidados e robustos logo a partir da 3ª Fase Construtiva, acentuou-se notavelmente no Calcolítico pleno. Nesta fase cultural, são quase exclusivas habitações precárias, aproveitando, em boa parte dos casos, as paredes da fortificação, então já abandonada, nalguns locais mesmo destruída. A derradeira presença pré-histórica, denunciada pelas cerâmicas campaniformes, não tem expressão, tanto ao nível construtivo, como estratigráfico.

5 — O cobre ocorre, pela primeira vez, no Calcolítico pleno, em momento em que as imponentes estruturas defensivas se encontravam já desactivadas. Documentou-se a metalurgia desta matéria-prima, através da recolha de pequenas escórias. Os artefactos, em geral de pequenas dimensões, privilegiaram a execução de tarefas que os seus homólogos líticos ou ósseos desempenhavam menos satisfatoriamente (punções, sovelas, agulhas).

3. LECEIA NO CONTEXTO CALCOLÍTICO DA BAIXA ESTREMADURA

A transgressão holocénica teria atingido o seu máximo cerca de 5000 BP (DIAS, 1985). Nessa altura, o nível médio das águas do mar estaria cerca de 5 m acima do actual. As embocaduras fluviais tributárias da margem norte do estuário do Tejo, eram, então, mais amplas e pouco assoreadas, facilitando o acesso ao interior do território adjacente. Tal seria o caso da ribeira de Barcarena, propícia

à circulação de pequenas embarcações fluviais, transportando pessoas e bens. Assim se explica a assídua frequência do litoral, denunciada pela abundância de restos malacológicos, de recolha fácil e diversificada ao longo de todo o ano, nas prais estuarinas.

O clima seria, por outro lado, diferente do actual. O *Optimum climaticum* post-glaciário — período Atlântico — a que correspondem a 1º e início da 2ª Fases Culturais, com *terminus* cerca de 4800 BP, seria caracterizado por condições temperadas, mais húmidas que as actuais, e também mais quentes cerca de 2 a 3º C. A estas, ter-se-iam sucedido outras (THÉOBALD, 1972; RENAULT-MISKOWSKY, 1986) — período sub-boreal, até 2700 BP — menos quentes e mais secas, globalmente propícias ao desenvolvimento de manchas florestais de certa importância, abundantes de recursos (madeira, lenha, veados javalis, ursos), entremeando espaços abertos, propícios a pastagens, com auroques e cavalos. Foi este o ambiente natural que as primeiras comunidades neolíticas conheceram, fixadas no esporão de Leceia, debruçado sobre o vale da ribeira de Barcarena, do alto da sua encosta direita.

Com efeito, tal sítio, escolhido pelas suas boas condições naturais de defesa, cercado de quase todos os lados por escarpa calcária de 8 a 10 m de desnível e possuindo excelentes condições de visibilidade, até ao cabo Espichel, revela as necessidades defensivas desta comunidade, diferenciando-se, por este motivo, das suas antecessoras. O registo arqueológico disponível indica, de facto, que os primeiros povoados de altura surgem na Estremadura apenas no Neolítico final, época em que se integra esta primeira ocupação de Leceia.

A melhoria das tecnologias de produção, associada à designada “Revolução dos Produtos Secundários”, ilustrada pelo aproveitamento da força motriz dos bovídeos na agricultura, esteve na origem do aumento da produção agrícola e, por conseguinte, da acumulação de excedentes, que careciam resguardo e protecção. De facto, em Leceia, está bem documentada a presença de bovinos no Neolítico final, onde são uma das espécies mais frequentes, sendo provável que fossem usados na lavoura. Duas ordens de razões conduzem a tal hipótese: por um lado, o facto de a agricultura ser uma realidade evidente, pela abundância de moínhos manuais e elementos de foice de sílex, sobre lâmina; por outro, sabermos que a criação de bovídeos ser actividade pouco rentável, se apenas com o propósito da produção de proteínas; tenha-se presente a pequena taxa de crescimento anual do gado bovino, comparada com a dos ovinos e caprinos (SILVA, 1993: 217), também bem documentados nesta fase cultural em Leceia.

Tenha-se ainda em consideração a evidência documentada pela associação carro, arado e bucrânios, do santuário rupestre exterior do Escoural, atribuído ao Neolítico final (GOMES et al., 1983).

O aumento das quantidades alimentares disponíveis, explica, por outro lado,

a explosão demográfica que se terá verificado e, deste modo, o surgimento de diferenciações intra e inter comunitárias. Assim sendo, a construção dos grandes povoados fortificados calcolíticos estremenhos seria a resposta a um ambiente cada vez mais competitivo, devido ao aumento da população, que determinará o próprio crescimento dos habitats, como até então jamais se observara. Com efeito, em Leceia, logo no começo do Calcolítico inicial, constrói-se um complexo e extenso dispositivo defensivo, ultrapassando a área de 1 ha. Torna-se evidente a mobilização de mão-de-obra numerosa, durante um longo período de tempo, o que também indicia a disponibilidade de excedentes, susceptíveis de a manter afastada, continuamente, das actividades produtivas.

A maneira organizada e planeada com que tal dispositivo foi executado, com paralelo mais próximo no Zambujal (SANGMEISTER & SCHUBART, 1981; PARREIRA, 1990: 35) denuncia, outrossim, a existência de um grupo diferenciado no seio da comunidade responsável pela sua concepção.

Vislumbra-se, pois, na construção desta fortificação, a existência de uma numerosa comunidade, capaz de mobilizar durante anos boa parte da sua capacidade produtiva, já estratificada socialmente, competindo a uma certa "elite" a coordenação do trabalho de todos.

O grande povoado fortificado de Leceia surge, assim, como o resultado de um processo explicável pela evolução interna da sociedade, na transição do Neolítico final para o Calcolítico inicial, numa altura em que a utilização do cobre era ainda desconhecida, não tendo, pelo menos, registo na cultura material.

No Calcolítico inicial de Leceia, a diferenciação no seio da comunidade é, ainda, sugerida, pelas diferenças de qualidade e de situação detectadas entre as diversas estruturas habitacionais. De facto, a mais expressiva destas estruturas — uma cabana circular com 7 m de diâmetro — situa-se na área melhor defendida, confirmando outras evidências, de carácter funerário (ao nível da arquitectura e dos respectivos espólios) detectadas em Alcalar (PARREIRA, 1990: 34).

Sem dúvida que a larga maioria da população — a menos diferenciada socialmente — viveria em zonas menos privilegiadas, extramuros, fora da protecção das muralhas, como indica não apenas o registo arqueológico, mas também a nítida desproporção entre a imponência e área ocupada pelas estruturas defensivas, quando comparada com a exígua plataforma que defendiam.

O processo de concentração e de sedentarização da população em torno de grandes centros proto-urbanos como o de Leceia, teve como consequência o aumento da dependência dos recursos disponíveis da área adjacente ao povoado, com a sua consequente sobreexploração (SILVA, 1993: 218). De facto, a desflorestação para obtenção de madeira, de lenha e de campos agrícolas, encontra-se sugerida pelos numerosos machados e enxós de pedra polida e pelos resultados da análise polínica realizada por J. Pais. No final do Calcolítico inicial,

tais resultados configuram zonas abertas, com raras árvores (*Pinus* sp., e *Quercus* sp.), povoadas essencialmente por compostas. Neste contexto de extensos e férteis campos ondulados, a agricultura cerealífera de sequeiro assumiria — tal como até à actualidade — papel muito importante, bem como a pastorícia. A caça, não obstante ser relevante em épocas de crise ou de instabilidade social, a par da recollecção de moluscos e da pesca, no litoral adjacente, teria um papel menor ao nível das proteínas consumidas.

Leceia corresponderia, pois, a um grande centro demográfico, controlando uma vasta região envolvente, de que dependeria a sobrevivência da comunidade. Estavam, assim, criadas as condições para o desencadeamento de tensões sociais, inter-comunidades, de luta pela posse dos recursos. O modelo auto-suficiente que adoptaram, determinou estas tensões, exuberantemente demonstradas pela própria edificação de tão imponentes sistemas defensivos.

Em Leceia, poderá ter-se documentado uma de tais situações de conflito. Na estrutura de acumulação de detritos escavada em 1988, das duas identificadas no Calcolítico pleno recolheram-se, misturados com abundantes detritos domésticos, alguns restos humanos, muito dispersos e incompletos. O seu estudo (CARDOSO et al., 1991) indicou, pelo menos, três indivíduos, adultos e do sexo masculino, o que contrasta com o habitual em contextos fúnebres. Tais resultados conjugados com as condições da jazida, indicando indivíduos insepultos, sugere a hipótese de estarmos perante os despojos de atacantes que, depois de dizimados, não teriam merecido sepultura, ao contrário dos habitantes do povoado.

Destes, temos também alguns vestígios. A cerca de 800 m para Sul, na base do Monte do Castelo, já considerado por RIBEIRO (1878) como uma atalaia do povoado, e onde se recolheram materiais calcolíticos, foi identificado o resto da câmara circular de um hipogeu, quase totalmente destruído pela lavra de pedra (OLIVEIRA & BRANDÃO, 1969). O estudo dos restos humanos revelou um grupo de ambos os sexos, constituído por um mínimo de nove indivíduos, coevo da fundação de Leceia, segundo a datação radiocarbónica efectuada (CARDOSO et al., 1991). A relativa penumbra em que as necrópoles se situam, na paisagem, por oposição aos povoados (SILVA, 1993: 218) encontra, também neste caso, confirmação. Tais sepulcros marcariam, embora de forma discreta, a posse de territórios, cuja ocupação, na óptica da captação de recursos disponíveis, era articulada, por núcleos secundários, por vezes não fortificados, aos quais está subjacente um modelo cujas características estão longe de conhecidas.

O papel estruturante de Leceia no povoamento de vasta região envolvente, é apenas comparável, na Baixa Estremadura, a Zambujal (com cerca de 0,7 ha) e Vila Nova de São Pedro (com a área idêntica, de 1 ha), qualquer deles situados a várias dezenas de km em linha recta.

Embora seja nítido o mesmo “ar de família”, estão longe de seguirem os

mesmos cânones, no que respeita à evolução interna dos dispositivos defensivos e à própria sequência cronológico-cultural a eles correspondente; são diferentes as soluções técnicas e distintas as estratégias de organização e de ocupação do espaço habitado. Mesmo ao nível das estruturas elementares se notam diferenças: em Leceia, por exemplo, ao contrário do observado no Zambujal, não foram construídas torres circulares e a fortificação entra em declínio quando, ali, ainda se construiu por muitos séculos mais (SANGMEISTER & SCHUBART, 1981)... Enfim, em Vila Nova de S. Pedro, a fortificação interna parece ser mais recente que o nível caracterizado pela presença de “copos” (SAVORY, 1970), enquanto que, em Leceia, todo o dispositivo defensivo se construiu de uma só vez, na fase cultural onde aqueles recipientes pontificam.

A concentração de riqueza, sob a forma de excedentes de produção agrícola verificada em Leceia, permitiu o estabelecimento de uma rede de trocas, por vezes em larga escala, com outras regiões, incluindo até moluscos, como a amêijoia, que ocorre em povoados do interior, como o Monte da Tumba ou Santa Justa (GONÇALVES, 1991; SILVA, 1993: 222).

Assegurar-se-ia, assim, o abastecimento em larga escala de matérias-primas estratégicas, não disponíveis localmente, nem na região. Exemplo frisante, é o das rochas duras em que são confeccionados a maiorias dos utensílios de pedra polida, indispensáveis ao dia-a-dia desta comunidade, pressupondo rotas estáveis e duradouras, com o interior do Alentejo. Até mesmo o sílex, existente em abundância no próprio substrato geológico do povoado, era importado doutras regiões (Rio Maior), talvez pelos belos efeitos cromáticos das variedades existentes nessa região, tal como, em escala muito mais diminuta, o sílex jaspóide alentejano.

Assim se compreende, também, em Leceia, a presença de cobre, apenas no Calcolítico pleno, manufacturado no próprio local ou, ainda, de matérias-primas sumptuárias, para o fabrico de objectos de adorno ou de prestígio: rochas verdes, para contas e pingentes, e marfim, de origem norte-africana, para alfinetes. A presença destes materiais exógenos, mostra bem a abertura ao exterior que caracterizou a comunidade que no Calcolítico inicial habitou Leceia. Com base no suporte económico obtido localmente, estabeleceu, em pé de igualdade, relações de troca, com outras áreas culturais, especialmente do Sul de Portugal, portadoras de novos estímulos sendo, porém, claro que, até hoje não foi identificado, em qualquer inventário calcolítico estremenho, algum objecto indiscutivelmente importado de área extra-peninsular (SILVA, 1990: 51).

Os próprios povoados, como vimos, evidenciam dissonâncias cronológicas ao nível das sequências construtivas, sem que respeitem formas padronizadas de construção.

A difusão cultural deve ter-se circunscrito, pois, a um outro plano. Sem dúvida que Leceia, tanto pelas características arquitectónicas das suas construções

defensivas como habitacionais, como ainda pela sua própria situação geográfica, integra-se, naturalmente, em um contexto de claras afinidades mediterrâneas.

Ao nível dos ideofactos, a divindade feminina calcolítica, sempre presente nas culturas mediterrâneas, está também representada em Leceia, em numerosos suportes: ídolos-falange, vasos cerâmicos e ídolos cilíndricos, um deles ostentando o atributo sexual.

O calcário marmóreo em que tais peças são, normalmente, confeccionadas, denota também, de forma expressiva, afinidades mediterrâneas. Tão banal é esta matéria-prima na Estremadura, que parece haver um “nonsense” em ter sido a escolhida para o fabrico de peças de carga simbólica tão marcada; seria mais lógico que se recorresse a outras rochas, mais “nobres” e raras, como os anfibólitos. Tais peças não foram reconhecidas no Neolítico final, muito embora se tenha recolhido um “ídolo” tronco-cónico de cerâmica, com topo aplanado, precursor dos que, no Calcolítico inicial, vieram a ser talhados em marfim, osso e calcário.

Aceitamos, por conseguinte, que tenha havido difusão de ideias, no quadro das intensas permutas estabelecidas, por via terrestre, essencialmente com o interior do Alentejo.

Os contactos comerciais foram já valorizados na génese da metalurgia do cobre no Oeste peninsular (PARREIRA; 1990: 29). Talvez assim se compreendam, as recentes indicações de um começo mais precoce da metalurgia do cobre nos povoados do Alentejo e do Algarve, face aos da região estremenha (SOARES, 1993). Com efeito, esta inovação tecnológica só poderia ter frutificado numa altura em que ela se tornasse necessária, generalizando-se o seu uso apenas, e quando, as condições locais o impusessem (CARDOSO, 1987: 74). Residirá neste facto o atraso do seu uso, não apenas em Leceia, mas noutros contextos calcolíticos e, mesmo, no Calcolítico do Sudoeste, onde avulta o bem estudado povoado do Monte da Tumba (SILVA, 1990: 49).

Aliás, a importância do cobre, mesmo onde ele existia, não pode ser sobrevalorizada: ao longo do vale do Guadiana, foi a água e os solos com aptidão agrícola que estruturaram o povoamento calcolítico (SILVA & SOARES, 1993).

Em Leceia, o cobre só ocorre no Calcolítico pleno (Camada 2), numa altura em que todo o dispositivo defensivo se encontrava já desactivado e, em parte, arruinado, demonstrando a independência das duas realidades: metalurgia e fortificação. Nesta época, a área habitada conheceu uma forte retracção, acompanhada pela decadência construtiva, limitada a habitações de carácter precário.

Esta situação configuraria uma decadência da ocupação, não fosse a abundância artefactual a ela correspondente, sugerindo a manutenção de uma comunidade pujante e rica. Outros indícios apontam nesse sentido, designadamente as preocupações com a salubridade e, portanto, a manutenção de critérios de gestão do espaço habitado herdados do Calcolítico inicial.

Terão, tão-somente, os derradeiros habitantes de Leceia, deixado de sentir, ao menos de forma tão avassaladora, as necessidades defensivas dos seus antecessores, transformando-se Leceia, progressivamente, em um povoado aberto? É esta, com efeito, a conclusão a extrair dos factos observados. Tal evolução no povoamento de Leceia prenuncia a que se verificará, de forma generalizada, no final do Calcolítico, na Estremadura, quando se multiplicaram povoados “campaniformes” abertos e disseminados, sugerindo uma ruptura com o sistema concentrado de povoamento até então vigente (JORGE, 1990).

As datações obtidas em Leceia para o Calcolítico pleno (CARDOSO, 1989) mostram que esta fase cultural foi em parte coeva da eclosão de materiais campaniformes, noutros povoados da Estremadura, como o Zambujal.

Porém, na altura em que tais cerâmicas chegam a Leceia, já o povoado se encontrava abandonado, sendo o local apenas episodicamente frequentado, como indicam a sua heterogeneidade tipológica, raridade e acentuada dispersão, sem que a elas se possam associar estratigrafia ou estruturas.

BIBLIOGRAFIA

- CARDOSO, J. L. (1979) - O povoado pré-histórico de Leceia (Lisboa, Portugal). Nota prévia sobre a colecção de Álvaro de Brée. *Bol. Soc. Geol. Port.*, 21 (2/3): 265-273.
- CARDOSO, J. L. (1980) - O povoado pré-histórico de Leceia. Estudo da colecção do Escultor Álvaro de Brée (1.ª Parte). *Revista de Guimarães*, 90: 211-304.
- CARDOSO, J. L. (1981) - O povoado pré-histórico de Leceia. Estudo da colecção do Escultor Álvaro de Brée (2.ª Parte). *Revista de Guimarães*, 91: 190-233.
- CARDOSO, J. L. (1987) - No estuário do Tejo, do Paleolítico à Idade do Ferro. In *Arqueologia do vale do Tejo*, p. 69-81. Instituto Português do Património Cultural (Departamento de Arqueologia). Lisboa.
- CARDOSO, J. L. (1989) - *Leceia. Resultados das escavações realizadas (1983-1988)*. Câmara Municipal de Oeiras, 146 p.
- CARDOSO, J. L.; SOARES, J. & SILVA, C. Tavares da (1984) - O povoado calcolítico de Leceia (Oeiras). 1.ª e 2.ª campanhas de escavação (1983 e 1984). *Clio/Arqueologia, revista da Unidade de Arqueologia do Centro de História da Universidade de Lisboa*, 1: 41-68.
- CARDOSO, J. L.; SOARES, J. & SILVA, C. Tavares da (1987) - Oeiras há 5000 anos. Monografia de Leceia. *Câmara Municipal de Oeiras*, 24 p.
- CARDOSO, J. L.; CUNHA, A. Santinho & AGUIAR, D. (1991) - O homem pré-histórico no Concelho de Oeiras. Estudos de Antropologia física. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 2: 1-85.
- DIAS, J. M. Alveirinho (1985) - Registos da migração da linha de costa nos últimos 18000 anos na plataforma continental portuguesa setentrional. *Actas da I Reunião do Quaternário Ibérico* (Lisboa, 1985), 1: 281-295.
- GOMES, R. Varela; GOMES, M. Varela & SANTOS, M. Farinha dos (1983) - O santuário exterior do Escoural (Montemor-o-Novo, Évora). *Zephyrus*, 36: 287-307.

- GONÇALVES, V. dos Santos (1991) - Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental. Uma aproximação integrada. *Estudos e Memórias do Centro de Arqueologia e História* (Universidade de Lisboa)/INIC, 2 (2 vol.).
- JORGE, S. Oliveira (1990) - *Desenvolvimento da hierarquização social e da metalurgia. In Nova História de Portugal, coord. Jorge de Alarcão (Portugal. Das origens à Romanização)*, 1: 163-212. Lisboa, Editorial Presença.
- OLIVEIRA, A. & BRANDÃO, J. V. (1969) - Descoberta de restos de uma possível gruta artificial em Leceia. *O Arqueólogo Português*, S. III, 3: 287-290.
- PARREIRA, R. (1990) - Considerações sobre os milénios IV e III a.C. no Centro e Sul de Portugal. *Estudos Orientais*, 1: 27-43.
- RENAULT-MISKOWSKY, J. (1986) - *L'environnement aux temps de la Préhistoire. Méthodes et modèles*. Paris, Masson, 184 p.
- RIBEIRO, C. (1878) - *Estudos prehistoricos em Portugal. I - Noticia da estação humana de Licêa*. Academia Real das Ciências de Lisboa, 68 p. Reedição em *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 1, 184 p., com notas e comentários de João Luís Cardoso. Câmara Municipal de Oeiras.
- SANGMEISTER, E. & SCHUBART, H. (1981) - *Zambujal. Die Grabungen 1964 bis 1973*. Mainz, Walther de Gruyter, 2 vol.
- SAVORY, H. N. (1970) - A section through the innermost rampart at the chalcolithic castro of Vila Nova de S. Pedro, Santarém (1959). *Actas das I Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1969), 1: 133-162.
- SILVA, C. Tavares da (1990) - Influências orientalizantes no Calcolítico do Centro e Sul de Portugal. Notas para um debate. *Estudos Orientais*, 1: 45-52.
- SILVA, C. Tavares da (1993) - Calcolítico. In *Pré-história de Portugal*. Lisboa, Universidade Aberta, 57: 197-233.
- SILVA, C. Tavares da & SOARES, J. (1993) - O Calcolítico alentejano. Conferência apresentada ao *Simpósio O 4º e 3º milénio no Centro e Sul de Portugal*. Unidade de Arqueologia do Centro de Arqueologia e História da Universidade de Lisboa/Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães (Cascais, Abril de 1993). No prelo.
- SOARES, A. M. Monge (1993) - Datações absolutas para os IV e III milénios a.C.: uma análise crítica. Conferência apresentada ao *Simpósio O 4º. e 3º. milénio no Centro e Sul de Portugal*. Unidade de Arqueologia do Centro de Arqueologia e História da Universidade de Lisboa/Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães (Cascais, Abril de 1993). No prelo.
- THÉOBALD, N. (1972) - *Fondements géologiques de la Préhistoire. Essai de chronostratigraphie des formations quaternaires*. Paris, Doin, 96 p.

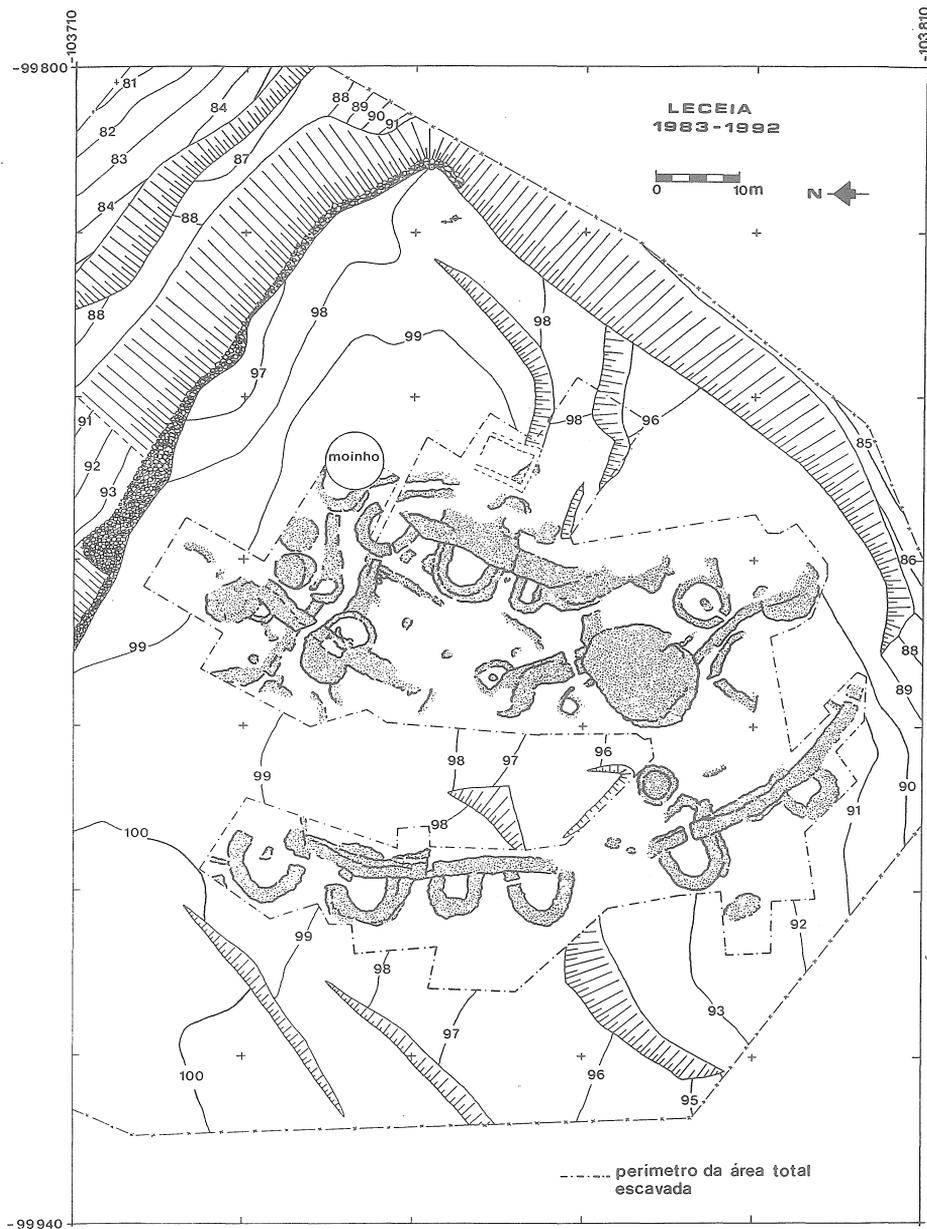


Fig. 1 — Leceia. Planta da área escavada (1983-1992). Evidenciam-se as três linhas defensivas, fechando do lado setentrional a plataforma rochosa.

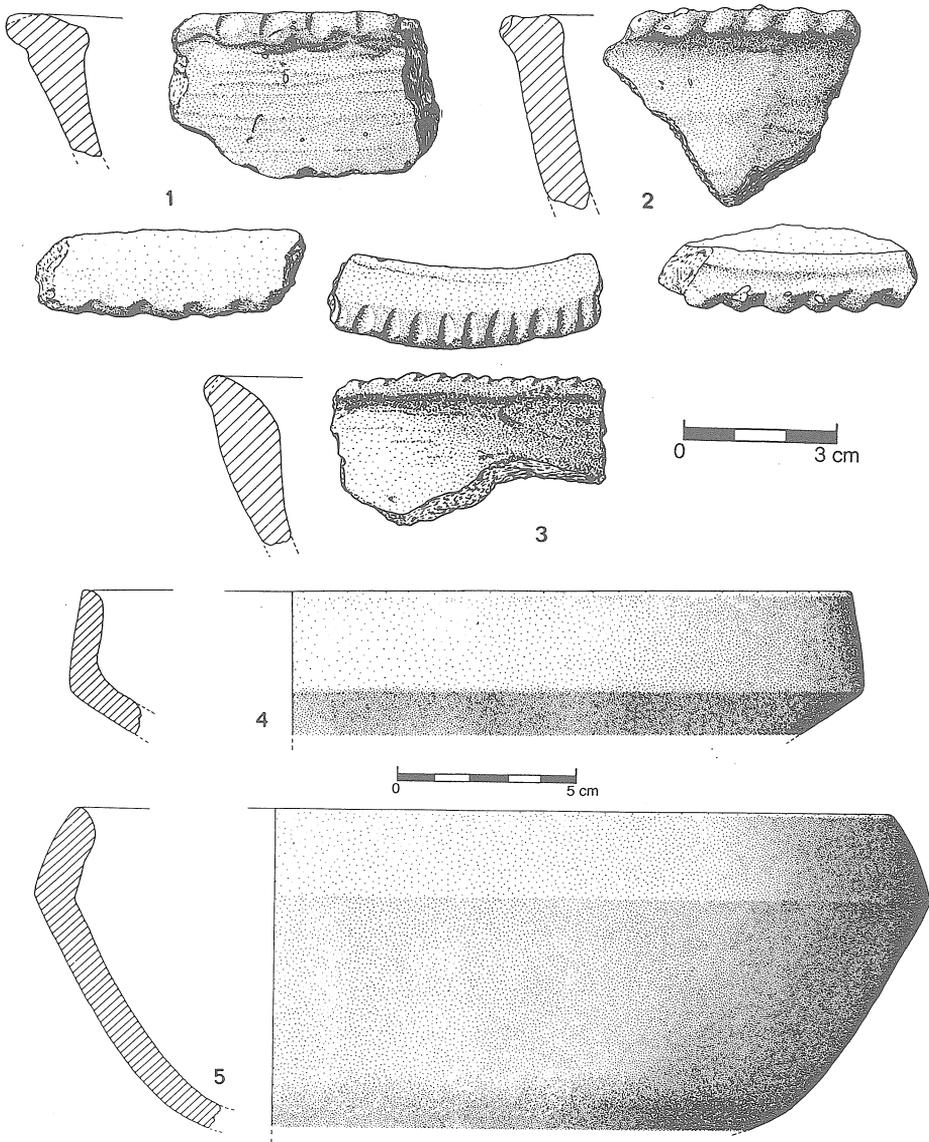


Fig. 2 — Leceia. Cerâmicas características do início da ocupação (Camada 4 - I Fase cultural). 1 a 3 - bordos denteados; 4 e 5 - taças carenadas. Neolítico final da Estremadura.

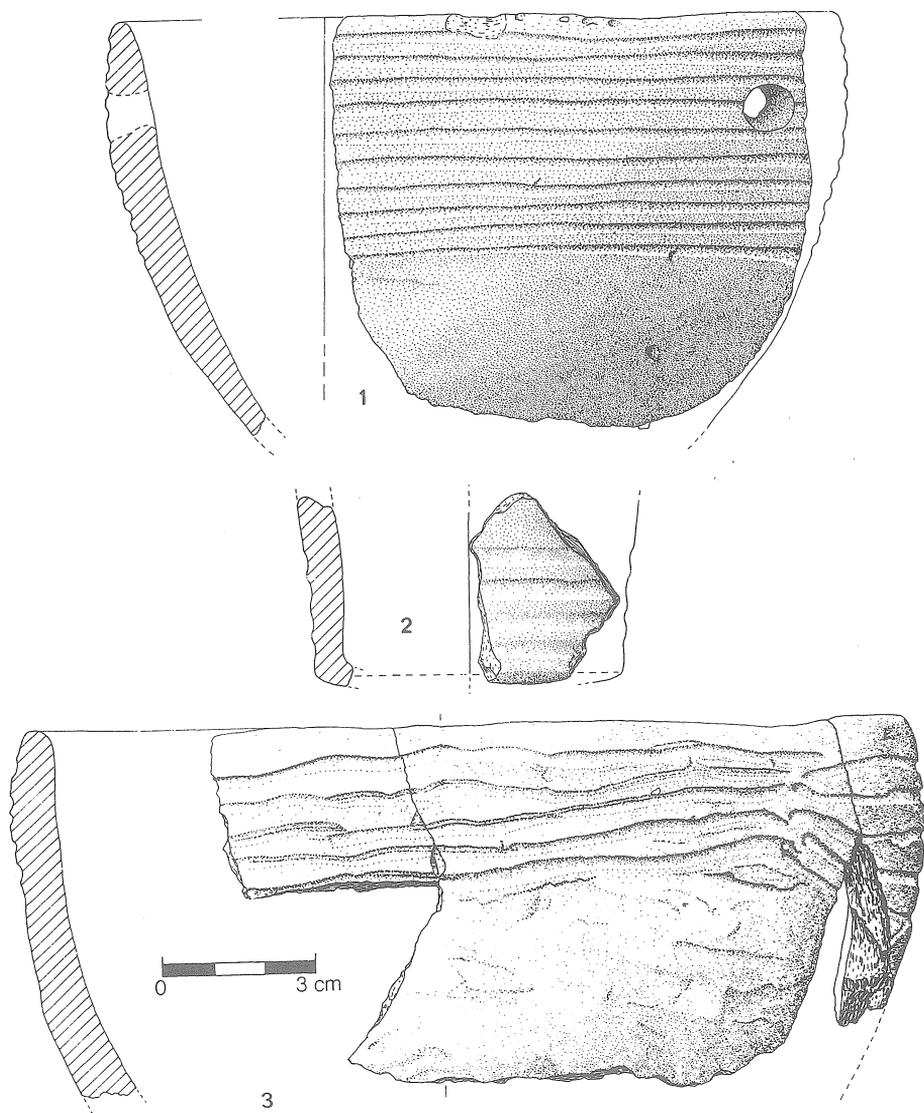


Fig. 3 — Leceia. Cerâmicas características do apogeu da ocupação (Camada 3 - II Fase cultural). 1 e 3 - taças carenadas; 2 - copo canelado. Calcolítico inicial da Estremadura.

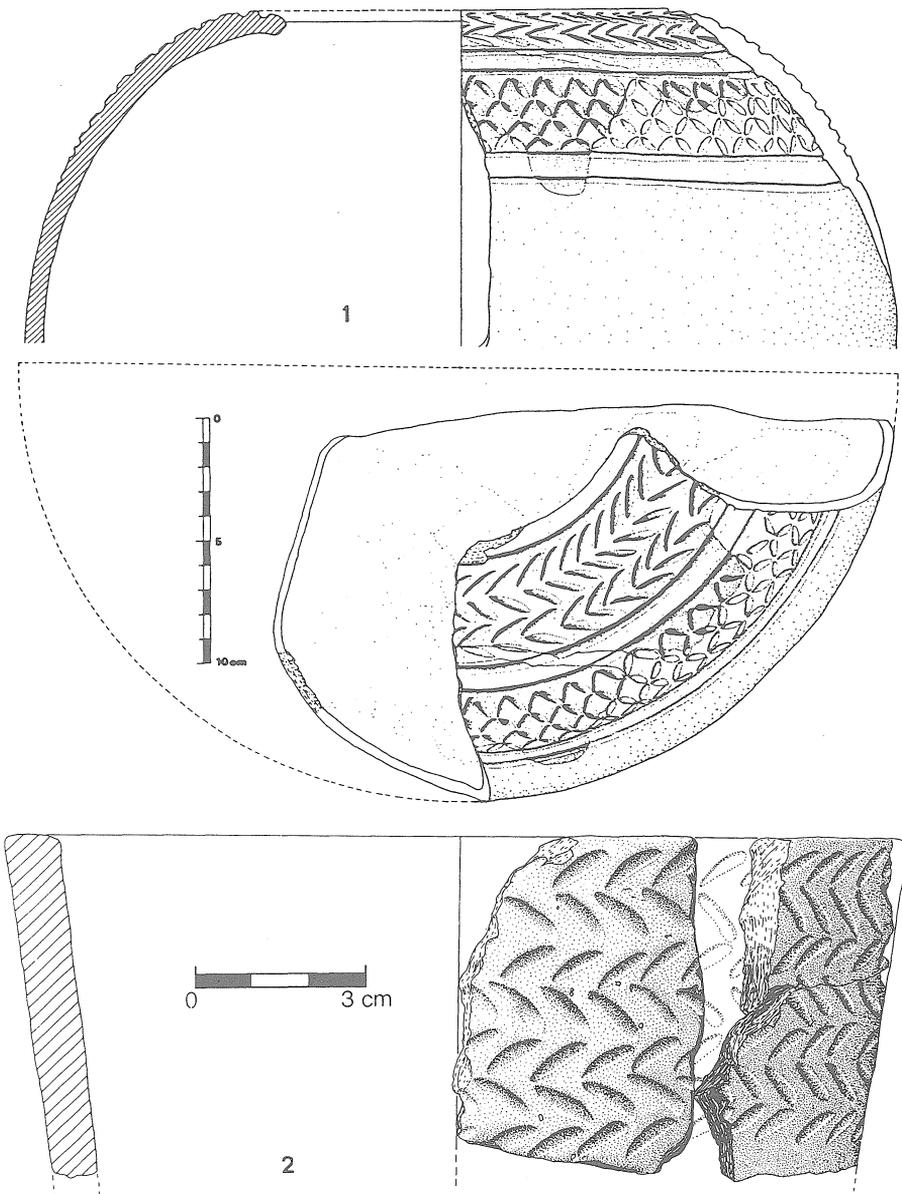


Fig. 4 — Leceia. Cerâmicas características do declínio da ocupação (Camada 2 - III Fase cultural. 1 - grande vaso globular com decoração de “folha de acácia” e de “crucíferas”. 2 - copo com decoração de “folha de acácia”. Calcólítico pleno da Estremadura.

CERÁMICAS ANATÓLICAS EN EL POBLADO CALCOLÍTICO DE LES MORERES (CREVILLENTE, ALICANTE, ESPAÑA)

por

Alfredo González Prats*, Elisa Ruiz Segura*,
Jesús Gil Fuensanta** y Romualdo Seva Román*

Resumen: Se presenta en este Congreso una de las últimas novedades aparecidas en las excavaciones del nivel correspondiente al poblado de la Edad del Cobre de Les Moreres: una treintena de fragmentos de cerámica roja monocroma hecha a molde, debajo del nivel de necrópolis de los siglos IX-VII AC, con una posición estratigráfica precisa, asegurada por un bloqueo sobre las mismas de las paredes de una de las viviendas de la secuencia del poblado. Se trata de unos cuencos oriundos de la costa anatólica occidental, correspondientes a la tradición de cerámica monocroma roja pulimentada anatólica y situada en el Bronce Antiguo II (2600-2200 AC). Aparece esta cerámica con un contexto característico del Cobre del Sudeste tipo Millares-El Malagón, asociado a cerámica campaniforme.

Palabras-clave: Importación. Edad del Cobre. Alicante.

El poblado de la Edad del Cobre de Les Moreres fue dado a conocer en Alcoy en 1984 con motivo del Coloquio sobre el Eneolítico en el País Valenciano (GONZÁLEZ PRATS, 1986). Allí se ofrecía una primicia de los primeros resultados obtenidos en un sondeo a través del cual se detectó una vivienda y su contexto arqueológico, constituyendo un interesante hallazgo cerrado dado el carácter inalterado del contenido de dicha cabaña, que pereció incendiada.

Con anterioridad dimos a conocer el yacimiento de Les Moreres en el XVI Congreso Nacional de Arqueología celebrado en Murcia en 1982, en esta ocasión para presentar el nivel superior del mismo integrado por la necrópolis de cremación del Bronce Final (GONZÁLEZ PRATS, 1983).

La reactivación a partir de 1988 de las campañas de excavación en el doble yacimiento de Les Moreres -que constituye el Sector XI del Proyecto de La Peña Negra- nos ha permitido ampliar sustancialmente el registro arqueológico inicial

* Universidad de Alicante.

** Universidad Autónoma de Madrid.

y matizar la valoración que en su día realizamos.

Para el análisis del nivel correspondiente al poblado calcolítico han sido especialmente pródigas las campañas de 1988, 1989, 1991 y 1993, con cuyos registros podemos aproximarnos hoy a una reconstrucción de la dinámica cultural y arquitectónica de las gentes que en la segunda mitad del III milenio AC habitaron el cerro de Les Moreres.

Así, en el plano arquitectónico, los datos que poseíamos inicialmente sobre el tipo de viviendas a base de paredes de barro con improntas de troncos han hallado su lugar en una secuencia cronológica interna.

A través del registro efectuado en los Cortes K.L.M.N.O.- 6.7.8.9 hemos llegado a identificar tres fases sucesivas de construcción:

1ª y 2ª Fases. Representadas por viviendas ovales/circulares de unos 3-5 m. de diámetro, con zócalos de piedras y barro amarillo.

3ª Fase. Caracterizada por una gran vivienda ovalada con paredes delgadas de barro que cubren un núcleo de postes, cuyas improntas han quedado reflejadas en ellas. No presentan zócalo alguno de piedras. Su eje mayor se sitúa en 6 m. Las paredes se conservan perfectamente al haber sido cocidas por la acción del incendio que destruyó el poblado.

Por lo que se refiere a la cultura material, el repertorio cerámico ofrece una tipología característica de los ambientes del Cobre Pleno y Final del Sur de Portugal y Andalucía. Así, se hallan presentes diversos tipos de cuencos, platos de borde engrosado y biselado por el interior, vasos de carenas media y baja y recipientes de paredes troncocónicas altas o bajas con fondos planos en alguno de los cuales se conservan las improntas de los capazos de esparto en donde fueron moldeados. De terracota utilizan soportes hiperboloides, pesas de telar oblongas con dos o cuatro perforaciones, cuernecillos o crecientes con doble perforación, amén de grandes vasijas de forma indeterminada.

La industria lítica incluye grandes placas de sílex tabular apuntadas con talla bifacial en los bordes denticulados, que podrían identificarse como alabardas; puntas de flecha de aletas y pedúnculo y de base cóncava, así como algunas hachas de piedra pulida.

En cuanto a los objetos de metal, cabe destacar la presencia de numerosos punzones, algún escoplo y un pequeño cuchillo de lengüeta. A este material hay que añadir dos puntas Palmela halladas en superficie.

Dos novedades deben de ser reseñadas a continuación. En primer lugar, la decidida aparición de *cerámica campaniforme* a lo largo de la secuencia del poblado. Disponemos al menos de unas 35 vasijas -cuencos y vasos- que ofrecen decoración puntillada geométrica y, sobre todo, incisa.

En segundo lugar -el objeto en sí de esta comunicación al Congreso de

Oporto-, el hallazgo de un buen número de fragmentos pertenecientes a un tipo de *cerámica monocroma roja* cuyas características tecnológicas la apartan de las producciones habituales del Cobre peninsular y cuyo origen alóctono parece incuestionable, debiendo ser buscado en el Próximo Oriente mediterráneo, concretamente en la península anatólica.

La excepcionalidad de semejante variedad cerámica, que fue considerada fabricada a torno en un principio por los directores de la excavación y por diversos especialistas nacionales y extranjeros consultados, condicionó que su presencia en el nivel del Cobre fuera cuestionada, habida cuenta de la existencia en el nivel superior de necrópolis de urnas cerámicas tipo Cruz del Negro hechas a torno. Abierta la posibilidad de una intrusión para los primeros fragmentos -que, no obstante, aparecían en estratos inalterados del poblado inferior- uno de los objetivos prioritarios de la campaña de 1993 consistió en localizar la posición estratigráfica precisa de esta cerámica.

El éxito ha sido definitivo y ha venido además asegurado por hallazgos de fragmentos de cerámica roja debajo del derrumbe de las viviendas de la primera fase del poblado. Así, junto con la cerámica decorada campaniforme, hoy podemos asegurar que esta variedad aparece a lo largo de la secuencia del poblado calcolítico, toda vez que es una forma ausente en la tipología cerámica de la necrópolis de cremación.

Inicialmente considerada fabricada a torno, la llamada de atención de R. Seva al analizar las pastas, nos obliga a definir estas vasijas como una fabricación a molde. Esta precisión invita, de paso, a cuestionar la elaboración a torno o a mano de muchos de los ejemplares anatólicos que mencionaremos y que así han sido considerados, ocultándose una manufacturación a molde detrás de tan conseguido producto.

Todas las piezas presentan un aspecto homogéneo, con arcillas idénticas y con los mismos componentes minerales. Se conforma así una producción de alta calidad, con superficies pulidas de color rojizo-anaranjado o rosáceo. Sus pastas son homogéneas o con un tenue núcleo gris claro. Algunas presentan un engobe rojizo y en la cara interna varios ejemplares ostentan un cuidadoso espatulado. Las inclusiones minerales que actúan como desgrasante incluyen un muy fino componente micáceo al lado de otros gránulos mayores de óxidos de hierro.

Por tanto, la elaboración de estas cerámicas es muy uniforme, con una similar coloración -las variantes se deben a efectos postcocción o postdeposicionales- y una pasta fabricada con arcillas micáceas idénticas para todos los ejemplares. Únicamente cabe hacer una distinción entre aquellos cuyas pastas se presentan homogéneas y los que indican un núcleo de color gris pálido más o menos notorio. En el plano tipológico, debemos llamar la atención sobre la insistencia en la forma de cuenco, ofreciendo una variante profunda al lado de otra más llana. Esta

homogeneidad de las arcillas y de la técnica de elaboración nos invita a reclamar un origen único para todos los cuencos que llegan al poblado del Cobre de Les Moreres, exponentes del activo comercio que existe entre los dos extremos del Mediterráneo en la segunda mitad del III milenio AC.

LA CERAMICA MONOCROMA ROJA EN EL MEDITERRANEO ORIENTAL

La región donde mayor posibilidad de relación se presentaba con las cerámicas rojizas importadas de Les Moreres era la costa mediterránea del Oriente y sus zonas colindantes.

Allí, en la región de la costa sur de Anatolia, en Cilicia -area clave para las correlaciones cronológicas de Anatolia durante el Bronce Antiguo, III milenio- existe durante el Bronce Antiguo local, un fósil director característico como es la *red plain simple ware*, una cerámica monocroma rojiza fabricada indistintamente a torno o a mano, con o sin bruñido, cuya superficie puede haber recibido un engobe del mismo color. La pasta es homogénea e incluye abundantes desengrasantes a base de micas, cuarcitas y obsidiana preferentemente.

Otro importante foco de cerámica rojiza monocroma parece situarse en la región de la llanura de Konya, con una técnica estrechamente relacionada con la cerámica roja de Cilicia -donde aparece como importación en el Bronce Antiguo II de Tarso, mediados del III milenio a.C.-, como evidencian ejemplares de Karahöyük VII-V y Acemhöyük.

Anatolia central, posible núcleo de la tradición monocroma, presenta en este período interesantes paralelos en Alishar Höyük 6M-5M y 12 T -importaciones de cuencos rojos de este sitio aparecen en Tarso, Cilicia, en los inicios del Bronce Antiguo III, c. 2400-, Alaca Höyük III, Kültepe 14, todos con cerámica monocroma roja indistintamente hecha a mano y a torno.

En Anatolia suroccidental tenemos la mejor referencia en Beycesultan XIV-VIII, que se desarrolla durante el BA II anatólico, relacionado con Anatolia occidental.

El lugar de origen de la tradición de cerámica rojiza del Bronce Antiguo II en Cilicia se sitúa próximo a un lugar de abastecimiento de metales para la producción de vasos metálicos, como es Bolkarmaden en los montes Tauro de Anatolia. Se ha demostrado un contacto intensificado con Chipre y zonas del interior -Norte de Siria-, en el Bronce Antiguo II de Tarso.

Con el Bronce Antiguo IIIA de Tarso, c. 2400-2200 a.C., período en el cual recibe un impacto cultural de Anatolia occidental -con Troya II como mejor exponente-, se evidencian entre los fósiles directores, fuentes rojas bruñidas

brillantes -paralelas con Troya IIc- y otras con engobe rojo. Entre ambas zonas hay una transmisión de influencias.

En Anatolia noroccidental se encuentra bien estratificada durante la fase Troya II, una cerámica monocroma rojiza en el área de Demirci Höyük.

Además de Tarso, el material cerámico de Troya II tiene mucho en común con Kültepe BA IIIB, en Anatolia central.

En Palestina, aparece cerámica roja en el Bronce Antiguo III de la zona, y cuya principal constatación proviene de las tumbas A94, F3 y F4 de Jericó, con ejemplares realizados a torno.

En Chipre, la existencia de una cerámica roja bruñida -*red polished ware*- fabricada a mano, a inicios del Bronce Antiguo local (c.2300), se viene considerando como un elemento integrante del conjunto de novedades ocurridas por un supuesto flujo de elementos anatólicos.

En Sicilia en el sitio de Malpasso aparecieron tumbas colectivas con red *monochrome ware* de posible inspiración anatólica.

Dentro del repertorio tipológico que ofrece la cerámica monocroma de pastas rojas anatólica, es precisamente la forma hallada en el Cobre Tardío de Les Moreres, el cuenco profundo, uno de los tipos característicos, el cual igualmente se presenta fabricado en otra especie de cerámica monocroma, la gris.

La forma MO-5011 presenta estrechas analogías con un cuenco de tamaño medio aparecido en Anatolia con el fondo redondeado, y el borde exvasado, con ejemplares en Bogazköy 9 y Troya II.

La forma MO-5014 tiene paralelos con Tarso y Mersin en Cilicia, Konya, Anatolia central, área de Demirci y Anatolia occidental, caso de Samos.

La forma MO-5015 se inscribe dentro de la misma tradición de cuencos.

La forma MO-5017 tiene paralelos en ejemplares aparecidos en Etiyokushu, Ahlatibel, Demirci, Asarcik V y en el BA III como intrusión, Kurtababa, Akçashehir, Pulur Calcolítico, Könk, Tepecik, Norshun Tepe VI y Samos.

La forma MO-5024 se corresponde a un cuenco aparecido en Demirci y Samos. Por su parte, la forma MO-5026 presenta semejanzas con un cuenco aparecido en Bogazköy 9.

Concluimos que los tipos hallados en Moreres tienen sus más estrechos paralelos en dos tipos de cuencos, uno mediano y otro más profundo cuya distribución parece difundirse en Anatolia ya desde el Bronce Antiguo I, en la zona de Anatolia occidental, central y Konya preferentemente -Demirci Höyük y el área de los ríos Porsuk y Sakarya, Troya, Beycesultan, Yortan-.

ESTUDIO CERAMOLÓGICO PRELIMINAR

Hemos efectuado un primer estudio analítico, aplicando los métodos de Difracción de Rayos X (XRD) (muestra polvo). y lámina delgada, teniendo en cuenta una primera discriminación de muestras a través de la observación por lupa binocular, teniendo en cuenta, así mismo, los tratamientos superficiales de las cerámicas.

- LUPA BINOCULAR Y LAMINA DELGADA: las siete muestras escogidas presentan una matriz fina y uniforme, con desgrasantes muy bien orientados, desgrasantes que presentan la particularidad de estar rodeados de los llamados halos de presión. Estos halos se producen, como su nombre indica, mediante la presión de la matriz arcillosa sobre los minerales más duros, formándose una especie de círculo que rodea al mineral como consecuencia del desplazamiento de los materiales más blandos que han sido presionados contra los más duros. Como consecuencia de la aparición de estos elementos, podemos afirmar que estas cerámicas fueron realizadas a molde, dada la uniformidad que presenta el cuerpo de cada fragmento.

En lo que respecta a la composición mineralógica, nos encontramos en primer lugar con una matriz claramente de tipo ácido donde hemos podido observar la presencia de Andalucita, Cuarzo, Moscovita, Zircón, Feldespatos, Biotita, óxidos de hierro y de forma puntual, en una de las muestras, un pequeño desgrasante de Obsidiana. Se trata, por lo general, de materiales micáceos que hacen decrecer la porosidad de los vasos a temperaturas no demasiado altas.

Estos minerales que actúan como desgrasantes son de claro origen metamórfico con algo de esquistosidad, incluso alguno de ellos como la Biotita o el Zircón podrían tener origen ígneo, o como la Obsidiana origen volcánico; todo ello, unido a que la Biotita es una mica que se altera con extrema facilidad, nos demuestra un claro origen alóctono de estas cerámicas, debiéndose buscar, dadas las diferencias con los productos manufacturados en la península Ibérica, un origen extrapeninsular (quedando este aspecto pendiente de los análisis de elementos minoritarios mediante NA. y AAS).

Como hemos apuntado antes, los minerales presentan una orientación paralela vertical muy uniforme en la zona del cuerpo de la pieza, orientación que se vuelve perpendicular en la zona del borde de la misma. Este hecho nos sugiere que, tras un primer modelado del cuerpo mediante un molde, se añadiría posteriormente el borde del vaso, posiblemente mediante la aplicación de un rollo del mismo material que finalmente se moldearía consiguiendo la forma deseada.

El tratamiento superficial de las piezas, tanto la zona interna como en la externa, es en la mayoría de los casos de un espatulado intensivo paralelo, hecho

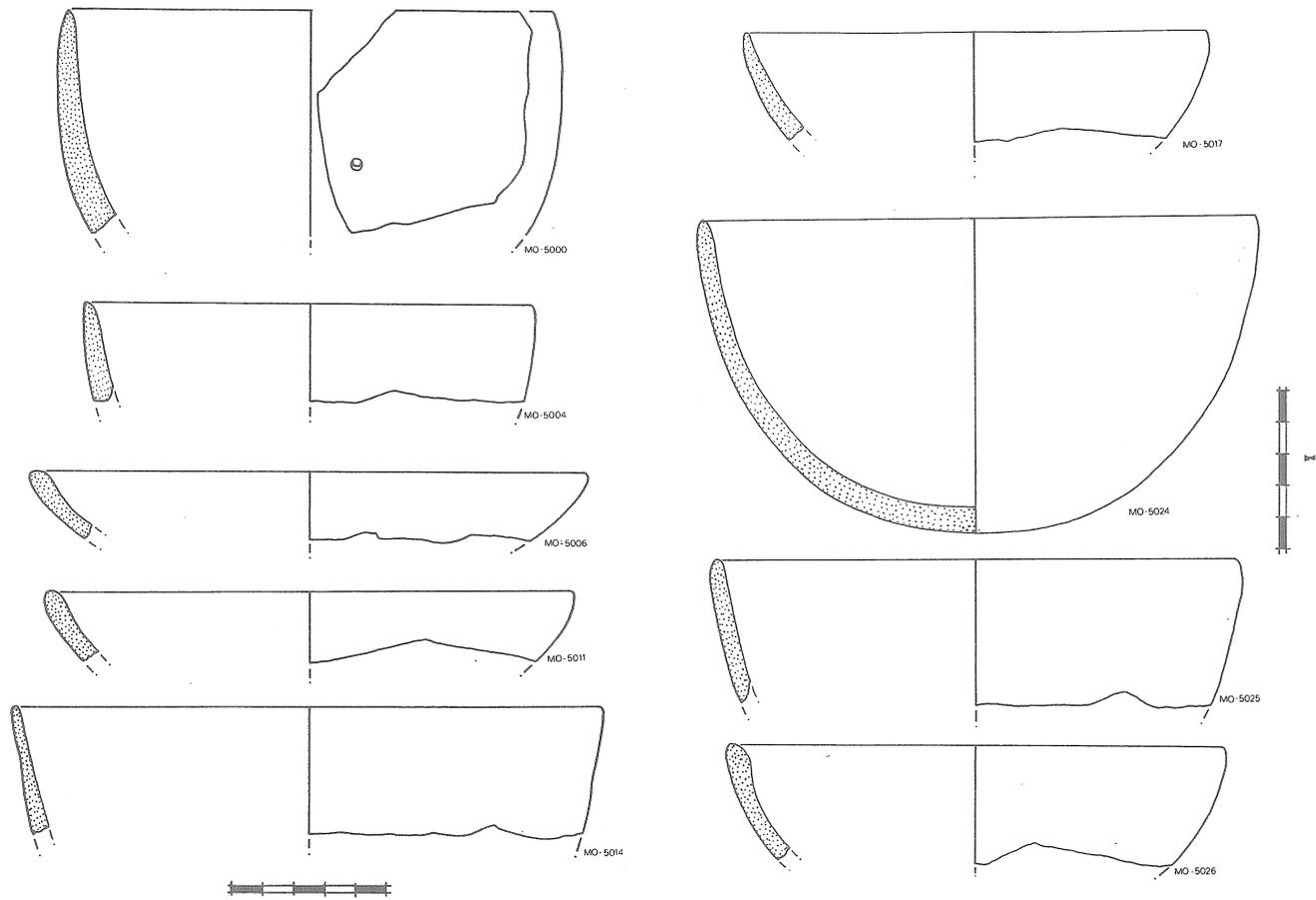
con una pequeña espátula de superficie estrecha. En otros casos se puede distinguir la aplicación de una fina capa de engobe, hecha a base del mismo material que la matriz, pero con una textura más fina.

- **DIFRACCIÓN DE RAYOS X:** Los difractogramas efectuados proporcionan información sobre algunos aspectos, sobre todo en lo que se refiere a la temperatura de cocción de las cerámicas, en base a la neoformación de algunos minerales.

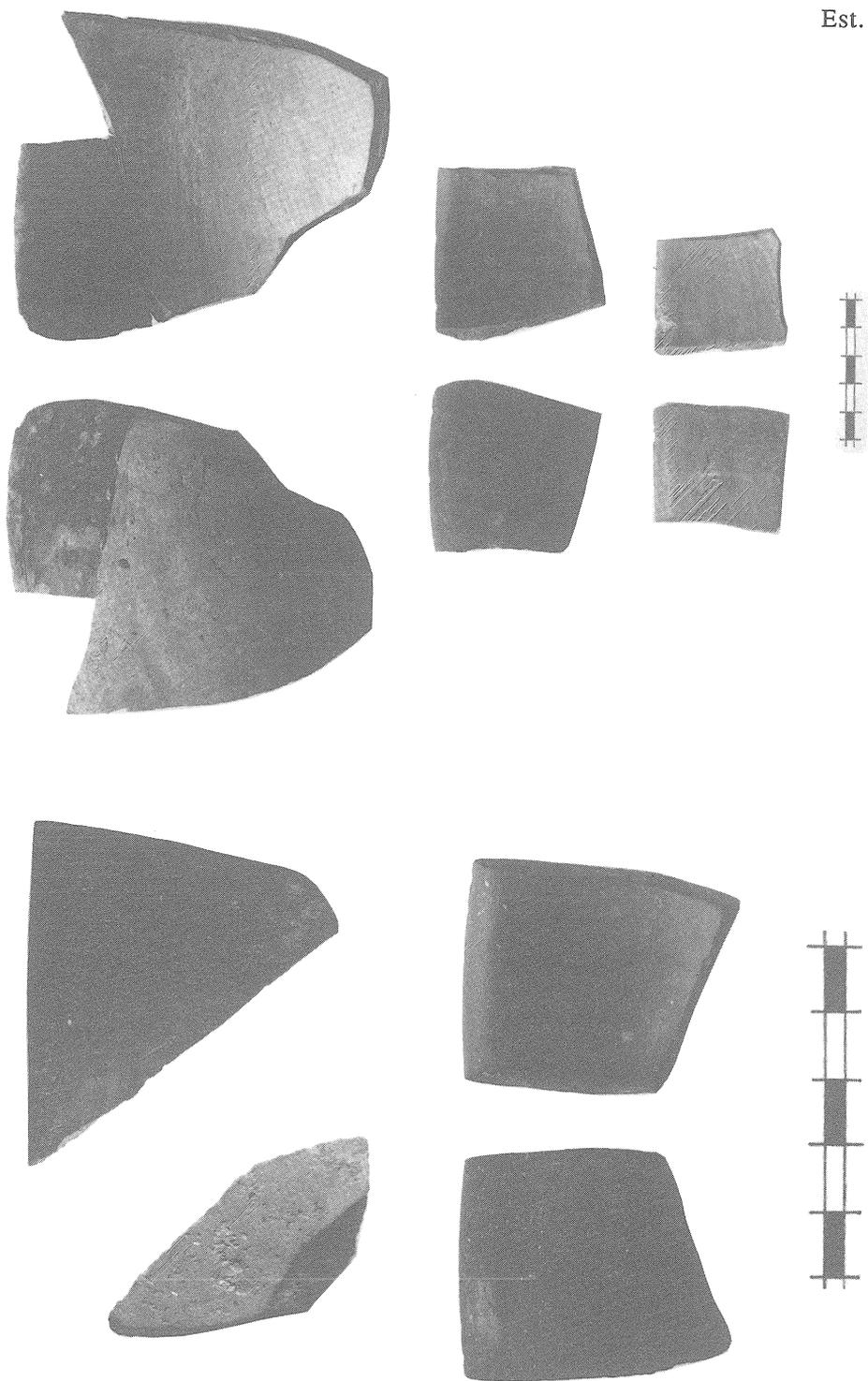
Cabe señalar, en este orden de cosas, que se analizan cerámicas cuya materia prima tiene origen metamórfico de carácter ácido, y por lo tanto la transformación de los minerales que aparecen, si exceptuamos algunos compuestos arcillosos, se hace a muy elevadas temperaturas, sin poder apreciar fases de alta temperatura que se dan en las constituciones de origen calcáreo.

Los minerales y compuestos arcillosos que hemos podido constatar son: Ilita, Cuarzo β , Feldespato K, Hematites, otros óxidos de hierro y Moscovita en distintas proporciones, pudiendo distinguir según éstas, distintos grupos en una primera clasificación.

Con todo, y hasta la realización de estudios más profundos en este campo, podemos afirmar que las cerámicas se cocieron a una temperatura que pasaría los 700°C (dada la aparición de hematites) y pudiendo alcanzar los 1000°C dada la matriz arcillosa que se observa y la existencia de Ilita que desaparece a los 1100°C.

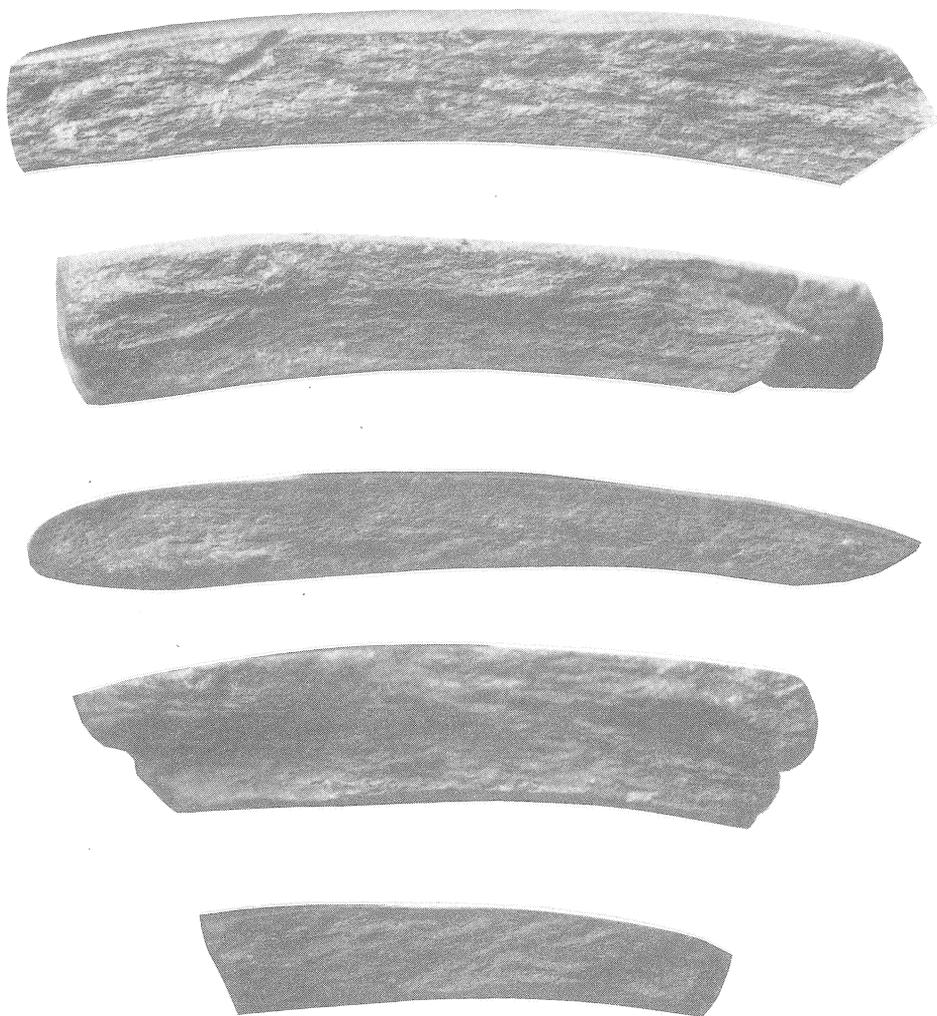


Figs. 1 y 2 — Selección de cuencos de cerámica roja hechos a molde.

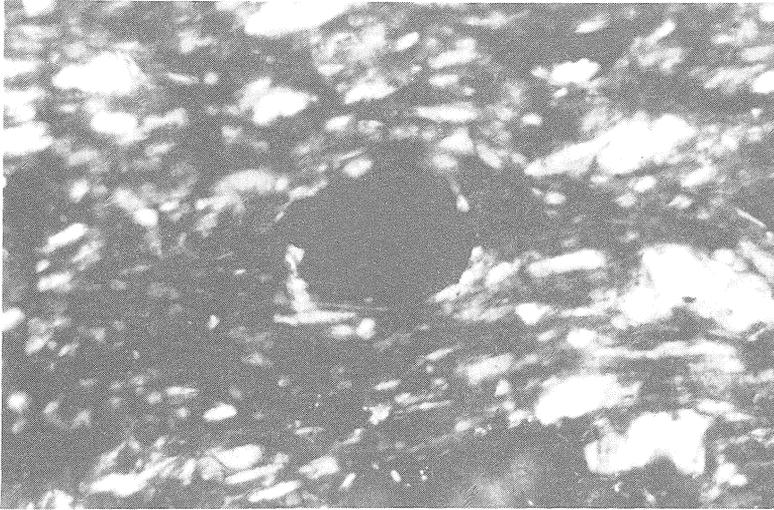


Láms. I y II — Cerámica roja monocroma de Les Morenes.

Est. III

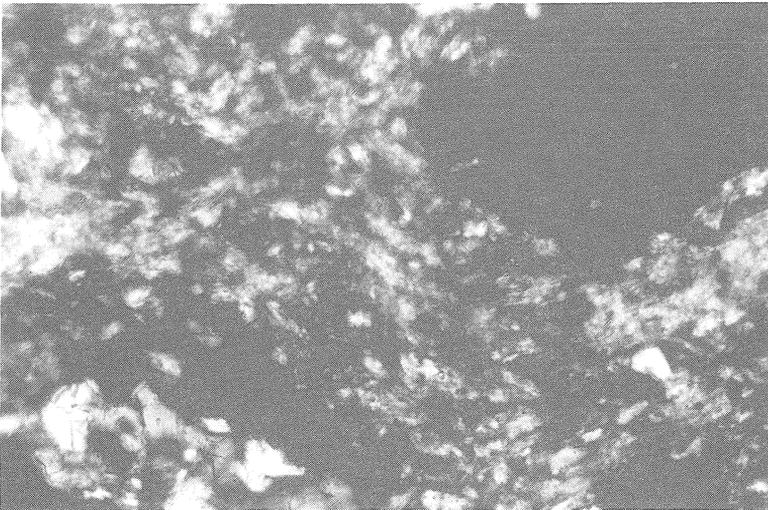


Lám. III — Aspecto hojaldrado de la pasta de varias cerámicas rojas.



[0,5mm

Foto 1 — Lámina delgada de los desgrasantes (Biotita y Micas) que se observan en la matriz cerámica y donde se pueden apreciar los halos de presión.



[0,1mm

Foto 2 — Detalle de uno de los halos sobre la Moscovita y Biotita.

PEÑALOSA. UN PROYECTO DE INVESTIGACIÓN DE LA EDAD DEL BRONCE EN EL ALTO GUADALQUIVIR

por

Francisco Contreras Cortés*

Resumen: Este Proyecto tiene como objetivo global el análisis histórico de las comunidades que ocuparon durante la Edad del Bronce la Depresión Linares-Bailén y las estribaciones meridionales de Sierra Morena. Se presentan los resultados obtenidos tras una primera fase de 7 años de trabajo centradas fundamentalmente en la excavación del poblado metalúrgico de Peñalosa y su área de influencia. A partir de la excelente conservación del registro arqueológico se aportan datos sobre los patrones urbanísticos, la organización social del espacio, las actividades económicas que sustentan la vida del poblado, haciendo especial hincapié en la metalurgia y en la transformación y almacenamiento de alimentos. La metalurgia del cobres y de la plata condiciona, por un lado, el poblamiento y las relaciones sociales de esta área minera del Alto Guadalquivir durante la Edad del Bronce y, por otro lado, las relaciones con las comunidades vecinas (Campiñas, La Mancha, Sureste).

Palabras-clave: Edad del Bronce. Metalurgia. Patrón de asentamiento.

El Proyecto de Investigación Peñalosa tiene como objetivo global el análisis histórico de las comunidades que ocuparon durante la Edad del Bronce la Depresión Linares-Bailén y las estribaciones meridionales de Sierra Morena, enmarcándose dentro del área geográfica definida globalmente como Alto Guadalquivir.

El interés de este Proyecto en sus inicios radicaba en el estudio de un área reducida y netamente definida a nivel espacial, con una gran importancia estratégica (tanto a nivel de comunicaciones -vías naturales- como de recursos económicos específicos -núcleo minero). En ella se localizaban una serie de asentamientos de gran importancia y de una gran homogeneidad cronocultural (Edad del Bronce).

La zona objeto de este trabajo presentaba un estado de la investigación bastante precario. Eran muchas las noticias recogidas y los yacimientos detectados, que para la Edad del Bronce pueden pasar de los cincuenta. Por ello, vemos

* Dpto. Prehistoria y Arqueología. Universidad de Granada.

como lo que podríamos considerar como una primera fase en el análisis regional, es decir, la definición de las entidades arqueológicas en el tiempo y en el espacio, trabajo que ha realizado la Arqueología Histórico-Cultural en otras áreas, aún no ha sido concluida en el Alto Guadalquivir. Ello ha hecho que apenas se haya avanzado en el estudio sistemático del registro arqueológico y que la mayor parte de las síntesis construidas hasta el momento estén muy limitadas por la falta de datos secuenciales y cronológicos.

El análisis de la Edad del Bronce en el Alto Guadalquivir, por tanto, lejos de haber recibido un tratamiento metodológico apropiado y haberse inscrito en un programa científico capaz de abordar todas las posibilidades que del tema se desprenden, quedaba enmarcado en meras actuaciones aisladas de sondeos estratigráficos o en simples actuaciones de urgencia.

DELIMITACIÓN GEOGRÁFICA DEL ÁREA DEL PROYECTO

El área de actuación de este proyecto se enmarca dentro del Alto Guadalquivir, concretamente en el norte de la provincia de Jaén. La situación de esta región geográfica en el contexto del Sur de la Península Ibérica le confiere un carácter de nudo de comunicaciones con una clara concomitancia a nivel geográfico e histórico, ya que en ella se ponen en contacto las más importantes vías de comunicación que unen el Sureste y la Alta Andalucía. Así mismo el Alto Guadalquivir une a través de los pasos naturales la región de Levante con Andalucía y proporciona el paso hacia la Submeseta Sur.

La primera fase de este Proyecto de Investigación se ha desarrollado desde 1985 a 1992. En estos siete años se han realizado una serie de trabajos de campo junto con una serie de analíticas de laboratorio que han permitido alcanzar algunos de los objetivos propuestos.

1. Área de actuación

Partiendo de los presupuestos del Proyecto que presentábamos en 1985 a la Junta de Andalucía nuestro interés fundamental residía en el análisis histórico de las comunidades que vivieron en las áreas metalúrgicas del Alto Guadalquivir. Geográficamente, estas áreas se inscriben en dos núcleos fundamentales: el frente meridional externo de Sierra Morena y el Horst Linares-Vilches-La Carolina.

Las cuencas hidrográficas del río Rumblar al oeste y del río Guadiel al este nos permiten el análisis de la zona metalúrgica. Ambas quedan definidas al oeste por la divisoria de aguas de los ríos Jándula y Rumblar, al norte por las estriba-

ciones meridionales de Sierra Morena, hasta cotas superiores a 800 m., que coinciden con el límite provincial entre Jaén y Ciudad Real. Al oeste el límite se establecen en la divisoria de aguas entre la cuenca del río Guadiel y las del Guarrizas/Guadalén. Al sur, el cauce del río Guadalquivir la separa de las campiñas occidentales.

2. Areas de contrastación

Con el fin de no concebir nuestras áreas de trabajo como un complejo aislado dentro del panorama cultural del mediodía peninsular y en aras a explicar el complejo problema de la interacción económica-cultural durante la Edad del Bronce nos hemos visto obligados a contemplar toda una serie de áreas periféricas a fin de contrastar los resultados y problemática de los niveles de análisis a largo plazo. Con esta función hemos delimitados tres grandes áreas:

— Cuenca del río Jándula: como importante vía de contacto con las comunidades manchegas del río Jabalón y el Campo de Calatrava.

— Vega del río Guadalquivir-Campiñas: definición de los contactos económicos (y culturales en general) entre estas poblaciones y las comunidades de la Cuenca del Rumblar, así como la determinación de sus respectivos límites territoriales (a nivel político y económico).

— Ruta hacia los pasos de Pozo Alcón: interés en delimitar y determinar la entidad cronológica-económica de la ruta y las relaciones entre las poblaciones del Rumblar y la dinámica argárica de las altiplanicies granadinas y del Sureste.

RASGOS GENERALES DE LA EDAD DEL BRONCE EN EL ALTO GUADALQUIVIR

Actualmente no existe consenso entre los investigadores a la hora de definir cual ha sido el elemento generador que ha movido la dinámica interna de las sociedades andaluzas, haciéndolas pasar de una organización social igualitaria, como la existente en el neolítico, a una sociedad estratificada y compleja como la Edad del Bronce, en la que se observan tres tendencias¹: por una parte la creciente importancia de la metalurgia, que conlleva un crecimiento de la especialización; por otra parte, el incremento del militarismo con la progresiva importancia de las fortificaciones y del armamento y, en último lugar, el desarrollo de la división de clases, documentada en los cambios de ritual funerario y en el

¹ F. Molina y J. M. Roldán: *Historia de Granada I*, Granada, 1983.

constante aumento de la diferencia de riqueza en los ajuares funerarios.

Podemos destacar el modelo propuesto para esta zona por V. Lull². Para él la abundancia de minerales de cobre y plata con el consiguiente desarrollo de la metalurgia local, cada vez más especializada, fue el elemento que produjo la estratificación de la sociedad al potenciarse la diferenciación social del trabajo en comunidades donde hasta ese momento cada familia era capaz de abastecerse de sus propias necesidades. El aumento del comercio, con el consiguiente desarrollo de las comunicaciones y transportes que requieren un control y una mayor seguridad por parte de una jerarquía directora, fueron factores determinantes para la creación de nuevas clases políticas, que controlaron parte de los recursos de las comunidades y que determinaron una jerarquización social.

Para otros autores, A. Ruiz, F. Nocete y M. Ruiz³, en las zonas orientales de Jaén, se dará una rápida transformación en las poblaciones de la Edad del Cobre en parte debido a la expansión de la cultura argárica a través del Guadiana Menor⁴. Los factores decisivos serán la crisis agraria, producida por el agotamiento de los suelos debido a la práctica de una agricultura intensiva de rozas, la demanda de metales (tanto por parte de la población del Sureste como por la población indígena), como también del aumento de las necesidades defensivas generadas por la propia crisis. Lo cierto es que todos estos factores conllevan una modificación substancial del poblamiento con un cambio profundo en la tipología de los asentamientos.

Aún quedan muchas cuestiones pendientes, ya que no contamos con una secuencia estratigráfica que nos de un continuum en la zona. Además, el tercer milenio y primera mitad del segundo nos es aún hoy prácticamente desconocido. Conocemos muy poco de las poblaciones de la Edad del Cobre en la zona que nos ocupa, por lo que las interpretaciones del impacto cultural argárico en esta zona son difíciles de precisar.

La evidencia arqueológica nos dice que es partir del 1500/1400 a.C. cuando comienza la explotación intensiva de los recursos mineros del Piedemonte de Sierra Morena. A partir de esta fecha, avalada por las dataciones proporcionadas por el C-14, se establecen una serie de poblados de nueva planta (Terrera del Reloj, Cerro del Alcázar, Rincón de Olvera y Peñalosa).

Este poblamiento parece en principio dirigido desde los altiplanos granadinos a través del Guadiana Menor con la intención de controlar los filones metalíferos.

² V. Lull: *La Cultura del Argar. Un modelo para el estudio de las formaciones sociales prehistóricas*, Ed. Akal, Barcelona, 1983.

³ A. Ruiz et al.: *La Edad del Cobre y la argarización en tierras giennenses, Homenaje a Luis Siret (1934-1984)*, pp. 271-286, Sevilla, 1986.

⁴ La expansión argárica por la provincia de Jaén fundada en la búsqueda de mineral ya había sido apuntada por F. Molina et al.: "La Edad del Bronce en el Alto Guadalquivir: excavaciones en Ubeda", *Boletín del Instituto de Estudios Giennenses* XCV, 1978, pp. 3-21.

Aún queda por determinar cómo nos informa el registro arqueológico de las relaciones entre los indígenas, lo que se ha denominado el Bronce de Piedemonte⁵, y estos nuevos poblados. A juzgar por el fuerte componente defensivo de los poblados estas relaciones no debieron ser del todo pacíficas, posiblemente las élites guerreras pugnarían no solo por el control del metal sino también por controlar las rutas de intercambio y circulación del metal y de las piezas manufacturadas.

Otro factor que sería importante analizar son las relaciones existentes entre estas poblaciones y las culturas ganaderas de la Meseta. Parece probable, si interpretamos las cerámicas decoradas que aparecen en Peñalosa como imitaciones de los estilos típicos de Cogotas, que ya en esta época, a partir del 1400, se establecieran contactos entre las poblaciones ganaderas de La Meseta y las del Alto Guadalquivir. Quizás en este sentido el Cerro de la Magdalena en Quesada pudo jugar un papel decisivo como punto de control de la ruta ganadera hacia las altas tierras granadinas.

PEÑALOSA: UN POBLADO DE LA EDAD DEL BRONCE Y SU ÁREA DE INFLUENCIA

El yacimiento de Peñalosa se haya ubicado en la margen derecha del río Rumblar, dentro del término municipal de Baños de la Encina, siendo sus coordenadas geográficas 38º 10' 19" de latitud norte y 3º 47' 37" de longitud oeste. El poblado se asienta sobre un espolón de pizarra en forma de lengua, con pendientes pronunciadas, estando enmarcado por el arroyo Salsipuedes y el propio río Rumblar (Lám. I). Se alza, por tanto, sobre dicho río, cuyo valle está inundado actualmente por las aguas del embalse del Rumblar. El yacimiento arqueológico de Peñalosa ha tenido y tiene un gran papel en la valoración cultural de la Edad del Bronce del mediodía peninsular, al ser considerado como el poblado más septentrional de la expansión de la Cultura del Argar en su búsqueda de mineral de cobre.

El yacimiento fue excavado a principios de los años setenta por R. García Serrano. Sin embargo, la documentación de dicha actuación, centrada en la parte superior del poblado, nunca fue publicada, desconociendo en la actualidad los resultados de la misma. Las primeras noticias publicadas al respecto y de las que se derivaron las adscripciones culturales con se dotó a este yacimiento son las referentes a una colección de materiales obtenidos del expolio y publicados por

⁵ A. Ruiz et al.: La Edad del Cobre y la argarización en tierras giennenses, *Homenaje a Luis Siret (1934-1984)*, pp. 271-286, Sevilla, 1986.

J. Muñoz Cobos⁶. Los restos constructivos que actualmente son visibles en la superficie del cerro son el fruto de cuatro campañas de excavación realizadas en los años 1986, 1987, 1989 y 1991 por un equipo de investigadores del Departamento de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Granada dirigido por F. Contreras Cortés, F. Nocete Calvo y M. Sánchez Ruiz.

Peñalosa se ha convertido tras estas campañas de excavación en un yacimiento modélico para el estudio y contrastación del mundo de la Edad del Bronce en el Alto Guadalquivir, no sólo por su localización en los núcleos mineros de Sierra Morena, sino también por el buen estado de conservación del registro arqueológico, a pesar de la erosión postdeposicional sufrida por el efecto del embalsamiento del agua, con una última fase del poblado marcada por el abandono pacífico del mismo, lo cual se manifiesta en una buena conservación no sólo de los complejos estructurales, sino también de la cultura material asociada a ellos. Esta situación ha propiciado el desarrollo de un detallado análisis microespacial que nos ha conducido a la interpretación funcional del espacio en el asentamiento, factor clave para la reconstrucción socioeconómica de estas comunidades.

Cronología: Se ha podido definir la existencia de al menos dos grandes fases en la ocupación prehistórica del yacimiento de Peñalosa. Los niveles estratigráficos de la primera fase están muy mal conservados como consecuencia de la reestructuración espacial que se realiza en la siguiente fase. En este momento el poblado se expande hacia el norte, bajando hacia el río Rumbalar. Las dataciones de C-14 para este momento nos señalan el final del poblado entre el 1400 y 1500 a.C.

Patrón de asentamiento: el habitat se organiza adaptándose perfectamente a las características morfológicas del terreno mediante el aterrazamiento de las laderas del cerro. Este aterrazamiento se realiza construyendo grandes muros de pizarra que recorren longitudinalmente dicha ladera y cortando los afloramientos rocosos. El amplio espacio resultante se compartimenta, creando una serie de estancias comunicadas a través de puertas y pasillos. En cada una de las terrazas la distribución espacial viene marcada por la existencia de varias unidades de habitación de gran tamaño (Lám. II). No todas las casas presentan el mismo tamaño, ya que existen algunas, como las situadas en la Terraza Media que son mayores que las situadas, por ejemplo, en la Terraza Baja, si bien aquí el pantano ha influido en la desaparición de parte de ellas. En todas ellas se documentan diversos espacios dedicados tanto a actividades domésticas (Lám. III) como

⁶J. Muñoz Cobos: Poblado con necrópolis del Bronce II Mediterráneo en Peñalosa, término de Baños de la Encina, *Boletín del Instituto de Estudios Giennenses* 90, pp. 45-54, Jaén, 1976.

productivas o especializadas (Lám. IV). Los distintos grupos de unidades habitacionales están perfectamente comunicados por una serie de calles y pasillos estrechos que van recorriendo el poblado y ponen en comunicación las distintas áreas de habitación.

Este complejo urbanístico aparece delimitado en su parte oriental por un gran muro defensivo que va cerrando el poblado, utilizando una serie de bastiones macizos como contrafuertes. En él se encuentra una puerta estrecha de acceso, flanqueada por dos bastiones macizos. En la parte superior del cerro se han documentado restos de una fortificación, afectada en gran parte por las excavaciones antiguas. Hacia el norte la planta de esta estructura defensiva se sobreeleva, asentándose las construcciones sobre un banco de roca cortado verticalmente. En el interior se ha podido documentar la existencia de una estancia, de forma rectangular, fuertemente fortificada por su parte oriental, cuyo relleno arqueológico quedó alterado por las excavaciones ya referidas.

La producción económica: el registro arqueológico de Peñalosa nos ha permitido muy bien reconstruir cuales serían las actividades económicas que se desarrollarían en la vida cotidiana del asentamiento. El medio en que se enclava el asentamiento fue ampliamente aprovechado por los habitantes del poblado como lo muestra la intensa actividad deforestadora y cinegética documentada. Los carbones recogidos corresponden fundamentalmente a encinas, coscojas y alcornos, que serían las especies vegetales más utilizadas tanto para la construcción de las viviendas y talleres, como combustible para las actividades domésticas y metalúrgicas. El corcho además sería utilizado para realizar artefactos como tapaderas⁷. La caza tuvo también un papel importante en la dieta de esta población como lo demuestra el alto número de individuos recuperados en el registro arqueológico. Entre las especies cazadas destacan fundamentalmente el ciervo, el corzo y el conejo⁸.

Por lo que respecta a las actividades agrícolas, se puede precisar que los suelos que rodean el asentamiento no se pueden considerar como muy productivos, debido a lo escarpado del terreno y a su constitución pizarrosa, si bien la parte baja del valle del río Rumblar, aunque estrecha, proporcionaría suelos aptos para el cultivo. A pesar del poco espacio de tierra cultivable, los restos carpológicos recuperados nos indican una intensa actividad de transformación y almacenaje de

⁷ Un avance de los estudios antracológicos realizados por M. O. Rodríguez se pueden ver en M. O. Rodríguez Ariza y F. Contreras Cortés: *Contrastación antracológica entre dos complejos estructurales del yacimiento del Bronce de Peñalosa, Arqueología medioambiental a través de los macrorrestos vegetales*, Centro de Estudios Históricos (CSIC), Madrid, 1991.

⁸ La fauna de Peñalosa ha sido estudiada por A. Morales Muñoz y J. L. Sanz Bretón de la Universidad Autónoma de Madrid.

especies vegetales. Las especies documentadas son muy variadas⁹: cebada de seis carreras tanto vestida como desnuda, variedades desnudas de trigo (*triticum aestivum-compactum* y *triticum durum*), lino, leguminosas (guisantes, habas, algunas indeterminadas, etc.) bellotas, malas hierbas...

Esta gran cantidad de restos carpológicos, cuya recuperación ha sido posible gracias a la flotación del sedimento del interior de los complejos estructurales, se corresponde con la presencia por todo el poblado de estructuras de transformación del grano. Tanto en el interior de espacios domésticos, como en pasillos o estrechando puertas se han documentado grandes estructuras de molienda, constituidas por un basamento de pizarras sobre el que se sitúa una gran piedra de molino. Junto a ella siempre aparece grandes vasijas de almacenamiento. Estas estructuras aparecen en todos los ámbitos del poblado: fortificación y distintas terrazas, bien en el interior de las casas, o bien en los pasillos que comunican con los espacios más pequeños.

En lo relativo a la fauna doméstica podemos apuntar, siguiendo los avances preliminares de A. Morales y J. L. Sanz, que las especies con mayor presencia en el registro arqueológico son el caballo, la vaca, los ovicápridos, el cerdo y el perro. En algunas viviendas se han podido documentar actividades relacionadas con la fabricación de quesos y los telares también pudieron utilizar fibra animal. En las casas de las distintas terrazas predominan las vacas y los ovicápridos, mientras que en la fortificación sobresale el número de caballos recogidos, indicándonos una posible diferenciación entre los pobladores de la fortificación y de las terrazas, ya que el caballo en estas sociedades guerreras juega un papel importante como símbolo de prestigio.

Un aspecto importante de la producción artesanal es la actividad textil. Esta se realizaba fundamentalmente con telares formados por varios travesaños de madera sobre los que se tensaban las fibras. Para esta función se utilizaban pesas de arcilla de forma circular. Los telares documentados hasta el momento se situaban junto a la puerta de las viviendas, donde existía más luz. En las mismas viviendas, pero en otro espacio, se suele documentar la actividad de confección, con la presencia de punzones de hueso, husos de piedra... Importante era también el trabajo de las fibras vegetales, sobre todo el esparto, para la realización de esteras, cestos, etc.

Sin duda alguna, la actividad más importante del poblado y la que realmente actúa como motor económico de éste y otros asentamientos del Rumber es la metalurgia. Aún no se ha realizado la prospección arqueometalúrgica para encontrar los filones metalíferos que explotaría el poblado, si bien conocemos en las

⁹ Los restos carpológicos de Peñalosa están siendo actualmente estudiados por L. Peña Chocarro en el Institute of Archaeology of London.

proximidades del yacimiento diversos afloramientos de óxidos y carbonatos de cobre. La fase extractiva del mineral aparece documentada por la presencia de diversos tipos de martillos de minero presentes en las casas. Sin embargo, es la fase de reducción y fundición la mejor documentada¹⁰: molienda del mineral, mineral de cobre, escorias, gotas de cobre, crisoles, etc. Posteriormente se realizaría el vertido del metal en los distintos moldes, tanto de piedra como de arcilla. Se han documentado moldes para la realización de artefactos (puntas de lanza, hachas, punzones, etc.), lingotes (de forma trapezoidal) y tortas (circulares). Podemos decir que no existe una concentración del trabajo del metal en una parte determinada del poblado, lo que nos podría indicar la presencia de especialistas o herreros, sino que la actividad metalúrgica se ha documentado en todas las unidades habitacionales del poblado excavado, tanto en la fortificación como en las terrazas, lo que nos indica que todas las familias de Peñalosa trabajan de manera intensiva en la producción metalúrgica. Si bien hay que resaltar que pueden existir determinadas especializaciones, como sería el caso del taller en donde se ha documentado el trabajo de la plata (almacenamiento de galena argentífera, estructura de molienda, crisoles con restos de plata, moldes de aretes, etc.).

Esta importante producción metalúrgica tiene que estar encaminada al intercambio con las poblaciones contemporáneas tanto de las campiñas del Guadalquivir como de la Depresión de Linares-Bailen, en suma con las comunidades del Alto Guadalquivir. Este intercambio, dirigido por las élites sociales tanto de Peñalosa como de los otros poblados mineros del Rumblar, proporcionaría el alimento necesario para el abastecimiento de estas poblaciones mineras, así como objetos de prestigio que ayudaran a mantener el papel coercitivo de este grupo social, de la misma manera que la llegada de esos bienes metálicos mantendría la posición social de las élites de las otras zonas.

Organización social y el papel de la muerte: Lo funerario en el mundo de la Edad del Bronce siempre ha jugado un gran papel a la hora de estudiar estas culturas. Las sepulturas se caracterizan no solo por sus rasgos formales (cista o urnas), sino también por su localización, bajo las unidades de habitación. Los poblados, por tanto, funcionaban como lugares de morada de los vivos y de los muertos. Esto traduce de una manera clara la significación que para los habitantes de Peñalosa tenían sus difuntos, a los cuales no solo rendían cultos rituales, cifrados en las creencias relativas al “más allá”, sino que también llegaban a venerarlos como antepasados notables, manteniéndolos cerca, seguramente para simbolizar de una manera directa la ascendencia que algunos vivos mostraban con

¹⁰ Los restos arqueometalúrgicos están siendo actualmente estudiados por A. Moreno Onorato (Departamento de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Granada) y D. Hook (British Museum Research Laboratory).

orgullo, sobre todo en aquellos casos que importaba justificar conceptos de sangre y linaje. El ritual es siempre la inhumación, individual o doble, casi siempre hombre-mujer, y en alguna ocasión niño. Esto nos demuestra el gran papel que dentro del seno de algunas organizaciones sociales de la Edad del Bronce habían llegado a desempeñar los núcleos familiares y los individuos, siendo elementos capaces de alcanzar ostentaciones de prestigio, alcurnia, riqueza y poder.

Las sepulturas son un buen indicador para poder delimitar los distintos conjuntos espaciales, ya que normalmente cada unidad habitacional cuenta con una o dos sepulturas. Se puede observar cierta diferenciación en una serie de aspectos:

— Diferencia en los ajuares: una sepultura presenta un pendiente de oro; otra abundante material de plata y la mayor parte una o dos piezas de cobre y varios vasos cerámicos.

— Diferencia en los sistemas de enterramiento. Hasta ahora se han documentado tres tipos de enterramiento: cistas, pithoi (Lám. V) y estructuras de mamostería de gran tamaño.

— Diferencia en la localización espacial de las sepulturas: excavadas en el suelo de las unidades habitacionales, en estructuras especiales formando parte de la unidad habitacional, en la fortificación, etc.

Habrá que analizar la causa de esta diferenciación (edad, sexo, jerarquía, etc.) a través del estudio de los restos humanos localizados y el análisis global de cada una de las Unidades Habitacionales del poblado (posición en el poblado, presencia/ausencia de actividades especiales, características generales de la cultura material, etc.).

Organización del territorio: La importancia que tiene en la vida económica del poblado la actividad metalúrgica parece reafirmar la hipótesis de que nos encontramos ante un patrón de asentamiento asociado y dirigido a la explotación de los ricos filones cupríferos que afloran en el paisaje de Sierra Morena. Este patrón de asentamiento está articulado dentro de un modelo económico de aprovechamiento del territorio en el que la explotación agraria de los valles interiores del río Rumbiar no permiten una infraestructura de producción para el sustento capaz de alimentar un elevado número de población. Por otro lado, está muy bien documentado en el registro arqueológico la transformación de los productos agrícolas y su almacenaje, demostrando que existe un abastecimiento continuo.

Igualmente, la magnitud de la producción metalúrgica escapa a las necesidades internas de esas formaciones sociales, por lo que pudo estar encaminada al intercambio por bienes de consumo que vendrían de los poblados situados en el

valle bajo del Rumblar y en el Guadalquivir, en donde el fenómeno registrado es el inverso, como lo demuestra el registro arqueológico de Sevilleja, cerca de la confluencia del Rumblar con el Guadalquivir, es decir se documenta una gran actividad agrícola y la única fase metalúrgica documentada es el útil ya manufacturado.

El modelo de asentamiento para la cuenca del río Rumblar implica una organización jerárquica del territorio con varios tipos de asentamientos:

— Yacimientos, como La Verónica, Peñalosa, Cerro de las Obras, Cerro Barragán, superiores a 1 Ha., ubicados en espolones sobre el valle del río Rumblar/Grande con habitat en terrazas y potentes sistemas de fortificación. Aquí se podría incluir el Cerro de Plaza de Armas de Sevilleja.

— Yacimientos con tamaño inferior a 1 Ha., con carácter estratégico, sistemas de fortificación y alta visibilidad, como Piedras Bermejas, vinculados a necesidades de control. Junto con los anteriores se encuentran alineados siguiendo la línea de la cuenca del Rumblar, cerrándola frente a la Depresión Linares-Bailén.

— Yacimientos ligados directamente a los afloramientos metalúrgicos, en la divisoria de aguas del Rumblar y el Jándula y situados en lugares altos (Siete Piedras, Salas de Galiarda).

Peñalosa en el contexto de El Alto Guadalquivir queda así delineado como uno más de los asentamientos metalúrgicos que en la Cuenca del río Rumblar desarrollaron una estrategia productiva especializada en la obtención y transformación del mineral de cobre/plata, que estuvo fuertemente dirigida por unas élites consolidadas, fundamentalmente en el momento del intercambio, tal vez enfocado hacia las comunidades agrarias de la Campiña Occidental o la Depresión de Linares-Bailén donde a veces se documenta una metalurgia incipiente ya en momentos del Cobre Final.

En este proceso de consolidación de la jerarquía social y las rutas de intercambio asistimos en la zona a un fuerte proceso de fortificación que, aunque presente en las Campiñas en fases anteriores responderá ahora a nuevos planteamientos y estrategias. El proceso de fortificación se dará a dos niveles:

— Por un lado asistimos en los asentamientos centrales, y en otros menores, a una elección de unidades geomorfológicas escarpadas y de difícil acceso para su ubicación además de reforzarse con complejos sistemas de fortificación que, como demuestra Peñalosa, mezclan diversas unidades de apoyo y refuerzo a la muralla (torres, bastiones macizos,...).

— Por otro lado surgen en el interior de la Cuenca del Rumblar asentamientos

Est. II



Lám. III — Peñalosa. Detalle de un contexto doméstico.



Lám. IV — Peñalosa. Espacios de producción especializada (metalurgia).



Lám. V — Peñalosa. Enterramiento en pithoi.

AVANCE PRELIMINAR SOBRE LOS RESTOS VEGETALES DEL YACIMIENTO DE LA EDAD DEL BRONCE DE PEÑALOSA (BAÑOS DE LA ENCINA. JAÉN)

por

Leonor Peña Chocarro*

Resumen: Se presenta un avance preliminar del estudio de los macrorrestos vegetales del yacimiento de la Edad del Bronce de Peñalosa (Baños de la Encina. Jaén). Se describe la metodología seguida y las especies básicas en la economía del yacimiento. Por último se analiza la identificación de una nueva categoría de restos vegetales: los tejidos parenquimatosos (fragmentos de raíces, tubérculos y otros órganos subterráneos) que abren nuevas posibilidades en el estudio de la explotación de recursos vegetales en el pasado.

Palabras-clave: Edad del Bronce. Flotación. Restos Vegetales.

INTRODUCCION

Se presenta un avance preliminar de los resultados de los restos vegetales del yacimiento de la Edad del Bronce de Peñalosa (Baños de la Encina. Jaén), punto principal dentro del Proyecto de Investigación "Análisis histórico de las comunidades de la Edad del Bronce de la Depresión Linares-Bailén y estribaciones meridionales de Sierra Morena" (Contreras et al., 1989, 1990, 1991, en prensa).

El yacimiento de Peñalosa se encuentra situado en el término municipal de Baños de la Encina (Jaén), en la margen derecha del río Rumblar, en la zona de contacto entre las campiñas del valle del Guadalquivir y las estribaciones más meridionales de Sierra Morena. El yacimiento en sí, se asienta sobre un espolón de pizarra en forma de lengua entre el arroyo Salsipuedes y el río Rumblar, cuyo valle hoy en día aparece inundado por las aguas del Embalse del Rumblar.

En 1991 nos hicimos cargo de las tareas de recuperación de los restos vegetales del yacimiento de Peñalosa, que ya se había iniciado en las campañas anteriores, con una serie de objetivos:

* Institute of Archaeology. University College London.

- Determinar el modo de subsistencia, base económica, del yacimiento.
- Establecer los posibles componentes vegetales de la dieta de la población ocupante del yacimiento.
- Analizar la gama de posibles ecosistemas explotados en el pasado y por tanto los recursos naturales vegetales susceptibles de ser extraídos de ellos.
- Estudiar la utilización de especies domésticas (cultivadas), su importancia en la economía del yacimiento así como los posibles procesos agrarios llevados a cabo en relación con esas especies (técnicas de cultivo, especies arvenses asociadas, sistemas de cultivo, comercio, etc).
- Evaluar la importancia de la recolección de recursos vegetales silvestres.
- Intentar detectar variaciones en la composición de los restos vegetales en función del contexto del que proceden de tal manera que fuera posible observar áreas de actividad diferenciales. La excavación había permitido distinguir áreas de almacenamiento, de transformación de alimentos, de habitación, etc, pero la contrastación arqueobotánica era necesaria.

Debido a que el análisis del material todavía no ha finalizado, sólo se presenta un avance preliminar de los datos obtenidos hasta ahora, sin pretender llegar a ningún tipo de conclusión.

METODOLOGIA

La recuperación de los restos vegetales del yacimiento se hizo posible gracias a la instalación de una máquina de flotación que ya había sido utilizada con anterioridad en el yacimiento para la recuperación de material antracológico.

La técnica de flotación consiste en separar el material carbonizado del sedimento por medio del agua. Para ello se utilizó un bidón (del tipo de los de gasolina) con tres entradas de agua en la parte inferior, un desagüe, y una lengüeta en la parte superior. En el interior, sobre una malla se coloca el sedimento a flotar; los restos vegetales carbonizados, contenidos en el sedimento, al entrar en contacto con el agua flotan y caen por la lengüeta a un tamiz exterior. El sistema de flotación permite procesar grandes volúmenes de tierra y obtener una información vital para la interpretación del yacimiento. En este caso la flotación se realizó en el mismo yacimiento gracias a la instalación de una bomba que extraía el agua del Embalse del Rumbiar, lo que facilitó las tareas de recuperación.

La única modificación que se llevo a cabo fue la utilización de mallas de menor tamaño que las utilizadas en campañas anteriores. Así pues dentro de la máquina se colocó una malla de 1mm de luz y en el exterior las mallas utilizadas fueron de 250 micras de luz. La observación estricta de estas medidas ha permitido una recuperación de material botánico de pequeñísimo tamaño (*Typha sp.*,

Papaver sp., etc) que de otra manera habría desaparecido.

Las muestras de tierra de los diferentes contextos fue lavada y el material obtenido, etiquetado y secado a la sombra, envuelto en una doble malla de 250 micras de luz para evitar una posible filtración al secarse. La matriz depositada en la malla interior del tanque (1mm), una vez secada fue analizada en el propio yacimiento y los posibles restos carbonizados que no habían flotado, así como otro tipo de restos (microfauna, cerámica, etc) extraídos.

Cada muestra independientemente de su procedencia fue dotada de una doble numeración, por un lado el número de inventario procedente de la excavación y por otro, un número botánico correlativo que simplemente facilita la labor del arqueobotánico.

Toda muestra va acompañada de una ficha de flotación en la que se detalla el volumen de tierra flotado, grado de humedad del suelo, tamaño de las mallas, etc que permitirá posteriormente un estudio más completo así como la cuantificación de los restos vegetales.

RESULTADOS

Hasta el momento sólo se han examinado 45 muestras cuyos restos vegetales pueden englobarse en diferentes categorías.

a) Plantas de importancia económica: cultivadas y recolectadas.

Cereales:

Entre los cereales podemos señalar varias especies de trigo (*Triticum monococcum* subsp. *monococcum*, *T. turgidum* L. subsp. *dicoccum* (Schrank), *T. turgidum* subsp. *durum*, *T. aestivum* subsp. *vulgare* (Vill.) Mackey y *T. aestivum* subsp. *compactum* (Host) Mackey), es decir, aparecen representados tanto los trigos vestidos (*T. monococcum* y *T. dicoccum*) como los desnudos (*T. aestivum* y *T. aestivo-compactum*). Hay que aclarar, sin embargo que las dos especies de trigos vestidos aparecen en muy pequeña proporción (3 cariósides de *T. monococcum*) y probablemente se trate de contaminantes dentro de un cultivo de otra especie. Los tetraploides y hexaploides aparecen representados por las especies desnudas en ambas ploidías, es decir por *T. turgidum* subsp. *durum* (tetraploide) y *T. aestivum* subsp. *vulgare* y *T. aestivum* subsp. *compactum* (hexaploides). En algunas de las muestras analizadas aparecen cariósides que morfológicamente pertenecen al grupo de los tetraploides pero que, sin embargo, no podíamos

asignarlas a una especie determinada. Los análisis químicos llevados a cabo por Frances McLaren en la East London Polytechnic han puesto de manifiesto que se trata de *Triticum durum* (McLaren comm. pers.).

En cuanto a la cebada aparece como el cereal dominante con gran diferencia. Son numerosas las muestras que proceden del interior de vasijas que contenían cebada exclusivamente. Del estudio llevado a cabo se deduce la presencia de cebada de seis y de dos carreras (*Hordeum vulgare* susp. *distichum* y *H. vulgare* subsp. *vulgare*). Esta distinción es posible atendiendo a la morfología de las carióspsides; en la variedad de seis carreras el rachis (prolongación del tallo en la inflorescencia) contiene tres carióspsides con el surco ventral torcido en las dos laterales y derecho en la central. Mientras que en la variedad de dos carreras los surcos ventrales son derechos. En el caso de Peñalosa, la gran mayoría de los casos presentan el surco ventral torcido con lo cual podemos afirmar que se trata de carióspsides laterales y por tanto de cebada de seis carreras.

El predominio de la variedad vestida para la edad del Bronce sería según algunos autores (Hopf, 1991) más propio de la zona norte que de la sur y estaría quizás en relación con la producción de cerveza. En Peñalosa no hemos encontrado, sin embargo, indicios de carióspsides germinadas que nos hablarían de la producción de malta como en otros yacimientos españoles: Fonollera (Gerona) y la Motilla del Azuer (Ciudad Real). Es más posible, por tanto, que esta gran cantidad de cebada, que en la mayoría de los casos corresponde a conjuntos cerrados de almacenamiento, estuviera destinada a la producción de harina, hecho que además parece estar apoyado por la presencia de molinos junto a estructuras de almacenaje.

Tanto de trigo como de cebada se han identificado segmentos de raquis aunque en pequeña cantidad. Los identificados hasta ahora pertenecen a *Triticum turgidum* subsp. *durum*, *T. aestivum* subsp. *vulgare* (Vill.) Mackey así como de *Hordeum vulgare* y algunos de otras gramíneas.

Otro cereal representado aunque en muy pequeña proporción es *Panicum/ Setaria* (mijo/panizo). La presencia de una veintena de carióspsides de esta especie presenta problemas ya que para este periodo y esta zona sólo se documenta en Fuente Alamo (Almería) (Stika, 1988) y en el Cerro de la Virgen en la provincia de Granada siendo más común a partir de la Edad del Hierro. Aunque hasta ahora se habían considerado como hallazgos aislados y quizá cuestionables (Hopf, 1991), parece que empieza a demostrarse su existencia para esta zona.

Leguminosas:

Las leguminosas aparecen representadas por habas (*Vicia faba* L.), guisantes (*Pisum sativum* L.) y algunos ejemplares de identificación dudosa *Vicia/Lathyrus* sp. Quizá lo más interesante sea el caso de los guisantes que hasta ahora sólo

habían aparecido en dos muestras del corte 15 y en un número de 7. Su presencia en la Península Ibérica está muy poco atestiguada, ya que en todos los casos no superan el número de dos o tres ejemplares (Buxó, 1991). Su interpretación resulta bastante problemática debido a que en una de las muestras (216) el cultivo dominante es la cebada y la otra muestra (105) aparece dominada por semillas de una labiada tipo Satureja.

Aunque la existencia de habas en niveles neolíticos en la P. Ibérica se conoce, es a partir del calcolítico cuando empieza a ser más habitual siendo la leguminosa más común en los yacimientos españoles. En nuestro estudio la *Vicia faba* aparece sólo en uno de los cortes (el 21) y con un ejemplar entero y 14 fragmentos. En los restantes casos se trata de 18 fragmentos procedentes del corte 15 clasificados como *Vicia sp.* (es decir indeterminado) o bien de *Vicia/Lathyrus sp.* (podría tratarse o bien de miembros del género *Vicia* o del género *Lathyrus*).

El tema de la presencia de leguminosas en el registro arqueobotánico plantea bastantes interrogantes como ya se ha puesto de manifiesto numerosas veces (Buxó, 1991). El papel de las leguminosas como fijadoras de nutrientes ha sido explotado desde la antigüedad. Sin embargo, es difícil llegar a saber si en época prehistórica se conocían estas prácticas y si realmente existía una rotación de cultivos (cereales/leguminosas). Se ha sugerido (Buxó, 1991) la posibilidad de que este bajo número de leguminosas en los yacimientos españoles podría interpretarse como semillas residuales de cosechas anteriores. Sin embargo surgen interrogantes sobre las causas por las cuales sí se conservarían cereales en cantidad suficiente como para poder hablar de cultivos y no de leguminosas. Por otra parte hay que tener en cuenta la posibilidad de cultivos en los que cereales y leguminosas se mezclan (mixcropping), o incluso leguminosas de diferentes especies (Butler, 1990).

Entre las plantas cultivadas distintas a cereales y leguminosas destaca la presencia del lino (*Linum bienne/usitatissimum*). Morfológicamente es difícil diferenciar la especie silvestre (*L. bienne*) de la domesticada (*L. usitatissimum*), sin embargo, el hallazgo de numerosas pesas de telar en el yacimiento parece apoyar más la hipótesis de lino cultivado. No hay que olvidar tampoco que desde la antigüedad el lino ha sido también explotado por su contenido en aceite (la linaza).

Sorbus/Pyrus sp.: Se han descrito algunas semillas que parecen responder a las características de estas dos especies sin que nos podamos decantar por una u otra. La utilización de los frutos silvestres antes de su domesticación está bien atestiguada aunque en el caso de la pera desconocemos cuando se produjo este paso. Restos de frutos carbonizadas aparecen desde el Neolítico en yacimientos arqueológicos europeos (Zohary and Hopf, 1988). Los primeros datos seguros sobre su cultivo proceden de las fuentes clásicas.

Quercus sp. Aunque no se han recuperado fragmentos de cáscaras de bellota

ni fragmentos grandes de cotiledones, sí han aparecido fragmentos minúsculos de lo que parece corresponder a pequeños trozos de cotiledones de bellotas identificados a través del estudio del parénquima [ver c)].

b) Plantas silvestres

Además de las plantas cultivadas se han recuperado numerosas semillas de plantas silvestres que en la mayoría de los casos parecen responder a especies arvenses propias de los campos de cultivo y que, probablemente, crecerían en las zonas de cultivo junto a los cereales mencionados. Queremos hacer hincapié en el hecho de que su recuperación al igual que la de muchas otras especies de esta categoría jamás hubiera sido posible si no se hubiera utilizado el sistema de mallas ya mencionado.

Son numerosas las familias representadas con gran cantidad de semillas en la mayoría de los casos: Caryophyllaceae (*Cerastium sp.*, *Sagina sp.*, *Silene sp.* etc), Papaveraceae, Cruciferae, Malvaceae, Leguminosae (*Trigonella/Medicago sp.*, *Trifolium sp.*, *Cistus sp.*), Rubiaceae (*Galium sp.*), Labiatae (*Satureja sp.*), Scrophulariaceae (*Veronica sp.*), Valerianaceae, Campanulaceae, Compositae, Gramineae (*Phleum sp.*, *Festuca sp.*, *Eragrostis sp.*), etc.

En el caso de la jara (*Cistus sp.*) hay que señalar que su presencia está también atestiguada por la aparición de carbones.

Muchas de estas especies parecen responder, como ya se ha indicado anteriormente a la categoría de plantas adventicias que han llegado al yacimiento con el cereal recolectado. No hay que olvidar tampoco que algunas de ellas son plantas nitrófilas y que por lo tanto pudieron crecer en las inmediaciones del yacimiento por lo que su inclusión en el depósito puede deberse a múltiples causas. Existe una tercera posibilidad y es que algunas de las especies silvestres pudieran haber sido utilizadas por sus propiedades medicinales. Debido a que todavía quedan muestras por analizar preferimos esperar a completar el estudio y cuantificar los restos para extraer conclusiones más fiables.

c) Restos de parénquima

Entre los restos vegetales recuperados se encuentran una serie de fragmentos carbonizados de pequeño tamaño y apariencia amorfa que, en principio, planteaban problemas de identificación. Algunos de estos fragmentos han sido ya estudiados mientras otros permanecen a la espera. Estos ejemplares se observaron tanto con lupa binocular como con microscopio electrónico de barrido llegándose a la

conclusión de que se trataba de fragmentos de parénquima.

El parénquima, es un tipo de tejido compuesto de células vivas de paredes delgadas que, por lo general, se relacionan con el almacenamiento de carbohidratos, grasas o proteínas; por lo general es blando y es el tipo de tejido predominante en tubérculos y raíces (Hather, 1988). En Peñalosa el estudio de estos fragmentos ha proporcionado un tipo de información que no ha sido posible atestiguar a través de otro tipo de restos. Así, se ha podido detectar la presencia de rizomas de plantas acuáticas, fragmentos minúsculos de bellotas, fragmentos de hojas, partes carnosas de frutos muy ricos en azúcares, tubérculos, etc.

Los diferentes tipos de parénquima reflejan los diferentes tipos de hábitat de los que proceden y así es posible contribuir al conocimiento de los diferentes ecosistemas explotados por el grupo que habitaba el yacimiento. En Peñalosa, a través del estudio del parénquima, se ha documentado la existencia de plantas acuáticas, cuya presencia aparece reforzada por la aparición de semillas de estas mismas especies (*Typha sp.*).

En esta categoría de material ha sido posible identificar la presencia de numerosísimos fragmentos de pequeño tamaño (2 mm.) de lo que, tras numerosos experimentos de carbonización, parecen ser cotiledones de bellota (*Quercus sp.*). Hasta el momento no han aparecido bellotas enteras, cotiledones o fragmentos de cáscaras. La única evidencia que teníamos era la presencia de carbones de *Quercus sp.* (Rodríguez Ariza & Contreras Cortés, 1991).

La meticulosidad y planteamiento en la recuperación e identificación de fragmentos de tejidos de parénquima así como el trabajo llevado a cabo por colegas del Instituto de Arqueología de Londres pone de manifiesto que este tipo de material es recuperable en yacimientos arqueológicos como se ha demostrado en Peñalosa y que además abre nuevas vías de información sobre el tipo de recursos vegetales utilizados.

CONCLUSIONES

Las 45 muestras analizadas del yacimiento de la edad del Bronce de Peñalosa (Baños de la Encina. Jaén) ha proporcionado una gran cantidad de restos vegetales carbonizados, que permiten apuntar algunas de las especies consumidas en el yacimiento. Parece claro por la gran abundancia de restos, que los habitantes de Peñalosa tenían una dieta basada principalmente en el consumo de la cebada tanto en su variedad vestida como desnuda siendo la primera más común en el yacimiento. El trigo, en su mayoría perteneciente a las especies desnudas (*T. turgidum* subsp. *durum* y *T. aestivum* subsp. *vulgare*) parece jugar un papel secundario. Aunque en algunas muestras las carióspsides de trigo superan a las de

cebada se trata siempre de varias especies mezcladas y nunca de una sola. La mezcla de especies en un mismo campo de cultivo se ha interpretado como una prevención frente a posibles catástrofes y hay que recordar que todavía hoy en día es posible encontrar mezclas de diferentes especies cultivadas juntas.

Las leguminosas también parecen formar parte de la dieta ya que nos encontramos con al menos dos especies diferentes bien definidas (guisantes y habas) y otras que sólo han podido ser identificadas a nivel de género.

El aprovechamiento de recursos silvestres parece que constituye un complemento a la dieta (semillas de *Sorbus* /*Pyrus*, *Quercus* sp.). Por otra parte empieza a vislumbrarse el aprovechamiento de raíces y tubérculos así como de otros órganos subterráneos que sin duda jugaron un papel importante en la economía del yacimiento como parece demostrar el estudio del parénquima de Peñalosa. La abundancia de semillas de plantas silvestres es también notable y son muchas las familias representadas.

Aunque la riqueza del yacimiento en lo que a la variedad y cantidad de especies documentadas es evidente, preferimos no extraer conclusiones definitivas ya que todavía quedan muestras por analizar así como análisis estadísticos que aplicar.

BIBLIOGRAFIA

- BUTLER, A., (1990). *Legumes in Antiquity: a micromorphological investigation of seeds of the Viciae*. PhD. Thesis University College London.
- BUXÓ I CAPDEVILA, R., (1991). Algunos aspectos sobre la presencia de leguminosas en el Mediterráneo peninsular: nuevos datos de investigación de restos paleocarpológicos. En: Vila, A. (Coord.) *Nuevas Tendencias: Arqueología*. C. S. I. C.
- CONTRERAS, F. et al., (1989). Primera campaña de excavaciones en el yacimiento de la Edad del Bronce de Peñalosa (Baños de la Encina, Jaén). *Noticiario de Arqueología Andaluza 1986*. II, Sevilla.
- Contreras, F. et al., (1990). Segunda campaña de excavaciones en el yacimiento de la Edad del Bronce de Peñalosa (Baños de la Encina, Jaén). *Noticiario de Arqueología Andaluza 1987*. II, Sevilla.
- CONTRERAS, F. et al., (1991). Tercera campaña de excavaciones en el poblado de la Edad del Bronce de Peñalosa (Baños de la Encina, Jaén). *Noticiario de Arqueología Andaluza 1989*. II, Sevilla.
- CONTRERAS, F. et al., (en prensa). Primer avance metodológico del estudio de la cultura material del poblado de Peñalosa (Baños de la Encina, Jaén). *Anuario de Arqueología Andaluza 1990*. Sevilla.
- CONTRERAS, F. et al., (en prensa). Análisis histórico de las comunidades de la Edad del Bronce en la Depresión Linares-Bailén y estribaciones meridionales de Sierra Morena. Actuaciones en 1991. *Anuario de Arqueología Andaluza 1991*. II, Sevilla.
- CONTRERAS, F. et al., (en prep.) Avance al estudio de los ecofactos del poblado de Peñalosa (Baños de la Encina, Jaén). Una aproximación a la reconstrucción

medioambiental.

- HOPF, M., (1991). South and Southwest Europe. En: van Zeist, W., Wasylikowa, K. & Behre, K. E. (Eds.) *Progress in Old World Palaeoethnobotany*. Rotterdam.
- RODRÍGUEZ ARIZA, M. O. y CORTÉS, F., (1991). Contrastación antracológica entre dos complejos estructurales del yacimiento del Bronce de Peñalosa (Baños de la Encina. Jaén). En: *Arqueología medioambiental a través de los macrorrestos vegetales*. Madrid 1-8 Noviembre 1991.
- ZOHARY, D. & HOPF, M., (1988). *Domestication of Plants in the Old World*. Oxford. Clarendon Press.

EVOLUCIÓN DEL NÚCLEO URBANO DE ILIBERRI, EL ALBAICÍN, GRANADA

por

M^e A. Moreno Onorato*, A. Burgos Juárez* y M. Orfila Pons*

Resumen: Las diferentes actuaciones arqueológicas que se han ido desarrollando en el perímetro del barrio del Albaicín amplían de manera considerable el conocimiento que sobre el entramado urbano de la actual ciudad de Granada se tenía a través de la bibliografía. La secuencia estratigráfica obtenida conforma un hábitat ininterrumpido desde el Bronce Final hasta la actualidad con estructuras documentadas desde época Ibérica, si bien existe un hiatus entre el final del mundo romano tardío y el inicio de la ocupación islámica.

Palabras-clave: Ciudad Ibero-romana. Bronce Final. Epoca Medieval.

Las fuentes historiográficas anteriores a los años 80 sólo permiten señalar una ocupación del subsuelo de Granada desde época ibérica. Núcleo que a través de la documentación sabemos pertenecía al territorio de los bastetanos, bajo la denominación de Iliberri, pasando a obtener la categoría de municipio en época romana, como queda atestiguado en diversas fuentes literarias (Plinio Nat. Hist. III, 10; Ptol. II, 4) y epigráficas (Pastor; Mendoza, 1988).

Los resultados de diversas excavaciones, sistemáticas y de urgencia, en la ciudad de Granada obtenidas a partir de estos años¹, nos han permitido ampliar la secuencia cronocultural llevándola hasta momentos finales de la prehistoria (Edad del Bronce), así como matizar algunos de los períodos históricos ya identificados (fig. 1 y 2).

La investigación arqueológica dentro de un casco urbano planea numerosas dificultades que sólo a través de una recogida exhaustiva de datos y un control de

* Universidad de Granada.

¹Dirigidas por M. Sotomayor entre 1983-84 y posteriormente al transferirse las competencias a la Junta de Andalucía, se planteó un Proyecto de Investigación centrado en el barrio del Albaicín de Granada, dirigido por miembros del Departamento de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Granada. Los trabajos arqueológicos se han centrado en la excavación sistemática del Carmen de la Muralla y en diversos solares como actuaciones de urgencia.

las fuentes historiográficas puede ser resuelta convenientemente. El caso de Granada como ocurre con otras ciudades andaluzas es si cabe más problemático por la superposición masiva de estructuras y cambios de funcionalidad en los espacios ocupados en los sucesivos momentos históricos.

El ascenso a los vestigios arqueológicos de períodos concretos, como ocurre por ejemplo con el final del mundo romano y los primeros siglos de dominio islámico (s. V-VI al X-XI), se hace difícil porque los espacios a investigar son reducidos y escasos y sobretodo por las destrucciones que se producen en la época inmediatamente posterior.

Con estos nuevos datos la secuencia histórica quedaría establecida de la siguiente forma:

PREHISTORIA RECIENTE (BRONCE FINAL)

Sobre el sustrato natural identificado, en la zona más elevada² de la colina del Albaicín como formación Alhambra, y en la zona más cercana a la Vega³ denominada como formación Vega Alta, aparecieron una serie de fragmentos de cerámica prehistórica pertenecientes al Bronce Final. En todos los casos los hallazgos cerámicos no se localizan asociados a estructuras, ahora bien, su grado de rodamiento nos informa de la existencia de un hábitat próximo a los mismos (fig. 3, a).

PROTOIBÉRICO

Se caracteriza por la presencia de formas cerámicas de tipología que nos recuerdan al mundo fenicio, como son los platos de barníz rojo (fig. 3, c) y una lucerna que no podemos considerarla como típica al no presentar el borde diferenciado (fig. 3, b), si bien se conocen algunos ejemplares en yacimientos cercanos no costeros, con estas características, uno en el Cerro de la Mora (Carrasco et al. 1981) y otro en El Manzanil (Pachon et al. 1983). El fragmento de lucerna que nos referimos no presenta ningún tipo de tratamiento en su superficie así como tampoco podemos precisar si el ejemplar era de uno o dos picos. Cronológicamente las lucernas típicas, como sería el caso de las halladas en zonas costeras (Aubert, 1974; Gran Aymerich, 1981) están datadas en el siglo VIII a. C. El caso que nos ocupa, dadas sus características formales, debe adscribirse al s. VII a. C. al

² Carmen de la Muralla.

³ San José, Gran Vía y Calle Espino.

considerarlo como una pieza evolucionada de los modelos más antiguos ya referidos.

Es corriente en los ámbitos costeros fenicios la identificación de piezas procedentes del mundo heleno, en muchos casos utilizadas para fechar conjuntos de materiales indígenas que aparecen asociados a ellos (Cabrera, 1985; Rouillard, 1985). En el Carmen de la Muralla se han localizado dos fragmentos de copas jónicas del tipo B2 (fig. 4, f), datadas en el siglo VI a. C. (Adroher 1990, p. 147). Desgraciadamente aparecieron en un estrato de relleno, sin posibilidad de adscripción estratigráfica concreta.

Un hecho que llama la atención es la casi total ausencia en esta fase de cerámica a mano, sí presente en otros yacimientos de esta cronología (Carrasco et al. 1982), lo que nos indicaría la gran aceptación en la utilización del torno en esta zona granadina.

En cuanto a la cerámica indígena, podemos señalar el dominio de formas abiertas respecto a las cerradas, fundamentalmente platos con borde exvasado de claro recuerdo fenicio (fig. 3, d, e, f). Atendiendo a la decoración se utiliza básicamente la pintura y el engobe siendo los colores empleados el rojo y el negro o la combinación de ellos (fig. 3, g). Los motivos decorativos predominantes son las bandas rojas alternadas con filetes negros. Característico de esta fase protoibérica es la presencia de goterones de pintura tanto roja como negra en el interior de las formas cerradas. También aparecen algunos fragmentos con engalba.

Del conjunto cerámico podemos destacar la gran cantidad de grafitos, fundamentalmente en platos o fuentes de pasta gris, situados en la parte inferior exterior formando motivos lineales en aspa en la mayoría de los casos (fig. 4, b). En menor cantidad estos modelos decorativos se localizan en yacimientos cercanos como el Cerro de los Infantes, La Mesa de Fornes y el Cerro de La Mora (Pachon et al. 1979). También se asocian estos grafitos, en menor medida, sobre ánfora, sin que por el momento podamos precisar una preferencia específica a la hora de situar estos modelos decorativos⁴. Completa este conjunto cerámico un nutrido grupo de ánforas de ombro marcado (fig. 4, a).

La cronología dada para esta fase es del siglo VII e inicios del VI a. C.

IBERICO ANTIGUO

En esta fase se observa claramente como existe un abandono progresivo de las formas de reminiscencia fenicia disminuyendo por tanto su porcentaje en relación a las formas indígenas.

⁴ Este material está siendo estudiado por F. J. Barturen Barroso.

Entre estos tipos indígenas se produce un equilibrio entre formas abiertas y cerradas, destacando en todo caso los platos de borde engrosado tanto en cerámica común como gris y pintada (fig. 4, d, e).

Respecto a la decoración, es básicamente la misma que aparece en la fase protoibérica se bien se aprecia un enriquecimiento de los tipos decorativos, fundamentalmente de círculos concéntricos, predominando las bandas rojas alternando con filetes negros (fig. 4, c). En este momento van desapareciendo los goterones interiores que presentaban los vasos cerrados así como la engalba. También desaparecen los motivos decorativos incisos característicos de las cerámicas grises de la fase anterior.

El abanico cronológico que abarca esta fase va desde mediados del siglo VI al V a. C.

En el solar de la calle Maria La Miel, en el Albaicín, es en donde se localizan estructuras de muros pertenecientes, según sus excavadores a un momento antiguo dentro de esta fase ibérica (Lizcano et al. 1987; Raya et al. 1987).

IBÉRICO PLENO

La investigación arqueológica iniciada a partir de los años 80 solo ha permitido documentar una serie de fragmentos cerámicos adscribibles a este período, sin que exista una relación directa con estructuras⁵. Sin embargo la bibliografía que disponemos de años anteriores nos informa de la existencia de un importante núcleo de población atestiguado por la localización de dos necrópolis, una conocida desde el siglo pasado ubicada en la colina del Mauror (Gomez-Moreno, 1899, p. 28) y otra, la del Mirador de Rolando. Los ajuares de esta última necrópolis, depositados en el Museo Arqueológico Provincial de Granada, fruto de sucesivas expoliaciones en los años 50, fueron estudiados por A. Arribas (Arribas, 1967) (fig. 5, a-h). Del conjunto puede destacarse piezas de armamento, como falcatas, puntas de lanza, *soliferrum*, etc.; restos de ruedas de carro, un oinochoe de bronce, un braserillo del mismo material y una tapadera cerámica del ámbito fenicio. Junto a estos materiales abundan las vasijas típicas de los complejos funerarios ibéricos. Una pieza que se ha utilizado para datar estos hallazgos es un kylix ático del s. V o inicios del IV a. C.

A esta fase corresponden también otra serie de piezas de importación de procedencia griega, nos referimos a las aparecidas en la excavación realizada

⁵ Las referencias a este conjunto de materiale estan incluidas en la Memoria Final que se está realizando es estos momentos.

en la calle Espino⁶: varios fragmentos de figuras rojas áticas y barníz negro (fig. 5, l).

ROMAMO REPUBLICANO

Como consecuencia de la conquista militar, por parte de los romanos, de los territorios bajo el dominio cartaginés en la Península Ibérica durante la II Guerra Púnica, Iliberri pasó a pertenecer a Roma, entre los años 180-179. Fue incluida en la provincia Ulterior, dentro de la Regio Bastetania, hasta la creación de la Bética por parte de Augusto (Molina; Roldan, 1983, pp. 166-170).

Durante los dos siglos anteriores al cambio de Era se fueron produciendo una serie de cambios que generarán en un lento proceso de romanización de la población ibérica, aunque con una gran fuerza de la tradición indígena reflejada en su propia cultura material. Esta sea quizás la razón por la que en numerosas ocasiones se haga referencia a este periodo como Ibero-romano⁷, cuando realmente se está ya dentro de la administración Romano Republicana.

Arqueológicamente este proceso de romanización en Iliberri sobre la población autóctona se ha podido identificar a dos niveles: Restos inmuebles y muebles. Referentes a los primeros, los datos extraídos de la excavación en el Carmen de la Muralla nos informan de una serie de restos de estructuras defensivas (Sotomayor et al., 1984; Roca et al., 1988) y de un edificio, que si bien por sus características puede ser público no contamos por el momento con datos suficientes como para mantener esta afirmación⁸. Parte de este recinto amurallado, que configuraría la ciudad, sería reutilizado con la misma función defensiva tanto en época romana como en época medieval hasta la construcción de la muralla zirí.

Por otra parte, en cuanto a los restos muebles destacamos la aparición, junto a cerámicas ibéricas, de algunos fragmentos de importación. En el Carmen de La Muralla se han recogido, entre otros, uno de campaniense A de palmetas, uno de campaniense B (fig. 5, k), y otro de aretina de barníz negro. Estos materiales nos permiten abarcar un abanico cronológico que va desde la primera mitad del siglo II y siglo I a. C. (Adroher, 1990).

Otro hecho que refuerza este proceso de culturalización es la imitación de formas cerámicas foraneas y en especial romanas dentro de la producción indíge-

⁶ Referencia recogida en la Memoria preliminar de la excavación de urgencia de 1991 realizada en este solar y dirigida por A. Adroher, B. Risueño, A. Lopez y J. M. Perez (en prensa).

⁷ Consideramos que la terminología de ibero-romano, utilizada en general por numerosos investigadores a la hora de referirse a los dos siglos anteriores al cambio de Era, debiera ser sustituida por Romano Republicano, por la razón expuesta en el texto.

⁸ Su ubicación en el límite del solar no nos permite ampliar la zona de excavación.

na. Destacamos la aparición, en la campaña de excavación sistemática del año 1983-84, de fragmentos de copas-lucernas ibéricas (Sotomayor et al. 1984, p. 27, fig. 23) que recuerdan perfiles de piezas de barniz negro republicanas (fig. 5, i, j). Estos pequeños cuencos o páteras con borde reentrante y base con pie tienen su máximo apogeo durante los siglos III y I a. C. (Vaquerizo, 1989).

Ahora bien, consideramos que las monedas son las que más claramente reflejan ese hecho. Es sobre la epigrafía monetar, con grafía ibérica, cuando por primera vez aparece escrito el toponimo *Iliberri* (fig. 5, m), concretamente en acuñaciones del siglo II a. C., pero realizadas bajo un sistema métrico romano, el uncial (Villaronga, 1979, p. 122)⁹. Iturir es la transcripción del ibérico utilizada por Villaronga a la hora de clasificar estas acuñaciones (Villaronga, 1979, p. 122), que es por otra parte la utilizada habitualmente. El hecho de que la escritura del nombre de la ciudad esté en esta lengua puede interpretarse como un signo de la fuerza que aún conserva la organización y la cultura ibérica en estos momentos. Esta fuerza se irá debilitando progresivamente a mediados del siglo I como lo reflejan la leyenda de las acuñaciones escritas ya en latín (fig. 5, n)¹⁰ (Villaronga, 1979, p. 232). Ello se puede interpretar como signo de decadencia de la cultura ibérica frente a la romanización generalizada de la sociedad. En estas fechas es cuando aparecen las acuñaciones con leyenda latina bajo el nombre de *Iliberri*.

Difícil de interpretar son las series emitidas en leyenda latina *Florentia*, tanto por la diversidad de opiniones en cuanto a las dataciones de su momento de acuñación, como por el significado dado al mismo desde el punto de vista histórico: como prueba de la concesión, por parte de Cesar, de algún tipo de privilegio¹¹. Este adjetivo aparece en una única fuente literaria que nos informa de la denominación completa de este núcleo en época romana (Plinio, Historia Natural

⁹ Son varias las transcripciones del topónimo: *Iturir*, *Iurir*, *Ildubeibe* o *Iliberri* (Molina, F.; Roldan, J. M. 1983, p. 179, tomando éstos las referencias de los investigadores Gomez-Moreno, Tovar, Unterman, Guadan y Villaronga).

¹⁰ Los dibujos m y n de la fig. 5 proceden de la publicación Molina, F.; Roldan, J. M. 1983, p. 185, lam. 5.

¹¹ Son muchas las referencias bibliográficas en las que se relaciona la municipalización de *Iliberri* y la incorporación del adjetivo florentino en su denominación como consecuencia de los favores cesarianos concedidos en su apoyo, durante las Guerras Civiles, contra los pompeyanos (Molina; Roldan, 1983, p. 181). *Iliberri* no es el único núcleo urbano al que se asocia históricamente municipalización y adjetivo. El análisis de las referencias históricas que hacen mención a este tema difiere según el autor que se consulte, En concreto nos estamos refiriendo a la interpretación que se ha hecho sobre la promoción jurídica y el carácter que asumirían en ese momento dichos núcleos (Marín, M^o A., 1988, p. 220; Brunt, P. A. *Italian Manpower 225 B. C. - A. D. 14*, Oxford, 1971). Citemos también la opinión de Hoyos, B. D (Hoyos, B. D., Pliny the Elder's titled Baetican towns: obscurities, errors and origins, *Historia XXVIII*, 4, p. 439-471, 1979) apoyado en Henderson (Henderson, M. I., Julius Caesar and Latin in Spain, *Journal Roman Studies* 32, p. 1-5, 1942) en cuanto a la datación cesariana de la promoción a un estatus privilegiado que si bien se puede mantener, no es un hecho probado totalmente. No se olvida tampoco el estatus que implicaría el tener estos cognomina que tanto podrían ser de colonia latina o municipios con derecho latino, basándose en las

III 10), en la que aparece textualmente *Iliberri quod Florentinum*¹². Del mismo modo que se documenta sobre inscripciones epigráficas, entre ellos C. I. L. II ns⁹ 1572. 2070. 5505=2072; 2074. 2077. 2079. 2085.

ROMANO IMPERIAL HASTA LA ANTIGÜEDAD TARDÍA

Si hemos hablado de la II Guerra Púnica como el momento de incorporación de estas tierras al ámbito romano, son las Guerras Civiles las que marcarán el momento de la plena romanización. El apoyo dado por los Iliberritanos a Cesar hace que éste les conceda una serie de privilegios, materializados posiblemente en época de Augusto. Este hecho coincidirá con el inicio del Imperio Romano.

El escaso conocimiento que poseemos de la ciudad en época Imperial y durante la Antigüedad Tardía se debe fundamentalmente a las razones ya expuestas en párrafos anteriores, cuando se hacía referencia a la falta de excavaciones en aquellos solares puntuales que podrían ofrecer respuestas concretas sobre su funcionamiento.

Así pues, los únicos datos con que contamos, a nivel arqueológico, vienen referidos por una parte de actuaciones antiguas y por otra a las registradas por nosotros mismos dentro de un Proyecto de Investigación. En el siglo XVIII Juan de Flores realizó una serie de “trabajos arqueológicos” que dieron como resultado la localización de un espacio abierto público, en el que aparecieron toda una serie de inscripciones de tipo honorífico y monumental, que aún hoy nos permiten interpretar como pertenecientes al foro de la ciudad¹³, citándose incluso en algunas de ellas explícitamente al foro y a la curia (C. I. L. II 2084=5508 y C. I. L. II 2083=5507).

Por otro lado, fruto de la investigación actual, son los restos de una zona de alfar en la que podemos distinguir dos hornos, uno de sigillata y otro de materiales de construcción, así como de una serie de dependencias de funcionalidad desconocida por el momento¹⁴.

actuaciones de Cesar en otros lugares, lo que lleva a Galsterer a proponer considerar estas ciudades como privilegiadas sin especificar su estatus. Y como Roldan indica “con nombres de prestigio antiguos o nuevos”, quedando Iliberri como una de las 45 ciudades privilegiadas de la Bética del total de 175 comunidades urbanas existentes” (Molina; Roldan, 1983, p. 206).

¹² Roldan aclara que en los manuscritos se transmite *Iliberri, quod Liberini*, error en sin duda, ya que la documentación epigráfica es muy clara y precisa en este punto: *municipium Florentinum Iliberritanum* (CIL II 1572. 2070. 5505=2072) , (Molina, F.; Roldan, J. M. 1983, p. 181, nota 79).

¹³ Es conocido el suceso de las falsificaciones llevadas a cabo por Flores, identificadas ya en el mismo siglo XVIII , como también lo es el hecho de que una parte de sus descubrimientos son ciertos (Sotomayor, 1986; 1988).

¹⁴ Referencias recogidas en Sotomayor et al., 1984 y en la Memoria de la campaña de excavación de 1991, en prensa.

En estos primeros momentos del Imperio, al igual que ocurriera en la etapa Republicana, queda constancia de la pervivencia de la tradición indígena como se observa en el gusto por la cerámica pintada que recuerda a las decoraciones ibéricas. Es significativo, por tanto, el hecho de encontrarnos con este tipo de cerámicas en el momento en que existe un horno que esta produciendo la vajilla típica, la sigillata.

Junto a estas estructuras, y estando algunas de ellas posiblemente cubiertas por la misma, se ubicó parte del lienzo de la muralla de época romana, de difícil datación dadas las remodelaciones posteriores, que cerraba la ciudad por el lado norte.

La arqueología ha generado menos documentación para el Albaicín a partir del siglo III e inicios de la ocupación islámica, algunos hallazgos nos permiten continuar la secuencia: desde fragmentos de cerámica datadas entre los siglos IV a inicios del VII, a la necrópolis romana tardía en la calle Panaderos, excavada en los años 80 (Burgos et al., 1991) o la inscripción del siglo VII en la calle del Agua (Vives núm. 309), hallada el siglo pasado, serían parte de estos datos tardíos romanos¹⁵. No olvidemos, no obstante, que la vida continuaba en la ciudad, la datación tardía para la villa perteneciente al hinterland de Florentia Iliberritana, ubicada en la actual calle Primavera es testimonio de ello.

MEDIEVAL HASTA LA ACTUALIDAD

La ciudad árabe a partir del siglo XI está bien representada a través de los datos que nos proporciona el registro arqueológico. Estos datos que coinciden con lo que fué la consolidación de la ciudad por los ziríes tras el desmoronamiento del Califato Omeya, atestiguan un habitat urbano sobretodo, que ocuparía la colina del Albaicín franqueada por una potente muralla y por una serie de almunias localizadas algunas de ellas en la parte baja de la Granada actual.

La excavación en el solar del Carmen de la Muralla revela la importancia que tuvo la ciudad en esta época. Los ziríes refuerzan en principio la antigua muralla existente para poco tiempo despues construir una nueva avanzando sobre el barranco (Cuesta de la Alhacaba). El foso entre ambas murallas se mantiene durante toda la Edad Media y comienza a rellenarse tras la conquista cristiana. La demolición del recinto interior unificó las zonas correspondientes al foso y al espacio urbano interior a la Alcazaba Cadima.

¹⁵ Para la redacción de este texto hemos tenido en cuenta todas las referencias históricas aparecidas en las fuentes literarias aunque sólo se incluya la documentación arqueológica.

Entre los siglos XII-XV se produce un desarrollo de la población entre la Alcazaba Cadima y el Cerro de San Miguel (Burgos et al., 1991) al tiempo que desaparece el alcázar tras el desarrollo de los palacios de la Alhambra.

Los siglos posteriores hasta prácticamente nuestros días están presentes en el perímetro del Albaicín con elementos que indican asociaciones de continuidad del habitat que configura la permanencia de la población.

BIBLIOGRAFÍA

- ADROHER, A., 1990: *Arqueología y registro cerámica. La cerámica de Barníz Negro en Andalucía Oriental*. Tesis Doctoral, Unv. Granada, Granada.
- ARRIBAS, A., 1967: La necrópolis bastitana del Mirador de Rolando (Granada, *Pyrenae* 3, pp. 67-105, Barcelona.
- AUBET, M. E., 1974: Excavaciones en Las Chorreras, Mezquitilla, Málaga. *Pyrenae* 10, pp. 79 y ss., Barcelona.
- BURGOS, A.; LOPEZ, J.; ROSALES, J., 1991: Excavación de urgencia en el solar situado en La Cruz de La Rauda del Albaicín, Granada *Anuario de Arqueología Andaluza 1989*, pp. 196-198, Sevilla.
- BURGOS, A.; MORENO, M^o A., 1991: Excavación de urgencia en el solar situado en la calle Panaderos nº 21-23 del Albaicín, Granada. *Anuario de Arqueología Andaluza 1989*, pp. 192-195, Sevilla.
- CABRERA BONET, P., 1985: Nuevos fragmentos de cerámica griega de Huelva, *Ceràmiques greques i helenístiques a la Península Ibèrica*. Taula Rodona amb motiu del 75^o Aniversari de les excavacions d'Empúries, Monografies Emporitanes VII, pp. 43-57. Barcelona.
- CARRASCO, J.; PASTOR, M.; PACHON, J. A., 1981: Cerro de La Mora, Moraleda de Zafayona. Resultados preliminares de la segunda campaña de excavaciones. *Cuadernos de Prehistoria de Granada* 6, pp. 307-354, Granada.
- CARRASCO, J.; PASTOR, M.; PACHON, J. A., 1982: Cerro de La Mora I, Moraleda de Zafayona, Granada. Excavaciones de 1979. *Noticiario Arqueológico Hispánico* 13, pp. 1-164, Madrid.
- GOMEZ MORENO, M., 1889: *Monumentos romanos y visigóticos en Granada*, Granada.
- GRAN AYMERICH, J., 1981: Excavaciones arqueológicas en la región de Veñez Málaga, campaña de 1973. *Noticiario Arqueológico Hispánico* 12, pp. 249-374, Madrid.
- LIZCANO, R.; MORENO, M^o A.; ROCA, M., 1987: Excavación de urgencia en el solar de la calle María La Miel esquina a San Nicolás Nuevo en el Albaicín de Granada, *Anuario de Arqueología Andaluza 1985*, pp. 166-170, Sevilla.
- MOLINA GONZALEZ, F.; ROLDAN, J. M., 1983: *Historia de Granada, I. De las primeras culturas al islam*. Granada.
- PACHON, J. A.; CARRASCO, J.; PASTOR, M., 1979: Protohistoria de la cuenca alta del Genil. *Cuadernos de Prehistoria de Granada* 4, pp. 295-340, Granada.
- PACHON, J. A.; CARRASCO, J.; GAMIZ, J., 1983: Sobre cuestiones de protohistoria: algunos hallazgos de Loja. *Cuadernos de Prehistoria de Granada* 8, pp. 325-342, Granada.
- PASTOR, M.; MENDOZA, A., 1988: *Inscripciones latinas de la provincia de Granada*,

Granada.

- RAYA, M.; BURGOS, A.; ROCA, M., 1987: Excavación de urgencia en el solar situado en la calle Maria La Miel esquina San Nicolás Nuevo en el Albaicín de Granada. *Anuario de Arqueología Andaluza 1986*, pp. 132-133, Sevilla.
- ROCA, M.; MORENO, M^o A.; LIZCANO, R., 1988: *El Albaicín y los orígenes de la ciudad de Granada*, Universidad de Granada, Granada.
- ROUILLARD, P., 1985: Les céramiques grecques archaïques et classiques en Andalousie: acquis et aproches, *Ceràmiques grecques i helenístiques a la Península Ibèrica*. Taula Rodona amb motiu del 75^o Aniversari de les excavacions d'Empúries, Monografies Emporitanes VII, pp. 37-42. Barcelona.
- SOTOMAYOR, M., 1986: Excavaciones arqueológicas en la Alcazaba de Granada, *Miscelánea Augusto Segovia*, pp. 243 y ss., Granada.
- SOTOMAYOR, M., 1988: *Cultura y Picaresca en la Granada de la Ilustración. Don Juan de Flores y Oddouz*. Universidad de Granada. Centro de Estudios Históricos de Granada y su Reino, Granada.
- SOTOMAYOR, M.; SOLA, A.; CHOCLAN, C., 1984: *Los mas antiguos vestigios de la Granada ibero-romana y árabe*, Granada.
- VAQUERIZO GIL, D., 1989: Ensayo de sistematización de la cerámica ibérica de las necrópolis de Almedinilla (Cordoba), *Lucentum VII-VIII*, pp. 103-132, Alicante.
- VILLARONGA, L., 1979: *Numismática antigua de Hispania*, Barcelona.



Fig. 1 — Situación y localización de las diferentes actuaciones arqueológicas desarrolladas dentro del Proyecto de Investigación.

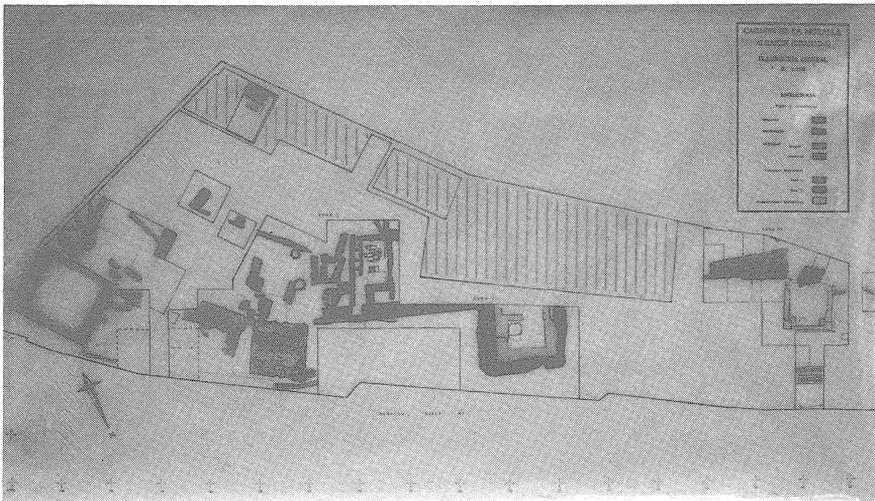


Fig. 2 — Planimetría general del Carmen de la Muralla (Albaicín, Granada) tras la Campaña de 1991.

Est. II

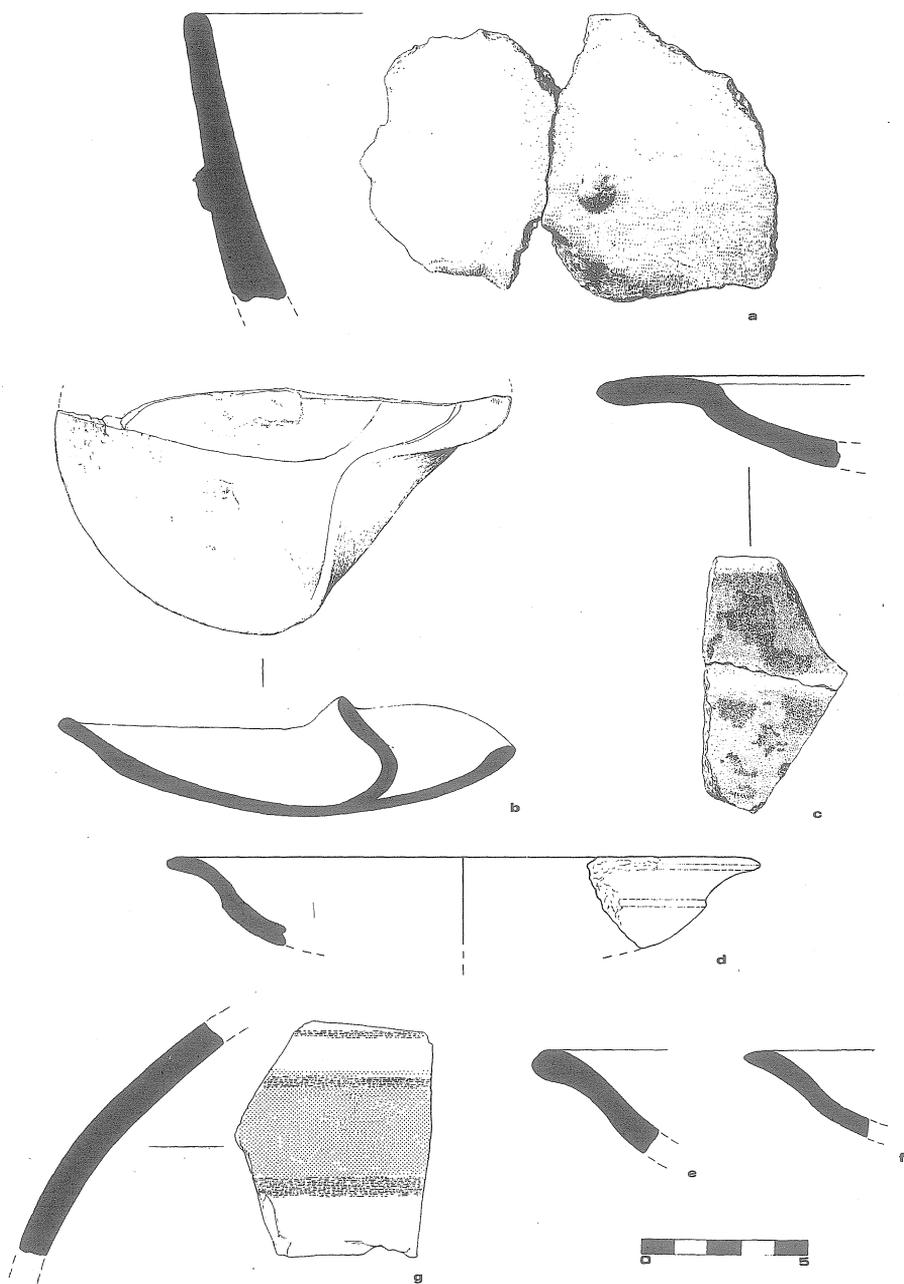


Fig. 3.

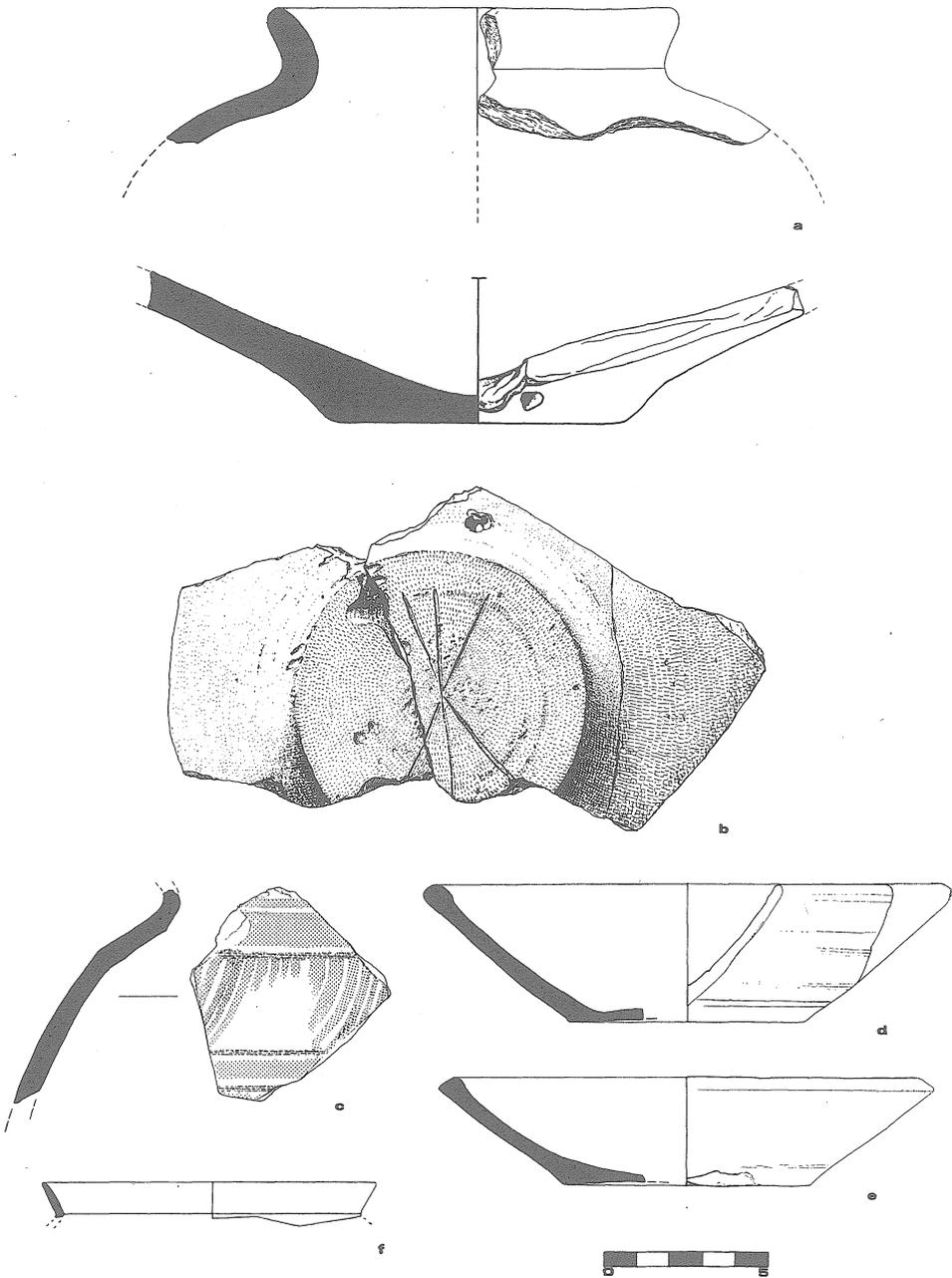


Fig. 4.

Est. IV

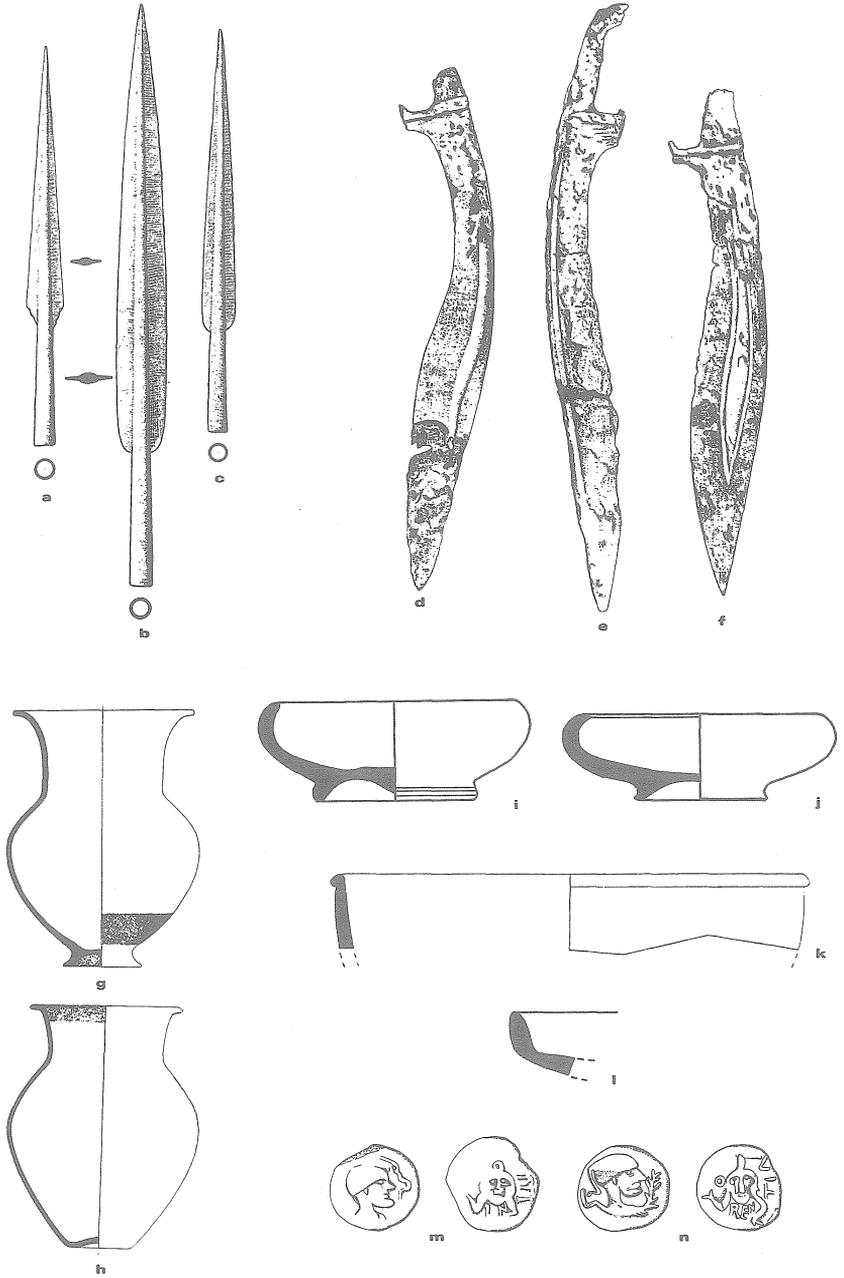


Fig. 5.

ASPECTOS FUNCIONALES DE LA CERÁMICA IBÉRICA

por

José Manuel Melchor Monserrat*

Resumen: A comunicação pretende analisar a distribuição de cerâmica em alguns povoados da zona litoral da costa oriental da Península Ibérica. O resultado que se obtém da associação das peças, da sua relação com os outros elementos presentes nos povoados e de um sistema tipológico aplicado à cerâmica indígena entre os séculos V e I A.C. consiste numa valorização das formas de utilização dessas peças, da relação forma-tipo-função prática. Os resultados podem ser tomados como uma amostra significativa e um modelo possivelmente aplicável a muitas outras zonas de toda a península.

Palabras-clave: Cerâmica proto-histórica. Microespaço. Análise tipológica.

INTRODUCCIÓN

Este trabajo pretende establecer una aproximación a la función que desempeñan las cerámicas dentro de lo que se llama la *Cultura Ibérica*, por lo que dice respecto a su utilidad y función primordial, combinando datos de carácter antropológico con los datos obtenidos por nuestra propia investigación. Dos serán las condiciones que evidentemente influirán en este estudio: la asociación con otros elementos dentro de su relación inmediata a la hora de su utilización; como por ejemplo los hogares y la cerámica llamada *de cocina*, el metal y los recipientes utilizados en un taller, los objetos y zonas de culto junto a la cerámica encontrada allí, etc... y las huellas que producen estas asociaciones en la cerámica¹.

En primer lugar intentaremos resumir las principales variables que actúan sobre la cerámica, como por ejemplo la duración, composición, longevidad, huellas de uso, análisis espaciales de función, etc...² y en segundo lugar estudiaremos las huellas de uso en la cerámica.

* Universitat de Valencia.

¹ Con la intención de resumir esta comunicación y enfocar el tema nos ceñiremos principalmente a este segundo apartado.

² La mayoría de estos datos nos vendrán por fuentes antropológicas, dada la dificultad de obtener este tipo de datos de la cultura ibérica.

La elección de los yacimientos se llevó a cabo dentro de una zona geográfica próxima, seleccionamos el poblado ibérico de *La Serreta de Alcoi* (Alicante - España) como fuente principal de muestras cerámicas, que es además la base de nuestra Tesis de Licenciatura.

CUESTIONES PRACTICAS SOBRE LA CERÁMICA

Uno de los aspectos importantes por lo que se refiere a la cerámica, son la ausencia de estudios relativos a sus propios referentes, que sin duda influyen en las características que presentan al ser sacadas a la luz por el arqueólogo³; sin pretender hacer un recuento exhaustivo, simplemente relacionaremos algunas bastante importantes por su característica de cifra indicadora; ya que muchos datos concretos son obtenidos por medio de técnicas de antropología cultural, y nos resistimos a una aplicación directa de estas a la Antigüedad.

Al interpretar los hallazgos cerámicos, se dejan a un lado consideraciones tan importantes como por ejemplo la duración de una vasija desde su fabricación. Este dato afecta profundamente la demanda de nuevas piezas y se relaciona con la necesidad de la existencia de alfareros especializados en poblados⁴ o de la auto-suficiencia de cada unidad de hábitat en la cerámica por lo que se refiere a producción propia o importación de piezas. La longevidad de las piezas se debe principalmente a tres factores: la resistencia mecánica de la pieza⁵, el segundo es el valor de la pieza⁶ y el tercero es su forma de utilización⁷ (ARNOLD, 1983: 153).

Otro factor que actúa sobre estos es el cambio de utilización de los recipientes. Tenemos el ejemplo de los habitantes de Kalinga, que cuando las concreciones en el interior de los vasos de cocina empiezan a dar un mal gusto a la comida, utilizan estas vasijas para otros fines (ARNOLD, 1983: 155). Con

³ Pensemos en que; por ejemplo: una de las necesidades de un taller cerámico es la ubicación central en el poblado, o como mínimo una buena comunicación que permita una facilidad a la hora de colocar su producto en el mercado. También es necesaria la proximidad de un centro de consumo importante para la rápida colocación de la producción.

⁴ Posiblemente en poblados pequeños, un alfarero no podría vivir de esa actividad, pues sería un elemento inactivo durante bastante tiempo, lo que podría llevarle a compaginar la alfarería con otras actividades artesanales. Por otro lado en poblados grandes la demanda de cerámica podría auto-sostenerse de una forma limitada.

⁵ Por ejemplo: cuanto mayor la temperatura de cocción de la pieza, mayor es su resistencia.

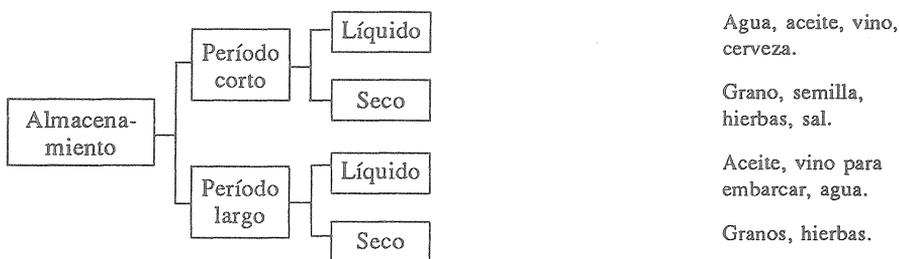
⁶ Aquí encontraríamos referencias al valor superior de una cerámica importada o fina respecto a otras, o las "modas" en la utilización de determinadas formas cerámicas. Cuanto mayor sea su valor y más tarde en caer en desuso, mayor será su longevidad.

⁷ Obviamente una gran tinaja que permanece arrinconada, sin movimiento y sirviendo como recipiente tarda mucho más en romperse que una escudilla llevada constantemente al fuego o un elemento de utilización y transporte cotidiano.

esto la longevidad de las piezas se puede ver modificada o ampliada. Algunos ejemplos de edades de cerámicas⁸ obtenidas de distintas tribus modernas y ciudad rurales mejicanas son de una forma resumida (cifras correspondientes a años)⁹: Pequeños cuencos cocina (Expectativa ± 0.96), Grandes elementos cocina (± 6.3), Cerámica de almacenamiento (± 6.5), Piezas de uso doméstico (± 1) y Piezas rituales (± 10). Como elemento complementario, debemos añadir que el número medio de vasijas substituidas por años y grupo familiar en distintas tribus del mundo (ARNOLD, 1983: 155) es de 3,6 piezas. No queremos transportar directamente estos datos a la cerámica ibérica, pero los consideramos interesantes puntos de referencia.

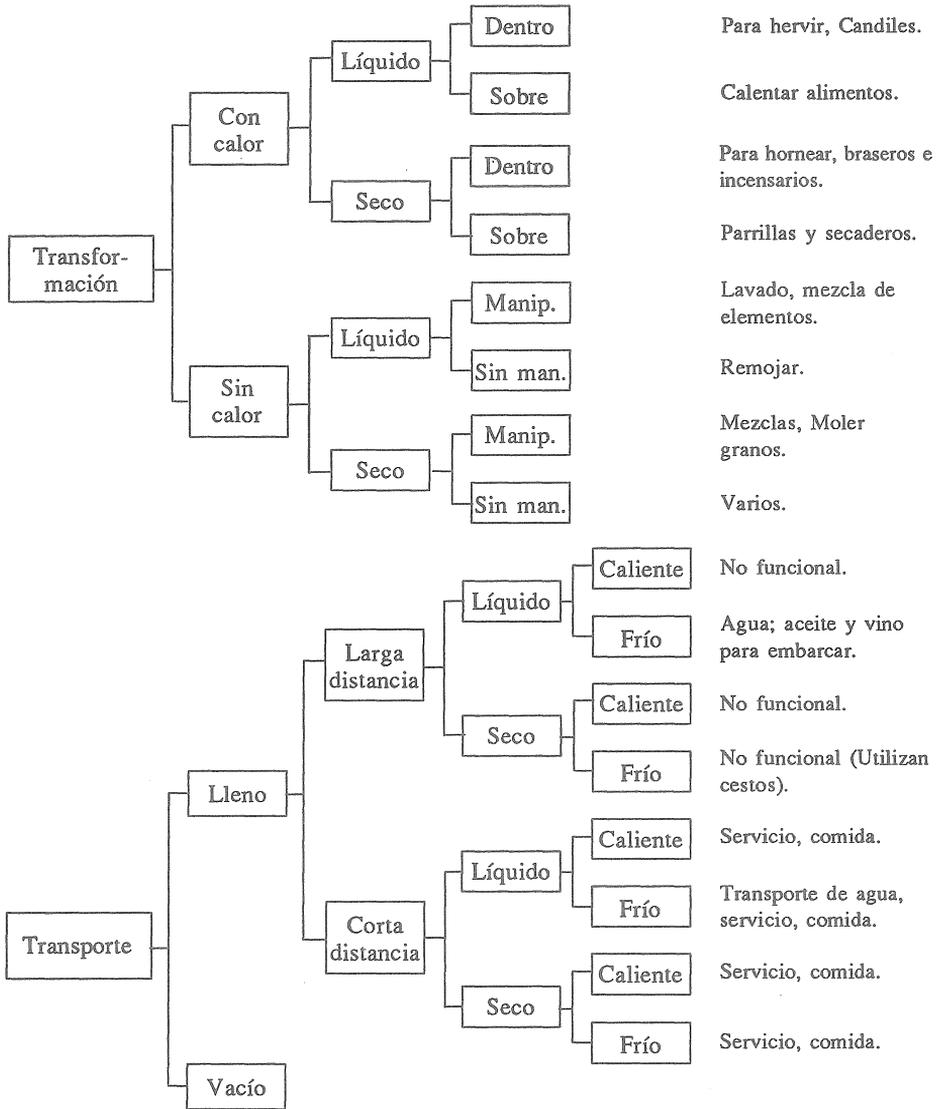
USOS DE LA CERÁMICA

Un uso importante de la cerámica es el ritual, donde se pierde parcialmente el contexto inicial para el cual estaba manufacturado el elemento, entre ellos podemos citar el de ofrendas de alimentos, lucernas, incienso, la misma cerámica, piezas utilizadas como instrumentos musicales de percusión, bebidas rituales etc... (ARNOLD, 1983: 159). Este tipo de utilización puede reflejarse en el registro arqueológico de una forma muy peculiar, lo que ocasionaría serios problemas de interpretación, pues pocas veces el contexto refleja claramente la situación y función de estas piezas. Sobre el uso de la cerámica, nos pareció interesante transcribir un cuadro (ARNOLD, 1985: 209).



⁸ Todos extraídos de Dean A. Arnold (1983), páginas 152, 154 y 155.

⁹ Como elemento a destacar, señalaremos una gran vasija de cocina que llegó a perdurar casi 40 años.



Podemos constatar que a pesar de su fragilidad, la cerámica encuentra múltiples usos, que no encontramos reflejados en el registro arqueológico, pero que sin duda existieron, lo que lleva a que la interpretación de este sea muy difícil por lo que se refiere a la cerámica. Para contrarrestar la fragilidad, la cerámica tiene otra serie de ventajas como por ejemplo: la duración, es mejor para contener y transportar líquidos (para granos o vegetales a largas distancias son mejores los

cestos (ARNOLD, 1985: 208) por su escaso peso), resistente a la destrucción por insectos¹⁰, pueden ser sellados para proteger su contenido, pueden ser llevados al fuego y sufren pocas deformaciones por el calor o el frío.

HUELLAS DE USO

Nos encontramos con que unos elementos que deberían ser estudiados con detenimiento no han merecido hasta hoy la debida atención con lo que se nos sustrae un factor importante para el análisis de la cerámica. Estos estudios nos permitirían asociar elementos cerámicos entre si¹¹. De forma resumida, estable-

| CAUSA | TIPO | CARACTERÍSTICAS |
|-------------------------|---|--|
| Apilamiento, transporte | Desgaste de la superficie por presión. | Detectables preferentemente en superficie lisa, bruñidas, barnizadas, etc..., siempre en puntos determinados como: carenas, bordes, asas, bases, etc... |
| Transporte | Desgaste por presión o abrasión. | Casi exclusivamente en asas, en la parte interior del tercio superior, si se utilizan cuerdas pueden existir marcas en bordes, rebordes, o carenas, siempre en función de tope. |
| Asociación | Desgaste de la superficie o del tratamiento de la misma (engobe, pintura, barniz, etc...). La posibilidad de detectar estas huellas dependen de la presión que ejerzan las piezas entre si, por lo que recipientes pequeños posiblemente necesiten un análisis por barrido electrónico. | Relaciones principales: Tapadera - borde Plato - Oenochoe - Botella Soporte - base - carena - borde - reborde |
| Utilización | Micro-incisiones de elementos abrasivos ó punzantes, por mezclar o remover el contenido de la vasija. | De una forma especial en formas abiertas y presentes en el interior, hacia el tercio inferior. |
| Sujeción | Desgaste del tratamiento superficial ó pintura. | En vasos de tamaño medio o pequeño, manejados en contacto directo con las secreciones glandulares del cuerpo encontradas en las manos, se aprecia un desgaste en los tratamientos superficiales de baja resistencia. |
| Limpieza | Desgaste del tratamiento superficial ó pintura. En algunos casos de la misma superficie. | En vasos de tamaño medio o pequeño, manejados en contacto directo con arena u otra substancia abrasiva para limpiar, o por el simple raspado para eliminar concreciones o suciedad. |

¹⁰ Si lo comparamos con pellejos de cuero o cestos de fibras vegetales, por ejemplo.

¹¹ Tan o más importante es la presencia de elementos realizados con materiales perecederos, como por ejemplo madera o fibras vegetales, que han desaparecido, pero dejaron su huella en la cerámica, siendo detectables solamente por estas improntas.

ceremos las principales huellas de uso¹² detectables en cerámica (como por ejemplo en la Lámina II, figura 3), para lo cual nos basamos en la observación directa, donde los mejores lugares para la constatación de estos son las bases, la proximidad y el mismo borde¹³ (ver Lámina I, figuras 1 y 2) y asas, tanto en el interior como en el exterior.

Queremos también significar la ausencia de estudios sobre los restos de utilización, como pueden ser las concreciones (un ejemplo podemos encontrar en la Lámina II, figura 4) que aparecen muchas veces en las cerámicas¹⁴, pero solamente en casos raros se estudia el contenido, señaladamente en ánforas (donde ya conocemos un estrecho margen de productos que pueden servir como material transportado). Algunas veces pueden indicar el contenido de la pieza, o como mínimo su presencia señalaría que la cerámica estuvo en uso durante algún tiempo. Estos restos se pierden irremisiblemente durante el proceso de limpieza de las piezas. En este se busca tener unas piezas limpias y perfectas (proceso al cual "contribuye" sin duda algún tipo de restauración), aspecto que es muy posible que no tuviese en su vida funcional.

TECNOLOGÍA CERÁMICA

Aquí pretendemos establecer algunas nociones sobre la tecnología utilizada en la cerámica, que como podremos comprobar es muy importante a la hora de establecer la función de la misma, resumidamente presentamos la siguiente tabla (ARNOLD, 1985: 238).

Como complemento a la tabla que presentamos arriba, expondremos brevemente otra serie de características técnicas de las cerámicas, a nuestro ver importantes a la hora de identificar su funcionalidad inmediata.

¹² Aunque no todas sean concretamente relacionadas con el uso definitivo de la cerámica, utilizaremos este nombre para identificar todas las huellas producidas en las cerámicas en procesos pos-productivos.

¹³ Recordemos que la repetición de actividad como el moler, mezclar, remover, raspar, etc... sobre la cerámica acaba por dejar huellas (ARNOLD, 1985:234).

¹⁴ Evidentemente descartamos la que se dan por la misma descomposición de la pieza, como por ejemplo la presencia de abundante desgrasante formado por compuestos carbonatados llevan a la disolución de los mismos caso se encuentren depositados en un medio apropiado como por ejemplo un suelo húmedo de características alcalinas, si a estos sumamos una deficiente cocción original, el desgrasante se disolverá en se volverá a concentrar en la superficie de la cerámica, formando concreciones(ARNOLD, 1983:157).

| Tipo funcional | Forma | Material | Tratamiento Superficie y Decoración | Contexto | Frecuencia | Marcas |
|-----------------------------------|--|--|---|---|--|---|
| Almacenamiento | Formas restringidas aberturas modificadas para verter o cerrar; apéndices para suspensión o movimientos (ladear) | Variable buscando baja porosidad | Variable para inscripciones o marcas, buscando reducir la permeabilidad | Habitaciones algunas veces sobre el suelo ó entre contenedores | Baja (alta duración), reutilizados | Restos del contenido en los poros |
| Cerámica para cocinar | Redondeada, cónica, globular, no restringidas generalmente sin ángulos | Basto y poroso, paredes finas, resistente al impacto térmico | Escasa a nula, superficie rugosa para facilitar la manipulación | Habitaciones, entre contenedores, raramente en depósitos especiales como enterramientos | Alta (frecuente reemplazamiento) | Pátinas al exterior hollín ó ennegrecimiento; contenidos quemados |
| Preparación de comida (sin calor) | Formas ilimitadas formas simples | Énfasis en la resistencia mecánica, relativamente basto, denso | Variable, generalmente escasa | Habitaciones, entre contenedores | ¿Moderada? | Uso interno, abrasión o marcas |
| Servicio | Formas ilimitadas para fácil acceso, frecuentemente con asas; bases planas o soportes para la estabilidad | Puede ser fina | Generalmente alta, para roles de lujo ó simbolismo | Habitaciones, entre contenedores, depósitos especiales, enterramientos. | Alta (uso frecuente y reemplazamiento) | Tamaños correspondientes a servicio individual o grupos |
| Transporte | Conveniente para apilar; asas; peso escaso; aperturas restringidas. | Énfasis en la resistencia mecánica; denso, duro. | Variable, generalmente baja, pintura o tratamiento de superficie para reducir la permeabilidad. | Entre contenedores, en áreas no domésticas (mercados). | Variable | Tamaño uniforme o unidades tipo, residuos del contenido. |

Resistencia mecánica: La principal desventaja de la cerámica es su fragilidad, la capacidad de resistir a la fractura depende de su composición y de su realización técnica. Las paredes gruesas en la cerámica son utilizados en recipientes de almacenamiento, para aumentar la estabilidad juntamente con la resistencia mecánica (además de mantener la humedad dentro o fuera del recipiente). Por otro lado las paredes finas necesitan una pasta muy depurada y compacta, además de una buena cocción para resistir al impacto, ya que debemos recordar que las piezas de menor tamaño son más manejables (además transmiten mejor el calor) y utilizadas con mayor intensidad, lo que les expone con mayor

facilidad a impactos, abrasiones y fracturas.

Accesibilidad: La capacidad de acceder al contenido de una vasija se determina por las aberturas, por ejemplo, si una pieza tiene un orificio de acceso muy estricto, será más difícil acceder a su contenido cuanto mayor sea la profundidad del recipiente debido al ángulo de acceso (ARNOLD, 1985: 225), por otro lado las formas abiertas permiten un acceso directo al contenido, normalmente los cuellos o bordes estrechos respecto al diámetro máximos pueden indicar un vertedor de líquidos. Un complemento a la accesibilidad es la capacidad de mover la pieza, elementos como: asas, bordes y rebordes, asideros o apoyos¹⁵. Su presencia indica que en algunos casos los vasos sufren algún tipo de movimiento. El tamaño de estos apéndices y su resistencia mecánica habla de la cantidad de movimiento de la pieza¹⁶.

Cambios de temperatura: Para los elementos cerámicos que tienen que exponerse a cambios bruscos de temperatura (p. e. llevar un recipiente caliente a una superficie fría, o llevar al fuego un recipiente y verter un líquido frío en el interior). Como solución tenemos la composición de la pasta (con introducción de desgrasante de similar o inferior coeficiente de expansión térmica respecto a la arcilla) o aumentar la porosidad de la piezas para transmitir mejor el calor (ARNOLD, 1985: 230). Otra norma es la de revestir el recipiente con una mezcla de arcilla y arena para aislarla del fuego directo (ARNOLD, op. cit).

Permeabilidad/Porosidad: Es algo complejo analizar la porosidad de las piezas cerámicas, ya que nos encontramos en una contradicción puesto que la permeabilidad no es deseable en piezas que vayan a almacenar líquidos durante largo tiempo, en otros casos pueden ser muy deseables, puesto que la evaporación en superficie permite mantener fresco el contenido¹⁷, para la cerámica de cocina, la porosidad sirve para resistir a los cambios bruscos de temperatura.

Otros factores deben ser tomados en cuenta, como por ejemplo el peso de una vasija llena respecto a su movilidad, las bases planas como elementos de

¹⁵ También a la hora de llevar piezas al fuego pueden servir de protección para que el fuego no alcance la totalidad de la pieza, al alejar la llama (por ejemplo los rebordes o carenas de las cerámicas de cocina) (ARNOLD, 1985:226).

¹⁶ Por ejemplo, podemos encontrar grandes piezas con pequeñas asas (p. e. los *Phitoi* griegos), lo que podría implicar en un movimiento residual, como por ejemplo la inclinación, para aumentar el ángulo de accesibilidad y permitir alcanzar el fondo de la pieza.

¹⁷ Dean Arnold (op. cit, pág. 231) cita un estudio de Vandiver y Koehler (1986:204), el que una ánfora corintia era permeable entre 9 y 39 minutos.

estabilidad cuando el recipiente se encuentra lleno¹⁸, así grandes piezas con pequeñas bases difícilmente se llenarían con elementos densos o inestables (como los líquidos), caso no se encontrasen sujetas por soportes.

ESTUDIOS DE MICRO-ESPACIO

Buscamos en los estudios de micro-espacio alguna pista (por la asociación de un departamento y en consecuencia de sus piezas a una función determinada); por ejemplo en la actualidad, el estudio de las acumulaciones cerámicas en determinadas zonas de poblados ibéricos se caracterizan por no abarcar aspectos mas amplios que la simple caracterización tipológica y cuantitativa de los elementos, por lo que tenemos que depurar bastante estos estudios para intentar encontrar elementos sobre la funcionalidad de la cerámica.

Así los estudios sobre la Alcudia de Elche (SALA, 1992) solamente se limitan a describir los materiales cerámicos, sin tener en cuenta el posible material asociado o el propio entorno inmediato de estas piezas en el poblado. Proceso similar es el de la publicación sobre San Miguel de Liria (BONET et al, 1990), que no tiene en cuenta los mismos factores. Para Mogente (SANTOS, 1989) solamente el proceso cuantitativo y la valoración del material son tenidos en cuenta. Estos apartados se encuentran separados de otros, donde solo encontramos la valoración aproximativa, sin llegar a basarse en datos concretos o amplios, como por ejemplo C. Aranegui (1979). Además en muchos casos ni siquiera se tratan de estudios basados en la cerámica. De todos estos casos nuestro interés fue el de obtener datos comparativos para el análisis micro-espacial.

En un estudio sobre las casas rectangulares de la Edad del Hierro en la zona del Valle del Ebro (RUIZ et al., 1990) obtenemos datos interesantes sobre la utilización de las casas, con pequeños departamentos funcionando como depósitos en la entrada o al fondo de las mismas, que corresponderían a "vestíbulo", estancia principal y al fondo despensa. En el yacimiento de Monleón: *las concentraciones de vasos y fragmentos cerámicos en torno a hogares y al fondo de la casa, están evidenciando en el primer caso el área de cocina y en el segundo la de almacenaje de grano* (RUIZ, 1990: 89).

Muy importante es la identificación por parte de los investigadores de un alfar: *una piedra de molino, tal vez para triturar arcillas, recipientes de barro tosco y crudo que servirían para guardar pastas y engobes y una producción de más de 20 vasos invertidos unos sobre otros indican con seguridad un pequeño*

¹⁸ Tenemos el ejemplo de las ánforas, que su base, al no ser plana es indicada para el apilamiento o la utilización de sostenes, nunca para depositar directamente sobre el suelo.

taller de alfarería. (RUIZ et al., 1990: 94). Otro dato interesante es la presencia de abundantes fragmentos y piezas cerámicas en un taller de fundición¹⁹ (SÁNCHEZ-PALENCIA y FERNÁNDEZ-POSSE, 1990: 150).

CONCLUSIONES

Queremos dejar claro que siempre manifestaremos nuestras opiniones sobre el material publicado por los distintos autores, con lo que no pretendemos en ningún momento enjuiciar su capacidad investigadora, tarea para la cual no nos creemos capacitados. Solamente podemos opinar sobre la forma concreta de plasmar unos resultados en publicaciones.

Por un lado nos encontramos sorprendidos por la práctica ausencia de estudios funcionales sobre la cerámica: no se han estudiado las huellas de uso²⁰, ni estudios de contenidos (por saturación de poros, concreciones o huellas químicas) ó estudios que relacionen las características técnicas o compositivas de la cerámica con su función²¹. La ausencia de estos estudios, imprescindibles para la identificación de la cerámica se encontraban ausentes, y cada uno de ellos merece un monografía, con lo que nos era imposible analizar estos datos para este trabajo.

Por lo que se refiere al estudio de las formas, no encontramos ninguna a nivel funcional, y hay algunas formas sobre las que no se conoce su función exacta (como por ejemplo los vasos de doble cuerpo o los sostenes cerámicos) y otras que merecen un estudio más profundo, ya que su función no siempre es clara, los morteros serían un ejemplo que no se puede asociar ciegamente a la transformación de alimentos, pues también sirve para machacar fibras vegetales, triturar elementos minerales para la fabricación de cerámica, tintes, etc...

En resumen, es muy difícil atribuir una función específica a unas piezas sin un estudio funcional previo. A la vista de los resultados negativos en estos apartados, nos volvimos hacia los estudios de micro-espacio. En ellos nos encontramos con un importante problema: algunas interpretaciones se basan en apriorismo que pueden viciar los resultados; en otras palabras se supone que un departamento tiene una función A porque en el hay una pieza que representa esta función (pensemos por ejemplo en una supuesta rueda de molino) a ella se asocian otras

¹⁹ Algunos de ellos utilizados en el proceso de fundición, ya que tenían la superficie escoriificada (Op. cit, 1990:150).

²⁰ Nos vimos obligados nosotros a realizar breves análisis para identificar algunos rasgos, ya que solamente encontramos afirmaciones teóricas de autoras extranjeras (ANDERSON, 1985 y ARNOLD, 1983), sin aplicaciones prácticas.

²¹ Por ejemplo la accesibilidad al contenido de una piezas puede indicar su función, lo mismo que el espesor o la composición de su pasta pueden indicar parte de su función.

de función poco específica, y luego se deduce que el objeto tiene una función de tipo A porque se encuentra en un departamento de estas características.

Pero el problema es más grande cuando los análisis, además de basarse en piezas concretas, extrapolan los datos para adaptarlos a funciones numéricas²² o ignoran factores tan importantes como la misma disposición de los materiales, en algunos casos se obvia interpretar hogares dentro ó fuera de departamentos. Además añadiremos la publicación incompleta de datos.

Así pues nos encontramos que los estudios de micro-espacio también aportan poco a nuestro trabajo, con lo que decidimos intentar obtener datos, aunque sean incompletos de las piezas que disponemos. Otra vez nos encontramos con que por lo que se refiere a la asociación entre elementos cerámicos pocos son los estudios que podrían aportarnos datos directos.

Buscamos todo tipo de relaciones: entre piezas cerámicas y a su vez entre ellas y el espacio que ocupan, resumiremos brevemente las observaciones que realizamos, puesto que en nuestra opinión, ya que las hipótesis que lanzamos se basan en los datos obtenidos de las piezas cerámicas estudiadas por nosotros, es más importante exponer los datos de una forma completa y las conclusiones de una forma resumida.

ELEMENTOS PRÁCTICOS

Realizamos una serie de análisis, tanto de las formas, como de la distribución espacial en los yacimientos y de las posibles asociaciones de formas, sin resultados concretos. Hasta el momento puede parecer que las conclusiones de este trabajo son algo genéricas, y mucho nos tememos que van a quedar así. La causa viene del mismo trabajo, pues constatamos que hay muchas variables que no han sido estudiadas hasta hoy; por citar algunas podemos decir que sin examinar las huellas de uso o los restos de utilización (como concreciones, manchas, saturaciones de los poros de la cerámica, etc...) no nos atrevemos a decir como se utilizaba una cerámica; por ejemplo no podríamos decir con total fiabilidad que un molino con pico vertedor verdaderamente se estaba utilizando para la transformación de alimentos, fibras vegetales, pigmentos, o simplemente tenía

²² Los ejemplos más llamativos son la costumbre de tomar un pequeño fragmento como una pieza entera, sin considerar la posibilidad de un transporte accidental cuando no se encuentra otro fragmento similar en el departamento (o todo lo contrario, hacer de varios fragmentos distintas piezas, sin considerar la posibilidad de que pertenezcan a la misma) y el de no considerar la cantidad más que a efectos estadísticos, como en el caso de los ponderales, ya que sabemos que hace falta un número mínimo de ejemplares para un telar, comprobado etnográficamente, deja a un lado los número inferiores como simples porcentajes y a veces aceptándolos como muestras de actividad textil, cuando esto es imposible.

una función ritual, decorativa o simbólica, entre otras muchas.

¿Que decir entonces de las agrupaciones de cerámica?, si se analizan estos datos podría ser bastante más simple diferenciar un conjunto que estaba en uso por las huellas, de las acumulaciones de un alfar, religiosa o de prestigio, donde estas huellas prácticamente no existirían. Las mismas se podrían ajustar a su función y al mismo tiempo asociarlas entre ellas, por medio de las huellas e improntas que presentan, y aún identificar por ejemplo tapaderas de madera o instrumentos de metal que han desaparecido y que tuvieron su faceta funcional.

Después de analizar los resultados obtenidos, y confrontándolos con los estudios realizados hasta el momento, nos encontramos con serias dificultades a la hora de atribuir una función a los espacios, a pesar de que estos presenten unas características tan peculiares; como por ejemplo las acumulaciones de cerámica como veremos abajo:

— Gran parte de su espacio interior estaría ocupada por cerámica, lo que reduciría el espacio disponible para actividades en ese mismo departamento. Estas cerámicas son un número importante respecto al resto de las presentes en la zona inmediata.

— La variedad de piezas cerámicas y su repetición hace imposible su utilización en el departamento y muy difícil que se haga simultáneamente en otros espacios.

— Solamente se encuentra cerámica en estos departamentos.

Como decíamos, podría ser muy simple atribuirles funciones de acumulación de riqueza, centros de redistribución de cerámicas, o talleres de alfarería; pero a nuestro ver es necesario analizar los siguientes datos, que hasta hoy no se han considerado²³, entre otros:

— Las huellas de uso: es obvio que en un centro de almacenamiento o taller de alfarería las huellas de uso sería muy escasas respecto a piezas ya utilizadas.

— Dados algunos sistemas de excavaciones antiguas, y lo precedero de algunos restos de alfar (como las cubetas excavadas para “apisonar la arcilla” o cubetas de decantación de adobe, etc...), cabe considerar la destrucción de estos restos.

— Por la pervivencia de la cerámica desde su fabricación y su no frecuente sustitución, cabe considerar la probabilidad de que la alfarería se compaginase con otras tareas, como por ejemplo la recuperación de la misma por el lañado de las piezas con plomo, lo que implica en la existencia de pequeños hornos.

²³ Y que lamentablemente en muchos casos ya se han perdido por el tratamiento que ha recibido el material.

— Si asumimos la variación en la utilización de la cerámica respecto a su finalidad original²⁴, es muy difícil sin datos específicos determinar las piezas funcionales en un taller de alfarería, máxime si en el mismo espacio encontramos otras actividades complementarias.

Así, a falta de un análisis más apurado de las cerámicas, que casi necesariamente debe empezar desde el momento que se extrae la pieza por un método arqueológico pues a partir de este momento se puede perder irremisiblemente, nosotros no nos creemos capacitados para identificar con un cierto grado de fiabilidad las función de la cerámica, cuanto menos su carácter religioso, de prestigio, industrial ó doméstico en la Edad Antigua.

Para finalizar, destacar que este trabajo tiene para nosotros la virtud de apuntar el camino, pues si seguimos los pasos apuntados aquí teóricamente a la hora de extraer el material cerámico de un yacimiento, es muy posible que podamos responder a estas preguntas que quedaron en el aire con algo más de fiabilidad.

BIBLIOGRAFÍA

- ANDERSON, A. (1982); *Intrepreting Pottery*. Londres.
- ARNOLD, D. E. (1987); *Pottery Analysis*. Cambridge.
- AA. VV. (1990); *Tecnología de la cocción cerámica desde la antigüedad a nuestros días*. Asociació de Ceramologia Alicante.
- BALLESTER, I. et al. (1957); *Corpus Vasorum Hispanorum: San Miquel de Liria*. Valencia.
- BALLESTER, I. et al. (1969); *La Bastida de les Alcuses (Mogente - Valencia)*. Trabajos varios del S. I. P., 24 y 25. Valencia.
- BERNABEU, J. et al. (1990); Análisis micro-espacial del poblado ibérico del Puntal dels Llops, *Actas del Congreso de Arqueología Espacial*, 9, pp. 312-337. Diputación de Teruel.
- BONET, H. y MATA, C.(1992); *La cerámica ibérica: ensayo de tipología*. T. V. 89, pp. 117-145, S. I. Prehistórica de Valencia.
- CONDE, M.J.(1992); Dades per ala sistematització de la ceràmica ibèrica pintada: el Kalathos un exemple tardà. *Les ceràmiques de técnica ibèrica a la Catalunya romana*, pp 2-9. Barcelona
- FRAZER, J. G. (1922); *La Rama Dorada*, F. C. E.. Méjico 1989.
- HATT, J. J. (1967); Reflexions de methode sur les fouilles d'oficines ceramiques. *R. Archeol. du Centre* 24, p. 323-327. París
- JUAN TOVAR, L. C. (1992); Alfares y hornos de la antigüedad en la P. Ibérica, *Tecnología de la cocción cerámica: la antigüedad a nuestros días*, Asociación de Ceramologia Alicante, pp. 87-104.

²⁴ Por ejemplo los morteros, además de transformar alimentos, también pueden servir para machacar fibras textiles, desgrasantes cerámicos, colorantes, etc...

- OLMOS, R. (1989); Imitaciones, producción y sociedad: algunas consideraciones en torno a la cerámica ibérica. *Verdoy* 2 p. 39-44
- ORTON, C.(1984);*Matemáticas para arqueólogos*.Ed. Alianza. Madrid
- RICE, P. M. (1988);*Ceramic: Theory and Cultural Process*. Oxford.
- RISCH, R. et al (1990); La innovación tecnológica como aportación al análisis de complejos socio-culturales, *Actas del Congreso de Arqueología Espacial*, 9, pp. 285-301. Diputación de Teruel. Teruel
- RUIZ, A. y MOLINOS, M. (1993); *Los iberos*. Ed. Crítica. Madrid
- RUIZ ZAPATERO, G. et al. (1990); Casas redondas y rectangulares de la Edad del Hierro: aproximación a un análisis comparativo del espacio doméstico, *Actas del Congreso de Arqueología Espacial*, 9, pp. 79-101. Diputación de Teruel. Teruel
- SANMARTI, E. y SANTACANA, J. (1990); Análisis funcional de los recintos domésticos del poblado de Alorda Park (Calafell, Baix Penedès). *Actas del Congreso de Arqueología Espacial*, 9 pp. 257-269. Diputación de Teruel. Teruel.
- SANTOS VELASCO, J.A. (1990); Vivienda y distribución desigual de la riqueza en la Bastida de les Alcuses (Valencia), *Actas del Congreso de A. Espacial*, 9 pp. 339-348. Diputación de Teruel.



Fig. 1 — Borde de cerámica ibérica de la Serreta (Alcoy) con huellas de de tapadera.

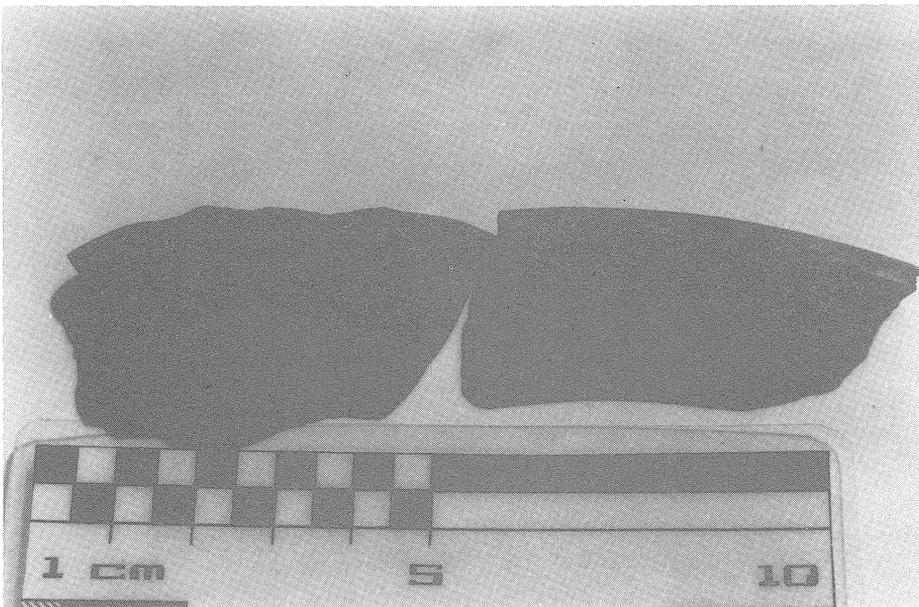


Fig. 2 — Bordos de cerámica ibérica de la Alcudia (Castellón) con desgastes por utilización.

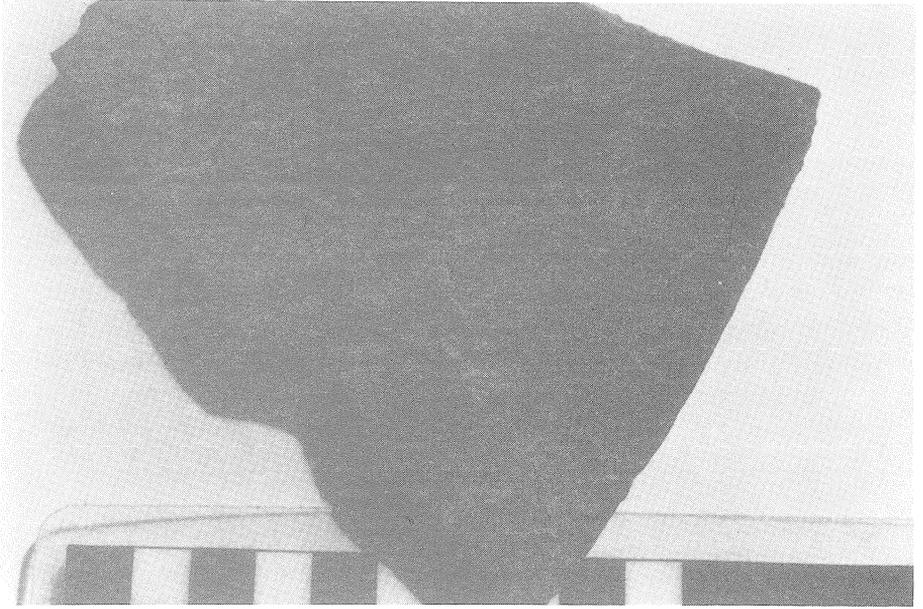


Fig. 3 — Fondo de plato ibérico de Vinarragell (Castellón) con huellas de desgaste.

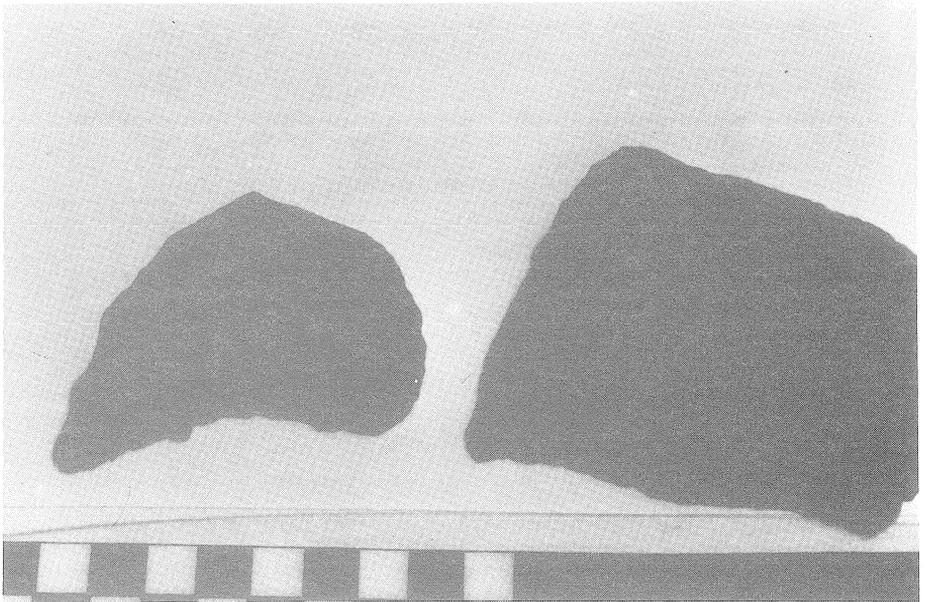


Fig. 4 — Fondo de vasijas ibéricas de Fanzara (Castellón) con concreciones de contenido.

IMAGEN IBÉRICA Y PROBLEMAS DE LECTURA ICONOLÓGICA: EL EJEMPLO DE ELCHE*

por

Ricardo Olmos**

Resumen: Presentar los resultados de un Proyecto de Investigación con el título “Imagen, mito y sociedad en la cultura ibérica: Alicante y Murcia” desde el punto de vista del método de lectura iconográfica de una sociedad protohistórica mediterránea. En la comunicación nos limitaremos al área de Elche relacionando la lectura de la imagen ibérica con el territorio en el que esta se distribuye.

Palabras-clave: Ibérico. Elche. Iconografía.

Desearía que estas páginas supieran transmitir a los colegas que hoy nos escuchan una reflexión en voz alta sobre algunos de los límites y posibilidades genéricas que los usos de la imagen o de los símbolos icónicos aún nos pueden abrir a quienes trabajamos en el ámbito de la Arqueología peninsular. La reflexión quiere ser a un tiempo autoreflexión y autocrítica, en voz alta. Es consecuencia de unos tanteos obligados -que más o menos todos realizamos en investigación- pero también de una cierta experiencia de trabajo: primero, individual y, en estos últimos años, colectiva. Mis reflexiones tratan de ser de carácter general, para que trasciendan el ámbito cronológico más cerrado de “mi”, de “nuestra” pequeña investigación y entre en discusión con otros compañeros que trabajan en épocas diversas, como la Prehistoria o la Edad Media. Pero acudiremos sobre todo a una aplicación de la Iconología al mundo ibérico, tal como en estos últimos años la estamos realizando dentro de un trabajo de equipo. Considero que estos tanteos deben contrastarse e incluso ser traspolables a otros ámbitos temporales, espaciales o culturales diferentes, lo que nos enriquecería mutuamente y multiplicaría el interés de estas reflexiones en un Congreso como el que aquí nos reúne. Pues partiendo de un problema común -la lectura de los signos icónicos- el método

* Trabajo realizado dentro del Proyecto financiado por la DGICYT “Imagen, mito y sociedad en la cultura ibérica” (PB-89-0006-C02-01).

** CSIC, Madrid.

debería ser en lo esencial común. Se despertaría la posibilidad de conocer conjuntamente una faceta interesante de una de esas múltiples arqueologías que hoy realizamos. Pues la Iconología ocupa hoy un aspecto significativo dentro la Arqueología simbólica. Pero, para fecundar los pensamientos que se apuntan, a lo general deberá seguir lo particular lo que evitará perdernos en el terreno de la lucubración excesivamente abstracta. Por ello, dentro ya del mundo ibérico, Trinidad Tortosa desarrollará algunas de estas ideas aplicándolas al ejemplo ibérico de Elche, en la provincia de Alicante.

La imagen ha constituido siempre un sugestivo ámbito de posibilidad de lecturas en Arqueología aunque no siempre podríamos hablar de una aplicación estrictamente científica. La tradición iconográfica es larga, en nuestra modernidad comenzó con el coleccionismo y, en gran medida con la lectura numismática, ya en el mismo Renacimiento y, sobre todo, en el siglo XVII¹. No pocas veces dependió -y aún sigue haciéndolo- de los textos. Se buscaban, se buscan sobre todo, adecuaciones entre imágenes y textos. La imagen por sí sola, sin la compañía de la explicación, ha sido un marco de inseguridad para muchos y un motivo de perplejidad ante el enigma de su sentido escondido. Por ello se buscaron y se buscan puntos de apoyo externos. Así, uno de nuestros principales referentes -o nuestro referente último- ha sido y es el texto, lo que nos da además posibilidad de narrar, de escribir. La Iconografía sería también una forma de discurso. De esa tradición dependemos hoy aún en cierta medida en nuestra práctica descriptiva. En Iconografía la descripción sigue siendo aún una labor tan tediosa como previa. Describir es trasladar al ámbito simbólico de las palabras las correspondencias de otro ámbito simbólico diferente, el de las imágenes. Nuestra Arqueología implícitamente ha aceptado este juego científico. Supone que en la descripción hay una traducción más o menos directa de la imagen al pensamiento y de éste a la palabra. Entre la imagen u objeto, por un lado, la palabra y el pensamiento, por otro, hemos establecido un puente ontológico, una relación estrecha, cuya validez apenas hemos sometido a discusión. En Iconografía, por tanto, seguimos estableciendo aún esta vieja premisa del pensamiento occidental, heredada finalmente de Grecia, sin habernos parado a reflexionar lo que ello implica². Una de las primeras preguntas a hacernos en el futuro sería: ¿Es lícito y viable el trasladar sistemas simbólicos como el iconográfico a esa comunicación por la palabra que utilizamos los científicos? ¿Cómo podemos hacerlo lícito? ¿Cuál es su fundamento ontológico? De seguir haciéndolo así ¿dónde están sus límites?

En nuestra Arqueología el ámbito de las imágenes muchas veces se ha limitado a la descripción. Este nivel más primario es lo que solemos diferenciar como

¹ A. Schnapp, *La conquête du passé. Aux origines de l'Archéologie*, París 1993, pp. 182 ss.

² J. Derrida, *La escritura y la diferencia*, (París 1967), Madrid, 1989, pp. 271 ss. ("Freud y la escena de la escritura").

Iconografía para distinguirlo de ese carácter más trascendente que Erwin Panofsky llamó, ya en 1939, "Iconología"³. En Iconología se trasladan al ámbito de la interpretación cultural los parámetros de la primera lectura iconográfica que están ocultos o latentes bajo ésta. En gran medida la generación de quienes trabajábamos en los años 70 y hasta 80, evitaba cualquier contaminación o contagio con la Historia del Arte -considerada acientífica- y nos limitábamos, bien por inseguridad o por prejuicios neopositivistas, a la Iconografía. Creíamos más científico describir que interpretar. Al menos, era menos arriesgado -y más rentable a la hora del curriculum- llenar nuestras memorias o tesis de indigestas páginas descriptivas. Mientras que describir lo considerábamos objetivo, interpretar en cambio era subjetivo y peligroso. La imaginación no formaba parte del ascético método del investigador.

En Arqueología la Iconografía se utilizó durante muchas décadas para proponer o determinar paralelos culturales. Al decir "esto se parece a esto otro" o "A es similar a B y/o distinto de C" establecíamos además un vínculo etiológico, es decir temporal y cultural, afín o diferencial, con otras culturas⁴. El procedimiento servía para datar, para atribuir, para interpretar desde fuera lo que ocultaba en parte nuestro notable desconocimiento interno. En la parcela ibérica, de la que hoy se ocupa preferentemente nuestro equipo de investigación, buscábamos y seguimos buscando los paralelos en el ámbito mediterráneo pues ciertas concordancias notables nos legitiman a hacerlo⁵. Basándose en esta sencilla formulación hubo distintas corrientes que interpretaban la cultura ibérica a partir, por ejemplo, de los paradigmas griegos, púnicos o romanos según los parecidos que se hallaban o se nos antojaban en las imágenes propuestas como modelos. La Iconografía servía y sirve aún hoy en esta grave tarea de la constatación histórica. La responsabilidad no era -no es- pequeña.

La imagen ha servido también como cauce clasificador. Un interés de la Arqueología ha sido la creación de tipologías que nos ayuden a ordenar la realidad internamente, como un conjunto cerrado de datos. En alguna medida esta postura más empírica ha podido partir de un cierto desengaño del comparatismo y en sus excesos interpretativos. Habrá que estudiar, ya en otro lugar, las relaciones e interferencias entre ambas posturas en algunos investigadores. No es hoy el

³ E. H. Gombrich, *Imágenes simbólicas, estudios sobre el arte del Renacimiento*, (Londres, 1972), Madrid, 1983, pp. 17-18; Eckerhard Kaemerling, (ed.), *Iconographie und Ikonologie. Theorie, Entwicklung, Problem. Bildende Kunst als Zeichensystem*, Colonia (Dumont Taschenbücher) 1979.

⁴ R. Olmos, Nuevos enfoques y propuestas de lectura en el estudio de la Iconografía ibérica, en A. Vila (ed.), *Nuevas tendencias: Arqueología*, Madrid, CSIC, 1991, pp. 209-230.

⁵ La lectura que considero más completa de lo que venimos realizando se ofrece en el catálogo de la exposición, *La sociedad ibérica a través de la imagen*, Barcelona-Madrid (Ministerio de Cultura), 1992.

momento. Las tipologías requerían la creación de repertorios, de grandes *Corpora*⁶. La clasificación de las imágenes ibéricas ha utilizado por lo general para clasificar el criterio o referente de la naturaleza. La tentación estaba ahí: el ibero reproduciría, más o menos estilizadamente, las categorías de la realidad. La naturaleza sería su último referente. Suponíamos pues, algo en común al ibero y a nosotros que nos permitiría la lectura de la imagen: una naturaleza como valor absoluto para todos. En cierto modo era, vemos hoy, una herencia romántica: en el mundo ibérico las imágenes femeninas se convertían con facilidad en diosas madres, universales, “de la vida y de la muerte”. La etiqueta, tantas veces repetida y vaciada de sentido, nos salvaba una vez más y se reproducía fácilmente. En esta relación con la naturaleza no nos preguntábamos, primero, si esto era cierto siempre y segundo qué tipo de realidad conformaba el pensamiento ibérico. Lo que no encuadraba en estos paradigmas lo achacábamos a la imaginación ibérica, a su primitivismo: por ejemplo con el lenguaje de los monstruos, éstos eran desviaciones e híbridos de la naturaleza. Hoy vemos además que nuestra visión de la naturaleza parte de ciertos presupuestos y categorías de la vieja tradición aristotélica no presentes aún en la ibérica, que es, en este sentido, claramente prearistotélica. Así, los límites de las categorías geométrica, vegetal, animal o humana, no se dibujan tan precisas en la cerámica como querrían ciertas tipologías. Es difícil desvincularlas. Tampoco es aplicable al universo ibérico la aceptación plena de una concepción ordenadora y antropocéntrica del cosmos, que es una idea griega, o, ya en el hábito de la lógica, la asunción del principio de la no contradicción y del tercio excluso, tantas veces fluctuante en las imágenes ibéricas y motivo de perplejidad para el hermeneuta.

Con todo, hay en nuestro campo trabajos de tipología iconográfica dignos de recuerdo, como el de motivos figurados en la cerámica del Corpus de Liria, que es una tipología de los años 40 admirablemente hecha bajo la coordinación de Domingo Fletcher, o la no menos notable de Solveig Nordstrom, de los primeros 70, sobre la cerámica ibérica de la provincia de Alicante⁷. Esta tendencia, que algunos continúan hoy día, nos obliga a preguntarnos: ¿para qué han servido o sirven las tipologías iconográficas? ¿Se usan luego? ¿Han explicado mejor la realidad ibérica?

El estudio de la imagen antigua ha dado pie en otros ámbitos, como el de la cerámica griega, al desarrollo de los métodos de clasificación e individualización de talleres o artistas. Éstos se basan en el establecimiento de ciertos rasgos o tendencias estilísticas que repiten individualmente los pintores de vasos. También

⁶ De ahí, en la década de los años 40 la creación del *Corpus Vasorum Hispanorum*, que dió sus furtos en los fascículos de Azaila (Juan Cabré Aguiló, Madrid, 1944) y Liria (Isidro Ballester Tormo et alii, 1956).

⁷ S. Nordstrom, *La céramique peinte ibérique de la province d'Alicante*, Estocolmo, 1969-73.

se ha utilizado, en menor medida, en la escultura clásica. Recordemos la inmensa obra de John Davidson Beazley para la cerámica ática o la algo más reciente de Arthur Dale Trendall para la suritálica⁸. En el ámbito de la cerámica ibérica casi tan sólo un trabajo, de Miguel Angel Elvira, quiso adentrarse, hace ya más de quince años, en este campo⁹. Es, pues, una labor pendiente si es que, efectivamente, es una labor posible. Yo creo que sí es posible aunque deba revestir limitaciones o características diferentes a las empleadas en los ejemplos citados. Sus límites deberán plantearse en la dialéctica adecuada entre artesano individual y tradición colectiva tal como se hubo de desarrollar históricamente en cada una de las culturas ibéricas concretas.

Vinculado con este análisis de la imagen griega se desarrolló un tercer factor, que añadía al análisis estilístico una pregunta social: la relación entre patrono y ceramista, entre cliente y productor. La imagen reclama siempre esta parcela que es la relación del artesano con los medios productivos y con la sociedad que demanda sus productos. En el mundo ibérico hay mucho que decir todavía en esta parcela apenas apuntada sobre el sentido colectivo o individual de la imagen¹⁰. La imagen más compleja ibérica se vincula a unos métodos de fabricación tradicionales, poco renovadores. Y a un ámbito religioso y aristocrático, en todo caso singular. Habrá que matizar, ya en otro lugar, estas generalizaciones y contrastarlas con ejemplos para clarificar las ideas.

La imagen nos abre así al espacio, al tiempo y a la sociedad. Todos sabemos que el ámbito espacial está hoy de moda en Arqueología y que es objeto de consideraciones epistemológicas diversas, -incluso desde el ángulo más estrictamente simbólico como el aquí nos ocupa. La imagen reclama pues su voz propia en esa tribuna y quiere hacerse oír en cuanto que abre también aquí posibilidades de investigación imprevisibles. La imagen forma parte del espacio y es un elemento a considerar en la definición o codefinición del concepto de territorio. Primero, porque puede representar la difusión o no, la aceptación o no en el espacio de unos iconos, de unos símbolos, de un lenguaje compartido e imitado. Poseen, como la lengua y ciertas formas religiosas, un sentido de identificación antropológica en la comunidad que los usa frente al foráneo. Segundo, porque la imagen pertenece indivisiblemente a un soporte y éste acompaña a

⁸J.D. Beazley, *ABV* (Oxford, 1956), *ARV* (Oxford, 1963, 2ªed.) *Paralipomena*, (Oxford, 1971), etc, en una tradición continuada en el Beazley Archive de Oxford hasta nuestros días: el modelo apenas ha variado. Sobre él se aplica la técnica informática. Cf. finalmente, Thomas H. Carpenter, *Beazley Addenda*, Oxford, 1989. Sobre la obra clasificatoria de A. D. Trendall, cf. la bibliografía en su obra de síntesis *Red Figure Vases of South Italy and Sicily*, Londres 1989.

⁹M. A. Elvira, Aproximación al "estilo florido o rico" de la cerámica de Liria, *AEspA*, 52, 1979, pp. 205-225.

¹⁰Cf. como una aproximación parcial a este aspecto, R. Olmos, Posibles vasos de encargo en la cerámica ibérica del Sureste, *AEspA*, 60, 1987, pp. 21-42.

un uso, muchas veces comercial. Pero no todos los iconos tiene el mismo valor significativo a la hora de determinar el espacio y hay diferentes valores espaciales asociados a cada grupo de iconos. Así no tiene el mismo valor espacial el uso de círculos y bandas vinosas, definidor de un amplísimo marco ibérico, que el de los prótomos de "carnassier" o lobo de la cerámica del llamado grupo de Elche-Archena. De todas formas, las unidades icónicas, por sí solas, tienen una escasa capacidad de definición espacial. Sólo combinadas en estructuras más complejas y en correspondencias más amplias pueden utilizarse con un valor significativo fiable. Es un trabajo aún por hacer tanto a nivel teórico como práctico y en esta línea están ahondando actualmente el Dr. Santos Velasco y Trinidad Tortosa¹¹.

La actual preocupación por el espacio no debería llevarnos a olvidar aquella vertiente más inquietante que es la del tiempo. Sin duda es superfluo señalar la importancia diacrónica que puede poseer un determinado signo o, mejor, un texto iconográfico, para asomarnos a un proceso cultural o histórico determinado. Pues los sistemas iconográficos evolucionan en el seno social. Pero puede haber además un valor temporal interno en muchos de los símbolos icónicos de la cerámica ibérica, como en el rostro frontal tan popular en la cerámica de Elche y en muchos de sus símbolos asociados¹². Y a esta vertiente más inquietante de la alteridad del tiempo dentro de una imagen -el símbolo como tiempo de la diferencia- apuntaría otro discurso que no puedo hoy aquí desarrollar.

Queda, por último, un aspecto a considerar antes de dar paso a la exposición de Trinidad Tortosa que complementará con un análisis ya concreto, algunas de las ideas aquí expuestas. Primero, una justificación. Ha podido haber cierto tinte escéptico en alguna parte de mi exposición, especialmente en la primera crítica epistemológica relativa a los usos que hemos hecho históricamente del lenguaje iconográfico ibérico. No sería justo que aferrándome a ese escepticismo no apuntara posibles líneas de desarrollo en la investigación que nos abrieran caminos fecundos en el futuro. Lo veo también como una táctica de supervivencia personal o colectiva pues precisamente en lenguaje iconográfico pretendemos trabajar estos años con dos proyectos de investigación, financiados por la DGICYT y la Comunidad Autónoma de Madrid los componentes de un equipo hoy centrado en el CSIC.

Sí, creo que una de las líneas futuras de la investigación iconológica en general y, ya más en concreto, en el mundo ibérico del que hoy nos ocupamos es el establecer el código interno que estructura la secuencia de los textos icónicos. Pues la imagen constituye un lenguaje complejo y como todo lenguaje se apoya

¹¹ Cf. sus respectivas comunicaciones en el Congreso "Iconografía Ibérica. Iconografía Itálica", Roma, 11-13 de Noviembre de 1993. Las actas se publicarán a lo largo de 1994-95 como monografía de la Escuela española de Historia y Arqueología de Roma.

¹² R. Olmos, El rostro del Otro, *AEspA*, 65, 1992, pp. 304-308.

en un código semiótico. Creo que una de las aportaciones más importantes que podremos hacer en el campo del lenguaje ibérico del área de Elche es desentrañar cuál ha sido la sintaxis que subyace en esos cientos de textos (algunos completos, otros fragmentarios, muchos por desgracia no plenamente contextualizados) que hoy poseemos de este yacimiento y, en su uso espacial, su utilización en todo un amplio territorio que el Dr. Santos Velasco trata de redefinir como "Contestania". La determinación de los criterios del código no es tarea fácil. Es imprescindible catalogar no tanto los iconos aisladamente -en esa tipología que planteaba antes casi como imposible- como las secuencias textuales en la que se disponen dichas unidades icónicas. Sólo así conoceremos las estructuras en la que se integran, es decir, la sintaxis de su lenguaje. En el momento actual se apunta una constatación que puede ser importante: la repetición de unas constantes espaciales en las que se disponen unos iconos (por ejemplo, la vinculación del rostro femenino y de todo un universo de símbolos concomitante, al espacio de las asas en unos casos o a un centro radial en otros) así como la intercambiabilidad regulada de algunos de sus componentes (por ejemplo, rosetas, prótomos de lobo, etc.)¹³. El nexo que relaciona en esos textos unos iconos con otros parece seguir unas normas constantes de asociación y de jerarquía. En este juego del lenguaje icónico el signo aislado puede no ser unívoco sino contener, en forma latente, una pluralidad de significados. De su combinación deriva una enorme posibilidad de variantes que es lo que da lugar a un lenguaje. La cerámica ibérica de Elche nos ofrece un campo prácticamente virgen de exploración de un lenguaje, un lenguaje de signos y de símbolos que creemos tal vez desentrañable.

Pero el descubrimiento de ese código no debe hacernos caer en la prematura ilusión de haber descifrado el contenido último de ese lenguaje sino, en el mejor de los casos, tan sólo su estructura y las variaciones de esa estructura y de los textos icónicos en el espacio -problema territorial- y en el tiempo -problema histórico-. Pues muchos de esos signos no son sino símbolos ambiguos, signos de carácter religioso que ocultan a la vez que muestran un contenido pregnante al modo de aquellas estatuillas horribles de Sileno en el Banquete platónico que, al abrirlas o romperlas descubrían en su interior imágenes hermosísimas de divinidades¹⁴. O lo de aquel pasaje evangélico en el que Jesucristo hablaba en parábolas "los misterios del reino de Dios" para que, la mayoría de los que le escuchaban, "viendo no vieran y oyendo no entendieran"¹⁵. Lo que muy bien podrá en el futuro ser el caso de algunas de nuestras más extrañas imágenes de Elche.

¹³ Cf. *La sociedad ibérica a través de la imagen*, Barcelona-Madrid, 1992, pp. 123-4; pp. 128-9 (panel 73,1-2).

¹⁴ *Simposio*, 215b.

¹⁵ Evangelio de Lucas, cap. 8, 10. Cf. E. Delebecque, *Évangile de Luc*, París (Les Belles Lettres), 1976, p. 47.

Est. I



Fig. 1.

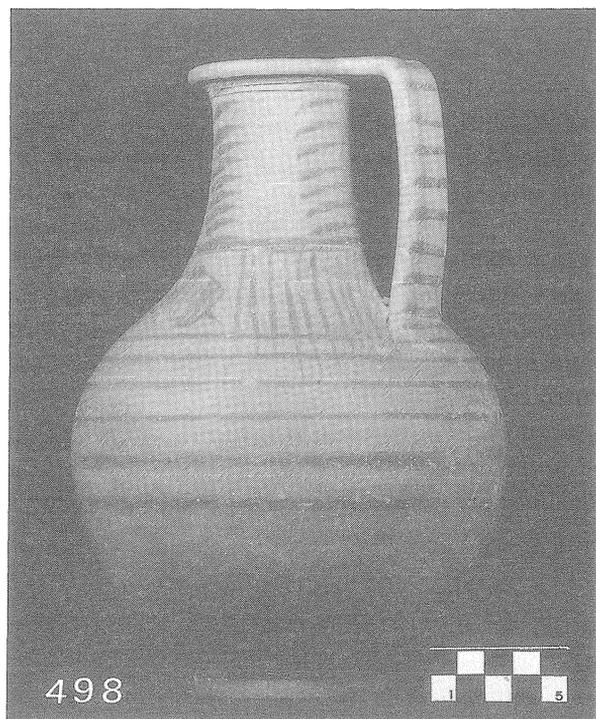


Fig. 2.

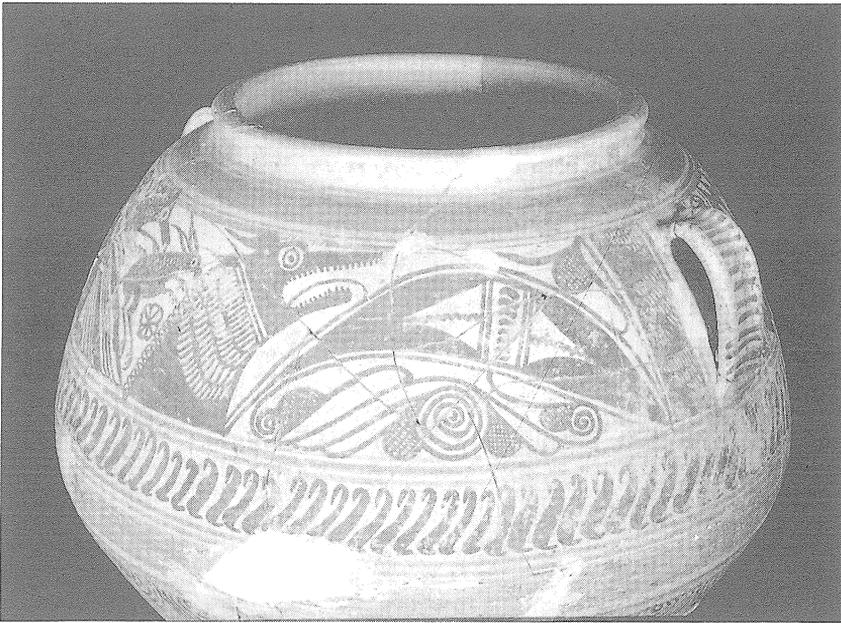
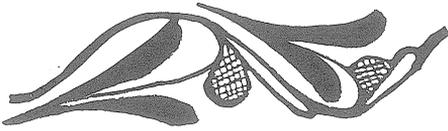


Fig. 3.



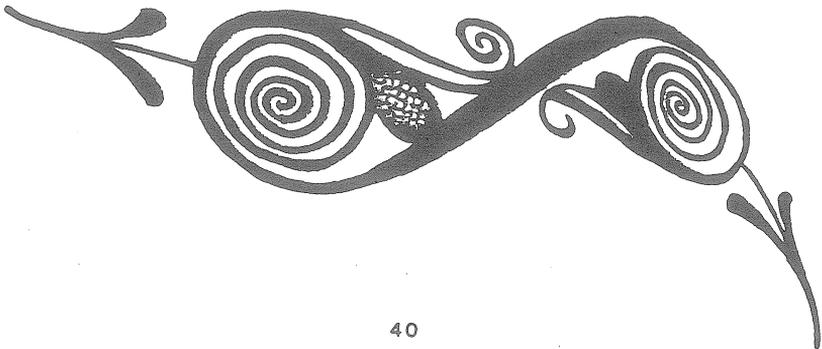
37



38



39



40

Fig. 4.



124



125



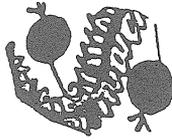
126



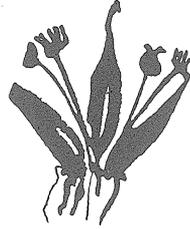
127



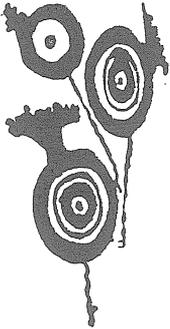
128



129



130



131



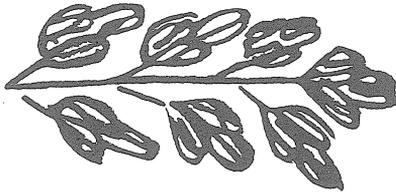
132



133



134



135



136



137



138

Fig. 5.

Est. V

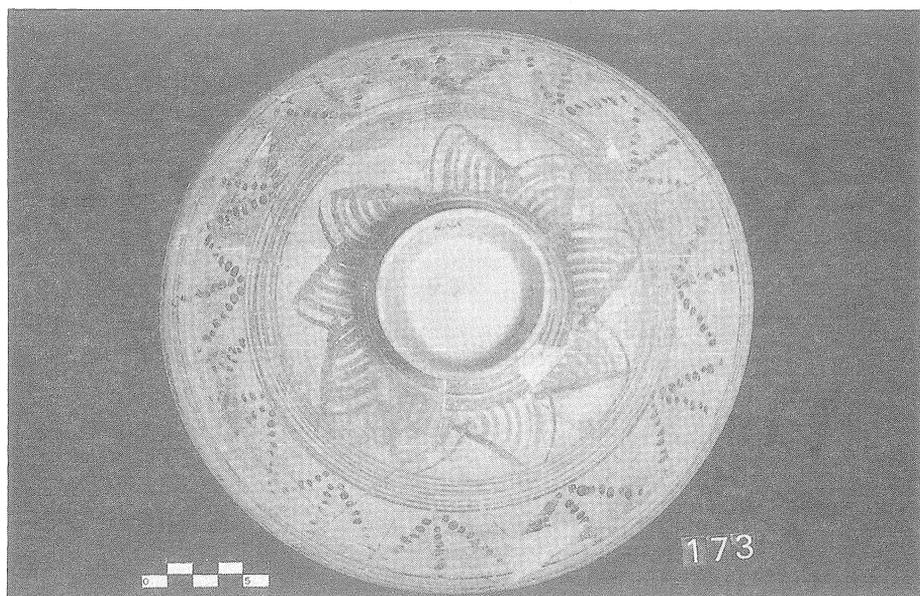


Fig. 6.

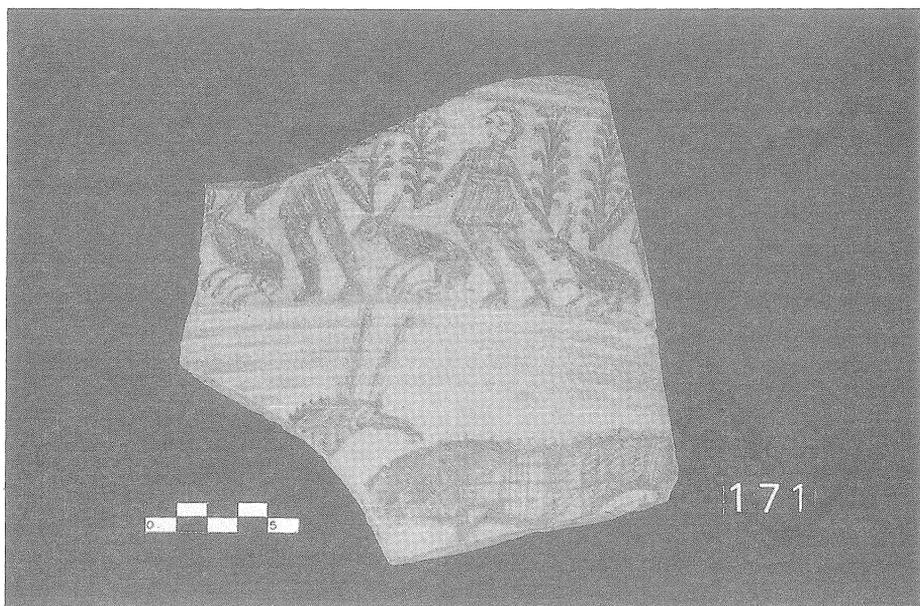


Fig. 7.

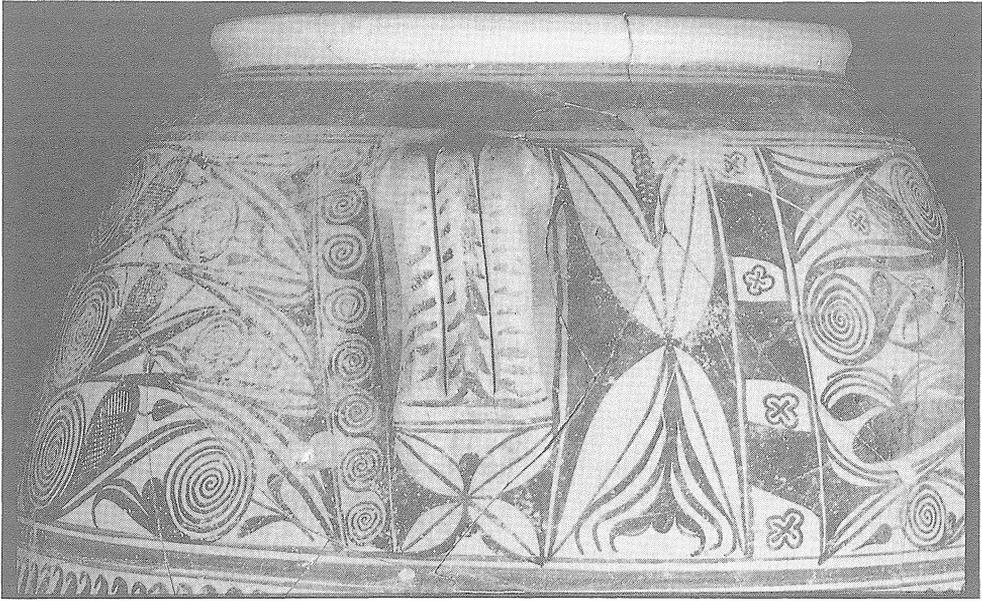


Fig. 8.



Fig. 9.

REPRESENTACIONES FIGURATIVAS EN LA CERÁMICA CELTIBÉRICA PINTADA DE CAUCA Y EL CASTRO DE LA CUESTA DEL MERCADO

por

J. F. Blanco García

Resumen: En esta comunicación se trata de la investigación sobre las cerámicas grises célticas que se localizan en la Meseta Norte española y parte del territorio portugués (zona de Monforte, Estremoz, Campomaior, Moura.etc).

Palabras-clave: Cerámica. Meseta Norte. Alentejo.

Un porcentaje mínimo de las cerámicas exhumadas en cualquier yacimiento de cultura material celtibérica muestra decoración figurativa pintada. Y esto hablando de enclaves de los que hoy día se conocen amplios conjuntos cerámicos, pues en la mayoría de los casos el corto número de fragmentos recuperados no constituyen una muestra suficiente como para que estén presentes las pinturas figurativas.

El caso de Numancia es excepcional no sólo por el gran número de cerámicas que ha dado después de un siglo de excavaciones, sino porque la proporción entre la pintura figurativa y la exclusivamente geométrica más la lisa es menos extrema que en cualquier otro yacimiento de su misma filiación cultural. Además, no es sólo una cuestión cuantitativa, sino cualitativa también. El yacimiento soriano ha actuado de auténtico generador en la definición de la personalidad iconográfica del mundo celtibérico, entendido este en sentido lato. Constituye un prisma al que llegan las influencias del área ibérica del Este que luego transforma y reelabora para dar origen a un nuevo lenguaje plástico. No se puede entender el fenómeno de la cerámica pintada celtibérica en el conjunto del Valle del Duero sin tener presente Numancia.

Sin embargo, no debe pensarse que sobre las cerámicas numantinas está todo dicho. Ni mucho menos. Muchos de los problemas que tienen planteados desde

hace décadas aún siguen vigentes. Uno de los más graves es el relativo a las cronologías. Aún estamos lejos de ver confeccionada una secuencia precisa y coherente, menos dependiente de historicismos (si esto es posible en Numancia), que sirva de orientación para otros yacimientos de su área. Tomadas en su conjunto, y a grandes rasgos, la secuencia parece evidente, pero existen muchos elementos que no encajan bien y dejan vías abiertas a otras interpretaciones que las tradicionalmente admitidas desde las tesis de B. de Taracena y F. Wattenberg.

Si mucho es el trabajo que hay por delante respecto a las producciones de Numancia, a pesar de los considerables avances conseguidos por F. Romero como autor más destacado en este campo tras la figura de F. Wattenberg, no menos es el que se presenta en el resto de la Cuenca del Duero. Con el factor añadido de que a las prioritarias influencias numantinas se suman elementos de otras áreas culturales. Con estas páginas queremos contribuir a la definición de la iconografía prerromana en el Duero Medio y tratar de rastrear qué es lo que debe al foco numantino, qué a las gentes que viven al Sur del Sistema Central y si hay algo que podamos decir que sea autóctono o local.

Algunos de los fragmentos celtibéricos pintados de tema figurativo que han dado hasta hoy *Cauca*¹ y el inmediato castro de La Cuesta del Mercado (Fig. 1) ya fueron publicados anteriormente (Fig. 2, nº 9, en Wattenberg, 1959, Tabla XV, nº 6; Fig. 2, nº 8 y Fig. 3, nº 3, en Blanco García, en prensa, Fig. 13, nº 6 y 8; Fig. 3, nº 8, en Blanco García, 1993a, Fig. 8, nº 1), pero la mayor parte estaban inéditos. Junto a los fragmentos de indudable tema figurativo, aportamos otros que creemos también lo son, aunque su atribución a algún animal concreto presenta problemas. En este caso se encuentran los de la Fig. 3, números 2, 6 y 8, que podrían tratarse de caballos, pues paralelismos no faltan, pero se prestan a otras interpretaciones.

De todos estos fragmentos, proceden de excavación los número 7 y 10 de la Fig. 2 y el 2, 5 y 8 de la Fig. 3. El resto son hallazgos de superficie o en "estratigrafía incontrolada"², en manos de personas privadas e instituciones. Los fragmentos hallados en excavación nos pueden ayudar a encuadrar cronológicamente los descontextualizados y así presentar un esquema aproximado de la

¹ Desconocemos si en los sondeos estratigráficos efectuados por la Unidad de Arqueología de la Delegación Territorial de Segovia se han hallado fragmentos con decoración figurativa pintada. Los materiales de esas intervenciones permanecen en estudio.

² Con este eufemismo nos queremos referir a lo que ha constituido el mayor destrozo que conocemos del patrimonio arqueológico de Coca: el seccionamiento en "L" del área de Los Azafranales (a lo largo de unos quinientos metros, por diez de anchura y entre seis y ocho de profundidad), con el objeto de instalar un colector, en diciembre de 1992. Cerca de cinco mil metros cuadrados de yacimiento fueron arrancados en pocos días. Paralizada la obra por el Servicio de Arqueología, durante el tiempo en el que estuvieron al aire libre las estratigrafías dejadas por las máquinas, el lugar se pobló de personas a la búsqueda de restos arqueológicos. Incluso algún que otro curso de escolares fue llevado al lugar "a pasar una tarde instructiva, inmersos en la historia de Coca."

evolución de tipos y técnicas pictóricas.

De *Cauca* proceden todos los fragmentos documentados excepto el número 8 de la Fig. 2 y el 3 de la 3, ambos hallados en el castro de La Cuesta del Mercado. Wattenberg no menciona la procedencia exacta del que él publicó en 1959. De momento, la secuencia seguida en las Figs. 2 y 3 es puramente iconográfica: peces en la Fig. 2, nº 1 a 8 (aunque del nº 3 no podamos estar seguros del todo); caballos en la Fig. 2, nº 9 y 10, y Fig. 3, nº 1 (también el nº 2, posiblemente); aves en la Fig. 3, nº 3, 4 y 5, (este último, discutible); y representaciones figurativas indefinidas en la Fig. 3, nº 6 y 8, junto a un óculo en un fragmento de jarra de pico, (nº 7).

En cuanto a las calidades cromáticas, son monócromos los fragmentos número 1, 2, 3 y 9 de la Fig. 2 y los número 1, 2 y 5 a 7 de la Fig. 3. Bícromos, los número 4, 6, 7 y 10 de la segunda y 3 y 4 de la tercera. Los únicos fragmentos tricromos son los número 5 y 8 de la Fig. 2. Aunque no es una muestra suficientemente amplia para establecer proporciones fiables, existe un equilibrio numérico entre las cerámicas monócromas y las policromas. El color más empleado ha sido el ocre o siena, que va desde las tonalidades claras a las marrones oscuras. La bicromía se produce cuando estos colores se combinan con bandas anaranjadas o rojizas que, generalmente, resaltan la forma del vaso o delimitan espacios. Aunque el motivo pictórico principal sea monócromo, hemos incluido en la categoría de bícromos aquellos fragmentos que poseen bandas de otro color en cualquier otra zona del vaso, sea interna (Fig. 2, nº 7, por ejemplo) o externa (Fig. 2, nº 6, por ejemplo). Solamente en un caso, la copa o cuenco número 8 de la Fig. 2, entra en la composición la pintura blanca, que sirve de fondo a peces pintados en ocre muy claro, tanto en la superficie interna como en la externa del vaso. Completan la policromía dos bandas anaranjadas que corren paralelas al borde.

Hasta aquí esta especie de inventario narrado de los fragmentos objeto de estas líneas. Sólo resta decir que, salvo que lo fuera alguno de los de procedencia exacta desconocida, todos se han hallado en medios habitacionales, no en necrópolis. Las zonas de necrópolis del castro de La Cuesta del Mercado las conocemos actualmente y ninguno de los dos fragmentos que aquél ha dado proceden de ellas (Blanco García, en prensa, Fig. 2). La (o las) necrópolis perteneciente a *Cauca* aún está sin localizar. Creemos que los restos que de ella queden permanecen bajo el actual casco urbano de Coca en su zona suroriental, aunque muy posiblemente la expansión y remodelación urbana de la *Cauca* romana la destruiría en buena medida. No tenemos pruebas indiscutibles de esto, sino que nos dejamos llevar por la lógica ayudada de observaciones de excavaciones en obras de construcción, documentadas fotográficamente siempre que hemos podido.

El análisis de formas cerámicas en las que las pinturas figurativas se desar-

rollan revela que una de la más frecuentemente pintada de este modo es la copa caliciforme, Forma IA de E. Wattenberg (1978, 22 y 51), en sus versiones pequeña y grande, casi una crátera (Fig. 3, nº 1). En los tres fragmentos de adjudicación segura a esta forma aparecen representados caballos, como si se diera una cierta correspondencia entre forma y decoración aunque, como ya hemos puesto de manifiesto, la muestra es demasiado pequeña para hacer generalizaciones, máxime cuando en la colección numantina esto no es así. Alguno de los fragmentos número 4, 6 y 7 de la Fig. 2, con peces pintados, podrían pertenecer también a esta forma que entre las polícromas numantinas es ciertamente escasa (Romero, 1976a, Fig. 31, nº 286 y Lám. XII).

Como en Numancia, el bol (Forma XVI de E. Wattenberg, 1978, 32-33 y 58-59) es otro de los tipos más decorados con pintura figurativa (Fig. 2, nº 3 y Fig. 3, nº 3). Incluso cuando sólo se pintan esquemas geométricos (monócromos o bícromos), el bol es uno de los vasos más decorados en Coca, presente desde el siglo III a.C. en adelante. En Navarra (Fitero) esta forma la fecha A. Castiella entre el siglo IV y el II a.C. (1977, 338, Forma 10), y en Roa adquieren su máxima representación durante la etapa celtibérica Plena y Tardía (Sacristán, 1986, 168-169 y láms. XXVIII-XXXI), lo mismo que en Las Quintanas, donde están presentes en los niveles III y IV (Gómez y Sanz, 1993, 358 y ss.).

Las páteras bajas, seguramente con pie de copa (Fig. 2, nº 8), por regla general aparecen decoradas con simples bandas monócromas o bícromas. No es muy frecuente encontrarlas con representaciones figurativas y menos por ambas superficies, como en este caso. Si a ello añadimos que para el fondo de los peces se ha pintado el vaso de blanco, nos encontramos ante el fragmento más barroco de los hasta ahora conocidos en Coca.

La jarra es una especialidad vascular poco frecuente en Coca. Todos los ejemplares que conocemos son del tipo de cuerpo ovoide o bulboso (salvo que el borde de la Fig. 3, nº 7 no perteneciera a ese tipo), el más antiguo según algunos autores (Arlegui Sánchez, 1992, 476; Sanz Mínguez, 1993, 394). Es una forma que en el Valle del Ebro está presente desde el siglo IV a.C. y en Navarra o La Rioja, desde fines de ese siglo o inicios del siguiente (Castiella, 1977, 326). En el centro de la Cuenca del Duero se las fecha uniformemente en cronologías bajas, pero estamos convencidos de que no todos los ejemplares conocidos pueden ser adscritos a esos momentos tardíos. No creemos que haya que fecharlas monolíticamente todas de este modo. Es una forma que parece haberse mantenido durante varios siglos sin apenas evolución, razón por la cual algunos autores niegan que dé cronología por sí misma (Olmos, 1986, 216, nota 4). Los contextos, la presencia o ausencia de decoración (estampillada, incisa, pintada etc.) y su pertenencia cultural son los elementos realmente definitorios para la fechación de cada caso concreto.

Siempre nos hemos lamentado de que, con vistas a un *corpus* de la cerámica celtibérica, falten tipologías locales o zonales de las que aquél se nutra. Pero es que además de esto, tampoco hay estudios monográficos de la evolución de las formas más representativas, entre ellas las jarras. El reciente estudio que Raga y Tamames han dedicado al *kalathos* en el área de Llíria es un ejemplo a seguir, en este sentido (1991), y tarde o temprano tendremos que abordarlo pues los intentos llevados a cabo hasta ahora son insuficientes.

Finalmente, hay una serie de fragmentos que no nos atrevemos a asignar a una forma concreta. Algunos (como el nº 1 de la Fig. 2, o el nº 8 de la 3), responden a formas de borde vuelto y cuerpo globular. Otros en cambio (como el nº 2 de la Fig. 2, y el nº 4 de la 3), parecen pertenecer a vasos de almacén de tamaño medio-grande.

Si considerable es el paralelismo entre *Cauca* y Numancia respecto a las formas en las que se plasman las pinturas figurativas, la misma tendencia muestra el repertorio iconográfico, con ligeras variaciones. Peces, caballos y aves son, por ese orden, los más pintados en *Cauca*. En Numancia, tras los peces son las aves y luego los caballos (Romero, 1976a, 153).

En ocho de los dieciocho fragmentos aquí constatados se han pintado peces, si incluimos el problemático nº 3 de la Fig. 2. Todos ellos están definidos por trazos muy simples y es en la variabilidad de las composiciones en la que los alfareros se muestran más creativos. Así, disponen esos peces bien formando una cadena continua alrededor del borde del vaso (Fig. 2, nº 1), bien en aspa (como sería el esquema de Fig. 2, nº 2, siguiendo paralelos numantinos -Romero, 1974 Fig. 6, nº 2-, de Langa de Duero -Taracena, 1929, Lám. 9, 3a- o raudenses -Sacristán, 1986, Lám. LIX, nº 3), en lugar destacado del vaso bajo el borde (Fig. 2, nº 3, 4 y 6), ocupando una metopa dividida en cuatro cuarteles por una especie de svástica y en cada uno de los cuales se pinta un pez que, en conjunto, se mueven en sentido destrógiro (Fig. 2, nº 5), o pintados sin estar sujetos a esquemas geométricos y sí imitando su medio natural (Fig. 2, nº 8). Eso en cuanto a las composiciones y su adaptación al marco.

Por lo que a los colores empleados, estilos y técnicas de representación o cronología se refiere, también se pueden señalar algunas consideraciones. Parece lógico pensar que estos ocho vasos con representaciones de peces fueron fabricados por diferentes alfareros y en diferentes momentos, aunque todos a lo largo del siglo I a.C., en general. De la cronología relativa existente entre ellos, nada podemos decir. Viendo lo que ocurre en otros yacimientos y en la misma Coca, en base a los colores empleados solamente no podemos decir que los peces monocromos sean anteriores a los policromos. El que, tomada en conjunto la cerámica celtibérica oxidante, sí se pueda decir que los primeros vasos se decoran con pinturas monocromas para luego darse la bicromía y en momentos tardíos apare-

cer las pinturas blancas, no permite hacer extensible el esquema a las pinturas figurativas, al menos para materiales sin contexto como son estos. Es evidente que al mismo tiempo que se están elaborando vasos policromos también se siguen haciendo los monocromos.

Tampoco basándonos en el estilo podemos trazar una secuencia. Los peces de Coca, respecto a los numantinos, poseen escaso naturalismo. Están muy geometrizados, sin apenas detalles anatómicos, con el cuerpo simplemente relleno de líneas transversales paralelas entre sí. No existen, como en el yacimiento soriano, peces dobles, pero sí aquellos que muestran en su interior otros más pequeños, como queriendo indicar que acaban de engullirlos (Fig. 2, nº 5 y 6). En síntesis, de lo que se observa en Coca y en otros yacimientos del centro de la Cuenca del Duero que poseen cerámicas con representaciones de peces (Roa, por ejemplo, Sacristán, 1986, Lám. LIX, 2 y 3), se puede deducir que cuanto más a occidente del área nuclear numantina, mayor abstracción y geometrismo de las figuras. Puede llegar, en algunos casos, a convertirse en un elemento geométrico más de la decoración del vaso. No por ello estamos autorizados a hablar de degeneración iconográfica, falta de habilidad de los alfareros, pérdida de estilo, etc., pues estaríamos cayendo en los mismos calificativos peyorativos que en su día se vertieron sobre la cerámica de Numancia respecto a la ibérica del Este.

Las representaciones de caballos son más escasas que las de peces, tanto en Coca como en Numancia y en otros yacimientos (donde sí hay peces pero no caballos). En nuestro caso contamos con dos prótomos (Fig. 2, nº 9 y 10), uno de cuerpo entero (Fig. 3, nº 1, si convenimos en que es un caballo y no un cánido, más infrecuente en la pintura numantina pero no descartable), y otro probable (Fig. 3, nº 2; su paralelo más próximo iconográficamente lo encontramos en Wattenberg, 1963, Lám. VII, nº 13-1216), aunque hay geometrificaciones que también terminan así, en punta con cilios o crines (Romero, 1992, 12, Fig. 14 a y c). Estas últimas palabras pueden servir también para el fragmento nº 8 de la Fig. 3, donde se observa una especie de cola.

La raigambre numantina de los équidos de *Cauca* es más acusada que la que muestran los peces. No hay aquí caballos como los que aparecen en la jarra de "La doma del caballo", supuestamente derivados de los anversos de las acuñaciones de ciertas cecas celtibéricas, ni como aquellos otros en los que la figura está plenamente geometrizada (Romero, 1992, 16, Fig. 18 e), o, fuera de Numancia, del tipo que aparece en un fragmento de Monte Cildá (García Guinea y otros, 1966, 21, Lám. III, nº 6 y Fig. 2b, nº 2) pero los prótomos de *Cauca* son marcadamente numantinos. En nada se parecen estas representaciones al équido de Tiedra, por ejemplo (Mañanes, 1983, Fig. 11, nº 2), que podría ser bastante más tardío y constituye un hallazgo de superficie. En nuestro caso, de un fragmento (el publicado por F. Wattenberg) no sabemos las circunstancias concretas del

hallazgo; el segundo (Fig. 2, nº 10) se halló en el Fondo Oeste de la excavación denominada Convento II, en un nivel fechable, a grandes rasgos, en el siglo I a.C.; otro, apareció en la que hemos denominado "estratigrafía incontrolada" de Los Azafranales (Fig. 3, nº 1); el cuarto (Fig. 3, nº 2), en una pequeña fosa/basurero celtibérico en convivencia con abundantes cerámicas que nos hacen fechar el conjunto (Unidad IIIb de los hornos vacceos, ajena totalmente a estos) ya dentro del siglo I a.C.

Las aves constatadas son una especie de gallinácea o zancuda (Fig. 3, nº 3) pintada en la superficie exterior de un cuenco hallado en el castro de La Cuesta del Mercado, y una golondrina o vencejo captado en pleno vuelo y ocupando una metopa de un vaso de dimensiones medias o grandes (Fig. 3, nº 4). La cabeza que aparece en la jarra de pico (y las plumas o cresta de otra), podría ser también de ave (Fig. 3, nº 5), pero no podemos asegurarlo pues en Numancia hay una decoración similar y no es precisamente un ave (Wattenberg, 1963, Lám. I, 16-1186). Zancudas o gallináceas aparecen también en Numancia (Romero, 1976a, Figs. 10, 15...) o en Roa (Sacristán, 1986, 192 y Lám. LIX, 1), pero las golondrinas o los vencejos son infrecuentes. En nuestro caso, intuimos que es una representación muy tardía, no sólo por la aparición de múltiples y pequeñas metopas o "SSS" encadenadas, sino porque la doble aspa con las claves potenciadas presagia las producciones clunienses. De seguir las indicaciones de F. Wattenberg y F. Romero, habría que fechar este fragmento con posterioridad al 29 a.C. (Romero, 1976a, 156). Finalizamos este repaso de las representaciones figuradas con unas palabras sobre el óculo en un fragmento de jarra de pico (Fig. 3, nº 7), hallada por un escolar en la zanja del colector de Los Azafranales. De los naturalistas ojos que aparecen en las jarras chipriotas, rodias y púnicas desde el siglo VII a.C. en adelante, pasando por los de las cerámicas ibéricas, hasta los que aparecen en las jarras celtibéricas, se ha producido una lenta evolución hacia la geometrización y la abstracción. En el ejemplo de Coca, el ojo ha quedado reducido a una especie de rueda de cuatro radios similar a los documentados en otros yacimientos, que algunos autores interpretan como ruedas solares. A los ojos aislados a ambos lados del pico habituales, por ejemplo, en las jarras de Pinilla Trasmonte (Moreda y Nuño, 1990, Fig. 3), en nuestro fragmento se ha añadido entre ambos una sinuosa línea (también en pintura marrón oscura) recorrida exteriormente por puntos y rematada en espiral. Podría suponerse que al otro lado del pico continuase el trazo en clara simetría, pero el ejemplo cercano de la jarra de pico de la necrópolis de Las Ruedas (Sanz Mínguez y otros, 1989, 19, Foto 2, abajo; y Sanz Mínguez, 1993, Fig. 6, nº 2), nos obliga a no dar como seguro el esquema simétrico de dicha línea. Lo que sí es seguro es que con el relieve del pico vertedor y la pintura se trata de confeccionar un rostro, posiblemente ya sólo ornamental y desprovisto de su carácter de protector del líquido vertido.

Dicho todo esto, queremos concluir con unas reflexiones sobre las pinturas en la cerámica celtibérica caucense. Buena parte de lo que ellas muestran no hace sino reafirmar lo que se ha dicho sobre otros yacimientos.

1. Las primeras cerámicas a torno decoradas con pintura que conocen los caucenses y las gentes del castro Cuesta del Mercado son las importadas del mundo ibérico del sureste, a través de enclaves intermedios albacetenses y conqueses como, por ejemplo, el Cerro de Los Encaños (poblado de Villar II, Gómez Ruiz, 1986, 314 y ss.). De pastas blanquecinas y amarillentas, algo porosas y pintadas con bandas rojas vinosas en el hombro y labio (interno y externo), con círculos, semicírculos o cuartos de círculos concéntricos, todos los fragmentos que de estas conocemos en Coca son hallazgos de superficie o pertenecientes a niveles cronológicos que no les corresponden (residuales, no perduraciones). Si, como han puesto de manifiesto elocuentes estratigrafías como las de La Mota (Seco y Treceño, 1993), estas especies están presentes en las campiñas meridionales del Duero desde el siglo VI a.C. (tímidamente) y hasta el IV, hemos de pensar que el gusto por las bandas pintadas, los círculos y semicírculos concéntricos empieza a desarrollarse en esta zona desde finales del Hierro I. Los primeros productos a torno ya celtibéricos en Coca muestran esta serie de decoraciones simples. Otra cuestión es la de las bandas bícromas: una gruesa banda anaranjada o rojiza delimitada por dos ocre más finas. Estas, a veces, constituyen el único motivo pictórico del vaso, y están presentes en Coca desde, al menos, finales del siglo III a.C. Recientemente se han hecho eco de este problema M.V. Romero, F. Romero y G.J. Marcos (1993, 257 y 258) con opiniones acertadas, a nuestro modo de ver. Su abundancia y antigüedad en Coca nos obliga a mirar de nuevo hacia la Submeseta Sur, pues parece posible que por su ubicación dentro del mundo vacceo (no vettón, como en algún lugar se ha dicho: Galán Domingo, 1989-90, 183, 186 y 187) fuera más permeable a influencias meridionales. Es atractivo tratar de hacerlas arrancar de las cerámicas turdetanas, pero esta tesis choca con problemas insolubles por el momento. Por ejemplo, aunque productos exóticos de origen meridional llegan a poblados y necrópolis ubicados entre el Tajo y el Duero, los hallazgos de fragmentos turdetanos al norte del Tajo son extremadamente raros. Más que al Guadalquivir habría que mirar hacia el sureste y hacia esa zona intermedia formada por el norte de Albacete, la provincia de Cuenca y oriente de la de Toledo. Ya hace años M. Almagro-Gorbea puso de relieve la importancia del oriente de la Submeseta Sur como receptora de elementos ibéricos del sureste y transmisora hacia el norte (1976-78). Pero tampoco esta tesis está libre de objeciones. Lo cierto es que en Coca se desarrolla un especial gusto por las bandas bícromas ya desde el siglo III a.C.

2. A juzgar por otros yacimientos, en los primeros momentos de la cerámica celtibérica pintada las decoraciones son monocromas y posteriormente se dan las policromas. Sin embargo, en Coca aún no hemos identificado niveles puros de cerámicas monocromas y/o sin pintura, anteriores a la aparición de la bicromía en bandas. En los niveles VI y V de la excavación de El Cementerio (que creemos del siglo III a.C. y son los primeros con cerámica a torno) aparecieron bandas, círculos y semicírculos concéntricos monocromos en convivencia con las bandas bicromas. Son esos unos niveles idénticos en materiales al III de la Cata A de M.V. y F. Romero y G.J. Marcos (1993, 238 y ss.). Los hornos vacceos excavados en 1989-90 (Blanco García, 1992) marcarían, dentro del Celtibérico Pleno, un momento en esa larga convivencia entre las pinturas monocromas y las bandas bicromas. Ambas especialidades perdurarán incluso hasta el cambio de Era o después, coexistiendo en esos momentos finales con aquellas en las que se utiliza el color blanco. Entre las tardoceltibéricas posteriores al cambio de Era, las bandas policromas se vuelven muy raras en Coca. Lo mismo observamos en Roa (Sacristán y Pérez, 1986-88, 86 y ss.) y en Uxama (García Merino, 1990, 116 y ss.), por ejemplo.

Cauca es uno de los yacimientos vacceos que más cerámicas policromas ha dado. Si nos fijamos exclusivamente en aquellas en las que el color blanco entra en la composición, por ejemplo, hasta el momento conocemos varias decenas de fragmentos, procedentes de excavación y de hallazgos superficiales, tanto de *Cauca* como del vecino castro de La Cuesta del Mercado. En este último, marcan estas cerámicas el momento de abandono (Fig. 2, nº 8), junto a otros elementos, o su ausencia. Lo frecuente en Coca es que el color blanco sirva de fondo para "SSS" en pintura ocre cubriendo anchas bandas, para guirnaldas o series metopadas. En la excelente estratigrafía que tuvimos la suerte de documentar en la calle Azafrañales nº 5, el Nivel XII estaba repleto de fragmentos policromos con pinturas blancas y bajo él las características grises estampilladas de fines del siglo II y primer cuarto del I a.C. (Blanco García, 1993b). Lo mismo se observa en Tierra de las Monedas III. Con ello, se confirma una vez más la baja cronología de las pinturas blancas, centradas en la segunda mitad del I a.C.

3. Por el momento, y mientras no se avance más en este campo de las cerámicas celtibéricas pintadas de tema figurativo en el área vaccea, nos parece lo más adecuado hacer derivar los ejemplares de Coca del foco numantino. La iconografía es la misma que la del yacimiento soriano, repartida en similares porcentajes entre los distintos motivos zoomorfos, siguiendo idénticas pautas compositivas, adaptándose plenamente al marco que las sustenta y con cronologías paralelas.

A pesar de ser el caucense un conjunto de relativa importancia dentro del área vaccea, no es extraño que estén ausentes muchos de los animales que aparecen en Numancia (toros, mariposas, cabras, grifos, etc.), abigarradas composiciones de elementos zoomorfos y geométricos de claro contenido simbólico o la figura humana. No hay representaciones zoomorfas en perspectiva cenital (Romeo y Sanz, 1992, Fig. 1), a pesar de ser el de Coca un conjunto mucho más amplio que el de la cercana Segovia, donde sí están presentes (Ortega y González, 1975, Fig. 5). De los miles de fragmentos cerámicos recuperados en Coca hasta hoy (salvo que haya algún otro en los sondeos, aún inéditos, efectuados por el Servicio de Arqueología de Segovia), sólo estos dieciocho llevan pinturas figurativas. Un porcentaje muy bajo, pero a tener en cuenta en el área vaccea.

Coca debió de ser un foco de recepción de elementos pictóricos figurativos vasculares procedentes de Numancia, que luego imitarían los alfareros locales como partícipes que eran de la misma cultura material que sus homólogos sorianos, y tal vez los difundieron entre las gentes del área de influencia de *Cauca*. De este modo, nos hemos introducido en una problemática importante: ¿es posible que a *Cauca* llegaran auténticas importaciones numantinas, luego imitadas por los ceramistas caucenses?, ¿toda la iconografía, técnicas de representación y elementos secundarios son subsidiarios de aquel magno yacimiento o hay elementos de personalidad local?, ¿se puede hablar de *Cauca* como foco redistribuidor de cerámicas pintadas con motivos figurativos en su *hinterland*?

En el actual estado de la investigación, no es posible ni siquiera tratar de acercarnos a respuestas con visos de verosimilitud para estas cuestiones. Que a *Cauca* llegaron vasos decorados con pinturas figurativas fabricados en Numancia, parece muy lógico, pero cómo habrán de ser discernidos en el futuro. Los análisis de pastas no siempre resuelven estos problemas. Del mismo modo que cereales vacceos eran llevados a Numancia, como testifican las fuentes, vinieron al Duero Medio productos manufacturados, innovaciones técnicas e intelectuales.

Sería posible detectar elementos iconográficos y técnicas de representación locales si en lugar de contar con tan corto número de fragmentos se dispusiera de cien veces más. Sobre esta cuestión no podemos decir nada. Y mucho menos de la supuesta redistribución a partir de *Cauca* en los yacimientos más próximos: Cerro de la Virgen de Tormejón (Armuña), Cuéllar, LLano de Olmedo, Matapozuelos, etc. En el único yacimiento donde sí nos parece que se produjo una auténtica distribución de productos artesanales fabricados en *Cauca* (sobre todo cerámica), es en el castro de La Cuesta del Mercado, a sólo seiscientos metros en línea recta desde el extremo occidental de Los Azafranales (Blanco García, en prensa).

Cabría preguntarse si estas decoraciones figurativas son puramente ornamentales o encierran algún contenido simbólico. No hay en Coca pinturas clara-

mente simbólicas como ocurre en muchos vasos de Numancia o en fragmentos dispersos de otros yacimientos. Las connotaciones religioso-funerarias, económicas o sociales de las aves, los peces o los caballos han sido puestas de manifiesto por diversos autores, pero parece que a medida que el tiempo transcurre ese simbolismo va cediendo importancia a la función decorativa. Lo que está claro es que estas pinturas figurativas en cerámica son un signo más de identidad -consientemente realizado- de los celtíberos y etnias vecinas que participan de su misma cultura material. Como bien ha puesto de manifiesto M. Ruiz-Gálvez (1990, 346), siguiendo tesis antropológicas, el estudio de las decoraciones cerámicas podrá marcar en el futuro diferencias territoriales o étnicas que hoy nos resultan poco visibles.

4. Dejando al margen la cerámica común y sin ánimo de querer encorsetar el fenómeno de la cerámica celtibérica pintada de *Cauca* (pues los solapamientos, perduraciones y regresiones son frecuentes, como en cualquier otro yacimiento, y es lo que ha dado ese aspecto tan uniforme al conjunto de la oxidada), hemos observado a lo largo de varios años y en diferentes estratigrafías ciertos rasgos que pueden ayudar a establecer una periodización interna relativa, con aplicación aproximada a períodos absolutos. Con las excepciones que se quieran, de modo provisional y con la idea de que este esquema en el futuro podamos cimentarlo mejor aportando más detalles, en *Cauca* la secuencia parece ser la siguiente (tomando los umbrales en sentido puramente orientativo):

a) *Desde la llegada del torno y el horno de alta temperatura a la zona hasta principios del último tercio del siglo II a.C.* No podemos aislar en *Coca*, por el momento, una etapa inicial de cerámicas celtibéricas previas al Celtibérico Pleno. Buena parte de las torneadas de esta fase conviven con la elaboradas a mano, decoradas a peine, con diversos tipos de estampillas o bien lisas. Las decoraciones habituales en las celtibéricas oxidadas son: bandas monocromas, anchas bandas bicromas, círculos, semicírculos y cuartos de círculo concéntricos (siempre de muchos trazos: de seis a doce), series de rombos encadenados (en horizontal y en vertical), dientes de lobo en los labios externos de los platos y fuentes, escasos enrejillados y líneas onduladas, entre las más frecuentes.

Salvo las bandas bicromas, todo este conjunto es monocromo, en una variada gama de tonos que van desde el ocre claro al casi negro. Evidentemente, los vasos con pinturas monocromas y bicromas se siguen fabricando hasta el final del celtiberismo, pero no constituyen la norma como en este período. Del mismo modo que hay elementos cuyo apogeo se da en etapas posteriores pero ya se pueden rastrear sus precedentes en esta: líneas sinuosas, enrejillados, etc.

Respecto a las formas, es la fase de los bordes de "palo de golf" y de

“cabeza de pato” simples en los vasos de almacén. Sobre los primeros, sí hemos observado que cuanto más antiguos más voladizos son, mayor es el ala. Platos y fuentes, dentro de su escasez en Coca, son más abundantes en esta etapa Clásica. La tipología de cuencos es más variada ahora que en las fases posteriores. Los boles, por ejemplo, son de dimensiones grandes y a medida que pasa el tiempo tienden a reducirse, a tener baquetones múltiples y carenas, a transformar sus bases umbilicadas en planas. Botellas y embudos, que diversos autores consideran productos tardíos, ya están presentes en estos momentos y de los últimos habría que decir que en Coca desde el siglo III a.C. No debe extrañarnos esta alta cronología para el embudo en Coca, pues en la sepultura 550 (Zona IV) de La Osera -de fines del III a.C., posiblemente-, ya está presente. Los que son extremadamente raros en Coca son los altos fustes estriados tan frecuentes en Numancia o en Roa, tanto en esta como en las etapas posteriores. Prácticamente están ausentes y no se nos ocurre ninguna explicación para ello. También son formas inexistentes o muy raras en Coca las tazas troncocónicas (Forma 6 de A. Castiella, 1977, 326 y ss. o III de Hernández Vera, 1982, 202 y ss., fechadas en Navarra y Rioja desde comienzos del IV a.C. y posteriormente en el Valle del Duero) y las jarras tipo “bock”, si lo comparamos con yacimientos ubicados al norte del Duero. Una vez más, se vislumbra la existencia de diferencias zonales en cuanto a la dispersión de formas y decoraciones cerámicas, como hace años señaló Martín Valls (1986-87, 81), pero aún es una cuestión insuficientemente investigada.

La jarra es otra forma documentada en Coca con anterioridad a fines del siglo II a.C., pero siempre de pico y cuerpo ovoide o bulboso y perfil anguloso. También los grandes vasos de perfil acampanado o caliciforme (Forma IA de E. Wattenberg), siempre pintados.

b) *Ultimo tercio del siglo II a.C. y primer cuarto del siguiente.* Esta fase entraría también dentro del Celtibérico Pleno de J.D. Sacristán. Por lo que a las cerámicas anaranjadas se refiere, esta fase no tiene entidad propia como para justificar este desgajamiento. La entidad les viene de su convivencia con las grises incisas y estampilladas, de tacto céreo, que estuvieron de moda en estas décadas a caballo entre el siglo II y el I a.C., y no sólo en época sertoriana (Sanz Mínguez y otros, 1993, 143).

Aunque F. Wattenberg hacía llegar la convivencia de las cerámicas a mano con las torneadas hasta la caída de Numancia y hoy día existe un rechazo generalizado de esta idea, es posible que el eminente investigador no estuviera tan descaminado como se cree. Tal vez porque *Cauca* es el núcleo vacceo más meridional y, por tanto, más próximo al área abulense, aquí se siguieron elaborando cerámicas de tipo Cogotas II hasta avanzado el siglo II a.C. sin que podamos, por el momento, fijar una fecha aproximada para su caída definitiva en desuso. Parte

del éxito que tuvieron en *Cauca* las grises estampilladas a torno de tacto céreo a finales del siglo II a.C. y comienzos del siguiente, se debe a la perduración de las tradicionales estampilladas a mano de finales de Cogotas II.

En las cerámicas torneadas oxidantes, siguen estando presentes los motivos y esquemas decorativos de la fase anterior, pero el aspecto monolítico que ofrecían lo van perdiendo. Los círculos concéntricos se vuelven muy raros, los semicírculos habituales tienden a ser de menos trazos y algo más delgados, también empiezan a escasear las series de rombos en tinta llena y las puntas de sierra o dientes de lobo, las bandas bicromas son cada vez menos anchas, etc. A esto se une el que los enrejillados son más frecuentes, los triángulos y óvalos en lugar de rellenarse de pintura se cubren con líneas paralelas, los escaleriformes y las líneas serpenteantes (simples o dobles) son más frecuentes, etc. Como motivos que ya están presentes en esta fase pero que su momento de máximo apogeo es la siguiente, encontramos las guirnaldas colgadas de una línea, las "SSS" en cadena, las bandas metopadas, las svásticas, los triángulos de vértice inferior muy apuntados hacia la base y que arrancan casi desde el borde y, por supuesto, los motivos figurativos. A través de algunos de los fragmentos aquí presentados podemos decir que con anterioridad a las Guerras Sertorianas la figuración pintada en la cerámica ya es un hecho. La jarra de pico y cuerpo ovoide o bulboso de la Fig. 3 (nº 5), es, por su contexto, la cerámica con decoración figurativa (¿aves?) más antigua de *Cauca* hasta ahora conocida. Contexto que, dicho sea de paso, plantea problemas no de modernidad, sino precisamente de antigüedad. Las grises estampilladas nos han servido de fósil guía para detectar esta evolución en las decoraciones de las cerámicas oxidadas. No obstante, el continuismo es lo más destacado, en lo referente a esas cerámicas anaranjadas. La moda de las torneadas grises con incisiones y estampillas arraiga especialmente en *Cauca* y es posible que este núcleo se convirtiera en "exportador" de esa moda. Sin embargo, aún no conocemos claros prototipos caucenses en cerámica a mano como han aparecido en otros yacimientos (Gómez y Sanz, 1993, Fig. 11, nº 3), y mucho menos en plata. Es evidente que en estas producciones grises se sintetizan elementos antiguos y modernos, influencias de diferentes ámbitos culturales, pero lo más importante es que, al menos en *Cauca*, sirven para marcar una línea de separación en la uniformidad secular de las producciones oxidadas, de modo que podemos hablar de cerámicas celtibéricas anteriores, coetáneas y posteriores a las grises.

c) *Desde el final de las Guerras Sertorianas hasta el cambio de Era.* Hemos querido hacer terminar este período en el punto de inflexión de ambas Eras por independizar estas producciones avanzadas celtibéricas de las propiamente tardo-celtibéricas, aunque quede dentro la primera fase de éstas, la que va desde mediados del siglo I a.C. hasta ese cambio de Era.

Desgraciadamente, en los niveles del siglo I a.C. de las estratigrafías de Coca no hemos podido documentar ni una sola moneda celtibérica, romana republicana o hispanolatina de época de César o Augusto que nos ayudasen a precisar más. Durante esta fase de celtiberismo tardío (aunque siguen estando presentes tipos y decoraciones de las anteriores en la cerámica roja y los fragmentos de grises estampilladas son claramente residuales), proliferan enormemente los cuencos de tipo bol de pequeñas dimensiones con carenas, baquetones (sencillos y múltiples) y bases planas, los platos y fuentes de ala menos ancha que en tiempos pretéritos, los perfiles caliciformes, los baquetones y molduras en la pasta o los pies anulares y compuestos por influencia de la campaniense. Botellas, toberas, embudos e incluso los únicos casos de *kalathos* caucenses, tienen ahora su momento álgido. En los vasos de almacén (menos abundantes ahora y de dimensiones algo más pequeñas), son muy escasos los bordes de “cabeza de pato” porque se han pegado tanto al cuerpo que, en algunos casos, han derivado en bordes engrosados en “ocho”. Los bordes de “palo de golf” también son escasísimos y, además, de ala estrecha. Las asas alcanzan también cierto barroquismo, pues, además de las de sección circular, ahora se elaboran más frecuentemente las de dos o tres cordones o aquellas en las que se deja un profundo canal en el que luego se incrusta una trenza de dos o tres cordones de arcilla y se pinta con líneas transversales.

En las decoraciones, esta es la época de mayor auge de las líneas serpenteantes (sencillos o dobles) que recorren el labio externo o flanquean baquetones; de las guirnaldas barrocas; de los semicírculos concéntricos de pocos trazos, y muy delgados; de los triángulos, rectángulos o rombos enrejillados; de los frisos de “SSS”, habitualmente sobre pintura blanca; de las fajas metopadas en las que se pintan curvas afrontadas, svásticas simples, dobles e incluso triples, aspas, serpentiformes; y de los muy escasos elementos figurativos que han motivado estas páginas. En composiciones monocromas o policromas, evolucionarán hasta dar origen a las propiamente tardoceltibéricas.

Las policromas con pinturas blancas están presentes en estos momentos tal vez pasado el comedio del siglo I a.C. y se continúan esporádicamente tras el cambio de Era. Estas pinturas blancas habitualmente en Coca no cubren el vaso por completo, sino que son utilizadas de fondo para series de “SSS”, en las fajas metopadas o para remarcar baquetones y molduras. La paterita de nuestra Fig. 2 (nº 8) es el único caso conocido hasta ahora en Coca en el que la pintura blanca se ha extendido íntegramente por ambas superficies.

d) *La fase tardoceltibérica posterior al cambio de Era.* Los primeros momentos de las tardoceltibéricas hemos creído conveniente incluirlos en la etapa anterior y dejar para esta las de la Nueva Era. A partir de los estudios de J.D.

Sacristán (1986, 221 y ss., 1986-87) y F. Pérez (Sacristán y Pérez, 1986-88) adquirieron carta de naturaleza estos conjuntos. No vamos a insistir en sus características porque sería repetir lo señalado por ellos y otros autores. Sí decir que en Coca están muy bien representadas estas cerámicas, tendiendo las pastas a ser de peor calidad que las de época Plena. Las decoraciones son más descuidadas, como si los alfareros a fuerza de repetir lo mismo hubieran caído en desgana. Da la impresión de que la demanda de cerámicas torneadas pintadas de estilo celtibérico había llegado a tal extremo que lo que importaba era más atenderla que entretenerse en el cuidado de las decoraciones.

Madrid, Abril de 1994.

BIBLIOGRAFIA

- ALMAGRO-GORBEA, M. (1976-78) "La iberización de las zonas orientales de la Meseta Sur." *Ampurias*, 38-40, 93-156. Barcelona.
- ARLEGUI SANCHEZ, M. (1992) "Las cerámicas de Numancia con letrero ibérico." *Actas del II Symposium de Arqueología Soriana*, Vol. I, 473-494. Soria.
- BLANCO GARCIA, J.F. (1992) "El complejo alfarero de Coca (Segovia)." *Revista de Arqueología*, 130, 34-41. Madrid.
- (1993a) "Excavación en la Avenida de la Constitución (Coca, Segovia)." *Numantia. Arqueología en Castilla y León*, 4, 159-173. Valladolid.
- (1993b) "La cerámica celtibérica gris estampillada en el Centro de la Cuenca del Duero. Las producciones de Coca (Segovia)." *BSAA*, LIX. Valladolid.
- (en prensa) "El castro protohistórico de La Cuesta del Mercado." *CuPAUAM*, 21. Madrid.
- CASTIELLA, A. (1977) *La Edad del Hierro en Navarra y Rioja*. Pamplona.
- GALAN DOMINGO, E. (1989-90) "Naturaleza y Cultura en el mundo celtibérico." *Kalathos*, 9-10, 175-204. Teruel.
- GARCIA GUINEA, M.A. y otros (1966) *Excavaciones en Monte Cildá. Olleros de Pisuerga (Palencia). Campañas de 1963-65*. EAE, 61. Madrid.
- GARCIA MERINO, C. (1990) "Algunas consideraciones sobre la cerámica celtibérica pintada y su evolución hacia la pintada de época imperial: el caso de Uxama." *AEspA*, 63, 115-135. Madrid.
- GOMEZ, A. y SANZ, C. (1993) "El poblado vacceo de Las Quintanas, Padilla de Duero (Valladolid): Aproximación a su secuencia estratigráfica." en Romero, F., Sanz, C. y Escudero, Z. (Eds.), *Arqueología Vaccea. Estudios sobre el Mundo Prerromano en la Cuenca Media del Duero*, 335-370. Valladolid.
- GOMEZ RUIZ, A. (1986) "El Cerro de Los Encaños (Villar del Homo, Cuenca)." *NAH*, 27, 265-342. Madrid.
- HERNANDEZ VERA, J.A. (1982) *Las ruinas de Inestrillas. Estudio arqueológico. Aguilar del Río Alhama, La Rioja*. Logroño.
- MAÑANES, T. (1983) *Arqueología vallisoletana, II. Torozos, Pisuerga y Cerrato (Estudios arqueológicos de la Cuenca del Duero)*. Valladolid.

- MARTIN VALLS, R. (1986-87) "La Segunda Edad del Hierro: consideraciones sobre su periodización." *Zephyrus*, XXXIX-XL, 59-86. Salamanca.
- MOREDA, J. y NUÑO, J. (1990) "Avance al estudio de la necrópolis de la Edad del Hierro de El Pradillo. Pinilla Trasmonte (Burgos)." en Burillo, F. (Coord.), *II Simposio sobre los Celtíberos. Necrópolis Celtibéricas*, 171-181. Zaragoza.
- OLMOS, R. (1986) "Notas conjeturales de iconografía celtibérica. Tres vasos de cerámica policroma de Numancia." *Numantia. Arqueología en Castilla y León*, II, 215-225. Valladolid.
- ORTEGA, L. y GONZALEZ, C. (1975) "Segovia celtíbera." *Bol. Inf. de la A.E.A.A.*, 4, 22-25. Madrid.
- RAGA, M. y TAMAMES, C. (1991) "Un estudio de aproximación a la forma cerámica ibérica *kalathos* en Llíria y su *hinterland*." *Lauro*, 5, 141-157. Valencia.
- ROMERO, F. (1974) "Simetría y composición en la pintura cerámica de Numancia. Análisis de algunos aspectos." *Studia Archaeologica*, 32, 93-108. Valladolid.
- (1976a) *Las cerámicas policromas de Numancia*. Valladolid.
- (1976b) "Notas de cronología cerámica numantina." *BSAA*, XLII, 377-392. Valladolid.
- (1992) "Las cerámicas con decoración policroma." *Las Cerámicas de Numancia* (Arevacon, 17), 13-20. Soria.
- ROMERO, F. y SANZ, C. (1992) "Representaciones zoomorfas prerromanas en perspectiva cenital. Iconografía, cronología y dispersión geográfica." *Actas del II Symposium de Arqueología Soriana*, Vol. I, 453-471. Soria.
- ROMERO, M.V., ROMERO, F. y MARCOS, G.J. (1993) "*Cauca* en la Edad del Hierro. Consideraciones sobre la secuencia estratigráfica." en Romero, F., Sanz, C. y Escudero, Z. (Eds.), *Arqueología Vaccea. Estudios sobre el Mundo Prerromano en la Cuenca Media del Duero*, 223-261. Valladolid.
- RUIZ-GALVEZ, M. (1990) "Propuesta para el estudio e interpretación de las necrópolis sin armas." en Burillo, F. (Coord.), *II Simposio sobre los Celtíberos. Necrópolis Celtibéricas*, 343-347. Zaragoza.
- SACRISTAN, J.D. (1986) *La Edad del Hierro en el Valle Medio del Duero. Rauda (Roa, Burgos)*. Valladolid.
- (1986-87) "Sobre la formación de los conjuntos cerámicos tardoceltibéricos." *Zephyrus*, XXXIX-XL, 179-183. Salamanca.
- SACRISTAN, J.D. y PEREZ, F. (1986-88) "Un interesante conjunto cerámico tardoceltibérico." *Sautuola*, V, 81-113. Santander.
- SANZ MINGUEZ, C. (1993) "Uso del espacio en la necrópolis celtibérica de Las Ruedas, Padilla de Duero (Valladolid): cuatro tumbas para la definición de una estratigrafía horizontal." en Romero, F., Sanz, C. y Escudero, Z. (Eds.), *Arqueología Vaccea. Estudios sobre el Mundo Prerromano en la Cuenca Media del Duero*, 371-396. Valladolid.
- SANZ MINGUEZ, C. y otros (1989) *Padilla de Duero. Investigaciones Arqueológicas 1985-1989*. Valladolid.
- SANZ MINGUEZ, C. y otros (1993) "La necrópolis vaccea de Carralaceña, un nuevo conjunto funerario del complejo arqueológico Padilla-Pesquera de Duero (Valladolid)." *Numantia. Arqueología en Castilla y León*, 4, 129-147. Valladolid.
- SECO, M. y TRECEÑO, F.J. (1993) "La temprana iberización de las tierras del sur del Duero a través de la secuencia de La Mota, Medina del Campo (Valladolid)." en Romero, F., Sanz, C. y Escudero, Z. (Eds.), *Arqueología Vaccea. Estudios sobre el*

Mundo Prerromano en la Cuenca Media del Duero, 133-171. Valladolid.

TARACENA, B. (1929) *Excavaciones en las provincias de Soria y Logroño.* Mem. JSEA, 103. Madrid.

WATTENBERG, E. (1978) *Tipología de cerámica celtibérica en el valle inferior del Pisuerga (yacimientos de Tariego, Soto de Medinilla y Simancas).* Valladolid.

WATTENBERG, F. (1959) *La Región Vaccea. Celtiberismo y romanización en la Cuenca Media del Duero.* BPH, II. Madrid.

— (1963) *Las cerámicas indígenas de Numancia.* BPH, IV. Madrid.

Est. I

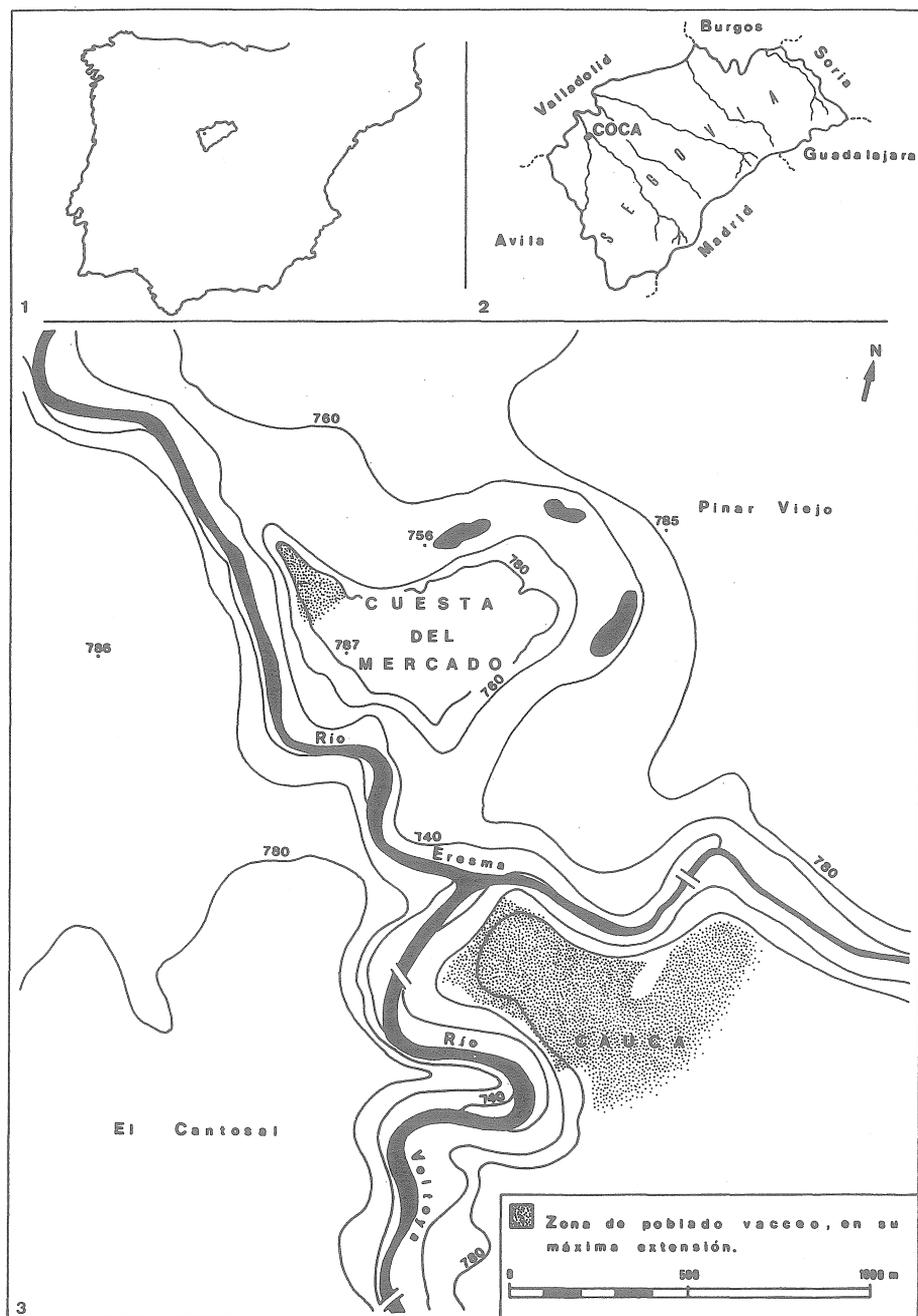


Fig. 1 — Localización de los yacimientos en la Península Ibérica (1), y en la provincia de Segovia (2). Extensión de la *Cauca* vaccea en relación con el poblado de La Cuesta del Mercado (3). M.T.N. E. 1:50.000, Hojas nº 428 y 429 de Olmedo y Navas de Oro, respectivamente (Eds. por el S.G.E., en 1974), donde hemos añadido la curva de nivel de 760 m en La Cuesta del Mercado para mayor detalle (tomada del Parcelario).

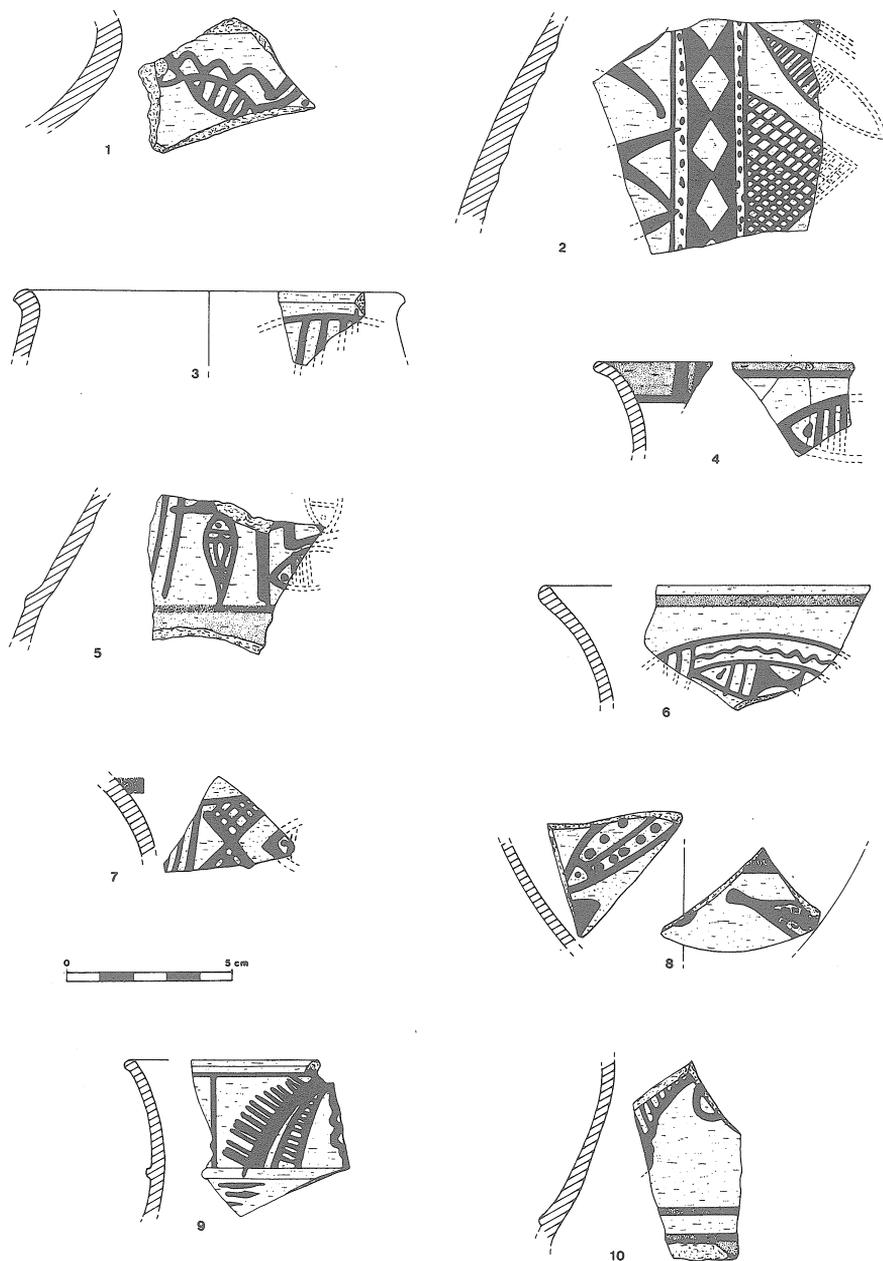


Fig. 2 — Peces (nº 1 a 8) y prótomos de caballo (nº 9 y 10).

Est. III

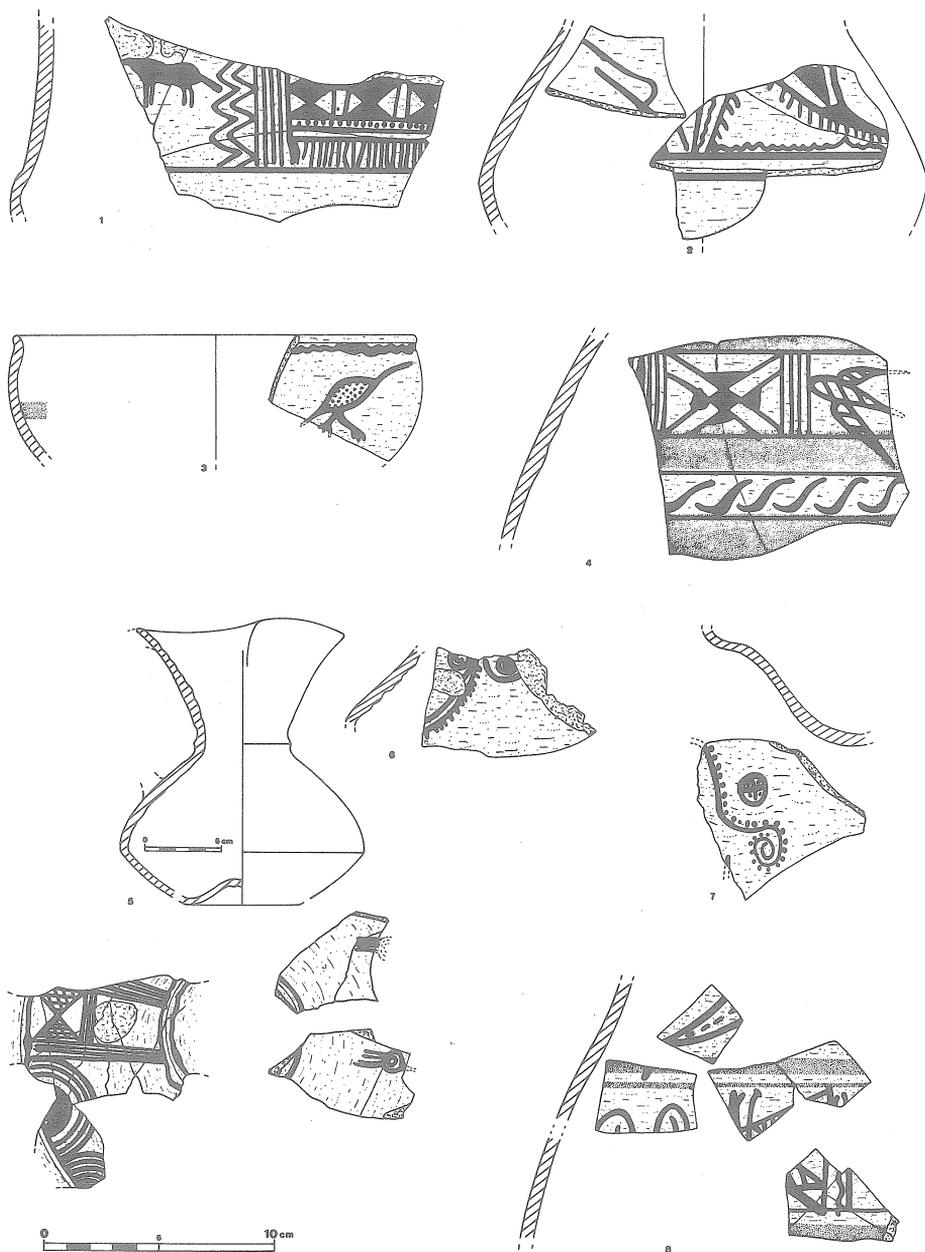


Fig. 3 — Posible caballo (nº 1), geometrización de la parte posterior de un caballo (nº 2), ave zancuda (nº 3), golondrina o vencejo (nº 4), posibles aves con cresta (nº 5), motivos indefinidos (nº 6 y 8), óculo en el pico de una jarra (nº 7).

POBLAMIENTO CASTREÑO EN EL TERRITORIO PRAVIANO – CONCEJOS DE PRAVIA Y MUROS DEL NALÓN – (ASTURIAS)

por

Paloma García Díaz

Resumen: En este artículo se localizan y describen nueve castros del territorio de Pravia. Se analiza la documentación medieval, moderna y toponímica, y se presentan los correspondientes levantamientos planimétricos.

Palabras-clave: Castros. Habitat. Prospección.

Summary: Nine «castros» from the area of Pravia (Asturias) are located and described. This paper analyzes toponymic information, medieval and modern records, and shows the specific topography of each site.

Key-words: “Castros”. Settlement. Survey.

INTRODUCCION

Uno de los asentamientos más representativos del NW peninsular de época prerromana y romana es el castro (término derivado del *castrum* latino), denominado así por tratarse de un lugar fortificado.

El Principado de Asturias, dentro de esta órbita, está jalonado en su geografía, por este tipo de yacimientos vinculados al mundo prerromano, a las explotaciones mineras de oro del occidente asturiano en época romana y a un momento, aún indeterminado del medievo, en el que se volvieron a utilizar, en parte, este tipo de fortificaciones.

Todavía son muchas las incógnitas, que pesan sobre estos asentamientos y su ergología debido, como es lógico a la falta de investigación, pese a los progresos habidos en la última década.

Un paso previo y muy importante para el estudio de la cultura castreña y, en general, para el resto de las culturas antiguas, es la prospección sistemática de

campo encaminada a la localización de yacimientos.

La posibilidad de localizar y situar los yacimientos en el terreno de forma correcta facilita una visión general de la dispersión de poblamiento existente, derivada del análisis de la situación topográfica, visibilidad, relación entre asentamientos, dimensiones, etc..., pudiéndose incluso vislumbrar la funcionalidad que tuvieron.

El objetivo de este trabajo de investigación ha sido la localización sistemática de yacimientos de tipo castreño y su posterior interpretación con relación a las variables que presenta el propio territorio en cuanto a topografía, vías, etc...¹.

El estudio que hemos llevado a cabo se ha basado en la bibliografía al uso y en las fuentes documentales medievales o toponímicas pero, sobre todo, en la prospección de campo. No se ha efectuado ninguna excavación ni se ha localizado ningún tipo de material significativo. Hemos avanzado sencillamente en el conocimiento del número de yacimientos localizados y sobre todo, en el estudio de sus condiciones topográficas. Esta tarea de carácter descriptivo la consideramos imprescindible para progresar en la investigación arqueológica de la zona. Por razones administrativas (es decir, económicas) hemos tenido que postergar para otro momento, la obtención de datos cronológicos ajustados que solamente podrán lograrse mediante los sondeos oportunos en los yacimientos².

El marco geográfico del territorio pravianos³, debe situarse dentro de las características generales, tanto de relieve, como climáticas, hidrográficas, edafológicas, y de vegetación, de la zona centro occidental asturiana (SCHULZ, 1830; M. G. E. , 1978, hojas 13 y 28; QUIROS LINARES, 1978 Y 1982; LOPEZ DE LA TORRE, 1982).

Tanto el concejo de Pravia como el de Muros del Nalón, se encuentran situados en la cuenca baja del río Nalón, entre los 6° 14' 18" y los 6° 3' 54" de

¹ Agradezco el apoyo y consejos constantes recibidos de la Prof. C. Fernández Ochoa, sin los cuales nunca hubiera realizado este trabajo; deseo agradecer también la ayuda recibida tanto en el campo como en la realización de los dibujos de C. Fernández Vaquero; así como la cooperación prestada en el campo por D. Pérez Fernández, E. Fraile, A. Martínez Pleite, M. Arango y P. Arango; al Ilmo. Ayuntamiento de Pravia que facilitó la posibilidad de realizar el levantamiento topográfico del Castro del Cogollo de Selgas; a D. José Luis Suárez que desinteresadamente me proporcionó el levantamiento topográfico del castro de Dña. Palla; al heredero del archivo del Prof. J. M. González, Diógenes González, quien puso a mi disposición innumerables datos sobre las prospecciones de campo de dicho investigador, todas ellas inéditas; y a muchos pravianos que de forma desinteresada han colaborado en este estudio.

² Todas estas prospecciones, han sido realizadas tras haber sido concedidos los permisos pertinentes de la Consejería de Cultura del Principado.

³ Al tratarse de ambos concejos (Pravia y Muros del Nalón) del mismo conjunto geográfico, nos referiremos a ellos a lo largo de este estudio llamándose tanto territorio pravianos, como comarca pravianos. Queremos señalar también, que esta separación en dos concejos diferentes es una cuestión histórica y que hasta mediados del s. XIX, tanto el actual concejo de Pravia, como el de Soto del Barco, Muros del Nalón, Cudillero y parte del de Lueca, pertenecían al antiguo concejo de Pravia.

longitud W. y los 43° 25' 0" y los 43° 32' 5" de latitud N.

1. METODOLOGIA

La metodología empleada en este estudio ha sido la siguiente: se realizó una recogida general de datos tomados de documentación medieval y de bibliografía moderna y contemporánea. Todos los datos reunidos en esta primera fase del trabajo se han apuntado en la descripción de cada yacimiento.

Posteriormente se llevó a cabo un análisis toponímico sobre la cartografía y directamente en el terreno, tomando como base los datos obtenidos en el trabajo de La Vía de La Mesa (GARCIA DIAZ, 1989).

Tras esa primera fase de estudio se procedió a la localización de yacimientos y a la recogida de datos, tanto de la descripción de la fortificación, como de levantamientos planimétricos, o documentación gráfica.

Para la recogida de datos se utilizó la ficha propuesta por Romero Masiá (1984-85, 35) que se adecuaba perfectamente a nuestras necesidades.

En cuanto a los levantamientos planimétricos, únicamente se ha podido realizar completamente el Castro del Cogollo de Selgas, debido a la gran cantidad de maleza existente en el resto de los yacimientos. Los otros asentamientos se han medido parcialmente, es decir, se han tomado las medidas de la parte superior o corona del recinto⁴ y en algunas ocasiones de las defensas para realizar croquis acotados, que también aportan gran información.

La utilización de la fotografía aérea no ha dado ningún resultado, debido a la existencia de plantaciones de pinos y eucaliptos que enmascaran la topografía del terreno. La acción antrópica también ha colaborado en la desfiguración del paisaje (realización de nuevos caminos, roturación de antiguos montes, construcción de casas...), haciendo que la fotointerpretación sea, si no imposible, muy difícil⁵.

2. DESCRIPCION DE LOS YACIMIENTOS PROSPECTADOS

A continuación se describen todos los yacimientos localizados, desde el punto de vista geográfico-topográfico y arqueológico. También se aportará toda

⁴ En el cuadro general de castros (Fig. 11), las dimensiones siempre se refieren a la parte superior del recinto excepto en el caso del Cogollo de Selgas y el Castillo de Loro que son dimensiones totales del recinto.

⁵ Para este estudio se han consultado:

— el vuelo del Ministerio de Hacienda de 1966, escala 1/5.000, clichés num. 481-483-491-540-541-543-556-557-599

— vuelo General de España. Ejército del Aire, 1985, escala 1/30.000.

la documentación recopilada sobre los mismos, tanto escrita como planimétrica.

EL CASTRO DE DOÑA PALLA (Figs. 2 y 3)

– Coordenadas: latitud 43° 29' 60"

longitud 2° 24' 40"

hoja num. 28 1/50. 000

Situado en el lugar del Castro en el pueblo de Peñaullán, concejo de Pravia. Se trata de un espolón de las estribaciones de la falda oeste de la Sierra de Fontebona, situado sobre el río Nalón.

Es una elevación de forma casi circular, de unos 90 m. de altitud. Se halla limitada al norte por el río Nalón, al este por el arroyo del Tiñoso y al oeste por otro reguero conocido con el nombre de Rosico. Este espolón está separado del continente por un gran foso artificial practicado en la parte sureste.

En la actualidad se encuentra cubierto completamente de eucaliptos y monte bajo, lo que hace difícil que se pueda hacer una descripción detallada del yacimiento y sus estructuras.

Este emplazamiento fué prospectado por primera vez el 22 de Agosto de 1951, por J. M. González catalogándolo como castro⁶.

Este mismo investigador vuelve en otras dos ocasiones al yacimiento, describiendo en su diario el deterioro que están sufriendo los restos que aún se conservan. Nuestra prospección se realizó el 30-11-1987. En esta visita se localizaron los restos que a continuación se describen.

En cuanto a arquitectura defensiva, en la parte sureste del yacimiento se observa un gran foso excavado en el terreno de paredes escarpadas. En su lecho se observan piedras procedentes de la parte alta del castro.

En la zona superior del recinto se observa un talud que rodea todo el área noroeste del mismo compuesto de piedras sueltas que presumiblemente proceden de una muralla que cercaría esta parte alta.

Dentro de este recinto se pueden ver dos estructuras: una rectangular de reducidas dimensiones situada en el sur, que parece que se realizó en época posterior a la posible muralla, ya que parte del muro sur descansa sobre ella; y una segunda estructura de mayores dimensiones, también rectangular, situada en el norte.

Dentro del recinto, en la zona norte se puede seguir el lienzo intramuros, realizado con piedra caliza y cantos rodados, formando un aparejo de mampostería irregular, aparejo que se puede observar también en los muros de las estructuras

⁶ Datos tomados del archivo personal de J. M. González.

internas.

Algunas de las piedras sueltas que se aprecian en el recinto conservan restos de cal.

Tanto en la zona del talud de piedras como dentro del recinto existen innumerables agujeros de furtivos. De hecho, J. M. González en sus descripciones, observó muros de hasta 3 m. de altura y una entrada arquitrabada. En un agujero de saqueadores descubrió un gran nivel de cenizas y “restos calcinados”.

En la actualidad los restos de muros que quedan no levantan más de 1 m.

Entre 1987 y 1990 este yacimiento fue excavado por J. F. Conde pero aún no se han publicado los resultados.

En cuanto a las dimensiones del recinto, solamente hemos podido medir la plataforma superior, con unas reducidas medidas de 30 x 40 m. pero creemos que se ha de considerar la totalidad de este pequeño montículo como yacimiento y no solo la parte superior por las siguientes razones:

— En primer lugar el foso que rodea al castro por la zona sureste, es una estructura artificial, realizada seguramente con un fin defensivo, para proteger la fortaleza por la zona más débil.

— Tanto en el este como en el oeste aparecen dos estructuras, de forma rectangular, junto a los arroyos que podrían tratarse de embarcaderos.

— En la planicie situada en el oeste en la parte inferior del castro, aparecían al arar restos de muros y muchas piedras, según testimonios de los vecinos.

— Entre la actual carretera comarcal y la falda norte del yacimiento, por donde se sitúa el túnel del tren, al comenzar las obras del mismo, apareció un tesorillo de monedas de oro (MALLO VIESCA, 1966). En la misma zona a finales del s. XIX el prof. Schulz (1983, 43), encontró una pequeña mina antigua, y aunque no pudo determinar el mineral exacto se inclinó hacia la posibilidad de que pudiera ser cobre.

En cuanto al acceso al yacimiento, la entrada debió de estar situada en el noroeste del recinto debido a que en el sureste está situado el gran foso artificial que impide el paso. Además en la actualidad se conserva un camino procedente de las casas del Tiñoso, situado al norte.

Desde la parte alta del castro se divisa toda la vega de Peñauillán, el castro de Agones, la Sierra de Santa Catalina, Bances y Santianes, aunque los árboles impiden ver exactamente qué territorio se domina.

En la prospección no se encontró ningún tipo de material.

Toponímicamente el lugar es conocido como el Castro de Dña. Palla, la Torre de Dña Urraca (BELLMUNT Y CANELLA, 1895, 443), la mina y la cantera; topónimos que confirman la existencia del yacimiento.

Desde el punto de vista cronológico, no se puede afirmar con seguridad la época histórica del yacimiento. Hacia 1803-1804, se localizó un torques en el

extremo sur del gran foso defensivo (MAYA GONZALEZ, 1983, 193; IDEM, 1988, 36). Así mismo, de época romana, se cuenta con el tesorillo de monedas romanas ya mencionado (FERNANDEZ OCHOA, 1982, 253; MAYA GONZALEZ, 1983, 193; IDEM, 1988, 36) y noticias de molinos giratorios (FERNANDEZ OCHOA, 1982, 253).

En cuanto a la utilización del asentamiento en época medieval, queda claramente reflejada a través de las noticias de la fortificación ofrecidas por Bances y Valdés (1911, 81-83, 352) y por las recientes excavaciones⁷. Parece que en algún momento del medievo, el castro se abandona.

EL CASTRO DEL COGOLLO DE AGONES (Fig. 4)

– Coordenadas: latitud 43° 30'

longitud 2° 26' 40"

hoja num. 13 y 28 1/50. 000

Situado en el monte denominado Pico La Forca o El Cogollo, en el pueblo de Agones, concejo de Pravia.

El Cogollo, es un monte aislado, situado a 200 m. de altitud. Tiene forma trapezoidal. Queda limitado al sur y oeste por el río Aranguín, al este por el arroyo del Cogollo y al norte por la Sierra de Santa Catalina.

El emplazamiento se prospectó el 6 de diciembre de 1988.

El monte está plantado de pinos y eucaliptos, también existe monte bajo, en la parte superior, donde se localiza el asentamiento, haciendo difícil una visión global del mismo.

El yacimiento enclavado en la parte más alta del monte posee una plataforma superior de 20 x 8 m., cubierta toda ella de piedras sueltas. En el límite oeste de la misma se observa un muro de unos 50 cm. de ancho que recorre toda la plataforma por el lado oeste y no se ha podido ver dónde termina. En esta plataforma también se localizan dos grandes agujeros de furtivos.

Por toda la zona oeste de este primer nivel, se aprecia un gran talud de piedras calizas que descansa sobre una segunda plataforma que rodea la primera por todo el sur. Este segundo anillo, en el sur, limita con un escarpe, del que, no se ha podido localizar el final.

No se encontró ningún tipo de material en la prospección.

Desde este castro se observa toda la vega del Aranguín en la zona de Agones, la vega de Peñaullán, la Sierra de Sandamías, la Sierra de Miraveche, el castro de

⁷ Excavación aún inédita. El Prof. Fernández Conde, director del proyecto nos ha indicado, que el material que sale es de época medieval.

Dña. Palla y la salida del río Aranguín de la vega de Arango.

En cuanto a los accesos del castro, actualmente, el monte conserva un viejo camino impracticable, procedente de las casas del Cogollo, situadas al este del poblado, tratándose quizás de una de sus antiguas entradas.

Bances y Valdés (1911, 5-6, 380), en su historia del concejo cita claramente este emplazamiento.

EL CASTRO DEL COGOLLO DE SELGAS (Fig. 5)

– Coordenadas: latitud 43° 28' 60"

longitud 2° 27' 60"

hoja num. 28 1/50. 000

El Cogollo de Selgas es un espolón, continuación de Las Autedas, situado sobre la vega de Arango a unos 110 m. sobre el nivel del mar. En la falda sur del monte se localizan las casas de Rediviña y a unos 200 m. al norte el lugar de Cabularco.

Dicho espolón limita por el oeste, con el reguero de Rediviña, al este con un gran escarpe natural, al sur con la vega de Arango y al norte con una gran vaguada cubierta de pastizales.

El emplazamiento fue prospectado por primera vez el 3 de septiembre de 1962 por J. M. González (1976, 115) y catalogado como castro. Nuestro trabajo de campo se efectuó la primera semana de abril de 1988.

El yacimiento propiamente dicho, se sitúa en la parte superior del monte; en él se puede distinguir el recinto y las defensas.

El recinto es de forma ovalada y casi plano, a simple vista no se aprecian restos de muros ni derrumbes. Por la zona norte es un poco más elevado que en la parte sur. Rodeando esta plataforma existe un gran escarpe que descansa en un gran anillo que rodea todo el castro. Este segundo anillo también tiene un gran escarpe en toda la zona sureste, que en las partes bajas del mismo posee un muro realizado con sillarejo de pizarra y colocado a hueso que parece tener una función de muro de contención del escarpe.

Este escarpe, en la parte norte, desaparece para formar parte del complejo de fosos y parapetos que la fortificación tiene en esta zona. Por el oeste, este escarpe artificial se une a la pendiente natural de la ladera de la montaña, donde quizá se situara una de las entradas al castro. Esta entrada es muy confusa debido a que está completamente oculta por la maleza. Parece que existe un acceso al sur que asciende por el oeste y a media ladera realiza un giro brusco hacia el este y entra en el recinto.

Ya fuera del área, en el norte, se sitúan tres parapetos con sus correspon-

dientes fosos en forma de media luna que abrazan el recinto. El situado más al norte o primer parapeto, casi ha desaparecido, mientras los otros dos se conservan en su totalidad, exceptuando la zona oeste que ha sido explanada para realizar pastizales.

Estos parapetos están levantados con una gran acumulación de tierra en forma de montículo y en las partes inferiores internas existe un pequeño murete de idénticas características al muro de contención anteriormente descrito.

Este complejo de defensas separa la fortificación de la vaguada que une el espolón, donde se sitúa el emplazamiento, con Las Autedas.

Todo el yacimiento está cubierto de eucaliptos y de zarzas. El acceso actual no resulta muy dificultoso debido a la existencia de un camino moderno al norte del recinto.

Desde la parte superior se puede ver toda la Sierra de Sandamías y la vega de Arango.

Bances y Valdés (1911, 5-6, 380) da noticias de este recinto fortificado. El autor llegó a ver restos de tejas, meclones de cal y también hace alusión al funcionamiento de este recinto en el s. XIII.

En la prospección no se encontró ningún tipo de material.

Los vecinos de Cabolarco cuentan que en el Cogollo vivieron los moros y que había un cabrito de oro enterrado. María Angeles Díaz contó que su abuela decía que las gentes de Rediviña eran pescadores y que había embarcadero. Quizá ésto haya que ponerlo en relación con el río como vía de comunicación intercastreña.

Este castro ha sido el único en el que se ha podido hacer un levantamiento planimétrico total del recinto y de las defensas.

EL PICU EL CASTRO (Fig. 6)

– Coordenadas: latitud 43° 27' 40"

longitud 6° 11' 40"

hoja num. 27 1/50. 000

Situado en el monte denominado el Picu el Castro, en el lugar de La Peñuca, concejo de Pravia.

Se trata de un espolón de una cordal de la Sierra de Sandamías. Es una elevación de forma casi circular, de 200 m. de altitud. Limita al norte con el río Aranguín, al sur con un gran foso artificial, al este con el regato del Campón y al oeste con el reguero de los Pielgos, que hace de límite con el concejo de Salas.

En la actualidad se encuentra cubierto completamente de zarzas, pinos y

eucaliptos, haciendo casi impracticable su acceso⁸.

El emplazamiento fue prospectado por primera vez en 1960 por J. M. González (1976, 115) y catalogado como castro. Nuestra prospección se realizó el 11-12-87.

Al igual que el castro de Dña. Palla, este yacimiento presenta un gran foso artificial al sur de la fortificación que separa el castro del resto de la cordal, practicado en el terreno. En el fondo del foso se aprecian restos de piedras sueltas procedentes de la parte alta del recinto.

En cuanto a las dimensiones del mismo, sólo se ha podido medir, y con dificultad, la plataforma superior que tiene unos 20 x 20 m. de diámetro. Esta plataforma descansa sobre otra inferior en las zonas norte, este y oeste, no existiendo en el sur. En la terraza superior se observan gran cantidad de piedras sueltas y dos grandes pozos de furtivos, ya descritos en 1960 por J. M. González. En la zona oeste se aprecia un suave talud causado por los derrumbes de las piedras. La segunda plataforma, debido a la maleza, no pudo ser medida con exactitud. Desde ésta, por el lado norte, desciende un gran terraplén hacia el río.

Las similitudes con el castro de Dña. Palla son patentes tanto por la situación topográfica del emplazamiento y dimensiones, como por las características de la fortificación.

En la parte anterior del castro (zona sur), antes de cruzar el foso artificial, existe un pequeño montículo de forma circular que posee también, en la parte sur del mismo otro pequeño foso. Esta estructura pudo funcionar de antecastro y en ella también se observan restos de piedras sueltas.

Debido al mal estado de todo el yacimiento no se han podido apreciar los accesos al recinto.

Desde este enclave se puede vigilar el río Aranguín y su vega, a su paso por esta zona así como la parte baja del Folgueras.

No se localizó ningún tipo de material en la prospección.

Bances y Valdés (1911, 309-310), al hablar de la parroquia de S. Martín de Arango, cita un castillo o casa fuerte en la parte baja del lugar de La Parada, que creemos puede tratarse del yacimiento aquí descrito.

La dueña del “chigre” de La Peñuca, contaba que en el Picu el Castro habían vivido los moros.

⁸ En las notas personales de J.M. González sobre este castro ya apuntaba las malas condiciones en que se encontraba.

EL CASTRO DEL CASTILLO DE LORO (Fig. 7)

– Coordenadas: latitud 43° 28' 88"

longitud 6° 11' 90"

hoja num. 27 1/50. 000

Situado en el monte denominado Las Corollas, en el lugar de Castiello, en el pueblo de Loro, concejo de Pravia.

Las Corollas, es un altozano situado a unos 300 m. de La Casa del Castiello, a unos 700 m. del pueblo de Loro, la primera al oeste del yacimiento, y el pueblo al noroeste del mismo.

El montículo, por el oeste da a una gran cañada llamada Las Albercas y en torno al resto del altozano, pastizales y tierras de labor forman una ería casi plana y un poco inclinada hacia el oeste. Entre esta ería y Loro hay otra cañada que nace en el pueblo y el Castiello.

Son tierras altas situadas a la izquierda del Aranguín, que pasa al fondo por el sureste.

El emplazamiento fué prospectado por primera vez por J. M. González el 12 de diciembre de 1965 (1976, 115) y catalogado como castro. Nuestro trabajo de campo lo efectuamos el 31 de diciembre de 1988.

El yacimiento está dispuesto en tres bancales artificiales con sus correspondientes taludes. No aparecen restos de estructuras, ni piedras de construcciones. En la terraza superior aflora la roca madre. Todo el yacimiento está lleno de retamas, helechos y zarzas; también está plantado de eucaliptos y castaños.

Su acceso no es muy dificultoso como en otros yacimientos anteriormente descritos. Alrededor existen numerosas cercas hechas de piedra menuda y mediana, seguramente procedentes de las defensas del castro.

Desde la parte superior se pueden observar al sureste la Sierra de Sandamías; al noreste las Autedas pravianas y al norte el concejo de Salas hasta la Sierra del Gallinero.

Bances y Valdés no da ninguna noticia sobre este yacimiento. Su localización se ha basado en las notas de J. M. González y en la toponimia del terreno que es muy significativa (Corollas, Castiello, lugar de Los Moros).

En la prospección no se encontró ningún material.

Los vecinos de Loro contaron que los viejos decían que en Las Corollas estuvieron los moros.

EL CASTRO DEL CASTIELLO DE DORIGA (Fig. 8)

– Coordenadas: latitud 43° 24' 60"

longitud 2° 27' 60"

hoja num. 28 1/50. 000

Situado al oeste de las Casas del Barreiro, en el lugar de S. Antonio, concejo de Salas.

Se trata de un promontorio denominado Curión, ubicado sobre el gran escarpe derecho que la cuenca del río Narcea forma en las inmediaciones de Cornellana, con una altitud de 120 m. Tiene forma elipsoidal y una altura relativa de unos 20 m. Por el norte, sur y este sus laderas son suaves y están aterrazadas; la ladera oeste es muy escarpada, posee dos pequeños taludes y un tercero que baja hasta la vega.

Este montículo queda delimitado por el este con las casas de Barreiro, por el norte y sur con tierras de cultivo y por el oeste con el río Narcea.

Este yacimiento fue prospectado por primera vez por J. M. González en 1959 (1976, 116). Nuestra prospección se efectuó el 4-1-89. Posteriormente ha sido citado por Fernández Ochoa (1982, 254) y J. L. Maya en su última obra (1988, 33).

El yacimiento debió situarse en todo el promontorio. En la parte superior se puede apreciar una plataforma elipsoidal de 50 x 10 m. Esta conserva restos de piedras en forma de derrumbe ataludado que buza hacia el oeste. Por el norte y el sur, también se pueden apreciar restos de piedras. Rodeando esta plataforma, a una cota inferior, se observa un anillo más ancho por el oeste y este que por el norte y sur que casi se confunde con el talud de la primera plataforma.

Desde esta segunda estructura sale un gran escarpe en la zona oeste tallado en la roca que descansa en un tercer escalón que rodea todo el yacimiento. Este escarpe, hacia el norte se suaviza hasta casi desaparecer en la zona este y sur.

La tercera plataforma rodea el yacimiento por el norte, este y oeste, siendo más visible en el oeste que en el resto del recinto, debido a que las labores de labranza la han desfigurado.

Este bancal, en el lado oeste, posee un muro de contención realizado de lajas de caliza colocadas a hueso.

En la actualidad todo el yacimiento es un pastizal y su acceso es muy fácil.

Debido a las características del terreno parece claro que la entrada al castro debió practicarse por el este y sur.

El ámbito de visión que cubre es muy amplio. Se puede observar la Sierra de Sandamías, La Peña La Cabra, la vega del Narcea, la desembocadura del río Noyana, la vega de Luerces y la Sierra de Cabruñana.

No encontramos ningún resto material en la prospección.

En las inmediaciones de este castro se localizaron dos piezas que correspondían a una estela funeraria de época romana (GONZALEZ, 1976, 183-185; FERNANDEZ OCHOA, 1982, 333-334).

EL CASTRO DE LA PEÑA LA CABRA (Fig. 9)

– Coordenadas: latitud 43° 25' 80"

longitud 2° 29' 80"

hoja num. 28 1/50. 000

Situado en el lugar de Las Nisales, concejo de Pravia.

Se trata de una elevación de forma elipsoidal, con laderas escarpadas, de 376 m. de altura. La parte superior está explanada con un eje mayor orientado N-S de 100 m. de largo y un eje menor de 50 m. de longitud.

En la falda sur del monte se sitúa el pueblo de Las Nisales y en la parte este el lugar de La Braña.

El montículo queda delimitado por el noroeste, por la vaguada de El LLano, y por la de La Braña. Por el noreste desciende hacia el Narcea el reguero de Barbadín o de Luerces y por el suroeste el reguero del Pontón.

Esta elevación hace de límite entre los concejos de Pravia y Salas.

El emplazamiento fue prospectado por primera vez en 1962 por J. M. González (1976, 140) y catalogado como castro. Nuestra prospección se realizó el 28-12-88.

El yacimiento, en concreto, se sitúa en la parte más elevada. Se trata de una estructura elipsoidal. Se puede apreciar una plataforma de 100 x 50 m. en la parte superior con restos de piedras y grandes oquedades en el terreno⁹.

Rodeando esta primera plataforma, se observa en un nivel inferior un anillo que la rodea completamente, siendo éste más extenso en la zona noreste. No pudo medirse esta plataforma debido a la gran cantidad de vegetación existente en la zona.

En el extremo más nororiental de esta segunda terraza se puede apreciar una especie de plataforma circular de dimensiones reducidas.

Desde esta segunda estructura, por toda la parte noroeste cae un gran derrumbe de piedras, que termina en una tercera plataforma, que sólo ha podido observarse en la zona noroeste.

Todos estos restos parecen indicar que aquí hubo una edificación fortificada de medianas dimensiones.

Todo el yacimiento se encuentra cubierto de grandes matorrales, zarzas, pinos y eucaliptos, siendo casi imposible su acceso, así como una descripción más detallada de restos de estructuras.

⁹ Dichas oquedades están dispuestas a modo de trincheras, quizá sean restos de atrincheramientos de la Guerra Civil. Los vecinos de la aldea de Las Nisales nos comentaron que hubo en La Peña de La Cabra un puesto de vigía.

La vegetación arbórea impide observar con exactitud, cuál sería el ámbito de visión que cubriría dicha fortificación. Creemos que por el noreste se divisa toda la Sierra y valle de Sandamías, hasta la Sierra de Fontebona; por el sureste, Sierra Sollera y por el este El Monxagre.

No encontramos ningún resto material.

Bances y Valdés (1911, 370), al hablar del Coto de Luerces, alude a un castillo que existía sobre dicho pueblo.

Puede creerse que se trata de este yacimiento fortificado, aunque no se enclava exactamente sobre el pueblo, sino un poco más alto.

Los vecinos del lugar de La Braña (Las Nisales), nos dijeron que los “antiguos” decían que en la parte alta del monte había enterrado un cabrito de oro. También nos contaron que hace mucho tiempo los monjes de Luerces dieron dinero a sus antepasados para hacer su casa porque la anterior se había incendiado.

EL CASTRO DEL CASTIELLO DEL AGUILAR (Fig. 10)

– Coordenadas: latitud 43° 33' 40"

longitud 2° 25' 60"

hoja num. 13 1/50. 000

Situado en Muros del Nalón, concejo de Muros del Nalón, en el lugar llamado Castiello del Aguilar entre la playa del Aguilar y la de D. Xilo.

Se trata de una península de roca caliza, de 54 m. de altitud.

Yacimiento prospectado por nosotros el 6 de diciembre de 1988.

Es un emplazamiento costero, sobre el que pudo haber existido una torre o fortaleza de reducidas dimensiones.

Es de forma ovalada, teniendo una orientación N-S el eje mayor. En la zona este se puede observar un gran desprendimiento del montículo. En la parte oeste parecen vislumbrarse dos terrazas escalonadas excavadas en la roca.

La entrada al recinto podría situarse al sur, única zona donde se une el yacimiento con el continente.

En la actualidad no se ha podido prospectar todo el montículo debido a la gran cantidad de matorral existente.

Según F. G. Fierro (1953, 27), en su obra sobre Muros del Nalón, en la parte superior del monte se observan las ruinas de una edificación. Debido al testimonio de F. G. Fierro y a las buenas condiciones estratégico-defensivas del terreno, no descartamos la posibilidad de que en la parte superior pudo haber existido una fortaleza. El topónimo es significativo y en torno al lugar giran numerosas leyendas también recogidas por el anterior autor.

EL CASTILLO DE S. MARTIN (Fig. 10)

– Coordenadas: latitud 43° 32' 60"
longitud 2° 23' 40"
hoja num. 13 1/50. 000

Situado en el lugar de S. Martín, en el pueblo de Soto del Barco, concejo de Soto del Barco.

Es una pequeña península de 46 m. de altitud, situada en la desembocadura de la ría del Nalón, rodeada toda ella de agua excepto un pequeño istmo en el oeste donde se sitúa el actual pueblo.

El emplazamiento de forma circular y reducidas dimensiones está dispuesto en tres terrazas artificiales con sus correspondientes taludes.

En la plataforma superior, hoy en día aún se conserva una torre del homenaje rectangular y parte del cuerpo de guardia, de época medieval, época en que es muy citado por las fuentes documentales (FERNANDEZ CONDE, 1987, 883-887 y 893).

En este recinto, parece que a principios de siglo se localizaron unas monedas romanas (FERNANDEZ OCHOA, 1977 y 1982, 293; FIGAREDO, 1987, 184; MAYA GONZALEZ, 1988, 34).

El acceso al mismo se debió practicar por la zona oeste donde se encuentra el istmo.

2.5. Otros recintos

A parte de los yacimientos anteriormente descritos, también prospectamos otros lugares, que nos parecieron interesantes por sus topónimos, su situación estratégica o por noticias que han llegado hasta nosotros. En ninguno de ellos encontramos restos de posibles yacimientos. No por ello descartamos la posibilidad de que en estos lugares, haya habido algún tipo de yacimiento antiguo. Por esta razón los describimos seguidamente.

El Azafil

Lugar del concejo de Pravia, en donde Bances y Valdés (1911, 334 y 360) sitúa una fortaleza con "vallados y fosos...". El mismo pudo contemplar en la topografía del terreno restos de dicha fortificación.

Después de una detenida prospección en toda la zona no encontramos ningún resto de la fortaleza. Los vecinos del lugar, tampoco supieron darnos ninguna noticia. Hay que advertir que ninguno de los lugareños que en la actualidad viven en el Azafil son oriundos del área.

El Monte del Castro de Cordovero

Parroquia del concejo de Pravia. En dicho pueblo existe un monte llamado El Castro, que prospectamos con fecha 20 de diciembre de 1987. Dicho montículo se ubica en la orilla izquierda del río Aranguín, con una situación topográfica igual a la del Castro de La Peñuca y al de Selgas. Tampoco encontramos ningún rastro de fortificación en la zona, ni restos de piedras procedentes de derrumbes, ni cortes artificiales en el terreno (fosos, parapetos o taludes...).

El Castro de Somao

En la carretera de la Fayona, entre Los Cabos y Somao, según noticias recogidas en el archivo de J. M. González, existe un lugar llamado El Castro. J. M. González en 1967 prospectó la zona sin ningún resultado, lo mismo nos ha ocurrido a nosotros.

El Castillo de Miraveche

Monte situado en el pueblo de Peñaullán, concejo de Pravia.

Bances y Valdés (1911, 77) lo describe detenidamente. Tenía forma cuadrangular con las esquinas redondeadas; rodeando esta estructura había un alto foso de tierra. También lo cita Jovellanos (1953-56, 305), por su situación estratégica.

En nuestras sucesivas visitas al monte no lo hemos localizado, tampoco los vecinos de la zona supieron darnos ninguna noticia.

Es evidente que si los dos autores lo citan debió de existir.

Las malas condiciones del terreno deben haber camuflado el yacimiento.

El Castillo del Pedroso

Lugar situado en Bances, concejo de Pravia. Citado por Bances y Valdés (1911, 275), quien ya reconoció poquísimos restos del emplazamiento. Por las noticias que este autor da, creemos que se situaría en una finca plantada de eucaliptos al norte del pueblo de Bances, pero nosotros no hemos localizado, ni estructuras, ni fosos, taludes o derrumbes que nos indiquen que allí estuvo emplazada la fortificación.

3. CONCLUSIONES (Fig. 11)

El área aquí estudiada, dentro del mundo castreño se debe de incluir dentro de la zona occidental asturiana, vinculada a las explotaciones auríferas y en concreto a las de la zona vecina del concejo de Salas.

Tras la descripción puntual de cada uno de los castros se han podido observar una serie de características, elementos comunes, disparidades, etc..., que en

esta última fase del trabajo queremos reflejar de una forma global (Fig. 11).

En total, se han analizado nueve yacimientos. De dos de ellos — el Castillo de S. Martín y el Castillo del Aguilar — no se ha podido medir su perímetro, ni saber la forma aproximada del recinto. Del Cogollo de Selgas y el Castro de Dña. Palla, se ha podido saber la forma exacta y dimensiones. Del resto de los asentamientos, a causa de la vegetación, únicamente se han podido realizar croquis con medidas aproximadas y la forma que el yacimiento, posiblemente tuvo en la antigüedad.

Se han observado una serie de características, que se apuntan a continuación.

La tipología de los recintos estudiados se puede establecer desde tres puntos de vista, dependiendo de su situación geográfica, topográfica y de su forma constructiva.

Si se analizan los asentamientos desde su posición geográfica se pueden observar tres tipos:

- Yacimientos emplazados en los valles, junto a las márgenes de los ríos. Es el caso de Dña Palla, El Cogollo de Agones, La Peñuca, El Castillo de Doriga y el Castillo del Aguilar.
- Yacimientos emplazados en las partes altas de los valles. En este apartado contamos con el Castillo de Loro y La Peña La Cabra.
- Yacimientos costeros, con el Castillo del Aguilar y el Castillo de S. Martín.

Desde el punto de vista topográfico se pueden distinguir:

- Yacimientos tipo península, que coinciden con los asentamientos de tipo costero — Castillo de S. Martín y del Aguilar —.
- Yacimientos en forma de cerro aislado, como son: el Cogollo de Agones y La Peña La Cabra.
- Yacimientos en forma de promontorio; se cuenta con el Castiello de Doriga.
- Yacimientos en forma de espolón sobre la vega. De esta forma se pueden observar el Castro de Dña. Palla, el Cogollo de Selgas y La Peñuca.

Desde el punto de vista constructivo, es decir, la forma que posee el recinto y sus defensas se pueden distinguir:

- Yacimientos dispuestos en terrazas (dos o más), sin fosos ni parapetos; es el caso de los yacimientos en forma de promontorio. Quizá aquí haya que incluir también los de tipo península, porque, aunque no se ha podido medir su perímetro ni delimitar exactamente su forma, se trata también de pequeños montículos dispuestos en terrazas.
- Yacimientos dispuestos en terrazas con un gran foso excavado en el terreno

en la parte posterior del asentamiento, como los de Dña. Palla y La Peñuca.

- Yacimientos dispuestos en terrazas con sistema defensivo de fosos y parapetos en la parte posterior de la fortificación. En este caso sólo se cuenta con el Cogollo de Selgas.

En cuanto a las dimensiones de los recintos, en general se trata de asentamientos reducidos exceptuando el Cogollo de Selgas, el Castillo de Loro y La Peña La Cabra. Su tamaño seguramente está íntimamente relacionado con el tipo de funcionalidad que estos asentamientos tuvieron, a la que nos referiremos a continuación.

Se podría pensar que los tres yacimientos anteriormente citados, pudieron servir como núcleo de hábitat. Se trata de grandes recintos, bien protegidos, orientados a la solana y situados en el centro de una gran zona, visible desde el asentamiento, que podríamos denominar territorio del castro. (Visibilidad entre 160° y 360°) (Ver Fig. 11).

En el caso del Cogollo de Selgas, está situado en el medio del Valle de Arango, protegido tanto a la entrada como a la salida por otros dos pequeños castros — La Peñuca y el Cogollo de Agones —. Presumiblemente pasaba una vía de comunicación por sus inmediaciones¹⁰; está orientado a la solana y posee un aparato defensivo muy sofisticado. Desde el recinto se divisa toda la vega de Arango.

En el caso del Castillo de Loro y La Peña La Cabra, se trata de dos asentamientos situados, el primero en la parte alta del Valle de Arango (en Las Autedas) y el segundo en la parte alta del Valle del Narcea. Tanto desde el cerro aislado de La Peña La Cabra, como desde el promontorio del Castillo de Loro, se divisa un gran territorio. Están orientados a la solana. El propio montículo y su disposición en taludes artificiales, deja protegidos a estos castros de cualquier ofensiva.

El resto de los asentamientos, (Visibilidad entre 90° y 160°), tanto los de tipo costero, como los situados en los valles jalonando los ríos, son yacimientos de reducidas dimensiones, que parece, a priori, que debieron de tener una función defensiva y de vigilancia de los ríos y las vías de comunicación. No por ello descartamos la posibilidad de que se tratara también de núcleos de habitat, debido a que nuestras apreciaciones están basadas solamente en la prospección de campo y no se ha realizado ningún sondeo y los yacimientos se encuentran en muy mal

¹⁰ Se trata de la vía secundaria del Valle de Arango. Tiene una orientación W.-E., viene de la zona de Salas a enlazar con el tramo final de la Vía de La Mesa en la zona de Agones (GARCIA DIAZ, 1989).

estado. También cabe la posibilidad de que desempeñaran ambas funciones.

En general, son yacimientos situados en zonas estratégicas, desde donde se vigila el cauce del río y la vía de comunicación próxima. Están orientados tanto a la solana como a la umbría.

En cuanto a la comunicación entre yacimientos, es un aspecto que solamente se ha podido analizar en parte, debido a que los bosques que actualmente pueblan todos estos yacimientos e impiden ver claramente el territorio. Por otro lado al no saber exactamente en qué época histórica funcionó cada uno de ellos, ni si son coetáneos o no, hace que el sistema de comunicaciones que en la actualidad se puede observar sea un tanto ficticio.

Con seguridad desde del Castiello de Doriga se divisa La Peña La Cabra. Este segundo quizá se comunicaría con el Cogollo de Agones y Dña. Palla, a través de la fortaleza que debió existir en el Pico Miraveche.

Desde Dña. Palla se ve el Cogollo de Agones y el Pico de Miraveche. Entre Dña. Palla y el Castillo de S. Martín se ha realizado un corte topográfico en el terreno y si en ambos yacimientos existiera una torre también habría visibilidad entre ambos.

Por último queremos apuntar que aunque no hubiera visibilidad física entre los asentamientos, no habría que olvidar la posibilidad de las comunicaciones con humo, acústicas y luminosas, como seguramente ocurrió en el valle de Arango entre los castros de La Peñuca, el Cogollo de Selgas y el Cogollo de Agones, donde la visibilidad es nula.

En cuanto a la cronología de todos estos yacimientos, hoy en día es difícil llegar a una conclusión exacta, como se apuntaba al principio. Se trata de asentamientos de los cuales aún poseemos muy poca información.

Con seguridad sabemos, por las fuentes medievales y por sus restos, que estuvieron poblados en época medieval el Castillo de S. Martín, Dña. Palla y el Cogollo de Selgas, pero no podemos determinar si son asentamientos fundados en época medieval o si se reutilizan en este momento exceptuando quizá el Castro de Doña Palla.

En este castro, han aparecido restos aislados suficientemente representativos como para pensar que estamos ante un recinto que hunde sus raíces en época prerromana. Nos estamos refiriendo a la aparición de un torques de oro en el siglo pasado; al tesoro de monedas romanas encontrado hacia los años 40 y a las noticias de la existencia de molinos giratorios. Todo esto unido a las similitudes con el castro de Pencia (GARCIA BELLIDO, 1942, 288-306; MAYA GONZALEZ, 1988, 40-41), tanto en la construcción del foso posterior, como en el enclave topográfico y geográfico, hace que podamos pensar que Dña. Palla fue construido, al menos, en época romana, o en un momento inmediatamente anterior.

De idénticas características al castro de Dña. Palla tanto geográficas, como topográficas, constructivas, orientación del emplazamiento y dimensiones, está el castro de La Peña, que no posee ningún elemento material que pueda situar cronológicamente el yacimiento. Debido a las similitudes descritas creemos que dicho castro ha de encuadrarse en el mismo momento cronológico que el de Dña. Palla.

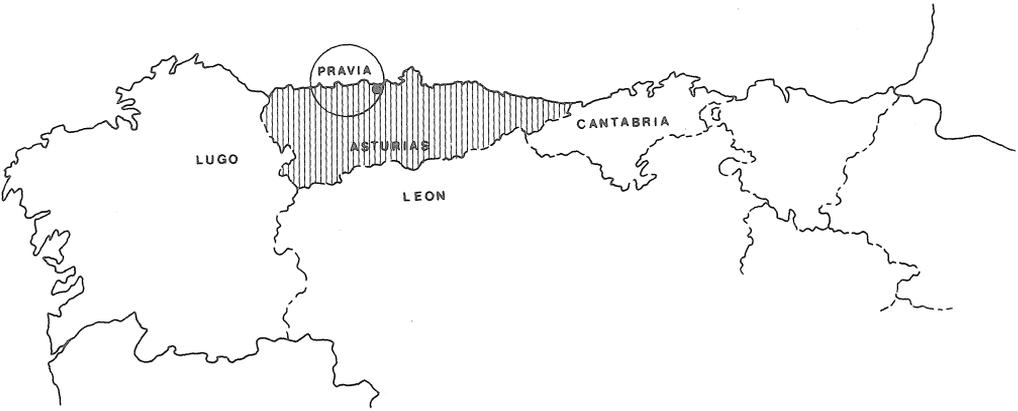
La falta de materiales en el resto de los asentamientos así como la inexistencia de fuentes escritas sobre ellos hace que no se pueda determinar ninguna época cronológica para ellos.

Tras esta breve descripción de todos los datos observados en la prospección de campo, es de esperar que futuras investigaciones pongan de manifiesto más información sobre estos yacimientos castreños de la comarca praviana. Ello requeriría la realización de un plan conjunto de excavaciones y prospecciones de la cuenca baja del Nalón al estilo de las desarrolladas en la zona aurífera de León o en la cuenca del Navia.

BIBLIOGRAFIA

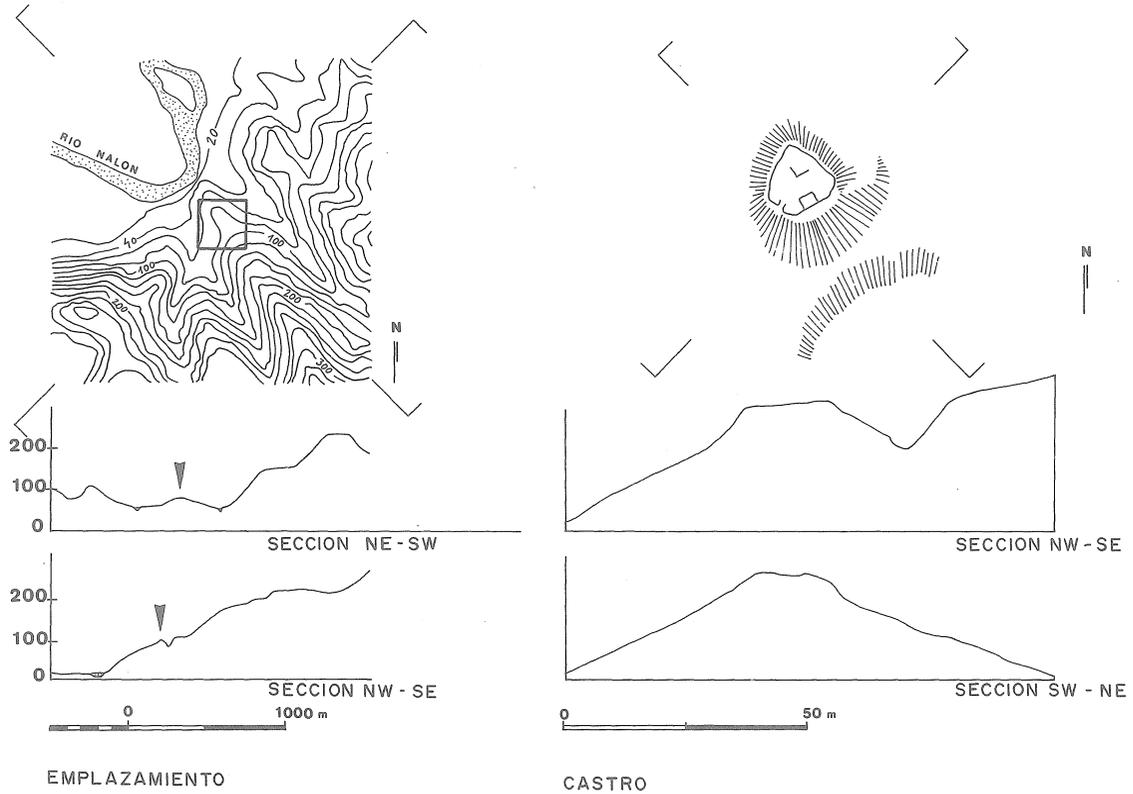
- BANCES Y VALDES, J. (1911): "Noticias históricas del Concejo de Pravia", *Boletín de la Real Academia de la Historia*, LVIII.
- BELMUNT Y CANELLA, F. (1895): *Asturias*, I y III, Oviedo.
- FERNANDEZ CONDE, J. (1987): "La corte de Pravia. Fuentes documentales, cronísticas y bibliográficas". *Boletín del Instituto de Estudios Asturianos*, 123, 865-932.
- FERNANDEZ OCHOA, C (1977): "La numismática romana de Asturias: una aproximación a su estudio", *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*, 1977, 128- 167.
- FERNANDEZ OCHOA, C. (1982): *Asturias en la época romana*, Madrid.
- FIGAREDO, R. (1987): *Hiedra, Historia y Piedra*, Oviedo.
- GARCIA Y BELLIDO, (1942): "El Castro de Pendia", *Archivo Español de Arqueología*, 15, 288-306.
- GARCIA DIAZ, P. (1989): "La Vía de la Mesa en su tramo costero. Nuevas aportaciones", *Boletín del Instituto de Estudios Asturianos*.
- GARCIA FIERRO, F (1953): *Muros del Nalón. Apunte geográfico e histórico de la villa de Muros del Nalón y del Puerto de San Esteban de Pravia, con alguna noticia particular de la parroquia de Santa María de Muros*, Oviedo.
- GONZALEZ Y FERNANDEZ VALLES, J. M. (1976): *Miscelánea Histórica Asturiana*, Oviedo.
- JOVELLANOS, G. M. (1953-56): *Diarios I, II y III*, Edición preparada por J. Somoza. Oviedo.
- LOPEZ DE LA TORRE, M. (1981): "Pravia" en *Gran Enciclopedia Asturiana*, XII, 21-56.
- MALLO VIESCA, M. (1966): "Tesorillo de denarios romanos de Doña Palla", *Archivum*, XVI, 273 y ss.

- MAYA GONZALEZ, J. L. (1883): "Hábitat y cronología de la cultura castreña en Asturias", *Portugalia*, IV-V, pg. 175-193.
- MAYA GONZALEZ, J. L. (1988): *La cultura material de los castros asturianos*, Estudios de la Antigüedad, 4/5, Barcelona.
- QUIROS LINARES, F. (1982): *Geografía Asturiana*, I, Oviedo.
- ROMERO MASIA, A. (1984-85): "Os castros: recoñecemento e catalogación", *Cuadernos de Estudios Gallegos*, XXXV, 100, 32-61.
- SCHULZ, G. (1930): *Descripción geológica de la provincia de Oviedo*. Madrid.



LOCALIZACION GEOGRAFICA
DE LOS YACIMIENTOS

Fig. 1.

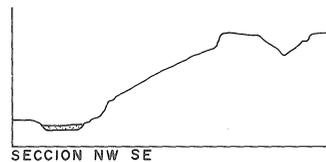
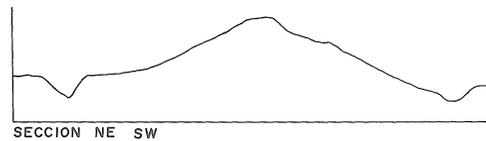


DOÑA PALLA (PEÑAULLAN)

Fig. 2.

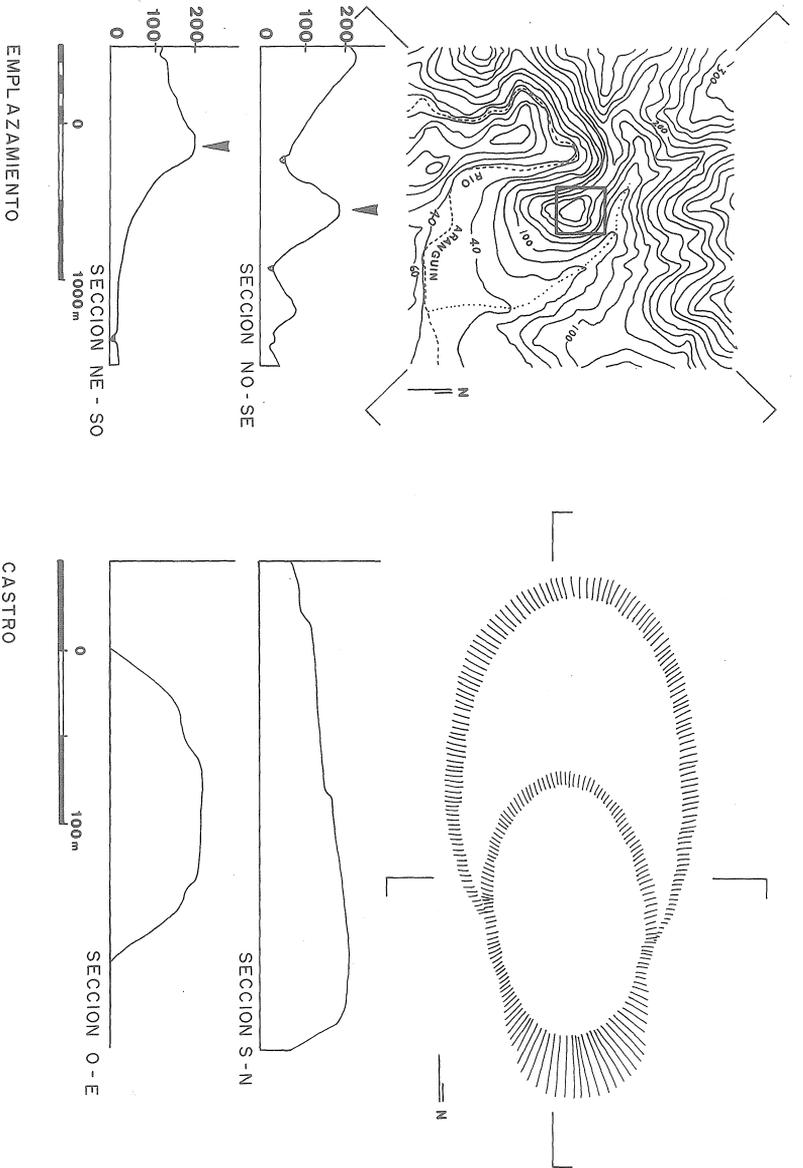


- 1 FOSO ARTIFICIAL
- 2 EMBARCADEROS
- 3 PLANICIE
- 4 TESORILLO-MINA



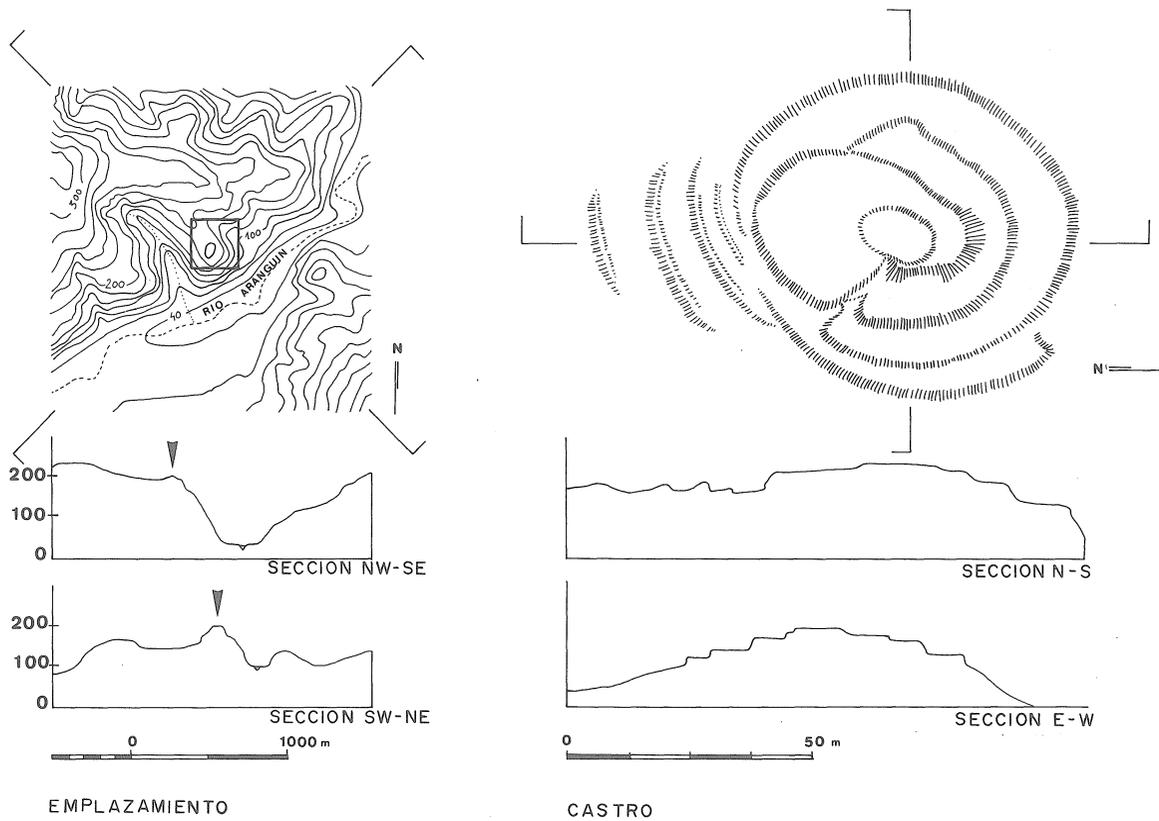
LEVANTAMIENTO TOPOGRAFICO
(DOÑA PALLA)

Fig. 3.



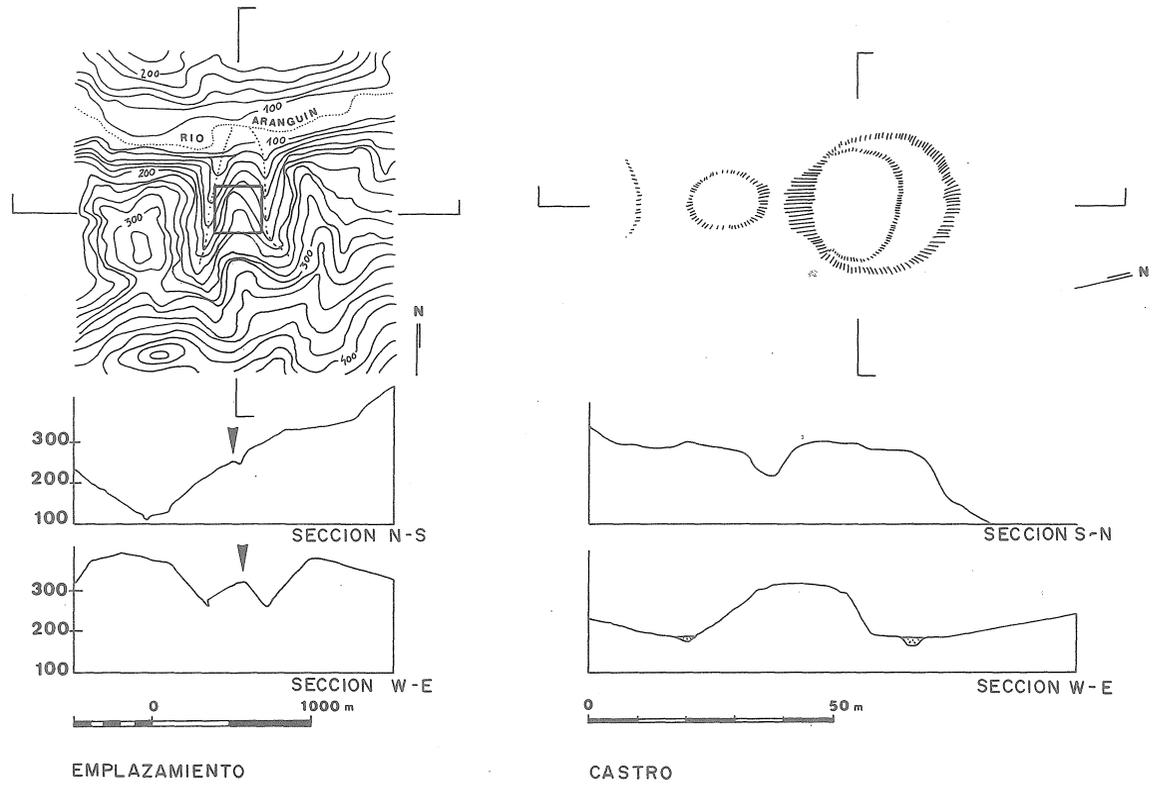
EL COGOLLO DE AGONES

Fig. 4.



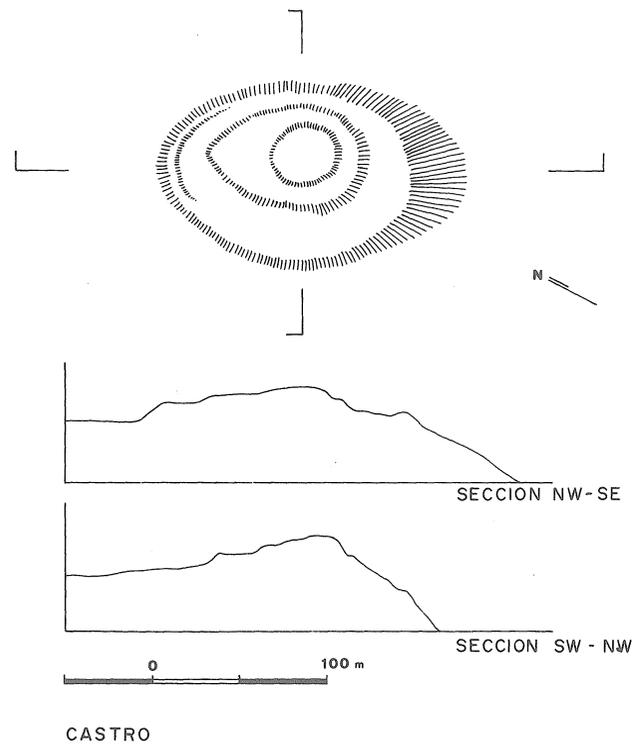
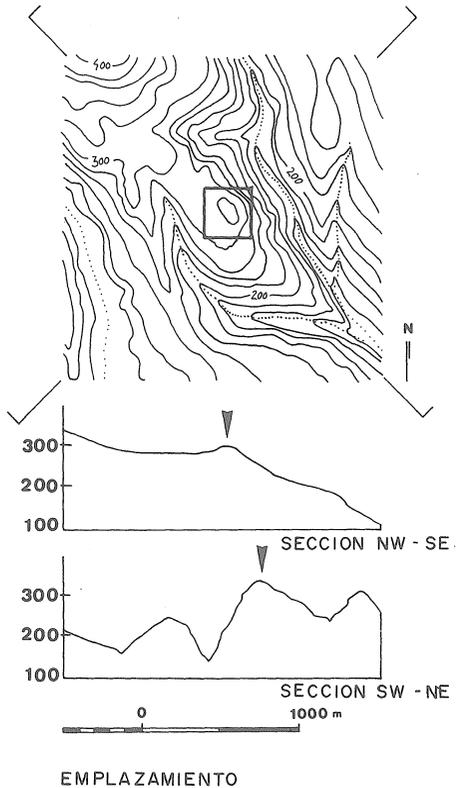
EL COGOLLO DE SELGAS

Fig. 5.



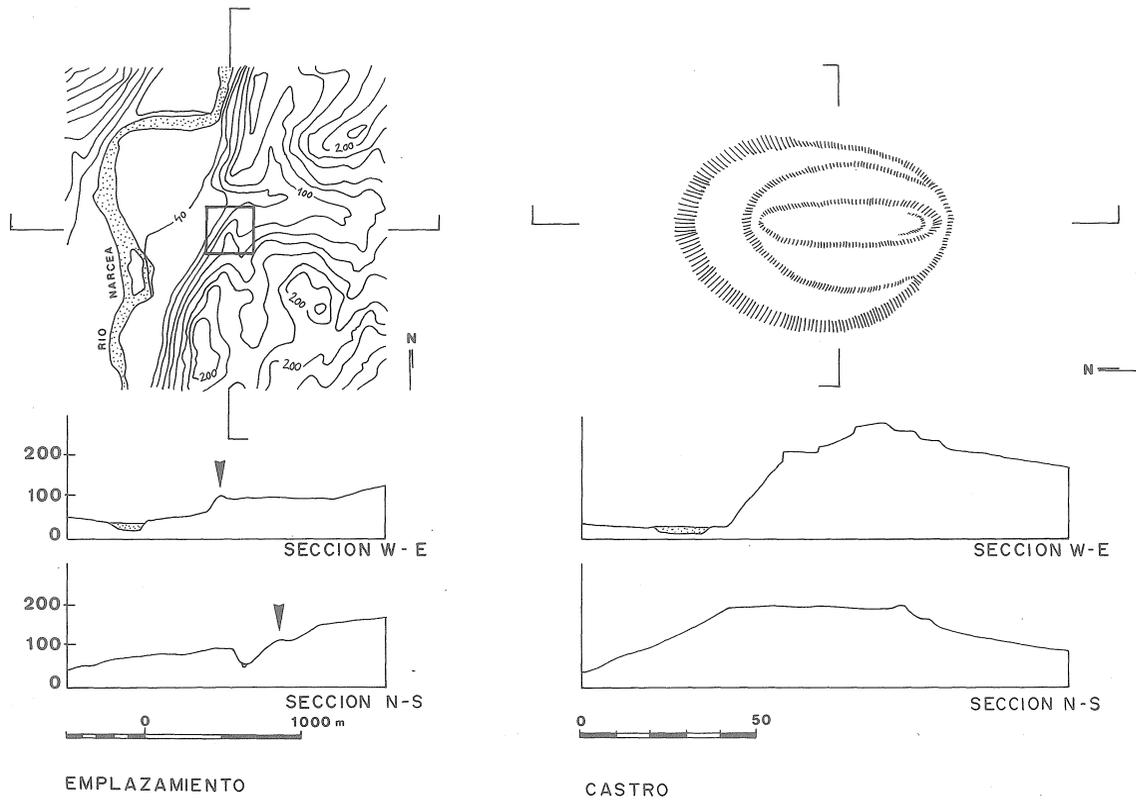
LA PEÑUCA

Fig. 6.



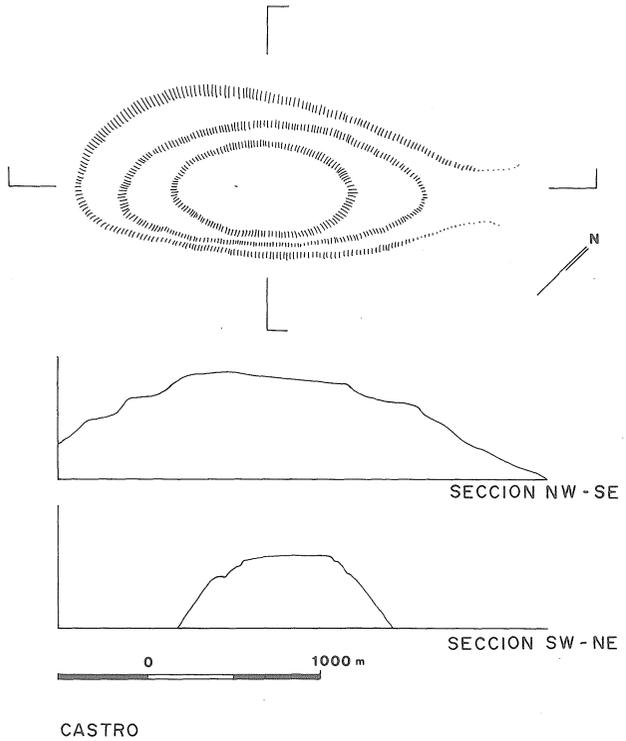
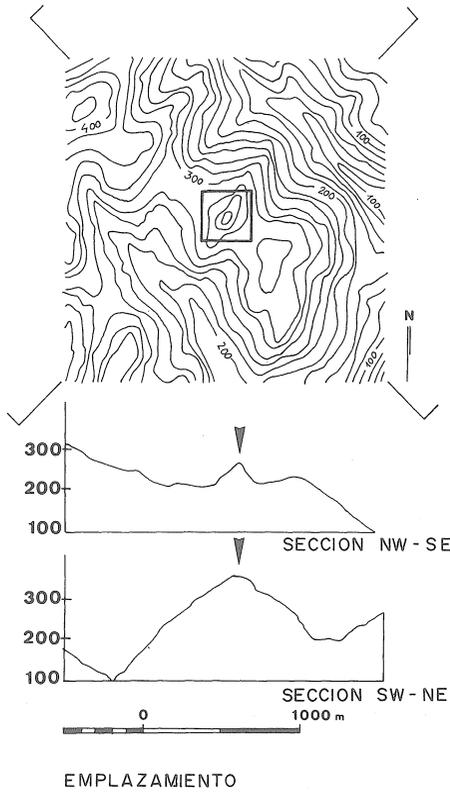
EL CASTIELLO DE LORO

Fig. 7.



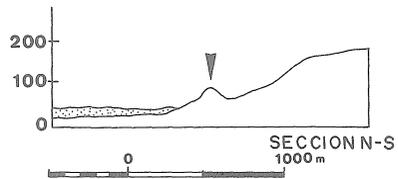
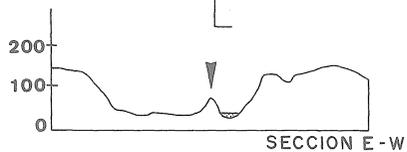
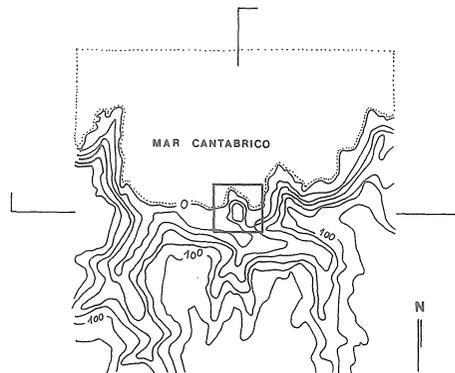
CASTIELLO DE DORIGA

Fig. 8.



PEÑA LA CABRA (LAS NISALES)

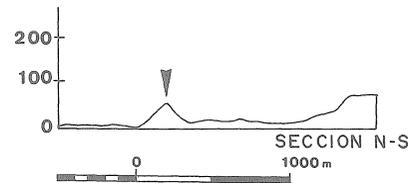
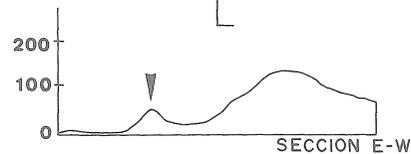
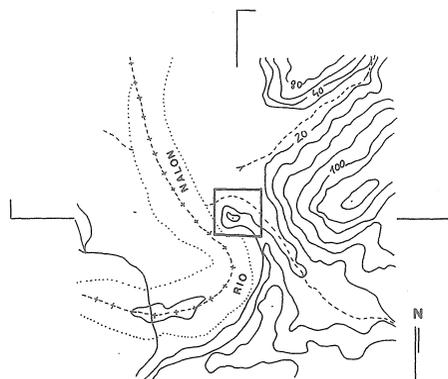
Fig. 9.



EMPLAZAMIENTO

EL AGUILAR

CASTROS



EMPLAZAMIENTO

CASTILLO DE SAN MARTIN

Fig. 10.

| CASTROS | DIMENSIONES | ALTITUDES | | SITUACION GEOGRAFICA | SITUACION TOPOGRAFICA | VISIBILIDAD | ORIENTACION | ESTRUCTURAS DEFENSIVAS | ESTRUCTURAS INTERIORES |
|--------------------------|-------------|-----------|--------|----------------------|-----------------------|-------------|-------------|--------------------------------------|------------------------|
| | | ABS. | RELAT. | | | | | | |
| DÑA. PALLA | 30 x 40 m. | 90m. | 40m. | VALLE | ESPOLON SOBRE VEGA | 160° | UMBRIA N | 1 FOSO 1 TALUD | 1 HABITACION MUROS |
| COGOLLO DE AGONES | 20 x 8 m. | 200m. | 50m. | VALLE | CERRO AISLADO | 360° | SOLANA | 2 TALUDES | MUROS |
| COGOLLO DE SELGAS | 70 x 60 m. | 110 m. | 20 m. | VALLE | ESPOLON SOBRE VEGA | 90° | SOLANA S | 3 FOSOS 3 PARAPETOS 2 ESCARPES | — |
| EL CASTILLO DE LORO | 90 x 60 m. | 700m. | 20 m. | ZONA ALTA | PROMONTORIO | 360° | SOLANA | 3 TALUDES | — |
| LA PEÑUCA | 20 x 20 m. | 200m. | 40m. | VALLE | ESPOLON SOBRE VEGA | 90° | UMBRIA N | 1 FOSO 1 TALUD | — |
| PEÑA LA CABRA | 100 x 50 m. | 376m. | 60m. | ZONA ALTA | CERRO AISLADO | 360° | SOLANA | 3 TALUDES | — |
| EL CASTIELLO DE DORIGA | 50 10 m. | 120m. | 20 m. | VALLE | PROMONTORIO | 360° | SOLANA | 3 TALUDES | — |
| EL CASTILLO DEL AGUILAR | — | 54m. | 54m. | COSTA | PENINSULA | 160° | UMBRIA N | — | — |
| EL CASTILLO DE S. MARTIN | — | 46m. | 20m. | COSTA - VALLE | PENINSULA | 160° | SOLANA SW | 3 TALUDES | TORRE MUROS |

TABLA RESUMEN DE LAS CARACTERISTICAS DE LOS CASTROS LOCALIZADOS

Fig. 11.

O POVOAMENTO DA BACIA SUPERIOR DO RIO SOUSA DA PROTO-HISTÓRIA À ROMANIZAÇÃO

por

José Marcelo Sanches Mendes Pinto*

Resumo: Apresentam-se os primeiros resultados de um trabalho de prospecção sistemática realizado ao longo dos últimos dois anos na bacia superior do Sousa, abrangendo os concelhos de Felgueiras e Lousada, e analisam-se as estratégias de povoamento que estão na origem de vinte e quatro povoados detectados, em função de recursos disponíveis e dos tipos de exploração do território numa diacronia que nalguns casos vai do Bronze Final à romanização.

Palavras-chave: Sistema de povoamento. Economia. Bronze Final/Romanização.

PREÂMBULO

Por razões de vária ordem, iniciámos há cerca de três anos uma reorganização dos levantamentos arqueológicos do concelho de Felgueiras anteriormente efectuados, tendo em vista uma sistematização dos mesmos que conduzisse à elaboração da respectiva Carta Arqueológica. Iniciámos também nessa altura um programa de levantamento exaustivo do concelho, que além de uma pesquisa bibliográfica intensa, constou de uma aturada batida de campo, por forma a completar os levantamentos e as informações anteriores, culminando em 1991 com um estudo sobre o património arqueológico do concelho, a incluir no respectivo Plano Director Municipal. Ainda em 1991, iniciámos o levantamento arqueológico do concelho de Lousada, limítrofe com Felgueiras, tendo também em vista a elaboração de um estudo sobre património arqueológico a incluir no respectivo Plano Director Municipal.

O conhecimento desta área, estruturada pelo rio Sousa, fez-nos reter a ideia que os territórios dos dois concelhos integravam uma unidade geográfica bem definida e individualizada, cujas características seriam talvez condicionantes de especificidades nos modelos antigos de povoamento e ocupação, na evolução cultural e nas relações do homem com o meio. Denominámos genericamente essa

* Docente da Universidade Moderna do Porto.

unidade geográfica como Bacia Superior do Sousa.

Para efeitos do nosso estudo, e pela importância cultural de que se revestem as bacias dos rios Tâmega e Ave entre as quais se encontra encaixada, entendemos acrescentar a esta unidade geográfica as suas vias de comunicação natural com elas, constituídas por parte do vale do rio Vizela, a Norte, e pelos vales do rio Passarias e Ribeira de Borba, a Leste.

A Bacia Superior do Rio Sousa estende-se assim por uma área de cerca de 215 Km², onde foi possível detectar até ao momento 24 povoados com ocupação pré-romana, dos quais 12 apresentam vestígios superficiais de romanização, 7 sítios apenas com vestígios romanos, uma villa romana comprovada e duas outras prováveis, e 11 necrópoles.

O estudo que agora apresentamos constitui uma primeira abordagem ao problema do assentamento de populações proto-históricas na bacia superior do rio Sousa e consequentes modelos de povoamento e aculturação numa diacronia longa desde o Bronze Final à época Romana. Não contando ainda com resultados de escavações arqueológicas ou sondagens sistemáticas em todos os povoados, também não possuímos elementos suficientes que permitam estabelecer cronologias para a sua génese e muito menos sincronias para o seu desenvolvimento. Pensamos porém que, pelo menos na Fase III da chamada Cultura Castreja¹, todos eles estavam ocupados, verificando-se o abandono de alguns já nos inícios da 2^a metade do século I d.C.².

Este estudo constitui então, essencialmente, uma reflexão teórica baseada em informação bibliográfica, numa presença constante no terreno e em recolhas de superfície, para além de breves subsídios à carta arqueológica da região. Pretende ser ainda, e apenas, o ponto de partida para um projecto de investigação consistente a desenvolver nos próximos anos.

I. A BACIA SUPERIOR DO RIO SOUSA

1. Caracterização Geográfica

1.1. Situação

A Bacia Superior do Rio Sousa vem representada na Carta Militar de Portugal, escala 1:25.000, folhas 85, 98, 99, 111 e 112, dos Serviços Cartográficos

¹ Adoptamos neste ponto a periodização de Armando Coelho Ferreira da Silva, *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, 1986.

² Esta é também a conclusão de M. Martins para a zona da bacia média do rio Cávado. Manuela Martins, *O Povoamento Proto-Histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado*, Universidade do Minho, Braga 1990, pag. 206.

do Exército, bem como na Carta Geológica de Portugal, escala 1:50.000, folhas 9-B e 9-D, dos Serviços Geológicos de Portugal.

1.2. Hidrologia

A bacia superior do rio Sousa (Fig.1) abrange na sua quase totalidade os concelhos de Felgueiras e de Lousada, fazendo parte de uma área bem individualizada que é o Entre-Douro-e-Minho. Podemos defini-la como uma verdadeira bacia de recepção e drenagem, com um conjunto de linhas de água que, descendo dos montes que a rodeiam, confluem para uma outra que origina o rio Sousa, correndo no sentido NE-SW.

Este, na origem, é formado pela confluência da ribeira de Ambroges, que vem dos montes de Santa Quitéria, com a ribeira que vem de Friande e com o regato que desce de Simões e drena o monte das Fontainhas, nas freguesias de Moure e Pinheiro (Felgueiras). Mais abaixo, na freguesia da Pedreira, ainda em Felgueiras, é engrossado com a Ribeira da Longra, que por sua vez drena os montes de Sousa e Penacova. Na freguesia de Vilar do Torno e Alentém, já no concelho de Lousada, reune-se-lhe o Tressousa, drenando os montes de Vila Cova, Vila Verde, Santa Marinha e Airães. Junta-se-lhe depois a Ribeira de Barrosas. Atravessando o concelho de Lousada no sentido N-S, o rio Mezio vai confluir no Sousa já em terras de Penafiel, constituindo, juntamente com a Ribeira de Sá, a NW, um corredor de comunicação com o vale do rio Vizela.

Bacia de recepção, como vimos, prolonga-se depois num vale aberto e de margens baixas, com pequenas planícies aluviais sulcadas de ribeiras que fertilizam toda a área envolvente. Podemos mesmo dizer que a abundância de água é uma das características marcantes desta região, no seu conjunto pouco acidentada e de declives relativamente suaves.

Como atrás dissemos, acrescentámos à Bacia Superior do Rio Sousa parte do vale do rio Vizela numa zona média do seu percurso, desde Jagueiros, a Norte, onde confluem os rios Ferro e Bugio, até à confluência com a Ribeira de Sá a NW, cerca das Caldas de Vizela. Acrescentámos também, a NE, o pequeno Rio de Passarias, que, engrossado com a Ribeira de Borba a SE, corre pelo vale de Telões em direção ao Tâmega.

1.3. Geomorfologia e Tectónica

Esta bacia desdobra-se num verdadeiro anfiteatro, rodeada por um arco montanhoso constituído a Sul e Sudeste pela linha de elevações que, vinda de Santa

Marta (Penafiel), e passando pela Trovoada, Santa Marinha e Ladário, fazem a separação com o vale do Tâmega; a Leste e a Norte pelos cabeços de Crestins, Simães, Santa Quitéria e São Domingos, fechando a Noroeste com os montes de Penacova, Barrosas e a serra de Campelos, que a separam do vale do Vizela. Estas elevações atingem a sua altitude máxima à cota dos 578 metros, nos montes de Barrosas, não ultrapassando a maioria dos seus cumes a cota média dos 450 metros (Fig.2). Em contraste, as zonas mais abertas e mais baixas oscilam entre as cotas dos 132 e dos 300 metros.

A análise dos declives do solo permite verificar a existência de duas classes maioritárias, a de declives até 8%, coincidente com o critério de classificação dos solos agrícolas para os solos da classe A, e a de declives de 8-16%, coincidente com a classificação de solos agrícolas de classe C. A classe 16-30% e a classe superior a 30% são próprias da meia encosta e das zonas montanhosas.

Geomorfológicamente, podemos distinguir a Nordeste uma zona com duas falhas tectónicas paralelas, orientadas no sentido NO-SE, constituídas por xistos e metagrauvaques do Silúrico inferior, estendendo -se uma delas desde Jagueiros até Borba de Godim, prolongando-se depois pelo vale de Telões (Amarante) e a outra de Pombeiro de Riba-Vizela ao monte do Ladário. Esta falha interrompe uma mancha de rochas ante e sintectónicas constituída por granodioritos porfiróides, orientados, biotíticos, com grandes megacristais de feldspato potássico, que constitui o centro da bacia superior do Sousa. A Sudeste, entre os Montes de Barrosas e a serra de Campelos, encontra-se uma orla de metamorfismo de contacto, com corneanas e metassedimentos recristalizados, confrontando a Sul com uma mancha de rochas tardi-tectónicas formada por monzogranitos biotíticos, porfiróides, de grão grosseiro, e apresentando uma pequena bolsa sintectónica de granito de grão médio com duas micas, conhecido por granito de Lousada. A Sudoeste, uma falha provável com a inclinação NO-SE que começa nas Caldas de Vizela e se prolonga até Recezinhos, cruzando a Bacia do Sousa por alturas de Meinêdo. Esta falha deve estar na origem das águas minero-medicinais das Caldas de Vizela.

1.4. Características do Solo

Não existe para esta região uma carta de aptidão agrícola que permita um estudo aprofundado das aptidões dos vários tipos de terreno que aqui é possível encontrar, o que talvez permitisse enquadrar mais facilmente a funcionalidade e a vocação específica dos vários tipos de assentamento proto-histórico detectados. Existe apenas uma carta genérica de capacidade e uso de solos³, pela qual pode-

³Carta de Capacidade e Uso do Solo de Portugal. Base e normas adoptadas na sua elaboração, Centro Nacional de Reconhecimento e Ordenamento Agrário, Lisboa, 1983. Escala 1:25.000.

mos verificar que nesta área predominam os solos com horizonte B câmbrico, ricos em potássio, permeáveis e aráveis, com uma textura areno-humífera de espessa cobertura. Torna-se assim difícil verificar quais os potenciais recursos a que cada povoado poderia ter acesso, ainda que teórico, o que permitiria uma análise em que esses recursos seriam encarados como um dos factores de implantação.

No subsolo, além da abundância de minérios de quartzo e feldspato potássico, é de assinalar uma faixa — correspondente à zona de falha com xistos e meta-grauvaques — onde existem ocorrências de minério de estanho, com vestígios de exploração antiga que se estende desde a Estradinha, perto de Sendim, ao Marco de Simões, Pinheiro, Maçorra, Macieira e Seixoso, a Norte e a Leste, havendo ainda notícias de uma mina de estanho e chumbo em Fonte Côva (Nogueira, Lousada), a Sul, registada em 1873.

II. PROTO-HISTÓRIA DA BACIA SUPERIOR DO RIO SOUSA

2.1. Critérios de Assentamento

A exiguidade de terraços fluviais quaternários e a falta de prospecção especializada fazem com que nada saibamos em relação à ocupação deste território durante o Paleolítico, não sendo conclusivos alguns materiais líticos encontrados nos finais do século passado⁴, quer por informação deficiente quanto ao local concreto dos achados, quer por falta de informação quanto a contextos — não falando já da absoluta falta de estratigrafias —, restando como vestígios da Neolitização⁵ uma pequena mamoa que detectámos na extrema do concelho de Felgueiras com Celorico de Basto, a Leste, e a necrópole megalítica da serra de Campelos, a Noroeste.

Também pouco ou nada se sabe sobre a introdução das técnicas metalúrgicas e qual o seu impacto nas populações que aqui habitavam, muito menos sobre a importante mutação cultural daí decorrente. Os machados em bronze de talão e dois anéis achados em Pinheiro (Felgueiras)⁶ são os únicos vestígios conhecidos

⁴ A maior parte destes materiais é proveniente de achados resultantes das prospecções nesta área efectuadas por Martins Sarmiento e ainda de doações ao Museu por este fundado. F. J. Salgado Guimarães, *Museu Martins Sarmiento - Guia Descritivo. Secção de Indústrias Pré e Proto-Históricas*, Guimarães, 1980, 3-5.

⁵ No Museu Martins Sarmiento estão depositados 3 machados em anfíbolito polidos, um deles com a referência genérica "Felgueiras" e os outros dois dados como provenientes de Cristêlo-Lagares. Não havendo indicação de contexto dos achados, só genericamente os podemos relacionar com a Neolitização, dada a frequência de ocorrência em contextos mais tardios.

⁶ Estes machados (6), tipo Monteagudo 35A, encontram-se depositados no Museu de Etnografia e História do Porto, e aparecem erradamente conotados com o lugar da Boavista, freguesia de Pinhei-

dos finais desta época⁷, na qual a paisagem começa a ser modelada com a instalação de povoados e assentamentos em locais estratégicos e com características que evidenciam prioridades de defesa, com uma arquitectura marcada pela construção em pedra com plantas predominantemente circulares.

É pois nesta paisagem variada, onde coexistem zonas montanhosas com áreas aplanadas e de vale, onde a água das ribeiras e regatos é um elemento omnipresente e, talvez por isso mesmo, não tão condicionante da vida das populações como se poderia pensar, que encontramos 24 povoados com ocupação pré-romana (Fig. 3), apresentando uma característica comum: todos eles se situam em locais elevados, destacados do resto da paisagem, apresentando, como atrás dissemos, boas condições de defesa natural reforçadas por vários tipos de fortificações. Apesar disso, nem todos evidenciam as mesmas condições de assentamento, o que nos leva a pensar que o seu posicionamento, a sua relação com o meio físico que os cerca, a sua dependência de determinado tipo de recursos e a sua situação relativamente uns aos outros são factores distintivos de diferentes critérios de assentamento que originam diferentes padrões de povoamento. Alguns destes povoados denotam aculturação e permanência de ocupação durante o período romano. Contudo, neste período é sensível a evolução para um outro tipo de modelo de povoamento resultante de uma nova forma de exploração dos recursos agrícolas aliada à introdução de novas tecnologias e novas culturas. A intensificação da exploração de recursos minerais, essencialmente do estanho em que a zona Leste da bacia superior do Sousa é rica, não parece ter afectado o modelo antigo de povoamento, uma vez que aí ainda não foi detectado nenhum assentamento que se possa conotar exclusivamente com o período romano, verificando-se apenas a continuidade de ocupação nos povoados dessa área.

2.1.1. Situação

A relação entre um povoado e o meio físico que o envolve, muitas vezes determinante na sua vocação específica, expressa-se preferencialmente através da sua situação, que pode ser definida por dois vectores: localização e posição⁸.

ro. Foram encontrados por um jornaleiro, residente nesse lugar da Boavista, ao arrancar a raiz de uma árvore na encosta do castro de Pinheiro, da mesma freguesia, e podem ser atribuídos ao Bronze Final.

⁷Eduardo de Freitas refere também o aparecimento de três machados em bronze com dois anéis, que pela descrição apresentada parecem também corresponder ao tipo Monteagudo 35A. Estes machados terão sido encontrados por dois pedreiros no lugar do Monte, que corresponde ao Castro de S. Simão, escondidos na base de um penedo, destruindo um deles para ver o que era e tendo oferecido os outros, de que não há notícia. Eduardo de Freitas, *Felguerias Rubeas*, 1985 (reedição), 16-17. Ver ainda José de Barros, *O Concelho de Felgueiras, Portugal Económico, Monumental e Artístico*, III, 1940, 472.

⁸Luis Xulio Carballo Arceo, *Los castros de la cuenca media del rio Ulla y sus relaciones con el medio físico*, *Trabajos de Prehistoria* 47, C. S. I. C., Madrid, 1990, pag. 173.

Se a localização é um elemento concreto do espaço, isto é, significa uma escolha — entre várias possíveis — de um sítio físico específico para o assentamento de um povoado, já a sua posição depende do sistema de inter-relações que esse sítio pode manter com o meio envolvente, o que se traduz numa escolha baseada em factores como possibilidades de defesa, capacidade agrícola de território envolvente, sistema agro-silvo-pastoril, facilidade de comunicações e controle territorial.

A análise dos locais escolhidos para a instalação destes povoados baseou-se essencialmente nas características topográficas dos sítios onde os povoados foram implantados, independentemente da sua altitude. É que, na área em estudo, as colinas, esporões e rechãs encontram-se desde os 130 metros a que corre o rio Sousa até aos 400 metros, a partir dos quais encontramos alguns topos aplanados próprios de interflúvios e com a altitude máxima de 575 metros. Se, como vimos atrás, a situação de um povoado é condicionante do seu desenvolvimento e do tipo de economia das suas populações, parece-nos que as balizas altimétricas aqui encontradas enquadram um mesmo tipo de possibilidades e alternativas económicas, em que uma agricultura de subsistência, com um reduzido desenvolvimento tecnológico e quase confinada à horticultura e uma ou duas culturas cerealíferas — trigo e cevada —, levando a um esgotamento rápido dos solos, teria que ser complementada com a criação de rebanhos e com a recolheção, como aliás atestam as fontes clássicas⁹.

Esta ideia levou-nos assim à classificação dos povoados da bacia superior do Sousa em três grandes grupos, um dos quais é susceptível de divisão em três subagrupamentos (Fig.4).

Grupo I – Os castros de Santa Marinha, Ladário, Senhor dos Perdidos e Santa Quitéria (hoje em dia completamente destruído), representando 16,7% do total de povoados com ocupação pré-romana até agora detectados na bacia superior do rio Sousa, são povoados que se caracterizam pela sua localização no tópo aplanado de outeiros a altitudes entre os 400 e os 500 metros, com encostas de pendentes suaves apresentando declives entre 16 e 30%. Estão todos situados na linha de festos que, em semi-círculo, define a bacia de captação do rio Sousa, dominando visualmente todo o território circundante¹⁰ e com uma relação de total intervisibilidade entre si próprios. Por isso, denominamo-los como “povoados de interflúvio”. Apresentam excelentes condições naturais de defesa, complementadas

⁹ Estrabão, Geografia III.

¹⁰ Os problemas de controle visual dos castros sobre o território circundante, sobretudo sobre as áreas imediatas e de exploração preferencial, têm sido abordados por vários autores, sendo de destacar o trabalho de Manuel Xusto Rodriguez, Area de Vision, Topografía e Territorialidade: O Mundo dos Castros, *Boletín Auriense*, XVIII-XIX (1988-89), pag. 23-30.

quase sempre com várias ordens de muralhas (2 ou 3 no Ladário e no Senhor dos Perdidos, havendo vestígios de uma quarta no Castro de Santa Marinha). São normalmente grandes povoados, com superfícies entre os 10 hectares (Castro do Ladário) e os 18 hectares (Castro de Santa Marinha e Castro do Senhor dos Perdidos). Os solos que imediatamente os circundam apresentam boas aptidões para a exploração florestal e pastoril, suportando apenas uma agricultura de recurso, dada a sua altitude e a intensa erosão a que estão sujeitos. Contudo, existem solos com boas aptidões agrícolas num raio de cerca de 30 minutos desde o centro destes povoados.

Grupo II – Os povoados deste grupo caracterizam-se, independentemente da sua altitude, por se situarem em rechãs e estarem rodeados, pelo menos por três lados, por declives fortes, quase sempre superiores a 30%. Distinguimos 3 sub-grupos, baseados na distância a que se situam as vertentes das encostas do topo da rechã.

A – Engloba 9 povoados, representando 37,5% do total. O seu traço de união deve-se ao facto de todos eles se situarem em pequenas e médias elevações no extremo de rechãs, com uma acentuada diferença de cota para os terrenos a que estão sobranceiros e ao facto da vertente da encosta que lhes está sobranceira se encontrar bastante afastada, formando uma zona aplanada até à elevação em que se situa o povoado. As suas altitudes variam desde os cerca de 200 metros do povoado do Bacêlo até aos 575 metros do Castro de Santa Águeda. Ocupando posições estratégicas sobre vales de pequenos rios e ribeiras subsidiários do rio Sousa e do Mezio, dominam visualmente todo o território circundante e todos eles têm boas condições naturais de defesa, pelo que apresentam normalmente apenas uma muralha, às vezes reforçada por um talude ou um sistema de fossos do lado planáltico menos protegido. São povoados de pequenas dimensões, entre 1 e 4 hectares, albergando comunidades que cultivariam de preferência solos situados na encosta menos íngreme, muitas vezes contíguos à muralha. Neste grupo englobamos os castros da Senhora Aparecida (Pinheiro), Santa Águeda (Sousela), Mortórios (Covas/Freamunde), Picôto (Pombeiro) e os povoados de Choqueiro (Idães), Monte do Bufo (Lustosa), Alto de Nevogilde, Bacêlo (Tôrno), e Boavista (Vila Fria).

B – Este sub-grupo é formado por 4 povoados situados também em elevações rochosas no topo de rechãs, com grandes diferenças de cota para as terras baixas cultiváveis, mas encontrando-se bastante próxima a vertente da encosta que lhes está sobranceira, revelando uma plataforma de cultivo mais exígua. Os castros de Penacova, Avelêda, Meinêdo e Pias, em altitudes que variam entre os 229 e os 338 metros, com superfícies entre 1 e 3 hectares, apesar de dominarem visualmente todo o território em três direções, têm uma visibilidade muito redu-

zida e deficientes condições de defesa do lado da encosta próxima.

C – Caracteriza-se pela implantação dos povoados em rechãs terminadas em esporão aplanado, muitas vezes com vertentes de grande declive que lhes proporciona uma defesa eficaz também complementada, como nos outros grupos, por uma linha de muralha e taludes que os protege do lado mais desguarnecido. Neste sub-grupo incluem-se os castros de Sendim, Pedreira, o Cristêlo de Santa Comba de Regilde e o povoado mineiro do Cristêlo de Macieira com altitudes entre os 267 e os 470 metros e o mesmo tipo de visibilidade de A e B.

Grupo III - Os Castros de S. Simão (Refontoura), S. Domingos (Cristêlos) e St^o. Adrião de Vizela parece prefigurarem um outro tipo de implantação, em que o povoado se encontra no topo de uma colina ou outeiro de forma cônica, isolado e emergente das terras aplanadas que o rodeiam, com diferenças de cota entre os 80 e os 100 metros. Muito bem fortificados, ostentam 2 ou 3 ordens de muralhas e superfícies entre os 5 e os 9 hectares, em altitudes que oscilam entre os 249 e os 372 metros. Têm uma visualidade perfeita em todas as direcções, dominando respectivamente o curso do Sousa, Vizela e Mezio, apesar de servidos mais directamente por pequenas ribeiras suas subsidiárias. À sua volta estendem-se os melhores terrenos agrícolas.

2.1.2. Controle do espaço e do território. A intervisibilidade. Os territórios de exploração

Os índices utilizados para a análise do controle do espaço e do território¹¹, essencialmente a visibilidade, a intervisibilidade entre os vários povoados detectados e o ainda o estabelecimento de alguns territórios preferenciais de exploração, implicam a construção de modelos teóricos que só terão razão de ser em condições de ocupação sincrónica dos povoados desta região.

A visibilidade e a intervisualidade¹² pressupõem, além do controle visual do espaço circundante, a possibilidade de comunicação à distância entre os povoados. Por sua vez, o estabelecimento teórico de territórios preferenciais de exploração, além de sugerirem — quando confrontados no terreno — possíveis modelos de organização económica, se conjugados com mapas de visibilidade e intervisibilidade podem revelar-nos formas particulares de organização espacial e territorial.

¹¹Sobre a apropriação do espaço e do território, bem como a sua ocupação e utilização neste período, veja-se M. Xusto Rodríguez, *La concepcion territorial en la Cultura Castreña de Galicia*, *Revista de Arqueología*, 137, Zugarto Ediciones., Madrid 1992, pag. 28-37.

¹²Sobre este assunto, cfr. L. X. Carballo Arceo, *op. cit.* pag. 180-183.

Como os elementos de que dispomos são muito escassos a nível de comprovação arqueológica, vamos partir do princípio, por semelhança com regiões vizinhas e, não o esqueçamos, apoiados apenas em recolhas superficiais, de que essa sincronia de ocupação ocorreu na Fase III da periodização da Cultura Castreja do Noroeste, desde os inícios do século I a.C. aos meados do séc. I d.C.

Se atentarmos na figura 5, verificamos a existência de duas manchas importantes de povoamento. Uma está conotada com a bacia de recepção do rio Sousa, e é dominada pelos castros do Grupo I, ou seja, os povoados de altitude que denominámos “povoados de interflúvio”. Estes povoados exercem um controle efectivo de todo o território A sua intervisualidade é total, podendo comunicar visualmente entre si, e dominando visualmente os povoados mais pequenos, exercendo funções de verdadeiros lugares centrais. Não nos arriscamos a dizer que controlam o rio Sousa, pois este, muito próximo da sua nascente, ainda não possui características de via de comunicação ou constitui grande fonte de recursos. Dentro desta mancha, não podemos deixar de notar duas especificidades: os povoados virados ao vale do rio Vizela, nítidamente subsidiários do castro do Senhor dos Perdidos e por ele controlados, e o Cristêlo de Macieira, pequeno povoado mineiro conotado com a exploração do estanho na dependência do castro da Senhora Aparecida, que conjuntamente com o castro de Sendim, controla o antigo corredor que fazia a comunicação entre o vale do Tâmega e o oppidum dos Bracaraugustani, passando por Briteiros.

A outra mancha de povoamento está já conotada com um trecho mais importante do rio Sousa, depois da sua confluência com a ribeira de Barrosas, e sobretudo com o vale do rio Mezio, corredor natural de comunicação com o vale do Vizela. Aqui a situação é outra: os povoados de altitude, se dominam visualmente, não parecem, pelas suas reduzidas dimensões, poder exercer funções de verdadeiros lugares centrais, quer a nível económico quer administrativo. Nesta área, o único povoado que parece estar em condições de representar esse papel é o castro de S. Domingos, um povoado do Grupo III, bem defendido com 3 ou 4 ordens de muralhas e com uma área de cerca de 9 ha, com capacidade de albergar uma população já considerável. Os outros, parecem ter funções específicas de controle e vigia ao longo do vale.

Baseados no *site catchment analysis* introduzido na década de 70 por Vita-Finzi e Higgs¹³ no estudo do emprego de cereais no Natufense da Palestina e desenvolvido mais tarde por Davidson e Bailey na área de Les Mallaetes e Parpalló¹⁴, tentámos visualizar (Fig. 6) os territórios de exploração directa de cada

¹³ C. Vita-Finzi, E. S. Higgs, *et alli*, Prehistoric economy in the Mount Carmel area of Palestine: site catchment analysis. *Proceedings of the Prehistoric Society* 36, pag. 1-37.

¹⁴ Iain Davidson e G. N. Bayley, Los yacimientos, sus territorios de explotación y la topografía, *Boletín del Museu Arqueológico Nacional (Madrid)* II, 1984, pag. 25-46.

povoado, organizando-os em territórios de 10, 15 e 30 minutos, adaptando para isso a metodologia preconizada por Davidson e Bailey e também empregue por Manuela Martins para a Bacia do Curso Médio do Cávado¹⁵. Por verificarmos que a distância média entre povoados não ultrapassa os 3 km, entendemos prescindir da análise dos territórios superiores a 30 minutos ao verificar que todos eles necessariamente se interpenetravam. Esta análise, não sendo totalmente conclusiva, permite contudo supor tipos de economia predominantemente agro-pastoris para alguns dos povoados de interflúvio, sobretudo quando confrontada com a realidade do terreno.

Completamos este estudo com o estabelecimento do modelo teórico dos territórios potenciais dos povoados pré-romanos, em que através da aplicação da metodologia dos Polígonos de Thyssen¹⁶ tentámos estabelecer quais as áreas de influência dos povoados e quais os que poderiam ter exercido funções de verdadeiros lugares centrais¹⁷, parecendo-nos confirmar-se a centralidade do castro do Senhor dos Perdidos, do castro de Santa Marinha e do castro da Senhora Aparecida, não nos parecendo conclusiva a situação do castro de S. Domingos, apesar da sua aparente centralidade sugerida pelos modelos de intervisualidade (Fig. 7).

2.2. Cronologias

Não temos veleidades de apresentar num estudo deste género um esboço cronológico para o assentamento e ocupação dos povoados aqui apresentados, sem recurso a escavação ou sequer sondagem sistemática. Diremos apenas que, fruto de recolhas superficiais, temos alguns elementos que poderão sugerir momentos em que estes povoados estiveram ocupados, mas mesmo assim só de uma forma genérica.

No Castro dos Mortórios (Covas), uma ponta de bronze de possível lança ou de punhal, que se encontra no Museu do Seminário Maior do Porto, e atribuível ao Bronze Final, pode ser um indício da ocupação antiga deste povoado¹⁸.

O aparecimento de seis machados de talão e dois anéis tipo Monteagudo 35

¹⁵Manuela Martins, op. cit., pag.. 211-214.

¹⁶P. Haggett, *Analisis Locacional en la Geografia Humana*, Barcelona 1975, pag. 320-321.

¹⁷A adaptação da teoria dos lugares centrais em arqueologia necessita, quanto a nós, de uma revisão profunda, pois para uma correcta adaptação do modelo de Chistaller são necessários dados que só com escavação em todos os povoados e um conhecimento globalizante de toda uma região num dado período cultural é possível obter. A presente tentativa enferma assim dos mesmos vícios e enfrenta os mesmos problemas que as anteriores, não sendo mais, por isso mesmo, que um simples exercício teórico. Sobre o tema, ver M.G. Bradford e W. A. Kent, *Geografia Humana - Teorias e suas Aplicações*, Ed. Gradiva, Lisboa 1987, pag. 17-45.

¹⁸A. C. Ferreira da Silva, Paços de Ferreira. As origens do povoamento: do megalitismo à romanização. *Paços de Ferreira - Estudos Monográficos*, 1986, pag. 106-107.

A na encosta do Castro da Senhora Aparecida (Pinheiro), a sua estreita relação espacial com o local de achado do tesouro de Arnosela¹⁹ composto por 19 braceletes em ouro e alguns fragmentos cerâmicos de fabrico manual que aí recolhemos, com pastas grosseiras acastanhadas e acinzentadas escuras atribuíveis à fase I B (700-500 a. C.) da Cultura Castreja reportam uma ocupação deste castro ao Bronze Final-inícios da Idade do Ferro, sendo porém muito abundantes os vestígios cerâmicos atribuíveis à fase III e à romanização, o que parece atestar uma ocupação com uma longa diacronia.

Cerâmicas também de fabrico manual e pastas grosseiras acastanhadas e acinzentadas escuras foram por nós recolhidas no Castro da Pedreira, o que aliado à notícia do aparecimento de um machado em bronze²⁰, pode reportar os inícios da sua ocupação para o Bronze Final, transição para o Ferro.

As cerâmicas e as decorações dos Castros de S. Simão e Sendim parece reportarem para uma ocupação um pouco mais tardia, entre o século V e o século III a. C. (Fase II A - 500 a 200).

Em todos os povoados, os elementos superficiais que recolhemos apontam uma sincronia de ocupação ao longo da fase III, com intensos vestígios de romanização a partir dos finais do séc. I a.C e sinais de interrupção dessa ocupação, pelo menos nalguns deles, a partir de meados do século I d.C. O Castro do Senhor dos Perdidos, cujas sondagens forneceram abundantes elementos que atestam a sua ocupação nos finais do séc.I a.C./séc. I d.C.²¹, parece ser o único a apresentar vestígios de uma solução proto-urbana, incluindo-se na área de influência cultural da Citânia de Sanfins, o que se deduz, por exemplo, no achado de um fragmento de uma pequena taça de beber do tipo A2 b ou A3 da tipologia de A.C. Ferreira da Silva, para quem estas taças são comuns e típicas dos *Bracari*.

III. A Romanização da Bacia Superior do Rio Sousa

3.1. Os assentamentos romanos

É sobretudo a partir da pacificação dos povos do Noroeste operada com Augusto que vemos mudar lentamente o modelo de povoamento nesta área (Fig.8). Se encontramos vestígios de aculturação e romanização em alguns dos grandes povoados de altura como Santa Marinha (Aião), Ladário (Vila Cova da Lixa),

¹⁹Ricardo Severo, Os braceletes d'ouro de Arnosella, *Portugália* II-1, 1905-1908, pag. 63-71.

²⁰Eduardo de Freitas, *Felgerias Rubeas. Subsídios para a História do concelho de Felgueiras*, Felgueiras, 1985, pag. 17.

²¹Foi este o único povoado intervencionado por escavações arqueológicas em toda a área da Bacia Superior do Sousa. As escavações, ainda inéditas, foram realizadas pelo Dr. Lino Augusto Tavares

Senhor dos Perdidos (Penacova) se esses vestígios também são reconhecíveis em castros de rechãs como Senhora Aparecida (Pinheiro) e Sendim, ou em outeiros como S. Domingos (Cristelos) e St^ª. Adrião de Vizela, eles parecem não ultrapassar os meados do século I d.C.

Com o virar da Era, comprova-se ainda a ocupação de um grupo de pequenos povoados situados a meia encosta, tirando partido de declives suaves e de um melhor posicionamento em relação aos terrenos com aptidão agrícola. Estão neste caso os povoados do Cristêlo de Santa Comba (Regilde), Penacova — ambos subsidiários do castro do Senhor dos Perdidos —, Picôto (Pombeiro de Riba-Vizela) e Bacêlo (Torno). Meinêdo é um assentamento novo que possivelmente resulta da descida das populações do respectivo castro. A sua situação privilegiada a meia encosta, virado a Oeste sobre as terras férteis do Sousa, origina o desenvolvimento de um *vicus* cuja importância ainda é comprovável no século VI. A atestá-lo, a abundância de vestígios de cerâmicas de construção, fustes de colunas, cerâmicas de cozinha, *terra sigillata hispânica* e *TS Clara D*, e cerâmicas de engobe vermelho pompeiano que aparecem junto ao campo de jogos e na Quinta dos Padrões²². Toda a encosta desde Meinêdo a Vila Verde, onde também existe uma necrópole, passando por Idanha, Pade, S. Mamede e Cales é fértil em vestígios de pequenos assentamentos, prenunciando uma tendência a um modelo de dispersão populacional ainda hoje em dia característico desta área. Vemos então que progressivamente as populações se vão aproximando dos vales, começando gradualmente a explorar essas terras baixas, pesadas e húmidas, para as quais vão adaptar novas tecnologias. Assim interpretamos o aparecimento de tégula, cerâmicas de construção e de cozinha em Sá e Rielho (Santa Eulália de Barrosas), Paço (St^ª. Adrião de Vizela), que parecem corresponder a pequenos casais, o conjunto notável de epígrafes de Vila Fria que deve estar conotado com o estabelecimento de uma *villa* no vale do rio Vizela, o povoado ou casal de Outeiro de Babais (Airães) e o de Vila Verde.

Paradigma deste tipo de ocupação a meia encosta, num esporão sobre o vale de Jugeiros e na base do castro de Sendim, é a *villa* romana que aí detectámos e cuja escavação proporcionou o aparecimento de várias salas com vestígios de mosaicos policromos²³. A tipologia dos mosaicos, algum espólio cerâmico e em vidro, além de 6 moedas encontradas na escavação, permitem comprovar remo-

Dias e pela Dr^ª. Teresa Pires de Carvalho em 1986 e 1987, privilegiando contextos de ocupação romana do século I d.C. Aos autores, agradecemos a informação.

²²J. de Alarcão, *Roman Portugal*, vol II - Gazetteer, fasc. 1, Aries & Phillips LTD, Warminster, 1988.

²³A primeira campanha de escavação da *villa* romana de Sendim, efectuada de emergência em Março de 1992, foi da responsabilidade dos Serviços Regionais de Arqueologia da Zona Norte sob a direcção do Dr. Lino Augusto Tavares Dias e de nós próprios, nela tendo colaborado os alunos da

delações arquitectónicas e uma ocupação segura a partir dos finais do século III, inícios do século IV.

Outra *villa* ou casal deve ter existido em Caíde de Rei, onde hoje fica a Quinta dos Ingleses. Também num pequeno esporão, a pouca altitude sobre o rio Sousa, sobressaindo dos férteis campos de aluvião na sua margem esquerda, encontram-se restos de cerâmica de construção e, dentro da Cerca dos Veados, uma curiosa lagareta de vinho ou de azeite esculpida num penedo²⁴, atestando uma significativa mudança cultural.

3.2. As Necrópoles

São conhecidos alguns dos locais onde tumulavam os habitantes destes assentamentos. Normalmente a bordejar vias ou caminhos, fora do espaço dos vivos mas suficientemente próximas para permitirem os funerais e que a memória do defunto não fosse votada ao esquecimento, as necrópoles detectadas²⁵ na Bacia Superior do Sousa parecem ser todas de incineração, com diferentes tipologias de sepulturas, que vão desde os simples covachos abertos na terra, de secção “ocular” ou trapezoidal, como as da necrópole da Massorra (Macieira da Lixa, Felgueiras)²⁶, até às sepulturas formadas por tégulas, como as de Veigas (Macieira da Lixa, Felgueiras) ou delimitadas por pequenas pedras e cobertas por outras maiores, como as da necrópole da Senra (Santa Eulália de Barrosa), atribuíveis ao século IV²⁷. Martins Sarmiento interpreta ainda como sepultura uma estrutura em tijolo aparecida em Rielho (Santa Eulália de Barrosas)²⁸. O espólio destas necrópoles, disperso entre o Museu Martins Sarmiento e coleções particulares, pode ser atribuído, tanto quanto nos foi dado observar, desde os finais do século III até ao século V e encontra paralelos em outras necrópoles tardias da região.

Escola Profissional de Arqueologia do Freixo (Marco de Canavezes), orientados pela Dr.^a Anabela Gomes Lebre. Os resultados desta campanha serão oportunamente publicados.

²⁴D. Domingos de Pinho Brandão e F. Lanhas, Sobre a Lagareta de Caíde de Rei, *Revista de Etnografia*, nº 6, 8, e 12 (de 1965 em diante).

²⁵Deve-se a Martins Sarmiento e ao Dr. Eduardo de Freitas a escavação e o salvamento de algum espólio de necrópoles da zona de Santa Eulália de Barrosas e do concelho de Felgueiras, respectivamente, desde os fins do século passado até aos anos vinte do nosso século.

²⁶Eduardo de Freitas, *op. cit.* pag. 17.

²⁷Martins Sarmiento, *Revista de Guimarães*, XVIII, pag. 13. Uma jarra pintada é estudada por J. M. Abascal Palazon, *La cerâmica pintada de época romana de tradición indígena en la Península Ibérica*, Madrid 1986, pags. 183 e 258, que a atribui à segunda metade do século IV.

²⁸Martins Sarmiento, *Revista de Guimarães*, I, 1884, pag. 171.

3.3. As Vias

A Bacia Superior do Rio Sousa apresenta dois corredores preferenciais a ligar duas zonas de intensa romanização que são o vale do Ave-Vizela e o vale do Tâmega. Não é pois de estranhar que da rede viária com partida de Bracara Augusta nos apareçam vestígios precisamente ao longo desses dois corredores que aproveitam o vale de fractura do rio Mezio, a Oeste, e a falha de Pombeiro a Leste.

A via romana que sai de Braga em direção a Sudeste não vem descrita no Itinerário de Antonino. C. A. Ferreira de Almeida²⁹ fá-la sair de Braga pela Falperra, indo a S. Martinho de Sande e a S. João da Ponte onde existem respectivamente um miliário de Trajano indicando a milha IV (CIL II 6214) e uma ponte romana de quatro arcos. Aqui, parece que a via bifurcava. Um ramo viria a Caldas de Vizela, cuja Ponte Velha tem “um arco já fora do leito do rio, em que as chaves e as aduelas são romanas”³⁰, seguindo ao longo do rio Mezio pelas freguesias de Casais e Nespereira, passando pelo *vicus* de Meinêdo³¹, onde atravessaria o rio Sousa, dirigindo-se provavelmente a Monte Mózinho³² e à foz do Tâmega, passando a Várzea do Douro, que atravessava em direção a Viseu.

Não encontrámos na área em estudo nenhum vestígio concreto da passagem desta via. Prospecções intensas na Portela de Barrosas e nos Montes de Sá levaram apenas à identificação de um caminho antigo que corre na crista das elevações, sem vestígios do característico lajeado romano. Também o atravessamento do rio Sousa, feito necessariamente nas imediações de Meinêdo, não deixou vestígios: a ponte de Espindo, tal como se apresenta hoje em dia, é claramente medieval e talvez datável a partir dos finais do século XIII, mais seguramente do século XIV. Detectámos conectado com esta ponte, no lugar de Silvosa e a cerca de 200 metros dela, um troço lajeado que também não é conclusivo, podendo enquadrar-se perfeitamente no período medieval.

Temos então que apenas a necrópole da Senra, em Santa Eulália de Barrosas³³, a provável necrópole de Rielho³⁴, ainda em Santa Eulália de Barrosas, a sucessão de epígrafes ao longo da Ribeira de Sá e do rio Mezio, a sucessão de

²⁹ Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Vias Medievais I, Entre-Douro-e-Minho*, FLUP 1968 (Policopiada), pag. 40-41 e 189-190.

³⁰ C. A. Ferreira de Almeida, *op. cit.*

³¹ Este itinerário é ampliado por Jorge Alarcão, *O Domínio Romano em Portugal*, Publicações Europa-América, 1988. Pag. 91.

³² T. Sociro descreve a travessia desta via pela zona por si estudada como vinda de Bustêlo, acompanhando o rio Cavalum em direção a Sul até ao vale da ribeira de Camba, descendo então até S. Vicente. Teresa Soeiro, Monte Mózinho. Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana, *Penafiel - Boletim Municipal de Cultura*, 3ª série, nº 1, 1984. pags. 60 e 85.

³³ Martins Sarmento, *Revista de Guimarães*, XVIII, pag. 13.

³⁴ Martins Sarmento, *Revista de Guimarães*, I, 1884, pag. 171.

povoados onde aparecem algumas cerâmicas comuns romanas e o Castro de S. Domingos (Cristêlos) com vestígios comprovados de romanização, para além da importância dos vestígios datáveis entre os séc. IV e VI encontrados no provável *vicus* de Meinêdo que, em 572 ainda era sede de bispado³⁵, constituem balizas ao longo das quais podemos traçar o itinerário provável desta via.

Para além desta, aparecem-nos vestígios seguros da passagem de outra via que aproveitava o corredor criado pela falha de Pombeiro no sentido NE-SE. Ainda segundo C. A. Ferreira de Almeida³⁶, esta via começaria em S. João da Ponte, como bifurcação da anterior, passava a Oeste de Guimarães, atravessando o rio Vizela em Vila Fria (Felgueiras), na ponte romana do Arco, cujas aduelas e silharia ainda apresentam vestígios de almofadado. Na margem esquerda do rio, a seguir à ponte, é visível a calçada lajeada que sobe o monte da Boavista até ao Sardoal, Burgo, Rua e Pombeiro. Aqui, confirma-se um troço da via romana com cerca de 100 metros de extensão, o único que foi alvo de escavações arqueológicas³⁷, e que passava na base do castro do Picôto, ia a Campas, onde foi detectada uma necrópole, daí a Padroso³⁸, Forca e Várzea. No lugar do Ameal, aparece-nos um outro troço lajeado, com cerca de 200 metros, que franqueia o rio Sousa numa curiosa ponte em padieira, que reputamos medieval³⁹. Passaria depois à Estrada, Mouta e Espiúca (Caramos), onde detectámos mais dois pequenos troços lajeados a vencer a subida para a Lixa, onde a via passava no sopé do castro do Ladário, descendo depois na direção de Santa Cristina (Figueiró), daí a Constance e atravessando o rio Tâmega na ponte de Canavezes antes de se dirigir a Tongóbriga (Freixo) e ao Douro.

3.4. Epigrafia

A ocorrência de achados epigráficos está maioritariamente centrada no vale do rio Vizela (82%), a atestar uma intensa romanização da vertente NW dos montes do Senhor dos Perdidos e de Barrosas conotada sem sombra de dúvida com a área de influência das termas de Vizela, aparecendo as restantes epígrafes já no

³⁵ D. Domingos de Pinho Brandão, o Bispado de Meinêdo. Contributo da Arqueologia para o seu conhecimento, *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, Coimbra 1971. Pág. 627-28.

³⁶ C. A. Ferreira de Almeida, *op. cit.*

³⁷ Estas escavações, ainda não publicadas, foram dirigidas pelo Dr. Lino Augusto Tavares Dias e Dr.^a Teresa Pires Carvalho, a quem agradecemos a informação.

³⁸ Eduardo de Freitas, *op. cit.*, pag. 20, faz entroncar aqui em Padroso — onde ainda hoje existe um lugar chamado Roma — uma outra via que viria de Caldas de Vizela pelos castros de Santo Adrião, Regilde, Penacova e Senhor dos Perdidos, da qual não existem quaisquer vestígios. Não nos repugnando a ideia, parece-nos mais lógico que fosse apenas um caminho de ligação, sem as características de uma via.

³⁹ Esta ponte é em tudo análoga à que vimos no percurso da estrada romana de Coimbrões, Viseu.

vale do rio Mezio que, como sabemos, faz a comunicação entre os vales do Vizela e do Sousa, parecendo bordejar a via que por aqui passava.

Destas epígrafes, 7 são funerárias (41%), com particular relêvo para o grupo de Vila Fria no qual se destaca, em Sá, o cipo ornamentado em quatro faces de Julia Pintâmi, atribuída⁴⁰ aos finais do século I- século II (ILER, 4772), 3 são votivas (17%), 5 aparecem gravadas em penedos (30%), havendo ainda a registar o aparecimento de duas aras anepígrafas (12%).

Uma inscrição gravada num penedo de Penacova (Felgueiras), perto do Castro do Senhor dos Perdidos, merece especial menção por dois motivos: em primeiro lugar, parece dedicada a uma divindade “Iunone Amrunearum” que, para Alarcão “não seria a Iuno clássica mas uma deusa indo-europeia que assumiria a forma de vaca ou vitela”⁴¹; em segundo lugar, dedicada por “Quintillo et Prisco Cos” é perfeitamente datável do ano 159 através da listagem do colégio consular. Aliás, o conjunto epigráfico desta zona revela, além do culto aos Lares⁴², ainda mais duas entidades aqui veneradas: *Castaecis*, talvez uma ninfa aquática da inscrição de Santa Eulália de Barrosas (CIL II, 2404), e o *Genio Laquiniesi*, possivelmente do castro ou do território de Laquinium, ainda não identificado, a quem é dedicada uma inscrição proveniente da freguesia fronteira de S. Miguel de Vizela e para aqui trazida (CIL II, 2405).

Uma das inscrições funerárias de Vila Fria (ILER, 5354) indicia uma certa mobilidade migratória, pois refere-se a um indivíduo *Lanciensis Tra(ns)qudanus*, revelando um étnico de uma *civitas* que aparece referida na inscrição da ponte de Alcântara, mas cujo território, situado possivelmente entre a serra da Malcata e o rio Côa ainda não está fixado arqueologicamente⁴³.

Quanto à onomástica indígena, verificamos pelas inscrições de Santa Eulália de Barrosas (CIL II, 2404) e de Vila Fria que os nomes Reburus, Reburinus, Severus, Bracarus e Flav(v)s também eram correntes nesta zona; onomástica romana, a atestar a presença de indivíduos de proveniência itálica, sobretudo a partir dos finais do século I d. C. aparece-nos na inscrição atrás referida do penedo de Penacova, bem como na de Sá (ILER 4772), Santo Adrião de Vizela (CIL II, S 5559), Santo Estêvão de Barrosas (CIL II, 155a) ou na de Eira Vedra (Sousela, Lousada)⁴⁴.

⁴⁰ Alain Tranoy, *La Galice romaine. Recherches sur le Nord- Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*, Diffusion du Boccard, Paris 1981, pag. 365.

⁴¹ Jorge Alarcão, *Roman Portugal*, II, fasc.1, Aries & Philips Ltd., Warminster 1988, pag. 18, nº 1/328.

⁴² O Culto aos Deuses Lares é documentado numa ara aparecida na quinta de S. Mamede, em Meinêdo, cujo achado foi noticiado pelo *Jornal de Lousada*, 4063, de 7-12-90, pag. 2.

⁴³ Jorge Alarcão, *O Domínio Romano em Portugal*, Publicações Europa-América, 1988. pag. 35-37. *idem.*, *O Domínio Romano, Nova História de Portugal, Vol. I - Portugal - Das Origens à Romanização*, Ed. Presença, Lisboa 1990, pag. 369-370.

⁴⁴ José Forte, *Notícias Epigráficas, Portugália*, tomo II, 1905-1908, pag. 479, nº 4.

Curiosamente, ainda sob o ponto de vista social, as inscrições de Santa Eulália de Barrosas revelam-nos duas profissões aqui exercidas: a inscrição ao *Genio Laquiniesi* é dedicada por um pisoeiro e a ara a *Castaecis* é dedicada por um *lapidarius*, ou seja, um canteiro ou pedreiro.

3.5. Achados Monetários

Indício de profundas transformações de índole económica após a conquista e subsequente pacificação dos indígenas por parte dos romanos é o aparecimento de um tesouro de denários no Castro do Senhor dos Perdidos (Penacova, Felgueiras)⁴⁵, composto por moedas emitidas a partir de 130 a.C. e cujos exemplares mais recentes datam do reinado de Tibério. A utilização da moeda generalizou-se nesta zona com Augusto, sendo deste reinado uma moeda em AR aparecida conjuntamente com outras — um tesouro? — no Cristêlo de Regilde e das quais infelizmente se perdeu o rasto⁴⁶.

Ainda do reinado de Augusto, é um denário proveniente do Castro de S. Domingos (Lousada), datável dos anos 7-6 a.C.⁴⁷. Um pouco abaixo do Castro do Ladário (Lixa, Felgueiras), foi encontrado um conjunto de moedas de bronze atribuídas a Tibério⁴⁸ e há ainda notícia do achado de moedas em bronze no Castro de S. Simão (Refontoura, Felgueiras)⁴⁹ bem como de moedas hispânicas no Castro do Picôto (Pombeiro de Riba-Vizela, Felgueiras).

Já mais tardias são as moedas constituintes de um outro tesouro aparecido no Castro do Senhor dos Perdidos (Penacova, Felgueiras), ainda inédito e atribuível ao século IV d.C., bem como as moedas do século III e IV encontradas na escavação da *villa* romana de Sendim.

BIBLIOGRAFIA

- ABASCAL PALAZON, Juan Manuel - *La cerâmica pintada de epoca romana de tradición indígena en la Península Iberica*, Madrid 1986.
- ALARCÃO, Jorge de - *O Domínio Romano em Portugal*, 1988.
- ALARCÃO, Jorge de - *O Domínio Romano, Nova História de Portugal, Vol. I - Portugal - Das Origens à Romanização*, Lisboa 1990.

⁴⁵Rui M. S. Centeno, *Circulação Monetária no Noroeste de Hispânia até 192*, Anexos *Numus* nº1, Porto 1987, pag. 65-66.

⁴⁶Eduardo de Freitas, op. cit. pag. 15.

⁴⁷A notícia do seu achado foi dada pelo Jomal de Lousada de 5-IV-1991.

⁴⁸Eduardo de Freitas, op. cit., pag. 19.

⁴⁹Eduardo de Freitas, op. cit., pag. 17.

- ALARCÃO, Jorge de - *Roman Portugal*, vol II- Gazetteer, fasc. 1, Warminster, 1988.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *Vias Medievais I, Entre-Douro-e-Minho*, FLUP 1968 (Policopiada).
- BARROS, José de - *O Concelho de Felgueiras, Portugal Económico, Monumental e Artístico*, III, 1940.
- BRADFORD, M.G. e W. A. Kent, *Geografia Humana - Teorias e suas Aplicações*, Lisboa 1987.
- BRANDÃO, D. Domingos de Pinho e F. Lanhas - Sobre a Lagareta de Caíde de Rei, *Revista de Etnografia*, nº 6, 8, e 12 (de 1965 em diante).
- BRANDÃO, D. Domingos de Pinho - O bispado de Meinêdo. Contributo da Arqueologia para o seu conhecimento, *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, Coimbra 1971.
- CARBALLO ARCEO, Luis Xulio - Los castros de la cuenca media del rio Ulla y sus relaciones con el medio físico, *Trabajos de Prehistoria* 47, C. S. I. C., Madrid, 1990.
- CARTA de Capacidade e Uso do Solo de Portugal. Base e normas adoptadas na sua elaboração, Centro Nacional de Reconhecimento e Ordenamento Agrário, Lisboa, 1983. Escala 1:25.000.
- CENTENO, Rui M. S. - *Circulação Monetária no Noroeste de Hispânia até 192*, Porto 1987.
- DAVIDSON, Iain e G. N. Bayley - Los yacimientos, sus territorios de explotacion y la topografia, *Boletín del Museu Arqueológico Nacional (Madrid)* II, 1984.
- FORTE, José - Notícias Epigráficas, *Portugália*, tomo II, 1905-1908.
- FREITAS, Eduardo de - *Felgerias Rubeas. Subsídios para a História do concelho de Felgueiras*, Felgueiras, 1985.
- GUIMARÃES, F. J. Salgado - *Museu Martins Sarmiento - Guia Descritivo. Secção de Indústrias Pré e Proto-Históricas*, Guimarães, 1980.
- HAGGETT, P. - *Analisis Locacional en la Geografia Humana*, Barcelona 1975.
- MARTINS SARMENTO - *Revista de Guimarães*, I, 1884
- MARTINS SARMENTO, *Revista de Guimarães*, XVIII.
- MARTINS, Manuela - *O Povoamento Proto-Histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado*, Universidade do Minho, Braga 1990.
- SEVERO, Ricardo - Os Braceletes d'ouro de Amozella, *Portugália* II-1, 1905-1908.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da - *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, 1986.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da - Paços de Ferreira. As origens do povoamento: do megalitismo à romanização. *Paços de Ferreira - Estudos Monográficos*, 1986.
- SOEIRO, Teresa - Monte Mòzinho. Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana, *Penafiel - Boletim Municipal de Cultura*, 3ª série, nº 1, 1984.
- TRANOY, Alain - *La Galice romaine. Recherches sur le Nord- Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*, Paris 1981.
- VITA-FINZI, C., E. S. Higgs et alli - Prehistoric economy in the Mount Carmel area of Palestine: site catchment analysis. *Proceedings of the Prehistoric Society* 36.
- XUSTO RODRIGUEZ, Manuel - Area de vision, Topografia e Territorialidade: O Mundo dos Castros, *Boletín Auriense*, XVIII-XIX (1988-89).
- XUSTO RODRIGUEZ, Manuel - La concepcion territorial en la Cultura Castreña de Galicia, *Revista de Arqueología* 137, Madrid 1992.

Est. I

Carta Hidrográfica da Bacia Superior do Rio Sousa



Fig. 1 (este mapa, tal como os seguintes, baseia-se na carta de esc. 1:100.000, aqui reduzido aproximadamente metade em relação ao original).

Carta Altimétrica da Bacia Superior do Sousa



Fig. 2.

Est. III

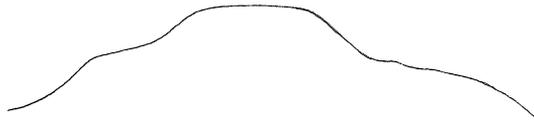
Povoamento Pré - Romano da Bacia Superior do Sousa



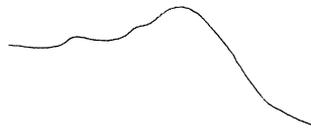
Fig. 3.

Tipologia de Implantação dos Povoados
Cortes Topográficos

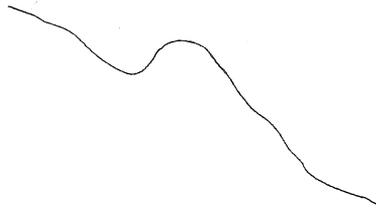
Grupo I



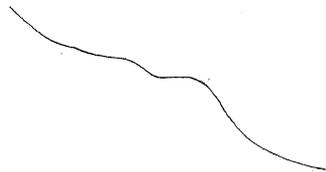
Grupo II - A



Grupo II - B



Grupo II - C



Grupo III



Fig. 4.

Controle Visual na Bacia Superior do Rio Sousa

Intervisibilidade dos Povoados



Fig. 5.

Modelo Teórico dos Territórios de Exploração dos Povoados
da Bacia Superior do Sousa

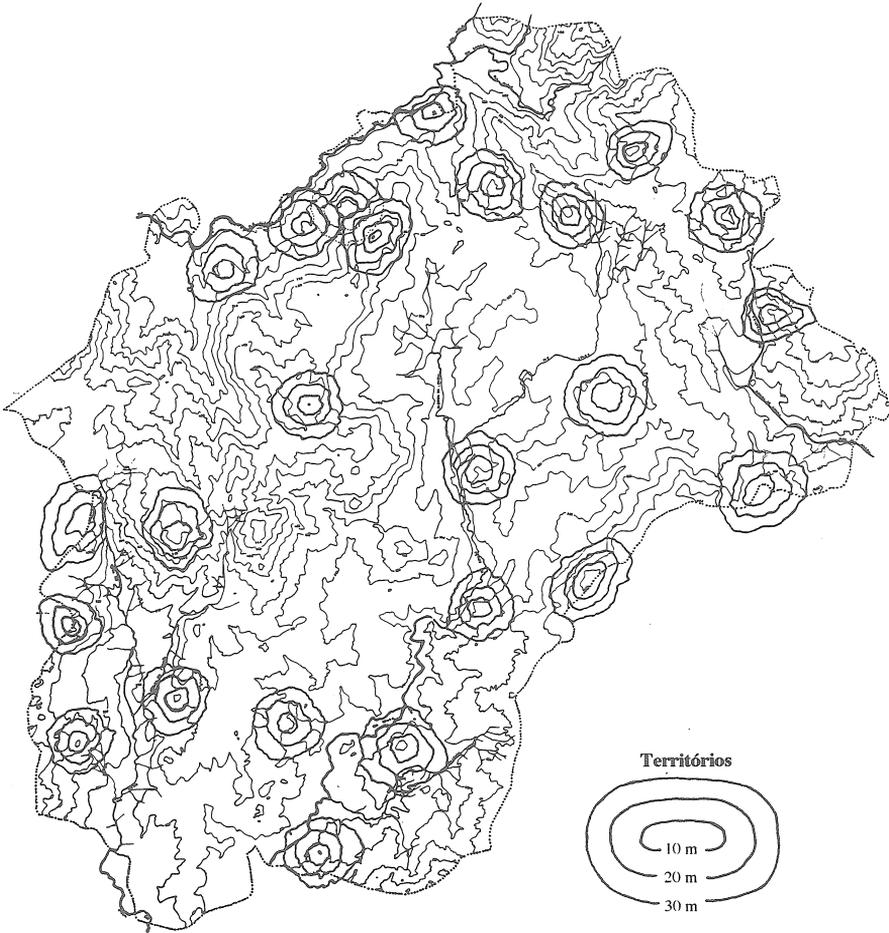


Fig. 6.

Territórios Potenciais dos Povoados Pré-Romanos
da Bacia Superior do Sousa



Fig. 7.

A Romanização da Bacia Superior do Sousa

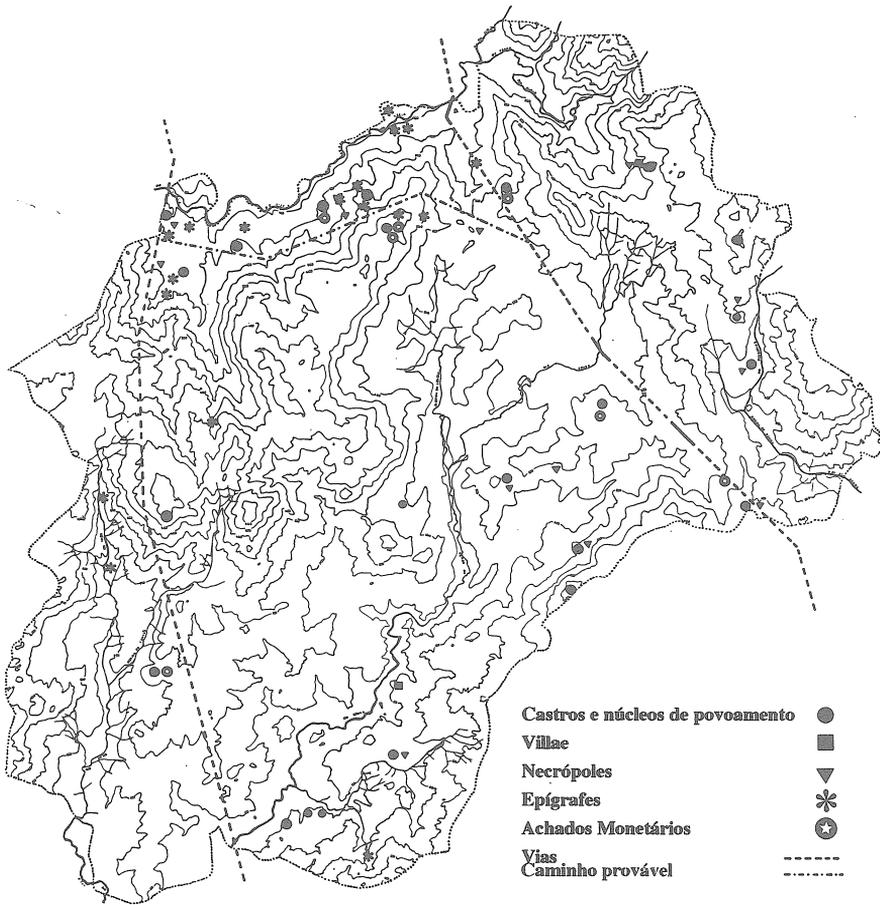


Fig. 8.

DOS CASOS DE POBLAMENT ROMÀ (LITORAL/INTERIOR) AL PAÍS VALENCIÀ: LA VALL DE XÀBIA - LA VALL DELS ALFORINS

por

Joaquim Bolufer Marqués* y Agustí Ribera*

Resumen: Amb aquesta comunicació es preten fer una comparança sobre el poblament d'època romana en dues valls d'extensió i característiques orogràfiques semblants, situades: una a la franja litoral mediterrània (Vall de Xàbia) i l'altra a l'àrea interior, en la zona de contacte amb Castella, ambdues però dins del País Valencià.

D'aqueixa comparança obtindrem conclusions de tipus cronològic, pel que fa al procés romanitzador, entre la zona litoral/zona interior; també sobre la planificació, distribució, densitat i tipus d'assentaments romans, i a l'hora, l'anàlisi dels materials arqueològics permetrà conèixer les diverses relacions comercials d'ambdues zones.

Palabras-clave: Comparança. Romanització. Litoral/interior.

INTRODUCCIÓ

No abunden els estudis centrats en el poblament d'època romana referits al País Valencià¹; treballs que en alguns casos no pretenen sino mostrar o donar a conèixer un llistat més o menys complet dels jaciments romans d'un determinat territori.

La comunicació que ara presentem planteja, des de la perspectiva d'un intens coneixement dels territoris respectius i en base a una prospecció sistemàtica, la caracterització i valoració dels assentaments romans d'aquestes dues àrees, vertebrades per una fèrtil vall agrícola amb sòls quaternaris, però amb d'altres factors que les defineixen:

* Servei Arqueològic d'Ontinyent.

¹ L. Abad, 1985; F. Arasa, 1987; J. M. Doñate, 1969; A. Poveda, 1987; R. Ramos, 1976; M. Tarradell, 1965, etc.

| | <i>Vall de Xàbia</i> | <i>Vall dels Alforins</i> |
|--------------------------------------|----------------------|---------------------------|
| Extensió | 3537 ha. | 3715 ha. |
| Alçada mitjana | 56 mts. | 620 mts. |
| Pluviositat | 625 mm. | 530 mm. |
| Orientació | Est-Oest | Est-Oest |
| Distància a la capital del Territori | 18/20 km. (Dianium) | 35/45 km. (Saetabis) |

Ultra això, una altra qüestió té d' ésser considerada com a determinant: Xàbia es troba al litoral, amb una magnífica i àmplia badia amb diversos ports naturals, mentre que la Vall dels Alforins es localitza al domini interior del País, a uns 65 km. en línia recta de la mar i a escassa distància de la Via Augusta, ben a prop del forcall o cruïlla on es desviava el ramal que, per la Vall del Vinalopó, es dirigia cap a Illici, ja a la costa.

Un altre aspecte a considerar és la manca de fonts o notícies històriques referents a les dues valls en època antiga, circumstància que d' alguna manera indica el seu caràcter marginal.

1. EL MEDI FÍSIC

La vall dels Alforins té uns 4-5 km. d' amplària per 10 km. de llargària, amb una orientació general de ponent a llevant, com en el cas de Xàbia. El límit nord està marcat per la Serra Grossa, al sud per la Serra de l'Ombria/Serra de Beneixama, al llevant pel treçant geomorfològic dels Cabeços, mentre que pel ponent resta oberta a les Albarisses i l'Alfori de Villena, per on comunica amb les planures peri-manxegues.

Geològicament, els dos anticlinals que emmarquen la vall, corresponen a materials secundaris (calisses cretàtiques), mentre que el sinclinal està compost bàsicament per sedimentació terciària del miocè marí (taps), però en les capes profundes, ja que aquests materials rarament afloren, a l' estar recoberts per potents estrats de sedimentació continental (degut a l' altura de la vall amb 620 mts. de mitja) i entre ells els quaternaris, factor molt important ja que li donen una gran fertilitat al territori.

El drenatge de les aigües és en gran part subterrani, degut als karts, i les aigües superficials s' escorren principalment per la Rambla dels Alforins, que en direcció NW va al riu Canyoles, mentre que una altra part menor va, per diversos barrancs, al Riu d' Ontinyent, quedant alguns illots d' evacuació difícil. Es pot dir que, al no haver-hi cap corrent continua, és un territori pobre en aigua, però no tant com per a no poder abastir normalment les necessitats del poblament prehistòric i antic, mitjançant les petites deus i fontanals que hi existeixen.

La vall de Xàbia té una amplària que oscil·la entre els 4,5 km. de l' extrem est i els 2 km. de l' oest, amb una llargària de 9 km., i una orientació d' oest a est.

El seu límit nord està definit pel masís del Montgó-Plana de Sant Antoni, mentre que al sud els seus límits són marcats pel massís dels Tossalets, obert a l' extrem llevantí per on comunica amb la petita vall de Cansalades (ja fora del nostre àmbit d' estudi i en la que no es coneix cap jaciment d' època romana ni ibèrica), i a l' extrem ponentí, per on comunica la vall de Xàbia amb les terres de Lluca, on s' hi localitza un dels assentaments romans. El sector sud-oest està delimitat per les estribacions nord del Tossal Gros.

El límit oest de la vall està marcat pels afloraments cretàtics de la zona de Jesús Pobre, mentre que a l'extrem est ho farà la barrera del Muntanyar (cordó dunar fòssil), trencada a la platja de l' Arenal (antiga desembocadura del riu Gorgos), que marcarà la separació entre la vall i la mar, i on es situa una zona de formacions amfibies corresponent a una antiga albufera.

També ara, com en el cas dels Alforins, ens trobem amb una vall formada per materials bàsicament quaternaris aportats en aquest cas pel riu, mentre que les carenes que la delimiten corresponen a formacions cretàtiques revestides a la vessant est dels Tossalets per estrats Miocens.

Tot i no ser abundants les aigües, la relativa alta pluviositat de la zona, la presència d' aigües subterrànies, fonts (totes elles a la meitat ponentina) i d' algun corrent superficial continu en època antiga com al Barranquera² o bé estacional, com el riu de Xàbia o Gorgos, fan d' aquest territori una zona rica i fèrtil agrícolament.

2. ELS PRECEDENTS. EL POBLAMENT TARDO-IBÈRIC

En cap de les dues zones estudiades coneixem l' existència d' un important poblament d' època ibèrica plena, només comptem amb alguns materials ceràmics del segle III a.n.e. de La Sort, als Alforins, i d' altres més escassos i esparsos de la zona dels Tossalets i potser la Lluca³ a Xàbia.

Fora ja de l' àmbit estricte d' aquestes àrees si que hi existeixen però, grans i importants jaciments ibèrics d' aqueix periode: la Bastida de les Alcuses (Moixent, la Costera)⁴, només a dos quilometres al nord de la vall dels Alforins

² Fins no fa molt de temps, ans del fort desenrotllament turístic de la zona, aquest cabdal d' aigua rajava durant tot l' any.

³ Aquest tresor, troballa aïllada ben allunyada de qualque jaciment ibèric de certa entitat, ha estat datada per E. Llobregat i E. Pla als segles III-II a.n.e.

⁴ És abundantíssima la bibliografia sobre aquest jaciment. Hi destaquem D. Flecher, E. Pla i J. Alcacer, 1965.

i amb una cronologia dels segles V-IV a.n.e.; i el jaciment del Coll de Pous (Dénia, Marina Alta)⁵, a escassa distància la nordoest de la vall de Xàbia, amb una cronologia entre les acaballes del segle V i la primera meitat del II a.n.e., tot i que sembla existir una fase anterior centrada al segle VI a.n.e.

A partir d'aqueix estat de coses veiem apareixer des del segle II a.n.e. una sèrie d'assentaments situats en zones planes o de suau vessant, sense muralles o cap altra estructura defensiva, de poca extensió i que a partir de les seues escasses restes constructives, hem de considerar com de poca entitat, car hi serien utilitzats materials peribles escassament detectables pel registre arqueològic, tal com va ser constatat a l'excavació del Teular de Mollà (Ontinyent, Vall d'Albaida)⁶, jaciment tardo-ibèric (segles II-I a.n.e.) situat pocs quilometres al sud dels Alforins, i a on les úniques estructures constructives registrades corresponen a rases i clots excavats sobre el sòl així com qualche basament de pedres travades en sec, possibles fonaments de murs d'encofrat de terra⁷, o estructures de fusta i ramatge.

Aquestes característiques del poblament tardo-ibèric semblen ser, si més no, generals en altres zones del País Valencià, tal com es despren de l'estudi sobre el poblament ibèric de l'àrea d'Edeta⁸ o en altres zones més pròximes com és ara el Terme de Teulada⁹, al sud de Xàbia.

Tots aquests jaciments, amb excepció de La Sort, s'assenten en emplaçaments nous, sense ocupació anterior, tot i que en molts casos continuaran durant l'època romana.

Aqueixa fase prèvia a la plena romanització, centrada entre els segles II i la primera meitat del segle I a.n.e., estaria determinada en base a la presència d'una sèrie de materials ceràmics: ceràmiques de vernís negre campanianes A i/o B, àmfores de procedència itàlica i/o tardo-púniques, i ceràmiques ibèriques. La identificació d'assentaments tardo-ibèrics a partir de prospeccions superficials, en els jaciments on junt amb els materials damunt esmentats ens hi trobem amb un clar registre romà, pot resultar problemàtica, sobretot si considerem que les posteriors "vil·les" presenten unes mateixes pautes d'ubicació, tot repetint el mateix model d'assentament camperol tardo-ibèric.

El conjunt de jaciments romans on podem considerar una primera fase o

⁵ J. Castelló i P. Costa, 1992.

⁶ A. Ribera, 1991.

⁷ "La quarta i darrera tanca, artificial, és de paret. N'hi ha de quatre espècies:.." ..de terra i pedruscall piconat en motles, coma a Hispània i al camp Tarentí..". Varró. *Rerum Rusticorum*, Lib.I. XIV.

També Plini, a la *Naturalis Història*, Lib. XXXV, cap. 48, es fa ressó de la utilització d'aquesta tècnica a Hispània.

⁸ J. Bernabeu, H. Bonet i C. Mata, 1989.

⁹ J. Bolufer, 1993.

ocupació tardo-ibèrica¹⁰ suposen el 38% per a la vall de Xàbia¹¹ i el 50% per a la vall dels Alforins¹². Al marge d' aquests jaciments, hi existeixen en ambdós territoris assentaments tardo-ibèrics de les mateixes característiques que no presenten perduracions en època romana. Aquests jaciments suposen el 20% del total dels assentaments tardo-ibèrics de Xàbia (la Teuleria i els Rafals), mentre que als Alforins representen el 50% (Camí de Mallaura, Racó Moltó i Ca Corretger).

3. LA CARACTERITZACIÓ DELS ASSENTAMENTS D' ÈPOCA ROMANA

El fort desequilibri poblacional d'època romana entre els dos territoris comparats, amb sis jaciments a la vall dels Alforins i vint-i-un a la vall de Xàbia, es tradueix també, en una major diversitat en el tipus d' assentaments romans que ara analitzem.

Ja en un anterior treball¹³ en el que presentavem el poblament romà de Xàbia, vàrem agrupar els diversos assentaments tot caracteritzant-los en base a la que pensavem era la seua funcionalitat primordial. Aqueix plantejament pot ser mantingut ampliant el nombre dels assentaments agrícoles de Xàbia amb dos nous jaciments (els Forandons i la Vall de Sala o Camí Vell de Pedreguer), mentre que als Alforins tots els jaciments coneguts d' època romana poden ser qualificats com explotacions agrícoles.

El criteri utilitzat per agrupar els assentaments en: agrícoles, industrials, comercials i de control, considera l' emplaçament dels jaciments i la presència de determinades estructures. Amb aquests plantejaments intentem determinar però, la funció o funcions primordials més característiques de l' assentament, sense excloure'n d' altres que sens dubte també hi serien desenrotllades.

De les quatre categories considerades, la més àmpliament representada correspon als assentaments agrícoles, únic model constatat a la vall dels Alforins,

¹⁰ Tal com ha estat explicat, no resulta senzill considerar una anterior fase "tardo-ibèrica" en base a la presència d' uns materials ceràmics recuperats en superfície i normalment escassos. Tanmateix, la repetició d' un mateix model d' assentament i l' abundància de jaciments romans ja des d' època d' August, ens fa pensar en un poblament tardo-ibèric de certa importància. Junt amb això, podríem adduir la cronologia de la Punta de l' Arenal, l' assentament romà de major importància de Xàbia, amb una data d' inici que cal situar poc abans del canvi d' era. Cronologia que pensem pot considerar-se indicativa de l' inici dels assentaments romans en aquesta vall.

¹¹ Aquests jaciments són: la Vall de Pexet, Benimadrocs, Santa Llúcia, la Vall de Sala, la Vilanova, la Duana, Capsades i la Vall dels Pucés.

¹² Aquests jaciments són: Ca Pastor, Pla de Cubelles i la Sort.

¹³ J. Bolufer, 1990.

i el més abundantment representat a Xàbia on suposa quasi el 75 % del total dels jaciments.

* Dins el grup dels assentaments industrials hem inclòs els tallers de producció terrissera (àmfores, materials de construcció i ceràmiques comunes) i la factoria de salaons de la Punta de l' Arenal, on sembla que també varen ser produïts envasos amfòrics¹⁴.

El jaciment de la Punta de l' Arenal, el millor conegut de les dues àrees estudiades (gràcies a les excavacions que s' hi han realitzat¹⁵, així com als diversos treballs que l' hi han dedicat¹⁶, és, a més, la vil·la més sumptuosa de les conegudes, amb nombroses troballes de capitells, bases, fusts de columna, remats arquitectònics, paviments de mosaïc i un famós relleu de marbre, ara perdut. Al redós de la part urbana d' aquesta gran vil·la, es va desenrotllar el complexe industrial centrat en la producció de saladures de peix, del qual es coneixen diverses basses quadrangulars i un gran "viver" rectangular comunicat amb la mar mitjançant dues canals excavades a la roca de "pedra tosca"¹⁷. Aqueixa producció seria probablement envasada i comercialitzada des del mateix jaciment.

També la gran necròpolis d' inhumació d' aquest assentament és parcialment coneguda, havent-se realitzat alguna excavació arqueològica¹⁸.

Els altres tallers d' àmfores coneguts, es situen a l' extrem ponentí de la vall: la Teulera de Jesús Pobre, la Rana i l' Alter de Perdigó. Tots tres centaven la seua producció en la fabricació d' envasos vinaris: Dr. 2-4 i Dr. 30 a la Teulera (taller de notòria importància a jutjar per l' abundant volum de materials, on sembla que també s' hi varen fabricar àmfores tipus Oliva 3/Dr. 26), Dr. 30 a la Rana (on també foren produïdes d' altres ceràmiques comunes), i Dr. 2-4 i més escassament Dr. 30 a l' Alter de Perdigó, jaciment on els materials són molt menys abundants que als altres dos tallers.

* Dins el grup dels assentaments comercials hem inclòs tres jaciments, tots tres litorals: la Duana, la Punta de l' Arenal i l' Illa del Portitxol.

La Duana, actual barri mariner de Xàbia, es situa al nord de la badia, a escassa distància de l' actual moll, fondejador natural i port tradicionalment utilitzat, que modernament fou modificat. En les seues aigües sembla haver estat localitzat un relicte d' època romana a més d' altres restes.

Diverses notícies i l' existència d' algunes estructures¹⁹, fan situar un antic

¹⁴ C. Aranegui, 1981.

¹⁵ G. Martin, 1964.

¹⁶ G. Martin i M^a Dolores Serres, 1970.

¹⁷ Amb aquest nom, és coneguda la pedra arenisca procedent dels cordons dunars fòssils, abundants a la comarca de la Marina Alta.

¹⁸ J. Bolufer, 1986.

¹⁹ Vegeu nota 16.

fondejador en la Punta de l' Arenal. També hi han estat realitzades diverses troballes submarines en aquesta zona (bàsicament material amfòric).

L' illa del Portitxol es situa al mig d' una petita badia, lloc d' atracada i fondejador de vaixells amb abundats troballes sub-aquàtiques: ceps d' àncora, àmfores, etc.

* Al grup dels assentaments “de control” hem inclòs un únic jaciment que per les seues característiques (escassos materials ceràmics, nul·les possibilitats agrícoles i inclús ramaderes), però sobretot per la seua ubicació al cim d' un tossal cònic des d' on es divisa la Badia de Xàbia i la seua vall, deuria desenrotllar una funció d' aguait i control del territori.

3.1. Els Assentaments Agrícoles

Els assentaments que hem considerat com primordialment agrícoles són, tant a Xàbia com als Alforins, el grup més nombrós dels jaciments romans, sent els únics que hem localitzat a la vall dels Alforins.

En general es tracta d'assentaments de dimensions reduïdes²⁰, amb escassos testimoniatges d' una activitat agrícola “industrial” o excedentària. Així, mentre que als Alforins no ha estat identificat cap element de premsa o altra estructura d'aqueix tipus, a Xàbia s' hi localitzen en només tres jaciments²¹, més una basseta d' “opus signinum” als Écles, que considerem pertanyent a una estructura d' aqueixa classe.

Junt amb aqueixos elements, podríem adduir també la presència en algun jaciment de rejoles romboidals²², relacionades en alguns casos amb paviments de basses²³, o les restes de morter hidràulic (opus signinum), potser relacionats amb les estructures per a l' el.laboració de vi o oli, especialment abundant als assentaments de Xàbia, on apareixen en onze jaciments, mentre que a l' Alforí només en trobem algun fragment al jaciment de Ca Traver.

Tanmateix, a pesar d' aqueixa relativa escassetat de tallers (o cups) per a la producció de vi, és evident que l' existència de tres tallers terrissers centrats en

²⁰ Els criteris utilitzats a l' hora d' indicar la superfície del jaciment, es basen en l' àrea de dispersió dels materials arqueològics (bàsicament ceràmiques), així com en la topografia del lloc i altres característiques. Això vol dir, que l' alteració antròpica dels jaciments (especialment per l' intens abancament agrícola) hi ha jugat un paper important en la dispersió dels materials ceràmics i per tant en les valoracions que hem d' utilitzar per determinar les seues superfícies.

²¹ El Tossal d' Ullastre, Benimadroc i Punta de l' Arenal. En el primer dels jaciments correspon a un bloc rectangular, als Benimadroc, el possible contrapés té forma cilíndrica, mentre que a la Punta de l' Arenal, assentament que caracteritzem bàsicament com industrial i comercial, es tracta de dos blocs més o menys rectangulars amb mosses.

²² Hi han estat recollides als Écles (vall de Xàbia) i Ca Traver (vall dels Alforins).

²³ P.P. Ripolles, 1992.

la fabricació d' àmfores vinaries ens indica la presència i la importància de la producció vinícola en la vall de Xàbia per a l' època alto-imperial, coincidint, a més, amb el període de major nombre d' assentaments. És també ara però, el moment de consolidació i expansió de la romanització a la vall dels Alforins, amb una dinàmica centrada no pas en el conreu de la vinya, sino probablement en una agricultura d' autocosum, o en tot cas centrada en el conreu de cereals²⁴.

És ben difícil intentar avaluar l' extensió dels assentaments, és a dir, conèixer l' espai conreat o dependent d' aquests assentaments. L' operació matemàtica de dividir la superfície de les dues valls entre els respectius jaciments ofereix, en el cas de Xàbia, una extensió mitja per assentament de 168 ha., mentre que a l' Alforí representa unes 619 ha. Si hom considera, a més, la sincronia entre els diferents jaciments de cada vall (amb un màxim per als dos territoris durant el segle I de n.e.) tindriem unes 186 ha. per a Xàbia i 743 ha. per als Alforins. Aquestes grans superfícies, no s' escauen, però al caràcter majoritari d' aquests petits assentaments que semblen representar més aviat la imatge d' una societat camperola d' auto-abastiment.

4. CRONOLOGIA I PERIODITZACIÓ

* Si bé les dates més antigues d' arranc dels assentaments romans dels Alforins poden situar-se cap al canvi d'era en el jaciment de Ca Pastor, en conjunt, el poblament d' aquest període es centra cronològicament en època alto-imperial, moment en el qual són ocupats cinc dels sis jaciments que hi coneixem. D' ençà de la segona meitat del segle II de n.e. deixaran de funcionar tres dels assentaments: Micons, Ca Pastor i el Pla de Cubelles (aquest darrer ni tan sols va arribar al segle II). A partir d'aqueix moment, només ens mostrarà una certa vitalitat el jaciment del Racó de Sanxo, perdurant possiblement també l' assentament de Ca Traver on, si bé el registre ceràmic no presenta evidències clares més enllà del segle II de n.e., la troballa de dues monedes de Claudi II el Gòtic i Constànci I Clor ens permeten allargar la seua cronologia fins a les primeries del segle IV, moment en el qual es produeix un nou assentament a La Sort (sobre un anterior jaciment tardo-ibèric) d' escassa importància i amb un curt període d' existència centrat en el segle IV de n.e.

Ja a les acaballes del segle IV o potser als inicis del V, serà abandonat l' assentament del Racó de Sanxo, que havia estat el jaciment romà de més llarga ocupació dels Alforins, i que a partir de les troballes realitzades pot ser considerat com el més important durant tot el període.

²⁴ Aquestes terres han estat històricament i tradicionalment dedicades a la producció cerealística.

En un anterior treball sobre el poblament romà de Xàbia²⁵ plantejavem com a data d' inici dels més antics jaciments romans d'aquest territori el segle I a.n.e. (inclús les acaballes del segle II per al jaciment de la Duana). L' anàlisi i valoració d' aquests assentaments, així com el replantejament de les seues funcions i característiques, ens ha dut a considerar, tal com succeeix en zones pròximes anteriorment esmentades²⁶, però també com semblen revelar recents estudis d' altres indrets ben allunyats com és ara el Maresme a Catalunya²⁷, una cronologia més tardana per a la plena "romanització" d'aquestes terres que caldria situar a les darreries del segle I a.n.e., i ja de manera més extesa a partir del canvi d' era.

Serà justament el segle I de n.e. el moment de major densitat d'assentaments a la vall de Xàbia, amb un total de 19 jaciments²⁸. Al segle següent veurem, però, desaparèixer tres assentaments agrícoles, dos dels quals havien estat anteriors jaciments tardo-ibèrics, que potser serien absorbits per d' altres "vil·les". En aquest moment començaria a funcionar el taller d' àmfores de la Rana (que tal volta substituiria al pròxim taller de l' Alter de Perdigó, que va deixar de produir durant el segle II de n.e.), mentre que a la Punta de l' Arenal té lloc una forta reestructuració en la qual sembla que va ser destruït el conjunt residencial.

Arribant al segle III observem ara els efectes de la crisi econòmica general, que acabarà amb el comerç d' exportació del vi, i farà desaparèixer els tallers terrissers productors d' àmfores.

Al segle IV només enregistrem la desaparició de l' assentament del Tossal d' Ullastre, un dels pocs jaciments on hi existeix un possible element de premsa. També ara tornem a documentar una ocupació, potser esporàdica, al tossal de Santa Llúcia.

El segle V de n.e. es presentarà però, com l' inici d' una forta recessió poblacional, amb la desaparició de cinc assentaments, alguns d' ells de gran extensió i importància, com ara és la vil·la dels Écles. Aqueixa dinàmica es consumarà, ja de manera definitiva, al segle VI durant el qual seran abandonats tots els jaciments coneguts amb l' única excepció de la Punta de l' Arenal, jaciment que perduraria fins a un moment indeterminat del segle VII de nostra era.

²⁵ Vejau nota 13.

²⁶ Ens referim als Termens de Teulada i Benitatxell, al sud de Xàbia.

²⁷ O. Olesti, 1993.

²⁸ Alguns dels jaciments de Xàbia són poc coneguts, conseqüència de la forta alteració urbanística o agrícola de la zona (Tossalets, Costeres del Calvari i Rebaladí), per la qual cosa les referències cronològiques d' aquests assentaments cal prendre-les amb certes reserves.

5. CONCLUSIONS

En base a les dades que ara presentem, quasi exclusivament obtingudes a partir dels treballs de camp i prospeccions superficials²⁹, podem considerar consolidada cronològicament la romanització³⁰ a partir del canvi d'era, moment en el que són establerts a la vall de Xàbia assentaments que podriem considerar com vil'lae (l' Arenal i els Écles), alhora que als dos territoris estudiats s'observa l'aparició de petites explotacions agrícoles, algunes d'elles anteriors assentaments tar-do-ibèrics, i d'altres, noves explotacions que tanmateix repetiran l'anterior model i mantindran les seues mateixes característiques, podent-les definir com petits assentaments camperols.

Junt a aquest model general, la vall de Xàbia mostrarà una major diversitat de jaciments, prova de l'assumció dels models importats i de la integració dins els circuits comercials romans. Fenòmen que cal explicar en funció de diversos factors: situació, riquesa agrícola i pesquera, i proximitat a l'àmbit urbà de Dianium.

BIBLIOGRAFIA

- ABAD, L., "La Arqueologia Romana del País Valencià: Panorama y perspectivas". *Arqueologia del País Valencià: panorama y perspectivas*. pp. 337-382. Universitat d'Alacant. Alcoi, 1985.
- ABASCAL, J.M. i RABANAL, M.A., "Inscripciones romanas de la provincia de Alicante". *Lucentum*, IV, pp. 191-244. Alacant, 1985.
- APARICIO, J. i altres., *Actividades Arqueológicas. Varia I*. Departament d'Història Antiga de la Univ. de València. València 1979.
- ARANEGUI, C., "La producción de ánforas en el País Valencià: estado de la cuestión". *A.P.L.* XVI, pp. 529-538. València 1983.
- ARASA, F., Lesera (La Moleta dels Frares, El Forcall). *Estudi sobre la romanització a la comarca dels Ports*. "Monografies de Prehistòria i Arqueologia Castellonenques", nº 2. Castelló, 1987.
- ARROYO, R. i BOLUFER, J., "Anàlisi numismàtica del conjunt monetari de la Punta de l' Arenal" (Col.lecció J.Segarra Llamas). *Xàbiga* 4, pp. 26-37, Xàbia, 1988.
- BERNABEU, J.; BONET, H. i C. MATA., *Hipotesis sobre la organització del Territori edetano en època ibèrica plena: el ejemplo del Territorio de EdetaLliria*, pp.137-156.
- BOLUFER MARQUÉS, J., "La necròpolis del Muntanyar". *Xàbiga*, 1, pp. 109-126. Xàbia, 1986.
- "Els jaciments arqueològics de Xàbia". *Fogueres* 86 (Revista de Festes), pp. 45-47. Alacant 1986.

²⁹ Tomem a incidir en el plantejament de la relativa provisionalitat d'uns resultats basats en prospeccions superficials.

³⁰ Cal matisar que ens referim, si fa no fa, a la seua expressió material.

- “Història Nostra. El jaciment romà e la Duana”, *Recull* (Butlletí Cultural del A.C.X.), nº 4, pp. 25-26. Xàbia 1986.
- “Les Llànties romanes de la Punta de l’ Arenal”. *Xàbiga*, 2, pp. 7-29. Xàbia, 1988.
- “Una marca d’ àmfora mauritana de la Punta de l’ Arenal (Xàbia, Alacant)”. *Actes del I Col.loqui d’ Arqueologia Romana, Monografies Badalonines*, nº 9, pp. 443-445. Badalona 1987.
- “Ceràmiques fines tardanes de la Punta de l’ Arenal”. *Xàbiga*, 4, pp. 40-53. Xàbia, 1988.
- “El Poblament Romà de la Vall de Xàbia”. *Actes III Congrés d’ Estudis de la Marina Alta*. pp. 141-152. Sant Vicent del Raspeig, 1992.
- “El Patrimoni arqueològic de Teulada, Marina Alta”. (en premsa).
- BOLUFER, J. i BANYOS, I., “Un nuevo taller de ánforas del Territorio de Dianium (la Rana/Gata; Marina Alta)”. *Actas del XXI C.N.A.* Teruel-Albarracin 1991 (en premsa).
- BOROBIO SOTO, J. i MORALES HERNANDEZ, F., “Distribución de poblamiento de época romana imperial en una zona de la provincia de Soria”. *Arqueologia Espacial*, 5, pp. 11-26. Teruel 1984.
- BOVER BERTOMEU, J., “Yacimientos arqueológicos de Jávea. Reseña y catálogo de los objetos hallados en los mismos”. *Saitabi* 13. València, 1944.
- CASTELLÓ, J. i COSTA, P., “El jaciment ibèric de Coll de Pous”. *Aguats* nº 8, pp. 7-19. Xàbia, 1992.
- CERRILLO, M., DE CÁCERES, E. i FERNÁNDEZ, J.M., “Contribución al estudio del asentamiento romano en extremadura. Análisis espacial aplicado al sur de Trujillo”. *Norba*, I, pp. 157-175. Cáceres, 1980.
- COSTA MAS, J., *El Marquesat de Dénia. Estudio geográfico*. Universidad de València. València 1977.
- DOÑATE, J.M., “Arqueologia Romana de Vilareal (Castelló)”. *APL* nº 12. pp. 205-240. València, 1969.
- ESPINÓS, A. i POLO, F., *Xàbia. Anotaciones históricas de una villa mediterránea*. Xàbia, 1985.
- FERNÁNDEZ CASTRO, M^a Cruz., *Villas Romanas en España*. Ministerio de Cultura. Dirección General de Bellas Artes, Archivos y Bibliotecas. Madrid, 1982.
- FIGUERAS PACHECO, F., “Panorama arqueológico de Jávea y sus cercanías”. *Archivo Español DE ARQUEOLOGIA*, pp. 1-33. Madrid, 1945.
- FLECHER, D.; PLA, E. i ALCACER, J., *La Bastida de les Alcuses I*. S.I.P. Serie Trabajos Varios nº 24. València, 1965.
- *La Bastida de les Alcuses II*. S.I.P. Serie Trabajos Varios nº 25. València, 1969.
- GISBERT SANTONJA, J. A., “La producció de vi al Territori de Dianium durant l’ Alt Imperi: el taller d’ àmfores de la vil.la romana de l’ Almadrava (Els Poblets)”. *Actes del I Congrés d’ Arqueologia Romana, Monografies Badalonines*, nº 9, pp. 104-118. Badalona, 1987.
- GORGES, J.G., *Les Villas Hispano-Romaines*. Publications du Centre Pierre Paris, nº 4. Paris, 1979.
- MARTIN, G. i SERRES, M^a Dolores., *La factoria pesquera de la Punta de l’ Arenal y otros restos romanos de Jávea (Alicante)*. S.I.P. Serie de Trabajos Varios, nº 38. València, 1970.
- MESEGUER, J. i TEMPLADO, D., *Mapa Geológico de España. Hoja nº 823, Jávea (Alicante)*. Instituto Geológico y Minero de España, nº 243. Madrid, 1961.

- MIRET, M.; SANMARTÍ, J. i SANTACANA, J., *La evolución y el cambio del modelo de poblamiento ibérico ante la romanización: un ejemplo. Los asentamientos ibéricos ante la romanización*. pp. 79-88. Madrid, 1986.
- OLESTI, O., "La Romanització del Maresme: un nou model d' interpretació". *L' Avenç* nº 172. pp. 8-15. Barcelona, 1993.
- ONA GONZALEZ, J.L., "El poblamiento rural de época romana en una zona de la ribera de Navarra". *Arqueologia Espacial*, T. 5, pp. 71-93. Terol, 1984.
- POVEDA, A., *La Romanización del territorio de Villena. Ayudas a la Investigación 1986-87*. Volum III. pp.159-175. Alacant 1987.
- "Transformación y Romanización del habitat Ibero-Contestano de las cuencas alta y media del Vinalopó. Del final de la República al Alto Imperio". *Alebus* nº 1. pp. 65-78. Elda, 1991.
- PREVOSTI, M., "L' Estudi del món rural romà. Un programa metodològic". *Fonaments* nº 4. pp. 161-211. Barcelona, 1984.
- RAMOS, R., "Las villas de la centuriación de Illici". *Symposium Zaragoza*, II. Saragossa, 1976.
- RIBERA, A., "Notes sobre el poblament de Fontanars dels Alforins". *V Festa de la Dansa*. Fontanars dels Alforins, 1982.
- "El Pla de Cubelles: Noves dades arqueològiques". *Fontanals* nº 0. pp. 4-6. Fontanars 1985.
- "El jaciment ibèric del Teular de Mollà". *Alba* nº 5-6. pp. 29-54. Ontinyent, 1991.
- RIBERA, A.; BOLUFER, J. i LLIN, V., "Restes d' època romana el Racó de Sanxo". *Moros i Cristians*. Fontanars, 1989.
- "Les restes romanes de Ca Pastor". *Almaig*. pp. 31-36. Ontinyent, 1990.
- RÍOS, J.M. i altres., *Mapa Geològic de España*. Hoja 822. Benisa (Alicante). Instituto Geologico y Minero de España, nº 332. Madrid, 1961.
- RODRIGO LOPEZ, V., Cáparra. "Relación de una ciudad romana con su área rural". *Alcantara*, 11. Cáceres, 1987.
- RODRIGUEZ DIAZ, A., "¿Qué?, ¿donde?, ¿como-cuando? y ¿por qué? en Arqueología". *Arqueologia Espacial*, T. 1, pp. 7-25. Terol, 1984.
- SEGARRA LLAMAS, J., "La isla del Portichol, Jávea". *Saibiti* nº 23-24, Tom IV. València, 1947.
- *Jávea, sus origenes y su historia*. València, 1985.
- TARRADELL, M., *L' Època Romana. Història del País Valencia*, Tom I. pp. 121-226. Barcelona, 1988 (Segona edició).

APÈNDIX

FITXES DE JACIMENTS

LA VALL DE XÀBIA

1. LA TEULERA (Jesús Pobre)

Terme Municipal: Dénia.

Assentament Industrial.

Coordenades: Lat. N 38°47'55"

Cronologia: segle I/III de nostra era (?).

Lon. E 0°03'52"

U.T.M. 31SBC466985.

Alçada aprox. (s.n.m.): 100-80 mts.

Superfície aprox. que ocupa: 1.500/2.000 metres quadrats.

Tipus de sòl: Quaternari.

Descripció: Aquest jaciment es situa a l' extrem de ponent de la vall de Xabia, en la part baixa de la vessant d' un tossal que a hores d' ara es presenta totalment abancalat per al conreu agrícola. Característica definitoria de l' assentament són les abundantíssimes restes ceràmiques que indiquen clarament la seua funció com a centre terrisser.

Ceràmiques: Els fragments ceràmics són nombrosíssims, amb abundants testimonis de les ceràmiques que hi foren produïdes (àmfores Dr. 2-4, àmfores de base plana/Dr.30, etc.) i molt escassament per d' altres ceràmiques forànies (T.S.S.-G., T.S.H., etc.).

Materials de construcció/Restes constructives:

* Tegulae: Abundants fragments.

* Rejoles quadrangulars: Abundants fragments.

Estructures:

* Tot i que no s' observen estructures "in situ", són abundants els fragments de forns i d' altres elements que evidèncien clarament l' existència de diverses estructures en el jaciment.

Bibliografia: J. Gisbert (Badalona, 1985).

2. LA RANA.

Terme Municipal: Gata.

Assentament Industrial.

Coordenades: Lat. N 38°47'03"

Cronologia: segle II/III de nostra era (?).

Lon. E 0°05'35"

U.T.M. 31SBC477970

Alçada aprox. (s.n.m.): 70 mts.

Superfície aprox.: 1.000 metres quadrats.

Tipus de sòl: Quaternari.

Descripció: Aquest jaciment se situa a la vora del Barranquet de la Rana, a poca

distància d' una font o brollador d' aigua, recurs necessari per dur endavant l' activitat terrissera que s' hi realitzava.

Aquest taller terrisser estaria en relació amb la propera vil·la dels Écles, i possiblement també amb el pròxim taller de l' Alter de Perdigó.

Ceràmiques:

En aquests forns s'hi produïren, primordialment, àmfores de base plana (semblant a les "mauritanes"/Dr.30), també però d' altres peces de ceràmica comuna. Junt amb aquests materials, també hem arplegat algun fragment de T.S.A. A i Ceràmica Africana de cuina.

Materials de construcció/Restes constructives:

* Tegulae: Abundants fragments.

* Rejoles quadrangulars: Abundants fragments (corresponent en molts casos a elements de forns).

Estructures: Tot i que no s' observa en superfície cap estructura, es evident l' existència de forns de ceràmica.

Bibliografia: J. Bolufer & I. Banyos, (Teruel, 1991).

3. ALTER DE PERDIGÓ

Terme Municipal: Dénia.

Assentament Industrial.

Coordenades: Lat. N 38°47'18"

Cronologia: segle I/II de nostra era (?).

Lon. E 0°06'00"

U.T.M. 31SBC482973

Alçada aprox. (s.n.m.): 70 mts.

Superfície aprox.: 1.500/2.000 metres quadrats.

Tipus de sòl: Quaternari.

Descripció: Aquest jaciment es localitza a l' àrea central de la vall, sobre la vessant meridional d' un petit alteró. En superfície s'arpleguen fragments d' àmfora Dr. 2-4, relativament nombrosos, i més escassament d' àmfores de base plana, i en algun cas qualque fragment passat de forn. Es tracta, en tot cas, d' un taller menys important que la Rana o la Teulera.

Ceràmiques: Àmfores Dr. 2-4, àmfores de base plana (Dr.30), terrisses comunes de pasta oxidant, T.S.A.

Materials de construcció/Restes constructives:

* Tegulae: Alguns fragments.

Bibliografia: J.A. Gisbert (Sant Vicent, 1990).

4. ELS ÉCLES

Terme Municipal: Gata.

Assentament agrícola.

Coordenades: Lat. N 38°46'47"

Cronologia: canvi d'era/inicis

Lon. E. 0°05'37"

segle V de n.e.

U.T.M. 31SBC477964

Alçada aprox. (s.n.m.): 110-118 mts.

Superfície aprox.: 4.500 metres quadrats.

Tipus de sòl: Miocè (burdigalià), "facies tap".

Descripció: La vil·la dels Écles ocupa la part superior d' un petit tossal situat a l' extrem sudoest de la vall, sobre la seua vessant nordoest, i des d' on es divisa tota l' extensió d' estes fèrtils terres. A hores d' ara aquest turó està completament abanquat.

Ceràmiques: T.S.A., T.S.S.-G., T.S.H., T.S.A. A, T.S.A. C, T.S.A. D, ceràmiques de cuina Africanaes, ceràmica comuna oxidant i reduïda, àmfores (Dr 2-4, base plana/Dr. 30,

etc.).

Materials de construcció/Restes constructives:

- * Tegulae: Abundants fragments.
- * Rejoles rodones: Alguns fragments.
- * Rejoles quadrangulars: Alguns fragments.
- * Rejoles romboidals: Algunes peces.
- * Opus signinum: Abundants fragments.
- * Pintura mural: Alguns fragments (color mànгуena).
- * Mosaïcs: Si ??.

Caràcter de l' assentament:

- * Dolies: Abundants fragments.

Estructures:

* Es conserven les restes d' una estructura d' opus signinum, la secció de la qual s'observa en un marge. Es tracta d' una basseta de 120 cm. d' amplària interior i 47 cm. de profunditat, i una gruixa de 20 cm, que en algun moment posterior va ser inutilitzada amb la col·locació d' una nova capa de signinum (d'uns 25 cm. de gruixa) en la part superior, a mena de paviment.

La funció d' aquesta estructura de morter hidràulic cal relacionar-la amb l' activitat, possiblement, d' alguna premsa d' oli o vi.

Bibliografia: J.Aparicio i altres (València, 1980).

5. TOSSAL D' ULLASTRE

Terme Municipal: Dénia.

Assentament Agrícola.

Coordenades: Lat. N 38°46'00''

Cronologia: segle I/IV de nostra era.

Lon. E 0°07'07''

U.T.M. 31SBC498949.

Alçada aprox. (s.n.m.): 100-80 mts.

Superfície aprox.: 1.500-2.000 metres quadrats.

Tipus de sòl: Margues del Cretàcic Superior.

Descripció: Aquest jaciment es situa sobre una suau costera, completament aban-calada, orientada al migdia. Sembla tractar-se d' un assentament agrícola d' escassa entitat que possiblement explotaria les terres situades al sud del jaciment, mentre que les estructures de la vil·la es localitzarien en una zona de terres més pobres agrícolament.

Ceràmiques: T.S.S.-G., T.S.H., T.S.A. A, T.S. Clara Lucente, ceràmica de cuina Africana, ceràmica comuna de pasta oxidant i reduïda, àmfores (Dr. 2-4, Dr. 7-11, etc.).

Materials de construcció/Restes constructives:

- * Tegulae: Abundants fragments.
- * Imbrex: Algun fragment.
- * Rejoles quadrangulars: Algun fragment.
- * Morter de calç: Restes de dos tipus de morter, un de més fi (quasi sense graves) i un altre de més groller.
- * Opus signinum: Abundants fragments.

Caràcter de l' assentament:

- * Dolies: Abundants fragments de cos i un fragment de base.
- * Molins: Un fragment de molí circular.
- * Altres elements: Gran bloc de pedra calcària quadrangular (75 x 60 x 54 cm.), amb una moxa rectangular (de 37 x 17 x 8,5 cm.) en una de les seues cares, que cal interpretar com un element de premsa.

Bibliografia: J. Bolufer (Sant Vicent, 1990).

6. VALL DE PEXET

Terme Municipal: Xàbia.

Assentament Agrícola

Coordenades: Lat. N 38°47'03"

Cronologia: Segle II-I a.n.e./pimera

Lon E 0°08'32"

meitat segle IV de n.e.

U.T.M. 31SBC488969

Alçada aprox. (s.n.m.): 60 mts.

Superfície aprox.: 1.500/2.000 metres quadrats.

Tipus de sòl: Quaternari.

Descripció: Aquest assentament s'ubica en un petit alteró al bell mig de la vall, a hores d'ara en una zona totalment abancalada. Els materials recuperats en superfície són escassos.

Ceràmiques: Vernis negre campaniana B, Ceràmiques ibèriques, T.S.A., T.S.S.-G., T.S.H., Ceràmica comuna de pasta oxidant i reduïda, àmfores, etc.

Materials de construcció/Restes constructives.

* Tegulae: Alguns fragments.

Caràcter de l' assentament:

* Dolies: Alguns fragments.

Bibliografia: J. Aparicio i altres (València, 1979).

7. LA VALL DELS PUCES

Terme Municipal: Xàbia.

Assentament Agrícola.

Coordenades: Lat. N 38°47'06"

Cronologia: segle II-I a.n.e./

Lon. E 0°07'17"

/segle II de n.e.

U.T.M. 31SBC499969

Alçada aprox. (s.n.m.): 50 mts.

Superfície aprox.: 1.000/1.500 metres quadrats.

Tipus de sòl: Quaternari.

Descripció: Correspon aquest jaciment a un petit assentament agrícola situat en la zona central de la vall, amb característiques topogràfiques i edafològiques semblants als jaciments de la Vall de Pexet o la Vall de Sala.

Ceràmiques: Ceràmica de vernís negre campaniana B, Ceràmica Ibèrica, T.S.A., T.S.S.-G., T.S.H., Ceràmica Africana de cuina, Ceràmiques comunes de pasta oxidant i reduïda, Àmfores (Dr. 2-4, etc.).

Material de construcció/Restes constructives:

* Tegulae: Escassos fragments.

* Opus signinum: Escassos fragments.

Caràcter de l' assentament:

* Dolies: Escassos fragments.

Bibliografia: J. Bolufer, (Sant Vicent 1990).

8. BENIMADROCS

Terme Municipal: Xàbia.

Assentament Agrícola.

Coordenades: Lat. N 38°47'06"

Cronologia: segle II-I a.n.e./

Lon. E 0°08'00"

/segle V de n.e.

U.T.M. 31SBC510968

Alçada aprox. (s.n.m.): 32-40 mts.

Superfície aprox.: 1.500/2.000 metres quadrats.

Tipus de sòl: Quaternari.

Descripció: Se situa aquest assentament sobre una suau vessant orientada cap al migdia, encarada al centre de la vall. Actualment tota aquesta zona es troba abancalada per a l'aprofitament agrícola.

Ceràmiques: Ceràmica Ibèrica, Àmfores Dr. 1, T.S.S.-G., T.S.H., T.S.A. D, Ceràmica Africana de cuina, Ceràmiques comunes de pasta oxidant i reduïda, Àmfores (Dr. 2-4, etc.).

Materials de construcció/Restes constructives:

* Tegulae: Alguns fragments.

Caràcter de l'assentament:

* Dolies: Alguns fragments.

* Molins: Fragment de molí circular amb una ansa (element actiu).

* Peses de teler: Una pesa ceràmica de forma prismàtica.

* Altres elements: Gran cilindre de pedra calcària (120 x 85 cm.), amb una perforació en el seu eix de pocs centímetres de profunditat. Aquesta peça deu ser interpretada com un contrapés o element de premsa, probablement d'un "torcularium".

Bibliografia: J. Bolufer (Xàbia, 1987); (El Poble, 1990).

9. VILANOVA

Terme Municipal: Xàbia.

Assentament Agrícola.

Coordenades: Lat. N 38°46'47"

Cronologia: segle II-I a.n.e./

Lon E 0°08'51"

/segle VI de n.e.

U.T.M. 31SBC520962

Alçada aprox. (s.n.m.): 30 mts.

Superfície aprox.: 3.500 mts.

Tipus de sòl: Quaternari.

Descripció: Aquest jaciment es situa sobre un petit alteró en la zona central de la vall, a la vora d'un barranc pel qual sol correr aigua durant tot l'any (almenys fins èpoques recents). Actualment la zona està abancalada i parcialment urbanitzada.

Ceràmiques: Vernis negre campaniana B, Ceràmiques Ibèriques, Àmfores Dr. 1, T.S.A., T.S.S.-G., T.S.H., T.S.A. A, T.S.A. D, Ceràmica Africana de cuina, Ceràmica comuna de pasta oxidant i reduïda, (Àmfores Dr. 2-4, etc.).

Materials de construcció/Restes constructives:

* Tegulae: Alguns fragments.

* Rejoles quadrangular: Escassos fragments.

* Rejoles semicirculars: Escassos fragments.

* Elements de paredat: Alguns blocs de pedra calcària carejada.

Caràcter de l'assentament:

* Dolia: Alguns fragments.

* Peses de teler: Una pesa sencera de secció rectangular.

Necròpolis:

* Per informacions orals coneixem l'existència d'unes estructures que van ser destrossades durant les tasques agrícoles d'arrabassament, que possiblement correspondrien a enterraments coberts per tegulae. També a escassos metres d'aquest jaciment va ser trobada la inscripció funerària de la Riba, únic document epigràfic important conegut a Xàbia.

La inscripció de la Riba correspon a un cip de pedra calcària que fou allisada en la

cara on apareix la inscripció: Q(vintus)Cornelivs/Clemens Hic/Situs Est.

Bibliografia: J.M. Abascal & M.A. Rabanal (Alacant, 1985); J. Bolufer (Xàbia, 1986).

10. LLUCA

Terme Municipal: Xàbia.

Assentament Agrícola.

Coordenades: Lat. N 38°44'42"

Cronologia: segle I/III de n.e.?

Lon. E 0°08'58"

U.T.M. 31SBC522924

Alçada aprox. (s.n.m.): 80 mts.

Superfície aprox.: 1.500/2.000 metres quadrats.

Tipus de sòl: Terciari Superior (neògen), "facies tap".

Descripció: Aquest assentament es localitza en un petit alteró encarat al nord/nordest als peus del qual s'exten una rica zona agrícola (amb sòls quaternaris), on a més, es disposa d'una relativa abundància d'aigües. Actualment aquesta zona es troba alterada per l'abancament agrícola així com per les instal·lacions d'un camp de golf.

La presència d'alguns fragments de ceràmica ibèrica, potser estiga indicant la presència d'una anterior fase tardo-ibèrica, tanmateix l'escassetat d'aquestes terrisses i l'inexistència d'altres materials (campaniana B, àmfores itàliques, etc.) ens ha fet desestimar per falta de dades, aqueix hipotètic primer moment.

Ceràmiques: Ceràmica Ibèrica, T.S.S.-G., T.S.H., Ceràmica africana de cuina, Àmfores, etc.

Materials de construcció/Restes constructives:

* Tegulae: Alguns fragments.

* Imbrex: Alguns fragments.

* Opus signinum: Alguns fragments.

Numismàtica:

* Sexterci de Traianus Decius.

Caràcter de l'assentament:

* Dolies: Alguns fragments.

* Molins: Un fragment de molí circular amb ansa fet en pedra abrasiva.

Bibliografia: J. Bolufer (Sant Vicent, 1990).

11. TOSSAL DE SANTA LLÚCIA

Terme Municipal: Xàbia.

Assentament de Control ?

Coordenades: Lat. N 38°47'38"

Cronologia: segle II-I a.n.e./primera

Lon. E 0°09'26"

meitat segle I de n.e. segle IV-V de n.e.

U.T.M. 31SBC531978

Alçada aprox. (s.n.m.): 160 mts.

Superfície aprox.: 1.500 metres quadrats.

Tipus de sòl: Cretàc Superior.

Descripció: Aquest petit assentament ocupa el caramull del tossal on se situa l'ermita de Santa Llúcia, ocupant el mateix solar d'un antic assentament del Bronze. La ubicació d'un assentament en aquest cim, sense possibilitats d'aprofitament agrícola, però des del qual es divisa la badia i la vall de Xàbia, fa pensar que potser la seua funció fóra la de controlar aquest territori davant de possibles eventualitats.

Ceràmiques: Ceràmica ibèrica, Àmfores Dr. 1, T.S.A., T.S.A. D, Ceràmica comuna

de pasta oxidant i reduïda.

Materials de construcció/Restes constructives:

- * Tegulae: Alguns fragments.
- * Opus signinum: Escassos fragments.

Bibliografia: J. Bolufer (Xàbia, 1986).

12. COSTERES DEL CALVARI

Terme Municipal: Xàbia.

Assentament Agrícola

Coordenades: Lat. N 38°47'36"

Cronologia: segle V/VI de n.e.

Lon. E 0°09'41"

U.T.M. 31SBC535977

Alçada aprox. (s.n.m.): 80 mts.

Superfície aprox.: Desconeguda.

Tipus de sòl: Terciari Superior (neògen), "facies tap".

Descripció: Es tracta d' un assentament només conegut per unes escasses restes ceràmiques (de cronologia molt tardana) localitzades en la vessant sud del tossalet del Calvari. Actualment aquesta zona està totalment abancalada i urbanitzada, sent impossible conèixer l' extensió i importància del jaciment.

Ceràmiques: T.S.A. D, T.S. Paleocristiana Grisa, Ceràmiques comunes de pasta oxidant i reduïda.

Materials de construcció/Restes constructives:

- * Tegulae: Escassos fragments.

Bibliografia: J. Bolufer (Sant Vicent, 1990).

13. CAPSADES

Terme Municipal: Xàbia.

Assentament Agrícola

Coordenades: Lat. N 38°46'10"

Cronologia: canvi d'era/

Lon. E 0°10'10"

/segle VI de n.e.

U.T.M. 31SBC541951

Alçada aprox. (s.n.m.): 15 mts.

Superfície aprox.: 3.000 metres quadrats.

Tipus de sòl: Quaternari (derrubis de vessant).

Descripció: Aquest jaciment es situa a la vessant nord de la carena dels Tossalets, a la vora del camí de Cabanes, tal com succeeix amb els assentaments del Rebaldí, l' Atzúvia i els Tossalets. Aquesta zona en l' actualitat es troba abancalada per al conreu agrícola.

Ceràmiques: Ceràmica ibèrica, Dr. 1, T.S.A., T.S.S.-G., T.S.H., T.S.A. A, T.S.A. C, T.S.A. D, T.S.C. Lucente, T.S. Paleocristiana Grisa, Ceràmica Africana de cuina, Ceràmica comuna de pasta oxidant i reduïda, ànfores (Dr. 2-4, etc..).

Materials de construcció/Restes constructives:

- * Tegulae: Abundants fragments.

- * Imbrex: Algun fragment.

* Pedra tallada: S' hi conserva algun bloc calcari carejat i reutilitzat en l' obra dels margens de l' abancalament agrícola.

- * Opus Signinum: Alguns fragments,

Caracter de l' assentament:

- * Dolies: Abundants fragments.

- * Molins: Fragments de quatre elements actius de molins circulars de pedra.

* Pesa de teler: Una peça ceràmica de secció rectangular.

Bibliografia: J. Bolufer, (1990).

14. REBALDÍ

Terme Municipal: Xàbia.

Assentament Agrícola

Coordenades: Lat. N 38°46'08"

Cronologia: segle I/IV-V

Lon. E 0°10'23"

de nostra era (?)

U.T.M. 31SBC544950

Alçada aprox. (s.n.m.): 30/40 mts.

Superfície aprox.: 1.500-2.000 metres quadrats.

Tipus de sòl: Quaternari (derrubis de vessant).

Descripció: Aquest assentament, evindenciat per unes escassíssimes restes ceràmiques recuperades en superfície, es situa en la vessant nordoest del tossal del Rebaladí, encarat a la fèrtil vall.

Ceràmiques: T.S.A., T.S.S.-G., T.S.A. D, Ceràmiques comunes de pasta oxidant, àmfors (Dr. 2-4, etc.).

Materials de construcció/Restes constructives:

* Tegulae: Escassos fragments.

Caràcter de l' assentament:

* Dolies: Escassos fragments.

Bibliografia: J. Bolufer, (1990).

15. ATZÚVIA

Terme Municipal: Xàbia.

Assentament Agrícola

Coordenades: Lat. N 38°45'52"

Cronologia: canvi d'era/segle

Lon. E 0°11'12"

VI de n.e.

U.T.M. 31SBC556946

Alçada aprox. (s.n.m.): 15 mts.

Superfície aprox.: 1.500-2.000 metres quadrats.

Tipus de sòl: Terciari (nedgen), "facies tap".

Descripció: Es situa aquest assentament en la vessant nord dels Tossalets, a escassos metres del Pla, en una zona d' abancament agrícola molt alterada actualment per una intensa urbanització.

Ceràmiques: T.S.A. A, T.S.A. D, Ceràmica Africana de cuina, ceràmiques comunes de pasta oxidant i reduïda, àmfors (Dr. 1, etc.).

Materials de construcció/restes constructives:

* Tegulae: Escassos fragments.

* Opus signinum: Abundants fragments d' un paviment que fou trencat i reutilitzat en l' obra dels margens de l' abancament agrícola. Presenten una gruixa màxima de 10-12 cm.

Caràcter de l' assentament:

* Dolies: Escassos fragments.

Estructures: S' observa una estructura excavada a la roca de base (tap) de secció prismàtica que presenta una orientació est/sudest - oest/nordoest que sembla tenir un desenrotllament longitudinal en la direcció dalt esmentada. La funció d'aquesta estructura (de 45 cm. d'altària i una amplària màxima en la base de 48 cm.) no és massa clara, potser corresponga a una fossa d' enterrament.

Bibliografia: G. Martin, (1970) (?).

16. TOSSALETS

Terme Municipal: Xàbia.

Assentament agrícola.

Coordenades: Lat. N 38°45'42"

Cronologia: camvi d' era/segle

Lon. E 0°11'52"

I de n.e. (?)

U.T.M. 31SBC565942

Alçada aprox. (s.n.m.): 10 mts.

Superfície aprox.: Desconeguda.

Tipus de sòl: Terciari (neògen) "facies tap".

Descripció: Aquest jaciment ocupa un espai antigament abanquat per al conreu agrícola que a hores d' ara es troba urbanitzat quasi absolutament. Aquest assentament, conegut a partir de les escasses restes ceràmiques recuperades en superfície, es situa a la vessant sud de la carena dels Tossalets, a pocs metres de la vall.

Ceràmiques: T.S.S.-G., Ceràmica comuna de pasta oxidant, àmfores (Dr. 1, etc.).

Materials de construcció/Restes constructives:

* Tegulae: Escassos fragments.

Bibliografia: Aquest jaciment no es correspon amb l' assentament que G. Martin (València, 1970) anomena "Tossalets". Tanmateix, aquest topònim designa de manera genèrica a tota aqueixa petita carena de muntanyes on es situen tot un seguit de jaciments romans (Capsades, Rebaladí, Atzúvia), que igualment podrien correspondre's amb l' assentament del qual ens parla aqueixa autora.

17. ILLA DEL PORTITXOL

Terme Municipal: Xàbia.

Assentament comercial

Coordenades: Lat. N 38°45'25"

Cronologia: segle I/segle

Lon. E 0°13'51"

VI de n.e.

U.T.M. 31SBC593935

Alçada aprox. (sn.m.): 50/75 mts.

Superfície aprox.: L' illa té una extensió de 10 hectarees.

Tipus de sòl: Materials calcaris del Terciari Superior.

Descripció: Aquest assentament ocupa la plataforma superior i plana de l' illot del Portitxol, petita illa situada a la Badia del mateix nom a escasses metres de la costa. Les notícies sobre la importància arqueològica d' aquest jaciment arranquen d' antic, degut a les visites d' erudits i estudiosos així com al fet de localitzar-hi en l' illa el possible lloc de refugi dels monjos del Convent de Sant Martí quan fugien dels soldats del rei Leovigild. En l' actualitat les tasques agrícoles han destruït o alterat gran part del solar d' aquest jaciment que tant per la seua ubicació, com per l' abundant material amfòric recuperat a les agües de la petita Badia del Portitxol, cal interpretar com un assentament amb una primordial funció comercial.

Ceràmiques: Llànties (alto-imperials), T.S.C. Lucente, T.S.A. D, Ceràmica comuna de pasta oxidant i reduïda, àmfores, etc.

Vidre: Diversos fragments.

Materials de construcció/Restes constructives:

* Tegulae: Alguns fragments.

* Elements de paredat. Alguns blocs calcaris de pedra carejada.

* Bases: Una basa de columna en pedra "tosca".

* Opus Signinum: Abundants fragments.

* Opus Sectile (?): Restes d' un paviment de plaques de marbre blanc.

Estructures: En la part sudoest de l' illa (en la seua part alta) s' hi observen alguns

basaments de murs d'obra de paredat.

Necròpolis: Es coneix l'existència d'almenys dues inhumacions descobertes durant la realització de tasques agrícoles.

Bibliografia: J. Bover, (1944); F. Figueras (1945); J. Segarra (1947 i 1985); G. Martin (1970); etc.

18. DUANA

Terme Municipal: Xàbia

Assentament Comercial.

Coordenades: Lat. N 38°47'40"

Cronologia: segles II-I a.n.e./

Lon. E 0°10'54"

/segle I-VI de n.e.

U.T.M. 31SBC553980

Alçada aprox. (s.n.m.): 4-5 mts.

Superfície aprox.: Desconeguda.

Tipus de sòl: Quaternari (argiles roges).

Descripció: Aquest jaciment degué correspondre a un assentament comercial (vora mar, en una zona de port natural), amb una possible primera fase d'ocupació tardo-ibèrica. Actualment aquesta és una zona urbana, cosa que impossibilita conèixer l'extensió del jaciment i d'altres característiques.

Ceràmiques: Ceràmica de vernís negre, Ceràmica ibèrica, àmfores (Dr. 1A, 1B, Mañà C2b, etc.), T.S.A., Llànties, T.S.A. A, T.S.A. C, T.S.A. D, T.S.C. Lucente, Ceràmica de cuina Africana, Ceràmica comuna de pasta oxidant i reduïda, àmfores (Dr. 2-4, 7-11, etc.).

Materials de construcció/Restes constructives:

* Tegulae: Alguns fragments.

Caràcter de l'assentament:

* Dolies: Alguns fragments.

Bibliografia: J.Bolufer (1986).

19. PUNTA DE L'ARENAL/MUNTANYAR

Terme Municipal: Xàbia

Assentament industrial i comercial.

Coordenades: Lat. N 38°46'37"

Cronologia: acaballes del

Lon. E 0°11'29"

segle I a.n.e./segle VII

U.T.M. 31SBC560959

Alçada aprox. (s.n.m.): 5-10 mts. de n.e.

Superfície aprox.: 3.000 metres quadrats.

Tipus de sòl: Quaternari (platja fòssil).

Descripció: Aquest jaciment es situa sobre l'esperó d'arenisques marines que tanca la petita badia de l'Arenal pel nord. En època romana (i practicament fins aquest segle), la Punta de l'Arenal estava envoltada per la mar i l'aiguamoll de la Fontana, de tal manera que l'únic accés possible per terra es realitzava des del nord, per la carena de tosca del Muntanyar. És tracta de l'únic jaciment romà, junt amb la seua contigua necròpolis del Muntanyar, sobre el que s'han realitzat excavacions arqueològiques (G. Martin, 1964). Correspon a una important factoria relacionada amb la producció de saladures de peix, on a més, sembla que hi foren fabricades les àmfores on serien envasats aqueixos productes (Dr. 7-11).

Junt amb aqueixes estructures (en ús almenys entre els segles I-III de n.e.), es desenrotllà una luxosa vil·la de la que es coneixen abundants restes arquitectòniques que donen idea de la seua categoria: mosaics, remats arquitectònics decoratius, columnes,

capitells, bases, etc.

De les diverses fases que va travessar l'assentament, només es constata clarament, una reestructuració de mitjans del segle II de n.e.

Ceràmiques: Ceràmica de vernís negre campaniana B (un únic fragment), T.S.A., T.S.S.-G., T.S.H., Parets Fines, Llànties, T.S.A. A, T.S.A. C, T.S.A. D, T.S.C. Lucente, T.S. Paleocristiana Grisa, L.R. C, Ceràmica comuna de pasta oxidant (algunes pintades) i reduïda, àmfores (Dr. 1, 2-4, 7-11, 30, 20, Beltran IIB, Half. 70, tardanes, etc.).

Vidre: Abundants fragments.

Metall: Abundants peces de bronze, ferro i plom.

Numismàtica: Abundants monedes (se'n coneixen quasi un centenar).

Epigrafia: Es coneix un petit fragment d'inscripció sobre placa de marbre, així com diversos grafitos sobre ceràmica.

Materials de construcció/Restes constructives:

* Tegulae: Abundants fragments.

* Imbrex: Alguns fragments.

* Rejoles quadrangulats: Alguns fragments.

* Rejoles rodones: Alguns fragments.

* Conduccions ceràmiques: Alguns fragments de tub.

* Fusts de columna: Alguns fragments i peces.

* Capitells: Algunes peces i fragments.

* Bases: Algunes peces i fragments.

* Altres elements arquitectònics de caire artístic: Fragments d'alguns remats arquitectònics.

* Restes de morter: Abundants fragments.

* Opus signinum: Abundants fragments.

* Mosaics: Fragments de mosaics bícroms (blanc i negre). També algunes teseles de pasta vítrea de color blau.

* Pintura mural: Fragments de diversos colors.

* Revestiments de marbre: Alguns fragments de plaques de marbre.

* Altres elements artístics: Placa amb baix-relleu de marbre.

Caràcter de l'assentament:

* Dolies: Abundants fragments.

* Molins: Algun fragment de molí circular.

* Elements de premsa (?): Dos grans blocs de pedra calcària i forma quadrangular amb dues mosses cadascú.

* Altres elements: Pesos de teler i de xarxa en ceràmica.

Estructures:

* Sitges: Es conserven diverses sitges circulars excavades en la roca.

* Basses: Es troben diverses basses quadrangulars excavades o assentades sobre la roca, amb revestiment d'opus signinum o sense. Dues grans basses comunicades amb la mar per dos canals han estat interpretades com a viviers d'animals marins.

* Altres estructures: Restes de mur d'obra de paredat.

* Séquia de la Nòria: Considerem entre les estructures d'aquest assentament el gran canal excavat en la roca (de 100 mts. de longitud, una fondària màxima de 4 mts., i una amplària que oscil·la entre 1 i 2 mts.), situat a 1 km. en direcció sudets del jaciment. La funció d'aquest canal és la de comunicar la mar amb unes antigues salines. Aquesta estructura ha estat considerada com d'època romana, relacionant el seu ús amb l'obtenció de la sal necessària per a l'elaboració de saladures.

Al marge d' aqueixa antiga utilització, sabem que almenys durant el segle XVII les salines (el Saladar) de Xàbia estigueren en explotació, moment en el qual seria bastit l' enginy de la "nòria".

Necròpolis: El Muntanyar és la gran necròpolis d' inhumació de l' assentament de l' Arenal. El sistema d' enterrament constatat en les dues campanyes d' excavació realitzades (1985 i 1988) és el de fosses excavades en la roca, orientades majoritàriament en direcció est-oest, però també nord-sud, que en alguns casos eren cobertes amb lloses de pedra tosca i morter, mentre que en altres casos no mostraven cap de cobriment. La major part de les fosses conegudes presentaven diverses reutilitzacions amb varies inhumacions. L' àrea màxima aproximada d' aquesta necròpolis és d' uns 6.000 metres quadrats.

Bibliografia: J. Bover (1944); F. Figueras (1945); G. Martin (1970); J. Segarra (1985); J. Bolufer (1986, 1987, 1988, 1990); R. Arroyo i J. Bolufer (1988), etc.

20. VALL DE SALA

Terme Municipal: Xàbia.

Assentament Agrícola.

Coordenades: Lat. N 38°47'36"

Cronologia: segle II-I a.n.e.

Lon. E 0°06'38"

segle I-II de n.e.

U.T.M. 31SBC490979

Alçada aprox. (s.n.m.): 68 mts.

Superfície aprox.: 5.000 metres quadrats.

Tipus de sòl: Miocè.

Descripció: Jaciment situat sobre un suau pendent orientada al migjorn. A hores d' ara correspon a una zona d' abancament agrícola (vinya i ametlers). La zona de dispersió dels materials ceràmics és molt àmplia, sent molt abundants les ceràmiques ibèriques.

Ceràmiques: Abundants ceràmiques ibèriques, Ceràmica vernis negre campaniana, Dr. 1, T.S.H. ceràmica comuna Africana, Ceràmica comuna de pasta oxidant, àmfores (Dr. 2-4, etc.).

Materials de construcció/Restes constructives:

* Tegulae: Alguns fragments.

* Imbrex: Alguns fragments.

* Rejoles quadrangularts: Escassos fragments.

* Morter de calç: Escasses restes.

Caràcter de l' assentament:

* Dolia: Abundants fragments.

Bibliografia: Inèdit.

21. FORANDONS

Terme Municipal: Xàbia.

Assentament Agrícola

Coordenades: Lat. N 38°46'26"

Cronologia: segle I-III de

Lon. E 0°07'52"

n.e./segle VI de n.e.

U.T.M. 31SBC492958

Alçada prox. (s.n.m.): 45 mts.

Superfície aprox.: 1.500-2.000 metres quadrats.

Tipus de sòl: Miocè (Burdigalià), "facies tap".

Descripció: Aquest assentament se situa en una suau vessant orientada a llevant, en una zona actualment abancalada per al conreu agrícola (oliveres, garrofers i ametlers), als peus de la qual corre el riu Gorgos o de Xàbia. Just a la vora del jaciment passa un antic camí d' assegador i es localitza un naixement d' aigua, la font d'Andó, amb la qual encara

són regades unes poques fanecades de terra.

Ceràmiques: T.S.S.-G., T.S.H., T.S.A. A, T.S.A. C, T.S.A. D, Ceràmica de cuina Africana, Ceràmica comuna de pasta oxidant i reduïda, àmfores (Dr. 2-4, africanes, etc.).

Materials de construcció/Restes constructives.

- * Tegulae: Abundants fragments.
- * Carreuets calcaris: Algunes peces.
- * Carreus de pedra de tosca: Algunes peces.
- * Opus signinum: Alguns fragments.

Caràcter de l' assentament:

- * Dolies: Abundants fragments.

Bibliografia: Inèdit.

LA VALL DELS ALFORINS

1. CA PASTOR

Coordenades: Lat. N 38°47'06''

Lon. W 2°51'31''

U.T.M. 30SXH887954

Assentament agrícola

Cronologia: segle II-I a.n.e.

segle I-II de n.e.

Alçada aprox. (s.n.m.): 570 mts.

Superfície aprox.: 1500 metres quadrats.

Tipus de sòl: Quaternari/Cretàcic.

Ubicació: Marge de la vall; solana.

Descripció: Jaciment situat a la vora de la rambla, corrent d' aigua principal -tot i que de poc cabdal-. Té una bona ubicació, en la mateixa línia divisòria entre la zona apta per a conreu i la serra. Té a l' abast una bona porció de terres amb bon tall de terrenys d' al.luvió, a migdia de de l' assentament.

Ceràmiques: Ceràmiques de vernís negre campaniana, Ceràmica ibèrica, Dr. 1B, T.S.A., T.S.S.-G., T.S.H., T.S.A. A, P.F. "clofolla d' ou", Comuna oxidant i reduïda, àmfores (Dr. 2-4, 7-11, etc.).

Materials de construcció/Restes constructives:

- * Tegulae: Abundants fragments.
- * Imbrex: Alguns fragments.
- * Pedra: Algun bloc calcari.

Numismàtica:

- * Un as de Claudi.

Caràcter de l' assentament:

- * Dolies: Diversos fragments.
- * Altres: Alguns pesos de teler, frgs. de plom, etc.

Bibliografia: A. Ribera (1982); A. Ribera, J. Bolufer i V. Llin (1990).

2. EL RACÓ DE SANXO

Coordenades: Lat. N 38°48'08''

Lon. W 2°54'55''

U.T.M. 30SXH935974.

Assentament agrícola

Cronologia: segle I-IV/V

de n.e.

Alçada aprox. (s.n.m.): 650 mts.

Superfície aprox.: 1.500 metres quadrats.

Tipus de sòl: Quaternari.

Ubicació: Solana, costat de la vall però no en el marge.

Descripció: Es situa en una zona plana però lleument eminent de les terres circumveïnes. En un costat de la vall i totalment envoltada de terrenys molt aptes per al conreu agrícola. Lloc de solana. Actualment són bancals de terra campa (cereals) i fruiters així com l'emplaçament d'una era.

Ceràmiques: T.S.S.-G., T.S.H., T.S.A. A, T.S.A. C, T.S.A. D, Comuna oxidant i reduïda, ceràmica ibèrica, àmfores (Dr. 30/G.4, etc.).

Materials de construcció/Restes constructives:

* Tegulae: Abundants fragments.

* Imbrex: Alguns fragments.

* Pedra: Algun bloc calcari.

* Altres: Toves de fang cuït (elements de forn ?), un cantó de pica de pedra.

Numismàtica:

* Un Antoninià de Carinus.

Caràcter de l'assentament:

* Dolies: Alguns fragments.

* Molins: Abundants fragments de moles rodones de pedra.

Necròpolis: Hi ha notícies de la destrucció de tombes, segons sembla cobertes de tegulae, en uns bancals immediats, al llevant.

Bibliografia: A. Ribera (1982); A. Ribera, J. Bolufer i V. Llin (1989); A. Ribera (1992).

3. CA TRAVER - LA SICILIA

Coordenades: Lat. N 38°48'00"

Lon. W 2°54'13"

U.t.M. 30SXH926970

Assentament agrícola

Cronologia: segle I-II/

/segle II-IV de n.e.

Alçada aprox. (s.n.m.): 650 mts.

Superfície aprox.: 1.000 metres quadrats.

Tipus de sòl: Quaternari/Cretàcic.

Ubicació: Marge de la vall, solana.

Descripció: Es situa en uns bancals del marge nord de la vall, junt al límit de la serra i en zona de solana. Domina les terres més aptes per al conreu immediates al sud, alhora que defuig un emplaçament més central on hi ha problemes de drenatge, car l'aigua de pluja s'hi acumula i persisteix llarg temps. Actualment és zona de terra campa (conreu de cereals).

Ceràmiques: T.S.S.-G., T.S.H., T.S.A. A, Africana de cuina, Parets Fines, comunes oxidants i reduïdes, ceràmica ibèrica (Dr. 2-4, Almagro 50, etc.).

Materials de construcció/Restes constructives:

* Tegulae: Abundants fragments.

* Imbrex: Escassos fragments.

* Pedra: Algun bloc carejat.

* Rejoletes romboidals: Algunes peces.

* Rejoles rodones: Un fragment.

* Opus signinum: Un fragment.

Numismàtica:

* Un antoninià de Claudi II el Gòtic.

* Un antoninià de Constanç I.

Caràcter de l'assentament:

* Dolies: Alguns fragments.

* Molins: Diversos fragments.

Bibliografia: Inèdit.

4. PLA DE CUBELLES

Coordenades: Lat. N 38°46'48"

Lon. W 2°53'33"

U.T.M. 30SXH917949

Assentament agrícola

Cronologia: segle II-I a.n.e.

segle I de n.e.

Alçada aprox. (s.n.m.): 622 mts.

Superfície aprox.: 1.200 metres quadrats.

Tipus de sòl: Quaternari.

Ubicació: En pla, al centre de la vall.

Descripció: Al bell mig de la vall, en una zona plana i de terres molt fèrtils.

Probablement estiga totalment arrabassat pels conreus. Actualment és terra campa amb grans bancals, i vinya.

Ceràmiques: Ceràmica ibèrica, Dr. 1A, 1B, T.S.S.-G., T.S.H., Comuna oxidant, etc.

Materials de construcció/Restes constructives:

* Tegulae: Diversos fragments.

Caràcter de l' assentament:

* Dolies: Alguns fragments.

* Molins: Fragments.

Bibliografia: V. Llin (1983), A.Ribera (1985).

5. MICONS

Coordenades: Lat. N 38°46'58"

Lon. W 2°53'15"

U.T.M. 30SXH912952

Assentament agrícola

Cronologia: segle I-II de n.e.

Alçada aprox. (s.n.m.): 620 mts.

Superfície aprox.: 3.600 metres quadrats.

Tipus de sòl: Quaternari.

Ubicació: En pla (S) i dominant (N), al centre de la vall.

Descripció: Situat al centre de la vall, junt a un ribassal o lloc de trencament entre les terres planes, al sud, i la fondalada de la Rambla, al nord, ambdues àrees amb terres molt bones per al coreu agrícola. Molt a prop hi ha una petita deu, actualment també una bassa. Terra campa i marge de pinar.

Ceràmiques: T.S.S.-G., T.S.H., T.S.A. A, Comuna africana de cuina, comuna oxidant i reduïda, ceràmica ibèrica, àmfores (Dr. 2-4, etc.).

Materials de construcció/restes constructives.

* Tegulae: Diversos fragments.

* Pedra: Alguns blocs carejats.

Caràcter de l' assentament:

* Dolia: Escassos fragments.

* Molins: Fragments.

Bibliografia: Inèdit.

6. LA SORT

Coordenades: Lat. N 38°46'46"

Lon. W 2°53'22"

Assentament agrícola

Cronologia: segle III-I a.n.e./

U.T.M. 30SXH914948 /segle IV de n.e.

Alçada aprox.: 620 mts.

Superfície aprox.: 4.000 metres quadrats.

Tipus de sòl: Quaternari.

Ubicació: En pla al centre de la vall.

Descripció: Situat en la zona central i en el sector més pla de la vall. Envoltat per terres molt bones per al conreu agrícola. Actualment és terra campa (sembra) i vinya. Molt proper als jaciments del Pla de Cubelles (est) i Micons (nord).

Ceràmiques: Vernís negre (Pre-campana), Megàrica (?), comuna sud-itàlica, àmfores greco-itàliques, ceràmica ibèrica, gris emporitana (?), T.S.A. D, comunes oxidants, etc.

Materials de construcció/Restes constructives:

* Tegulae: Alguns fragments.

* Imbrex: Fragments.

* Rejoles: Fragments.

* Pedra: Alguns blocs calcaris.

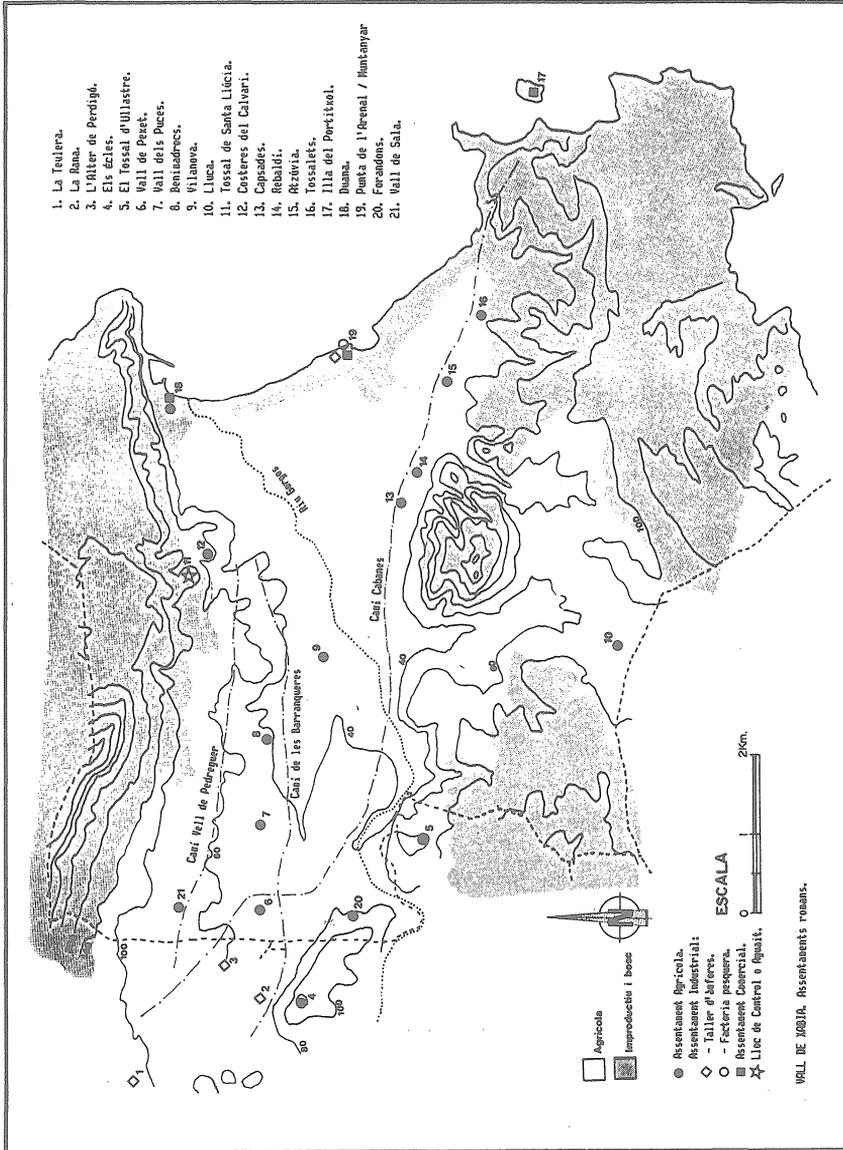
Caràcter de l' assentament:

* Dolies: Alguns fragments.

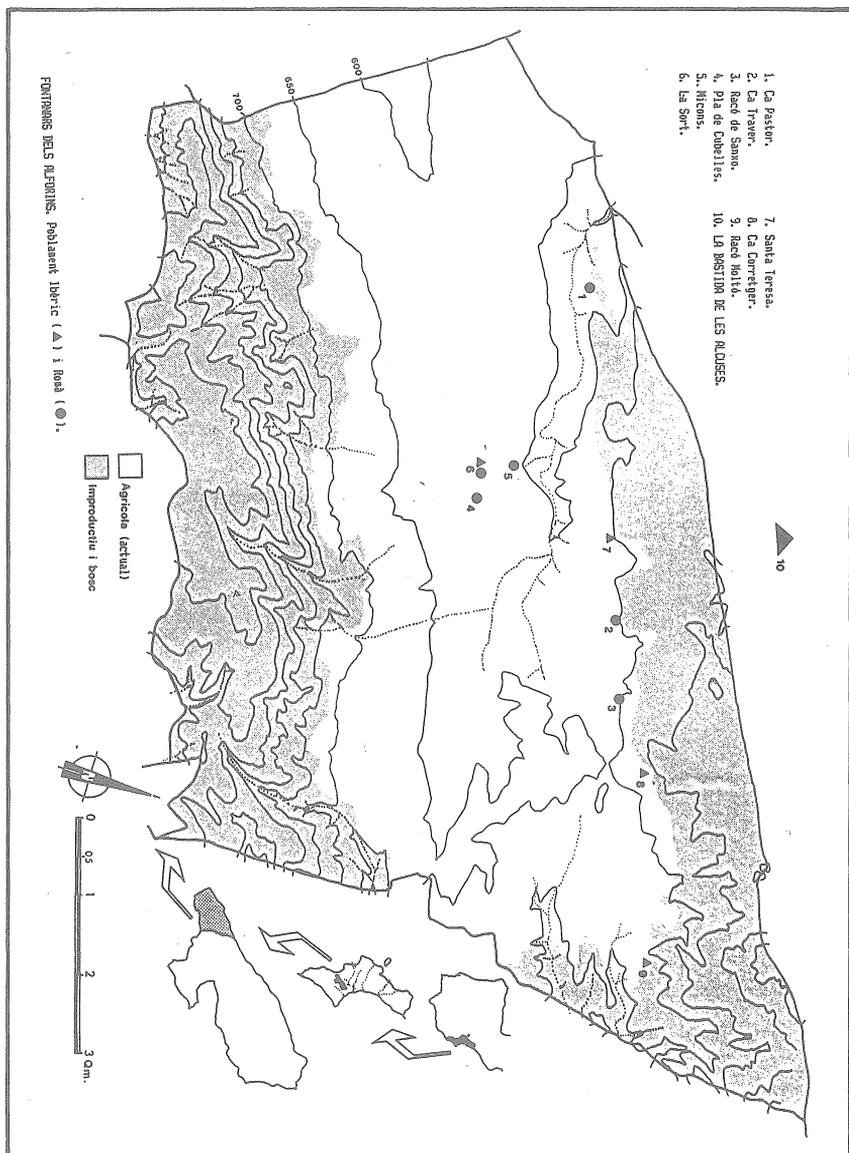
* Molins: Fragments de moles rodones.

Bibliografia: Inèdit.

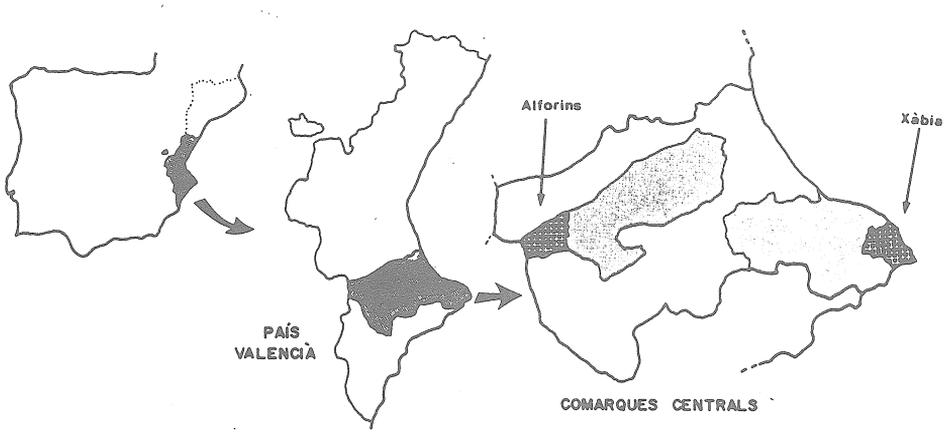
港



1 — Sense peu.



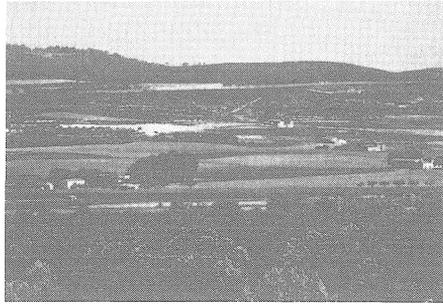
2 — Sense peu.



A



B



C



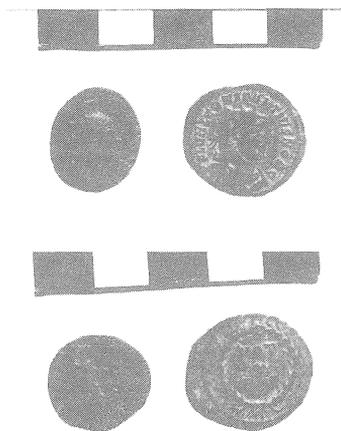
D



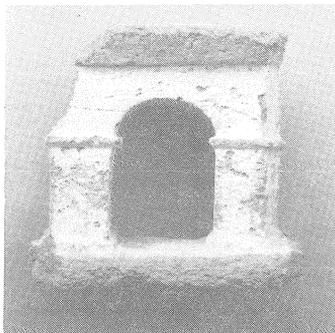
E

3 — A: Sense peu. B: Vall de Xàbia, extrem llevantí. C: Alforins, vista parcial. D: Vall de Xàbia, panoràmica des del Tossal d'Ullastre. E: Alforins, vista parcial.

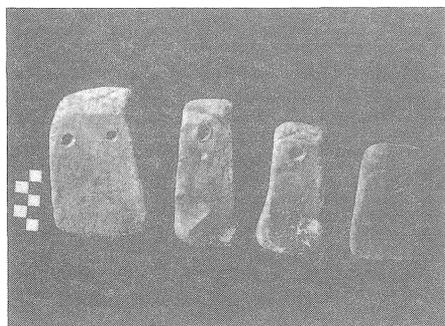
Est. IV



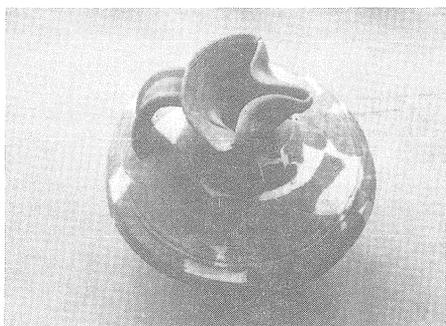
A



B



C



D



E



F

4 — A: Alforins. Ca Traver. Numismàtica. B: Vall de Xàbia: Punta de l'Arenal., element d'ornamentació arquitectònica. C: Alforins. Ca Pastor, pesos de teler. D: Vall de Xàbia. Punta de l'Arenal. Pitxer de ceràmica comuna. E: Vall de Xàbia. Punta de l'Arenal. Vas de Terra Sigil·lata Sud-Gàl·lica. F: Vall de Xàbia. Punta de l'Arenal. Fragment de Late Roman C.

EL ESPACIO PÚBLICO EN LAS CIUDADES ROMANAS DE CATALUNYA¹

por

Carme Ruestes i Bitrià

Resumo: Los numerosos nuevos datos existentes respecto a la topografía arqueológica de las ciudades romanas de Catalunya, nos conducen a plantear una visión global sobre el espacio público de la zona, considerando hasta que punto se hallan definidas sus características tipológicas y su cronología.

Palabras-clave: Espacio público. Tipología. Cronología.

El considerable desarrollo que ha experimentado la arqueología de campo en los últimos años, ha comportado novedades importantes en el conocimiento de la topografía arqueológica de las ciudades romanas de la actual Catalunya. Las diversas investigaciones se han visto reflejadas en la publicación de numerosos trabajos monográficos y en algunos estudios de carácter general que, entre otros aspectos, hacen referencia al espacio público.

Pero parece necesario analizar individualmente la problemática que concierne al espacio público de las ciudades romanas desde una óptica globalizante con la finalidad -quizás utópica pero que marcaría la línea de investigación- de obtener una visión sincrónica y diacrónica del espacio público de la zona, para, en una segunda fase, intentar responder al porqué de determinadas configuraciones partiendo de una base sólida con que poder interrelacionar diferentes datos históricos.

El objeto de nuestra comunicación, basada en un trabajo de investigación aún en curso, no es éste sino que se insiere en la fase preparatoria que sería necesaria para intentar llevar a cabo un estudio como el que definíamos. Intentaremos discernir -a partir de la contrastación y análisis de los diversos datos publicados de que hoy disponemos- hasta que punto es posible definir distintos momentos históricos que presenten una configuración diferenciada del espacio público y

¹ La realización del presente trabajo ha sido posible gracias a disponer de una beca F. P. A.C. D. otorgada por el "Comissionat per a Universitats i Recerca" de la "Generalitat de Catalunya".

hasta que punto, conocemos sus características globales en estos diferentes momentos. Intentaremos, fundamentalmente, plantear la problemática que, en nuestra opinión, debería ser objeto de investigación para poder llegar a obtener la mencionada visión sincrónica y diacrónica del espacio público.

Para la definición de dichos momentos históricos resulta obviamente necesario el estudio de las cronologías de los diferentes espacios y edificios públicos. El estudio de las características de estos podría centrarse en muy diversos aspectos, pero, para obtener una visión global sin que se produzca una excesiva dispersión, creemos que un análisis tipológico resulta el más adecuado.

Nos basaremos tanto en espacios y edificios que ayuden a definir la mencionada visión global como en otros que planteen cuestiones al respecto, pero no tendremos sistemáticamente en cuenta aquellos que requerirían un estudio individualizado antes de poder ser inseridos en un análisis como el que proponemos. Hacemos referencia, por ejemplo, a edificios de uso público discutible como las termas de Sant Boi de Llobregat²; edificios cuya inserción en un contexto propiamente urbano resulta problemática y cuya tipología les confiere carácter excepcional, como los complejos termales terapéuticos de Caldes de Montbui³ y Caldes de Malavella⁴; edificios cuya existencia se documenta mediante la epigrafía u otras fuentes no arqueológicas de los que desconocemos la cronología y las características arquitectónicas, por ejemplo el templo de Júpiter de *Tarraco* (Tarragona)⁵, documentado por fuentes literarias; o edificios documentados arqueológicamente de manera muy fragmentaria cuya tipología puede considerarse solo a nivel hipotético y sobre cuyos momentos de construcción no se posee información, como sería el caso de las posibles termas de *Aeso* (Isona)⁶. El gran desconocimiento existente respecto a estas construcciones hace que no sean integrables en las diferentes etapas que intentaremos definir.

Los primeros espacios y edificios públicos de la zona se documentan en época republicana, en un periodo que podemos encuadrar entre finales del s. II a.C. y la primera mitad del s. I a.C.

No se posee noticia alguna sobre la configuración del espacio público del único núcleo propiamente urbano conocido fundado con anterioridad a estas fechas: *Tarraco*, ni por lo que respecta a su momento fundacional ni durante toda la época republicana⁷.

² PUIG, 1987, 80.

³ FOLCH y otros, 1988; MIRO-MONLEON-REVILLA, 1993.

⁴ SERRA RAFOLS, 1941; MERINO-NOLLA-SANTOS, 1993.

⁵ TED'A, 1989; SANCHEZ REAL, 1988-89; RUIZ DE ARBULO, 1990.

⁶ PRAMA, 1993.

⁷ AQUILUE-DUPRE, 1986; RUIZ DE ARBULO, 1990, 121-124; AQUILUE y otros, 1991; GIMENO, 1991, vol 1, 164-173 y 193-198.

A partir de los datos aportados por la arqueología, es posible determinar que, aproximadamente a inicios del s. I a.C. -aunque, en base al análisis de los diversos jacimientos concretos, esta fecha pueda ser matizable y discutible- son llevadas a cabo diversas fundaciones urbanas⁸.

Puede presuponerse que estos núcleos contarían desde el momento de su fundación con algunos espacios y quizás también con edificios públicos, pero resulta problemático intentar precisar la cronología de aquellos espacios y edificios públicos documentados. ¿Es posible hablar de la presencia de edificios públicos desde finales del s. II a.C. o resulta más apropiado pensar en un momento un poco más avanzado como el segundo cuarto del s. I a.C.?

Conocemos la configuración austera de algunos edificios públicos republicanos pero, ¿existe construcción pública de carácter monumental desde el momento de su implantación?

De los diversos núcleos urbanos fundados en este período, únicamente ha sido documentado espacio público republicano en Empúries i *Baetulo* (Badalona). Es pues únicamente en base a estos dos testimonios que podemos plantearnos las mencionadas cuestiones e intentar analizarlas.

En *Baetulo* se documentan unas termas, muy bien conservadas, de pequeñas dimensiones y características austeras, datadas del segundo tercio del s. I a.C. En el centro del casco antiguo de la ciudad, donde la epigrafía y la topografía arqueológica permiten ubicar el foro, se localizan dos grupos de restos de tipología indefinida cuyas grandes proporciones hacen pensar en construcciones públicas. Una de ellas, atribuida a manera de hipótesis a un recinto relacionado con un templo, ha sido datada estratigráficamente, aunque con un amplio marco cronológico dada la escasez del material cerámico, del s. I a.C., de un momento pre-augusto⁹.

En *Baetulo*, las termas podrían hacernos pensar en un establecimiento de edificios públicos de mediados del s. I a.C. de características austeras, pero es muy posible que el foro fuese concebido con anterioridad aunque sobre su configuración no poseemos ningún indicio.

En Empúries, durante la época que analizamos, se documentan restos en la ciudad griega y en la romana:

Se efectúan cambios en el área de santuarios de la ciudad griega. El "Asklepieion" es objeto de reformas y se edifica el "Serapieion", un templo rodeado por un porticado por tres de sus lados, cuya construcción se establece en el segundo cuarto del s. I a.C.¹⁰.

⁸ GIMENO, 1991, v. 1, 173-180; GUITART, 1992, 120-124; GUITART, 1993, 63 ss.

⁹ GUITART-PADROS, 1990, 165 ss; COMAS y otros (en prensa).

¹⁰ SANMARTI-CASTANYER-TREMOLEDA, 1989, 82 ss.; SANMARTI y otros, 1990, 118 y 141-142.

La construcción del foro republicano de Empúries es datada en torno al 100 a.C., del mismo momento en que se data la fundación de la ciudad romana. A una primera etapa constructiva se atribuye un templo rodeado por tres de sus lados por un porticado alzado sobre criptopórtico y una fila de *tabernae* que configurarían el límite sur de una plaza abierta frente al templo y separada del mismo por un *decumanus*. Las estructuras correspondientes a los límites este y oeste son desconocidas¹¹.

La escasa estratigrafía relacionada con la construcción de las *tabernae* solo permite inserirlas dentro de un marco cronológico muy amplio: s. II - I a.C.¹².

En cambio, es fundamentalmente en base a la estratigrafía que ha sido inferida una cronología fundacional para el templo y su *temenos* de finales del s. II - inicios del s. I a.C.¹³.

Pero, la aceptación de esta cronología, no es unánime entre los investigadores:

Según P. Gros, los materiales cerámicos presentados en la publicación sobre el foro de Empúries, permiten inferir una cronología fundacional para el templo y su *temenos* no anterior al s. I a.C. y plantea la posibilidad que pudiesen datarse hacia el 50 a.C.¹⁴.

En nuestra opinión, estos materiales, ejemplarmente publicados, no permiten deducir una cronología fundacional precisa para el templo y su *temenos*, siendo factibles cualquiera de las dos posibilidades.

Así pues, podría intentarse definir la cronología en base a otros criterios, como el estudio tipológico del templo y del conjunto monumental en que se insiere:

Para corroborar la datación entorno al 100 a.C., ha sido señalado el carácter itálico del templo y, concretamente, la utilización de la *kyma reversa*, pero, como ha indicado P. Gros, esta moldura es también usual en época augustea¹⁵.

Recientemente, J. Guitart ha apuntado que la cronología de finales del s. II a.C. atribuida a este foro, puede ser puesta en duda por la rareza de la construcción articulada en un contexto provincial, en una época tan temprana pero que la datación podría mantenerse para el templo¹⁶.

¹¹ AQUILUE y otros, 1984, 48-77.

¹² AQUILUE y otros, 1984, 74. En la publicación se especifica que los autores extrajeron estos datos en base diarios de excavación, no resultándoles posible verificar los materiales.

¹³ AQUILUE y otros, 1984, 55-56 y 70-71 (más los anexos e inventarios indicados en estas páginas).

¹⁴ GROS, 1986, 114.

¹⁵ AQUILUE y otros, 1984, 55-56; MAR-RUIZ DE ARBULO, 1985, 72-73; GROS, 1986, 114.

¹⁶ GUITART, 1993, 68; En RUIZ DE ARBULO, 1992, 11-37, se estudia el modelo arquitectónico del foro emporitano, examinando la problemática en base a foros republicanos de Italia.

Dado el amplio marco cronológico aportado por la estratigrafía, la construcción del templo en el momento fundacional y del porticado que lo rodea así como de las *tabernae* que limitan al sur la plaza, en diversas fases de construcción, es una posibilidad a tener en cuenta. De hecho, puede constatarse como la edificación de foros de tipología similar fue llevada a término en diferentes fases. Este es el caso de Luni¹⁷.

Así pues, podría tratarse de un espacio monumental edificado conjuntamente en torno al 100 a.C. o durante la primera mitad del s. I a. C, quizás hacia en 50 a. C o podríamos pensar en la existencia de espacio público en torno al 100 a.C. que se monumentaliza en época posterior. Los restos del foro republicano de Empúries parecen, según lo expuesto, ofrecer múltiples respuestas sin que sea posible inclinarse hacia una posibilidad determinada.

La etapa republicana presenta pues algunos aspectos pendientes de investigación cruciales para la definición de las características generales de su espacio público. El estado actual de conocimiento no permite establecer conclusiones definitivas sobre las dos cuestiones que nos planteábamos: a partir de qué momento se documenta la presencia de los primeros edificios públicos y a partir de cuando existe en la zona construcción pública de configuración monumental.

La época de Augusto puede definirse claramente como un momento de auge del espacio público que afecta tanto a los núcleos urbanos fundados en época republicana como a la nueva fundación augustea, *Barcino* (Barcelona). Se conciben nuevos espacios, se construyen nuevos edificios y són objeto de reformas espacios y edificios republicanos. Es el momento para el que disponemos de mayor número de datos y que, consecuentemente, permite más fácilmente establecer conclusiones de orden cronológico y respecto a la configuración general del espacio público.

Aunque esta etapa se presenta cronológicamente bien definida, no podemos entender sus márgenes temporales de forma hermética ya que algunos espacios y edificios públicos que pueden incluirse en este periodo no presentan una datación fundacional suficientemente precisa. Estas imprecisiones únicamente oscilan entre época proto-augustea y julio-claudia.

Pueden citarse al respecto los ejemplos del teatro¹⁸ y la basílica¹⁹ de *Tarraco*.

La configuración del espacio público augusteo se define claramente como monumental. Restan por precisar, en este sentido, aspectos que afectan a espacios y edificios públicos a nivel individual.

¹⁷ ROSSIGNANI, 1985.

¹⁸ AA. VV., 1937, 247; BERGES, 1982, 120-121; GIMENO, 1991, vol. 1, 244-251.

¹⁹ MAR-RUIZ DE ARBULO, 1987, 33; GIMENO, 1991, v. 1, 373.

Por un lado, se documentan algunos edificios que presentan parte o la totalidad de su planta indefinida: diversas partes de las plantas de la basílica y del teatro de *Tarraco* se hallan indocumentadas y sólo la presencia de la basílica de *Tarraco*²⁰ y del templo de *Barcino*²¹ evidencian la ubicación de los *fora* de las respectivas colonias, pero se desconocen sus medidas exactas y su estructuración.

Por otra parte, ha sido señalada la relativa atipicidad que suponen algunas características de edificios bien conocidos en relación a su época. La ubicación y la planta de la basílica emporitana no corresponden a los esquemas más habituales del período augusteo²². Tampoco siguen modelos prototípicos de su momento de construcción la planta y los capiteles del templo de *Barcino*²³.

Podemos concluir que la época augustea conforma, en líneas generales, una etapa bien definida cronológica y morfológicamente. Quedan, en ambos sentidos, cuestiones por investigar que, aunque merman el conocimiento sobre algunos espacios y edificios públicos, no impiden conocer las características generales del período.

Los testimonios documentados no permiten inferir información demasiado explícita respecto a las características del espacio público de la actual Catalunya en época julio-claudia, pero -en base a la configuración general que presenta el urbanismo de la Península Ibérica en esta época- podemos pensar que se da una continuidad respecto al período augusteo en que el espacio público de las ciudades, no presenta unas características diferenciadas sino que, se va consolidando según las normas acuñadas en época de Augusto.

En el ámbito de Catalunya, se documentan reformas en el teatro de Tarragona y en el foro emporitano y la construcción en Empúries de un anfiteatro y de un edificio de planta rectangular interpretado como una palestra²⁴.

Ni las modestas dimensiones del anfiteatro ni la austeridad de su configuración se hallan en concordancia con los cánones propios de la época. Es necesario tener en cuenta, por un lado, que su cronología, igual que la de la palestra, es muy poco segura dados los escasísimos fragmentos cerámicos en que se basa, y por otro, que ha sido interpretado como un caso excepcional relacionado con la deca-

²⁰ Ver bibliografía citada en las notas 18 y 19. Además: ROCA, 1983, 97 ss. y AA. VV. 251, para el sector monumental anexo al teatro y CORTES, 1987, 9 ss; RUIZ DE ARBULO, 1990, 119 ss y AQUILUE y otros, 1991, 52-59, para el foro de la colonia.

²¹ Sobre el foro de *Barcino*, ver: GIMENO, 1983 b, 25 ss; GRANADOS, 1987, 61 ss.

²² AQUILUE y otros, 1984, 78 ss (esp. 87-93); GROS-TORELLI, 1988, 344; MAR-RUIZ DE ARBULO, 1991, 151-154 (esp. 153); BALTY, 1993, 31.

²³ GIMENO, 1983 a, 286-293; GIMENO, 1991, 200 ss; GUITERREZ, 1992, 95 ss. Así mismo, ver sobre el templo de Barcelona: BASSEGODA, 1974.

²⁴ Sobre las reformas en el teatro de Tarragona ver n. 17; sobre las reformas en el foro emporitano ver AQUILUE y otros, 1984, 104 ss, y sobre el anfiteatro y la palestra de Empúries ver ALMAGRO, 1956.

dencia en que empezaría a entrar Empúries²⁵.

Además de los citados, es posible que fuesen construidos en este momento otros espacios como por ejemplo el templo de Augusto de Tarragona -del que tenemos noticias a través de las fuentes literarias y la numismática- para cuya construcción una embajada hispana pidió permiso a Tiberio el 15 d.C. según Tácito²⁶.

Así pues, el contexto poco definido que presenta la zona catalana para permitir caracterizar el espacio público julio-claudio como continuador del augusteo, puede achacarse a la parcialidad de los restos documentados y no al reflejo de una realidad.

A partir de época flávia y durante toda la primera mitad del s. II d.C., ya no es posible hablar de auge constructivo aunque se llevan a cabo algunos nuevos edificios y espacios públicos y se documenta la continuidad de la mayoría de los anteriores. Las nuevas construcciones públicas únicamente las hallamos, con una excepción, en ciudades de las que conocemos su gran importancia.

Es durante todo el margen de tiempo señalado que se documentan nuevos espacios y edificios públicos según las cronologías atribuidas a los mismos, pero, como veremos, algunas de ellas presentan ciertos aspectos contradictorios.

La monumentalidad es la característica definitoria de la configuración de todas las nuevas construcciones, salvando una excepción. Así mismo, continúan monumentalizándose una parte importante de los edificios y espacios públicos anteriores, pero, en otros, parecen documentarse procesos diferentes.

Las ciudades de importancia excepcional donde se efectúan nuevas construcciones públicas són: *Tarraco*, la capital de provincia, y *Barcino*, centro político administrativo de un gran territorio.

Tarraco presenta la única construcción pública datada de época flávia: Se trata del complejo provincial, que incluye un recinto dedicado al culto imperial, la plaza forense propiamente dicha y un circo. El inicio y el fin de la construcción de este conjunto han sido datados, mediante excavaciones estratigráficas en época flávia²⁷. Pero, un exhaustivo estudio de Koppel²⁸ propone una datación julio-claudia para uno de los clípei que presentan esculpida una cabeza de Jupiter Amón y que se atribuyen al ático del porticado que rodearía por tres lados al mencionado recinto de culto²⁹. Así pues, la cronología aportada por el material cerámico se halla en discordancia con la datación atribuida a algunos elementos de decoración

²⁵ MARCET-SANMARTI, 1989, 143.

²⁶ Ver n. 4 y ESCUDERO, 1981, 177-181; GIMENO, 1991, 269 ss.

²⁷ DUPRE y otros, 1988; TED'A, 1989, 158-160 y 179-181; DUPRE, 1990, 319-325; DUPRE-CARRETE, 1993.

²⁸ KOPPEL, 1990, 332-339.

²⁹ Esta atribución fue efectuada por HAUSCHID, 1993 reed, 87 ss.

arquitectónica. Esta gran construcción monumental, que se justifica por la capitalidad de provincia ostentada por *Tarraco*, podría considerarse, en cierta manera, el colofón de toda la actividad monumentalizadora desarrollada en época augustea y julio-claudia.

De la primera mitad del s. II d.C. data la construcción del anfiteatro de *Tarraco*³⁰ y de unas termas públicas en *Barcino*³¹.

Es probable que también se edifique en este momento el templo de Vic. Constituiría la excepción respecto al carácter monumental de las nuevas construcciones y a la naturaleza del núcleo en que se halla. Su contexto urbano resulta desconocido pues, aparte del templo, únicamente han sido documentadas *in situ* escasas estructuras³².

La cronología fundacional del templo de Vic, ha sido establecida entre los últimos decenios del s. I d.C. y el primer cuarto del s. II d.C., este marco podría incluir la época flávia pero se tiende a pensar en una datación de los primeros antoninos. Esta datación se establece en base a excavaciones estratigráficas que han aportado escaso material y al estudio de las características arquitectónicas y estilísticas del templo en que se consideran el paramento en *opus africanum*, el uso de períbolo y las características del único capitel corintio conservado entero³³. Recientemente, Mar ha señalado que algunos detalles de este capitel permiten encuadrarlo en la tradición artística de época julio-claudia. Este matiz podría implicar, aunque no necesariamente, una cronología fundacional del templo anterior a la propuesta. Para incidir en esta problemática podría ser útil un estudio tipológico del edificio, también requerido para la definición de su planta pues el templo fue estudiado y reconstruido en los años 50 como un edificio hexástilo y aceptado como tal en la bibliografía posterior, pero Mar ha planteado la posibilidad que se trate de un templo tetrástilo³⁴.

En este período, se documenta la continuidad de la mayoría de espacios y edificios públicos anteriores. Además de continuidad de uso, se manifiesta la continuidad de un proceso de monumentalización a través de la instalación en ellos de epigrafía (como sucede en los *fora* de *Baetulo*, *Iluro*, *Barcino* y en los dos de *Tarraco*) y de esculturas (como se documenta, además de en *fora*, en el teatro de *Tarraco*)³⁵.

³⁰ TED'A, 1990.

³¹ GRANADOS, 1991, 192-193.

³² MOLAS-OLLIH-CABALLE, 1993, 226; Para restos romanos dispersos en el actual núcleo urbano: MOLAS, 1982 a, 92-98.

³³ MOLAS, 1982 a, 79-92 y 126; MOLAS, 1982 b, 275 ss; SANMARTI-LOPEZ, 1982, 261-273.

³⁴ MAR, 1992, 138-139.

³⁵ Ver para *Baetulo*: GUITART, 1976, 24-48; para *Iluro*: CLARIANA, 1984, 91-93; para *Barcino*: SOBREQUES, 1991 y para *Tarraco*: KOPPEL, 1982, 139 ss; KOPPEL, 1985, 841 ss; RUIZ DE ARBULO, 1990, 132 ss y ALFÖLDY, 1991 reed., 46.

Pero en otros espacios y edificios públicos aquello que parece perfilarse es un proceso de decadencia por una parte y de posible amortización o cambio de uso por otra.

Únicamente se evidencia un proceso de decadencia en el foro de Empúries³⁶ y, muy probablemente, puede considerarse un caso singular.

Las posibles amortizaciones o cambios de uso de espacios públicos, deben tenerse en cuenta a nivel hipotético.

En *Baetulo*, se documenta, en época flávia, la amortización de un edificio de *tabernae*³⁷ y en un momento anterior al bajo imperio pero de cronología indeterminada la reutilización de las termas republicanas³⁸, aún en buen estado, para otros usos; en *Iesso* (Guissona)³⁹ la amortización de un edificio termal es datada de época flávia. Consideramos estos procesos solamente hipotéticos porque respecto al edificio de *tabernae* de *Baetulo* y a las termas de *Iesso*, de amortización datada estratigráficamente, es posible plantearse si, en realidad, podemos considerarlos edificios públicos y, como hemos visto, la datación del cambio de uso de las termas públicas de *Baetulo* no se halla determinada.

Pero los posibles cambios del espacio público de *Baetulo* y de *Iesso* nos conducen a plantear de qué forma afectaría a éste el cambio de funcionalidad de la ciudad que se documenta a partir de época flávia en *Baetulo*, probablemente extensible a otros núcleos urbanos: En *Baetulo* diversas casas aparecen amortizadas o reutilizadas con funciones de carácter artesanal-industrial; el momento coincide con el de expansión y valoración de las *villae* rurales; puede interpretarse que la ciudad perdería su función residencial en favor de funciones de tipo económico a la vez que mantendría su función de centro religioso-administrativo⁴⁰. La continuidad de las funciones de la ciudad como centro político-administrativo la evidencia la epigrafía documentada en el foro de los siglos II y III d.C. Pero, ¿podríamos pensar que en el proceso de amortización de residencias se amortizarán también o cambiarán su uso original algunos edificios públicos?

Como hemos visto, comecemos en buena parte las características del espacio público del período, pero restan indefinidos aspectos fundamentales que afectan al conocimiento de aquel tanto por lo que respecta a su cronología como a su configuración.

³⁶ AQUILUE y otros, 1984, 110-114.

³⁷ Según datación de AQUILUE en cita de PADROS, 1985, 42 ss. Así mismo, ver para el edificio de *tabernae* COMAS y otros, 1993, 95.

³⁸ GUITART, 1976, 74-75 y 78.

³⁹ Sobre las termas de *Iesso* ver: GUITART-PREVOSTI, 1982.

⁴⁰ GUITART, 1993, 72-74.

Por una parte, se mantienen las expuestas contradicciones cronológicas respecto a las dos únicas construcciones públicas que pueden ser datadas de época flàvia.

Por otro lado, permanece abierto el interrogante sobre si parte del espacio público se vería afectado por amortizaciones o cambios de uso como consecuencia del cambio de funcionalidad que afecta a algunas ciudades a partir de época flàvia.

A partir de mediados del s. II d.C., se efectúan reformas pero, ya no se documentan creaciones de nuevos espacios o edificios de carácter público hasta época paleocristiana en el bajo imperio.

BIBLIOGRAFIA

- AA. VV. (1992): *Roma a Catalunya*, (Catàleg de l'Exposició), Barcelona.
- AA. VV. (1993 a): *Els monuments provincials de Tarraco*, Documents d'arqueologia clàssica 1, Tarragona.
- AA. VV. (1993 b): *Anuari d'intervencions arqueològiques a Catalunya. Època romana - Antiguitat tardana. Campanyes 1982-1989*, Barcelona.
- ALFÖLDY, G. (1991 reed.): *Tarraco*, Forum 8, Tarragona.
- ALMAGRO, M. (1956): "El anfiteatro y la palestra de Ampurias", *Ampurias*, 17-18, pp. 1 ss.
- AQUILUE, X. (1993): *La seu del Col. legi d'Arquitectes. Una intervenció arqueològica al centre històric de Tarragona*, Tarragona.
- AQUILUE, X.; DUPRE, X. (1986): *Reflexions entorn de Tàrraco en època tardo-republi-cana*, Forum 1, Tarragona.
- AQUILUE, X. y otros. (1984): *El fòrum romà d'Empúries*, Barcelona.
- AQUILUE, X. y otros. (1991): *Tarraco. Guia Arqueològica*, Tarragona.
- BALTY, J. C. (1993): "Le centre antique des villes romaines et ses espaces politiques et administratifs", *Pre-Actes del XIV Congrès Internacional d'Arqueologia Clàssica: La ciutat en el món romà (Tarragona, 5-11 setembre, 1993)*, vol. 1, Tarragona, pp. 21 ss.
- BASSEGODA, J. (1974): *El temple romano de Barcelona*, Barcelona.
- BERGES, M. (1982): "El teatro romano de Tarragona", *Actas del Simposio: El teatro romano en Hispania, Merida, 1980*, Badajoz, pp. 115 ss.
- CLARIANA, J. F. (1984): "Notes sobre l'estructura urbana d'Iluro", *Faventia*, 6/1, pp. 89 ss.
- COMAS, M. y otros. (1993): "Un espai d'ús públic a l'àrea central de Baetulo (*Hispania Tarraconensis*). Evolució històrica i transformacions urbanístiques", *Pre-Actes del XIV Congr. Inter. Arq. Clàss.: La ciutat en el món romà (Tarragona, 1993)*, Tarragona, p. 95.
- COMAS, M. y otros. (en premsa): "Algunes indicacions topogràfico-arqueològiques sobre el fòrum de l'antiga Baetulo", *Pyrenae. Homenatge a J. Maluquer*, Barcelona.
- CORTES, R. (1987): "Los foros de Tarraco", *Los foros romanos de las provincias occidentales*, Madrid, pp. 9 ss. DUPRE, X. y otros (1988): *El circ romà de Tarragona*,

I. *Les voltes de Sant Ermenegild*, Excavacions arqueològiques a Catalunya 8, Barcelona.

- DUPRE, X. (1990): "Un gran complejo provincial de época flàvia en Tarragona: aspectos cronológicos", *Stadtbild und Ideologie. Die Monumentalisierung hispanischer Städte zwischen Republik und Kaiserzeit (Kolloquium in Madrid vom 19. bis 23. Oktober 1987)*, München, pp. 319-327.
- DUPRE, X.; CARRETE, J. M. (1993): *La "Antiga Audiència". Un acceso al foro provincial de Tarraco*, Madrid.
- ESCUADERO Y ESCUDERO, F. (1981): "Los templos en las monedas antiguas de Hispania", *Numisma*, XXX, 168-173, Enero-Diciembre, pp. 153 ss.
- FOLCH, J. y otros. (1988): "El poblat ibèric de la Torre Roja i el Conjunt termal de Caldes de Montbui", *Tribuna d'Arqueologia 1987-1988*, Barcelona, pp. 153 ss.
- GIMENO PASCUAL, J. (1983 a): "El templo augusteo de Barcelona", *Goya*, n. 173, pp. 286-293.
- GIMENO PASCUAL, J. (1983b): "Urbanismo romano en Hispania: Barcino", *RCSCAE - Q 65*, marzo, pp. 18-37.
- GIMENO PASCUAL, J. (1991): *Estudios de arquitectura y urbanismo en las ciudades romanas del noreste de Hispania*, 2 vols, Madrid.
- GRANADOS, O. (1987): "Notas sobre el estudio del foro de la colonia Barcino", *Los foros romanos de las provincias occidentales*, Madrid, pp. 61 ss.
- GRANADOS, J. O. (1991): "L'estructura urbana de la ciutat" en SOBREQUES, J. *Història de Barcelona, vol. I: La ciutat antiga*, Barcelona,
- GROS, P.; TORELLI, M. (1988): *Storia dell'urbanistica. Il mondo romano*, Roma-Bari.
- GROS, P. (1986): "Sanctuaires traditionnels, capitoles et temples dynastiques: ruptures et continuités dans le fonctionnement et l'aménagement des centres religieux urbains", *Los asentamientos ibéricos ante la romanización*, Madrid, pp. 111-120.
- GUITART, J. (1976): *Baetulo. Topografía arqueológica, urbanismo e historia*, Barcelona.
- GUITART, J. (1992): "La ciutat i l'urbanisme romans", *Roma a Catalunya*, (Catàleg de l'Exposició), Barcelona, pp. 120-124.
- GUITART, J. (1993): "La ciutat romana en l'àmbit de Catalunya", *La ciutat hispano-romana*, (Catàleg de l'Exposició), Barcelona, pp. 54-83.
- GUITART, J.; PADROS, P. (1990): "Baetulo. Cronología y significación de sus monumentos", *Stadtbild und Ideologie. (Madrid, 1987)*, München, pp. 165-177.
- GUITART, J.; PREVOSTI, M. (1982): "Guissona", *Excavacions arqueològiques a Catalunya en els darrers anys*, Barcelona, pp. 365-366.
- GUTIERREZ BEHEMERID, M. A. (1992): "El templo romano de Barcino. Análisis de la decoración arquitectónica", *Templos de Hispania*, Cuadernos de Arquitectura romana, 1, Murcia, pp. 95 ss.
- HAUSCHILD, T. (1983 reed.): *Arquitectura romana de Tarragona*, Tarragona.
- KOPPEL, E. M. (1982): "Escultura del teatro romano de Tarragona", *Actas del Simposio: El teatro romano en Hispania*, Merida, 1980, Badajoz, pp. 139 ss.
- KOPPEL, E. M. (1985): "El foro municipal de Tarraco y su decoración escultórica", *XVII Congreso Nacional de Arqueología Peninsular*, Zaragoza, pp. 841-854.
- KOPPEL, E. M. (1990): "Relieves arquitectónicos de Tarragona", *Stadtbild und Ideologie. (Madrid, 1987)*, München, pp. 327-339.
- MAR, R. (1992): "El temple romà de Vic", *Roma a Catalunya*, (Catàleg de l'exposició), Barcelona, pp. 138-139.
- MAR, R.; RUIZ DE ARBULO, J. (1985): "El templo del foro romano de Ampurias",

- Investigación y Ciencia*, 105, pp. 67-77.
- MAR, R.; RUIZ DE ARBULO, J. (1987): "La basílica de la colonia de Tarraco. Una nueva interpretación", *Los foros romanos de las provincias occidentales*, Madrid, pp. 31 ss.
- MAR, R.; RUIZ DE ARBULO, J. (1991): "El foro de Ampurias y las transformaciones augusteas de los foros de la Tarraconense", *Stadtbild und Ideologie*. (Madrid, 1987), München, pp. 145-164.
- MARCET, R.; SANMARTI, E. (1989): *Empúries*, Barcelona.
- MAYER, M.; RODA, I. (1986): "La romanització de Catalunya. Algunes qüestions", 6è Col. *loqui Internacional d'Arqueologia de Puigcerdà. Protohistoria catalana* (Puigcerdà, 1984), Puigcerdà, pp. 339-351.
- MERINO, J.; NOLLA, J.; SANTOS, M. (1993): "El municipi d'Aquae Calidae (Caldes de Malavella). Darreres novetats", *Pre-Actes del XIV Congr. Inter. Arqu. Clàss.: La ciutat en el món romà* (Tarragona, 1993), Tarragona, p. 218.
- MIRO, C.; MONLEON, A.; REVILLA, E. (1993): "El nucli romà de Caldes de Montbui. Estat de la qüestió", *Pre-Actes del XIV Congr. Inter. Arqu. Clàss.: La ciutat en el món romà* (Tarragona, 1993), Tarragona, p. 225.
- MOLAS, M. D. (1982 a): *Els ausetans i la ciutat d'Ausa*, Vic.
- MOLAS, M. D. (1982 b): "El temple romà de Vic i la ciutat d'Ausa. Novetats arqueològiques i cronologia", *Ausa*, X/102-104, pp. 275-291.
- PADROS, P. (1985): *Baetulo. Arqueologia urbana (1975 -1985)*, Badalona.
- PRAMA. (1993): "Aeso, Isona", *Anuari d'intervencions arqueològiques a Catalunya Epoca romana - Antiguitat tardana. Campanyes 1982-1989*, Barcelona, pp. 181-182.
- PUIG i CADAFALCH, J. (1934): *L'Arquitectura romana a Catalunya*, Barcelona.
- PUIG, F. (1987): "Les termes romanes de Sant Boi de Llobregat", *Fonaments*, 6, pp. 61 ss.
- ROCA, M. (1983): "Teatre romà de Tarragona: treballs arqueològics 1982-83", *Tribuna d'Arqueologia 1982-1983*, Barcelona, pp. 97-101.
- ROSSIGNANI, M. P. (1985): "Gli edifici pubblici nell'area del Foro di Luni", *Atti del Convegno: Studi Lunensi e prospettive sull'occidente romano* (Lerici, Settembre, 1985), pp. 123 ss.
- RUIZ DE ARBULO, J. (1990): "El foro de Tarraco", *Cypsela*, VIII, Girona, pp. 119-138.
- RUIZ DE ARBULO, J. (1992): "El templo del foro de Ampurias y la evolución de los foros republicanos", *Templos romanos de Hispania*, Cuadernos de Arquitectura, vol. 1, pp. 11-37.
- SANCHEZ REAL, J. (1988-89): "El método en la arqueología tarraconense. Las construcciones monumentales de la parte alta. II. a) La zona sagrada", *Butlletí Arqueològic*, V, 10-11, pp. 79-115.
- SANCHEZ REAL, J. (1990): "El método en la arqueología tarraconense. Las construcciones monumentales de la parte alta. II. b) el foro", *Butlletí Arqueològic*, V, 12, pp. 49-98.
- SANMARTI, E.; CASTANYER, P.; TREMOLEDA, J. (1989): "Darreres excavacions a Empúries. El sector meridional de la Neápolis", *Tribuna d'Arqueologia, 1988-1989*, Barcelona, pp. 79 ss.
- SANMARTI, E.; LOPEZ, A. (1982): "Excavacions al temple romà de Vic", *Ausa*, X/102-104, pp. 261-273.
- SANMARTI, E. y otros. (1990): "Un ejemplo de monumentalización precoz en la Hispania republicana (Los santuarios helenísticos de su sector meridional)", *Stadtbild und Ideologie*. (Madrid, 1987), München, pp. 117-144.
- SERRA RAFOLS, J. (1941): "Las termas romanas de Caldas de Malavella (Gerona)",

Archivo Español de Arqueología, 14, pp. 304 ss.

SOBREQUES, J. (1991): *Història de Barcelona. Vol 1: La ciutat antiga*, Barcelona.

TED'A (1989): "El foro provincial de *Tarraco*. Un complejo arquitectónico de época flávia", *Archivo Español de Arqueología*, 62, pp. 141-191.

TED'A. (1990): *L'Amfiteatre romà de Tarragona, la basílica visigòtica i l'església romànica*, Memòries d'excavació 3, Tarragona.

EN TORNO A LA URBANIZACIÓN ROMANA EN EL INTERIOR DE LA ACTUAL CATALUÑA. LA ARQUEOLOGÍA DE *IESSO* (GUISSONA, LÉRIDA)*

por

Josep Guitart i Durán** y Joaquim Pera i Isern**

Resumen: Los recientes trabajos arqueológicos realizados en algunas ciudades romanas del interior de Cataluña, como Iesso (Guissona), Aeso (Isona), ponen de manifiesto el interés de la romanización de esta zona en contacto directo con los centros urbanos del litoral e incitan a un reestudio histórico, epigráfico y arqueológico del conjunto de este territorio.

Palabras-clave: Romanización. Urbanismo romano. Cataluña.

La información arqueológica sobre los yacimientos urbanos de época romana de la zona interior de la actual Cataluña era hasta hace muy pocos años escasísima, en vivo contraste con la que disponíamos para algunas de las importantes ciudades de la costa: *Emporiae*, *Tarraco*, *Barcino*, *Baetulo*, en las cuales los estudios arqueológicos tienen una amplia tradición, a pesar de que, a excepción de *Emporiae*, han debido enfrentarse a las dificultades inherentes a la superposición de ciudades actuales fruto de la continuidad. Sólo las escuetas noticias en los textos antiguos, la epigrafía y la numismática, proporcionaban los nombres y algunas indicaciones acerca de aquellas ciudades del interior: *Ilerda* (Lérida), *Iesso* (Guissona), *Aeso* (Isona), *Sigarra* (Els Prats de Rei) y *Ausa* (Vic) (GUITART 1993-1).

Hoy, después de los trabajos de los últimos años, empezamos a tener algunas referencias que permiten avanzar las primeras hipótesis interpretativas, además de constatar la importancia y posibilidades arqueológicas de los yacimientos, especialmente de *Iesso* y *Aeso*, donde la ausencia de edificaciones actuales en una parte significativa de los mismos hará posible la excavación en extensión en los

* Este trabajo ha sido realizado gracias a las ayudas proporcionadas por las siguientes instituciones: Ministerio de Cultura DGICYT proyecto nº PB92-1061. Direcció General del Patrimoni Cultural de la Generalitat de Catalunya. Ajuntament de Guissona.

** Universitat Autònoma de Barcelona.

próximos años.

En esta comunicación nos centraremos basicamente en la arqueología de la ciudad romana de *Iesso*, yacimiento en el que estamos trabajando directamente en los últimos años desde el Área de Arqueología de la Universitat Autònoma de Barcelona, y del que daremos una visión sintética del estado actual de la investigación. Pero antes de entrar en ello será útil referirnos a uno de los aspectos interpretativos que la propia arqueología de *Iesso* ayuda a replantear: los orígenes del proceso de urbanización romana de este territorio.

Para *Iesso* (PERA 1993-1; GUITART-PERA 1993) y *Aeso* (PRAMA 1993; PUIG 1993) una primera constatación que nos perfila la arqueología es su condición de ciudades de nueva planta -sin que ello excluya en el caso de *Iesso*, la presencia durante el período del Ibérico Pleno de algún habitat de poca envergadura- y una cronología fundacional situable entre los últimos años del siglo II a.C. y el primer tercio del siglo I a.C. Ello coincide con la actividad fundacional en la costa: *Baetulo* (Badalona), *la ciudad romana de Emporiae* y posiblemente también *Iluro* (Mataró).

Tal como hemos expuesto recientemente (GUITART 1993-1/2) todo induce a pensar que la creación de éstas ciudades, tanto las de la costa como las del interior, habría sido prácticamente contemporánea y estaría inspirada por un mismo programa fundacional de envergadura que, además de llevar a cabo la colonización urbana propiamente dicha, se propondría estructurar un amplio territorio en base a nuevos centros urbanos. Para la precisa ubicación histórica de este programa de fundaciones no tenemos aún evidencias definitivas, pero el análisis de algunas de sus características y de los escenarios históricos posibles, nos llevan a considerar como bastante probable que surgiese en la coyuntura subsiguiente a la victoria de C. Mario sobre los cimbrios y teutones, en el marco de la desmovilización del ejército de Mario producida entre el 100 y el 98 a.C., después de las leyes aprobadas a propuesta de *Appuleius Saturninus* en el 100 a.C., leyes que como sabemos provocaron profundas tensiones políticas en Roma.

La incursión de los cimbrios por la *Hispania Citerior* había puesto de manifiesto la debilidad de la provincia bajo el punto de vista estratégico; este factor bien pudiera haber sido el detonante que propiciara la puesta en marcha de un programa de fundaciones urbanas de estas características, que sirviese a la vez para asentar veteranos del ejército desmovilizado y para fortificar y articular un territorio que, como la Galia Transalpina, había resultado excesivamente vulnerable a las incursiones de los pueblos germánicos. Precisamente *Iesso* i *Aeso*, por su situación geográfica bordeando la vertiente sur de los Pirineos, nos proporcionan una indicación más de que era precisamente en el norte donde se situaba un peligro potencial del que era necesario protegerse.

Si nos detenemos a considerar las características de la topografía urbanística

de estas cinco fundaciones urbanas, observamos por un lado algunas afinidades entre las ciudades situadas en la costa: *Ampurias*, *Iluro* y *Baetulo*, y por otra, destacan también algunas diferencias tipológicas entre éstas y dos del interior: *Iesso* y *Aeso*.

Ampurias se nos presenta con un recinto amurallado de perímetro rectangular y un desarrollo urbanístico regular hecho en base a una retícula rigurosamente ortogonal. La muralla, si seguimos la planimetría publicada, engloba una superficie de 22 Ha. (AQUILUÉ et alii 1984; SANMARTÍ 1993); pero es posible que la fundación inicial fuese más reducida: alrededor de las 14 Ha., si consideramos como hipótesis a comprobar, que el templo, atribuible probablemente al momento fundacional, estuviera situado en el centro de la ciudad. En *Iluro* (GARCIA et alii. 1993; CERDÀ et alii. 1993) y en *Baetulo* (GUITART 1976; GUITART-PADRÓS 1990; GUITART et alii. 1993), con disposiciones urbanísticas organizadas en base a un esquema fundacional ortogonal, podemos deducir, por los tramos conocidos de sus murallas, que sus recintos serían también rectangulares y su superficie bastante más reducida.

Para las ciudades del interior, aunque su conocimiento es aún incipiente, la arqueología ha empezado a dar valiosas indicaciones sobre su configuración. Tanto en *Iesso* como en *Aeso* puede deducirse ya una disposición regular y ortogonal de su urbanismo, pero en cambio sus recintos amurallados toman una forma de polígono irregular, bien diferenciado respecto al perímetro rectangular de las ciudades de la costa; en *Iesso* además, la extensión englobada por este recinto sería seguramente de dimensiones más amplias, entre las 18 y 20 Ha.

Resultan evidentes las diferencias que, en relación a la topografía urbanística, adoptan las tres fundaciones costeras respecto a las dos ciudades del interior, a pesar de formar parte probablemente de un mismo programa fundacional. Parece lógico pensar que esta diferencia pudo venir derivada de la concepción y funciones urbanas que se atribuiría a cada una de ellas en su momento inicial. Parecería como si, salvando las distancias, se hubiera reproducido aquí el modelo de colonización romana llevado a cabo en Italia Central en el momento anterior a la Segunda Guerra Púnica: con las pequeñas *coloniae maritimae*, colonias de ciudadanos romanos que fortificaban inicialmente la costa tirrénica y después también algunos puntos de la adriática, y las normalmente más amplias *coloniae latinae* que se repartían por todo el territorio y que admitían en su fundación, además de ciudadanos latinos o romanos, a miembros de las aristocracias indígenas filorromanas.

Este doble modelo -por un lado las colonias latinas con amplios perímetros irregulares y vastas superficies organizadas sobre emplazamientos con fuertes condicionantes de orden topográfico, y por otro las colonias de ciudadanos romanos, verdaderas ciudades/satélite de Roma, de dimensiones mucho más reducidas

y regularizadas en función del perímetro rectangular de sus murallas; modelo que para el siglo III a.C. dibuja una situación muy diáfana- había quedado rápidamente superado en el curso de los primeros decenios del siglo siguiente, ya que diversos factores, en los que aquí no entraremos, contribuyeron a difuminar aquella neta distinción.

Por todo ello comparar las pautas utilizadas para un programa de fundaciones urbanas en la *Hispania Citerior* de principios de siglo I a.C. con aquellos modelos de la antigua política colonial romana, puede producir una cierta extrañeza. Debe quedar claro, sin embargo, que esta comparación es inicialmente solo tipológica, ya que ni nuestras ciudades de la costa son colonias romanas ni las del interior colonias latinas, como no podía ser de otra manera por el lugar y la época. La validez de la comparación solo puede ser fructífera si la interpretamos básicamente en clave funcional: el territorio y la situación socio-política en la que el programa debió llevarse a cabo eran muy distintos del ambiente en que había surgido aquel modelo antiguo, pero la adaptación a las necesidades y a las particularidades del marco en que debía operarse habría llevado a adoptar algunas soluciones parecidas, en las que seguramente pesaría también el recuerdo de aquel modelo antiguo. Probablemente ya en el viejo modelo colonial del siglo III a.C., más que una voluntad diferenciadora ligada al estatuto jurídico, pesaban sobretudo los condicionantes funcionales y también los topográficos (SOMMELLA 1980, 227 y ss.).

Las pequeñas ciudades de la costa, sobretudo *Baetulo* y probablemente *Iluro*, pero también Ampurias, venían básicamente a fortificar la costa, se situaban sobre la vía que bordeaba el litoral y asumían un papel estratégico que se concretaba en su carácter inicial eminentemente militar que justifica sus reducidas dimensiones; sus primeros habitantes serían seguramente un reducido número de ciudadanos romanos que se instalan en ellas en el marco de una coyuntura histórica que aconsejaba poner en marcha este programa de fundaciones.

Las ciudades de *Iesso* y *Aeso*, siguiendo esta línea interpretativa, nos aparecen como fundaciones con un rol algo diferente: por un lado también constituyen con sus murallas un incremento en la firmeza estratégica del país, pero entre sus funciones se buscaría de manera prioritaria introducir una determinada estructuración del territorio, asentando además de algunos romanos, latinos e itálicos, también a determinados elementos de las élites de los pueblos indígenas de la zona, procurando así articular una comunidad política que, en base al nuevo núcleo urbano, englobara tendencialmente un territorio amplio con sus habitantes. No debe pues extrañarnos que este tipo de fundación urbana comportara una superficie más amplia, no se propusiera el trazado de un perímetro regular y, en definitiva, tuviera alguna similitud formal con las antiguas colonias latinas, ya que aunque diferentes en muchos aspectos, tendrían algunas afinidades conceptua-

les y funcionales evidentes. Incluso es posible, como exponemos más adelante, que la ciudad de *Iesso* no llegara a una total ocupación urbana del espacio delimitado en época fundacional.

En el mismo sentido, es comprensible que aquellas fundaciones costeras con su mencionado rol fundacional tengan alguna semejanza formal con las antiguas *coloniae civium Romanorum*.

Para la ciudad de *Ilerda*, sin duda el centro urbano más importante y afamado de la zona, empezamos a tener también algunas indicaciones de gran valor, fruto de la actividad arqueológica del último decenio; sin embargo para la problemática referida a los orígenes y evolución de la ciudad en época tardo-republicana son aún escasísimas. Seguimos suponiendo, y ello parece lo más lógico, que la *Illirta* ilergeta habría ya tenido su centro en la colina de la Seu, y que en consecuencia la ciudad romana sería fruto de la evolución y transformación del antiguo asentamiento pre-romano, básicamente en un proceso de continuidad y expansión hacia el pie de la colina, especialmente en la terraza junto al río Segre. Los estratos más antiguos documentados hasta hoy son de principios del siglo I a.C., pero materiales más antiguos recogidos en superficie o presentes residualmente en estratos posteriores, siguen dando vigencia a aquella interpretación (PÉREZ 1993). Sin embargo, tal como se ha señalado recientemente (LORIENTE et alii. 1993), es sugerente y tentador poner en relación los estratos fechados a comienzos del siglo I a.C. con una posible primera ordenación urbanística. Si a ello se añade la presencia de los tres *equites* ilerdenses, mencionados en el Bronce de Ascoli del año 89 a.C., que ya disfrutaban, como delatan sus nombres, del derecho latino, fruto de una concesión que seguramente debemos relacionar con *Ilerda* y que como ya señaló Criniti (CRINITI 1970) no podemos llevar a una fecha mucho más alta, ya que el *ius latii* aparece adquirido por los *equites*, y no por sus padres -que seguirían siendo *peregrini* con nombre ibérico-, vuelve a ser sugerente y tentador poner en relación, de alguna manera, esta fase de la evolución de la *Ilerda* tardo-republicana con el programa de fundaciones urbanas en el territorio al que nos hemos referido.

Por lo que respecta a la ciudad romana de *Iesso*, ésta se encuentra en el subsuelo de Guissona, en la comarca leridana de la Segarra; una parte del yacimiento se halla en terrenos agrícolas situados en el extremo norte del pueblo actual. Resulta importante subrayar este dato referido a la ubicación, pues incide directamente en el estado de conservación de los restos arqueológicos de la zona norte, donde se excava actualmente, y por supuesto, será determinante en un futuro próximo cuando se desarrolle el programa de restauración y adecuación como parque arqueológico, previsto para cuando la investigación arqueológica esté más avanzada.

Guissona constituyó un núcleo importante de población durante toda la Edad

Media, siendo su recinto fortificado con murallas una de las plazas fuertes, estratégicas para el control y avance de la reconquista que en el siglo XI llevó a cabo el obispo de Urgell en este territorio.

La investigación arqueológica llevada a cabo en el yacimiento es muy reciente: las primeras excavaciones las realizó J. Colominas del Institut d'Estudis Catalans, en el año 1933, esta primera excavación se realizó en la plaza Vell Pla y sus resultados (COLOMINAS 1941) fueron de enorme interés para la investigación, ya que por primera vez se identificaron los restos de un establecimiento anterior a la ciudad romana, desconocido hasta ese momento. Se trataba de un poblado de cabañas perteneciente al período del Bronce Final - 1ª Edad del Hierro, que en la zona corresponde a los siglos VII - VI a.C. El autor de aquella excavación hizo asimismo algunas interpretaciones (COLOMINAS 1941) que hoy, sobretodo con el avance en el conocimiento de algunos tipos cerámicos, es necesario revisar: Colominas ante la presencia de varios silos, que entre otros materiales proporcionaron diversos tipos de cerámica de barniz negro, consideró que se hallaba frente a los restos de un poblado ibérico y así lo publicó pocos años más tarde; actualmente, después de haber procedido a la revisión de aquellos materiales, podemos considerar claramente los silos excavados como pertenecientes al propio ámbito de la ciudad romana, pudiendo ser fechados a principios del siglo I a.C.

Las primeras excavaciones científicas no llegaron hasta el año 1975, momento en que un equipo de la Universidad de Barcelona, dirigido por el Dr. J. Guitart y la Dra. M. Prevosti llevaron a cabo una serie de intervenciones en el yacimiento que se desarrollaron de manera intermitente hasta 1978 (GUITART-PREVOSTI 1982). En el transcurso de estos trabajos se obtuvieron las primeras secuencias estratigráficas y cronológicas referidas a la ocupación de la ciudad; entre los restos descubiertos merecen destacarse el complejo termal excavado en la zona de Can Mercadé (1975 i 1976); los restos de un posible *decumanus* en Can Garganté (1978) y una necrópolis bajo-imperial que se localizó en Cal Mines (1977) al lado de la actual iglesia parroquial, donde aparecieron sepulturas de *tegulae*, sarcófagos, así como importantes restos epigráficos.

En el año 1983 el Servei d'Arqueologia de la Generalitat de Catalunya decide llevar a cabo la delimitación de la zona norte de la ciudad romana a fin de proceder a la incoación de un expediente para su declaración monumental; los resultados de esos trabajos fueron altamente positivos (GARCÉS et alii. 1989) para el conocimiento del urbanismo de este sector de la ciudad ya que se pudo delimitar un lienzo de la muralla, una de las puertas, así como también los restos de diversas casas i calles. Finalmente señalar que desde el año 1987, bajo la dirección de la Universitat Autònoma de Barcelona, se vuelven a emprender los trabajos de excavación de una manera continuada, para ello se incorpora la ciudad de *Iesso* dentro de los programas prioritarios de investigación de la universidad,

centrados en el análisis del proceso de romanización.

La ciudad romana de *Iesso* dispone de muy pocas referencias en los textos literarios clásicos, concretamente son dos los autores que se refieren a ella de una forma directa; el primero de ellos es Plinio el Viejo (*Naturalis Historia* III, 4, 23) el cual refiriéndose a los *gessonienses*, los sitúa entre uno de los *celeberrimi populi latinorum* que dependen de *Tarraco*. La segunda referencia a *Iesso* la tenemos en Ptolomeo (*Geographías Hyphégesis* II, 6, 71), este autor recoge a *Iessós* como una de las ciudades de los lacetanos. En estas dos citas tenemos recogida por una parte la categoría jurídica de los habitantes de *Iesso*, como latinos, en un momento anterior a la concesión del *ius latii* a todos los habitantes de Hispania por Vespasiano; en la segunda, la de Ptolomeo, tenemos una aproximación a su ubicación geográfica: la Lacetania.

Conviene señalar también la existencia de una ceca numismática con la leyenda ibérica de la que se conocen tres emisiones de ases que van desde la segunda mitad del siglo II a.C. hasta la primera mitad del siglo I a.C.; la ubicación geográfica de esta ceca podemos situarla en la zona de Guissona, tanto por el nombre de la leyenda monetaria (*Iesso*), como por la concentración de ejemplares encontrados en esta zona ya que la ceca no es muy corriente fuera del hinterland de *Iesso*.

La epigrafía de *Iesso* no es muy abundante, no llegan a diez los epígrafes conocidos procedentes de la ciudad romana de *Iesso*, de los cuales la mayoría son fragmentos; tan sólo cuatro de ellos presentan un texto legible. Conviene señalar sobretodo a tres de ellos: el primero (CIL II, 4452) es una dedicación honorífica al César Numeriano por parte del *Ordo iessonensium* que se puede fechar a finales del siglo III d.C. (282-283 d.C.). Las otras dos corresponden a dos textos funerarios: una de ellas (IRC II, 76- ILER 5780), la de Servilla Praepusa que dedica el monumento a su hija Lesbia, presenta la singularidad de estar escrita en verso, siendo su texto desarrollado en forma de diálogo, lo que la convierte en una pieza excepcional; esta inscripción procede de un hallazgo casual realizado en una de las necrópolis de *Iesso*, situada extramuros al noroeste de la ciudad, por su tipología puede fecharse en el siglo II d.C. La otra inscripción (IRC II, 119) procede de una lápida funeraria recuperada en el transcurso de unas excavaciones realizadas en la necrópolis de época bajo-imperial que se encuentra en la zona de Cal Mines - iglesia parroquial de Sta. María; este monumento, a pesar de su breve inscripción (*Cartago qui / escet in pace*), constituye por su iconografía de tipo paleocristiano (dos palomas, un cáliz y vides con racimos) un documento excepcional para documentar la presencia de una comunidad cristiana en *Iesso* durante el Bajo Imperio.

Aún siendo incipiente el trabajo arqueológico que de forma continuada se lleva a cabo, nos permite obtener algunos de los primeros resultados a partir de

los cuales podemos plantear las hipótesis de trabajo que centran la investigación arqueológica en el yacimiento. A modo de primicia nos referiremos a dos aspectos arqueológicos que nos parecen fundamentales en cualquier estudio histórico referido a una ciudad romana: su cronología general y su urbanismo. Para abordar este análisis disponemos tan sólo de la información aportada hasta hoy por la topografía arqueológica del yacimiento. El urbanismo de *Iesso* es en general poco conocido, como consecuencia de la falta de excavaciones con la suficiente amplitud para permitir apreciar los trazos básicos de la distribución urbana antigua, a excepción de la zona norte de la ciudad donde se han realizado excavaciones y prospecciones de una cierta envergadura: Can Mercadé 1975-76 (GUITART-PREVOSTI 1982), la delimitación del año 1983 (GARCÉS et alii 1989), y sobretodo a partir de recientes excavaciones en extensión en la zona de Camp Primer 1990-1993 (CONTRERAS et alii, 1993).

Estas intervenciones han permitido, en conjunto, obtener los primeros datos referidos a la tipología urbana. Uno de los elementos arquitectónicos más importantes lo constituye sin duda la muralla de la ciudad: algunos fragmentos del lienzo de muralla fueron detectados por primera vez en el año 1983 (GARCÉS et alii, 1989), permitiendo conocer parte del recinto amurallado de *Iesso*, factor básico para empezar a conocer el perímetro urbano y en consecuencia la extensión de la ciudad. Recientemente, en el año 1991, unos sondeos efectuados en el mismo Camp Primer han permitido conocer un nuevo tramo del lienzo de la muralla. El trazado conocido de la muralla, debidamente contrastado con el estudio parcelario-catastral de la Guissona actual, permite proponer una restitución del recorrido del circuito de murallas por el sector norte en toda su totalidad, al haber quedado fosilizado su trazado en las formas que adoptan las parcelas de las propiedades actuales de este sector. Técnicamente estamos frente a una muralla que no parece presentar torres defensivas, por lo menos a lo largo de su recorrido conocido, dato que debemos valorar de forma provisional a la espera de conocer la muralla en mayor extensión. La muralla se construyó a partir de dos lienzos paralelos hechos con piedra local, un gres, trabajada a modo de sillares; entre la cortina interior y la exterior hay un relleno de tierras con grava que dan cuerpo y solidez al muro, en su interior también se ha apreciado la existencia de unos muretes perpendiculares con la función de ligar y reforzar los dos lienzos. La anchura total del muro oscila entre los 2'5 y 3'5 mts.

Se documenta asimismo una de las puertas de la ciudad que se abre al camino romano, el actual Camí del Cementiri. La calle donde desemboca la puerta ha sido asimismo identificada como el *cardo maximus* de *Iesso*, que discurre siguiendo una orientación norte-sur, tiene una anchura de 5'6 mts. y presenta el pavimento de grava compactada. A partir de esta calle y junto con otra situada inmediatamente paralela en su lado oeste, se ha podido establecer una modulación

que permite establecer la anchura de las *insulae* en aproximadamente un *actus*. En sentido este-oeste se conocen también dos calles paralelas, detectadas a partir de unos sondeos: Can Garganté 1978 y Can Puig 1986, esta última de 3'5 mts. de anchura, la distancia entre estos *decumani* es de aproximadamente 45 mts. El conjunto de estos datos nos lleva a proponer un urbanismo para Iesso basado en unas *insulae* rectangulares. En la delimitación llevada a cabo en el año 1983, también se pudo observar el trazado de un *intervallum* de 8 mts. de ancho.

Las excavaciones del Camp Primer han puesto de manifiesto que no todo el urbanismo de Iesso guarda la misma orientación; concretamente en este sector, aunque en su mayor parte las construcciones siguen la orientación que marcan los ejes de las calles de la ciudad, es decir N-S y E-W, en la parte de la *insula* más cercana a la muralla, éstas adoptan la orientación SE-NW, es decir paralela a la dirección del lienzo de muralla en este sector (Foto 1). El estudio detallado de los planos parcelarios de Guissona, con el soporte de la fotografía aérea, y junto con el estudio exhaustivo de la topografía arqueológica (Fig. 2), nos permite plantear como hipótesis probable (Fig. 1) que el total del circuito de murallas de Iesso abrazaba una extensión aproximada entre las 18 y 20 Ha. El desconocimiento a nivel arqueológico del sector sur de la ciudad, nos sugiere valorar con cautela esta hipótesis hasta no disponer de más datos; cabe asimismo la posibilidad que la ciudad no fuera urbanizada en toda su extensión, quedando espacios vacíos en su interior, como hemos comentado anteriormente.

La secuencia histórica y temporal de la ciudad, obtenida a partir de las excavaciones estratigráficas realizadas, nos sitúa frente a una ciudad romana fundada *ex novo* a finales del siglo II o muy a principios del siglo I a.C., como lo sugiere la cronología aportada por los estratos y elementos constructivos inferiores de algunas estaciones arqueológicas. Al respecto queremos destacar los datos aportados por algunas estratigrafías: la de Camp Primer (CONTRERAS et alii. 1993), que se halla en curso de estudio, pero que ya podemos avanzar que aporta niveles de este momento inicial; la del Pati de la Casa de Cultura (PERA 1993-2), donde encima del terreno natural se documentó un primer nivel arqueológico, fechable por los materiales a principios del siglo I a.C.; o en Raval Coma 37 (PERA 1993-2), donde se amortiza una cisterna con materiales de la primera mitad del siglo I a.C.; o en los mismos silos de la plaza Vell Pla, excavados en 1933, cuya reciente revisión (PERA 1993-1, 511-552) ha permitido precisar su amortización a principios del siglo I a.C.

También se ha podido comprobar como aparecen superpuestas diversas fases constructivas en la mayoría de las intervenciones arqueológicas conocidas. A modo de ejemplo nos fijaremos en el sector norte, quizás el mejor conocido a raíz de las recientes excavaciones en el Camp Primer (Fotos 2 i 3), en esta zona encontramos por ahora un mínimo de tres fases constructivas diferentes que

sucesivamente van a remodelar el espacio público y privado de la zona. En la mayoría de estaciones las fases ocupacionales llegarán hasta el siglo III d.C. Durante el Bajo Imperio la ciudad de *Iesso* experimentará una reducción considerable de su extensión respecto a la que había alcanzado en los siglos anteriores. Arqueologicamente este proceso tiene su reflejo en el abandono de algunas zonas urbanas cuyos restos de edificios son saqueados de forma sistemática para su aprovechamiento como canteras donde obtener fácilmente material de construcción; este fenómeno ha sido ampliamente documentado en las excavaciones de Camp Primer, donde muchos muros son desmontados y sus negativos rellenados con escombros.

El núcleo urbano bajo-imperial creemos que tendría uno de sus centros en la zona de la iglesia de Sta. María, donde se ha localizado una importante necrópolis de los siglos IV y V d.C., posiblemente relacionada con la existencia de un edificio de culto paleocristiano. En esta zona se desarrollará en los siglos posteriores el núcleo medieval de Guissona.

BIBLIOGRAFÍA

- AQUILUÉ et alii. 1984. - Aquilué, J.; Mar. R.; Nolla, J. M.; Ruiz de Arbulo, J.; Sanmartí, E. - *El Fòrum romà d'Empuries*. en Monografies Emporitanes IV, Barcelona 1984.
- CERDÀ et alii. 1993. - Cerdà, J. A.; García, J.; Martí, C.; Pujol, J.; Pera, J.; Revilla, V. - "Iluro, oppidum civium romanorum: estat de la qüestió". *La ciutat en el món romà*. Congrés Internacional d'Arqueologia Clàssica. Pre-Actes, Vol. II Comunicacions, 87. Tarragona 1993.
- COLOMINAS 1941. - Colominas, J. - "El poblado ibérico de Guissona" *Ampurias*, III, 35-38, Barcelona 1941.
- CONTRERAS et alii. 1993. - Contreras, F; Guitart, J.; Pera, J.; Ruestes, C.; Vilas, E. - "Resultats de les darreres intervencions arqueològiques a la ciutat romana de *Iesso* (Guissona, La Segarra)" *Tribuna d'Arqueologia 1992-1993*, 79-86. Barcelona 1993.
- CRINITI 1970. - Criniti, N. - *L'epigrafe di asculum di Gn. Pompeo Strabone*. Milán 1970.
- GARCÉS et alii. 1989. - Garcés, I.; Molist, N.; Solias, J. M. - "Les excavacions d'urgència a *Iesso* (Guissona, La Segarra)" *Excavacions arqueològiques d'urgència a les comarques de Lleida*, 108-124. Excavacions arqueològiques a Catalunya núm. 9. Barcelona 1989.
- GARCÍA et alii. 1993. - García, J.; Arxé, J.; Bacaria, A.; Banús, J.; Cerdà, J. A.; Pera, J. - "Intervencions a *Iluro* (1982-1989), Mataró" *Anuari d'intervencions arqueològiques a Catalunya. Època romana - Antiguitat tardana*, 147-153. Barcelona 1993.
- GUITART 1976. - Guitart, J. - *Baetulo. Topografia arqueològica, urbanismo e història*. Badalona 1976.
- GUITART - PADRÓS 1990. - Guitart, J.; Padrós, P. - "*Baetulo, cronologia y significación de sus monumentos*" *Stadtbild und Ideologie. Die Monumentalisierung hispanischer städte zwischen Republik und Kaiserzeit, 165-177, München 1990*.
- GUITART 1993-1. - "Un programa de fundacions urbanes a la Hispania Citerior a principis

- del segle I a.C.” *La ciutat en el món romà*. Congrés Internacional d’Arqueologia Clàssica. Pre-Actes, Vol. I Ponències, 93-100. Tarragona 1993.
- GUIPART 1993-2. - “La ciutat romana en l’àmbit de Catalunya” *La ciutat hispano-romana*, 54-83, Madrid 1993.
- GUIPART-PERA 1993. - “La ciutat romana de Iesso (Guissona, La Segarra)”. *La ciutat en el món romà*. Congrés Internacional d’Arqueologia Clàssica. Pre-Actes, Vol. II Comunicacions, 161-162. Tarragona 1993.
- GUIPART-PREVOSTI 1982. - “Guissona” en *Excavacions arqueològiques a Catalunya en els darrers anys*, 365-366. Barcelona 1982.
- GUIPART et alii. 1993. - Guitart, J.; Padrós, P.; Fonollà, A. - “Baetulo: Aproximació a l’esquema urbanístic fundacional”. *La ciutat en el món romà*. Congrés Internacional d’Arqueologia Clàssica. Pre-Actes, Vol. II Comunicacions, 163. Tarragona 1993.
- LORIENTE et alii. 1993. - Loriente, A.; Oliver, A.; Pérez, A. - “El municipium de Ilerda y Medina Larida. Diez años de arqueología urbana en Lleida”. *Revista de Arqueología* nº 149, 16-25. Madrid 1993.
- PERA 1993-1. - *La romanització a la Catalunya interior: estudi històric-arqueològic de Iesso i Sigarra i el seu territori*. Tesi doctoral. Universitat Autònoma de Barcelona. Bellaterra 1993. Edició microfítxa U. A. B.
- PERA 1993-2. - “Iesso: Carrer Raval Coma, 37; Casa de Cultura; Pati de la Casa de Cultura; Carrer Xaloc”. *Anuari d’intervencions arqueològiques a Catalunya. Època romana - Antiquitat tardana*, 193-196. Barcelona 1993.
- PÉREZ 1993. - Pérez, A. - “Sobre las fundaciones republicanas en Hispania. El caso de Ilerda”. *La ciutat en el món romà*. Congrés Internacional d’Arqueologia Clàssica. Pre-Actes. Vol. II Comunicacions, 256. Tarragona 1993.
- PRAMA 1993. - Equip PRAMA - “Aeso, ISONA” *Anuari d’intervencions arqueològiques a Catalunya. Època romana - Antiquitat tardana*, 181-182. Barcelona 1993.
- PUIG 1993. - Puig, F. - “La ciutat romana a l’interior de Catalunya: l’exemple d’Aeso”. *La ciutat en el món romà*. Congrés Internacional d’Arqueologia Clàssica. Pre-Actes, Vol. II Comunicacions, 264. Tarragona 1993.
- SANMARTÍ 1993. - Sanmartí, E. - “Empúries, L’Escala” *Anuari d’intervencions arqueològiques a Catalunya. Època romana. Antiquitat tardana*. 21-22, Barcelona 1993.
- SOMMELLA 1988. - Sommella, P. - *Italia antica. L’urbanística romana*. Roma 1988.

Est. I



Fig. 1 — Ciudad romana de *Iesso* (Guissona — Lleida). Trazado hipotético de algunas calles y muralla; según el estudio de la topografía arqueológica.

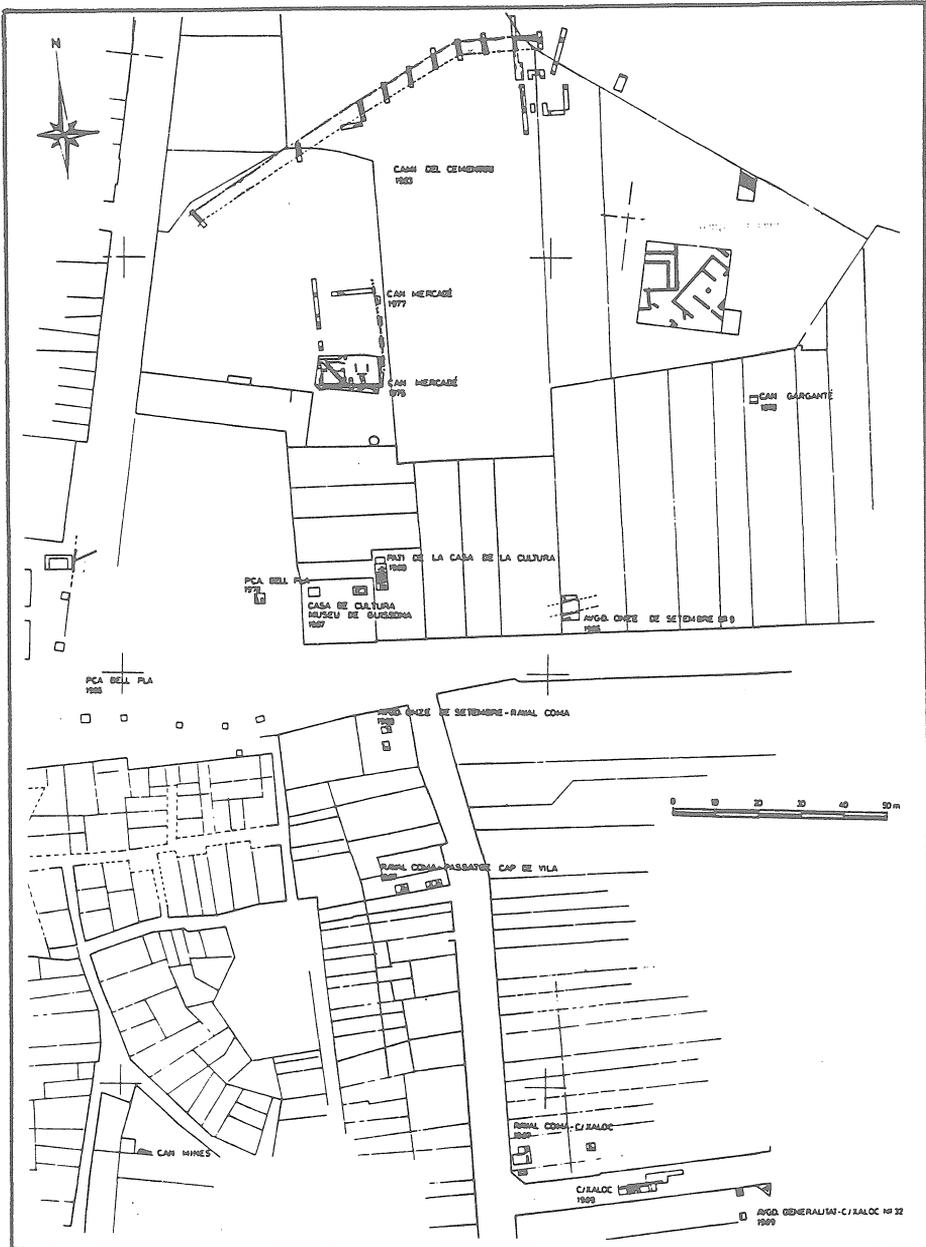


Fig. 2 — Ciudad romana de *Iesso* (Guissona - Lleida). Ubicación de las principales estaciones arqueológicas de Guissona.

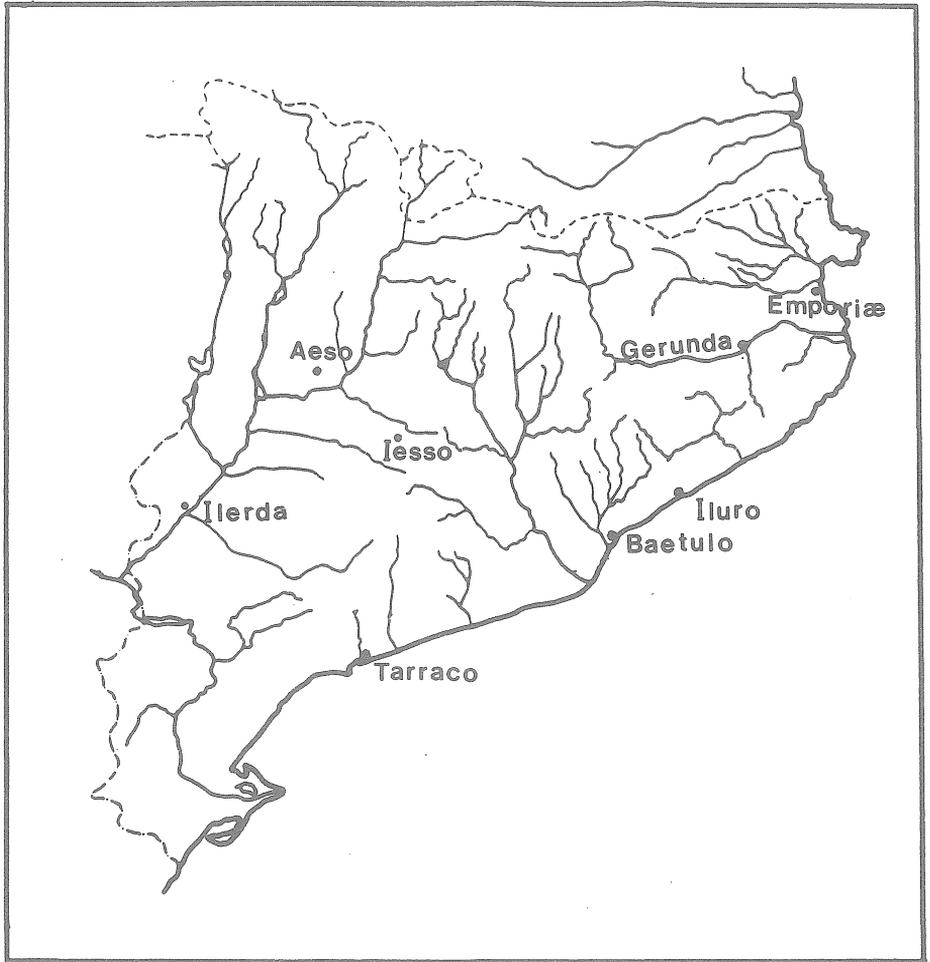


Fig. 3 — Principales centros urbanos romano-republicanos de la zona de la actual Cataluña.

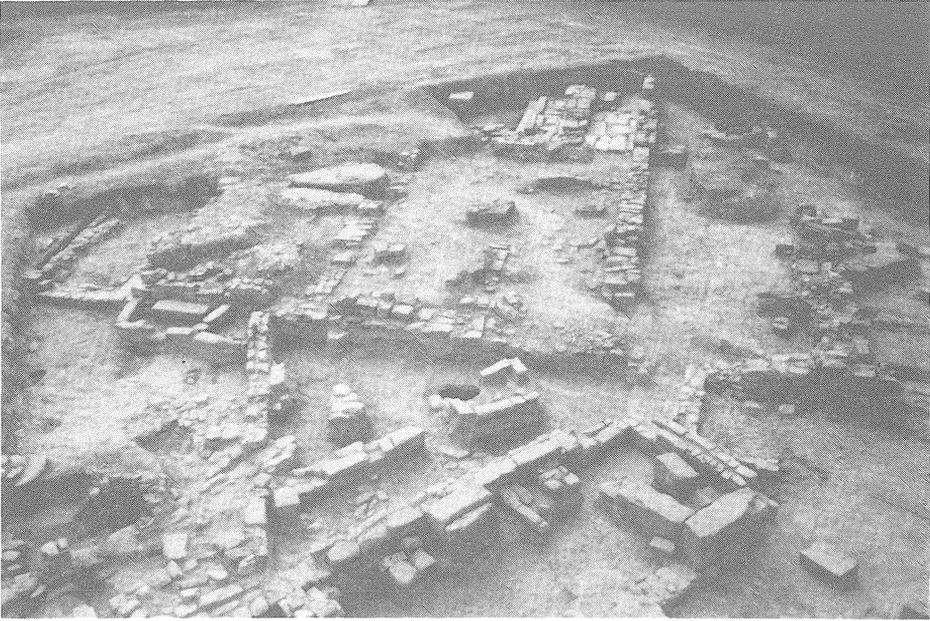


Foto 1 — Ciudad romana de *Iesso*. Vista aérea general de Camp Primer.



Foto 2 — Ciudad romana de *Iesso*. Detalle de las estructuras de Camp Primer.

Est. V

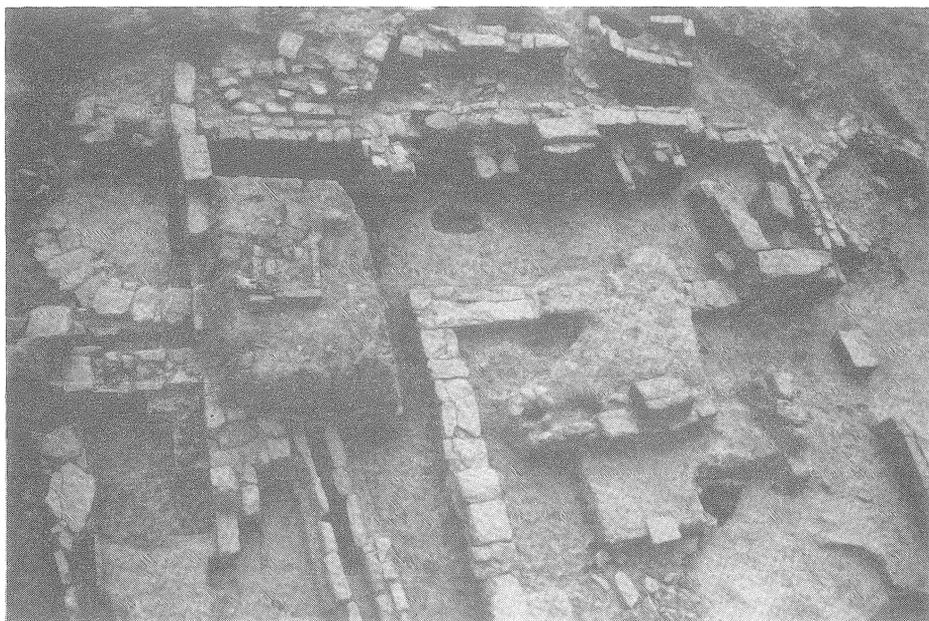


Foto 3 — Ciudad romana de *Jesso*. Detalle de una casa de Camp Primer.

LA CERAMICA TERRA SIGILLATA HISPANICA AVANZADA (TSHA) DE CLUNIA: SEGUNDA MITAD DEL S. II - S. III d. C.

por

F. Tuset i Bertrán* y J. Buxeda i Garrigós*

Resumen: Iniciado el estudio sistemático de la Terra Sigillata de Clunia el año 1985, presentamos algunos resultados sobre la TSH de finales del S. II i S. III d.C., la TSHA, producción que cubre el vacío entre la TSH alto-imperial y la TSH Tardía. El estudio arqueológico, seguido de un amplio estudio arqueométrico, permite observar cómo en este periodo la ciudad de Clunia se abastece hasta finales del S. II d.C. con productos procedentes de los talleres del Ebro. No será hasta el S. III d.C. que a las importaciones del Ebro se añadirán producciones de los talleres del Duero. Este proceso va acompañado de una paulatina reducción del repertorio tipológico, repertorio que no ofrece diferencias entre ambas zonas de producción (Ebro y Duero).

Palabras-clave: Arqueometría. TSHA. Circulación cerámica.

1. INTRODUCCIÓN

Iniciado el estudio sistemático de la Terra Sigillata (TS) de Clunia (Palol, 1982; Palol et al., 1991) en el año 1985, se señalaron unos objetivos y se estableció una metodología. Los objetivos propuestos eran dar a conocer la TS de Clunia e intentar realizar una aproximación al conocimiento histórico de la ciudad, a partir del estudio de la TS, que complementara la visión que teníamos del yacimiento por otras fuentes de información. La metodología a aplicar contemplaba la realización necesaria de un amplio proyecto arqueométrico sobre los resultados del estudio arqueológico. El correcto planteamiento del trabajo, la disponibilidad de los datos de evaluación y la disponibilidad de los datos de validación permitirían alcanzar conclusiones válidas y ofrecer hipótesis razonables.

En un primer momento, se procedió a la clasificación e inventario de toda la TS, excepto la TS Hispanica Tardía (TSHT), constatándose la existencia de 757

* ERAUB, Departament de Prehistòria, Història Antiga i Arqueologia, Universitat de Barcelona, C/ de Baldiri i Reixac, s/n, 08028 Barcelona.

conjuntos cerámicos que la contenían y que abarcaban todas las campañas de excavación desde 1958 hasta 1984. Al finalizar esta primera parte del trabajo, se pudo constatar que las circunstancias del yacimiento, sobre todo los expolios de época antigua y moderna, habían alterado en gran manera su estratigrafía.

En una segunda fase, el trabajo arqueológico se centró en el estudio pormenorizado de la TS procedente de aquellos conjuntos cerámicos que, procedentes de niveles arqueológicos pertenecientes a secuencias estratigráficas claras, ofrecían los datos cronológicos más fiables (Tuset, 1991).

2. LA TERRA SIGILLATA HISPANICA AVANZADA (TSHA)

A lo largo de la segunda fase del trabajo arqueológico, se evidenció de manera clara la existencia en Clunia, a partir de los aspectos macroscópicos de pastas y barnices (Tuset, 1991; Buxeda et al., 1991) y de criterios de carácter tipológico y cronológico, de unas producciones de TSH que ocupaban el vacío existente entre la TSH alto-imperial y la TSHT, y que pasamos a denominar TSH Avanzada. La caracterización macroscópica demostró una gran heterogeneidad de estas producciones en cuanto a sus pastas y barnices, de características más próximas a las producciones de TSHT que a las de TSH alto-imperial. Tipológicamente, se observaba una reducción del repertorio alto-imperial, la aparición de escasas formas nuevas que anunciaban tipologías tardías y la existencia de la Drag. 37 av. como única forma típica de esta producción. Cronológicamente, los contextos en que aparecen estas producciones se datan en la segunda mitad del S. II y durante el S. III d.C.

La existencia de algunas cerámicas con características compartidas entre la TSH y la TSHA aconsejaron denominarlas, de forma provisional, como TSH/TSHA.

Una vez caracterizadas arqueológicamente estas producciones de TSH/TSHA y TSHA se procedió a su caracterización arqueométrica realizándose un muestreo aleatorio de 106 individuos.

3. CONTEXTOS ESTRATIGRÁFICOS

Los materiales analizados procedían de los siguientes contextos:

— TS 474.

El TS 474 corresponde a diversos niveles aparecidos durante la excavación de la ampliación 7 y de la ampliación 8, practicadas ambas al S.E. de las pequeñas termas del foro. Durante la excavación, se registró un primer estrato (Nivel 1) con

materiales tardíos (TSHT y monedas de mediados del S. IV d.C.). A partir del Nivel 2, última fase de colmatación de una escombrera, se observó que en este nivel y los que le antecedían se producía una mezcla de fragmentos pertenecientes a diversos individuos de ambas ampliaciones. Por esta razón, durante la excavación, se unificó el material aparecido, formando el TS 474. Tan sólo una pieza de este conjunto mezcla fragmentos de otro TS, precisamente el TS 471, Nivel 1 de estas ampliaciones. De todos modos, la consideración de todos los niveles, a partir del Nivel 2, como un único conjunto pudo significar la alteración de la estratigrafía anterior al S. IV.

Las monedas aparecidas en los niveles de los que procede el TS 474 son dos: un as de Vitelio (Gurt, 1985, nº 343) y un sestercio de Faustina I (Gurt, 1985, nº 510). Esta última se fecha a partir del 141 d.C.

Este conjunto rompe claramente con la tradición cerámica alto-imperial. Por esta ruptura consideramos la moneda de Faustina I entre los fósiles más antiguos de estos niveles.

— TS 622.

Este conjunto procede del Nivel 3 de la habitación 24 de las termas de Los Arcos II, que constituye el primer momento de utilización de la habitación como escombrera.

En este nivel, apareció durante la excavación un sestercio, inédito hasta el momento, de Cómodo, fechado en el 187 d.C.

Atendiendo a las tipologías, se comporta de manera totalmente distinta al TS 474. La moneda antes citada que contiene este nivel, dado el poco margen cronológico que consiente la moneda de Faustina I asociada al TS 474, debe considerarse como un término *post quem*.

El hecho de que algunas piezas del relleno de la Hab. 4 de las termas de Los Arcos II (TS 631) compartan fragmentos con piezas del TS 622, permite suponer un origen común para ambos, y por tanto unas cronologías comunes.

— TS 631.

Este conjunto procede del relleno de una habitación con hipocausto del edificio termal de Los Arcos II, de la cual ya había sido desmontado previamente el hipocausto para ser reutilizada como ámbito de habitación.

Sobre su cronología, ver las consideraciones hechas en el TS 622.

— TS 621.

Se trata del conjunto procedente del Nivel 2 de la Hab. 24 de las termas de Los Arcos II. Este nivel, se superpone al Nivel 3, siendo, por ello, posterior. En él, aparecieron dos monedas, inéditas hasta el momento actual: un as de Claudio I y un antoniniano de Galieno. Esta última de ceca de Siscia, fechable a partir del 260 d.C.

Creemos que puede considerarse la moneda de Galieno como moneda de circulación, fechando este nivel.

— TS 233.

Procede de la taberna número 6 del foro.

Aparecieron, durante la excavación, dos monedas, una de Cómodo (Gurt, 1985, nº 546) y otra de Galieno (Gurt, 1985, nº 637), esta última de ceca de Milán y fechable en el año 262 d.C.

Ceramológicamente similar al TS 621. Puede considerarse de cronología similar a éste, hecho que quedaría reforzado por la presencia de la moneda de Galieno.

Otros contextos fueron igualmente utilizados, aunque no tuvieran la misma calidad estratigráfica. Así, el teatro (TS 224, TS 266, TS 305 y TS 306) y el resto de las tabernas del foro (TS 155, TS 214, TS 216, TS 232, TS 234, TS 235, TS 270, TS 272 y TS 275), tomados cada uno como un conjunto, podían ofrecer precisiones cronológicas válidas, dado que:

— En el teatro y en las tabernas del foro no aparecía TSHT.

— En el teatro la circulación monetaria se cerraba con Nerva.

— En el conjunto de las tabernas del foro las acuñaciones más modernas eran de Póstumo y Galieno.

Un último contexto sin valor estratigráfico que fue utilizado es el TS 736, relleno de saqueo moderno de la Hab. 23 de las termas de Los Arcos II, debido a que algunos de sus fragmentos completaban piezas de conjuntos procedentes de niveles estratigráficamente fiables.

Cabe destacar, que en los 53 conjuntos cerámicos documentados en el teatro, que deben representar en la mayoría de casos los niveles de amortización, únicamente aparecen cerámicas de TSH, no apareciendo en toda la zona excavada cerámicas de cronología más moderna, si exceptuamos cuatro individuos de TSHA que deben ser intrusiones en dichos niveles y que deben indicar la nula frecuentación del edificio tras su amortización.

4. LA CARACTERIZACIÓN ARQUEOMÉTRICA

Las 106 muestras procedentes del muestreo aleatorio fueron analizadas por Fluorescencia de Rayos X (FRX). Las intensidades de fluorescencia fueron medidas por un espectrofotómetro Philips PW 1400, controlado por ordenador, equipado con dos tipos de fuente de excitación: Rh y Au. La cuantificación de los elementos se realizó por medio de una recta de calibración confeccionada con 60 patrones, Estándares Geológicos Internacionales, en perla y en pastilla. Las interferencias debidas a la inestabilidad electrónica fueron contempladas y

corregidos los posibles efectos matrices utilizando, para las pastillas, una corrección de la intensidad del elemento por la intensidad de la radiación Compton del tubo, excepto en los casos del Ba y del Ce, en los cuales se efectuó un factor de corrección calculado empíricamente. En el caso de las perlas, la dilución 1/20 es suficiente para minimizar los efectos matrices.

Para conseguir una cuantificación se deben preparar las muestras siguiendo dos procesos diferentes. Para los elementos mayores (aquellos que sobrepasan el 10% de la composición total) y los elementos menores (aquellos con valores situados entre el 10% y el 0.01%) debemos utilizar el método de la perla, por el cual las muestras, una vez desprendido el revestimiento que puedan presentar, son trituradas y homogeneizadas hasta obtener la granulometría adecuada en una celda de carburo de tungsteno, utilizando un molino Spex Mixer (Mod. 8000). La cantidad de muestra necesaria no debe ser nunca inferior a 10 gramos para evitar problemas de no homogeneidad. 0.3 gramos de estos espécimenes se mezclan con 5.7 gramos de tetraborato de litio, que actúa de fundente, y 0.2 gramos de ioduro de litio, que permite controlar la tensión superficial de la perla. La mezcla homogeneizada es transferida a un crisol de platino y es fundida a 1100°C en un horno de inducción de alta frecuencia (Perl'X-2). Para reducir los problemas derivados de errores de peso, defectos en el crisol y de inhomogeneidad de la mezcla, se realizan tres preparaciones para pastilla, no considerándose la primera, que se supone de limpieza y tomándose las dos restantes como duplicados.

Para los elementos trazas (aquellos que presentan un valor inferior al 0.01% de la composición total, y el Na_2O) se utilizó la preparación de pastilla, preparada a partir de la muestra triturada y homogeneizada obtenida al hacer la perla. Fue preparada con 5 gramos de estos especímenes que fueron mezclados con 2 ml de una solución al 20% de aglutinante Elvacite 2044, disuelto en acetona. Las pastillas, de 40 mm de diámetro, se prepararon, sobre un lecho de ácido bórico, en una prensa Herzog aplicando una presión de 200 KN durante 60 segundos.

Las preparaciones fueron realizadas sobre muestra natural, secada previamente en una estufa a 105°C, durante 12 horas, para eliminar el agua de absorción. Para completar el análisis se calcinó 0.5g de muestra seca, triturada y homogeneizada, a 1000°C durante 1 hora, para calcular la pérdida al fuego, debida al agua de composición, el CO_2 y la posible materia orgánica y compuestos volátiles contenidos.

El hecho de partir de 10 gramos de muestra se debe a la necesidad de una homogeneidad no sólo de la muestra, sino también de la pieza, esperando que la muestra extraída pueda ser representativa de su composición.

La suma de los elementos mayores, menores y traza, junto con la pérdida al fuego, debe ofrecer un resultado cercano al 100%, aceptándose tan sólo ligeras desviaciones debidas a una multiplicidad de errores de casi imposible control y al

azar.

Como resumen del trabajo realizado, la figura 1 muestra el dendrograma resultante del análisis de agrupamiento mediante el uso de la distancia euclidiana, realizado mediante la rutina 2M del paquete estadístico BMDP (Dixon, 1983) sobre los logaritmos de razones, utilizando siempre el valor del SiO₂ como denominador, de los siguientes elementos: Fe₂O₃, Al₂O₃, MnO, TiO₂, MgO, CaO, K₂O, Ba, Rb, Zr, Sr, Ce y V. El dendrograma ofrece, a partir de los 106 individuos iniciales, en un proceso jerárquico de aglomeración por el método del centroide, la unión, a cada paso, de un individuo con otro, o con un grupo, o la de un grupo con otro, hasta la consecución, en el último paso, de un único grupo formado por todos los individuos analizados. La distancia respecto de la base a que se produce la aglomeración es mayor cuanto mayor es la disimilaridad de su composición química. La observación de esta figura permite identificar seis agrupaciones, unidades de referencia composicional de pasta, que identificamos con los nombres E1, E2, E3 y E4, para aquellas procedentes de centros productores del área del valle del Ebro, y D1 y D2, para las procedentes del área del valle del Duero¹.

Cabe destacar que en la agrupación D2 se incluyen las muestras 49 y 50. Estas dos muestras corresponden a un mismo individuo y han sido ambas incluidas porque en el estudio arqueológico no se respetó, con este individuo concreto, el principio seguido en el trabajo de basar el estudio arqueológico sobre el número máximo de individuos (Tuset, 1991). En la discusión que sigue serán consideradas ambas como un sólo individuo.

5. LA DATACIÓN DE LAS UNIDADES DE REFERENCIA COMPOSICIONAL DE PASTA (URCP)

Para las seis URCP observadas en Clunia se pueden proponer cronologías a partir de las dataciones de los conjuntos en los cuales se ha realizado el muestreo (figura 2).

Las URCP E2, E3 y E4 son, sin lugar a dudas, las de mayor antigüedad. De los 15 individuos que componen la E2, 11 proceden del TS 474, 2 del TS 622 y 2 del teatro (TS 305 y TS 306). La datación de esta URCP debe proponerse a partir de su presencia mayoritaria en el TS 474, pudiendo tratarse los 2 individuos del TS 622 de materiales arrastrados. En la E3, de 26 individuos, 19 proceden del TS 474, 4 del TS 622, 1 del TS 621, 1 del TS 235 y 1 del TS 234. Las

¹ Exponemos aquí, tan sólo, la metodología empleada en la caracterización química y el resultado, en resumen, de la misma. La presentación global de los resultados de la caracterización arqueométrica de estas cerámicas será próximamente presentado en la Tesis de Doctorado de uno de los autores, Jaume Buxeda i Garrigós.

consideraciones cronológicas son las mismas que para la URCP E2. En el caso de la E4, los cuatro individuos que la componen aparecen en el TS 474, momento en que debe datarse.

La única URCP procedente del área del valle del Ebro que puede datarse a finales del S. II y S. III es la E1. De sus 17 individuos, 1 se encuentra en el TS 474, 4 en el TS 622, 1 en el TS 621, 6 en el TS 233, 2 en el TS 270 y 1 en el TS 272. El único problema que se presenta para fechar esta URCP es la existencia de un único individuo perteneciente al TS 474. De todas maneras, nos remitimos a la exposición de este conjunto para justificar su consideración como una intrusión.

Las dos URCP procedentes del área del valle del Duero, deben fecharse ambas a finales del S. II - S. III d.C. En el caso de la D1, de 11 individuos, 2 proceden del TS 474, 7 del TS 622, 1 del TS 631 y 1 del TS 275. Para la D2, de 24 individuos, 1 procede del TS 474, 7 del TS 622, 2 del TS 631, 3 del TS 621, 6 del TS 233, 1 del TS 155, 1 del TS 270, 1 del TS 214, 1 del TS 216 y 1 del TS 266. Para los 3 individuos procedentes del TS 474, valen las consideraciones hechas al comentar la URCP E1. Parece lógico considerar una menor perduración de la URCP D1, con materiales procedentes de conjuntos anteriores a época de Galieno, frente a la D2, que presenta 9 individuos de esta época.

Las cronologías utilizadas para los conjuntos empleados y la distribución de los individuos de las distintas unidades de referencia composicional de pasta en estos conjuntos se refuerzan mutuamente, puesto que, aunque los datos de excavación no sean todo lo precisos que debieran, parecen contrastarse correctamente ambas realidades.

6. CARACTERÍSTICAS FORMALES

La primera consideración que debe ponerse de relieve es la reducción del repertorio tipológico (figuras 3 y 4).

Entre las formas lisas, se asiste a una paulatina desaparición de los platos. La Drag. 36 y la Hisp. 6 se encuentran únicamente en la URCP E3 y la Hisp. 4 en la E2. Por su parte, la Drag. 15/17 se encuentra en las URCP E2 y E3 a excepción de un único individuo en la D1. Paralelamente, los vasos pasan a ser las formas predominantes, ya desde el TS 474, situación que se agudiza en conjuntos posteriores. De entre los vasos, la Ritt. 8, en sus dos variantes a y b, pasa a ser el vaso casi exclusivo. La Drag. 27, documentada en la URCP E3, y la Drag. 44, documentada en la URCP E2, no vuelven a encontrarse en las URCP de cronología más avanzada. En cambio, en éstas, vemos la aparición de formas que anuncian las tipologías de la TSHT. Así, en la URCP E1 documentamos la Pedrosa

8 c, mientras que en la D1 documentamos la Pedrosa 12. De igual modo, la presencia de jarras y de otras formas cerradas, frente a los vasos, es casi testimonial. Únicamente documentamos dos Hisp. 42, una en la URCP E2 y otra en la E1, y dos jarras indeterminadas, en la E3.

La única forma decorada a molde que documentamos es la Drag. 37 av., presente en la URCP E3 y en la E1.

Una segunda consideración se refiere al comportamiento diferenciado entre las producciones del área del valle del Ebro y las producciones del área del valle del Duero. Efectivamente, la diversidad tipológica es mayor en las producciones del Ebro, llegándose a una ausencia total de formas decoradas a molde y de formas cerradas en el Duero. Además, el predominio de vasos en el Duero es mucho mayor que en el Ebro, destacando la URCP D2, en la cual sus 24 individuos corresponden a vasos, que en el caso de los 13 identificables pertenecen a las formas Ritt. 8 a y b.

7. CONCLUSIONES

Como se desprende de la discusión del apartado 5 y de la observación de la figura 2, en un primer momento, correspondiente aproximadamente a la segunda mitad del S. II d.C., la circulación cerámica en Clunia parece estar totalmente dominada por las producciones procedentes del área del valle del Ebro. No será hasta finales de este S. II cuando aparecen las producciones procedentes del área del valle del Duero. A partir de este momento, y hasta el tercer cuarto del S. III d.C., únicamente una tercera parte de la TSHA de Clunia procede del área del valle del Ebro. Cabe destacar, pero, que los materiales del Ebro de este segundo momento, que están en circulación, corresponden a una nueva unidad de referencia composicional de pasta, la E1, ausente en el primer momento, mientras que las restantes URCP, E2, E3 y E4, parecen haber cesado su comercialización en Clunia.

Referente a las producciones del área del valle del Duero, debemos señalar que desconocemos si existe o no una producción de TS anterior a finales del S. II d.C. En este momento, se documenta su aparición en la circulación cerámica de Clunia, sin que ello deba excluir una posible producción anterior.

Finalmente, si bien destacábamos en el apartado 2 que es posible diferenciar la TSHA de la TSH y de la TSHT a partir de sus características macroscópicas de pastas y barnices, debemos ahora igualmente destacar la imposibilidad de identificar las distintas unidades de referencia composicional de pasta a partir de estas características. En el estado actual del trabajo, tan sólo es posible identificar las diversas URCP a partir de su caracterización arqueométrica. Los criterios cronológicos y tipológicos que se derivan ahora de la discusión de los apartados

5 y 6, con la ausencia de materiales del Duero en el primer momento y con una mayor reducción del repertorio tipológico en estas producciones, podemos considerarlos válidos únicamente en el caso de Clunia, y en el estado actual de las investigaciones.

AGRADECIMIENTOS

Este trabajo se incluye en el proyecto "Caracterización Física, Química y Mineralógica de Cerámica Romana" (PB89-0248), financiado por la Dirección General de Investigación Científica y Técnica (DGICYT).

Agradecemos a los Serveis Científico-Tècnics de la Universitat de Barcelona, especialmente a las directoras, la Dra. Baucells y la Dra. Roure, la realización de los análisis de FRX.

Agradecemos a la Excm. Diputación Provincial de Burgos la buena disposición para el estudio de sus materiales.

9. BIBLIOGRAFÍA

- BUXEDA, J. - CAU, M.A. - SAGRISTÀ, A. - TUSET, F., (1991), "Appréciation macroscopique et détermination de fabriques", en *S.F.E.C.A.G., Actes du Congrès de Cognac*, pp. 425-430, Marsella.
- DIXON, W. (Ed.), (1983), *BMDP Statistical software, 1983. Printing with Additions*, UCLA Press, Los Angeles.
- GURT I ESPARRAGUERA, J.M., (1985), *Clunia III. Hallazgos monetarios. La romanización de la Meseta Norte a través de la circulación monetaria en la ciudad de Clunia*, Excavaciones Arqueológicas en España, 145, Ministerio de Cultura, Dirección General de Bellas Artes y Archivos, Subdirección General de Arqueología y Etnografía, Madrid.
- PALOL I SALELLAS, P. de, (1982), *Guía de Clunia*, 5ª edición, Excm. Diputación Provincial de Burgos, Burgos.
- PALOL I SALELLAS, P. DE, et alii, (1991), *Clunia 0. Studia Varia Cluniensia*, Publicaciones de la Excm. Diputación Provincial de Burgos, Servicio de Investigaciones Arqueológicas, Burgos.
- TUSET I BERTRÁN, F., (1991), *La Terra Sigillata de Clunia. Una propuesta metodológica para el estudio de las producciones alto-imperiales*, Tesis Doctoral dactilografiada, Universitat de Barcelona, Barcelona.

Est. I

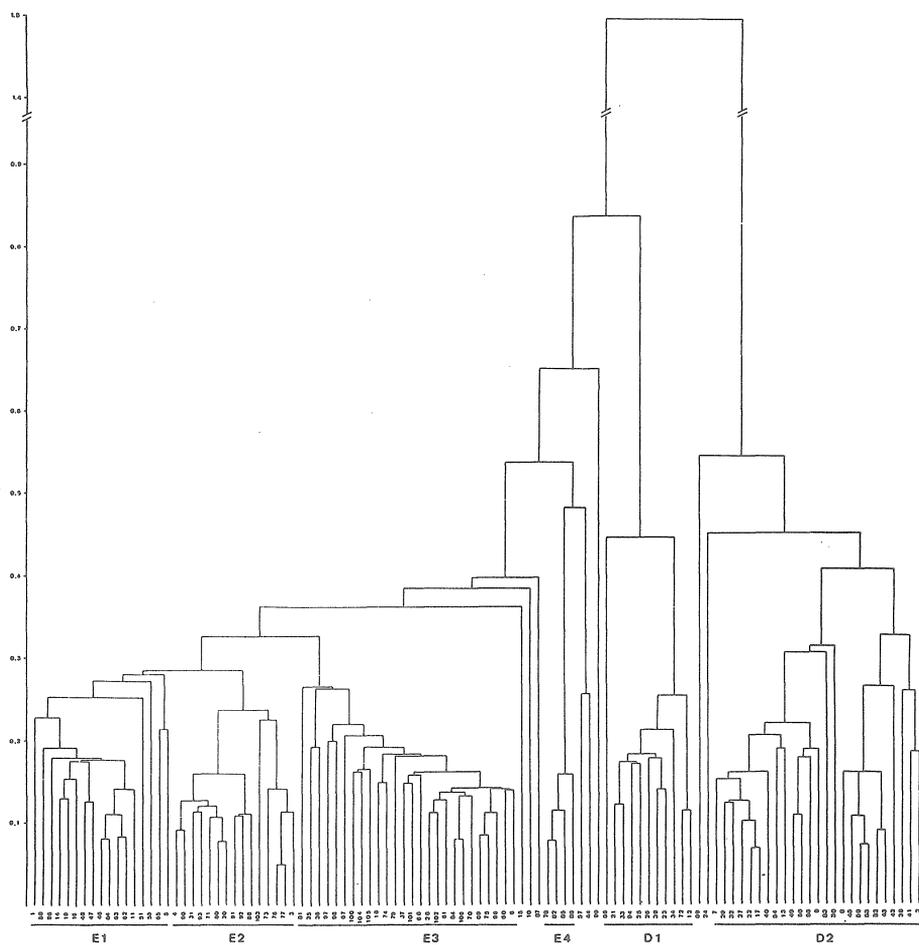


Fig. 1 — Dendrograma del análisis de agrupamiento donde se aprecian las seis unidades de referencia composicional de pasta. Etiquetadas con E las procedentes del área del valle del Ebro (E1, E2, E3 y E4) y etiquetadas con D las procedentes del área del valle del Duero (D1 y D2).

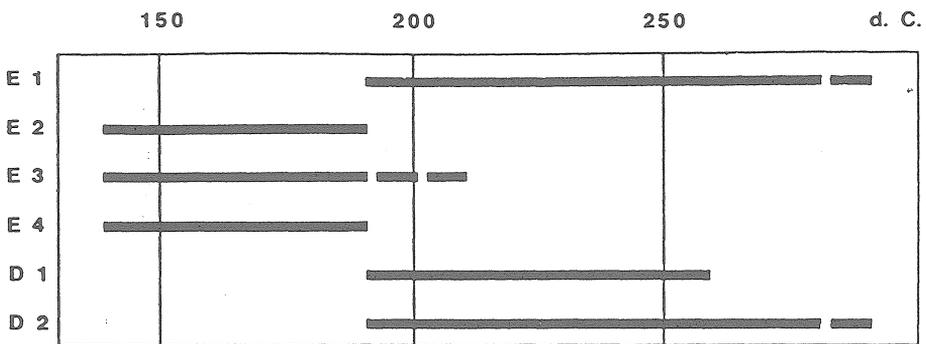


Fig. 2 — Propuesta de cronología para las seis unidades de referencia composicional de pasta en Clunia. Se observa cómo a finales del S. II d.C. entran en la circulación cerámica de Clunia las producciones del área del valle del Duero, en detrimento de las producciones del valle del Ebro, representadas en este momento por una nueva unidad de referencia composicional de pasta.

Est. III

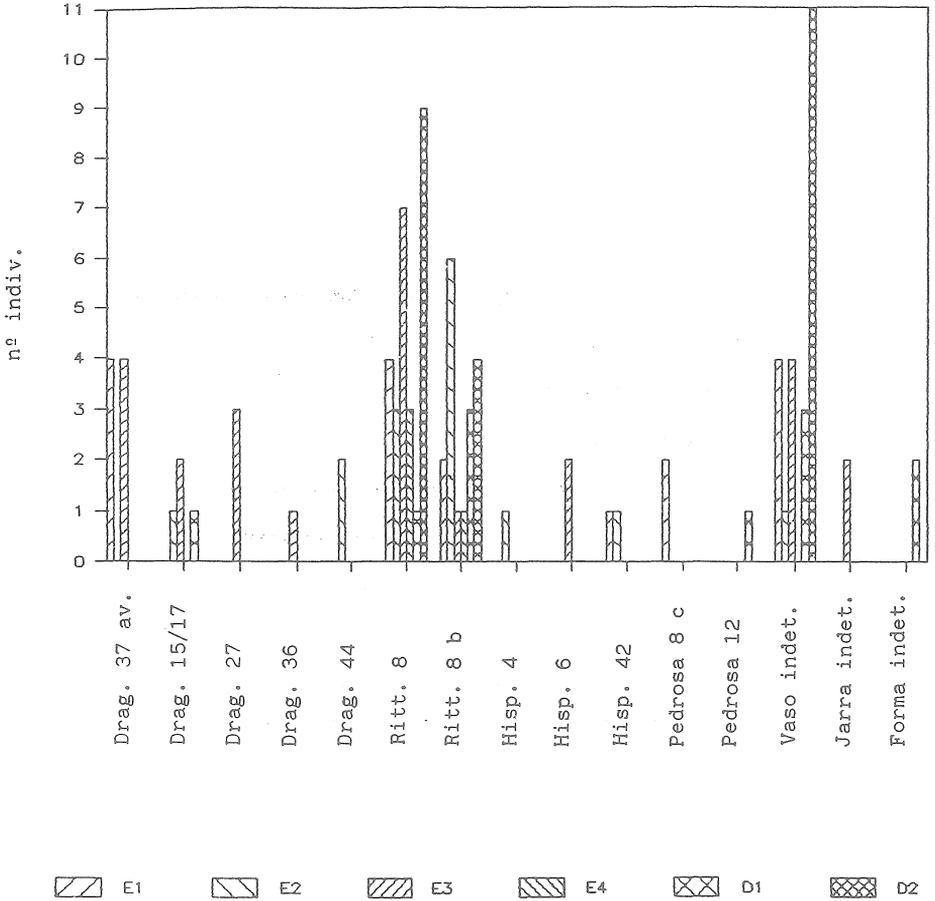


Fig. 3 — Diagrama de barras conjunto a las seis unidades de referencia composicional de pasta con expresión del número de individuos por cada categoría tipológica representada. Destaca la ausencia de Drag. 37 av. y de formas alto-imperiales en las producciones del Duero, la presencia de formas que anuncian las tipologías tardías y la presencia dominante de la Ritt. 8 y la Ritt. 8 b.

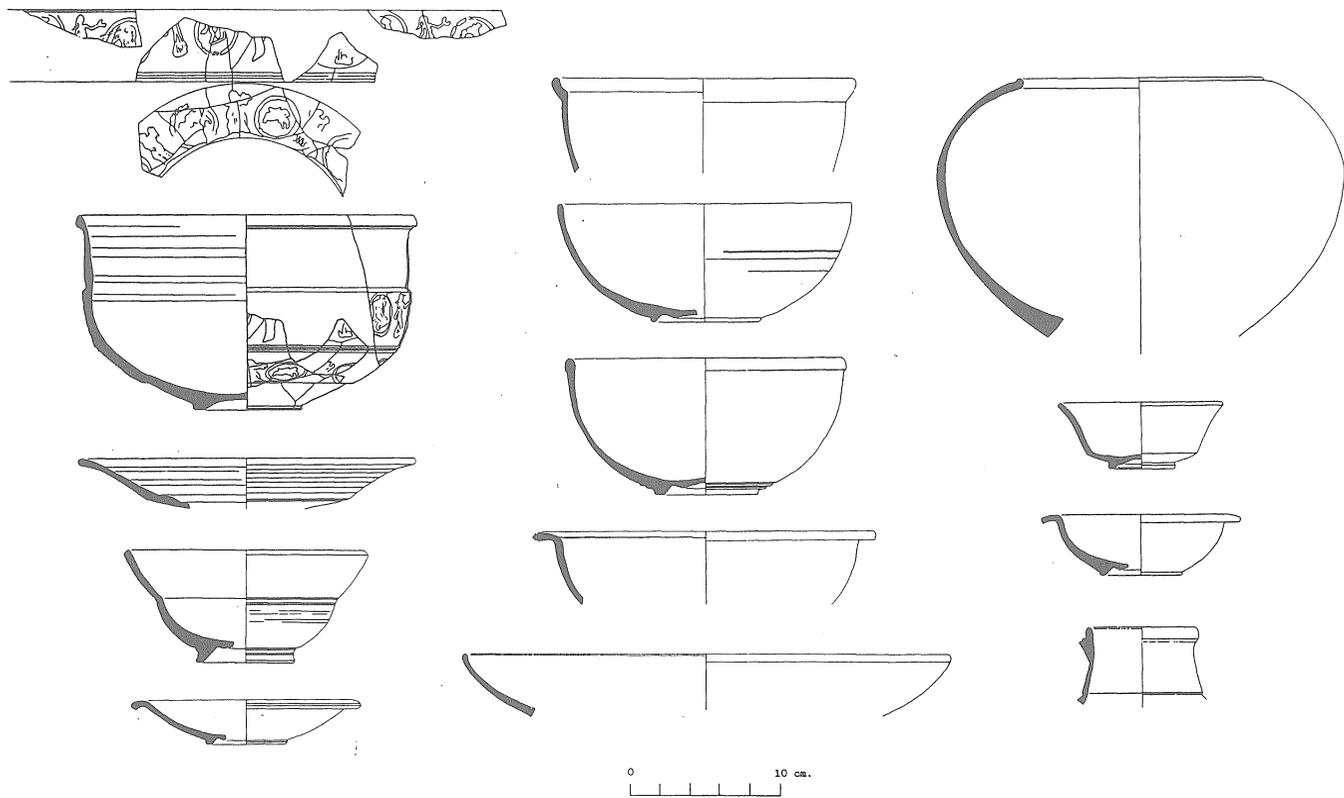


Fig. 4 — Muestra del repertorio tipológico documentado. De izquierda a derecha y de arriba a abajo: Drag. 37 av., Drag. 15/17, Drag. 27, Drag. 36, Drag. 44, Ritt. 8, Ritt. 8 b, Hisp. 4, Hisp. 6, Hisp. 42, Pedrosa 8 c, Pedrosa 12, jarra indeterminada.

ECONOMÍA LYCHNOLÓGICA HISPANA: VALORACIÓN ACTUAL DEL PROCESO DE MANUFACTURA DE LUCERNAS EN ÉPOCA ROMANA Y SU INSERCIÓN EN EL CONTEXTO MEDITERRÁNEO

por

Darío Bernal Casasola*

Resumen: Exposición de los precedentes, elementos materiales (homos, moldes, punzones...) y afísicos (epigrafía...) que avalan la manufactura. Catalizadores en el proceso. Análisis de las directrices advertidas: innovación, autoctonismo...Inductores de la producción y efectos de la misma. Análisis particularizado del proceso en su respectivo intervalo cronológico: tardorepublicano, alto y bajoimperial. Valoración de la producción en el contexto mediterráneo (tanto itálico como africano), ponderando las causas y a la vez las consecuencias económicas. En suma, premisas-guía para el manejo de esta categoría cerámica (lucernas) en la prolífica bibliografía del tema.

Palabras-clave: Lucernas. Producción. Economía.

La nutrida presencia en yacimientos arqueológicos de época clásica de elementos arqueológicos destinados a proporcionar iluminación, que con su justa etimología son recogidos en la bibliografía con el nombre de lucernas, ha originado la proliferación de copiosos estudios ya desde finales del siglo pasado. Esta notable frecuencia en el número de hallazgos unida a la calidad estética de las lámparas y a la ornamentación en relieve con escenas que abarcan los aspectos más variados del mundo grecorromano, son los motores principales del interés suscitado desde un principio por esta clase cerámica.

Así pues, arqueólogos, iconografistas, epigrafistas y estudiosos de la hª del arte han contribuido desde sus diversos campos científicos al conocimiento del mundo de las lucernas en todo el ámbito del imperio, tanto central y oriental en principio como más tarde occidental.

Tras esa primera etapa de precisión tipológica, hoy en día ya superada en sus líneas fundamentales, las bases de la evolución morfológica de la lucerna romana

* Universidad Autónoma de Madrid.

se presentan bastante claras. El estudio de la decoración y paralelamente de las firmas o marcas dejadas por los artesanos también ha dado sus frutos y hoy en día podemos decir sin miedo alguno que contamos con un caudal de datos suficientes para abordar la clasificación y adscripción de las piezas a uno u otro taller.

En esta gran koiné mediterránea en la que conviven formas, decoraciones y firmas en contextos muy dispares desde un punto de vista geográfico, conscientes de la importancia del trinomio tipo/decoración/firma y de la necesidad de su estudio conjunto (BONNET 1988, 15-22), las líneas de investigación actuales están dirigidas a la localización de los talleres de producción de cada forma/s a título particular, y en su defecto de las grandes áreas o zonas de producción.

El hecho de que se trata de una de las grandes producciones a molde del mundo romano -por no decir la principal- ya desde época helenística, se ha traducido en una empresa comercial que podríamos definir prácticamente como industrial, y que se desarrolla desde los inicios paralelamente a la difusión de las primeras producciones campano-laciales de barniz negro. Esta tecnología de fabricación constituye un elemento fundamental para rastrear la dispersión de los productos, hasta tal punto de poder precisar en materiales que han sido elaborados con el mismo molde o con matrices análogas. Sin embargo nos encontramos con un elemento distorsionador: la posibilidad de la "copia" de una lucerna mediante el método del sobremolde o "surmoulage" (VERTET 1983, *passim*) permite al alfarero operante en cuestión introducir en el mercado productos de su propia officina que se confunden con los importados. Es este pues uno de los principales elementos distorsionadores que van a inducir al investigador a confundir las producciones locales con las importadas (Fig 2, 1-3).

En la Península ibérica, partícipes de la dinámica de la investigación de los países mediterráneos y del norte de Europa, y guiados a su vez por las pautas fijadas por los pioneros estudios de las vajillas finas de mesa, el primer gran paso ha sido la publicación de las grandes colecciones de los Museos Provinciales junto con las de menor entidad, privadas o no¹. Conocidos estos materiales, a los que se unieron los procedentes de fondos antiguos de Museos y los materiales recuperados en antiguas excavaciones, el siguiente paso fue el intento de localización de los talleres hispanos emisores de lucernas. Esta obra faraónica fue emprendida por el Dr. Balil, que se dedicó prácticamente con exclusividad a la elaboración de corpora de las firmas localizadas en la península, utilizando el criterio epigráfico para considerar los productos como importaciones o no, y en este último caso proceder a su ubicación macroespacial. Sus obras, capitales en este sentido, comenzaron con la presentación ya en 1966 de un índice de firmas,

¹ La bibliografía básica sobre la Península ibérica hasta finales de los años ochenta está recogida por la Dra. Amará (1987, 65-115; 1989-90, 137-143).

“con un ellenco dei bolli che ritengo di manufatti prodotti in Spagna” (1968, 7). Poco después, dió a conocer un listado de firmas de talleres poco frecuentes, y por ello las denominó *Lucernae* singulares. Más tarde, apareció otra recopilación de talleres distribuidos por todo el imperio (1968-69, 69) y simultáneamente comenzó a publicar los números, hoy ya clásicos, de los “Estudios sobre lucernas romanas” (1969, 1980, 1982 y 1984). Una empresa de estas dimensiones, destinada a la identificación por medios fundamentalmente epigráficos de las alfarerías hispanas ha originado alguna confusión, máxime con las interferencias en la investigación que se han ido advirtiendo con el paso de los años. Una revisión de estos documentos epigráficos resulta inminente, pero debido al volumen de la documentación, no ha sido realizada hasta la fecha.

Tratamos de abordar en este trabajo el tema de la producción peninsular de lucernas² en época romana desde un doble punto de vista: poner sobre la mesa los logros conseguidos en este sentido tras tres décadas de intensivos estudios y paralelamente plantear la problemática actual que la propia dinámica de la investigación ha generado y al mismo tiempo las interferencias que se producen al enfrentarse a este tema. Queremos aclarar que si bien vamos a hacer referencias al territorio portugués, lo hacemos basándonos en las pocas obras específicas sobre el tema que hay publicadas hasta la fecha, pues el resto de la bibliografía es muy dispersa, y requeriría una investigación más puntual. Nos centramos más en la zona española de la península, al ser más extensa y contar con una bibliografía más prolífica sobre el tema.

INDICADORES DIRECTOS DE PRODUCCION

Los elementos arqueológicos que abogan más directamente por la existencia de un centro de manufactura cerámica en una zona son el hallazgo de hornos o estructuras industriales de producción por un lado, y la presencia de elementos de cultura material tales como moldes, punzones, defectos de cocción, vertederos de alfar o materiales de imitación. Este tipo de testimonios escasean no sólo a nivel provincial, sino también en la propia Italia o en el Norte de Africa, los dos grandes centros productores de lámparas en época alto y bajo imperial respectivamente. Así pues, hornos conocidos tenemos localizados menos de una decena, dispersos por el imperio, concretamente en Weisenau, Pompeya, Henschir-es-Srira (AMARE 1987, 57) y en la Península Ibérica en Los Villares de Andújar, Turiaso,

² Nos limitamos, como es frecuente al abordar problemáticas de esta índole, a las lámparas en cerámica, pues el tema de las producciones bronceas requiere un tratamiento específico, pues la calidad del material genera, como es bien sabido, una dinámica comercial diferente.

Bracara Augusta, Emerita Augusta, Oripipo y Quinta de Rouxinol (BERNAL 1990-91, 154-156). La gran cantidad de complejos industriales hispanos resulta abrumadora, aunque de algunos de ellos sólo tengamos referencias bibliográficas. La carencia de más datos sobre alfares se debe a la inexistencia de una obra que haya tratado de reunirlos a todos, pues la aparición de hallazgos en publicaciones de difusión regional y no en monografías específicas dificulta su consulta. No obstante, la escasa documentación sobre hornos se debe a una doble razón:

— En primer lugar el hecho de que se trata en muchas ocasiones de instalaciones que podríamos definir como domésticas, tal y como evidencian los hornos pompeyanos de la puerta de Via Nocera, en los cuales el diámetro de la parrilla es muy reducido, no llegando a veces a superar el metro (Fig. 1, 1). Así pues, el pequeño tamaño de estas estructuras industriales han inducido a la propia autora a considerar este establecimiento como una “*officina bottega di piccola produzione con smercio immediato*” (CERULLI 1977, 53-54). En el caso de no hallar elementos de producción a él asociados (moldes), la atribución resulta del todo problemática. Asimismo, una estructura de estas dimensiones normalmente no se nos conserva, máxime cuando no se encuentran a nivel del suelo, sino sobre un zócalo pétreo, siendo pues la parte de la estructura que primero se deteriora³.

— Asimismo, y tal como se desprende del análisis de los hallazgos, la producción de lucernas se realizó al amparo de otras clases cerámicas (BERNAL 1991-92, 155). Vinculada pues a la producción de TSH en el caso de Andújar o de los talleres norteños de TSHT, o bien al de cerámicas comunes y engobadas como en Turiaso, constituyó un tipo de producción subsidiaria de estos otros tipos de vajillas y por tanto secundaria en la producción del complejo alfarero. De ahí que sean las producciones mayoritarias y que prácticamente monopolizan la oferta de la alfarería las que confieran importancia a la misma, quedando la manufactura de lucernas relegada a un segundo plano. Un caso muy ilustrativo a estos efectos es el de los talleres de vajillas finas de mesa de época altoimperial. La presencia de lucernas en terra sigillata es bastante más importante de lo que pudiese parecer en principio, ya que son más de una decena los ejemplares que ya conocemos (AMARE 1984, 23; MORILLO 1992, 364-365). Sin embargo los talleres de los que proceden (tanto sudgálicos en el caso de La Graufesenque como riojanos y béticos en el caso de los hispanos) son conocidos por la fabricación de terra sigillata, y no por la manufactura de lucernas que como hemos referido resulta minoritaria. Por tanto, no consideramos los hornos de estos talleres que produjeron

³ Un paralelo claro lo tenemos en los hornos destinados a la producción de ánforas; de ellos sólo en casos excepcionales se conserva la parrilla y parte de la superestructura, pues lo que llega a nosotros es la planta de los mismos.

lucernas en TS como propios de lucernas, dada la poca entidad de la producción⁴.

Respecto a los moldes, son piezas que podemos calificar como raras, pues los conocidos hasta la fecha en el ámbito del imperio no superan en mucho la centena. De nuevo en la Península el nº de hallazgos es importante, habiendo contabilizado un total de 12 piezas, que abarcan una cronología amplia, desde época tardorepublicana hasta las postrimerías del bajoimperio. A las que ya dimos a conocer en otro lugar (BERNAL 1991-92, fig. 1), debemos sumar una pieza procedente de Gerona (NOLLA-CASAS 1990, 210, fig. 18, 2). Tampoco nos extenderemos en el tema de los defectos de alfar, las copias o imitaciones y los restos de vertederos, pues los datos que poseemos también fueron recogidos en la obra citada⁵.

En cuanto a tipos de lucernas producidos en Hispania, hacemos referencia a continuación sólo a aquellos aceptados hoy por todos los investigadores (Figura 3, 1-7)⁶:

- lucernas tipo Andújar (SOTOMAYOR 1981)⁷.
 - lucernas del Minotauro (LÓPEZ RODRÍGUEZ 1982).
 - lucernas mineras (LUZÓN 1967).
 - lucernas en TSHT (AMARE 1985-87).
 - lucernas derivadas de la Dressel 9 (AMARE 1989-90, 144).
 - lucernas del tipo Ricci G (MORENO 1990).
-

⁴ El escaso número de hallazgos desde un punto de vista porcentual frente a la magnitud de la producción de terra sigillata nos induce a no considerar la producción de lucernas en estos talleres como industrial y destinada a la venta, al menos de manera masiva. A tales efectos, estas piezas han sido interpretadas como meros caprichos de alfarero o como intentos fallidos por parte de los artesanos de introducir en el mercado estos productos (AMARE 1984, 23). Paradójicamente, y en el supuesto de que sea cierto, la producción de lucernas en TSHT sí parece tener éxito a nivel comercial. Nosotros pensamos que aún es pronto para juzgar el éxito comercial o no de esta empresa, pues no tenemos suficientes elementos de juicio para evaluar esta posibilidad y los alcances de esta producción en cuanto a su difusión se refiere. No obstante, es evidente que su dispersión no tuvo el auge que el de otras producciones en cerámica común engobadas.

⁵ Básicamente y junto a los hallazgos de estructuras industriales ya comentados, contamos con la existencia de moldes en *Carteia*, Cerro de los Mártires (S.Fernando, Cádiz), Museo Arqueológico de Sevilla, Minateda, Alcacer do Sal, *Valentia*, *Conimbriga*, *Bracara Augusta* y *Tarraco*. A ellos debemos unir los defectos de cocción atestiguados en el Cerro de los Mártires, en *Colonia Patricia*, Andújar, *Conimbriga*, *Complutum* y *Turiaso*, y los materiales de imitación considerados como de producción local procedentes de Algeciras, Córdoba, *Italica*, Andújar, Cerro Muriano, Peal del Becerro, Quinta do Rouxinol, La Bienvenida, I. Fraile, B. Algézares, *Lucentum*, Herrera de Pisuergra, *Bilbilis*, *Celsa* y *Tarraco*.

⁶ Tenemos constancia de algunas formas recientemente identificadas, y por ello aún en revisión, como las aportadas por Amaré (1989-90, 144-145). No hacemos pues referencia a ellas en el texto.

⁷ Para el problema de esta forma, sus centros de producción, cronología y dispersión, recientemente BERNAL (prensa b, *passim*).

Vamos a proceder a continuación a exponer de manera sintética los principales problemas con que hoy se enfrenta el investigador de los medios de iluminación en época romana, circunscribiéndonos al ámbito peninsular. Como podremos ver a continuación, una buena parte de ellos han sido generados por la propia dinámica de la investigación arqueológica. Trataremos de seguir, en la medida de lo posible, un orden cronológico, si bien determinados puntos afectan a todo el intervalo cronológico objeto de análisis.

ANTECEDENTES Y EPOCA REPUBLICANA

El primer problema que se nos presenta es la carencia de un recipiente destinado exclusivamente a la iluminación en el Mundo ibérico. La importación de lucernas griegas es patente en el mundo colonial del occidente mediterráneo ya desde el s. VI, constituyendo el Ática la región productora monopolizadora del mercado hasta el s. IV a.C. al menos. En este amplio intervalo cronológico, la variedad tipológica es amplia, y no faltan las copias por alfareros locales de estos productos (BAILEY 1972, 17; PAVOLINI 1982, 292), pero nunca llegando a obtener la calidad de este tipo de vajillas, no constituyendo por tanto competidores del mercado del Ática. A pesar de esta afluencia constante y bien documentada de lucernas egeas, la duda que surge inmediatamente es si estos productos eran capaces de satisfacer la demanda y porcentualmente ser capaces de cubrir las necesidades, evidentemente imprescindibles, de la población ibérica en el ámbito doméstico. Es decir, hasta qué punto las lucernas griegas de importación constituyeron en el mundo ibérico elementos estrictamente funcionales, frente a ese carácter de productos “de lujo” que normalmente atribuimos al resto de las formas cerámicas en el repertorio de la vajilla ática.

La solución a este problema lo debamos quizás tener que buscar en la existencia de medios alternativos de iluminación. Un caso análogo al nuestro lo tenemos documentado en la Italia tirrénica (zona etrusca y lacial) de estos momentos pre-helenísticos, cuando la carencia de un recipiente específico destinado a la iluminación cotidiana es patente (PAVOLINI 1982, 291-292), hasta la mitad del s. III a.C. que es cuando comienzan a documentarse los primeros tipos de producción itálica. La inexistencia de lucernas, tanto importadas como de producción local aboga en estos contextos por la existencia de medios de iluminación en materiales deperibles que no dejan indicios arqueológicos (velas, teas, antorchas). Este dato unido a la no disponibilidad de aceite de oliva en exceso para destinarlo a la iluminación se tradujo en la proliferación en el uso de las grasas animales, las resinas vegetales..., y sólo en época posterior, cuando esta materia prima abundase, la difusión de la lucerna de aceite la tendríamos que

observar en proporcionalidad directa al cultivo del olivo, tal y como en su momento señaló Tarradell (1975).

La única forma cerámica que ha sido interpretada como posible lucerna es un tipo de cuenco en barniz negro documentado en Itálica (LUZÓN 1972, 33-39) procedente del Pajar del Artillo. La morfología de la pieza no parece contradecir tal posibilidad, pero en cualquier caso continúa tratándose de piezas de importación y no recipientes de manufactura local. Recipientes de estas características y en cerámica ibérica son frecuentes. Por tanto, el tema de las lucernas en el mundo ibérico constituye, por el momento, un tema abierto a discusión. En este mismo intervalo cronológico pero en contextos baleáricos conocemos imitaciones de lucernas en el Talayótico final menorquín. Se trata de dos piezas, datadas en los s. IV-III a.C., procedentes de los yacimientos de Torre d'en Gaumés y de Torelló que constituyen copias de producción local de lámparas que morfológicamente debemos considerar como dentro del mundo helenístico (PLANTALAMOR 1986, 381, Fig 2, nº 10-11). Imitaciones como estas tendremos también que ir a buscarlas en yacimientos ibéricos, y sin lugar a dudas las encontraremos.

La siguiente cuestión a tratar es el problema de las lucernas itálicas de barniz negro. Las matizaciones cronológicas aportadas por las actuaciones arqueológicas en Roma a los materiales procedentes de la necropolis del Esquilino han permitido precisar la fecha del 250 a.C. aprox. como la de aparición de las primeras formas de lucernas en barniz negro. Sin embargo, parece que hasta el 180 a.C. no comienzan a ser distribuidas, via marítima, al occidente mediterráneo (PAVOLINI 1987, 140-141). Curiosamente y a pesar de los capitales estudios de las dos últimas décadas sobre las producciones de barniz negro que han cristalizado en la aparición de las obras de Morel, hoy ya consagradas y de referencia obligada, el tema de las lucernas ha permanecido olvidado de la mano de dios. Extraña pues que, conscientes de la validez de esta clase cerámica como auténtico fósil-director de la romanización en el imperio romano occidental, las lámparas en barniz negro no hayan recibido la atención que merecen. Esta dejadez ha llegado hasta tal punto que incluso hoy en día carecemos de una obra ya bien definida que permita la clasificación tipológica de este tipo de materiales⁸. En la Hispania romana los conjuntos de materiales de barniz negro son ya conocidos desde antiguo, algunos de los cuales han sido recientemente revisados (ROMERO 1990; PUYA 1991). Sin embargo observamos como los datos aportados por A. Ricci en 1973 no son aquilatados lo suficientemente con referencias estratigráficas procedentes de con-

⁸No faltan claro está, conatos de tipologías sobre las lámparas en barniz negro. La más completa y no superada hasta la fecha es la de Ricci (1973), y también debemos destacar la clasificación sobre los materiales de Lattes (ESPÉROU 1978, *passim*). Desde un punto de vista morfológico, aún recurrimos a los grandes repertorios orientales (HOWLAND 1958; BRONEER 1930, 1977) a estos efectos.

textos hispanos.

El resultado es la imposibilidad de conocer la existencia de producciones locales de imitación, debiéndonos pues limitar a la clásica distinción tripartita de Lamboglia para el mundo de las campanienses.

Uno de los aspectos más importantes a tener en cuenta es la potencialidad de datación que ofrecen estos tipos, en función de su materia constitutiva. Así pues, si en algún caso de las lucernas de barniz negro estas sólo se documentan en esta clase cerámica⁹, otros tipos los conocemos tanto en barniz negro como en cerámica común con engobe bien negro o rojizo¹⁰.

Un tipo frecuente en la península es el cilíndrico del Esquilino. La problemática que esta forma plantea radica en la imposibilidad de distinguir por el momento entre las piezas de producción itálica y aquellas de manufactura púnica. Si bien se han considerado hasta la fecha como cartaginesas aquellas lucernas de este tipo que tenían un signo de Tanit decorando el rostrum (PAVOLINI 1981, 151-152), este criterio no es válido, ya que no todas las lámparas procedentes de Cartago y de supuesta producción local llevan este motivo de marcada raigambre púnica¹¹. Por tanto debemos atender al tipo de contexto arqueológico -itálico o norteafricano- y a los materiales asociados antes de proceder a la atribución de la pieza a una u otra área de producción.

Otra forma de gran interés es el tipo conocido como Ricci G o lucerna "a decorazione radiale" (Fig. 3, 3). Se trata de nuevo de un tipo de producción itálica, del cual se han encontrado defectos de cocción en Reggio Calabria y del cual también se ha presupuesto su fabricación en Sicilia, en extrema conexión con la Campaniense C (PAVOLINI 1981, 159-160, notas 84, 86). En la capital de la Bética también se ha documentado la actividad de un taller que fabricó lucernas de estas características, activos del 125- 30 a.C. (MORENO 1990; en prensa). De nuevo la presencia de arcillas grises y revestimientos grisáceos o negruzcos no permite distinguir claramente entre las imitaciones locales y las importaciones,

⁹ Como por ejemplo, las lucernas apulas o las bicónicas del esquilino así definidas por Pavolini (1981, 141-149).

¹⁰ Tal es el caso, por ejemplo, del segundo tipo de la tabla tipológica de Dressel. Esta forma nos permite observar claramente como los talleres emisores de Campaniense A van a influir sobre los que luego, aún habiendo eliminado el tipo de revestimiento en barniz negro de marcado carácter helenístico, van a producir las mismas formas pero ahora con engobes de diversas tonalidades (cfr. respectivamente una Dr.2 en Campaniense A, otra en cerámica común con engobe negro y una tercera también en cerámica común y con engobe rojo, BERNAL, prensa c, nº 13, 11 y 9 respectivamente).

¹¹ Además, hemos de tener muy presente que la posibilidad de elaborar productos mediante el surmoulage permitía copiar no sólo la morfología de la pieza, sino también los motivos decorativos. Este ejemplo lo tenemos muy bien documentado en las lucernas del Museu Nacional Arqueològic de Tarragona, en el que tenemos copias de lucernas de estas características por el procedimiento del sobremolde, algunas de ellas también con el signo de Tanit. En estas piezas resulta francamente problemático establecer el área de producción (BERNAL 1993, prensa c).

máxime en asentamientos cercanos al área cordobesa en la que se han documentado estos restos.

Junto a estos tipos, también debemos citar la reciente identificación de un taller de lucernas del tipo Dressel 4 en Herrera de Pisuerga, en función del estudio de las características tecnológicas de las piezas, ya que no han sido halladas dependencias industriales en el yacimiento (MORILLO 1992, 168). Constituye pues un elemento más que nos induce a cuestionar el carácter de importación de todas las piezas de estas características halladas en la península. De ellas hasta la fecha no se había siquiera cuestionado su posible manufactura peninsular.

ALTOIMPERIO

Vamos a abordar la problemática de las producciones de lucernas altoimperiales desglosándolas en dos grandes familias, las producciones de volutas y las de disco.

Conscientes ya de la existencia en algunos contextos hispanos de lucernas de volutas de fabricación local, el primer problema que se plantea es el inicio en la producción de dichas copias. Son pocos los datos con que contamos a estos efectos, pero parece ser que ya comienzan a aparecer indicios de producciones locales en épocas tan tempranas como principios del s. I d.C. Tal es el caso de las lucernas del tipo Dressel 9 A (y posiblemente B) documentadas en Herrera de Pisuerga procedentes de niveles bien fechados estratigráficamente en torno al cambio de era y en época tiberiana en base a su asociación con TSI, así como las Dressel 12/13 procedentes del mismo yacimiento en contextos de nuevo tiberianos (MORILLO 1992, 166). Asimismo, las lucernas recientemente documentadas en el Pasatge Cobos de Tarragona. Se trata de lucernas de volutas procedentes de un vertedero de alfar con materiales de paredes finas, cerámica común y vidrio y que posiblemente también son de producción local, en un contexto aproximadamente de mitad del s. I d.C. (TARRATS, prensa)¹².

Los indicios con que contamos indican que los matices cualitativos tanto de la pasta como de los revestimiento de las piezas de producción hispana son prácticamente idénticos a los de las piezas itálicas de importación. Es decir, se trata de piezas con pastas muy depuradas de tonalidades blanquecinas-amarillentas con engobes rojos-marrones oscuros y bastante adherentes. Estas mismas características macroscópicas son propias de otros talleres provinciales, como es el caso de las alfarerías galas documentadas en Montans, instalaciones en las que las lucernas y la TS de producción local son muy similares (BERGÈS 1989, 25-26).

¹² Los materiales aún están en estudio, pero todos los indicios parecen apuntar en esta dirección.

En estos casos se nos plantea una doble interpretación. Bien se trata de alfareros autóctonos que tratan de imitar los productos itálicos de moda en el mercado, dando lugar a productos de muy buena calidad y con engobes similares, bien se trata de alfareros itálicos establecidos en la península que continúan fabricando productos con todas las peculiaridades de las producciones itálicas pero en terreno hispano. Por el momento parece que el segundo supuesto es el más acertado.

Para solucionar tal problema, y conscientes de que el análisis macroscópico, dado el elevado gradiente de depuración de las pastas, no aclara mucho al respecto¹³, hemos de recurrir a la analítica fisico-química para tratar de distinguir entre las importaciones y los productos de producción local.

Otra cuestión de gran importancia son las estrechas relaciones que podemos documentar entre los talleres de lucernas y los talleres de vajillas finas de mesa. Esta íntima vinculación entre unos y otros la podemos rastrear a través del estudio de los motivos decorativos. Es precisamente en los dos primeros siglos de nuestra Era cuando las lucernas arquieren una mayor profusión de elementos decorativos, sobre todo en la zona del disco. La existencia de motivos totalmente idénticos en lucernas y en piezas de terra sigillata evidencia una relación evidente entre los productores de ambas clases cerámicas, en aquellos casos en los que los artesanos no fuesen los mismos ejecutores de ambas producciones. Esta relación ya fue planteada hace años por Fremersdorf (1922, 136), tenida en cuenta con posterioridad por M. Vegas (1966, 83) y más recientemente en Hispania al proceder a realizar estudios iconográficos con este tipo de materiales (PUYA 1983, 205-207). Sin embargo, este elemento de interrelación entre ambas producciones no ha sido abordada en profundidad, y mucho menos en el caso de la TS hispánica. Es pues una de las vías de investigación que se presenta muy fructífera, dado el elevado valor cronológico que proporciona la TS, y su interés en la asociación con el mundo de las lucernas.

Otro tema a tener en cuenta es la problemática de la ubicación geográfica de los talleres de lucernas valiéndose de las marcas-firmas presentes en las lámparas, que de nuevo es en esta época cuando alcanzan su mayor profusión. Limitándonos al caso de los complejos alfareros hispanos, hemos de hacer referencia obligada a los trabajos del Dr. Balil. El primer problema inherente a la elaboración de grandes listados de marcas-firmas es la mezcla de materiales con procedencias totalmente diversas. Un porcentaje muy elevado de las lucernas objeto de análisis proceden de colecciones museísticas, en las que las circunstancias del hallazgo aparecen, en no pocas ocasiones, inciertas. Esto origina una perturbación notable a la hora de proceder a elaborar mapas de distribución de las firmas de los

¹³ Por esta razón, los estudios de tipo mineralógico-petrográfico no son muy efectivos, ya que los desgrasantes son de tamaño muy reducido y las pastas bastante homogéneas.

talleres. Un segundo problema estriba en el usual método de fabricación de las piezas: el sobremolde. Mediante este sistema, no sólo se copiaban las partes superiores de los recipientes, sino que también se efectuaban copias de las valvas inferiores de los mismos. Así pues, en el caso de que una lucerna llevase firma, ésta misma aparece impresa en el nuevo molde obtenido por este método, y por tanto las piezas que de él se extraigan van a originar la mezcla de los productos. Un problema que deriva directamente de éste es, como ya ha sido señalado (AMARE 1987, 56), el plagio de las firmas conocidas y prestigiosas por parte de complejos alfareros de menor entidad que tratarían de conferir más entidad a los productos manufacturados en sus talleres. Para tratar de aclarar este segundo supuesto del plagio, tratando de diferenciar los diversos talleres que sellan sus productos con la misma firma hemos de recurrir a criterios paleográficos y a las diferencias formales entre unas y otras cartelas del mismo alfarero, tal y como ha realizado J. Bonnet en el caso de algunos talleres altoimperiales (1988). En este sentido se observa claramente en el caso de algunas firmas cómo la presencia de algunas variantes paleográficas en determinadas piezas unida a la distribución geográfica dispar de las mismas respecto al resto de la producción del taller, han permitido aventurar la existencia de sucursales provinciales de un taller¹⁴. Otro grave problema reside en la tentativa de ubicación de una red de taller/es en función del análisis de los mapas de distribución. Este es un punto a tomar con mucha cautela, teniendo en cuenta que muchas veces sólo contamos con pocas decenas de firmas sobre cada taller distribuidas geográficamente y que una concentración mayor o menor en una zona determinada puede ser ocasional, evidenciando por ejemplo una exportación más o menos intensiva o simplemente la publicación de los repertorios en esa zona determinada y no en la zona primigenia de origen.

Antes de pasar a considerar la problemática de la segunda gran familia de lucernas, las producciones de disco, nos vamos a detener en el caso de las Firmalampen. La problemática de estos tipos de producción noritálica en principio queda claramente reflejada en la zona NO de la Península. La importación de lucernas de estas características (tipos Loeschcke IX y X) se asocia generalmente a la presencia de unidades militares, como ya se visto en muchos casos. Sin embargo, junto a estas primeras importaciones de Firmalampen emitidas por talleres del Valle del Po, van a ser los propios talleres centroitálicos los que comiencen a imitar estos productos y a proceder a su exportación masiva al Occidente mediterráneo. Ambas producciones son fácilmente distinguibles a nivel

¹⁴ Un ejemplo muy ilustrativo lo constituye el caso de la firma C.OPPI.RES., a través de cuyo estudio se ha podido aventurar la existencia de un taller itálico, y posibles talleres gálicos y africanos que obtuvieron las piezas por sobremolde (BONNET 1988, 204-205).

macroscópico gracias a la diversidad entre las pastas de los talleres itálicos norteños y los campano-laciales (BAILEY 1980, 271-290). A la península llegan tanto los productos originales, como las copias centroitálicas¹⁵, y además contamos con una/s producción/es hispanas. Este hecho, ya intuido por Balil (MAÑANES-BALIL 1974-5), fue testimoniado más tarde por Amare en Turiaso (AMARE-BONA-BORQUE 1983), y recientemente evidenciado en la Galicia romana (NAVEIRO 1991, 51). En esta última zona, contamos con toda una serie de Firmalampen consideradas como de producción local, que conviven con otras producciones locales de modelos “propios de la alfarería indígena” y otras lucernas abiertas tubulares, que parece ser que desde mediados del s. I d.C. y durante el s. II d.C. son producidas por talleres Bracarenses (NAVEIRO 1991, 53-54).

El segundo gran grupo de lucernas es el que genericamente conocemos con el epíteto de lucernas de disco. Los tipos más frecuentes de lucernas de disco (Dressel 17, 18, 19, 20, 21, 24, 27-28) van a ser producidos ya desde mediados del s. I d.C. en la península itálica. Por su parte, la actividad de los grandes talleres del Norte de Africa comienza ya a despuntar a mediados del s. II d.C., pasando a ser de zona importadora de lucernas itálicas en principio, a productora y masiva exportadora de lucernas en toda la cuenca mediterránea (PAVOLINI 1987, 150). La presencia de algunos elementos característicos de las lucernas de producción tunecina (como los estrígilos en las margenes o la típica fórmula EX OFFICINA previa a la mención del taller) permiten rastrear estas producciones en el Imperio, pero el problema se presenta con las lucernas anepígrafas y anicónicas. Discernir pues la zona de origen de una lucerna de disco de estas características es más complejo. La variedad de pastas de los talleres africanos es amplia, y en esto se diferencia de los talleres itálicos, que aún conservan la uniformidad de época anterior. Notamos no obstante, la presencia de una mayor cantidad de materiales africanos de esta primera época en contextos hispanos, hecho que debemos poner en íntima conexión con la comercialización del aceite de la P. Proconsularis y el comercio subsidiario de éste de las vajillas finas de mesa de producción africana (TS africana A1 y A2). Es decir, previamente a la llegada masiva de las lucernas también en TS africana que van a invadir desde el s. IV d.C. el mercado mediterráneo tenemos toda una serie de materiales que aprovechado estos mismo circuitos comerciales pero en época anterior (s. II-III d.C.) va a ser canalizado hacia la península ibérica¹⁶.

¹⁵ En estos casos en los que se trata de productos de importación, que a su vez en su área de producción se limitan a copiar los productos de otros talleres, preferimos denominarlas con el epíteto de “Imitaciones de importación”, a fin de distinguirlas de los productos originales. Así pues, en este caso, a las Firmalampen fabricadas en talleres centroitálicos, las denominamos “Imitaciones centroitálicas de Firmalampen de importación”.

¹⁶ Este hecho es fácilmente rastreable mediante el análisis de la presencia de lucernas firmadas correspondientes a talleres africanos de esta época, como AGRI, AUGENDI, LUCANI..

Por último, notar como ya comenzamos a tener más datos sobre producciones de lucernas vidriadas, normalmente con revestimientos color verde, y sobre las cuales el propio Balil ya había llamado la atención (1984, 192-3). Se trata de piezas cuyos prototipos debemos buscarlos en el mundo próximo oriental. Pronto estas producciones van a ser fabricadas por talleres itálicos durante el s. I d.C., y a su vez también surgirán talleres provinciales, como los gálicos, béticos y renanos ya documentados, activos fundamentalmente durante el s. I d.C. y II d.C. al menos en cuanto a fabricación de lucernas se refiere, ya que la emisión de otros tipos de vajilla se mantiene hasta el Bajoimperio (CASAS-MERINO 1990, 142). A las piezas ya conocidas de Elche, Itálica, Córdoba, Cerro de Los Infantes (Granada), Pamplona, Calatorao, Bilibis, Caesaraugusta, Mataró y Tarragona (AMARE 1984, 24), debemos citar las tres piezas procedentes de Ampurias, dos del tipo Dressel 12/13 y una de un tipo de volutas/disco indeterminada, una más documentada en la villa gerundense de Tolegassos, correspondiente a una Dressel 20 y otra procedente de la villa de Torre Llauder (Mataró). Este último grupo de 5 piezas ha sido considerado como un producto de talleres itálicos (CASAS-MERINO 1990, 145-147).

Tampoco entramos a discutir la problemática de las lucernas de vidrio, que se han documentado en algún contexto peninsular (ALARCÃO 1976, 197), pero que tampoco siguen normalmente los cauces de las lucernas de cerámica. Sin embargo, queremos llamar la atención sobre este tipo de piezas, que si no muy frecuentes, sí importantes, pues testimonian un comercio normalmente con Oriente, difícil de rastrear analizando otras producciones¹⁷.

BAJOIMPERIO

Las últimas producciones de lucernas de disco plantean una problemática formal específica, pues la variabilidad morfológica es notable. Frente a algunos tipos bien definidos como es el caso del Dressel 24 o 28, tenemos toda una serie de formas de clasificación problemática. La razón de ello es que el elemento diagnóstico fundamental a efectos tipológicos, el rostrum, presenta una variedad de matices que no ha permitido por el momento el establecimiento de una correcta

¹⁷ Baste a estos efectos consultar las dificultades en la clasificación de estos tipos de disco tardíos que podemos advertir en el trabajo de Palanqués, que considera un "tipo de incisión cuadrangular" (1984-85, 151-152), en la poco fructífera clasificación de Amare (1988, 43-45), que al hablar de su Grupo IV,3 hace referencia a una forma (variante E) "con rostrum sin delimitar", o más recientemente aún los trabajos de la propia Palanqués, que a la hora de clasificar sus tipos de disco tardíos recurre a tipologías diferentes para hacer referencia a cada forma, dada la inexistencia de una sola que recoja todos estos tipos y sus variantes (PALANQUÉS 1992, 277).

seriación.

Otro de los puntos a abordar es la existencia de una gama amplísima de formas en cerámica común con engobe propias del mundo de la Antigüedad tardía. Normalmente al hablar de contextos posteriores al s. III d.C., siempre se asocian a la presencia de lucernas en TSA, constituyendo la aparición este tipo de materiales de producción africana el testimonio fehaciente de la presencia de un contexto tardorromano. Sin embargo, y tal y como hemos señalado en otra ocasión (BERNAL, prensa a), contamos con toda una serie de tipos tardíos de importación, normalmente desconocidos o no identificados. Veamos los principales de manera concisa.

– LUCERNAS AFRICANAS TARDÍAS EN CERÁMICA COMÚN (Fig. 4, 1-2)¹⁸: se trata de una serie de tipos de manufactura africana que durante el s. III van a llegar al occidente mediterráneo, y por tanto a la península ibérica. Nos referimos a las lámparas tipo Deneauve XA-C¹⁹, frecuentes en la Península ibérica y datables del s. II a mediados-finales s. III d.C. (DENEAUVE 1969; BAILEY 1988). Tal es el caso de las documentadas en el Foro de Pollentia (PALANQUÉS 1992, 27, nº 162-169), las procedentes de Tarragona (PALANQUÉS 1984-5 157, nº 4-5; BERNAL 1993, prensa c, nº 224-6), las del Tossal de Manises (OLCINA 1991, 72-74), o las de Vilauba (CASTANYER-TREMOLEDA-ROURE 1990, 172), por citar algunos casos.

Además de estos contamos con otros tipos tales como la Deneauve XI A de f. s. III- p. s. IV (DENEAUVE 1969, 220), como el de Pollentia (PALANQUÉS 1992, 45) o el del Tossal de Manises (OLCINA 1991, 76), así como la variante B de esta misma forma (REMESAL 1974, 565, nº 21).

Las lucernas conocidas como “Fat globule lamps” o Dressel 30 son también muy frecuentes en la Península, las cuales pueden incluso llegar hasta el s. V d.C. De producción itálica y africana, también parece ser que fueron emitidas por talleres hispanicos, tal y como se deriva del reciente hallazgo de un molde destinado a fabricar piezas de estas características en la villa romana de Puig Rodon en un contexto tardorromano²⁰ y a sociado a ánforas orientales (NOLLA-CASAS 1990, 210).

También tenemos una serie de piezas compuestas, que podemos calificar de excepcionales, pues prácticamente son únicas. Se trata de una lucerna del tipo Deneauve X A con un soporte longitudinal adherido y una pieza formada por dos lucernas de disco colocadas a ambos lados de un cuerpo central en forma de ara.

¹⁸ En estos casos sí citamos paralelos en Hispania dada la escasez de los mismos.

¹⁹ Estas han sido objeto de un análisis iconográfico reciente, dada la riqueza iconográfica de sus representaciones. *cfr.* CARRETERO 1991, 91.

²⁰ Se halló en la Fase IV, pero en un contexto de amortización, y por tanto en uso en la Fase II-III, y por tanto entre el s.III y el 450 d.C.

Proceden de un nivel bien datado estratigráficamente muy poco antes del último cuarto del s. III d.C., en función de su asociación a vajilla fina de mesa africana y a monedas. (CASTANYER-TREMOLEDA-ROURE 1990, 189).

— LUCERNAS ARGELINAS DE CANAL CURVO (Fig. 4, 9)²¹: constituyen un grupo de lucernas también en cerámica común caracterizadas por la presencia de un canal curvo que une el rostrum con el disco. Otra característica no siempre presente pero muy significativa es la ornamentación de las margenes, bien a base de motivos decorativos muy peculiares, tales como eses entrelazadas, motivos espigados o círculos concéntricos, bien mediante inscripciones. Estas inscripciones (EMITE LUCERNAS/COLATAS ABASSE) han generado bastante discusión, pues han sido consideradas como alusivas al precio del objeto durante mucho tiempo. Recientemente, se ha demostrado que se trata de una alusión al taller de producción, y se ha ratificado la producción de las mismas en la Mauritania Cesariense, en una cronología que oscila entre el s. IV-V d.C. (BUSSIERE 1992, 205).

— LUCERNAS TRIPOLITANAS (Fig. 4, 7): este tipo de lucernas no goza de gran difusión en el Mediterráneo occidental, limitándose normalmente a Italia, a la costa africana central y oriental y al ámbito del Egeo. Llegan esporádicamente a la Península ibérica, hasta el momento sólo en la forma Atlante XV, estando documentada en Alicante, Tarragona y Mallorca²². Se centra en contextos de s. IV-V d.C. (ATLANTE I, 205).

— LUCERNAS GRIEGAS TARDÍAS (Fig. 4, 8): también llegan a la Península ibérica, aunque a tenor del escaso número de hallazgos en proporciones reducidísimas, lucernas de disco fabricadas en Grecia. El tipo documentado se corresponde con una Dressel 24 posiblemente corintia o ática procedente del teatro de Tarragona (BERNAL 1993, en prensa, nº 237). También tenemos constancia de materiales griegos, en este caso posiblemente corintios, procedentes de Ceuta, aún inéditos²³. El intervalo de aparición de este tipo de piezas oscila del s. II al III d.C., y su presencia en contextos occidentales debemos asociarla a la distribución de la cerámica corintia decorada a molde, a la presencia de ánforas egeas cada vez mayor en contextos occidentales y tal vez, dada su poca difusión a otros tipos de cerámica ateniense sincrónicos (ATLANTE I, 253-256).

— LUCERNAS ORIENTALES: por el momento las referencias a producciones próximo orientales son prácticamente inexistentes en Hispania²⁴ (JÁRREGA

²¹ Para tener una idea de la dispersión de estos productos en Hispania, *cfr.* el trabajo de Bussiere (1992, 197) y también Bernal (prensa a).

²² Las referencias bibliográficas recogidas en JÁRREGA 1991, 84.

²³ Agradecemos al Dr. E.Fernández Sotelo la notificación de su hallazgo, así como haberme permitido la consulta de los mismos.

²⁴ Una lucerna de la colección del M.A.N. procedente de Córdoba ha sido considerada indistintamente como producto de un alfar tardío peninsular o como un producto oriental (MODRZEWSKA

1991, 87). Sí tenemos constancia de lucernas orientales (coptas, bizantinas, de tipo catacumbal, etc.) en colecciones españolas, todas ellas procedentes de compras o donaciones (BERGES 1963, 239-240, nº 6-11; MODRZEWSKA 1988, 32-35, nº 38-53; ZARZALEJOS, prensa, fig. 6, 2²⁵), pero ninguna de contexto arqueológico hispano. Sin embargo, no es de extrañar la presencia de las mismas y su futura documentación en contextos hispanos, máxime en un momento en el cada vez con más frecuencia vamos conociendo datos acerca de producciones de vajilla fina de mesa y ánforas procedentes del Mediterráneo oriental y de la costa sirio-palestina.

— LUCERNAS VANDALAS (Fig. 4, 4): se trata de lucernas circulares de las que se conoce una producción posiblemente en TSA D1, fechable de 1/2 s. V a f. s. VI d.C. y otra en cerámica vidriada más tardía y de la que no nos ocuparemos aquí. De la primera tenemos documentado un ejemplar en Pollentia, desgraciadamente sin contexto estratigráfico. Las referencias a ambas producciones han sido recientemente recogidas por Palanqués (1992, 47-48).

Pasemos ahora a los materiales tardíos de producción local, hispana en nuestro caso.

— LUCERNAS DE TSHT (Fig. 3, 6): en directa dependencia de los talleres emisores de la terra sigillata hispánica tardía, la Dr. Amaré identificó hace pocos años una producción de lucernas datable en los s. IV-V d.C. (1988, 47-48). Se documentaron dos morfologías diferenciadas: una era básicamente un recipiente circular con gran infundíbulo (aunque hay variantes mono y bilychnes de este tipo) y la otra un tipo naviforme con peana. A partir de entonces se ha incrementado el nº de hallazgos, así como la dispersión geográfica que ya supera los límites propuestos en principio²⁶.

— DRESSSEL 28 (Fig. 3, 7): las características peculiares de un grupo de lucernas cordiformes (gran moldura alrededor del disco, decoración en las margines a base de hojas de vid alternantes con pámpanos, peltas o tallos entrecruzados...) nos han inducido a considerarlas como productos de manufactura local. La cronología de estas piezas, en función de sus atributos morfológicos exclusivamente, debemos centrarla en los s. II-III d.C., aunque posiblemente perduren más. La distribución geográfica de estos materiales, presentes en casi una veintena de

1988, 23 y 55), tal y como ya hemos señalado en otro lugar (BERNAL 1990-91, 151), induciendo por tanto a error. Nosotros no nos inclinamos acerca del área de procedencia al ser una pieza aislada de la que, por el momento, no conocemos paralelos.

²⁵ En este caso se trata de una pieza depositada en Museo y de procedencia incierta pero, según la autora, siempre dentro de la provincia de Toledo. Al ser un dato aislado lo tomamos, de momento, con las reservas oportunas.

²⁶ Para un resumen y una recopilación bibliográfica sobre las lucernas en TSHT, cfr. BERNAL 1991-92, 154. La dispersión espacial de las piezas llega a los límites costeros de la tarraconense (JÁRREGA 1992, 102, fig. 9; BERNAL, prensa c).

yacimientos en la Bética, y también documentados en la Tarraconense (Tarragona, Graccuris, Calahorra) hace difícil, por el momento, aventurar una zona de producción determinada²⁷.

— LUCERNAS DE PRODUCCIÓN INCIERTA: como último apéndice contamos con una serie de lucernas tardías procedentes de diversas localidades de Albacete (Ontur, Hellín Balazote, Higuera y Villalgordo del Júcar) cuya filiación resulta ciertamente problemática, y que en algunos casos nos induce a plantearnos la posibilidad de su manufactura local. Sin embargo, este tipo de piezas requiere un estudio más detallado (SANZ-GALLEGO 1982, nº12-14 y 17-23). En un contexto similar debemos colocar una serie de piezas de Pollentia, de filiación problemática (PALANQUÉS 1992, 279, nº 763, 772).

Quisiéramos también hacer mención al tema de las imitaciones de lucernas africanas. En principio, debemos comentar que las imitaciones que se producen en la península ibérica no son las típicas imitaciones de este tipo de piezas manufacturadas de forma masiva en la Península itálica, conocidas ya como tipo Bailey S (1980, 383-388, nº 1429-1433). Se trata de imitaciones que copian las formas de las Atlante VIII y de la Africana Clásica (Atlante X), pero según parece destinadas a satisfacer una demanda local y en ningún caso, a la luz de los datos que poseemos, orientadas al mercado regional o a la exportación. La dispersión geográfica de estas imitaciones es cada vez mayor, encontrándose documentadas no sólo en las zonas del interior, en la que existe el problema añadido de la dificultad-poca rentabilidad de la penetración al interior, sino también en numerosos yacimientos costeros. A tales efectos, baste citar los materiales procedentes de Algeciras, Alicante y la propia Tarragona (BERNAL 1991-92).

CRONOLOGIAS

El último tema que consideramos oportuno tratar es el de las tremendas perduraciones cronológicas de algunos materiales en contextos hispanos. Uno de los problemas fundamentales que han imposibilitado la documentación hasta la fecha de este fenómeno en Hispania ha sido el tipo de estudio realizado con estos materiales. La investigación en Hispania se ha limitado al estudio de las lucernas desde un punto de vista tipológico, iconográfico o epigráfico, y el problema fundamental a nivel cronológico es que la mayoría de los estudios hasta la fecha ha tratado con materiales parcialmente descontextualizados: colecciones de museos, donaciones... Así pues una práctica constante en los estudios específicos sobre lámparas romanas en Hispania hasta la fecha, salvo elogiados casos muy recientes,

²⁷ Estas cuestiones están más desarrolladas en un trabajo reciente, aún inédito (BERNAL, prensa).

es la carencia de referencias de tipo estratigráfico y la no asociación de las lucernas con otros tipos de materiales a efectos cronológicos. Esto ha inducido a la aplicación de cronologías procedentes de otros países europeos o de actuaciones arqueológicas de los mismos en otras zonas geográficas (Norte de Africa), fundamentalmente Alemania e Italia. Este fenómeno se traduce en la adopción de las dataciones sin proceso de filtración de las mismas, con los consecuentes errores.

La perduración a nivel provincial de determinados tipos de lucernas, hecho ya advertido en otras zonas del imperio como es el caso de Suiza (LEIBUNDGUT 1977)²⁸, constituyó la espoleta que indujo a no pocos autores a plantearse la validez cronológica de las cronologías en boga hasta el momento. Así pues, ya desde finales de los años 60 se comenzó a plantear la validez de las lucernas como fósil-director (PONSICH 1961; y más recientemente MORILLO 1990, 144-145), y hoy en día debemos tomar las dataciones con mucha cautela y considerarlas orientativas, sobre todo en cuanto se refiere al intervalo final de las mismas, es decir, a su perduración en los contextos de exportación. A estos efectos, la clasificación de Provoost podía parecer excesivamente laxa en cuanto a la datación de algunos tipos se refería²⁹.

En cuanto a contextos hispanos se refiere, son precisamente estos años los que están aportando secuencias estratigráficas cada vez más precisas, sobre todo gracias a las dataciones de las vajillas finas. Debemos pues contrastar las fechaciones aportadas por estos materiales (sigillatas en general) con las clásicas atribuidas a los diversos tipos de lucernas, pudiendo con ello observar las pervivencias. Veamos algunos ejemplos que permiten ilustrar este panorama.

En el caso de los primeros tipos de lucernas típicamente romanas es sintomática la reciente documentación de la perduración de un tipo en Herrera de Pisuerga (Palencia). Se trata de lucernas del tipo Dressel 4 halladas en contextos de época tiberiana, y en porcentajes similares a los de época precedente -fechas augusteas- que son las que se atribuyen normalmente a este tipo de materiales (MORILLO 1992, 166).

Las recientes actuaciones en la villa romana de Tolegassos (Viladamat, Gerona) han permitido constatar algunos contextos bien fechados estratigráficamente en función de la TS africana (CASAS-ROCAS 1989). Citamos a continuación exclusivamente las lucernas que, procedentes de diversas unidades estrati-

²⁸ Concretamente en el caso de algunos tipos de Firmalampen que allí perduran hasta el s.IV d.C. y otros de volutas, como el caso de las Dr. 14, que se documentan en contextos hasta de mitad del s.II d.C.

²⁹ Tal es el caso del tipo Dr. 28, que normalmente aparecen fechadas en contextos de s.II-III y que sin embargo él data hasta el s. IV d.C.; asimismo se aprecia claramente en el cuadro comparativo tipológico-cronológico de Morillo, en el que mientras se observa como para algunos tipos las dataciones coinciden perfectamente entre unos autores y otros, sin embargo en el caso de otros se prolongan más tiempo, hecho debido sin duda alguna a las perduraciones a nivel provincial (1990).

gráficas de este yacimiento, permiten ampliar la cronología tradicionalmente propuesta para esos tipos:

— Conjunto de dos Dressel 19, once Dressel 20, una Loeschcke X y cuatro fragmentos de lucernas de disco indeterminadas³⁰ procedentes de la US 2080, datada entre el 175-200 d.C., cuando normalmente las dataciones tradicionales los ubican entre el 50-150 d. C³¹. Estas lucernas de disco proceden de talleres africanos, tal y como las marcas ATILIANI, CIUNDRAC y EX OFI/HORTE/NSI parecen corroborar.

— Dos lucernas del tipo Dr. 20 y dos fragmentos de lucerna de disco (nº 35 y 44) procedentes de la US 2004, datada entre f. s. II y la primera mitad del s. III d.C., de nuevo una datación más tardía. El resto de materiales de esta unidad estratigráfica (firmalampen) concuerdan con las cronologías tradicionales.

— Una Dr. 28 (nº 40) y una Dr. 9A (nº 48) halladas en la unidad estratigráfica 2077, datada en el s. IV-V d.C., La primera oscila normalmente en contextos de s. II-III d.C., mientras que la segunda pieza, propia del s. I d.C., ha sido considerada como residual por los autores³².

Otro yacimiento sintomático donde se ha podido documentar perfectamente el fenómeno de las perduraciones es la propia capital de la Tarraconense. Son dos los ejemplos que traemos ahora a colación:

— La Necropolis Paleocristiana ha proporcionado una gran cantidad de material lychnológico procedente de las diversas fases de la misma, algunas de ellas en contacto directo con las sepulturas, en las cuales se hallaban las piezas formando parte del ajuar, tal y como apunta la Dra. del Amo (1979, 129). A pesar de los problemas de asociaciones entre las diferentes producciones cerámicas y la carencia de referencias de tipo estratigráfico, ya que se trata de una intervención arqueológica de las primeras décadas de nuestro siglo, son algunas las correlaciones que hemos podido establecer. Según la reciente revisión de las cerámicas de producción africana de este yacimiento, la actividad de la misma parece oscilar entre principios del s. II hasta mediados del s. V d.C., aunque algunos materiales porcentualmente muy escasos se prolongan hasta f. s. VI- p. s. VII d.C. (AQUILUÉ 1990, 709, Cap. VI). Por su parte, del Amo considera el conjunto de lucernas exhumadas en la necrópolis como procedentes de los niveles inferior y medio de la misma, que la propia autora data, en función del estudio de la numismática, los epígrafes y la cronología relativa extraída de la superposición de los enterramientos, de la

³⁰ La identificación de algunas piezas como posiblemente Deneauve VIIIB y X B no nos parece del todo acertada.

³¹ En cambio la Firmalampe no distorsiona a nivel cronológico, pues es frecuente hallarlas en contextos fechables hasta el s. IV d.C.

³² Todos estos datos han sido extraídos del inventario de piezas presentado por los autores (CA-SAS-ROCAS 1989, 84).

segunda mitad s. III- mediados s. IV el primero y de mediados del s. IV a mediados del s. V d.C. (DEL AMO 1979, 260-264). Así pues tenemos toda una serie de 32 lucernas procedentes de la Necropolis Paleocristiana (2 Dressel 9A, una Dr. 11, 10 Dr. 20, una Dr. 24, 6 Dr. 28, dos de disco indeterminadas, una Dr. 30A y otra Dr. 30B, y en cuanto a lucernas de TS africana, siete Atlante VIII y una imitación de Atlante VIII), y desestimando aquellas procedentes de las fases anteriores al establecimiento de la necrópolis paleocristiana, tenemos una gran cantidad de ejemplares de disco, que en todas sus variantes oscilan desde el 50 al s. III d.C. como mucho, y que como vemos en estos casos les otorgamos una fechación más moderna, y en íntima conexión y pervivencia con lucernas africanas en TS (BERNAL, prensa c, nº 60, 61, 65, 119-121, 132, 134, 139, 141, 145, 163, 164, 171, 175, 176, 177, 179, 182, 183, 190, 199, 207, 210, 213, 215-220 y 222).

En las recientes intervenciones en el Parc de la Ciutat se documentó en la inhumación nº 48 una lucerna del tipo Dressel 20 del taller africano AUGENDI en un contexto arqueológico que oscila del s. III a la primera mitad del s. V d.C. (TED'A 1987, 112-113 y 125), cuando normalmente este tipo de materiales no supera el límite del s. II d.C. Los autores citan otros ejemplos similares, tales como el caso de otra Dr. 20 del taller C. IUN. DRAC. procedente de S^a M^a del Mar (Barcelona) en un contexto funerario tardorromano, o el caso de otra Dr. 20 del taller tunecino de C. IUNI. ALEXI en un enterramiento posterior a la primera mitad del s. III d.C. en la c/ López Peláez de Tarragona (TED'A 1987, 113). La coincidencia de tantos casos evidencia que la perduración de lámparas de disco se trata de un fenómeno generalizado y no puntual.

Por último, consideramos interesante hacer referencia a otros ámbitos peninsulares para observar que se trata de un fenómeno al parecer extensible a toda la Península. En la Betica contamos con los materiales procedentes de una actuación de urgencia en la c/ Munda de Córdoba. A pesar de estar los materiales en estudio³³, podemos avanzar que tenemos claramente documentadas una serie de producciones locales de lucernas de disco tardías (tipos Dr. 28 y Deneauve XIB fundamentalmente) asociadas en contextos estratigráfico preciso a TS africana D estampada y a lucernas africanas del tipo Atlante VIII (Fig. 3, 7; 4, 3). Por tanto, las fechas proporcionadas por este contexto de habitación debemos buscarlas como pronto en el s. IV d.C.

Asimismo, en las estructuras arquitectónicas tardorromanas documentadas recientemente en Cercadillas (Córdoba), los contextos estratigráficos también han

³³ El estudio de materiales lo estamos realizando nosotros, pero las referencias concretas de la actuación arqueológica pueden ser consultadas en el informe preliminar, ya publicado (BERMUDEZ 1990, 55-61).

permitido documentar una secuencia con materiales de características similares a los ya descritos en cronologías afines. A pesar de no haber sido publicado aún el estudio completo del material, las referencias que conocemos son más que alentadoras en este sentido.

En último lugar, comentar que otras actuaciones recientes aún inéditas en la orilla africana del Estrecho de Gibraltar, han proporcionado lucernas de disco en contextos de f. s. IV- p. s. V d.C., (HITA-VILLADA, prensa).

Con estos ejemplos queremos tratar de desarraigar el mito de considerar como residuales materiales de época anteriores recuperados en épocas más recientes. Si bien este supuesto es frecuente, y debemos recurrir a la estadística para determinar o no su carácter residual, no es lícito considerar a priori esta posibilidad sin valorar antes el conjunto de los materiales, pudiendo con ello, tal y como hemos visto en estos casos referidos anteriormente, considerarlos como plenamente en su contexto, y pudiendo con ello ampliar la cronología de aparición de las formas cerámicas.

Madrid, 10-VII-1993.

BIBLIOGRAFÍA

- ALARCÃO 1976: J. Alarcão, M. Delgado, A. Moutinho, S. da Ponte, *Fouilles de Conimbriga*, VI, *Céramiques diverses et verres*, París, pp. 93. 114, 196.
- AMARE 1984: M. T. Amare Tafalla, *Lucernas romanas de Bilbilis*, Zaragoza, 1984.
- 1985-87: "Lucernas en terra sigillata hispánica", *Congreso Nacional de Arqueología*, XVIII, Zaragoza, pp. 797-801.
- 1987: *Lucernas romanas: generalidades y bibliografía*, Zaragoza, 1987.
- 1988: *Lucernas romanas en Aragón*, Zaragoza.
- 1989-90: "Lucernas romanas en Hispania (las lucernas romanas de cerámica hasta el s. IV): introducción y elementos de trabajo", *Anas*, 2-3, pp. 135-171, Mérida.
- AMARE-BONA-BORQUE 1983: M. T. Amare Tafalla, I. J. Bona, J. J. Borque, "Avance al estudio de un posible alfar romano en Tarazona, I, las lucernas", *Turiaso*, IV, pp. 94-110, Tarazona.
- AQUILUÉ 1991: X. Aquilué, *Las cerámicas de producción africana procedentes de la Colonia Iulia Urbs Triumphalis Tarraco*, Tesis Doctoral inédita, Barcelona.
- ATLANTE I: L. Anselmino, C. Pavolini, "Lucerne" en AA. VV., *Atlante delle forme ceramiche, I, Ceramica fina romana nel bacino mediterraneo (medio e tardo impero)*, Roma 1981, pp. 184-207, tav. XCIV-CIII.
- BAILEY 1972: D. M. Bailey, *Greek and roman pottery lamps*, Londres.
- 1980: *A Catalogue of the lamps in the British Museum II: Roman lamps made in Italy*, Londres.
- 1988: *A Catalogue of the lamps in the British Museum, III: Roman provincial lamps*, Londres.
- BALIL 1966: "Materiales para un índice de marcas de ceramista en lucernas de fabricación hispánica", *Pyrenae*, 2, Barcelona.

- 1968: *Lucernae Singulares, Latomus* XCIII, Bruselas.
- 1968-69: "Marcas de ceramista en lucernas romanas halladas en España", *A. E. Arq.*, XLI-XLII, pp. 158-178, Madrid.
- 1969: *Estudios sobre lucernas romanas*, I, *Studia Archaeologica*, 2, Santiago de Compostela.
- 1980: *Estudios sobre lucernas romanas*, II, *Studia Archaeologica*, 62, Santiago de Compostela.
- 1982: *Estudios sobre lucernas romanas*, III, *Studia Archaeologica*, 70, Santiago de Compostela.
- 1984: "Estudios sobre lucernas romanas IV", *Boletín Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*, 50, pp. 190-195, Valladolid.
- BERGES 1963: M. Berges, "Un lote de lucernas ingresado en el Museo Arqueológico de Barcelona", *Ampurias*, XXV, pp. 234-240, Barcelona.
- 1982: "El teatro romano de Tarragona", en AA. VV., *Actas del Simposio El Teatro en la Hispania Romana*, pp. 115-137, Badajoz.
- BERGES 1989: G. Berges, *Les lampes de Montans (Tarn). Une production céramique des I et II s. ap. J. C. Documents d'Archéologie française*, 21, París.
- BERMÚDEZ 1990: J. M. Bermúdez, A. Ventura, P. Marfil, C. González, "Avance de resultados de la excavación de urgencia en la calle Ambrosio de Morales 4, recayente a calleja de Munda (Córdoba)", *Antiquitas*, I, 2, Priego de Córdoba.
- BERNAL 1991-92: D. Bernal Casasola, "Figuli hispani: testimonios materiales de manufactura peninsular de lucernas en época romana", *Opus*, IX-X, pp. 147-159, Siena.
- prensa a: D. Bernal Casasola, "Lucernas bajoimperiales de Ceuta", *VIII Congreso Español de Estudios Clásicos*, Madrid 1991, en prensa.
- prensa b: "Una pieza excepcional del Museo Nazionale de Roma y el problema de las lucernas tipo Andújar", *Espacio, tiempo y forma*, 1993, en prensa.
- prensa c: "Las lucernas romanas del Museu Nacional Arqueològic y del Museu i Necropolis Paleocristians de Tarragona", *Butlletí Arqueològic*, Tarragona 1993, en prensa.
- BONNET 1988: J. Bonnet, *Lampes céramiques signées. Définition critique d'ateliers du Haut Empire. Documents d'Archéologie Française*, 13, París.
- BRONEER 1930: O. Broneer, *Terracotta lamps, Corinth*, IV, 2, Cambridge.
- 1977: *Terracotta lamps, Isthmia*, III, Princeton.
- BRUNEAU 1980: P. Bruneau, "Les lampes et l'histoire économique et sociale de la Grèce", *Ceramiques hellénistiques et romaines*, I, París.
- BUSSIERE 1992: J. Bussière, "Lampes d'Algerie, I, lampes a canal courbe de Maurétanie Césarienne", *Antiquités Africaines*, 28, pp. 187-222.
- CARRETERO 1991: S. Carretero Vaquero, "Lucernas romanas con paisaje de influencia alejandrina: temas marítimos", *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*, LVII, Valladolid 1991, pp. 193-214.
- CASAS-MERINO 1990: J. Casas, J. Merino, "Troballes de ceràmica vidriada d'època romana a les comarques costaneres de Girona", *Cypsela*, VIII, pp. 139-155, Gerona.
- CASAS-ROCAS 1989: J. Casas, X. Rocas, "Les llànties de la vil. la romana dels Tolegassos. Algunes precisions entorn la seva datació", *Cypsela*, VII, pp. 71-86, Gerona.
- CASTAÑER-TREMOLEDA-ROURE 1990: P. Castañer, J. Tremoleda, A. Roure, "Un conjunt ceràmic de finals del segle III d.C. a Vilauba (Camós, Pla de l'Estany)", *Cypsela*, VIII, pp. 157-191, Gerona.
- CERULLI 1977: G. Cerulli Irelli, "Officina di lucerne fittili a Pompei", *L'instrumentum domesticum di Ercolano e Pompei nella prima età imperiale*, Roma, pp. 53-72.

- DENEAUVE 1969: J. Deneauve, *Lampes de Carthage*, París 1969.
- DEL AMO 1979: M. D. del Amo, *Estudio crítico de la necrópolis paleocristiana de Tarragona*, Institut d'estudis tarraconenses Ramon Berenguer IV, Secció d'arqueologia i Història, 42, Tarragona.
- ESPEROU 1978: J. L. Espérou, "Les lampes a vernis noir de Lattes (Hérault), *Archeologie en Languedoc, 1, Journées d'études de Montpellier sur la céramique campanienne*, pp. 71-75, Montpellier.
- FREMERSDORF 1922: Fr. Fremersdorf, *Römische bildlampen*, Bonn, 1922.
- HITA-VILLADA prensa: J. M. Hita, F. Villada, "El asentamiento romano de Ceuta", *Congreso Int. Africa Romana*, Sassari, 1993, en prensa.
- HOWLAND 1958: R. M. Howland, *The Athenian Agora. Results of the excavations conducted by the American School of Classical Studies at Athens, IV. Greek lamps and their survivals*, Princeton.
- JÁRREGA 1991: R. Járrega Domínguez, *Cerámicas finas tardorromanas y del Mediterráneo oriental en España. Estado de la cuestión, Anejos de Archivo Español de Arqueología*, XI, Madrid.
- 1992: "Aproximació a l'estudi de l'antiguitat tardana a les comarques del Garraf, Alt Penedès i Baix Penedès", *Olerdulae*, XVII, pp. 53-112, Villafranca del Penedés.
- LEIBUNDGUT 1977: A. Leibundgut, *Die römischen Lampen in der Schweiz*, Berna.
- LOPEZ RODRIGUEZ 1982: "Cuatro lucernas hispanorromanas", *Homenaje a C. Fernández Chicarro*, pp. 379-390, Madrid.
- LUZON 1967: J. M. Luzón Nogue, "Lucernas mineras de Riotinto", *A. E. Arq.*, 40, pp. 138-150, Madrid.
- 1972: *Excavaciones en Itálica, estratigrafía en el Pajar del Artillo, E. A. E.*, 78, Madrid.
- MAÑANES-BALIL 1974-75: M. Mañanes, A. Balil, "Una lucerna de la colección Bouza Brey y algunas consideraciones sobre la elaboración de lucernas en la Galicia romana", *Cuadernos de Estudios Gallegos*, XXIX, pp. 303-307, Santiago de Compostela.
- MODREZWSKA 1988: I. Modrezwska, "Lucernas tardoantiguas en la colección del M. A. N.", *Boletín del Museo Arqueológico Nacional*, VI, 1-2, pp. 25-58, Madrid.
- MORENO 1990: F. Moreno Jiménez, *Lucernas romanas de la Bética*, tomos I-III, Tesis Doctoral inédita, Madrid.
- MORILLO 1990: A. Morillo Cerdán, "En torno a la tipología de lucernas romanas: problemas de nomenclatura", *C. U. P. A. U. A. M.*, 17, Madrid.
- 1992: A. Morillo Cerdán, *Cerámica romana de Herrera de Pisuergra (Palencia-España): las lucernas*, Santiago de Chile.
- NAVEIRO 1991: J. L. Naveiro, *El comercio antiguo en el NW peninsular. Monografías urxentes do Museu*, 5, La Coruña.
- NOLLA-CASAS 1990: J. M. Nolla, J. Casas, "El material ceràmic d'importació de la vil·la romana de Puig Rodon (Corçà, Baix Empordà), d'època severiana a la Baixa Antiguitat", *Cypsela*, VIII, pp. 193-218, Gerona.
- OLCINA 1991: M. Olcina, H. Reginard, M. J. Sánchez, *Tossal de Manises (Albufereta, Alicante). Fondos antiguos: lucernas y sigillatas*, Alicante.
- PALANQUES 1984-85: M. L. Palanqués Salmerón, "Las lucernas de la calle de Robert d'Aguiló", *Butlletí Arqueològic*, V, 6-7, Tarragona.
- 1992: *Las lucernas de Pollentia*, *Monografías de la W. Bryant Foundation*, 4, Palma de Mallorca.
- PAVOLINI 1980: C. Pavolini, "Le lucerne nell'Italia romana", *Società romana e produzione schiavistica*, II, merci, mercati e scambi nel mediterraneo, pp. 139-184, 278-288,

- Roma.
- 1982: "Ambiente e illuminazione. Grecia e Italia fra il VII e il II sec. a.C. ", *Opus*, I, 2, pp. 291-315, Siena.
- 1987: "Le lucerne romana fra il III sec. a.C. e il II sec. d.C. ", *Céramiques hellénistiques et romaines*, II, pp. 139-165, París.
- PLANTALAMOR 1986: L. Plantalamor, M. C. Rita, "Influencia colonial en la cerámica indígena del Talayótico Final en Menorca", *Los fenicios en la Península Ibérica*, II (Del Olmo-Aubet edicc.), pp. 377-385, Sabadell.
- PONSICH 1961: M. Ponsich, "Les lampes romaines en terre cuite de la Maurétanie Tingitane", *Publications du Service des antiquités du Maroc*, 15, Rabat 1961.
- PUYA 1983: M. Puya García de Leañiz, "Representaciones de gladiadores en discos de lucernas del Museo Arqueológico de Sevilla", *Homenaje a M. Almagro Basch*, pp. 205-207, lám. I-II, Madrid.
- 1991: "Lucernas romanas del Museo Arqueológico de Sevilla. A. Lucernas tardo-republicanas", *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*, LVII, pp. 215-239, Valladolid.
- REMESAL 1974: J. Remesal, "Les lampes à huile de Belo au Musée Archéologique National de Madrid", *Melanges Casa Velazquez*, X, pp. 561-573, París.
- RICCI 1973: A. Ricci, "Per una cronologia delle lucerne tardorepublicane", *R. S. L.*, XXXIX, pp. 168-234, Bordiguera.
- ROMERO 1990: M. V. Romero Carnicero, "Lucernas republicanas de Numancia y sus campamentos", *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*, LVI, pp. 257-290, Valladolid.
- RUIZ DE ARBULO 1989: J. Ruiz de Arbulo, "Les llánties" en AA. VV., *Teda. Un abocador del segle V d.C. en el fòrum provincial de Tarraco*, pp. 173-182, Tarragona.
- SANZ-GALLEGO 1982: R. Sanz Gamó, I. Gallego, "Lucernas romanas del Museo de Albacete", *Anales del Centro de la Uned*, 4, pp. 203-242, Madrid.
- SOTOMAYOR 1981: M. Sotomayor, M. Roca, N. Sotomayor, R. Atienza, "Los alfares romanos de los Villares de Andújar (Jaén, campaña 1978-79)", *N. A. H.*, 11, pp. 309-316, Madrid.
- TARRADELL 1975: M. Tarradell, "La expansión del aceite y el uso de lucernas. Un elemento metodológico para la historia agraria del Mediterráneo antiguo", *Jornadas de Metodología Aplicada a las Ciencias Históricas*, I, pp. 173-184, Santiago de Compostela.
- TARRATS prensa: F. Tarrats, "Figlinae tarraconenses: producciones cerámicas alto-imperiales en la ciudad de Tarraco", *XIV Congreso Internacional de Arqueología Clásica* (Tarragona 1993), en prensa.
- TED'A 1987: Taller Escola d'Arqueologia, *Els enterraments del Parc de la Ciutat i la problemàtica funerària de Tarraco, Memòries d'Excavació*, 1, Tarragona.
- VEGAS 1966: M. Vegas, "Motivos decorativos en lucernas de disco romanas: sus antecedentes y paralelos", *Pyrenae*, 2, pp. 81-91, Barcelona.
- VERTET 1983: H. Vertet, *Les techniques de fabrication des lampes en terre cuite du centre de la Gaule, Revue Archéologique Sites* (hors serie), Avignon.
- ZARZALEJOS prensa: M. Zarzalejos Prieto, "Lucernas romanas del Museo de Santa Cruz (Toledo)", *Lucentum*, en prensa.

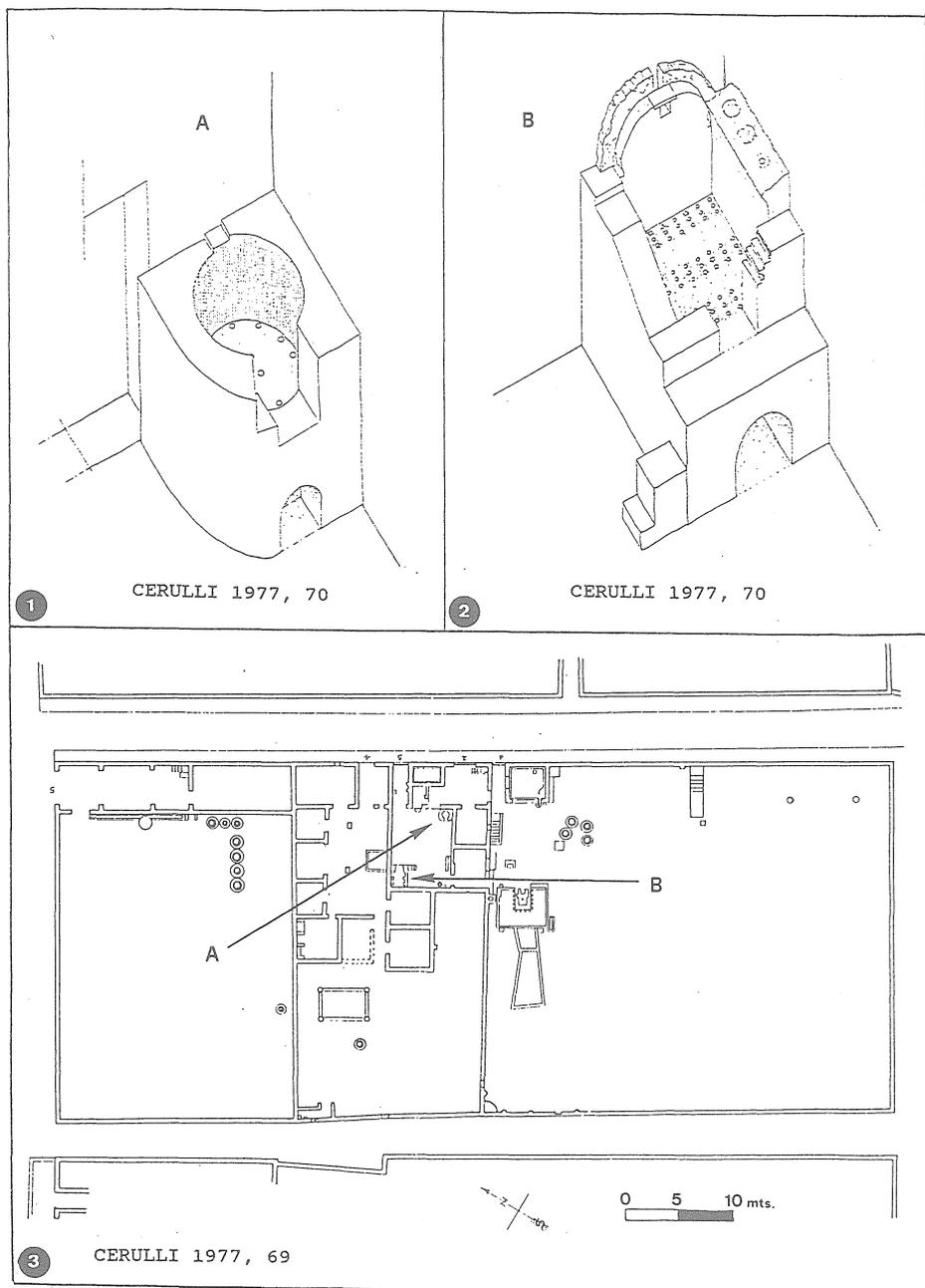


Fig. 1 — Taller pompeyano de Via Nocera. 1 — Axonometría del horno pequeño. 2 — Axonometría del horno mayor. 3 — Planta de la *Insula 20* con la ubicación de la *officina*.

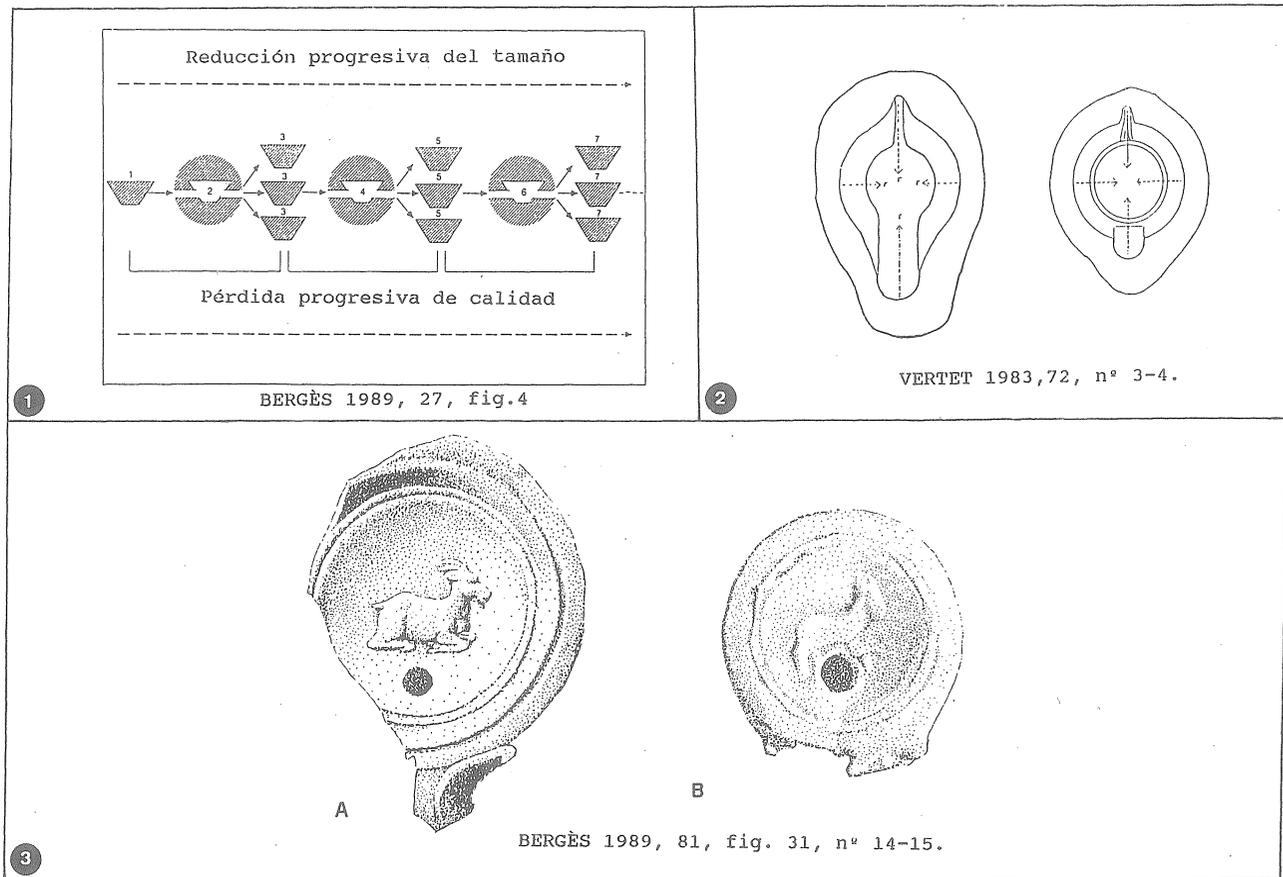


Fig. 2 — Proceso del sobremolde o «surmoulage». 1 — Obtención del producto. 2 — Fuerzas de retracción de la arcilla durante el secado de la pieza. 3 — Ejemplo de lucerna de primera generación (A) y surmoulage retocado de la misma (B).

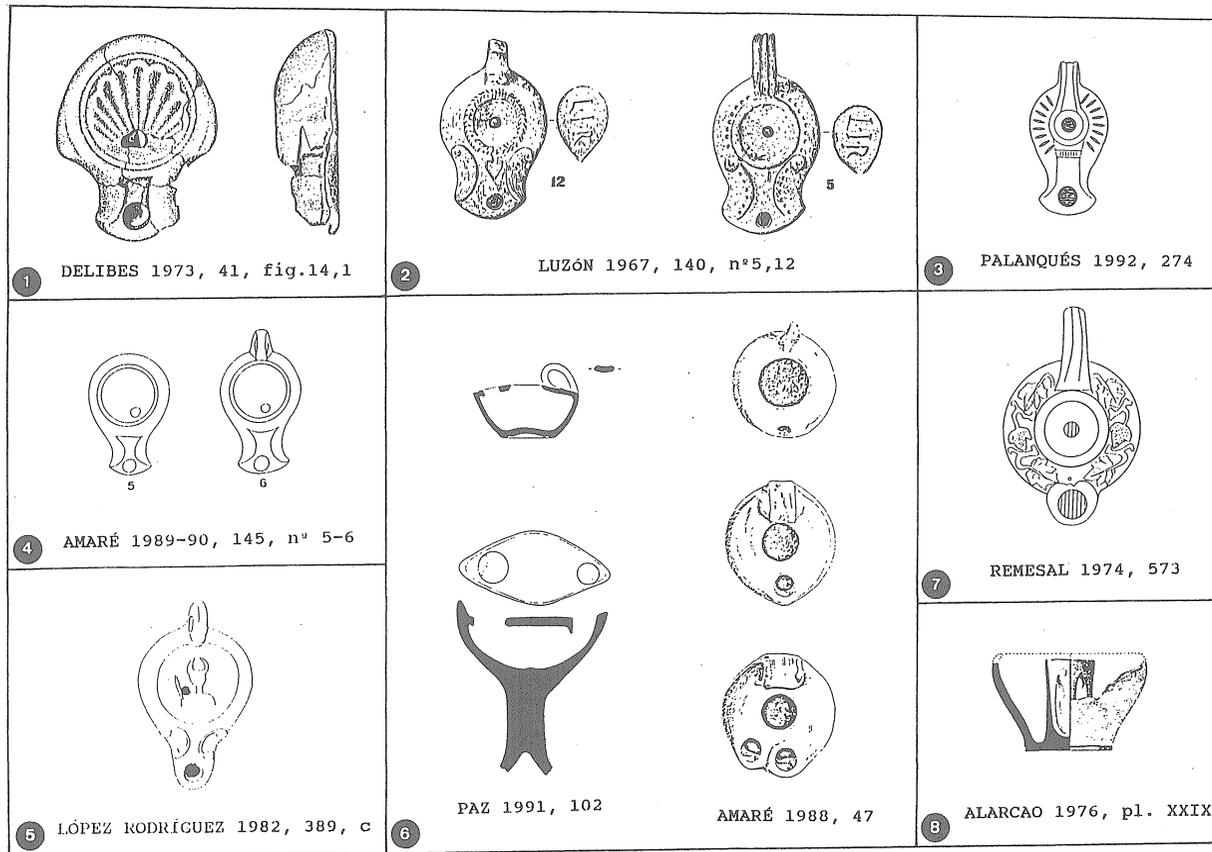


Fig. 3 — Lucernas de producción local. 1 — Lucerna tipo Andújar. 2 — Lucernas mineras. 3 — Ricci G. 4 — Derivadas de la Dressel 9. 5 — Lucerna «del Minotauro». 6 — Lucernas en TSHT. 7 — Dressel 28 de producción local. 8 — Lucerna de producción indeterminada.

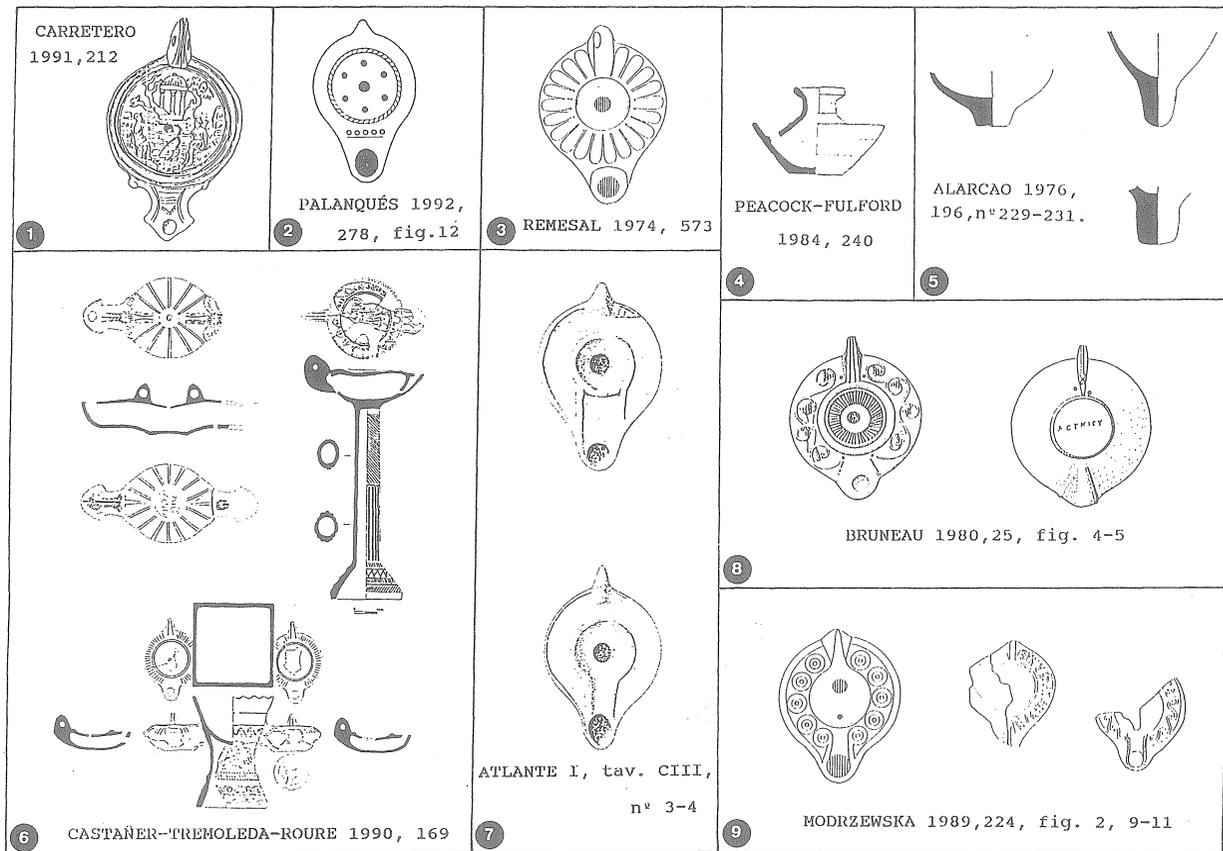


Fig. 4 — Lucernas tardorromanas. 1 — Deneauve XA. 2 — Deneauve XIA. 3 — Deneauve XIB. 4 — Lucerna «vándala». 5 — Lucernas de vidrio. 6 — Lucernas africanas tardías. 7 — Lucernas tripolitanas. 8 — Lucerna griega altoimperial. 9 — Lucernas mauritanas.

PIEZAS SINGULARES DE UNA ESTANCIA DEL AREA COMERCIAL DEL FORO DE POLLENTIA

por

A. Arribas y N. Doenges

Resumen: Estudio de un lote de piezas especiales hallado en el nivel de destrucción de una estancia del conjunto comercial al Oeste del Foro romano de POLLENTIA (Mallorca, Baleares). La fecha de destrucción, documentada por la serie de monedas y cerámicas, corresponde al último cuarto del siglo III a.C.

Las piezas son: 1) una caja de plomo decorada con una medusa y un toro; su funcionamiento se discute; 2) un balsamario de bronce (busto de fauno); 3) un anillo-sello con la inscripción ACTIACI; y 4) varias piezas de vidrio opaco, con decoración incrustada, policroma, representando peces.

Su datación viene dada por el contexto.

Palabras-clave: *Pollentia*. Foro romano. Metalistería/vidrio.

En el Congreso Internacional de Arqueología que ha tenido lugar en Tarragona hace apenas un mes, el equipo de la Fundación William J. Bryant que bajo la dirección de M. Tarradell y los que firman este estudio, viene excavando desde hace largos años la ciudad romana de Pollentia (Alcudia, Mallorca) ha presentado una comunicación sobre el resultado de los trabajos en el Foro de la ciudad¹. Dicha ponencia viene a ser la puesta al día del trabajo que A. Arribas y M. Tarradell habían publicado en el Symposium de "Foros de las provincias occidentales del Imperio" (Valencia, 1988)².

El lote de objetos que hoy presentamos fue hallado en una estancia (U) del extremo Norte del complejo de tiendas situado al Oeste del Capitolio a unos 20/25m. del mismo.

La habitación U mide 4 m. (de Este a Oeste) x 6 m. (de Sur a Norte) y hubo de tener su acceso principal por su ángulo N.O., si bien pudo existir una entrada secundaria en el ángulo S.E. Hay un pozo en ella que corresponde a una primera

¹ Congreso Internacional de Arqueología Clásica, Tarragona 6-11 Septiembre 1993.

² A. ARRIBAS; M. TARRADELL. 1988. El Foro de Pollentia. Noticias de de las primeras investigaciones, en Symp. "Foros de las provincias occidentales del Imperio. Valencia. p.121-136.

fase; luego fue rellenado y el arco que lo cubría quedó incorporado a la pared Sur de la estancia.

Las paredes tienen zócalo de piedras irregulares, de marés (caliza local), unidas con arcilla; la parte superior es de adobe.

La habitación U ha sido excavada sólo al nivel de los pisos más recientes. El último de ellos era de capas de arcilla y tierra apisonada muy compacta; uno, inmediatamente anterior, era de *opus signinum* y sólo se conoce de una manera parcial.

Es posible que la estancia, en una fase anterior, estuviera dividida por una pared en dos corredores. El nivel de destrucción estaba formado por tierra y arcilla procedente de los adobes de las paredes; queda constancia de que en los lados Este y Oeste se hallaron muchas *tegulae*. Por todo el piso de tierra apisonada se hallaron muestras de incendio y en algunas zonas auténticos niveles de cenizas de unos 15 cm. de grosor.

Varios objetos de especial interés se hallaron en la habitación U.

En el lado Este:

Un vaso a mano, con una decoración incisa vegetal esquematizada.

Nueve discos de vidrio opaco, color azul.

Dos lucernas enteras, una de ellas con cinco picos.

En el lado Oeste:

Fragmentos de materia textil quemada.

Dos lucernas de disco.

Eslabones de una cadena y el gancho de una balanza.

Un balsamario de bronce.

Un anillo con la estampilla ACTIACI.

Una caja de plomo, con decoración en su frente.

El estudio de los tres últimos objetos citados, así como el de los discos de vidrio centrará nuestra disertación.

CAJA DE PLOMO CON DECORACION (Est. I fig. 1-2)

La caja es rectangular; su longitud es de 30,5 cm., su anchura es de 20,5 cm. y su altura de 21,5 cm.

Debió construirse del mismo modo que los sarcófagos de plomo³.

Se preparaban moldes de arena húmeda del tamaño requerido para las planchas de plomo y seguramente se sujetaban alrededor de los bordes con mar-

³ J.M.C. TOYNBEE, *Art in Britain under the Romans*, en especial "Decorated lead-work", p. 121-136.

cos de madera. El sarcófago se construía doblando una plancha de plomo que servía para el fondo y los laterales. La plancha se fundía en una matriz en forma de rectángulo de la cual se cortaban pequeños cuadrados de forma semejante, uno en cada uno de los cuatro ángulos, de forma que el ángulo interior de cada cuadrado coincidiera con uno de los cuatro ángulos del área central rectangular reservada para la base. A continuación los cuatro lados se doblaban hasta colocarlos perpendiculares y los cuatro ángulos de la cubeta que se formaba así se soldaban.

También la base y los dos lados menores podían modelarse en una plancha, los lados menores se doblaban hacia arriba y los mayores se fabricaban por separado y se fundían al resto. Cabía también la posibilidad de que la base y los dos lados mayores se recortaran en una plancha, después los laterales se doblaban hacia arriba, mientras que los lados pequeños, fundidos aparte, se soldaban. Otra alternativa era el modelado del fondo y los cuatro lados por separado en cinco planchas que luego se soldaban⁴.

Aquí la caja se construyó con una sola lámina de plomo arrollada y cortada para darle forma y luego plegada. La tapa está formada doblando la plancha por la arista superior izquierda. Las otras tres aristas de la tapadera están recorridas por un cordón liso, de sección rectangular, formando un refuerzo soldado. Las aristas de las caras laterales ofrecen un cordón soldado similar. En la cara superior el borde está desprendido y abollado y es aquí donde se puede apreciar que la banda de soldadura está formada doblando la cara posterior por lo que acaso la cinta en los otros dos lados (lateral derecho y frontal) no estuviera soldada sino realizada en la misma forma. La parte inferior no muestra ningún tipo de cordón de soldadura; es simplemente la plancha doblada por los cuatro lados y en el estado actual se halla abollada y rehundida.

La decoración:

La decoración principal se sitúa en la cara frontal, en su mitad inferior y consta de dos figuras en relieve, separadas una de otra.

A) La figura A, situada a la izquierda corresponde a una cabeza de Medusa, con su característico cabello rizado, con dos bucles simétricos dispuestos sobre la frente, otros caen sobre las orejas y se distinguen dos triángulos (cuernos) dispuestos a lado y lado de otro bucle. La cara, si bien muy desgastada, deja ver la nariz y la boca. En el cuello dos estrías. Alrededor de la cabeza, se aprecia un círculo muy difuminado.

B) Figura de toro (o carnero?) en pie, parado, hacia la derecha, con la cabeza bien marcada, mirando de frente al observador. Las patas apoyan sobre un plinto.

⁴ *Ibid.* p. 345.

Se aprecian bien los cuernos, el hocico, la pelambreira del pecho, el sexo, la cola, larga, que cae hasta los pies. La musculatura y el relieve de grupa, pecho y patas están bien marcados.

Todavía hay que señalar la presencia de una decoración secundaria en la arista izquierda de la tapa consistente en una banda u orla decorada con un motivo en relieve en forma de cuatro falanges (es el motivo que en inglés se describe como de "bead and reel", (cuenta y carrete).

Se conoce bien en que forma se realizaban los motivos en relieve sobre objetos de plomo⁵. La base era una serie de estampillas en positivo modeladas en arcilla o, más probablemente, grabadas en madera, en relieve, en placas o bloques o en largas tiras como en el caso de orlas de roleos y guirnaldas. Cada motivo-figura, máscara, concha, vaso, roseta, columna, etc.- o cada grupo de motivos en un dibujo determinado, se modelaba o grababa en una placa o bloque independiente; para la decoración formando líneas de borde de falanges seguidas se debieron emplear varillas de madera o de terracota grabadas.

Las estampillas se apretaban boca abajo dentro del molde de arena húmeda con el fin de imprimir en él impresiones profundas en negativo según algún esquema preconcebido. Una vez las estampillas habían dejado sus impresiones, se retiraban y cuando el plomo fundido se vertía en el molde, los negativos dejados en la arena positivaban figuras y dibujos que resaltaban en relieve en la superficie de la plancha.

Si la placa o bloque de una estampilla se apretaba tanto contra la arena que la figura no estaba justo a nivel, sino algo por debajo de la superficie del molde, aparecerá un ligero reborde en el producto terminado en uno o más lados de la marca. Así ocurre con la Gorgona de nuestra caja, que aparece rodeada de un círculo.

Las irregularidades y falta de simetría indican que las estampillas se colocaron a ojo en el molde, así un motivo central es raro que esté colocado matemáticamente en el centro; máscaras, bustos y figuras están fuera de la perpendicular lo que se debe al movimiento que en su impresión tuvo el lecho de arena. Así el toro de nuestra caja está situado en un ángulo cerca del fondo del lado frontal sin tener en cuenta su posición en el panel.

No conocemos ningún paralelo para el relieve del toro pero sí, en cambio tenemos algunos ejemplares de máscara de Medusa, semejantes al nuestro. Así ocurre en la pretendida caldera del Museo de Vienne (Isère, Francia) de la que hablaremos enseguida, y en la que aparece la máscara de Medusa en la pared vertical menor conservada⁶.

⁵ Ibid. p. 346-7

⁶ A. COCHET.; J. HANSEN. 1986. Conduites et objets de plomb gallo-romains de Vienne (Isere), 46 suppl. de *Gallia*. ps. 197-203, figs. 83-86, en especial fig. 84 b.

De Gran Bretaña se conocen al menos dos sarcófagos de plomo decorados con la máscara de Medusa. Uno de ellos, lleva la decoración en la tapadera; procede de Milton-next-Sittingbourne (Kent). Se decora con nueve paneles; cinco con leones afrontados y un vaso entre ellos; los otros cuatro paneles tienen la cabeza de Medusa en un escudo circular entre dos cruces de San Andrés formadas con el motivo de "bead-and-reel" (que hemos denominado de falanges)⁷.

De la misma procedencia es otro sarcófago, decorado en los cuatro lados con una serie de cruces de San Andrés, con el motivo de "bead-and-reel", y que muestra una máscara de Medusa sobre un escudo circular en cada cuarto de la cruz⁸.

La máscara de Medusa evoca representaciones típicamente funerarias que se hallan en sarcófagos sirios de plomo; una versión del esquema anterior se halla en la tapadera de un sarcófago del Museo Nacional de Beirut. Es muy probable que estos motivos llegaran a Occidente en libros de dibujos orientales⁹.

Ya hemos señalado que el motivo de cuenta y carrete (falange) es corriente en los sarcófagos, a veces combinado formando cruces de San Andrés o conjugados con motivos de sogueados, cables y pectines.

LA FUNCIONALIDAD DE LA CAJA DE PLOMO

La función de la caja que nos interesa podría obtenerse a base de paralelos iconográficos en el mundo romano en especial los relativos a su semejanza formal, sobre todo teniendo en cuenta la materia en que fue construida. Hemos de confesar que estos paralelismos formales son muy amplios y que sugieren un gran número de funciones de tal manera que lo mejor será exponer las posibilidades y los argumentos a favor y en contra de las mismas.

1). Se trataría de un cofre para guardar monedas (*loculus*), del que se conocen muchas variedades y funciones, algunas de ellas muy específicas. Por su tamaño podría considerarse como un recipiente portátil, opuesto a la idea del cofre-arca como expresa Juvenal. Pero su enorme peso (18 Kg.) no se concierta con los de madera y marfil que describe Marcial.

La idea de que fuera una hucha se nos ofrece por la semejanza con un ejemplar de Memphis, de h. 180 a.C. que contenía monedas en su interior¹⁰. La caja es más pequeña y la tapadera tiene un asa y una ranura rectangular para

⁷ J. M.C. TOYNBEE, *ibid.* p. 350.

⁸ *Ibid.*

⁹ *Ibid.*

¹⁰ M. COMSTOCK; C. VERMEULE. *Greek and Roman Bronzes*, p. 324-5, fig. 456.

introducir las monedas; la tapadera se une a la caja mediante dos charnelas y en ella se halla la inscripción en griego: “Que tengas buena salud” (Y IANE). Se considera una caja de monedas para ofrendas votivas. Lo más curioso es que en el frente se grabó una máscara supuesta de Hygeia, que acaso tuviera las mismas connotaciones que la de Medusa.

2) Si el hecho de su gran peso haría pensar en un arca para guardar dinero, la iconografía del arca indica por lo general un tamaño grande que pudo servir como asiento o armario y que debía ser de fácil transporte en los viajes. Por otra parte su utilidad no era sólo para guardar monedas sino también vestidos, provisiones y en general todo aquello que debía estar cerrado.

3) Dejamos de lado las *capsae*, *cistae* y *pyxides* por su forma cilíndrica, si bien se señalan casos de ejemplares rectangulares. Su función fue muy varia: cistas cinerarias¹¹, contenedores de manuscritos enrollados, y sufragios en los comicios, usadas en los misterios, barriles de agua con fines utilitarios, etc¹².

4) Descartamos su utilidad como urna cineraria o contenedora de otra urna de vidrio, pues en su interior no se hallaron cenizas sino que tan solo apareció tierra. Por otra parte el ambiente del hallazgo no es el de necrópolis sino de un área industrial.

5) El hecho de que en la misma habitación se haya descubierto un balsamario de forma humana podría ponerse en relación con el uso de la caja como una *acerra*, es decir con el cofre en que se colocaba el incienso para los sacrificios (*arcula turalis*). Un sirviente llevaba el cofre al altar y de él se sacaban los granos de incienso que se echaban sobre la llama. En contra de esta sugerencia hay que hacer notar que los cofres para estos menesteres eran más pequeños y más livianos y que, por otro lado, nada hace suponer en esta habitación la práctica de sacrificio de ningún tipo.

6) Es muy chocante el parecido formal con un recipiente de plomo del Museo de Vienne (Isère) que a la vez muestra la misma técnica de elaboración con similares cordones de soldadura. Sin embargo su tamaño es el doble del de Pollentia y la diferencia principal es que, casi en el fondo presenta una conducción, de la que se conservan 9 cm¹³.

La caja de Vienne ostenta una inscripción STAIA SATVRNINA SUIS V F. en cada una de sus caras principales, debajo de una decoración modelada en bajo relieve. La decoración está formada por dos bandas rectangulares adornadas con frisos de animales. El mayor contiene un león y una leona saltando, de una

¹¹ TOYNBEE. *Death and burial in the Roman World*. Un ejemplo de cista de cremación de Caerleon, en fig. 14.

¹² C. CURWEN. 1943-44. Roman lead cistern from Pulborough, Sussex, en *Antic Journal*, XXIII-XXIV, p. 155.

¹³ A. COCHET; J. HANSEN, p. 198 fig. 83 a.

y otra parte, sobre dos caballos encabritados; el menor muestra un friso de perros y liebres corriendo, separados por troncos de árboles o columnas. Lo más sintomático es la existencia de una máscara de Medusa en un bajo relieve muy tenue en la pared pequeña vertical conservada, semejante a la de nuestra caja¹⁴.

El uso de la pieza de Vienne no es nada seguro; el hecho de que lleve una inscripción había hecho creer que era un sarcófago o una cista-osario ya que estos tienen el mismo tipo de cordones de soldadura en los ángulos; la conducción se interpretaba como una adición en una fase posterior, cuando se procedería a su utilización como una caldera.

Sin embargo no se conocen en Galia sarcófagos o urnas cinerarias de plomo con inscripciones, mientras que en cambio hay inscripciones semejantes en conducciones.

Otro paralelo, más sofisticado, del Museo de Vaison la Romaine puede interpretarse como una caldera destinada a calentar agua y permite concluir que la caja del Museo de Vienne hubo de tener una función semejante¹⁵. Pero la falta de cualquier tipo de conducción en la nuestra nos lleva a descartar en principio un uso semejante.

Creemos haber planteado las posibilidades de uso de la caja de plomo de Pollentia desde todos los puntos de vista que tenemos a nuestro alcance. Sin descartar ninguna de ellas, hemos de reconocer que estamos inclinados a aceptar para ella la función de caja-fuerte contenedora de monedas.

“Oh, si tuviera la suerte de encontrar una urna llena de monedas, como le sucedió a aquel campesino que, mientras araba un campo a sueldo, halló un tesoro, compró aquel campo, lo labró para él, después de hacerse rico gracias a Hércules” (Horacio, Sat. II, VI, 10).

ANILLO-SELLO CON LA INSCRIPCION “ACTIACI” (Est. II. 1,2)

Se trata de un tipo de anillo-sello, constituido por una superficie plana en forma de creciente (los hay también en otras formas, como rectangulares, circulares, ovals, figurativos, animales, etc.). En su cara inferior muestra una inscripción encuadrada por un filete en relieve, ACTIACI. En la cara superior se fija un anillo de prehensión, circular.

Su cara superior está aplanada para permitir un grabado en negativo que aquí adopta la forma de una palmeta.

¹⁴ Ver nota 6.

¹⁵ A. COCHET; J. HANSEN, fig. 83 b.

Por lo general las leyendas lo son con caracteres retrógrados, dispuestas en una, dos o tres líneas, horizontales, en relieve. Al comienzo o al final de la inscripción, en ocasiones el grabador introduce un objeto o símbolo que puede ser un caduceo o bien hojas, una corona, palmas, pájaros etc.

Las inscripciones pueden dividirse en dos tipos principales:

- a) Las que llevan nombres o iniciales.
- b) Las que presentan exclamaciones o deseos, acompañadas a veces del nombre de un personaje.
- c) Algunas llevaban el nombre del país o de la ciudad de donde el propietario era originario y otras indican la presencia de un título de intendente.

Aunque no hay acuerdo general acerca de la finalidad de estos sellos las opiniones que mayor atención han merecido hasta el presente son; a) para marcar materiales perecederos como cueros, panes o tejidos. b) como marcas de posesión o de producción de un líquido transportado en un ánfora o en un dolium (la marca solía ir en el tapón de arcilla)¹⁶.

El anillo-sello se halló a 0,05 al Este de la pared I-20108 y a 2,57 al Norte de la pared I-20107 exactamente en la pared Oeste de la Habitación U. Se halló algo por encima del piso en un potente depósito de adobes quemados*. La estampilla mide 0,065 x 0,03.

El sello se divide en dos registros separados por una línea horizontal. En el registro superior se inscribe la palabra ACTIACI en grandes letras capitales, en relieve, de derecha a izquierda. En el inferior hay un estadarte legionario (o caduceo?) en posición horizontal, de izquierda a derecha. La estampilla está en condición excelente, apenas sin signos de uso o desgaste.

El término "Actiacus" es un título, no un cognomen, que parece que hubo de tener un significado muy específico. De una serie de inscripciones¹⁷ halladas en Ateste (Este) y Aquileia en el Norte de Italia se desprende que el título se asignó a un grupo de veteranos de la batalla de *Actium*, que tuvo lugar el 31 a.C. entre C. Octavio y M. Antonio. Veteranos designados como "Actiacus" sirvieron en la *Legio XI* en *Actium*¹⁸.

¹⁶ M.A. DOLLFUS. 1965-6. Les cachets de bronze romains. *Bull. Arch. Comité des Travaux Historiques et Scientifiques*. Nouv. Ser. 1-2 (Paris p. 117-161).

* El anillo-sello se halló a una profundidad de 1,90 m. El suelo de tierra apisonada se encuentra a una profundidad de 2,35 m.

¹⁷ Vid. C.I.L. 890, 2389, 2501, 2503, 2839 y E. de RUGGIERO, *Dizionario epigrafico di antichità romane* (Roma 1895), s.v. "Actiacus".

¹⁸ La *Legio XI* junto con la *Legio VII* recibieron la designación honoraria de Claudia Pia Fidelis por el Emperador Claudio el 42 d.C. por el hecho de que se negaron a colaborar con el gobernador rebelde de la Dalmacia Furius Camillus Scribonianus, Vid. CAH, 10, p. 670-1.

Después de la batalla quedaron establecidos como un grupo en una colonia augustea en Ateste¹⁹. Ahí todos ellos parecen proceder, o fueron asignados, a la tribu Romilia. Típico de estos Actiaci es Salvius Sempronius que se describe en una inscripción funeraria (C.I.L. V, 2839) en los siguientes términos encargados por su esposa Licinia:

Ossa
Salvi Semproni
C.f. Rom
Leg. XI. Actiaco (sic)
Licinia l.f. F

M. Billienus es descrito como “Rom(ilius) Actiacus Legione XI “(C.I.L. V, 2501) mientras que Q. Coelius era “*Leg. XI Actiacus Signifer*” (C.I.L. V, 2503) y Q. Atilius y M. Aufustus se denominaban a sí mismos simplemente “Rom(ilius) Actiacus” (C.I.L., 2389, 890).

Así “Actiacus” parece que debió ser una designación descriptiva adoptada por algunos soldados que habían luchado en *Actium* en la Legión XI y que después quedaron asentados en una colonia en Ateste.

Las inscripciones no dejan claro si la rubrica fue un título oficial o si cada uno de los veteranos a su arbitrio se titulaban a sí mismos Actiaci o sea “veteranos de *Actium*”. Tampoco queda claro que la designación pudiera pasar a los descendientes de los veteranos o pudiera ser adoptada como nombre personal por un descendiente o un liberto.

Pero Actiacus en el sello hallado en la estancia U de Pollentia implica que la estampilla pertenecía a un individuo que era llamado “Actiacus” o que se denominaba a sí mismo “Actiacus” gracias a un antepasado ilustre²⁰.

Que la designación tenía por causa el interés por rememorar la Legio XI que luchó en Actium parece expresado por el estandarte legionario representado en el registro inferior del sello. Como el sello se halló en el nivel de destrucción sobre el último piso de la habitación U, parece que este Actiacus vivió en el tercer cuarto del s. III d.C.

¹⁹ Así RUGGIERO, loc. cit. nota 6.

²⁰ A excepción del sello de Pollentia no hay pruebas de que “Actiacus” fuera un nombre personal o un cognomen. Para el uso literario de “Actiacus” como un adjetivo general referido específicamente a Actium o a la batalla de Actium, vid. *The Oxford Latin Dictionary*, s.v. Así específicamente *Propercio*, 2, 86, 3: *bellum.....Actiacum*; *Plinio*, NH, 7, 148: Actiaca Cleopatra. Pero cf. *Virgilio*, *Aeneid.* 8, 675: *Actia....bella*; y *Propercio*, 2.1.3.: *Actiaque.....rostra*. Actiacus y Actius parece que se usaron indistintamente por los poetas. Para el nombre personal “Actius” ver *Suetonio*, Tib. 47. Actius fue un actor cómico que por razones de publicidad pudo haber tomado el nombre de Actius. Para C.Velcaeus Actius un etrusco, vid. *C.I.L.* XI, 7739.

Veteranos que sirvieron en la Legio XI después de la época de Augusto se establecieron en Hispania. Uno de ellos, L. Minicius que había sido *tribunum militum* en la *Legio XI Claudia*, tuvo un alto cargo oficial en *Barcinum* (Barcelona) durante el reinado de Trajano. (Vid. C.I.L. II, 4509, 4510 y 4511).

BALSAMARIO EN FORMA DE BUSTO DE FAUNO. (Est. III, 1 y 2)

Bronce hueco. Patina verde conservada en la nuca y espalda y restos en el pedestal (en la lámina de unión al busto y en su interior). La pieza apareció con gran cantidad de manchas e incrustaciones rojizas, como de haber estado en contacto con algún objeto de hierro.

En la zona inferior del pectoral derecho hay una rotura. Le falta la tapaderita sobre la cabeza y el asa móvil de suspensión está rota y desenchajada en un extremo.

La pieza ha sido sometida a un proceso de limpieza que ha hecho saltar las incrustaciones férricas y ha devuelto el aspecto de la patina original. El pedestal que estaba separado del busto se ha pegado de nuevo.

Altura total: 11 cm.; alt. busto: 9,5 cm.; diam. abertura del orificio: 2,5 cm.; diam. pedestal: 5 cm.

Descripción:

Busto de un joven fauno, representado desde los pectorales. Los hombros aparecen biselados a la altura de las axilas.

Vista nébride, terciada sobre el hombro izquierdo, en diagonal; la zona derecha del busto aparece desnuda, sin indicación de musculatura. Los pliegues no están indicados salvo la ancha orla de la nébride, anudada con dos lazos; la cola del animal es visible sobre el hombro izquierdo.

La cabeza se halla algo inclinada a la derecha, el cuello es ancho. La frente es alta, el rostro de rasgos juveniles tiene los ojos en forma almendrada, protuberantes, con un fino punto inciso en sus pupilas. Las cejas marcadas con suavidad, la nariz recta y triangular, los labios finos, la cara ovalada y las mejillas abultadas. El cabello, en anchos mechones ondulados, libremente en múltiples direcciones: dos mechones simétricos cubren las orejas; el peinado se recoge sobre la nuca en tres guedejas que se juntan para formar una trenza. Los mechones se rellenan con largas incisiones.

El tipo de sonrisa "báquica" y el mechón en forma de tupé sobre la frente son características propias de las representaciones de los faunos, que generalmente muestran grandes orejas (aquí no visibles) y cuernos, que no encontramos en este ejemplar (si no consideramos como tales los muñones protuberantes sobre la cabeza, que presentan una perforación para dar paso a la anilla de suspensión).

Encima de la cabeza, un gran orificio circular, con una charnela por detrás, debió cubrirse con una tapaderita. Sobre los temporales dos agujeros engarzan un asa con dos anillas en sus extremos, formada por un alambre de sección circular; una de las anillas es de forma ochavada y fija por la oxidación, la otra es sencilla. Una de ellas mantiene parte del asa, de sección plana; el resto del asa, la mayor parte de la misma, con el otro remate, se halló suelto. Pequeñas incisiones a lo largo del asa, en los bordes, no parecen formar ningún esquema decorativo.

El pedestal, circular, está formado por la peana (escocia) y el reborde de apoyo en forma convexa. Una placa ovalada, al parecer formando unidad con la peana, le une al busto.

Procede del Cuadro I,20 de la cuadrícula del Foro y corresponde al interior de la habitación U. Se halló a una profundidad de 2,22 m. respecto a la línea 0, a 0,48 m. al Este de la pared LI 20,108 y a 1,50 m. de la pared LI 20.109.

En 1963 Kazimierz Majewski²¹ elaboró un Corpus de los balsamarios de bronce, romanos, en forma de busto humano, en cuyo trabajo se recogían los publicados anteriormente como el más conocido de Peter Goesler²² y se añadían otros. En los años siguientes aquella obra se ha puesto al día con nuevos hallazgos y la exhumación de piezas inéditas de fondos de Museos y de colecciones de toda índole. A su lista de balsamarios L. Pressouyre aportó numerosos complementos, precisiones y correcciones²³.

Hoy se conocen ejemplares de la Galia, Alemania, Holanda, Bélgica, Hungría, Yugoslavia y Bulgaria. Aparte de Hispania, hay muestras muy esporádicas en Mauritania Tingitana, Damasco, Dura Europos y Begram (este último en Afganistán). A juzgar por el número de hallazgos parece que estos balsamarios han sido usados en Europa central, bordes del Rin desde el Mar Negro hasta las Galias e Hispania, siendo escasos en el Sur de la Galia así como en Italia del Norte.

Su función ha estado muy discutida; se ha supuesto que debía ponerse en relación con determinados condicionamientos históricos y religiosos, como podría ser la difusión del culto de Isis, aunque se tiende a pensar que su uso pudiera tener un alcance más amplio que el relacionado con un culto muy preciso²⁴. En general,

²¹ K. MAJEWSKI. 1963. *Brazowe Balsamaria Antropomorficzne W. Cesarstwie Rzymkim* (Balsamarios antropomorfos en bronce en el Imperio Romano), en *Archeologia* (Polonia), XIV, p. 95-126.

²² En especial P. GOESSLER. 1928. "Antike Büstengefäschchen aus Metall", en *Antike Plastik für W. AMELUNG*, Berlin-Leipzig, p. 75-86.

²³ A su lista de balsamarios L. PRESSOUYRE. 1962. A propos d'un balsamaire trouvé à Lamaurelle, Lot et Garone, en *Rev. Arch.*, 2, p. 165-181 aportó mayores precisiones y adiciones.

Así los de Galia se añadieron por P. LEBEL. 1965. Une vue d'ensemble sur les balsamaire romains en forme de buste humain, en *Rev. Arch. de l'Est et du Centre-Est*, 16, p. 309-311.

²⁴ St. BOUCHER. 1976. Recherches sur les bronzes figurés de Gaule pre-romaine et romaine en *Bibl. Ec. Fr. Athenes et Rome*, fasc. 228, Rome, en especial p. 84-85.

siguiendo a Goessler, se acepta que estos balsamarios son contenederos de granos de incienso aunque no se excluye que contuvieran en ocasiones aceite perfumado. Por ello el nombre de balsamarios es el que parece más adecuado.

La discusión también ha afectado a los centros de producción: para unos su origen sería alejandrino (Coarelli)²⁵, mientras que para A. Radnoti²⁶ sería centro-europeo o galo; para S. Boucher el hecho de que en Egipto no haya aparecido ni un solo ejemplar es un argumento que hace inviable la idea de relacionar los balsamarios con el tráfico de incienso desde Alejandria²⁷.

Respecto a la fecha de su producción hay que tener presente dos hechos: 1) que siendo objetos de pequeño tamaño los Corpus han debido elaborarse mediante el manejo de una ingente bibliografía en que destacan los Informes y Noticias de Excavación y la publicación de los Catálogos de los museos, lo que quiere decir que el ambiente en que aparecieron es muy dudoso en la mayoría de los casos; y 2) la no existencia en Pompeya y Herculano, en principio obliga a fecharlos después del 80 a.C. Desde el punto de vista estilístico el argumento principal de datación se inspira en los retratos de Antinoo con los que tendrían un terminus posible y la difusión del culto al joven encontraría correspondencia con la generalización de este tipo de objetos²⁸.

Con referencia a Hispania, hay que destacar la importante labor de Salvador F. Pozo al rastrear y dar a conocer los balsamarios antropomorfos de bronce de la Península Ibérica²⁹. Este autor ha rellenado con trece ejemplares el mapa, poniendo de relieve el hecho de que la mayor concentración de piezas corresponde a Lusitania, donde se señalan cinco muestras, mientras que en el Levante son totalmente desconocidas.

Dentro de la serie hispánica S. F. Pozo ha distinguido los siguientes tipos:

- a) Efebo con clámide, representado por los ejemplares de Mulva (Munigua), Arenas de San Pedro (M.A.N.) y Valencia de Alcántara (Cáceres).
- b) Nubios y negroides, distinguiendo los que no tienen barba (Santo Tomé, Jaén), de los que ostentan barba y bigote (Mérida).
- c) Busto de niño, de Medellín (Badajoz).

²⁵ F. COARELLI. 1961. Nuovi elementi per la cronologia di Begram, cinque recipienti bronzei in forma di busto en *Arch. Classica*, 13, p. 76-77.

²⁶ A. RADNOTI. 1938. Die römische Bronzegefäße von Pannonien, en *Diss. Pann.* ser. II, n. 6, Budapest, p. 172 ss.

²⁷ S. BOUCHER. 1973. 1. c. p. 185 y IDEM. Problemes de l'influence alexandrine sur les bronzes d'époque romaine, *Latomus* 32, p. 799-811.

²⁸ K. MAJEWSKI, n. 34, 44, 107.

²⁹ S. F. POZO. 1988. Balsamarios figurados del M.A.N., en *Bol. del M.A.N.* IV, 1986, p. 47-53, y IDEM, Balsamarios antropomorfos en bronce de época romana hallados en Hispania, en *Arch. Esp. Arq.* n. 61, p. 275-297.

- d) Sátiros o Faunos jóvenes: uno de Mérida (de los columbarios) otro de Coria (M.A.N.), el de Luz de Tavira (Algarve) y el de Bande (Orense).
- e) Antinoo de Aquae Flaviae (Chaves, Portugal).
- f) Busto de Marte?, de Sigüenza (Col. Cabré).
- g) Busto femenino de Villanueva de los Barros.

A esta importante serie es preciso añadir ahora dos más: el de Pollentia, que nos ocupa en estas páginas y que entraría dentro del grupo d) de Sátiros o Faunos y uno inédito que se exhibe en el Museo del Palacio del Gobernador de Denia procedente seguramente de las excavaciones del Hort de Morand de la ciudad de Denia, que se inscribe dentro del grupo b) de Nubios y negroides, muy semejante al giennense de SantoTomé³⁰ (aunque por el tipo de cabello pudiera ser un efebo como el de Arenas de San Pedro (M.A.N.). Es de esperar que el elenco de balsamarios hispánicos con forma humana pueda ser ampliado dentro de poco tiempo, revisando la bibliografía de excavaciones y museos y a la luz de nuevos trabajos de campo. Con estos dos ejemplares el área de Levante deja de ser un espacio en blanco en el mapa de la Hispania romana.

RODELAS DE VIDRIO OPACO DECORADAS CON PECES (Est. IV,1)

Son diez fragmentos redondeados de vidrio opaco, de color verde azul turquesa (excepto uno de ellos más azulado, como agua marina). Sus diámetros oscilan entre 3 cm. y 3,5 cm. y su grosor entre 6 y 4 mm. no siendo por entero uniforme. Es probable que las piezas se hubieran recortado para una utilización secundaria (fichas de un juego?, fichas de un rompecabezas?) y no en el momento de su fabricación primera. Ello parece evidente al comprobar que hay una rotura en línea recta entre las dos piezas decoradas con el cuerpo del pez. Si esto es así ello pondría de manifiesto que las piezas proceden de placas y no de una vasija.

La cara superior de los diez fragmentos está muy picada, como muy rodada o porosa debido a la presencia de burbujas redondas producidas durante el proceso de la fabricación. Las rodajas son planas, con la cara inferior lisa y embadurnada en algunos lugares con una especie de "pintura" blanca lustrosa. No hay ningún

³⁰ Folleto-guía del "Museu Arqueologic de la ciutat de Denia" publ. Ayuntamiento de Denia, 1987. En el pie de foto se le denomina como Dios Mercurio y se fecha en el s. III d.C.

En pruebas este artículo he tenido ocasión, por gentileza de su autor, de recibir su publicación que desconocía.

J.A. GISBERT, «Balsamario con representación de Mercurio en una domus de Dianium, Denia (Alicante)», en J. ARCE y F. BURKHALTER (Coord.), Bronces y Religion Romans, *Actas del XI Congr. Int. de Bronces Antiguos*, Madrid, mayo-junio 1990. Monografías de la Esc. Esp. de Hist. y Arq. Roma. C.S.I.C. Madrid 1993, ps. 212-227.

depósito o sedimento como mortero alrededor de los bordes ni hay tampoco indicación de que las piezas hubieran sido elaboradas originalmente a partir de formas poligonales.

Dos de ellas están decoradas con la figura de un pez, de cuerpo estrecho y color plateado con líneas oscuras en el lomo, escamas, ojo y agallas y detalles dorados en el cuerpo. En la fotografía hemos colocado una tercera con una "cola" de listas blancas y negras, que es muy probable que corresponda a un segundo pez, ya que los bordes de la rodela no se juntan bien con los anteriores y por otra parte las colas de pez suelen tener dos aletas.

Otras dos piezas muestran restos de decoración en color marrón y negro que probablemente corresponde a sendos pulpos. El pez (o peces) y los pulpos deben ser piezas de vidrio embutido dentro de la superficie. No se trata por tanto de pintura sobre la superficie exterior. Los colores están incrustados dentro de la sección de la pared de las rodelas y las secciones de las mismas son semejantes en color a la superficie.

Vidrios opacos colorados, de azul y verde, se usaron para un buen número de vasos a molde a mediados del s. I d.C.. Así hay fragmentos de vasos de estos colores en Tarragona (en el depósito Pasaje Cobos) y hay vasos completos de enterramientos de Mérida. Después de la mitad del s. I d. C. el vidrio opaco se usó raramente para vasos, aunque se conoce una amplia gama de colores e incrustaciones en paredes y en muebles de época tardo-romana. Jennifer Price, al conocer los fragmentos por las fotografías que le enviamos, sin proporcionarle el contexto, dió por bueno que las piezas de Pollentia procedían de incrustaciones del s. III d.C., si bien el hecho de que hubieran vuelto a trabajarse es indicativo de que ha debido pasar un cierto tiempo entre la fecha de producción y la de deposición.

Con el fin de tener una expertisse sobre estas piezas hemos acudido a la mejor conocedora del vidrioromano en Hispania, Miss Jennifer Price del Department of External Studies de la Universidad de Leeds, quien aún reconociendo no haber visto nada semejante a estos fragmentos ni en España ni fuera de ella, ha tenido la amabilidad de brindarnos algunas referencias publicadas de grandes vasos planos con motivos de peces y piezas decoradas de la misma forma de paneles planos.

El artículo "An Inlaid Glass Plate in Athens"³¹, tiene dos partes; la parte I, pags. 29-36 de Gladys Davidson Weinberg contiene la descripción y discusión del vaso y la parte II (pags. 37-47) por Robert Brill es el exámen de los fragmentos en el laboratorio.

³¹ *Journal of Glass Studies*, IV, 1962, 29-48.

Varios fragmentos de un gran plato plano (alt. 52 mm., diam. labio 346 mm., diam. base 150 mm., grosor 5-7 mm.), se hallaron en las excavaciones del Agora de Atenas, en las ruinas de una casa privada en las pendientes más bajas de la colina de las Ninfas, en estratos de ruinas datados por las monedas asociadas, en los raids de destrucción de las tribus bárbaras Herulas en el 267 d.C.

Alrededor de la mitad del área central del plato se conserva así como dos piezas que no unen del labio (Est.IV,2), aunque no aparece el color de la ilustración original. El vidrio está ahora muy descompuesto: el color de fondo es azul turquesa opaco o aguamarina, el vidrio se describe como poroso y el vaso parece haber sido fabricado a base de capas de "glass cane" con secciones poligonales que se han fundido juntas.

Una figura humana y uno o más peces están incrustados en la superficie superior del plato; estos aparecen como una capa fina de mosaico de vidrio, formado por la unión y fusión de pequeñas piezas de varios colores; el pez, que como el de Pollentia, tiene un cuerpo largo y estrecho, está coloreado de plata y de verde oro y la cabeza humana tiene un cabello y ojos muy oscuros y un sombrero oscuro y blanco, una cara blanca opaca, brazo blanco y gris y otros detalles en azul oscuro, oro y vidrio sin colorear.

Se supuso que el vaso debió fabricarse entre el s.II a.C. y el s.I d.C. basandose en la comparación con formas cerámicas similares. Ello sin embargo representa que el vaso sería ya muy viejo cuando se encontró en el depósito de mediados del s. III d.C. Yo me inclino a pensar que también es posible una fecha más tardía para el vaso.

El artículo de Atenas describe también un plato sin procedencia, con partes de tres peces incrustados, que se halla ahora en el Metropolitan Museum of Art; el color de fondo es azul turquesa brillante, y los peces, que son mayores que los del plato de Atenas, se hicieron en rojo, verde, amarillo, blanco opaco y beige. Otros fragmentos del Kunsthistorisches Museum, Viena, Munich, la colección Sangiorgi (este fragmento ha sido vuelto a trabajar como una rodela, como los de Pollentia), en la Col. Ray Winfield Smith y el Museo de Arte de Toledo (Ohio) se usan como paralelos.

Más piezas que se supone que se fechan en los comienzos del período romano se incluyen en el trabajo de Sidney M. Golstein³², algunas probablemente de vasijas y otras seguro de incrustaciones. Piezas de las colecciones vaticanas fueron estudiadas por Fritz Fremesdorf³³. Una (282) procede de un plato azul claro opaco con un anillo en la base, y otra en verde azulado opaco puede pro-

³² *Pre-Roman and early Roman Glass in the Corning Museum of Glass* (Corning, 1979) nos. 532-3; 792-6.

³³ *Antiques, Islamisches und Mittelalterliches Glass....in den Vatikanischen Sammlungen Roms* (Citta del Vaticano, 1975) nos. 282-6.

ceder de un vaso semejante, mientras que las otras tres procedían de placas planas. Es interesante tener en cuenta que Fremesdorf sugirió que la mayoría de esas piezas podían datarse en el período romano final.

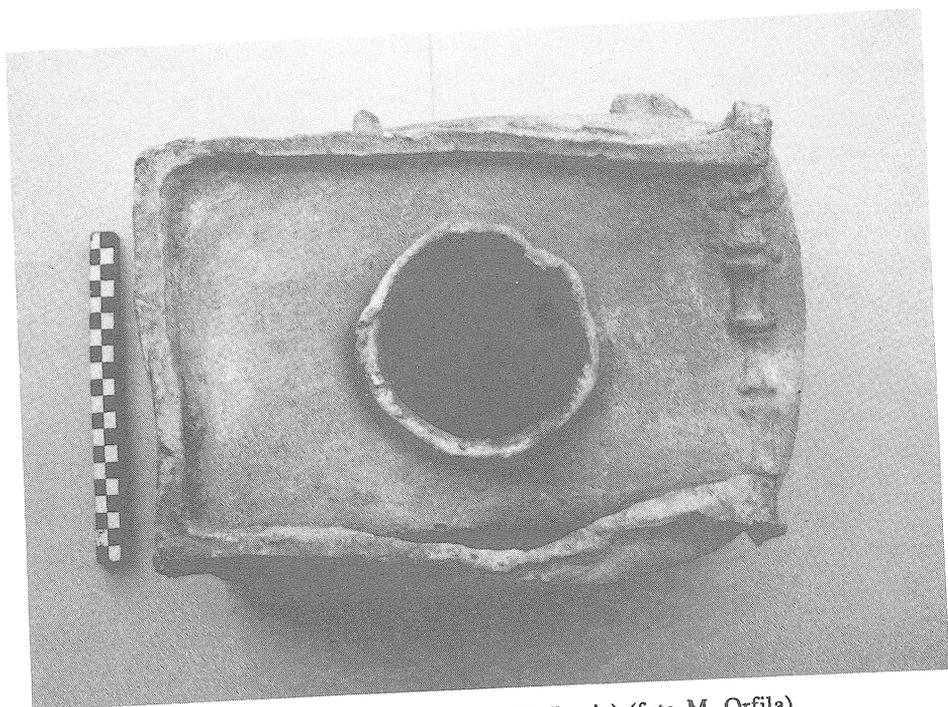
Los otros fragmentos de vasos o incrustaciones que he encontrado son una pequeña pieza (n.337) en la Oppenlander Collection³⁴, y otros, antes en la colección Kofler-Truniger³⁵. Muchos de este último grupo parece que se han formado como elementos de peces para insertarse en un dibujo de teselas, y no usados como embutido en una matriz coloreada y pocos tienen un fondo azul o verde opaco.

Además de los fragmentos registrados hasta ahora algunos paneles de vidrio de opus sectile hallados en canastas de un depósito del s.IV de Kencherai, el puerto Este de Corinto, tienen peces entre sus motivos³⁶.

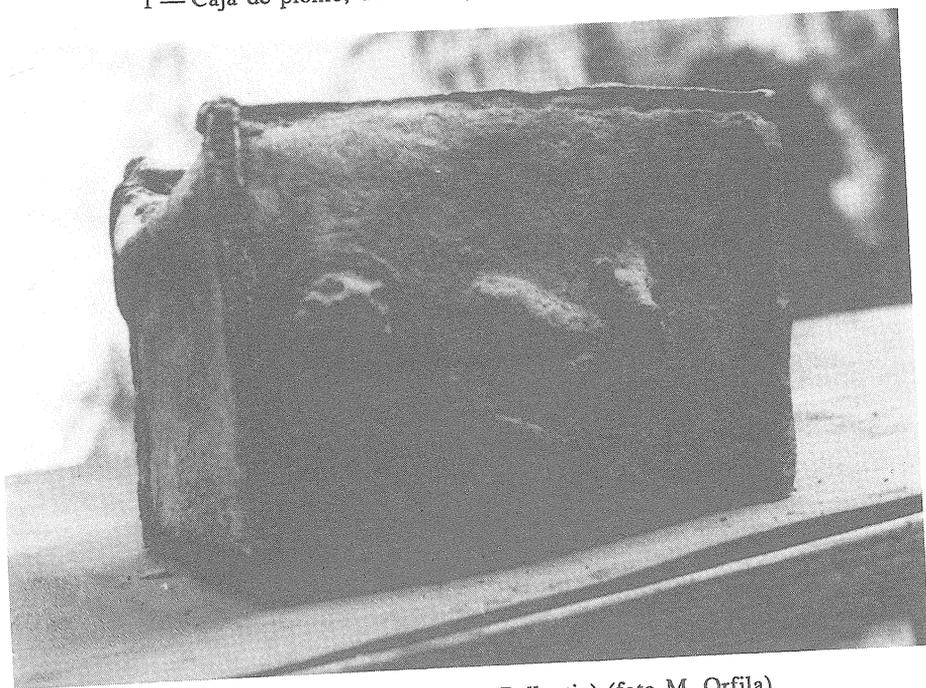
³⁴ AXEL VON SALDERN et al. 1974. *Glaser der Antike: Sammlung Oppenlander*, Hamburg.

³⁵ Catálogo de ventas de Christie, del 5-6 marzo, 1985, n. 226.

³⁶ L. IBRAHIM; R. SCRANTON; R. BRILL. 1976. *Kenchreai, Eastern Port of Corinth, Part II, The Panels of Opus Sectile in Glass*, Leiden, 1976.



1 — Caja de plomo, decorada (Pollentia) (foto M. Orfila).



2 — Caja de plomo, decorada (Pollentia) (foto M. Orfila).

Est. II.1



Anillo-sello com inscripción (Pollentia) (foto Michal Heron).



Anillo-sello com inscripción (Pollentia) (foto Michal Heron).

Est. III.1

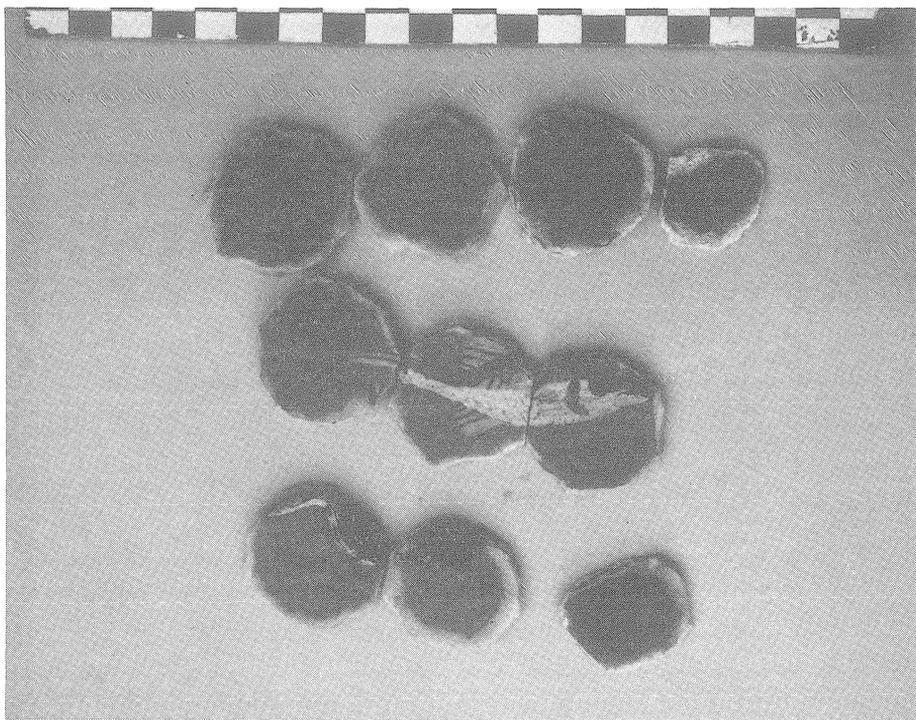


Balsamario con busto de fauno (Pollentia) (foto Michal Heron).

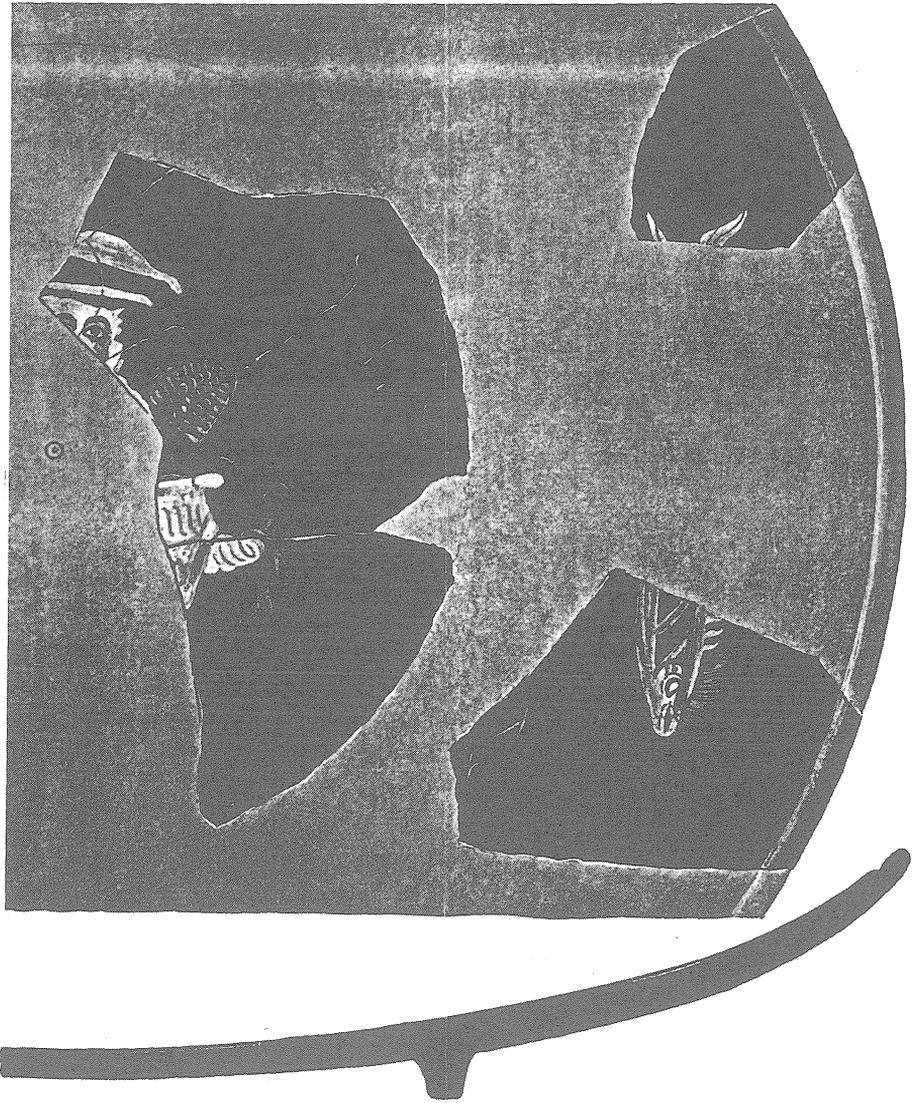


Balsamario con busto de fauno (Pollentia) (foto Michal Heron).

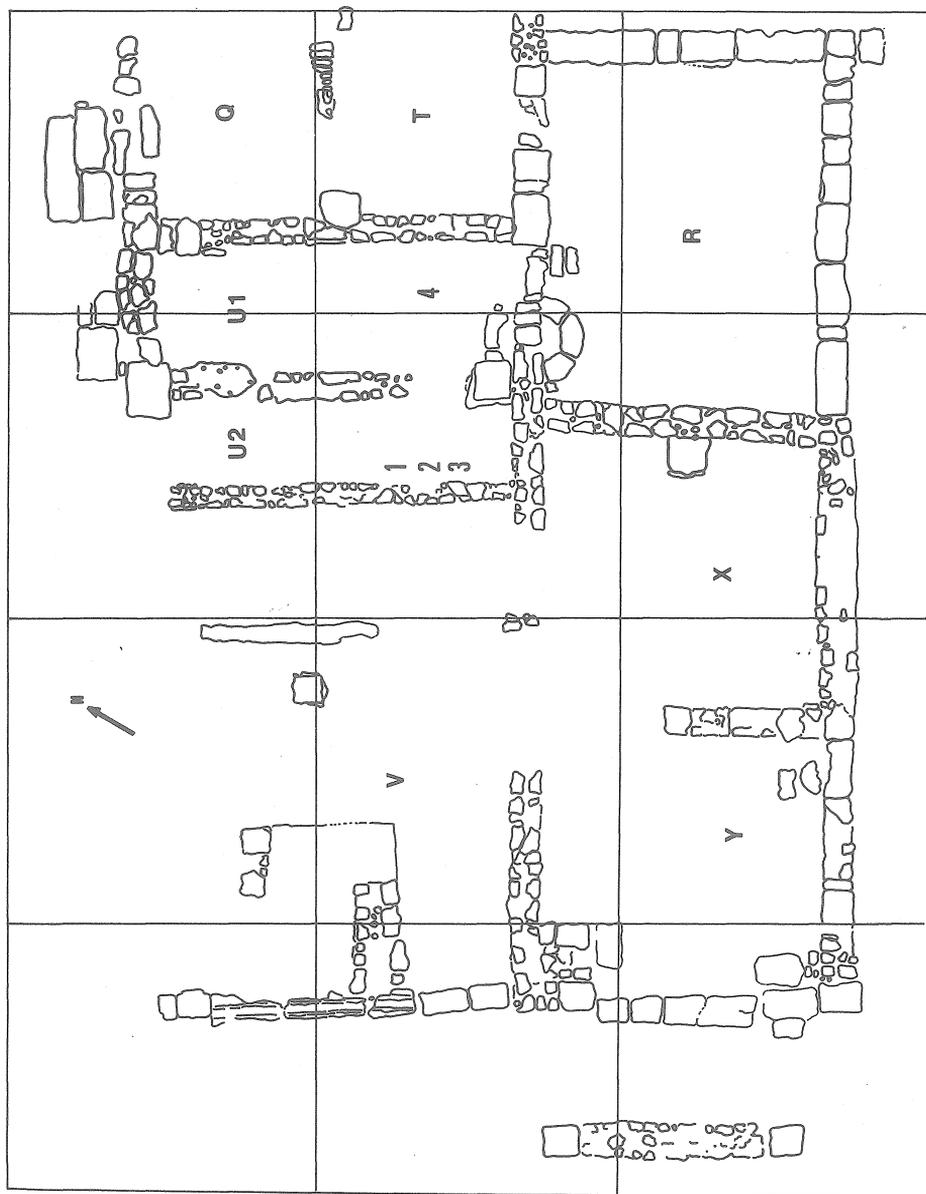
Est. IV.1



Discos de vidrio, con decoración incrustada (Polentia) (foto M. Orfila).



Plato de vidrio encontrado en Agora, Atenas — pintura restaurada.



La estancia U en el area comercial del foro de Pollentia (Mallorca). Localización de los hallazgos: 1. caja de plomo; 2. anillo-sello; 3. balsamario; 4. discos de vidrio.

FORTIFICACIONES Y CAMINOS MEDIEVALES. NUEVAS PERSPECTIVAS PARA SU ESTUDIO

por

José Avelino Gutiérrez González y
Carmen Benítez González

Resumen: La arqueología medieval abre nuevas perspectivas para el conocimiento de la cultura material medieval, superando el análisis únicamente documental. El objetivo es estudiar la arquitectura militar en conexión con los grupos sociales que la originan en función de unas necesidades y unas respuestas defensivas; así, las fortificaciones y los caminos juegan un importante papel en la formación y expansión feudal de los reinos cristianos del Norte peninsular, determinando diferentes formas de ocupación del territorio variables en el espacio y el tiempo: castros, motas, castillos, recintos, pueblas e puestos de vigilancia de vías.

Palabras-clave: Fortificación. Caminos. Repoblación.

INTRODUCCION

La arquitectura militar no puede ser estudiada descontextualizada de sus coordenadas históricas, es decir, sin fijar la atención en las causas de su creación y en sus funciones, y -por supuesto- en relación con los procesos políticos y socioeconómicos que expliquen su origen, morfología y agrupamiento en sistemas de fortificaciones. Es preciso, pues, considerar a éstas no sólo como manifestaciones materiales de un grupo social sino también -y sobre todo en la formación social feudal- como instrumentos de apropiación de bienes y medios de producción, de ocupación y control del espacio y de consolidación hegemónica de ese grupo social dominante. Así, tan cambiantes y dinámicas como la propia organización social son los factores que generan la aparición de nuevos instrumentos materiales de apropiación, nuevas fortificaciones adaptadas a las sucesivas necesidades de reproducción y expansión económica del sistema social. Por tanto, a través de la arquitectura militar se percibe no sólo la evolución técnica y militar sino la misma evolución de la sociedad que se refleja en esos modelos de ordenación y organización del espacio (J.A.GUTIERREZ GONZALEZ, 1992).

Así, después de confrontar el acopio documental (información cronística, diplomática, etc.) con el registro arqueológico, hemos elaborado un repertorio básico de modelos de fortificación feudal (castros, castillos, motas, recintos amurallados de ciudades y villas...) basado tanto en criterios tipológicos (morfología general: emplazamiento, planta, alzado, técnica constructiva, elementos arquitectónicos) como en la interrelación de estructuras y factores geopolíticos de creación que determinan su ubicación, extensión, trazado, técnica y función. De esa interdependencia resulta una secuencia de tipos, fases y sistemas de fortificaciones que explican el avance y la evolución de la implantación feudal en el norte peninsular (J.A.GUTIERREZ GONZALEZ, 1989, 1992).

CAMINOS, PEAJES Y FORTIFICACIONES MEDIEVALES

La red viaria medieval dista mucho de ser bien conocida, aunque aportaciones recientes tienden a ir perfilando el entramado básico de algunas áreas norteñas (E.FERREIRA PRIEGUE, 1988, E.BARRENA OSORO, 1991, etc.). A partir de esos estudios podemos ver que la red viaria básica y los principales nudos de comunicaciones medievales coinciden en sus rasgos elementales con los de época romana. Al entramado interno se superponen con mayor vigor desde los siglos XI-XII los ejes que de este a oeste articulan las grandes rutas de peregrinación y comercio. Pero, además de las grandes vías de comunicación que unen los principales núcleos de población, existe un amplio entramado de caminos secundarios, de carácter comarcal o local, que ponen en relación no sólo los pequeños asentamientos rurales sino también un variado conjunto de áreas de gran interés para la explotación económica del territorio (zonas de uso agrícola, ganadero, recursos mineros, etc.).

La instalación de los sucesivos sistemas de fortificaciones responde al control de esos espacios articulados mediante la red viaria. Ya desde los orígenes de la expansión feudal en tiempos de Alfonso III se había creado una línea este-oeste de *castella* en el borde sur de la Cordillera Cantábrica, controlando los pasos por los desfiladeros que crean los angostos valles de norte a sur en la montaña asturleonera (J.A.GUTIERREZ GONZALEZ, 1986). A lo largo del siglo X se densifica la ocupación y jerarquización del territorio en la cuenca del Duero desde los *castra* alineados a lo largo de la red fluvial duriense (J.A.GUTIERREZ GONZALEZ, 1989). En los siglos XII y XIII una nueva reordenación y jerarquización de poblaciones se produce mediante las nuevas "pueblas" o villas fortificadas, cabezas de territorios (alfoces) que se convierten en los principales núcleos políticos y socioeconómicos, al tiempo que nudos básicos de comunicaciones.

Pero queremos ahora llamar la atención sobre un tipo particular de instalación sobre los caminos, directamente relacionados con ellos mediante las funciones de control y exacción fiscal.

Si bien todas las fortificaciones ejercen ese control sobre el territorio, a través de los caminos encontramos un tipo de instalación surgido especialmente y casi únicamente para ese fin; y ello no tanto en cuanto centro militar sino como instalación de carácter fiscal: la percepción de impuestos sobre la circulación y tráfico de bienes y mercancías (peajes o portazgos).

La importancia de los peajes para el conocimiento de las rutas, la circulación y tráfico comercial, y el papel que juegan en la consolidación económica y política de las poblaciones y en la financiación de construcciones y fortificaciones, ya ha sido puesta de manifiesto por algunos estudios (C.GONZALEZ MINGUEZ, 1989, J.GAUTIER DALCHE, 1981, R.PEREZ BUSTAMANTE, 1981, etc.).

Se constata frecuentemente la percepción de esos aranceles en las puertas y vías de entrada a las villas y ciudades (J.GONZALEZ, 1942-43), que añaden así una función fiscal a la propiamente defensiva; también consta su cobro en el paso de puentes o en vados mediante barcas, así como en los puertos marítimos (J.GONZALEZ, 1944-45). Pero también a menudo se documenta la percepción -o exención- de portazgos en determinados puntos de las rutas que no coinciden con poblaciones ni fortificaciones importantes. Así, en la vía entre Oviedo y León por el puerto de Pajares se registran cobros de portazgos en Olloniego, Mieres, Pola de Lena, Campomanes, Pajares, Villanueva de la Tercia y Pola de Gordón, escalonados en el camino (RGS, XII, nº167, año 1495, etc.).

Uno de los primeros y más significativos casos documentados en el reino de León es la supresión del portazgo del puerto de Valcarce o del Cebreiro (entre León y Galicia) -percibido en el *castillo de Sancta Maria de Auctares*- decretada en 1072 por Alfonso VI para favorecer a los transeúntes, especialmente a los mercaderes y peregrinos (M.RISCO, 1787, doc.XXVI).

A través del registro documental se advierte la cronología y ubicación de esos puestos de control y percepción de aranceles viarios, así como los beneficiarios de su cobro. Así, podemos ver que el establecimiento de portazgos o la autorización para percibirlos -así como las exenciones de su pago- corresponde, en principio, al monarca. Así lo recogen las *Partidas* de Alfonso X: "*Las rentas de los puertos e de los portazgos que dan los mercaderes por razon de las cosas que sacan o meten en la tierra (...) son de los Emperadores e de los Reyes (...)*" (Partida III, ley XI, tit.XXVIII). Forman parte, por consiguiente, de los instrumentos de afirmación del poder y autoridad regia, como otros castillos y fortificaciones en villas, ciudades, etc.

Sin embargo es frecuente observar que la delegación y concesiones por el rey a otros poderes se convierten en abusivas apropiaciones de bienes y exceden-

tes; las quejas y reacciones contra esas prácticas depredadoras motiva intervenciones supresorias del monarca, como ocurrió en 1072 en el puerto del Cebreiro. Además de los *milites* o *potentes* que por delegación regia habían llegado a privatizar tales impuestos, otro importante sector de beneficiarios fueron los *Monasterios* y *Obispos*. Abadías como la de Santa María de Arbas, situada sobre el camino de Oviedo a León en el mismo puerto de Pajares, obtuvo del monarca los derechos de portazgo (J.M.QUADRADO, 1855, 163) confirmados por Alfonso IX en 1227, Fernando III en 1251, etc.; tal privilegio constituye una importante contribución financiera a sus obligaciones para con los transeúntes y peregrinos.

Además, las instituciones monásticas y catedralicias son también las principales beneficiarias de las exenciones de pago cuando transitan y transportan mercancías; suficientemente expresivo es el caso del monasterio de Corias (Asturias) que en 1138 transportaban por el puerto de Leitariegos 15 bestias cargadas con trigo de León; los *portarios*, Martino Fernandez y Martino Iermias, del conde Suero -tenente de Laciana, Babia, Luna y Paredes por delegación regias exigen el pago del portazgo, alegando los monjes estar exentos; una investigación requerida por el abad demostró que la dispensa se remontaba a los tiempos de Alfonso VI (A.FLORIANO CUMBREÑO, 1950, I, nº182). Exenciones similares obtuvieron también algunos concejos como el de Oviedo, dispensado por Alfonso X de pagar portazgos entre Oviedo y León-Astorga-Benavente (C.M.VIGIL, 1889, 52). Monasterios como el de Carracedo obtuvieron tanto derechos de portazgos -el de la tierra de Aguiar en 1349- como exenciones de pago -en el Valcárcel en 1312- (M.DURANY-M.C.RODRIGUEZ, 1992).

En la baja Edad Media, sobre todo a mediados del siglo XV, será la nobleza laica la principal captadora de esos excedentes, a menudo de forma violenta y en contra de las disposiciones regias, a través de los derechos de tránsito. En los puertos entre Asturias y León la familia Quirós fue una de las mayores receptoras de esos beneficios (Elbira de Quirós en Torrebarrio -puerto Ventana- desde antes de 1459); su descendiente Gonzalo Bernaldo de Quirós fue, unos años más tarde, acusado reiteradamente de abusar del cobro y robar a los viajeros en los caminos y portazgos de Lena, Mieres, Campomanes, Torrebarrio y Torrestío, donde construyó una "casa e torre fuerte" sin licencia (RGS, 1493, fol.213; 1495, fol.172; 1499, s.f., etc.).

Estos y otros ejemplos dejan ver la elección de los puestos de percepción: además de poblaciones en el mismo camino destaca la instalación en puertos, colladas y gargantas o desfiladeros; de manera especial podemos apreciar cómo la mayoría de los puertos entre León y Asturias o León y Galicia a través de las montañas cantábricas y galaicas cuentan, entre los siglos XI y XV, con instalaciones de este tipo; constan documentalmente en los puertos, de este a oeste, de

San Glorio, Pontón, Tarna-San Isidro, Vegarada, Pajares, Ventana, Leitariegos, Cebreiro, Cabarcos, etc. Además de pasos obligados difíciles de eludir son también límites jurisdiccionales de concejos, territorios y a veces también obispados y reinos.

Sin embargo, la identificación exacta del puesto de percepción no ha sido convenientemente esclarecida. En algún caso -sobretudo bajomedieval- la propia documentación deja constancia de dicho lugar, como el torreón de Puebla de Lillo (Z.GARCIA VILLADA, 1914, nº719, año 1315); en otros la toponimia ofrece alguna referencia aproximativa: Torrebarrio, Torrestío, Portilla de la Reina, Portela de Valcarce, Portela de Aguiar...

La identificación y reconocimiento arqueológico de estas instalaciones ha permitido conocer la estructura y funcionamiento del cobro de estos aranceles, así como del control y vigilancia que desde ellas se ejerce sobre las vías y sus inmediaciones. Además el reconocimiento de una tipología común en dichas instalaciones (documentadas) ha permitido localizar otras no documentadas, ubicadas en otros puertos, gargantas y hoces.

CARACTERISTICAS MORFOLOGICAS DE LOS PUESTOS DE CONTROL DE VIAS Y PERCEPCION DE PEAJES

Emplazamiento. En la mayoría de los puertos de montaña entre Asturias y León o León y Galicia, y en otros pasos intermedios (como desfiladeros) hemos localizado puestos fortificados sobre los caminos. La primera característica común a todos ellos es la ubicación en lo alto de cerros o picos montañosos asentados sobre la propia vía de comunicación, con gran visibilidad y dominio sobre el camino y sus inmediaciones.

Se emplazan en las proximidades del cambio de vertiente del puerto: Portilla de la Reina en la bifurcación de los puertos de San Glorio y Pandetrave, La Uña en el de Ventaniella, Puebla de Lillo entre los puertos de Tarna y San Isidro, Barrio de la Tercia en el puerto de Pajares, Torrebarrio y Torrestío entre los puertos de Ventana y la Mesa, Caboalles en el de Leitariegos, Trabadelo en el de Cebreiro, Portela de Aguiar en el de Cabarcos.

En una latitud más baja, en otras bifurcaciones o pasos angostos, se emplazan algunas más, escalonadas con las anteriores o en caminos secundarios: Riaño y Burón en las bifurcaciones de los puertos del Pontón, San Glorio y Tarna; Cistierna, en la misma vía del río Esla a la entrada a la montaña cantábrica; Montuerto en el desfiladero a la entrada a la Cordillera por la vía del río Curueño; Olleros de Alba y Santiago de las Villas también a la entrada desde el sur a la montaña en hoces de caminos secundarios entre las vías del Bernesga y del Luna;

Sena de Luna en la vía del valle del Luna cerca de la bifurcación de los puertos de Ventana y Somiedo-Leitariegos, etc.

Planta y elementos arquitectónicos. En la cima de los cerros se registran restos de las instalaciones, que debieron ser sencillas construcciones para alojar a un reducido número de personas, los *portarios*; la superficie ocupable en la cima de los picos es muy exigua en la mayoría de los casos, dejando cabida para una pequeña torre, de planta rectangular en Riaño, Burón, Lillo, Barrio de la Tercia, Torrebarrio, Sena (donde hay dos torrecillas), Montuerto o Portela de Aguiar; plantas circulares se detectan -muy arruinadas- en Portilla de la Reina, Olleros de Alba, Cisterna, Torrestío y Caboalles. El estado ruinoso no deja apreciar su planta en las de La Uña, Trabadelo y Santiago de las Villas. En alguna se construyó una cerca envolvente donde las laderas permiten un -relativo- fácil acceso: Cisterna, Lillo, Olleros de Alba, Caboalles; los fuertes escarpes rocosos de los puestos de Montuerto, Portilla de la Reina, La Uña, Barrio de la Tercia, Sena o Portela de Aguiar hacen innecesario sumar más defensas artificiales. En otras ocasiones -en Burón, Riaño, Trabadelo- cumplen esa función taludes terreros y fosos de ocupaciones precedentes, de época prerromana.

En las de Burón y Barrio de la Tercia son visibles cisternas o aljibes excavados en la roca, revestidos con mampostería y hormigón hidráulico.

El estado ruinoso, la acumulación de derrumbes y la escasez de restos visibles en superficie -a falta de excavaciones arqueológicas- impide reconocer en ellas otros elementos constructivos, defensivos o habitacionales.

Un hecho destacable es la asociación que algunas de las instalaciones presentan (en Montuerto, Barrio de la Tercia, Torrebarrio) con ermitas o construcciones religiosas en sus proximidades o en un emplazamiento próximo, más bajo, generalmente en el llano al pie del cerro y junto al camino; circunstancia que puede relacionarse con la vinculación del cobro del portazgo a instituciones religiosas.

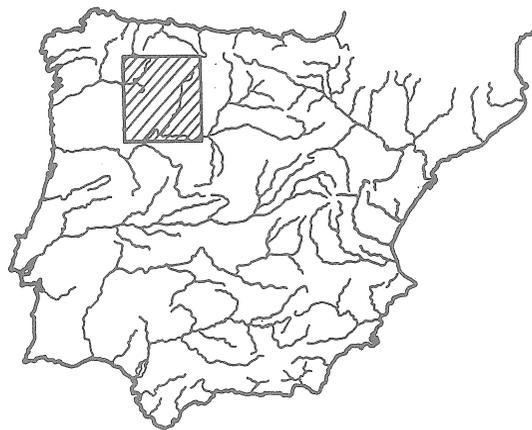
CONCLUSIONES

Los puestos de control de vías de comunicación no reúnen todas las características de las construcciones defensivas (murallas, fosos, elementos de tiro, etc.) presentes en los otros tipos de fortificaciones: castros, castillos, motas, murallas urbanas... (J.A.GUTIERREZ GONZALEZ, 1989, 1992). Prácticamente su defensa natural (emplazamiento en alto, escarpes rocosos) y el aislamiento con fosos o pequeñas cercas en algún caso son los únicos nexos con la arquitectura militar; por tanto, su función debe relacionarse con el control o vigilancia de

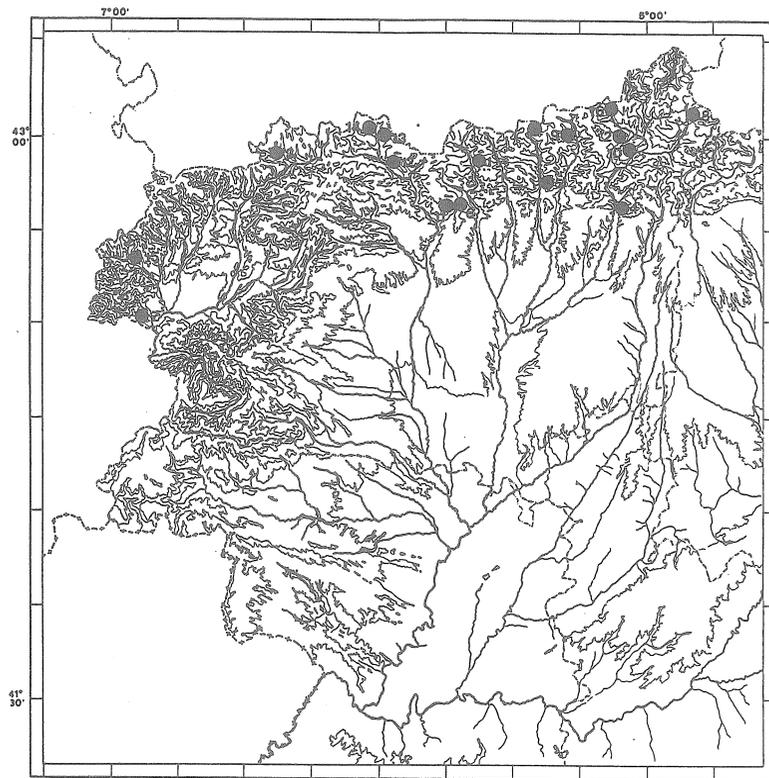
caminos y el cobro de peajes a transeúntes y mercaderes. Algunos de dichos puestos, no obstante, tuvieron alguna participación político-militar en la organización territorial y en enfrentamientos bélicos, como Burón, centro político-territorial desde el siglo XII, que interviene en las contiendas fronterizas entre los reinos de León y Castilla poco después, siendo denominado entonces *Castellum de Buraon*; o los de Montuerto y Portilla de la Reina, que intervienen en las mismas guerras de los siglos XII y XIII (J.GONZALEZ, 1944-45) al mismo tiempo que se documentan en ellos la percepción de portazgos a comienzos del siglo XIII (Ib., nº219).

BIBLIOGRAFIA

- ALFONSO X, *Las Siete Partidas*, ed. Valencia, 1767.
- BARRENA OSORO, E., dir., 1991, *Historia de las vías de comunicación en Guipuzkoa. I. Antigüedad y Medioevo*, San Sebastián.
- FERREIRA PRIEGUE, E., 1988, *Los caminos medievales en Galicia*, Orense.
- FLORIANO CUMBREÑO, A., 1950, *El Libro Registro de Corias (Primera parte)*, Oviedo.
- GARCIA VILLADA, Z., 1914, *Catálogo de los códices y documentos de la Catedral de León*, Madrid.
- GAUTIER DALCHE, J., 1981, "Les péages dans les pays de la Couronne de Castille. Etat de la question, réflexions, perspectives de recherches", *Les communications dans la Péninsule Ibérique au Moyen Age*, Paris, 73-78.
- GONZALEZ MINGUEZ, C., 1989, *El portazgo en la Edad Media. Aproximación a su estudio en la Corona de Castilla*, Bilbao.
- GONZALEZ, J., 1942-43, "Aranceles del portazgo de Sahagún en el siglo XIII", *Anuario de Historia del Derecho Español*, XIV, 573-578.
- GONZALEZ, J., 1944-45, *Alfonso IX*, Madrid, 2 t.
- GUTIERREZ GONZALEZ, J.A., 1989, "Sistemas defensivos y de repoblación en el reino de León", *III Congreso de Arqueología Medieval Española. Actas. I. Ponencias*, Oviedo, 169-191.
- GUTIERREZ GONZALEZ, J.A., 1992, *La Arquitectura militar en el reino de León. Siglos IX al XIII*, Universidad de Valladolid (ed.microficha).
- PEREZ BUSTAMANTE, R., 1981, "El marco jurídico para la construcción y reparación de caminos", *Les communications dans la Péninsule Ibérique au Moyen Age*, Paris, 163-178.
- QUADRADO, J.M., 1855, *Recuerdos y bellezas de España. Asturias y León*, Madrid.
- RGS, Archivo General de Simancas, *Registro General del Sello*, Valladolid, 1951-1974, XIII vols.
- RISCO, M., 1787, *España Sagrada. Contiene el estado antiguo de la Santa Iglesia esenta de León*, Madrid, t.XXXVI.
- VIGIL, C.M., 1889, *Colección histórico-diplomática del Ayuntamiento de Oviedo*, Oviedo.



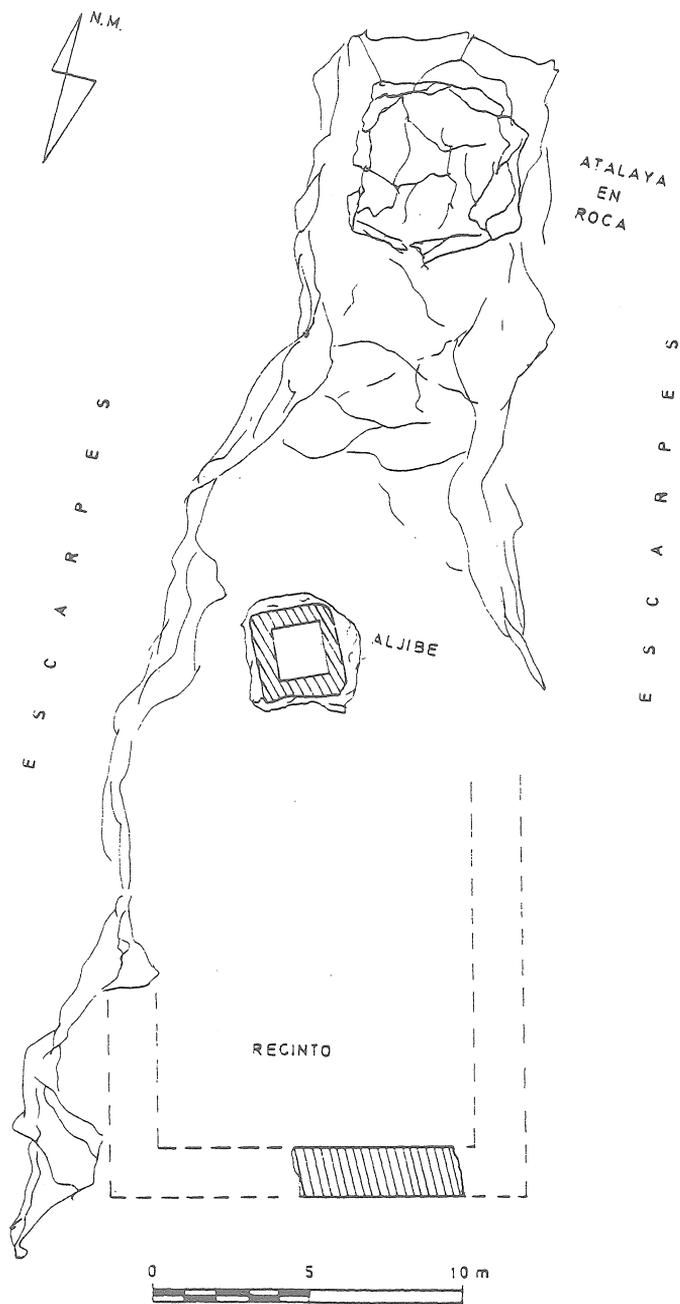
MAPA I - SITUACION DEL REINO DE LEON. SIGLOS IX-XIII



MAPA II - PUESTOS DE CONTROL Y VIGILANCIA DE VIAS

- 1-Barrio de la Tercia. 2-Burón. 3-Caboalles.
- 4-Citierna. 5-Montuerto. 6-Olleros de Alba.
- 7-Portela de Aguiar. 8-Portilla de la Reina.
- 9-Lillo. 10-Riaño. 11-Santiago de las Villas.
- 12-Sena de Luna. 13-Torrebarrio. 14-Torrestío.
- 15-Trabadelo (Autares). 16-La Uña.

Mapa de situación de los puestos de control y vigilancia de vías en el reino de León.



Planta de "La Peña del Castiello", Burón (León).



Fot. 1 — Vista del puesto de control y vigilancia de la vía del Curueño en Montuerto (León).



Fot. 2 — Vista del emplazamiento del puesto de control y vigilancia de la vía del puerto de Pajares en Barrio de la Tercia (León).

LA EXCAVACIÓN EN LA IGLESIA DE SANT JAUME SESOLIVERES (IGUALADA, BARCELONA)

por

Alberto López Mullor, Javier Fierro Macía
y Àlvar Caixal Mata*

Resumen: En 1993, se llevó a cabo la excavación de esta iglesia, como primera etapa de su restauración. Los trabajos han permitido fijar la fecha de construcción hacia el primer cuarto del siglo XIII. También han dado ocasión de seguir detalladamente todas las transformaciones sufridas por el edificio hasta el presente y datarlas, destacando entre ellas una reforma generalizada del propio templo y de su entorno a mediados del siglo XIV, o un espectacular recrecido de la fábrica, a finales del XV. Igualmente, debe reseñarse el hallazgo de tumbas de inhumación correspondientes a la *sagrera* medieval, situables entre 1225 y 1350, aproximadamente.

Palabras-clave: Iglesia. Necrópolis. Medieval.

La iglesia de Sant Jaume Sesoliveres o Sant Jaume d'Igualada se encuentra al oeste del término municipal y muy cerca del casco urbano de esta localidad, situada a unos 70 kilómetros de Barcelona. Está en posición dominante sobre la falda de una colina, circundada por una urbanización y próxima a la carretera que conduce a Jorba.

Se trata de un edificio de gusto románico y planta sencilla, compuesto de nave única y cabecera semicircular, todo ello erigido con aparejo de sillares de piedra arenisca local bastante bien labrados. En el ángulo sudeste se observa la sacristía, un pequeño añadido rectangular, flanqueado por dos de los cuatro contrafuertes que aparecen en la fachada meridional del templo y que se completan con un quinto adosado al ábside. Siendo éste liso, aunque dotado de banqueta ornamental, el único elemento de cierto carácter en la fábrica medieval lo constituye el arco de una de las dos puertas, la occidental, hoy tapiada, que posee una rosca de dovelas bien trabajadas. El acceso meridional, el único practicable y cuyo arco ha desaparecido casi por completo, debió tener una apariencia similar,

* Servicio de Patrimonio Arquitectónico Local. Diputación de Barcelona.

aunque cuenta con un menudo trasdós de piezas horizontales. De todos modos, lo que más llama la atención en este edificio es la presencia de un piso superior compuesto de paños de mampostería alternados con pilares embutidos en el paramento. Todo ello se encuentra coronado en el testero por un complicado juego de tres espadañas sucesivas, todas ellas en muy mal estado.

En el momento de iniciarse nuestros trabajos, a instancia del Ayuntamiento de Igualada, la iglesia se encontraba gravemente deteriorada, falta de cubierta y sometida a un saqueo más o menos sistemático desde su abandono definitivo con motivo de la guerra civil de 1936-1939¹. Cabe añadir que a mediodía del edificio existía una terraza artificial pavimentada con losas, que facilitaba el acceso y suavizaba el desnivel natural, bastante pronunciado. Al norte el terreno era mucho más llano y conectaba con una calle de la urbanización.

1. PLANTEAMIENTO

La investigación arqueológica de este edificio constituyó la primera etapa de las obras de restauración que nuestro Servicio debe llevar a cabo en el mismo. Su objetivo consistía en conocer las distintas fases evolutivas de la iglesia y completar los datos proporcionados por los estudios de fuentes escritas e historia del arte desarrollados paralelamente. Teniendo en cuenta la configuración del yacimiento y los hallazgos que se fueron realizando, se consideró oportuno no agotar toda la superficie excavable, toda vez que los sondeos abiertos dieron la información suficiente para alcanzar el objetivo propuesto.

Los trabajos se realizaron desde el 14 de abril hasta el 6 de julio de 1993. Además, los días 19 y 29 de julio se abrieron bajo control arqueológico algunos pequeños sondeos para completar los estudios constructivos y estructurales. La campaña afectó todo el interior del templo, la mitad occidental del entorno de mediodía y los dos tercios de poniente del entorno septentrional, realizándose también un sondeo junto al testero del edificio.

En la mayoría de estos lugares se llegó al terreno natural, aun cuando hubiese algunas excepciones, como la de una habitación hallada al suroeste de la iglesia, que se dejó en el nivel del pavimento del siglo XIV, y otra estructura localizada en el centro del entorno septentrional donde quedó al descubierto una parte del estrato de amortización. De igual modo, en el interior del templo no se extrajo una inhumación aparecida en el centro de la nave, casi adosada al escalón presbiterial

¹ Según Mestre (1992: 59) y Castellano (1993), en 1877 Sant Jaume era sufragánea de la iglesia parroquial de l'Espelt, donde se trasladaron las campanas de nuestro templo en 1920, al cesar el culto regular. Después, hasta 1936, sólo se celebraba oficio el día del santo patrón.

más adelantado. En el lado norte tampoco concluyó la excavación de todas las tumbas, permaneciendo *in situ* los individuos de algunas sepulturas que se internaban en el perfil oriental de la trinchera practicada.

2. DESARROLLO DE LOS TRABAJOS

Antes de iniciarse la excavación extensiva, se trabajó en sendos pequeños sondeos perpendiculares a la fábrica del templo en la importante capa de aportación que se le adosaba por los lados este, oeste y norte. Estas catas pusieron de manifiesto que la mencionada capa correspondía en una mínima parte a la caída de la cubierta de la iglesia y sobre todo estaba compuesta de tierras acumuladas por la erosión de la colina. En consecuencia decidimos extraer este nivel por medios mecánicos hasta llegar a la cota del pavimento exterior, en que descansaba.

Una vez realizada esta limpieza, la excavación se extendió al interior del templo y la sacristía. Según parece, durante los años sesenta se habían llevado a efecto en estos ámbitos algunos vaciados clandestinos, que habían deteriorado un hipogeo situado a los pies de la nave y los alrededores de esta estructura, abriéndose también algunos agujeros en puntos periféricos del aula y la cabecera. En vista de esta situación, lo primero que se hizo fue limpiar escrupulosamente tales lugares, y a continuación se excavó el resto hasta llegar al terreno virgen. En seguida, se pasó a la sacristía donde se extrajeron en extensión las distintas capas hasta alcanzar la roca natural.

Cuando hubo acabado la excavación interior del templo, se inició la investigación del entorno de meridiodía. En este lugar se empezó abriendo una trinchera exploratoria de 1,50 m de anchura en dirección norte-sur, cuyo eje era el mismo que el de la puerta meridional del edificio. A tenor de los interesantes hallazgos realizados, se decidió continuar la excavación en la mitad occidental del entorno de meridiodía, llegándose en toda ella al terreno virgen, salvo en la habitación mencionada más arriba. En el lado norte se realizó una operación similar, continuándose la misma trinchera en dirección norte-sur, que en este caso fue ampliada tanto a poniente como a levante pues la potencia era mucho menor que en el lado opuesto.

3. RESULTADOS

3.1. Fundación, ca. primer cuarto s. XIII (figs. 1.1, 3-4)

El material estratificado más antiguo proporcionado por la excavación es un lote de cerámica gris obrado en el taller de Cabrera d'Anoia (o Cabrera de Igua-

lada)², que apareció asociado a la fundación de la primera terraza del entorno meridional del edificio (figs. 5.1, 6.1). El pavimento interior de la iglesia, una capa de cal y yeso apoyada en el terreno natural, no dio pieza alguna.

Uno de nosotros participó en la redacción del único estudio de la cerámica de Cabrera d'Anoia publicado hasta ahora³. En aquel artículo se decía que la producción del centro podía fecharse desde la segunda mitad del siglo XII hasta mediados del XIII. Sin embargo, algunas de las excavaciones realizadas por nuestro Servicio durante los últimos años en la zona de expansión de tales manufacturas nos han ayudado a matizar su cronología. Ahora sabemos que era abundante hacia finales del siglo XIII, momento de la edificación de las actuales iglesias de Santa María de Rubió y Sant Miquel de Veciana⁴. También hemos constatado que en los silos amortizados con motivo de la construcción del templo de Santa Cànida d'Orpí, ya dentro del siglo XIV, esta cerámica estaba presente⁵ pero no en exclusiva.

Con tales antecedentes parece claro que la cronología final de la cerámica de Cabrera debe rebajarse hasta el siglo XIV ocupando tal vez la primera mitad de esta centuria, aunque seguimos sin tener datos precisos para el inicio de la producción. En consecuencia, como las piezas encontradas en el depósito de referencia no pueden ser más típicas del taller que nos ocupa, creemos que una datación de principios del siglo XIII, quizá de su primer cuarto, les cuadra perfectamente. Tal cronología podría verse confirmada por el estilo de la obra primitiva del edificio, a la que sin duda hay que asociar la primera ocupación de la terraza sur, y en todo caso cuenta con un *terminus ante quem* de hacia 1350, que luego veremos.

Esta atribución temporal también significa que en la excavación del yacimiento no se han encontrado indicios asociables a la iglesia de Sant Jaume mencionada en los documentos desde 1059⁶. No dudamos que aquella construcción existiera, pero el caso es que no se trata de la que hemos estudiado. Habremos de creer que, como en otras ocasiones, un edificio posterior sustituyó al original conocido por las fuentes, erigiéndose la nueva construcción con la misma

² Fuera de contexto aparecieron otros materiales más antiguos, tales como una lasca, tal vez musteriense, que podría asociarse a un horizonte del Paleolítico Medio localizado en los alrededores (Gracia, 1989). También se encontraron diversos fragmentos de cerámica común ibérica, que confirman la existencia de un establecimiento de estas características en la zona (Enrich, J. y J., 1989: 68). Igualmente, se localizaron algunas *tegulae*, lo que permite afirmar que el lugar también estuvo ocupado en época imperial romana.

³ López Mullor, Nieto, 1979.

⁴ Rubió: Juan, López Mullor, 1991: 45 ss. Veciana: Solé, 1991: 214 ss.

⁵ López Mullor, Fierro, Caixal, 1989: 37; *Id.*, 1991: 88; *Id.*, en prensa.

⁶ Mestre, 1992: 29; Benet, 1992: 420.

advocación que la primitiva mas en otro lugar dentro del propio término⁷.

Por otra parte, resultan sugerentes unas citas documentales en las que primero se hace referencia a la ausencia de sacerdote encargado del culto (1236), y al poco (1248) se llega a una concordia entre el señor jurisdiccional y el monasterio de Montserrat, del que dependía Sant Jaume desde su fundación, para instalar un presbítero en el templo. Parece extraño que un lugar considerado parroquia documentalmente desde 1102 careciese de un clérigo⁸. Por ello se podría pensar que la presencia del nuevo párroco obedeciese a la construcción de un edificio también nuevo.

Sea como fuere, el templo de aquella época -el *segundo* templo según nuestra interpretación-, era de estilo románico, formado por una sola nave encabezada por un ábside semicircular y dotado de dos puertas, una a mediodía y la otra a poniente. La cubierta debió adoptar la apariencia de bóveda de medio cañón en el aula, reforzada por un arco perpiaño, y de bóveda de horno en el ábside. El pavimento interior era de piedra en el presbiterio, abarcando este espacio dos ambientes, uno circunscrito al área de la cabecera y limitado por dos escalones que coincidían con la posición del arco triunfal, y otro que comprendía una cuarta parte de la nave aproximadamente, también elevado pero en una cota más baja que el ábside, pues los separaban los dos escalones aludidos. El resto del aula, al que se descendía mediante otra grada desde la superficie que acabamos de describir, era llano y pavimentado con una mezcla de cal y yeso.

A ambos lados de la nave se situaban sendos bancos, entre la cara oriental de las pilastras que sustentaban el arco fajón y el primer escalón del presbiterio. Eran de piedra, compuestos de sillares bien escuadrados colocados a soga sin apreciarse juntas destacables. El aparejo de las paredes del resto de la fábrica también era de piedra arenisca, formado por sillares colocados igualmente de largo unidos con juntas resaltadas. Es factible que las paredes hubiesen estado enlucidas, aunque observando las cuatro capas de revoco que se conservan no hemos podido distinguir si la más antigua databa del momento de la construcción del edificio o de la primera reforma.

Aunque debemos suponer que la sagrera eclesial rodeaba el edificio, la necrópolis, por lo menos en las primeras etapas, se concentró en el lado septentrional. Allí se practicaron numerosas tumbas, la mayoría de ellas recortadas en las margas, debido con toda seguridad a la escasez de tierra unida a la blandura del terreno natural, y no a un rito determinado. La única tumba que no

⁷ Puede tratarse de un caso muy similar a la iglesia de Sant Valentí de les Cabanyes, en el Penedès, citada en los textos desde 1122 pero construida en el último tercio del siglo XIII, según demostró la excavación: López Mullor *et alii*, 1992: 21-23, 121-122.

⁸ En caso de no indicarse expresamente lo contrario, las noticias documentales se han tomado del estudio sobre las fuentes escritas realizado en 1993 por A. Castellano, que permanece inédito.

estaba recortada en el nivel eocénico corresponde a un momento posterior, ya que se encuentra en una capa más elevada que el resto, y posee las típicas características de una cista, quizá para entonces ya estaba horadada toda la roca y se había hecho necesario verter algo de tierra en este sector. Pese a todo, este enterramiento casi afloraba en el momento de excavarlo.

En el entorno meridional de la iglesia primitiva hubo dos terrazas artificiales que hicieron accesible la vertiente de la colina. Ambas estaban limitadas a mediodía por sendos muros de contención contruidos a base de bloques de arenisca relativamente grandes y bastante bien labrados, unidos con un poco de arcilla y aparejados irregularmente.

Entre el primer cuarto del siglo XIII y mediados del XIV se construyó un conjunto de estructuras que ocupaba la terraza inferior. La más espectacular de ellas es un muro que dibuja una curva pronunciada orientada a levante, cuya utilidad desconocemos al haber desaparecido debido a la erosión y la acción antrópica el resto de la estructura de la que formaba parte. En el mismo caso se encuentran unas ruinas muy degradadas aparecidas al suroeste de la zona excavada, apoyadas en la roca natural y sin estratigrafía asociada, salvo el nivel superficial que las cubría (fig. 3).

Suponemos que un elemento encontrado en la zona del testero es también inmediatamente posterior a la primera etapa del edificio. Se trata de un zócalo construido en dirección norte-sur (fig. 1.1). Ocupa prácticamente toda la anchura de la fachada de poniente, salvo una quinta parte en el extremo meridional aproximadamente, y fue erigido con sillares, losas irregulares y otros materiales, como una dovela reaprovechada. La superficie vista está unida con mortero de cal, conservándose en muy poca altura; la cimentación que llega a las margas naturales, situadas a unos 50 cm de profundidad, aparece ligada con arcilla. El zócalo está formado por tres tramos escalonados y apoyados en las margas, que podrían haber sido recortadas; el tramo intermedio coincide con la situación de la puerta occidental del templo. En la parte superior del elemento, en el tramo meridional, el mejor conservado, se observa un fuste de columna colocado verticalmente y unido con mortero a la base de la estructura; inmediatamente a mediodía, aparecen unos restos que podrían ser la parte inferior de una pilastra.

La posición estratigráfica del elemento proporciona algunos indicios. En primer lugar debe destacarse que está adosado al templo, en segundo lugar que el pavimento que se le asociaba, aun habiendo desaparecido por lo menos en su apariencia originaria, estaba en la misma cota que la cúspide del estrato único que se le entregaba en el momento de la excavación: una capa de cronología incierta removida hasta finales del siglo XV por numerosos enterramientos sucesivos. También es evidente que el zócalo permanece truncado por el extremo septentrional. Una explicación de esta mutilación pudiera ser que se hubiese producido

al construirse el muro adosado al ángulo noroeste de la iglesia. Con todo, no tenemos ninguna prueba estratigráfica de ello, pues el mencionado paramento se encuentra algo alejado. En cualquier caso, cuesta imaginar que ambas estructuras fueran compatibles.

Resulta difícil interpretar esta construcción, teniendo en cuenta su fragmentariedad. Sin embargo, se podría pensar que pudo formar parte de alguna estructura ornamental relacionada con el acceso a la iglesia por poniente. Así lo atestiguaría la aparición de lo que parece una base de pilastra, aunque no acabamos de encontrarle función al fuste reutilizado.

3.2. La reforma de mediados del siglo XIV (figs. 1.2, 3-4)

Con motivo de esta modificación en el interior del templo se pavimentaron de nuevo los dos ambientes del presbiterio. En el exterior se llevaron a término numerosas reformas en los lados norte, y sur. Para datar tales transformaciones nos basamos en la presencia o ausencia de la misma cerámica del taller de Cabrera mencionada al principio, y sobre todo en una serie de monedas aparecidas dentro y fuera del edificio. En cuanto a la cerámica, ya hemos visto que a finales del siglo XIII se encontraba en plena producción, lo que podría indicar que su consumo continuó durante el XIV. De todas maneras, los fragmentos aparecidos en el estrato de amortización de la necrópolis proceden en buena parte de otro centro. Todo ello podría indicar que a lo largo del siglo XIV la producción del alfar aludido tendió a menguar considerablemente, o que a mediados de aquella centuria ya había terminado, y las piezas que encontramos son residuales, amortizadas tardíamente (fig. 5.2).

En este supuesto, nos hallaríamos en una etapa de transición en las manufacturas cerámicas, con la aparición de productos poco conocidos, por lo que sobre todo hemos confiado en las monedas para establecer la datación de esta fase. Las piezas más significativas corresponden a Pedro el Ceremonioso (1336-1387) y fueron acuñadas en Barcelona, apareciendo acompañadas de numerario de Jaime I batido en las cecas de Aragón (1248), Barcelona (1258) y Valencia (1271). Teniendo en cuenta que la moneda fraccionaria del rey conquistador circuló durante largo tiempo, no resultando extraño encontrarla en conjuntos de hasta mediados del siglo XIV⁹, creemos que la etapa que nos ocupa se ha de situar hacia esta fecha, atendiendo también a que las monedas de Pedro IV de Aragón tuvieron una circulación circunscrita a su época¹⁰.

⁹ Clua, 1992: 241-242.

¹⁰ Mateu Llopis, 1969: 86, 90.

Las reformas atribuibles a la fase que nos ocupa son, por lo que atañe a la iglesia, la nueva pavimentación del presbiterio con las losas que se conservaron hasta el inicio de nuestra excavación -y que todavía permanecen en los testigos que dejamos-, y el nuevo rejuntado de los sillares de la cabecera y algunos del noroeste de la nave, caracterizado por la presencia de una incisión en el centro de la junta.

En el entorno de mediodía se anuló la terraza superior y quedaron cubiertas por un relleno de tierra y piedras las estructuras que se habían construido durante la fase inmediatamente anterior. Es muy probable que la terraza inferior original continuara en uso, aunque resulta difícil comprobarlo al haberse visto afectada muy profundamente por la erosión. El objeto de la colocación de las tierras mencionadas era la formación de una nueva terraza superior, más adelantada hacia el sur, en cuyo seno se pudiese erigir una serie de habitaciones, como por ejemplo la que se encontró a poniente de la superficie estudiada.

La construcción de tal habitación supuso el tapiado de la puerta meridional de la iglesia, puesto que el muro oriental de la nueva estructura se le entregaba. Este nuevo recinto se hallaba pavimentado con losas de piedra y tenía dos puertas, una más pequeña en el este y otra mayor a poniente de la que conocemos el quicio. Para enlazar las dos terrazas, en el muro de la más elevada se abrió una puerta situada algo más a levante que la de la iglesia.

En el lado norte se erigieron dos construcciones, una cuadrada adosada al templo y dotada de una puerta al nordeste, y otra rectangular junto al ángulo noroeste de la fábrica. Las dimensiones de este segundo cuerpo no se han podido definir con exactitud debido a la considerable mella realizada por la erosión en sus muros perimetrales. De todos modos, sabemos que, como el anterior, poseyó un pavimento interior de tierra apisonada.

Seguramente, durante esta misma etapa se añadió una nueva estructura al testero del templo. Se trata de un muro adosado al ángulo noroeste de anchura idéntica al paramento de la fachada septentrional de la iglesia, compuesto por sillares bien labrados colocados a tizón y unidos con arcilla; al parecer, su longitud actual coincide con la original.

La posición estratigráfica de esta unidad resulta clara, pues se encuentra adosada al edificio; también sabemos que desde un momento determinado, quizá desde siempre, limitó un ámbito en el lado de mediodía, pues esta cara presenta enlucido. La cota del pavimento correspondiente también la conocemos, teniendo en cuenta que el inicio de la cimentación, caracterizada por las hiladas de piedras verticales como en ciertos sectores de la iglesia, se advierte fácilmente a simple vista. De cualquier modo, es imposible datar esta estructura directamente, pues el único estrato que se le entregaba por el lado meridional se hallaba muy revuelto por sucesivos enterramientos y daba material de épocas muy distintas. En el lado

norte la posición era similar y sólo se advertía que nuestro muro era posterior a algunas de las tumbas. Con todo, debe añadirse que el aparejo es muy semejante al de la habitación descubierta al suroeste del edificio.

Esta similitud de los aparejos, el hecho de entregarse a la construcción religiosa y la posibilidad de que corte una estructura contigua¹¹ nos hacen pensar que esta pared se podría fechar hacia mediados del siglo XIV.

Entre mediados del siglo XIV y 1487 aproximadamente, se produjeron algunas pequeñas reformas. Una de ellas afectó la habitación descubierta al suroeste de la iglesia, rehaciéndose la parte superior de su muro meridional, tapiándose la puerta oriental y creándose un pequeño compartimento en el extremo de mediodía, donde se colocó un pavimento de yeso y cal. El otro cambio importante se produjo en el entorno septentrional, donde quedaron amortizadas todas las construcciones que habían funcionado hasta entonces. La fecha de este abandono no hemos llegado a precisarla, aunque podría ser algo posterior a la mitad del siglo XIV, atendiendo a que los estratos que entonces se depositaron sólo poseían cerámica gris, destacando la gran abundancia de piezas ajenas del taller de Cabrera, que sólo se hallaba representado de forma residual.

3.3. Los cambios decisivos de hacia 1487 (figs. 2.1, 3-4)

Estas transformaciones, desde el punto de vista arqueológico, las fechamos a través de la cerámica azul del taller de Barcelona aparecida en los estratos que se les asociaban (fig. 6.2-5). Por otra parte, debe tenerse muy en cuenta el *terminus post quem* para uno de los elementos de esta fase proporcionado por una cita documental, según la cual en 1487 se colocó un *porche* sobre la iglesia.

La excavación nos ha informado con mayor exactitud de los cambios acaecidos en el entorno del edificio. Así, sabemos que quedaron abandonadas y enterradas las estructuras que funcionaban a mediodía desde el adelantamiento de la terraza, y que a la sazón se construyeron los contrafuertes que flanquean la puerta meridional; y por extensión también el resto. De igual modo, en el área de la citada terraza se colocó un pavimento de losas de piedra que todavía permanecía en su lugar al iniciarse la excavación. Tanto la preparación de este pavimento como los rellenos que anularon las construcciones meridionales, contenían las cerámicas que hemos mencionado.

Las demás modificaciones no las hemos identificado mediante la excavación propiamente dicha, pero son fruto del análisis estratigráfico de las estructuras aéreas. De este modo, atendiendo a que los pilares del llamado *porche* elevado se

¹¹ *Supra*, 3.1.

apoyan sobre las paredes perimetrales del templo, previamente inclinadas y agrietadas, debe suponerse que fueron añadidos cuando el edificio ya tenía el aspecto actual, o como mínimo se le parecía bastante. Siendo los contrafuertes posteriores al desplome de los muros de la iglesia y conociendo su fecha de construcción gracias al material arqueológico de los estratos asociados a su fundación, podemos decir que ambos conjuntos de estructuras, los pilares del piso superior y los contrafuertes, pueden ser contemporáneos perfectamente.

La espadaña primitiva, apoyada sobre el recrecido del testero, debe datar de la misma época a tenor de argumentos similares. Se encuentra sobre un lienzo coetáneo de los pilares y consiguientemente se ha de situar en el mismo momento que los contrafuertes.

La posición de los repetidos pilares nos proporciona todavía otra pista, ya que en las paredes laterales de la nave descansan directamente sobre los paños conservados hasta hoy, y no en la cúspide teórica de estos paramentos, visiblemente faltos de su culminación. Esta posición sugiere que, al construirse el *porche* elevado, la cubierta original del aula románica ya había desaparecido y seguramente su ruina había provocado el desmochado de los muros en que descansaba. Evidentemente, ignoramos la apariencia de esta cubierta, aun cuando la importante anchura de las paredes que la sustentaban lateralmente y la presencia de los estribos de un arco perpiaño en el centro de la nave nos hacen imaginar que se trataba de una bóveda de medio cañón seguido.

Teniendo en cuenta estas consideraciones, suponemos que a finales del siglo XV la nave debía estar cubierta por un techo plano apoyado en un forjado. Quizá, en el ábside se conservaba todavía la bóveda de cuarto de esfera, puesto que su arranque ha llegado a nosotros y su presencia no era manifiestamente incompatible.

Parece prudente imaginar que en aquel momento la puerta meridional quedó expedita, habiendo desaparecido la construcción que impedía su uso; además, el nuevo pavimento de losas se entregaba al umbral. Mucho más difícil resulta situar el tapiado del acceso de poniente en la época que describimos, al no tener estrato alguno, interior o exterior, que se le relacione: los pavimentos más superficiales de ambos lados no llegaban a relacionarse con el umbral, impidiendo esta posición extraer conclusiones definitivas.

El único indicio de la anulación de esta puerta podría ser la construcción de un murete al noroeste del templo, casi exactamente sobre otra pared precedente aunque algo más retrasado, con la intención de mejorar el acceso a la terraza septentrional. Este añadido, realizado en la etapa que nos ocupa, quizá podría indicar una reorganización del lado de poniente, que habría implicado, sin duda, la amortización de un hipotético pórtico del que podría haber formado parte el primer muro construido al noroeste. Mucho más complicado es pronunciarse sobre la pervivencia del zócalo asociado al testero y de sus estructuras complementarias,

porque, como hemos indicado, el pavimento exterior más superficial no llegaba a cubrir sus restos.

Si la puerta occidental hubiese sido tapiada en esta fase, debe advertirse que en su cara interior quedó convertida en una capillita, y que además de tapiarse el fondo se amplió ligeramente hacia el norte, lo que presupuso la desaparición del montante septentrional.

3.4. Mejoras hacia el segundo tercio del siglo XVII (figs. 2.2, 3-4)

Algunos años después de 1632, se construyó la sacristía al sudeste de la fábrica. Su cronología la hemos averiguado a través de los materiales hallados en el interior de la trinchera de fundación, entre los que se cuentan una moneda de Felipe IV, acuñada en Barcelona en la fecha referida y cerámicas del mismo período. La erección de este elemento implicó el arrasamiento parcial de un contrafuerte que lo limitaba a poniente. También sabemos que su pavimento interior era de ladrillos planos con una preparación de arena y cal. La edificación de este cuerpo comportó la anulación de la ventana románica del sur de la nave, aun cuando la abertura propiamente dicha permaneció embebida en el muro medieval.

Es muy probable que, al tiempo que se construía la sacristía, se llevase a término una reparación del pavimento de la parte más elevada del presbiterio, donde se cambiaron algunas losas, puesto que en el estrato correspondiente se ha encontrado una moneda del período 1621-1665.

Esta época parece propicia para la realización de algunas obras, teniendo en cuenta las que hemos documentado en el propio yacimiento y en un gran número de templos durante los mismos años, y por lo tanto resulta lógico plantearse que acaso fuese el momento en que los espacios entre los pilares del *porche* elevado fueron cegados con lienzos de mampostería. Éstos se entregaron a los laterales de los pilares, dejándose juntas bien ostensibles entre ambas clases de elementos. Además, los nuevos paños quedaron claramente adosados al enlucido original de los pilares.

Teniendo en cuenta la posición que adoptaron los nuevos paramentos en la cabecera del edificio, es muy probable que la bóveda del ábside, si todavía se conservaba, fuese eliminada entonces, pues resultaba a todas luces incompatible con la posición de los añadidos.

Tal vez, en la misma época se restituyó el montante norte a la puerta de poniente, al reducirse las dimensiones de la capilla que acogía. También pudieran haberse abierto entonces las hornacinas de ambos lados de la nave, aunque tal

apreciación es arriesgada porque los enlucidos de estos elementos sólo aparecen en su interior, sin relacionarse con el resto de la fábrica. Por otra parte, en las pocas visitas pastorales de la edad Moderna que conocemos sólo se describe el altar mayor.

3.5. Las últimas obras importantes, ca. segundo decenio del siglo XVIII (figs. 2.2, 3-4)

Las cerámicas y en especial las monedas halladas en los niveles de esta etapa nos hacen situarla en la fecha del epígrafe, un momento que por otra parte suele documentarse en todas nuestras excavaciones caracterizado por una fuerte actividad edilicia, tanto religiosa como civil.

Uno de los rasgos emblemáticos de esta época es la colocación de un hipogeo en el tercio occidental de la nave destinado a lugar de enterramiento colectivo. Se trata de un tipo de construcción que hemos documentado en diversas iglesias catalanas¹². Aun cuando en nuestro yacimiento la tumba se halló saqueada y muy deteriorada, podemos deducir que poseía planta rectangular y estaba cubierta por una bóveda de piedra, quizá escarzana, en cuyo centro presentaba una abertura tapada por una lápida.

Con motivo de la construcción del hipogeo se pavimentó la mitad occidental de la nave con losas de piedra y seguramente se hicieron algunas reparaciones en el suelo del presbiterio con yeso y cal, adelantándose además ligeramente el escalón que limitaba a poniente su segundo tramo. Poco después, por cierto, se colocó la inhumación hallada -y no extraída- durante la excavación. La de más al oeste, lindando con el hipogeo, es anterior puesto que fue mutilada por esta estructura.

En la sacristía se debió reparar la cubierta, y en la planta superior del edificio se añadió un forro interior a los paños entre pilares. Estos lienzos, singularmente los de mediodía presentaban un cierto desplome y en general se encontraban retrasados respecto a la cara interna de los pilares. El forro mencionado, a base de piedras planas puestas verticalmente y unidas con juntas amplias de cal, regularizó toda la superficie interna del piso de arriba, alineando los paños intermedios y los pilares.

Durante las mismas obras, en el testero se colocó la espadaña más alta, apoyada sobre el forro descrito. El tercer campanario, inscrito en un ojo del primero, acaso sea de la misma época aunque su posición es poco expresiva.

¹² Por ejemplo en Sant Vicenç de Rus (Castellar de N'Hug) donde la estructura era muy similar: López Mullor, Caixal, Juan, 1989: 19-21. En Sant Cristòfol de la Castanya (el Brull) se encontró un elemento similar pero construido más toscamente: Beltrán de Heredia, 1991: 138-140.

Suponemos que las reformas del piso superior terminaron con la colocación de la bóveda de ladrillos planos y yeso, cuyos arranques se han conservado hasta hoy. Esta bóveda, de difícil filiación a través de la posición estratigráfica, era incompatible con el supuesto pavimento horizontal y forjado de finales del siglo XV, que lógicamente debieron desaparecer con motivo de su construcción.

Por fin, hemos de referirnos a la pila bautismal actualmente desaparecida. Su posición es evidente puesto que la base del elemento se conserva al suroeste de la nave. También sabemos que era anterior al siglo XVIII, ya que el pavimento de aquel momento se adosaba a la estructura que ha llegado a nosotros. Además, la pila como tal es mencionada específicamente en la visita pastoral de 1596. Con todo, ignoramos la fecha de fundación de esta estructura al descansar directamente en las margas naturales.

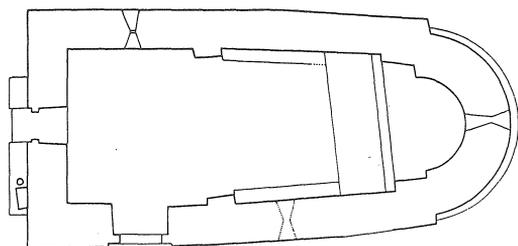
BIBLIOGRAFÍA

- BELTRÁN DE HEREDIA, J. 1991. "Resultados de la excavación en la iglesia de Sant Cristòfol de la Castanya". *Actuacions en el patrimoni*: 138-144.
- BENET, A. 1992. "Igalada. Sant Jaume Sesoliveres. Història". *Catalunya Romànica. XIX. El Penedès. l'Anoia*. Barcelona: 420-421.
- CASTELLANO, A. 1993. *Estudi de les fonts documentals de l'església de Sant Jaume Sesoliveres (Igalada)*. Servei de Patrimoni Arquitectònic Local. Diputació de Barcelona, (inédito).
- CLUA, M. 1992: "Els materials numismàtics trobats a l'església de Sant Marçal de Terrassola, Torrelavit (Alt Penedès)". *Miscel·lània Penedesenca (Sant Sadurn d'Anoia)*, XIV: 233-252.
- CLUA, M. (en prensa). "Diners de la Torre del Baró de Viladecans (Barcelona). Un ejemplo de la economía fiduciaria en la Cataluña de la Baja Edad Media". *XI Congrés Internacional de Numismatique*, 1991. Bruselas.
- ENRICH, J.; ENRICH, J. 1989. "Evolució dels models d'assentament i pautes econòmicoculturals del poblament ibèric i romà a la conca d'Òdena". *Estrat (Igalada)*, 1: 67-76.
- GRACIA, M.V. 1989. "Tres asentamientos paleolíticos en el valle inferior del Llobregat". *Estrat (Igalada)*, 2: 35-62.
- JUAN, M., LÓPEZ MULLOR, A. 1991. "Excavaciones arqueológicas en la iglesia de Santa María de Rubió". *Actuacions en el patrimoni*: 44-50.
- LÓPEZ MULLOR, A.; NIETO, F.J. 1979. "Hornos de cerámica medieval en el castell de Cabrera d'Anoia". *Informació Arqueològica (Barcelona)*, 30: 154-161.
- LÓPEZ MULLOR, A.; CAIXAL, À.; FIERRO, X. 1989. "Resultats de l'excavació arqueològica". GONZÁLEZ, A. (dir.), *Església de Santa Càndia d'Orpí*, Monografies, 1, Servei del Patrimoni Arquitectònic, Diputació de Barcelona. Barcelona: 35-42.
- LÓPEZ MULLOR, A.; CAIXAL, À.; FIERRO, J. (en prensa). "Difusión de las cerámicas grises/oxidadas medievales en las comarcas de Barcelona (siglos IX-XIII)". *Actas del IV Congreso de Arqueología Medieval Española*. Alicante.

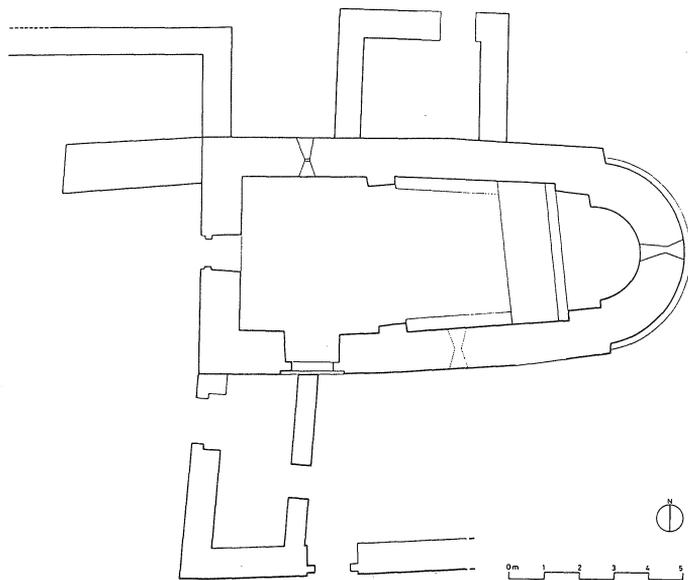
- LÓPEZ MULLOR, A.; CAIXAL, À.; JUAN, M. 1989. "Església de Sant Vicenç de Rus. 5. L'excavació arqueològica". *Recerques històrico-arqueològiques al Berguedà (1983-1986)*. Quaderns Científics i Tècnics, 1, Servei del Patrimoni Arquitectònic de la Diputació de Barcelona. Barcelona: 18-58.
- LÓPEZ MULLOR, A.; FIERRO, J.; CAIXAL, À. 1991. "Hallazgos de cerámica gris medieval en las comarcas de Barcelona". *A cerâmica medieval no mediterrâneo occidental, Lisboa 1987*. Mértola, 1991: 87-97.
- LÓPEZ MULLOR, A.; FIERRO, X.; CLUA, M.; SALVÀ, M.G.; CASTELLANO, A.; SALVADÓ, J. 1992. *Arqueologia, Història i Art de l'església de Sant Valentí de les Cabanyes*. Diputació de Barcelona-Institut d'Estudis Penedesencs. Sant Sadurn d'Anoia.
- MATEU LLOPIS, F. 1969. "Tesorillo de vellón de los siglos XIII-XV en Barcelona". *Cuadernos de Arqueología e Historia de la Ciudad (Barcelona)*, XIII: 80-90.
- MESTRE, J. 1992. *Sant Jaume Sesoliveres d'Igualada*. Igualada.
- SOLÉ, X. 1991. "Excavacions a l'església de Sant Miquel de Veciana". *Actuacions en el patrimoni*: 213-218.

ABREVIATURAS

Actuacions en el patrimoni: Simposi Actuacions en el patrimoni edificat medieval i modern (segles X al XVIII), Quaderns Científics i Tècnics, 3, Servei del Patrimoni Arquitectònic, Diputació de Barcelona. Barcelona, 1991.



1



2

Fig. 1 — Plantas esquemáticas de la evolución de la iglesia. 1. ca. primer cuarto s. XIII. 2. mediados del siglo XIV.

Est. II

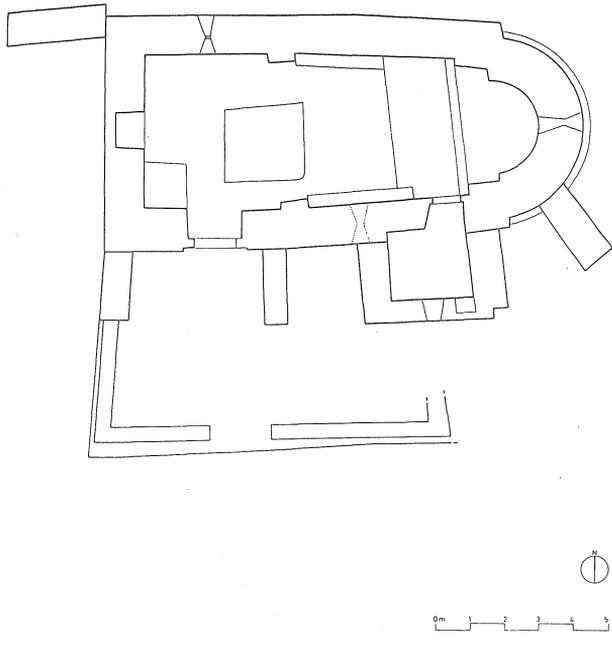
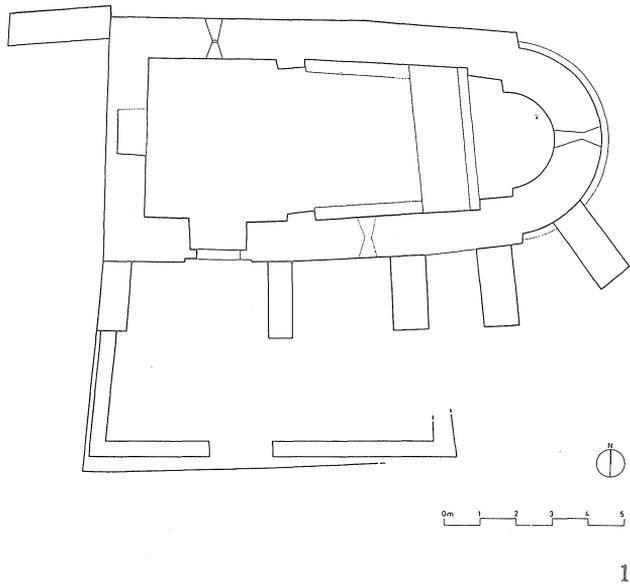


Fig. 2 — Plantas esquemáticas de la evolución de la iglesia. 1. *t.p.q.* 1487. 2. refecciones del segundo tercio del s. XVII y de inicios del XVIII.

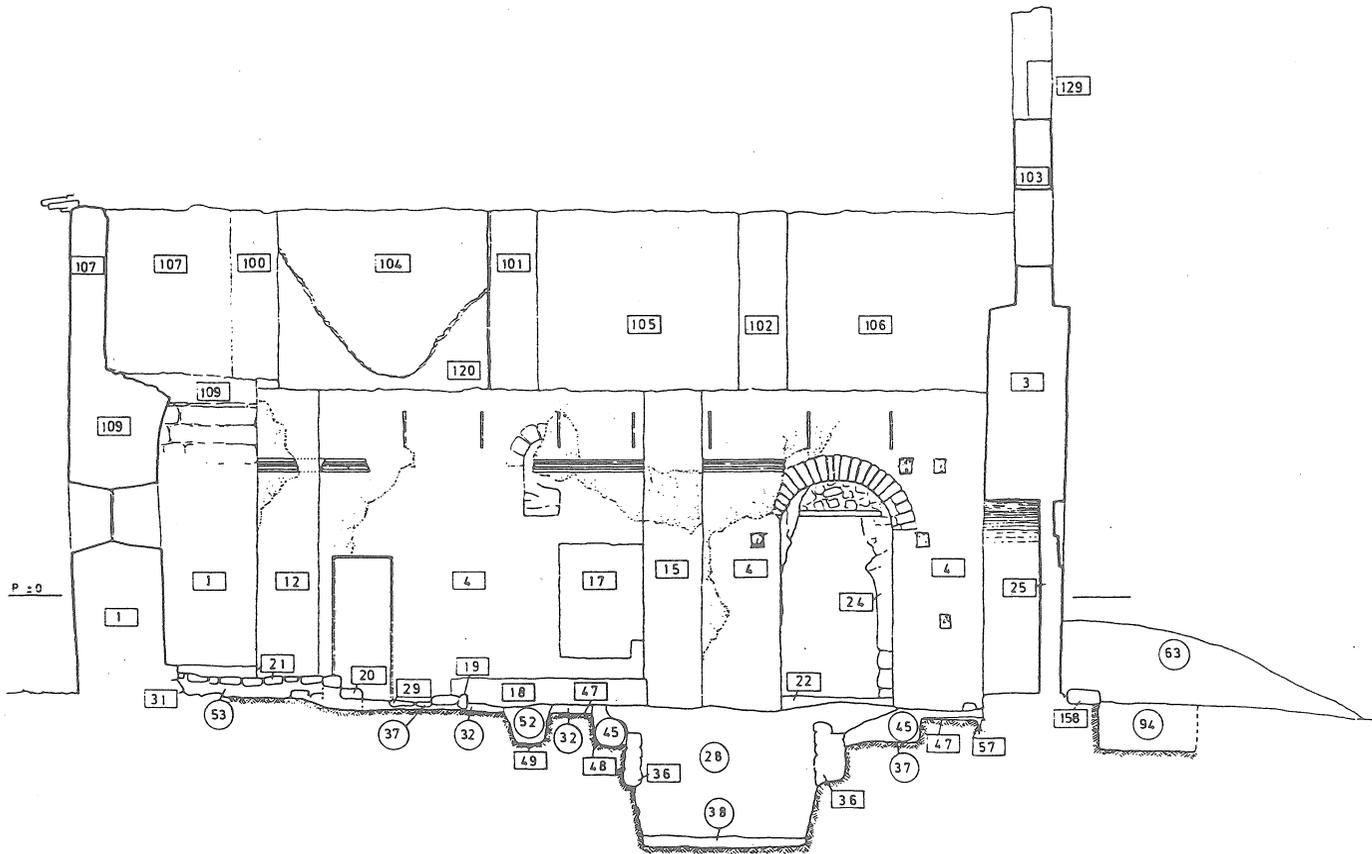
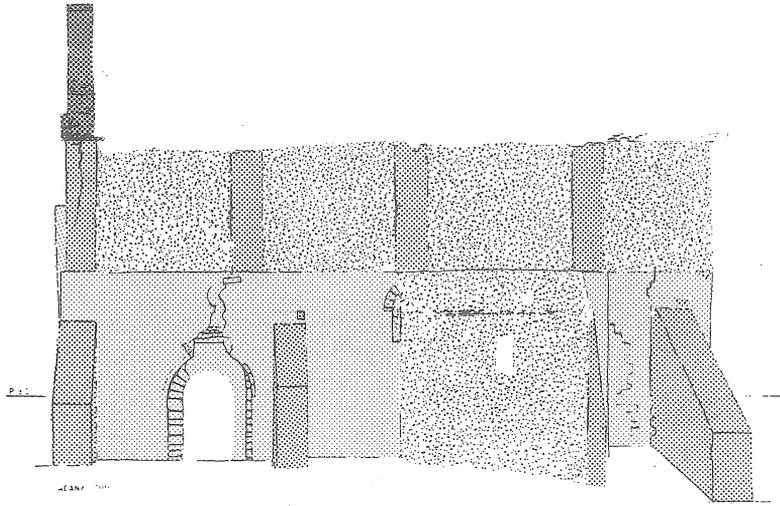


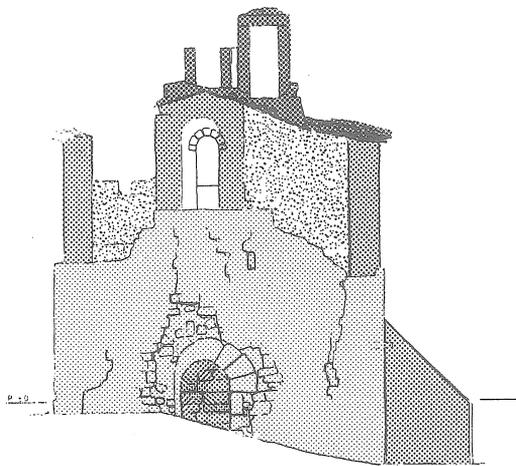
Fig. 3 — Sección axial de la iglesia con la notación estratigráfica.

Est. IV



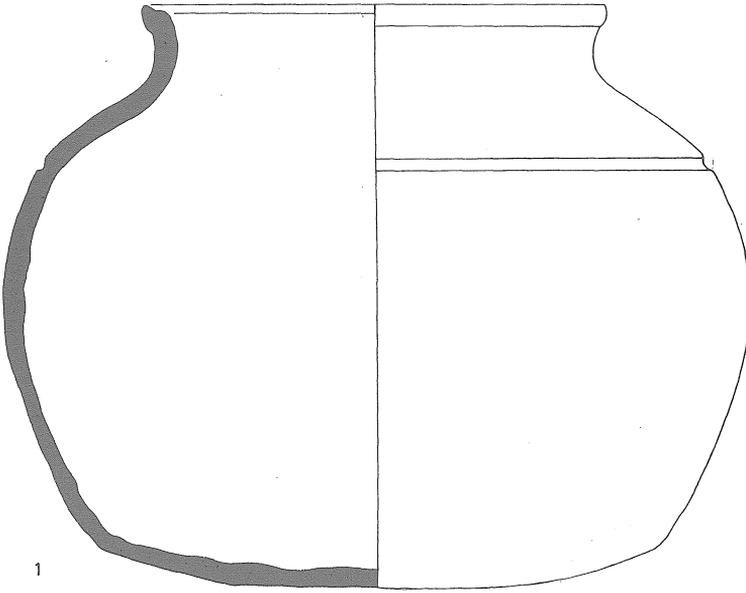
-  c. primer quart s. XIII
-  c. 1467
-  c. segon terç s. XVII
-  c. segon decennis. XVIII

1

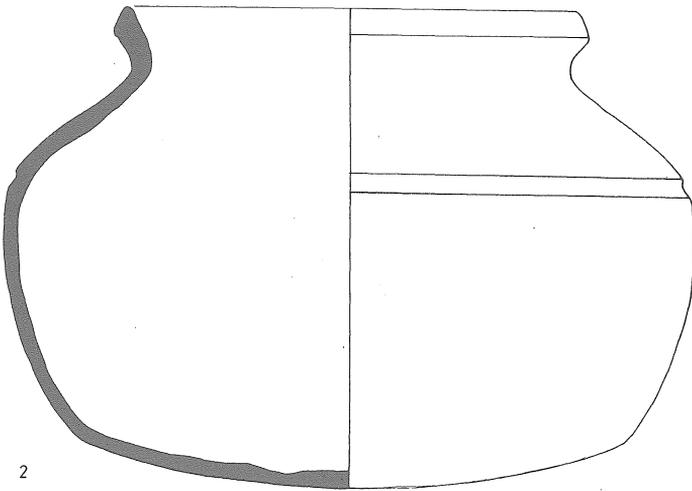


2

Fig. 4 — Alzados esquemáticos del edificio con indicación de las diferentes fases edilicias. 1. fachada meridional. 2. fachada de poniente.



1



2



Fig. 5 — Cerámica gris del taller de Cabrera: 1. u.e. 79 (primer tercio s. XIII).
2. u.e. 63 (amortizada a mediados s. XIV).

Est. VI

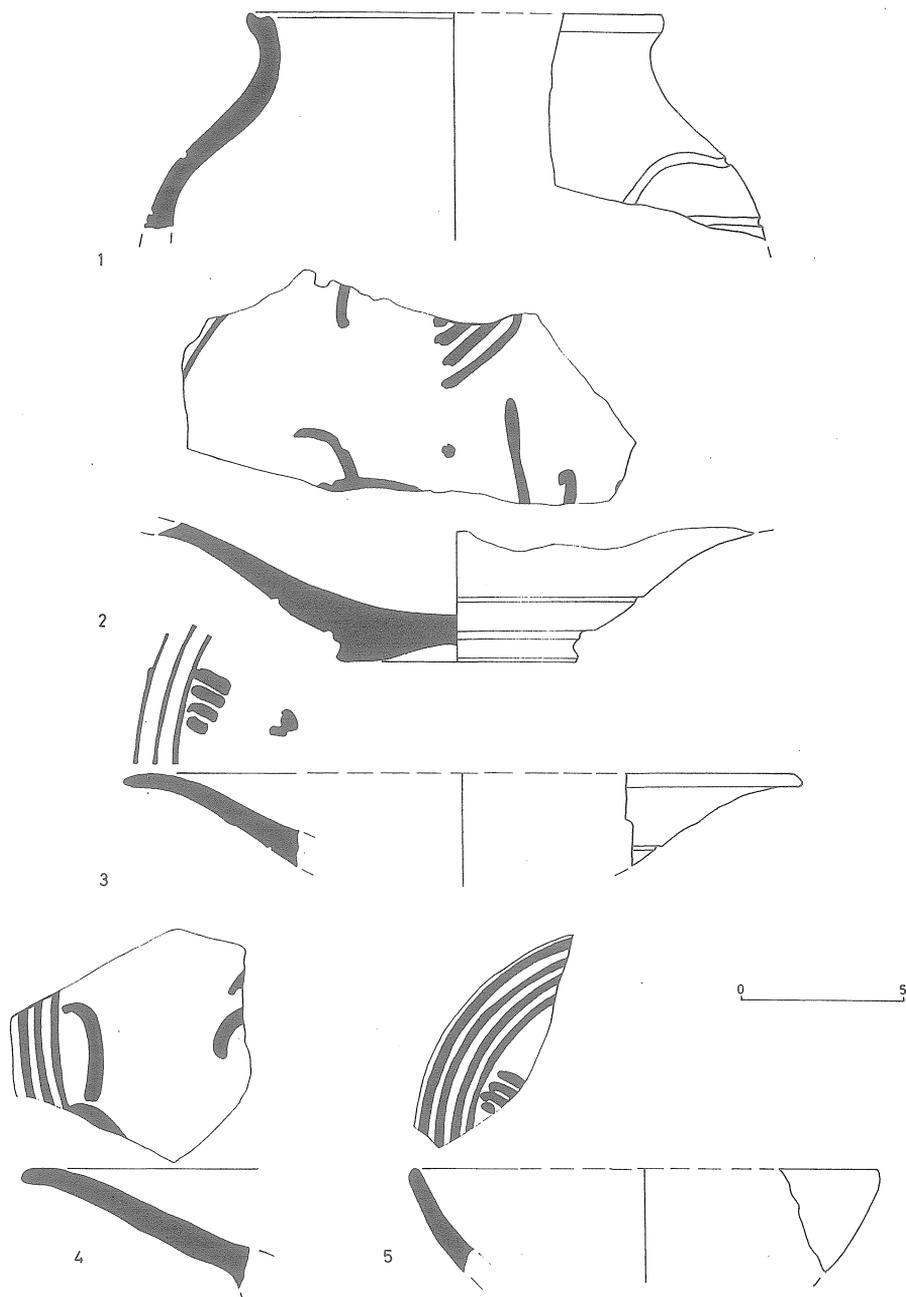


Fig. 6 — Cerámica gris del taller de Cabrera: 1. u.e. 79 (primer tercio s. XIII). Cerámica azul de Barcelona: 2. u.e. 75 (*t.p.q.* 1487). 3. u.e. 76 (*t.p.q.* 1487). 4-5. u.e. 94 (*t.p.q.* 1487).

PLANEAMIENTO Y PROYECTO DE LA ARQUEOLOGÍA HISTÓRICA EN LA BAHÍA DE CÁDIZ (ESPAÑA)

por

José António Ruiz Gil*

Resumen: En esta comunicación se expondrán, resumidamente, las investigaciones, métodos y resultados obtenidos hasta la fecha en la Arqueología Histórica de los siglos XV al XVIII en El Puerto de Santa María (Cádiz). Se tratarán los métodos arqueológicos en ciudades superpuestas, así como los empleados en archivos y fuentes documentales susceptibles de investigación arqueológica; y las investigaciones sobre toponimia y reconstrucción histórica de la ciudad y el campo, así como el análisis de un edificio. Como consecuencia de estos trabajos se definirán los proyectos que pretenden globalizar al conjunto de la Bahía la reconstrucción urbana y paleoambiental. Así mismo, se lanzarán ideas sobre la nueva evaluación y reconsideración del Patrimonio edificado y arqueológico con el objetivo de plantear su importancia para la investigación histórica postmedieval.

Palabras-clave: Arqueología histórica. Bahía de Cádiz. Historia postmedieval.

1. PATRIMONIO HISTORICO INMUEBLE

Investigaciones realizadas

No existe un trabajo de conjunto sobre el Patrimonio Histórico edificado de la Bahía de Cádiz. La arquitectura, los arquitectos, y en menor medida el urbanismo, han sido tratados por varios autores desde una perspectiva de la Historia del Arte. Los monumentos arquitectónicos no aislados conservados en Cádiz, empiezan cronológicamente en el siglo XVII y son mayoritariamente del siglo XVIII. Durante gran parte del siglo XIX en lugar de construir de nueva planta, se reforman las edificaciones y las fachadas; en este siglo se crean los espacios libres que conocemos, gracias a las desamortizaciones de bienes religiosos. Tras las murallas, en el siglo XVIII existían algunas casas, huertas y pastos, pequeños barrios y núcleos militares. Tal vez este esquema se reproduzca en el resto de poblaciones del arco de la Bahía. En El Puerto de Santa María se ha investigado sobre el urbanismo de la industria bodeguera del XIX.

* Grupo de Estudios «Bahía de Cádiz». Universidad da Cádiz.

Metodología

Los resultados expuestos se han obtenido en la investigación de recopilación bibliográfica, fuentes y documentos e incluso planos y dibujos antiguos. Nuestra propuesta pasa por complementar esta metodología con los datos provenientes de la arqueología urbana y por la aplicación de la informática y de la imagen digitalizada.

Proyecto:

Inventario de recursos del patrimonio historico inmueble afectado por el crecimiento urbano de la bahia de cadiz entre los años 1700 y 2000.

Se propone aumentar el caudal de conocimientos sobre el período propuesto en la Bahía de Cádiz; también supondrá sistematizar los datos ya existentes e implicará un enfoque distinto del tema dada la aplicación de un diseño de investigación sobre edificios catalogados y núcleos urbanos históricos basado en la informatización de datos visuales y escritos.

BIBLIOGRAFIA

- J. A. RUIZ GIL y J. J. LÓPEZ AMADOR: "El Palacio de Purullena en El Puerto de Santa María", *Rev. Koiné*, nº 4, pp. 33-37, Madrid, 1986.
- J. J. López Amador, E. Pérez Fernández y J. A. Ruiz Gil: "Castillos y fortalezas en El Puerto de Santa María", *Revista de Historia de El Puerto*, nº 4, pp. 9-25, El Puerto de Santa María, 1989.
- J. J. LÓPEZ AMADOR y J. A. RUIZ GIL: *El Almirante Valdivieso. Su palacio y El Puerto de Santa María en el siglo XVII*, Jerez de la Frontera, 1992.

2. ARQUEOLOGIA URBANA

Investigaciones realizadas

Hasta la actualidad se han practicado intervenciones de urgencia en las ciudades de Cádiz y de El Puerto de Santa María dirigidas desde la Delegación Provincial de Cultura y Medio Ambiente de la Junta de Andalucía. En Cádiz se iniciaron los trabajos asiduos desde la década de los setenta, en el caso de El Puerto de Santa María se cuenta con la aportación del Museo Municipal desde su creación a principio de los ochenta. Se trata principalmente de excavaciones de salvamento, de resultados desiguales y poco conocidos. La bibliografía versa básicamente sobre los restos fenopúnicos y romanos de Cádiz. Para El Puerto de Santa María hemos propuesto estudios diacrónicos, propiamente urbanos: el Portus Gaditanus romano, la Al-Qanatir musulmana, la Santa María de el Puerto de

Alfonso X el Sabio, y la población actual.

Metodología

Hasta la actualidad se ha practicado una arqueología de urgencia que proponemos sea sustituida por una investigación sistemática, donde no sólo se primen los factores de documentación, sino de estudio y publicación. Además, proponemos la introducción de métodos de análisis geoarqueológico y archivístico, de cara a la reconstrucción paleoambiental e histórica. Para conseguir todo esto se cuenta con la aplicación del método de Herris y de la informática.

Proyecto:

Arqueología urbana en el puerto de Santa María (Cádiz)

Los objetivos de este proyecto son el análisis y la determinación de las medidas de protección y conservación del Patrimonio arqueológico en el medio urbano; la reconstrucción geoarqueológica holocena en la desembocadura del río Guadalete; la constitución de un catálogo del patrimonio documental de interés urbanístico; y el análisis de los parámetros histórico-culturales, arquitectónicos y urbanísticos de la evolución de la ciudad.

BIBLIOGRAFIA

- E. PÉREZ FERNÁNDEZ, J. A. RUIZ GIL y J. J. LÓPEZ AMADOR: "Repoblación medieval en El Puerto de Santa María", *Revista de Arqueología*, nº94, pp. 34-43, Madrid, 1988.
- E. PÉREZ FERNÁNDEZ, J. A. RUIZ GIL y J. J. LÓPEZ AMADOR: "El Portus Gaditanus, una estación aduanera de la Bética"; *Revista de Arqueología*, nº104, pp. 29-38, Madrid, 1989.
- J. A. RUIZ GIL y J. J. LÓPEZ AMADOR: "Bases para la ordenación arqueológica de El Puerto de Santa María", *Rev. Gades*, nº19, pp. 41-62, Cádiz, 1990.

3. PATRIMONIO ARQUEOLOGICO MUEBLE

Investigaciones realizadas

Bajo este epígrafe se comprenden los llamados "materiales" arqueológicos que, perteneciendo al período postmedieval, son actualmente poco conocidos. Algunos pertenecientes a los siglos XV y XVI han sido publicados recientemente por nosotros. Otros autores han centrado sus trabajos en materiales metálicos como es el caso de L. Mora Figueroa con un cañón portugués del siglo XVI, o de C. Aranda Linares con respecto a la colección numismática hallada en el

dragado de la Bahía.

Metodología

La aplicación de la Arqueología supondrá la obtención de una información cuantitativa y cualitativamente distinta a la información aportada por los archivos y otras fuentes documentales escritas, con el objeto de reconstruir e interpretar la Historia. Dentro de las distintas posibilidades de los materiales, hemos seleccionado la cerámica para nuestra investigación, dado su carácter como "fósil guía", y su fácil conexión en sus depósitos, dado que aparecen en cantidad y son los más conocidos. Con el estudio de los documentos escritos se ensayará la posibilidad de dar a los depósitos cronologías absolutas.

Proyecto:

Arqueología de la Bahía de Cadiz durante la edad moderna

Estudio de los materiales cerámicos contenidos en los fondos del Museo Municipal de El Puerto de Santa María y procedentes de las excavaciones de urgencia efectuadas por la Delegación Provincial de Cultura de Cádiz.

BIBLIOGRAFIA

- J. J. LÓPEZ AMADOR, E. PÉREZ FERNÁNDEZ y J. A. RUIZ GIL: "Arqueología Histórica de los siglos XV-XVI en El Puerto de Santa María", comunicación al Congreso *El Puerto, su entorno y América*, El Puerto de Santa María, 14-16 de Octubre, 1992, en prensa.
- J. J. LÓPEZ AMADOR E. PÉREZ FERNÁNDEZ y J. A. RUIZ GIL: "Grabados en el castillo de Santa Catalina. El Puerto de Santa María (Cádiz)", *Revista de la Asociación Española de Amigos de los Castillos*, nº 94, pp. 61-68, Madrid, 1988.

BUSCASTELL, UN SISTEMA HIDRÁULICO ANDALUSÍ EN IBIZA: LO VIEJO Y LO NUEVO*

por

Miquel Barceló**, Mercè Argemí**, Helena Kirchner**
y Carmen Navarro**

Resumen: En el torrente de Buscastell (Ibiza), y a partir del aprovechamiento de las aguas del pozo artesiano llamado «Es Broll», se localiza un sistema de regadío en terrazas donde se ubican seis molinos, en la actualidad todos ellos en desuso.

La documentación feudal nos informa de la existencia de este sistema hidráulico en el momento de la conquista catalana, cuando era compartido por las alquerías de los Banu Rua'im (árabes), los Banu Maymun (beréberes) y las alquerías de Alcalaf y Forada.

Desde su creación, el sistema ha sufrido distintas modificaciones que el estudio documental y la prospección hidráulica ha permitido distinguir, como es el caso de la gran ampliación realizada en la parte superior del sistema en el siglo XIX y las ampliaciones del final del perímetro irrigado, allí donde el valle se abre a la llanura.

Palabras-clave: Asentamientos andalusíes. Arqueología hidráulica. Ibiza.

La campaña de prospección hidráulica que se llevó a cabo durante el mes de julio del 1993, ha permitido establecer las principales áreas irrigadas de la isla de Ibiza, vinculadas a asentamientos andalusíes y conservadas hasta la actualidad: el río de Santa Eulària, los torrentes de Sant Miquel y de Labritja, el torrente de Buscastell y la antigua huerta de la ciudad de Ibiza.

El objetivo básico del proyecto es realizar un estudio minucioso de estos espacios hidráulicos y otros perímetros irrigados más pequeños como el de Atzaró y el de Cutella.

* Esta investigación está financiada por la DGICYT, en un proyecto dirigido por Miquel Barceló. Además cuenta con el permiso de prospección hidráulica de la Conselleria de Cultura, Educació i Patrimoni del Consell Insular d'Eivissa i Formentera. Queremos también agradecer la favorable acogida del proyecto por parte del conseller J. Marí Tur y del arqueólogo territorial J. Ramon.

** Universitat Autònoma de Barcelona.

En la isla de Ibiza, como en otros casos ya estudiados en Mallorca, los patrones de asentamiento andalusí se repiten con unas pautas características: en primer lugar se da una asociación espacial entre los lugares de residencia de los grupos campesinos y los espacios irrigados que construyen, asociación que permite establecer su contemporaneidad (BARCELÓ, 1989; KIRCHNER, 1993). En segundo lugar, la toponimia tribal y clánica evidencia la organización social de estos grupos campesinos entorno a los vínculos genealógicos (BARCELÓ 1985-86; 1989, 1992).

El trabajo, pues, integra tres vías de investigación, la documental, la toponímica y la arqueológica, englobadas en una única metodología. El análisis de las etimologías toponímicas permite identificar grupos tribales y clánicos, muchos de ellos bereberes, procedentes del Magrib. La documentación posterior a la conquista catalana de 1235, en su gran mayoría publicada o citada en los estudios realizados por Juan Marí Cardona (1976, 1981, 1984, 1985, 1990, 1992), señala el corte cronológico que representó la conquista feudal y, a menudo, permite localizar asentamientos cuyo nombre no ha perdurado hasta nuestros días. El trabajo de campo constituye el eje central de toda la investigación. Las técnicas y métodos de la arqueología hidráulica (KIRCHNER y NAVARRO, 1993), desarrolladas desde 1982 en diversos proyectos dirigidos por Miquel Barceló, permiten hacer reconstrucciones detalladas de los espacios hidráulicos andalusíes a través de la confección, mediante la ampliación de fotografías aéreas, de planimetrías minuciosas de los espacios irrigados, señalando acequias, partidores, molinos y parcelas actualmente conservadas. Sobre la base de las pautas hidráulicas previamente conocidas y estudiadas en otras partes de al-Andalus (Mallorca, País Valenciano, Albacete, Aragón, Andalucía) y la morfología del parcelario, se puede distinguir claramente el diseño original andalusí del sistema hidráulico de las ampliaciones y modificaciones posteriores que, habitualmente, no suelen ser anteriores al siglo XVII.

En este sentido, el caso del sistema hidráulico de Buscastell, minuciosamente estudiado durante esta campaña, ha resultado ser un buen ejemplo. Como punto de partida contábamos con un estudio del estado actual del sistema (CIRER, 1991) y con la documentación post-conquista, especialmente con la información proporcionada por el *Memoriale Divisionis*, el repartimiento de la isla redactado después de la conquista catalana (MARÍ, 1976 y 1990). Gracias a esta documentación hemos podido establecer tanto la existencia de un perímetro irrigado, mediante las menciones a molinos, como la de los grupos andalusíes que lo construyeron: los Banu Rua'im (árabes) y los Banu Maymun (bereberes), cuyos nombres se han fosilizado en la documentación y en la toponimia actual en las formas de Benirroym i Benimaimó.

EL VALLE DE BUSCASTELL EN LA DOCUMENTACIÓN

El valle de Buscastell, localizado en el actual término municipal de Sant Antoni de Portmany, tiene alrededor de 4, 5 Km de largo y por su fondo discurre el torrente del mismo nombre que va a desembocar en la bahía de Portmany. A este torrente desguazan cuatro fuentes, entre las cuales se encuentra la de Es Broll, que és el acuífero más importante y regular de la isla (CIRER, 1991, p. 15).

Tras la conquista catalana la isla quedó dividida en cuatro “quartons”, adaptación de los cinco distritos administrativos (guz, pl. agza) en que se dividía en época andalusí. Según nos informa el *Memoriale Divisionis* (MARÍ, 1976, P. 73), el valle de Buscastell quedó en su mayor parte dentro del “quartó” de Portumany, mientras que su cabecera se incluyó en el de Benizamid, ya que la línea divisoria pasava por los montes llamados “Felmixel” y “Alcala”, que se han identificado con los actuales Puig d’en Francolí i Puig d’en Tur (MARÍ, 1976, p. 111-113; RIBES, 1992, p. 141) [Fig. 1].

En las cercanías del torrente se localizan cuatro de la alquerías citadas en el *Memoriale Divisionis*: Forada, Benimaimó y Benirroym, dentro de Portumany (MARÍ, 1976, p. 78), y Alcalaf, en Benizamid (MARÍ, 1976, p. 77). Todos estos topónimos provienen de las comunidades árabes o bereberes que allí se asentaron: Benirroym se identifica con los Banu Rua‘im, árabes; Benimaimó con los Banu Maymun, bereberes; Alcalaf, presumiblemente hace referencia al término árabe qalat; Forada es posiblemente un topónimo de origen bereber.

Los topónimos de Alcalà, Forada y Benimaimó se han conservado como nombre de tres “vendes” (partidas rurales) situadas junto al torrente. También se ha perpetuado el nombre de “Maimó” en una de las fincas del valle¹ y el de Forada en unas casas y capilla rural.

El topónimo “Benirroym” no se conserva en la actualidad. Joan Marí Cardona (1990, p. 197) identifica esta alquería con el “rafal d’en Buscastell”, ya que Guillem de Buscastell fue uno de sus propietarios a finales del siglo XIII. Así mismo, este autor cita un documento de la segunda mitad del siglo XIII en que se identifica la alquería de Benirroym con la “que fou d’en Buscastell” (MARÍ, 1991, p. 34). Un documento fechado en 1394 sitúa el “rafal d’en Buscastell”, que afronta con las alquerías de Forada, Benimaimó y Alcalá (MARÍ, 1990, p. 197). Marí señala, también, que el torrente documentado en 1300 como “torrent des molins de Benirroym”, no es otro que el torrente de Buscastell (MARÍ, 1976, p. 143).

Tras la identificación documental de los asentamientos andalusíes incluidos en el valle de Buscastell [Fig. 1], la prospección hidráulica permitirá la localización

¹ Aunque, en Ibiza, este nombre es muy frecuente como apellido y topónimo en la actualidad.

concreta de estos asentamientos, la reconstrucción de los perímetros hidráulicos vinculados a ellos y el reconocimiento de las transformaciones que han sufrido estos espacios desde la conquista feudal.

EL SISTEMA HIDRÁULICO DE BUSCASTELL: LO NUEVO

La fuente conocida actualmente como "Es Broll" es el acuífero principal que nutre el sistema hidráulico. Se trata de un pozo artesiano que, según parece, recoge las aguas subterráneas que proceden de las zonas próximas de Aubarca y Corona, al norte del valle (CIRER, 1991, p. 21).

El primer cambio que observamos en el sistema se debe a la modificación que sufrió este pozo artesiano. Antiguamente "Es Broll" debía manar a un nivel próximo al del torrente, pero en época moderna, para poder regar una nueva superficie aterrizada se levantó el brocal del pozo en torno a los 7-8 m. Esta es la información que la tradición oral ha recogido hasta nuestros días y que circula entre los agricultores, pero sin precisar la fecha ni las obras concretas que se realizaron. Tratándose de un pozo artesiano, debemos suponer que el único sistema para poder elevar el brocal es estrechándolo desde la base. Esta modificación permitió regar los huertos situados en la parte superior del "Broll", torrente arriba, ya que con esta modificación se crearon las pendientes necesarias para la circulación del agua por gravedad en esta zona. De igual forma, esta nueva circulación del agua permitió construir un molino harinero, conocido como "el molí d'en Tià", emplazado en las nuevas terrazas (Fig. 2). A diferencia del resto de molinos situados en el valle de Buscastell, este ingenio hidráulico contaba desde su construcción con una rueda vertical.

La datación de esta obra -modificación del acuífero, construcción del nuevo perímetro regado y del molino de rueda vertical-, puede relacionarse con la carta, fechada en 1819, que el obispo de Ibiza y Formentera dirige a sus diocesanos, animándolos a seguir el ejemplo de tres vecinos de Buscastell que "amb penosos treballs (...) varen aplanar una gran part de terra i fertilitzant-lo amb la irrigació de les aigües de la famosa font del Broll, situada a la parròquia de santa Agnès, que gustosament ens hi concedirem, treuen avui un producte extraordinari" (CIRER, 1991, p. 31).

Algunos de los huertos situados en esta nueva zona irrigada llevan el nombre de aquellos vecinos que menciona el obispo (CIRER, 1991, p. 23). La prospección hidráulica realizada muestra que la construcción de estas terrazas conllevó grandes cortes de los márgenes naturales del torrente que, en esta zona, ya va muy encajado, e importantes obras de contención de las tierras que forman estas nuevas terrazas.

Aguas abajo, las terrazas del diseño original andalusí, se adaptaron a la topografía del valle sin necesidad de afrontar modificaciones de tal envergadura. Todas ellas se encuentran a nivel inferior de la inicial superficie del acuífero, que todavía es reconocible en los restos de una base de piedra con mortero adosada a la pared de una terraza del lado izquierdo del valle y el agujero del poste, excavado en la roca, que servían de soporte a una canaleta, probablemente de madera, que, en el diseño original permitía que el agua circulara por ambos lados del torrente y regara, por tanto, terrazas construídas en los dos márgenes. La elevación del nivel de la surgencia hizo posible regar algunas terrazas, aguas abajo de Es Broll, situadas por encima del nivel de las terrazas originales del diseño andalusí del sistema. Un elemento característico de esta ampliación es la utilización de tres sifones para transportar el agua al otro lado del torrente y así permitir el riego de las nuevas terrazas de ese margen.

Otra modificación del diseño inicial se constata en la inutilización de dos de los seis molinos que hasta hace pocos años funcionan en el valle. Un molino en un sistema hidráulico, se ubica dónde la acequia permite la instalación de un cubo con el desnivel adecuado. La presencia del molino provoca, pues, que a la salida de su cárcavo, la acequia haya perdido un considerable nivel: el de la altura del cubo. Al eliminar el molino, la acequia puede mantener el nivel, y así consigue regar toda una zona, que antes quedaba situada por encima de la salida del cárcavo. De esta manera, la desaparición del “Molí de cas Costes”, en el margen izquierdo del valle, del cual no quedan restos visibles y cuyo emplazamiento se conoce solo por la memoria de la gente mayor del lugar, permite ampliar la zona irrigada, dando un nuevo trazado a la acequia. Asimismo, esta modificación provoca también la inutilización del último molino del sistema: el “Molí d’en Damià” queda inutilizado, al desaparecer el último tramo de acequia que le conducía el agua (Figs. 2 y 3). Todo ésto nos lleva a pensar que en época probablemente bastante reciente, ya que aún se conserva en la memoria de las gentes del lugar, se privilegió el uso del agua para el regadío en detrimento de su uso como energía hidráulica para moler.

Es también muy reciente otra modificación en el sistema hidráulico, en el margen izquierdo del valle y el tramo final de la acequia que discurre por este lado, que conlleva una nueva ampliación de la zona regada. El motivo no es otro que la canalización de la acequia hacia las casas de can Raconada. La prospección hidráulica permitió distinguir otra modificación en uno de los molinos situados junto al torrente de Buscastell. Después de la guerra civil española al “molí de na Peres”, antiguamente conocido como “molí d’en Maimó”, se le cambiará su rueda horizontal por una rueda vertical más grande, para lo cual se lodará el antiguo cubo y se conducirá la acequia hacia la rueda vertical, dispuesta junto al casal. Esta modificación tuvo probablemente el objeto de aumentar la producción del

molino harinero en una época de grandes dificultades económicas. Al igual que el resto de los molinos dejó de funcionar en la década de los años 60.

Fuera del perímetro inicial regado a partir de la fuente de "Es Broll" encontramos una pequeña zona de terrazas regadas por la llamada Font Nova. Estas 0'2Ha podrían haber sido regadas con posterioridad al diseño original andalusí. Así parece indicarlo su situación, desligada del inicio del sistema hidráulico, y el nombre de la fuente ("Nova"), que al menos, aparentemente, indica un aprovechamiento posterior a una explotación ya existente.

La superficie total del actual perímetro irrigado de Buscastell con las ampliaciones y las 0'2Ha de la Font Nova incluidas, es de 13'5Ha.

EL SISTEMA HIDRÁULICO DE BUSCASTELL: LO VIEJO

Una vez excluidas las modificaciones identificadas puede establecerse con toda precisión el diseño original andalusí del sistema hidráulico de Buscastell (Fig. 3). El sistema hidráulico andalusí localizado en Buscastell puede definirse como un perímetro irrigado que en su cabecera se adapta al fondo de valle y que, cuando éste se ensancha, el espacio irrigado se amplía sobre las laderas, aterrazándolas. Estas dos formas de acondicionar el espacio irrigado — del fondo del valle y de la ladera — han sido bien definidos en otros espacios agrarios andalusíes estudiados en Mallorca (KIRCHNER, 1993).

El diseño original andalusí, pues, parte de una observación previa del terreno, a partir de la localización del acuífero, y de las pendientes, para establecer las líneas de rigidez o acequias del sistema a partir de las cuales se determina tanto el espacio irrigable como el emplazamiento de los molinos.

El encajonamiento del valle fuerza a que se prevea la posibilidad de regar en un lado u otro del torrente según exista más o menos espacio irrigable. Al inicio, como ya se ha comentado, una estructura de madera con soportes a ambos lados del torrente, adosados a las paredes de las terrazas y con un poste central fijado en un agujero excavado en la roca del lado del torrente, permitía regar en el margen izquierdo una serie de parcelas, tras las cuales este ramal no tendría continuidad. Así la alberca conocida como S'Amarador, de forma triangular, adaptada a la roca, podría haber tenido una función reguladora del riego de estas parcelas, acumulando el turno o tanda de agua que le correspondiera. En realidad, pues, esta acequia sería secundaria en el sistema. La acequia madre, saliendo de Es Broll, discurría por el margen derecho, tras haber regado algunas terrazas adyacentes a la surgencia, recorriendo un tramo por el lecho del torrente sin regar, puesto que la ladera en este lado resulta demasiado escarpada para poder acondicionar espacio irrigable. Más adelante encontramos el molino de Sa Plana,

instalado sobre la acequia. El desnivel del molino, que provoca que la acequia quede a nivel del torrente a la salida del cárcavo, es aprovechado para hacer que ésta cruce el torrente por su mismo lecho y sin necesidad de construir ningún acueducto. Ello hace, sin embargo, que un grupo de parcelas por debajo del molino quede excluido del circuito de la acequia, pero puede ser regado desde un partididor situado justo antes del cubo. Este procedimiento se repite en el siguiente molino, el des Cocons, aunque en esta ocasión la acequia no cruza el torrente.

A la altura del molino de Na Peres vuelve a repetirse el mismo procedimiento. La acequia cruza el torrente, tras la salida del cárcavo, a la altura del lecho del torrente. En el margen izquierdo quedan una serie de parcelas que se irrigarán con un ramal secundario. Éste ramal finaliza en una alberca que debía tener la función de acumular los sobrantes del ramal para regar las dos últimas parcelas.

En el lado derecho del valle, la acequia principal hace el tramo final del recorrido que concluye en el último molino del sistema, el d'en Damià. El penúltimo molino, el de Cas Costes, sólo provocaría una cierta caída del nivel de la acequia.

La distribución del agua para el riego, pues, se efectúa desde ramales secundarios o bien desde los partididores realizados de forma espaciada y regular a lo largo de la acequia principal. El hecho de que el emplazamiento de los molinos sea encima de la acequia principal, opción típica de los espacios hidráulicos en Baleares (KIRCHNER, 1993), sin que, por lo tanto, entorpezcan el recorrido del agua a lo largo de todo el sistema, es una prueba clara de que en el diseño original no tenían una primacía sobre la irrigación en la distribución del agua.

Otro problema es el de establecer cuales de los molinos conservados son originales del diseño andalusí. Según el *Memoriale Divisionis*, al "quartó" de Portumany se le asignaron cuatro molinos del "quartó" de Benizamid (después Balansat) (MARÍ, 1976, p. 76), que podrían ser los molinos de Buscastell. Pero, según los límites establecidos de estos "quartons" por J. Marí (1976), la práctica totalidad del valle de Buscastell queda incluida en el "quartó" de Portumany, por lo cual creemos conveniente considerar que la divisoria de los "quartons" entre los picos d'en Francolí y d'en Tur debe ser precisada: sólo con considerar, por ejemplo, el torrente afluente del de Buscastell que baja entre el Puig d'en Francolí y el Puig d'en Blai, como posible límite de los dos "quartons", los molinos de Sa Plana y d'es Cocons quedarían incluidos en el "quartó" de Benizamid. Esta cuestión, sin embargo, está todavía por esclarecer. En cualquier caso, conocemos una referencia de 1300 al "Torrent dels molins de Benirroym", que cabe identificar con el de Buscastell y que pondría de manifiesto la existencia de algunos molinos en éste sistema hidráulico (MARÍ, 1976, p. 143). Además, constan menciones de molinos en este torrente a partir de 1273 (MARÍ, 1976, p. 198-199). Por

otro lado, morfológicamente, los cinco molinos identificados en la prospección, son perfectamente congruentes con el diseño general del sistema sin que podamos identificar rasgos peculiares en el emplazamiento de ninguno de ellos que puedan hacer sospechar una inclusión forzada posterior.

Este sistema hidráulico parece haber sido compartido por las cuatro alquerías documentadas y mencionadas anteriormente. Esta característica ya se ha observado en los espacios irrigados de Coanegra y Alaró, en Mallorca (KIRCHNER, 1993) y pondría de manifiesto la pervivencia, a la vigilia de la conquista catalana, de los pactos fundacionales de estos grupos clánicos en el momento de su asentamiento y construcción del sistema hidráulico.

Los primeros resultados de la carta arqueológica de la isla de Ibiza, que conocemos gracias a la amabilidad de su autora Rosa Gurrea, nos informan de una concentración de restos de cerámica andalusí en el "Puig des Forn". Podría tratarse de la localización de la alquería de Benirroym [Fig. 1]. El hallazgo de restos cerámicos de época andalusí en la zona del torrente de Buscastell, permite avanzar la hipótesis del emplazamiento de alguno de los asentamientos andalusíes que, hasta ahora, no han sido localizados. Los resultados de la prospección arqueológica que realiza un equipo de arqueólogos en la isla de Ibiza como base para la confección de la "Carta arqueològica d'Eivissa" completarán los estudios de identificación documental y toponímica de los asentamientos andalusíes y sus espacios irrigados adyacentes.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARCELO, M. 1985-86. "Vespres de feudals. La societat de sharq al-Andalus just abans de la conquesta catalana", *La formació i expansió del feudalisme català. Estudi General*, 5-6: 237-249. Girona.
- BARCELO, M. 1989. "El diseño de espacios irrigados en al-Andalus: un enunciado de principios generales", *El agua en las zonas áridas: Arqueología e Historia. I Coloquio de H² y Medio Físico*. vol. I: XV-XLXI. Almería.
- BARCELO, M. 1992. "Quina arqueologia per al-Andalus?" *Coloquio Hispano-Italiano de Arqueologia Medieval*: 243-252. Granada.
- CIRER, F. 1991. *Buscastell*. Eivissa.
- KIRCHNER, H. 1993. La construcció de l'espai pagès: les valls de Bunyola, Orient, Coanegra i Alaró a Mayurqa. Tesis doctoral inédita. Universitat Autònoma de Barcelona. Bellaterra.
- KIRCHNER, H. y NAVARRO, C. 1993. "Objetivos, métodos y práctica de la arqueología hidráulica", *Archeologia Medievale*, XX. Florència.
- MARÍ CARDONA, J. 1976. *Illes Pitiüses. I- La conquesta catalana de 1235*. Eivissa.
- MARÍ CARDONA, J. 1981. *Illes Pitiüses. II- Els Llibres d'Entreveniments*. Eivissa.
- MARÍ CARDONA, J. 1984. *Illes Pitiüses. IV- Balansat*. Eivissa.
- MARÍ CARDONA, J. 1985. *Illes Pitiüses. V- Sta. Maria d'Eivissa*. Eivissa.

MARÍ CARDONA, J. 1990. *Illes Pitiüses. VI- Portmany*. Eivissa.

MARÍ CARDONA, J. 1991. *Revista Eivissa*, 19-20. Eivissa.

MARÍ CARDONA, J. 1992. *Els camins i les imatges de l'Arxiduc: ahir i avui*. Eivissa.

RIBES, E. 1992. *Noms de lloc*. Eivissa.

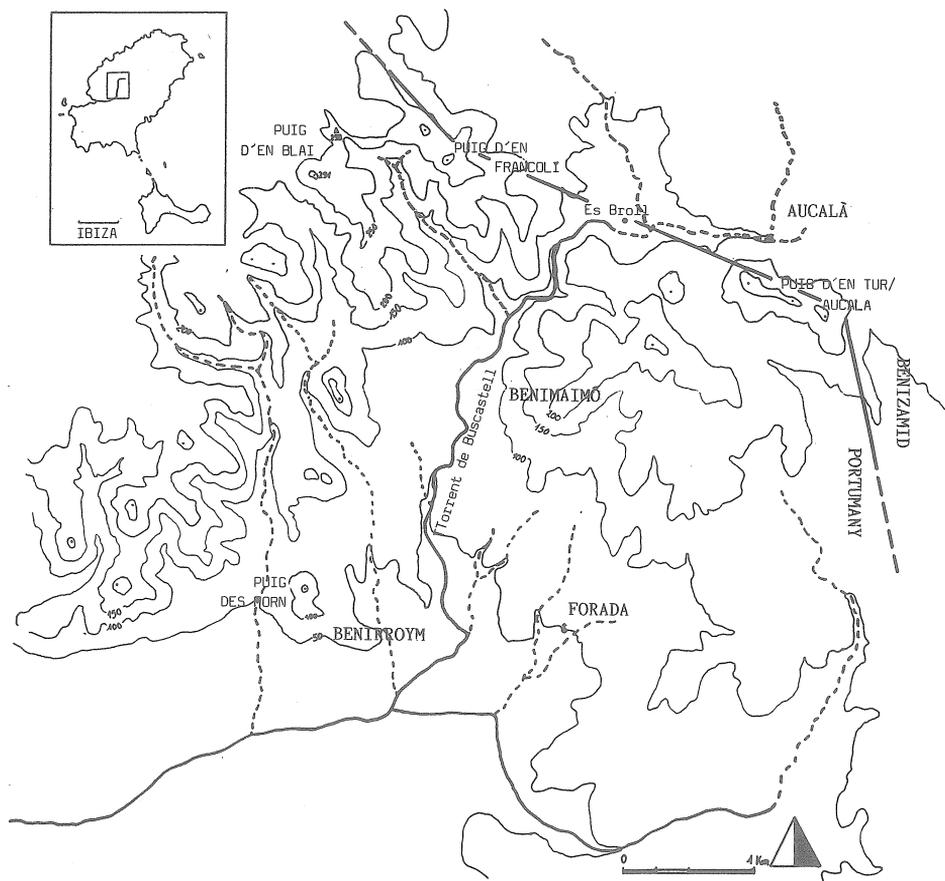


Fig. 1 — Mapa topográfico del valle de Buscastell.

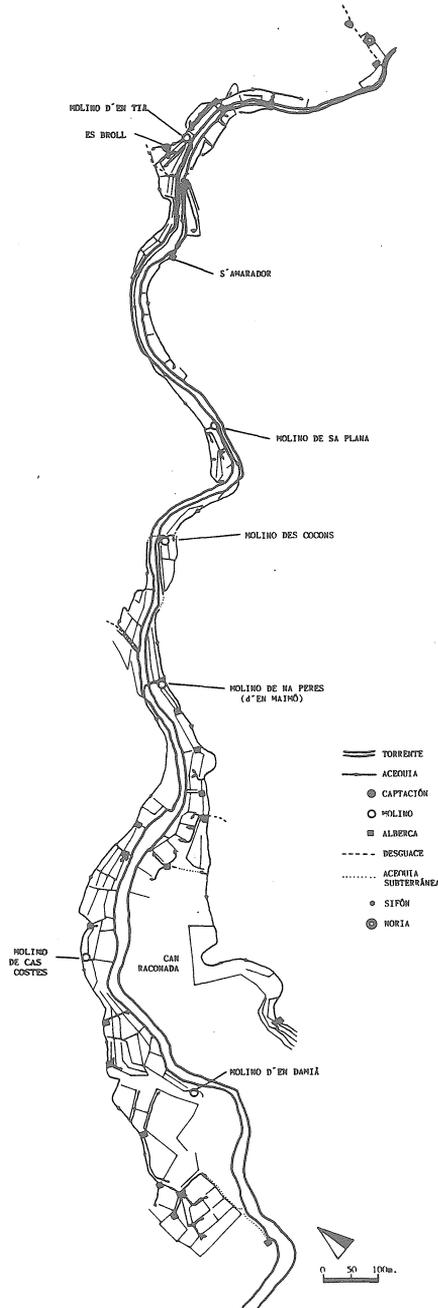


Fig. 2 — El sistema hidráulico de Buscastell: lo nuevo.

Est. III

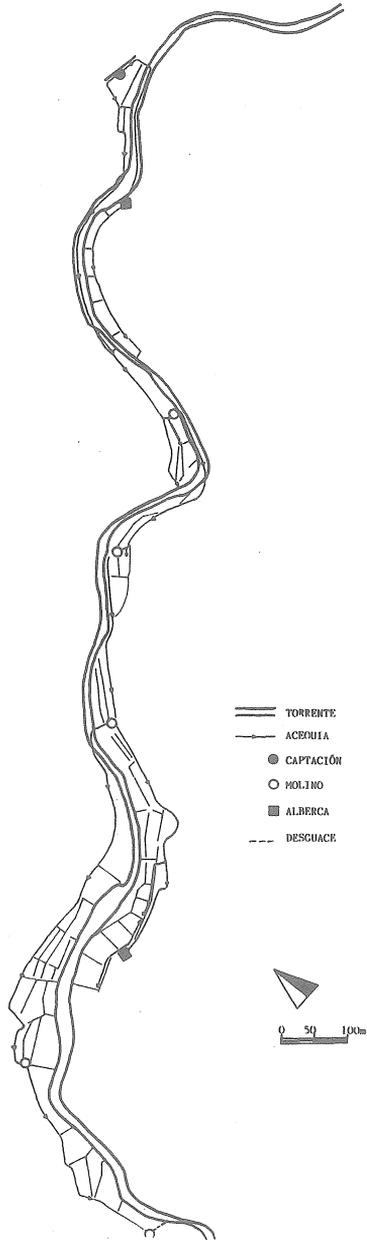


Fig. 3 — El sistema hidráulico de Buscastell: lo viejo.

ESTUDIOS RECIENTES SOBRE AGRICULTURA Y ALIMENTACIÓN VEGETAL A PARTIR DE SEMILLAS Y FRUTOS EN CATALUNYA (NEOLÍTICO-2ª EDAD DEL HIERRO)

por

R. Buxó i Capdevila*, N. Alonso**, D. Canal***,
M. Català***, C. Echave*** y I. González***

Resumen: Los estudios arqueobotánicos realizados en el Noreste peninsular en la última década han experimentado un gran desarrollo tanto a nivel cuantitativo como cualitativo. La consolidación científica y la incorporación de nuevos investigadores han permitido que nos encontremos en condiciones de plantear una primera aproximación sobre la evolución de la agricultura y la alimentación vegetal prehistórica y protohistórica en esta zona de la Península.

En esta comunicación presentamos, en primer lugar, una síntesis de la metodología de recuperación y tratamiento sistemáticos de las muestras como base indispensable de las posteriores interpretaciones arqueobotánicas. Seguidamente, un repaso diacrónico de los resultados obtenidos a partir de diversos yacimientos, nos permite presentar un panorama de la evolución de la utilización y explotación de las principales especies cultivadas y recolectadas.

Abstract: The archaeobotanical studies carried out in the NE of the Iberian Peninsula in the last decade have gone through great development, both quantitative and qualitative levels. At present, the scientific consolidation and the incorporation of new investigators let us make a first approach to the evolution of the agriculture and the prehistoric and protohistoric vegetal feeding in this area of the Peninsula.

In this paper we present first, a synthesis of the recuperation methodology and the systematic treatment of the samples as the essential basis of the archaeobotanical interpretations. Then, a diachronical review of the results obtained from different archaeological sites lets us show a view of the main gathered and cultivated species use and exploitation evolution.

Palabras-clave: Arqueobotánica. Cataluña. Prehistoria reciente/Protohistoria.

1. PRESENTACIÓN

El análisis de semillas y frutos se integra, junto con otras disciplinas, en la reconstrucción paleoeconómica de las sociedades antiguas. La evolución de las

* Becario F.P.I. de Reincorporación del M.E.C. (Centre d'Investigacions Arqueològiques de Girona, España); Laboratorio de Paleobotánica, URA 1477 (Univ. de Montpellier. Francia).

** Becaria F.P.I. del M.E.C., Sección Arqueología, Prehistoria e Historia Antigua, Universidad de Lleida (España).

*** Colaboradores del Centro de Investigaciones Arqueològiques de Girona (España).

prácticas agrícolas se desarrolla paralelamente a los diversos aspectos de la evolución sociocultural. En este artículo, se presentan los resultados de los estudios carpológicos realizados en diversos yacimientos arqueológicos catalanes (fig. 1). El período cronológico analizado abarca desde el Neolítico hasta la Época Ibérica (2ª Edad del Hierro), y no incluimos las etapas históricas posteriores a las citadas, debido a que la explotación de las plantas es más compleja y sobrepasa el marco de este estudio.

La unidad del territorio catalán no es de carácter fisiográfico ni bioclimático, sino humano y cultural aunque sin constituir una unidad política y administrativa hasta época moderna. En términos muy generales hemos distinguido dos zonas: las llanuras litorales y las áreas de influencia mediterránea, y las llanuras occidentales de influencia continental.

La primera zona presenta una variedad bastante amplia de territorios (catalánidico, ausosegárrico, olositánico y ruscínico), climas (de tipo mediterráneo, submediterráneo y de tendencia atlántica) y vegetación (montaña media, baja y tierras bajas submediterráneas). La segunda zona es la llanura occidental catalana (territorio sicórico), que presenta una clara unidad climática (subárida continental) y de vegetación (tierra baja mediterránea con maquia continental).

2. INTRODUCCIÓN

Los estudios arqueobotánicos en la Península Ibérica se conocen desde finales del s. XIX, con la publicación de los análisis de restos vegetales procedentes de diversos yacimientos excavados por los hermanos Siret (Siret E. y L., 1890; Buschan, 1895). Aún así, la aplicación sistemática del estudio de semillas y frutos en los yacimientos arqueológicos es relativamente joven. En Catalunya, este tipo de estudios comienzan en asentamientos que están relacionados con el inicio de la agricultura o donde la presencia de especialistas en esta disciplina ha sido notable. Se distinguen tres etapas en la investigación de restos vegetales arqueológicos (Buxó i Capdevila, 1990). Una primera etapa en los años 50, durante los cuales Téllez y Ciferrí (1954) publican un estudio específico sobre el trigo donde analizan restos procedentes del Reclau Viver (Serinyà, Pla de l'Estany), de Serra Espasa (Capsanes, Ribera d'Ebre) y del Tossal de les Tenalles (Sidamon, Pla d'Urgell).

Una segunda etapa se desarrolla con las excavaciones llevadas a cabo por equipos alemanes en los años 60 y 70, cuando se da un verdadero impulso a este tipo de estudios. La práctica totalidad de las investigaciones se llevan a cabo por M. Hopf, que estudia diversas muestras procedentes de yacimientos de época neolítica y de la edad del Bronce de la zona del Sudeste y del Levante peninsular (Hopf, 1966, 1972, 1974; Hopf-Pellicer Catalán, 1970). Asimismo realiza estudios

de restos vegetales en yacimientos catalanes como por ejemplo en Cova del Toll (Moià, Bages) (Hopf, 1971), Bòbila Madurell (St. Quirze del Vallès, Vallès Occidental) (Llongueras et al., 1986) e Illa d'en Reixac (Ullastret, Baix Empordà) (Castro-Hopf, 1982).

Una tercera etapa comienza a principios de los años 80, a partir de los que se realizan investigaciones arqueobotánicas de forma sistemática por científicos autóctonos. El punto de partida fueron en este caso las excavaciones de los yacimientos de La Fonollera (Torroella de Montgrí, Baix Empordà) y de la Cova 120 (Sales de Llierca, Garrotxa), donde la intervención arqueológica contempló desde un principio la integración de disciplinas que estudiaran los aspectos paleoecológicos y paleoeconómicos.

En estos años Ramon Buxó i Capdevila ha sido el principal impulsor de los estudios específicos de semillas y frutos en Catalunya. Sus esfuerzos se han centrado en configurar la panorámica de la alimentación vegetal y la agricultura a lo largo de la Prehistoria y la Antigüedad en este área y en el resto de la Península. Pero sobre todo ha contribuido de forma significativa a situar cada vez más la Paleocarpología dentro de los programas de intervención arqueológica, en los que se encuentran integradas las distintas disciplinas que abordan el estudio del paleoambiente (Antracología, Malacología, Ictiología, Palinología,...). Últimamente una nueva generación de universitarios se ha iniciado en la arqueobotánica, emprendiendo diversas líneas de investigación en los proyectos arqueológicos (Cubero, 1988; Alonso, 1992).

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Hasta la década de los 80 los estudios carpológicos realizados en la Península Ibérica, y especialmente en Catalunya, se reducían a colaboraciones puntuales de especialistas, generalmente extranjeros.

A partir de la última década, se inicia un notable esfuerzo para difundir en toda la comunidad científica arqueológica la necesidad de recuperar de manera sistemática las semillas y frutos en los depósitos arqueológicos, que hasta esta fecha no formaban parte de los objetivos de recuperación. Por esta razón, era bastante significativo observar que el registro arqueobotánico estaba limitado por el desuso de métodos y técnicas rigurosas aplicadas sobre el terreno.

Con el inicio de las primeras experiencias interdisciplinarias, básicamente en los yacimientos gerundenses de La Fonollera (Pons et al. 1985) y de la Cova 120 (Agustí et al. 1987), es plausible observar el interés en desarrollar un marco teórico global que integre el conjunto de datos que se recuperan del análisis arqueológico. El objetivo es encontrar un sistema en el que se compagine de manera

pragmática el trabajo de campo y el tratamiento de los sedimentos muestreados, sin que resulte una carga para el ritmo de la excavación ni una pérdida de información para el estudio especializado.

En los primeros trabajos de La Fonollera y de la Cova 120, las aportaciones de las diversas disciplinas que participaban del proyecto arqueológico se presentaban en su condición individual, un tanto limitadas y en ciertos casos imprecisas o imperfectas. El estudio carpológico no escapaba a estas limitaciones, y se debían, por tanto, normalizar los requisitos necesarios para realizar un muestreo conjunto de todas las ciencias contextuales que trabajaban sobre la excavación arqueológica.

Los trabajos recientes que hemos desarrollado en el sur de Francia (Lattes) y en el Noreste peninsular (Illa d'en Reixac, Els Vilars) han supuesto un avance muy importante en el muestreo sistemático de los restos vegetales en la excavación (Buxó i Capdevila, 1988; Buxó i Capdevila, 1990; Alonso, 1992; Buxó i Capdevila et al. 1992). La sistematización de los estudios carpológicos y los de las otras disciplinas relacionadas con el medio ambiente en los yacimientos arqueológicos, ha supuesto la necesidad de una estrategia adaptada a las condiciones de cada yacimiento.

Para el caso específico de la Paleocarpología, estos trabajos interdisciplinarios han servido para convertir los estudios carpológicos en elementos analíticos formales con explicaciones e interpretaciones que puedan integrarse en el conjunto de datos arqueológicos.

La estrategia de recogida de muestras y el tratamiento de éstas es una de las aportaciones más importantes que hemos desarrollado en estos yacimientos (Buxó i Capdevila, 1989; 1993). Proponer una estrategia de muestreo para la recuperación de los restos carpológicos no es una tarea fácil, quizás lo más difícil sea encontrar el método conveniente. En el marco de esta necesidad, el trabajo metodológico desarrollado ha procurado escoger una metodología que defina y normalice los requisitos de muestreo y que responda igualmente a las necesidades de los arqueólogos y de los especialistas. Asimismo, ésta deberá estar adaptada a las condiciones de cada yacimiento.

Los resultados de nuestras investigaciones siguen unas pautas comunes que se basan principalmente en la aplicación inicial del test, que permite la valoración de la riqueza potencial del estrato muestreado. El volumen inicial de sedimento para esta prueba se calcula en 20 litros, que si resulta positivo será aumentado según se considere conveniente. Un sistema diferente se utiliza en el caso de que el sedimento a tratar provenga de estructuras (como agujeros de poste, fosas, hogares, silos...), lavándose toda la tierra que contienen. El tipo de tratamiento de las muestras, dependerá directamente de la naturaleza del estrato a muestrear.

En cuanto al sistema de manipulación del sedimento, la técnica utilizada es

generalmente con agua, mediante una columna de cribas o con una unidad de flotación. En estos momentos, en Catalunya poseemos diversas máquinas de flotación en los yacimientos de Puig de St. Andreu-Ullastret (Baix Empordà), Mas Castellar de Pontós (Pontós, Alt Empordà) y Els Vilars (Arbeca, Les Garrigues).

La metodología de muestreo sistemático de restos carpológicos debe estar concebida con la intencionalidad básica de disponer de la máxima información posible y de reducir el volumen de sedimento a manipular o a almacenar. Una selección representativa del volumen mínimo a recoger se hace entonces necesaria. Con este propósito, se debe hacer el esfuerzo para racionalizar las diferentes maneras de muestrear y llegar a una metodología sistemática para cada tipo de yacimiento.

4. PRIMERAS PLANTAS CULTIVADAS Y PERVIVENCIAS DE LA RECOLECCIÓN

Las muestras recientes de restos carpológicos de los yacimientos mesolíticos catalanes documentan una aparente explotación intensiva de los productos vegetales, pero no parece que ésta tenga consecuencias posteriores relacionadas con la aparición de la agricultura en la región. Coincidiendo con el Sur de Francia y otras regiones de la Península, las primeras plantas cultivadas se presentan bien individualizadas con los grupos humanos del Neolítico cardial.

4.a. Llanuras litorales y zonas de influencia mediterránea

A partir de los resultados obtenidos en los análisis de carporeos de diversos yacimientos de la zona de influencia mediterránea, podemos deducir que a diferencia de la región del Levante de la Península, los restos proceden de niveles de Neolítico antiguo cardial más evolucionado. En cualquier caso se repiten los mismos taxones de vegetales cultivados, entre los cuales cabe destacar el trigo desnudo (*Triticum aestivum/durum*), la cebada desnuda (*Hordeum vulgare var. nudum*) y la cebada vestida (*Hordeum vulgare*). Aparentemente los trigos vestidos son raros o están escasamente representados. La esprilla (*Triticum monococcum*) la hemos identificado solamente en la Cova 120 (Agustí et al. 1987), en la Cova de Can Sadurní (Edo et al. 1987), y en el Neolítico medio de Can Tintorer (Villalba et al. 1986). Posteriormente la encontramos en muestras de la Cova de El Toll (Hopf, 1971) (tabla 1).

Desde el principio estos cereales aparecen en el Mediterráneo Occidental bajo la forma de plantas cultivadas sin haberse encontrado restos de las mismas

en su variante silvestre.

El cultivo de las leguminosas en esta zona del Mediterráneo Occidental siempre se había asociado a períodos posteriores a los inicios de la agricultura (Hopf, 1987). Sin embargo es significativa la presencia de estas especies en algunos de los yacimientos neolíticos del Levante, como en la Cova de les Cendres (Moraira, Alicante), en que están íntimamente ligados a la de los cereales formando parte de los primeros componentes de plantas cultivadas (Buxó i Capdevila, 1993).

En Catalunya, la presencia de leguminosas es más reducida y aparecen menos taxones que en las otras regiones peninsulares: en la Cova 120 se han identificado restos de Guisante (*Pisum sativum*) y de Vicia (*Vicia sp.*).

Las fases más recientes del Neolítico catalán constatan que los modelos de organización del hábitat son más complejos. Uno de los elementos más característicos son las fosas descritas como dispositivos de almacenamiento que llegan a formar verdaderos campos de fosas. Éstos se relacionan con el incremento de una producción alimentaria creciente. Estos elementos persisten no solamente en el Calcolítico o en la Edad del Bronce, sino también durante la Edad del Hierro.

Sin embargo, la correlación de los datos carpológicos con la evidencia arqueológica no deja suponer de inmediato el aumento de actividades agrícolas significativas. El yacimiento de Calcolítico–Bronce antiguo del Institut de Manlleu (Manlleu, Osona) y más tarde, en el de Bronce medio y final de Bóbila Madurell (San Quirze del Vallès, Vallès Occidental), manifiestan algunos datos importantes en el estudio de semillas, donde se puede percibir un incremento de la frecuencia de plantas vegetales en relación con los períodos precedentes. Las plantas cultivadas más importantes son la Cebada desnuda, el Trigo común y se desarrolla la Cebada vestida (Buxó i Capdevila 1993).

Los otros yacimientos estudiados en este período, la Cova del Toll (Hopf, 1971) en el Calcolítico y la Cova 120 (Agustí et al. 1987) en el Bronce Final, aportan algunos elementos que permiten sugerir modificaciones en la explotación de los cultivos (la misma Cova del Toll presenta una muestra enormemente rica de Cebada vestida), aunque no se confirman en las muestras asociadas a niveles del Bronce final de la Bauma del Serrat del Pont (Buxó-Català, 1994; en prensa), que presentan restos de plantas cultivadas (Cebada vestida, Trigo desnudo y Trigo almidonero), pero sobretodo de plantas propias de la recolección en el medio natural (Olivo silvestre, Vid silvestre i Bellotas).

Aunque de momento nos encontramos con un muestreo paleocarpológico reducido en la zona, nos parece congruente constatar una imagen de retroceso de la Cebada desnuda frente a la competencia de la Cebada vestida a lo largo de la Edad del Bronce.

Las transformaciones observadas en cada yacimiento de esta época (Buxó i

Capdevila, 1993) indican bien una cierta importancia del desarrollo de las actividades agrícolas del periodo, pero el crecimiento relativo de la producción aparece durante la Edad del Hierro.

4.b. Llanuras del interior de influencia continental

No poseemos muchos datos sobre la agricultura del Neolítico de esta zona, y solamente conocemos la presencia de molinos de vaivén y dientes de hoz. La falta de excavaciones recientes nos impide tener restos carpológicos para poder contrastar con las zonas litorales, aunque parece segura la presencia de pobladores en el llano a partir del Neolítico y del Bronce antiguo. De esta última época podemos constatar la presencia de Trigo desnudo (*Triticum aestivum/durum*) en el yacimiento al aire libre de Minferri (Juneda, Les Garrigues) (Alonso, en estudio).

En el Bronce Medio se abre el proceso de penetración de los primeros aportes transpirenaicos. Catalunya y Huesca son las únicas zonas de la Península que parecen recibir estas primeras influencias procedentes de la cultura de la Polada originaria del norte de Italia (Maya, 1981: 132). Es muy posible que la evolución agrícola de esta época se deba a la introducción de nuevas técnicas, como por ejemplo la utilización del arado de madera, ya que la cultura de la Polada proporciona uno de los primeros datos conocidos en Europa al respecto (Maya, 1981, 139-140). Otra aportación interesante de la influencia de esta cultura en la zona podría ser la adopción de nuevos cultivos, como el del Mijo (*Panicum miliaceum*) y del Panizo (*Setaria italica*) (tabla 1).

La presencia de Mijo y de Panizo en gran cantidad en el yacimiento de Bronce medio de Punta Farisa (Fraga, Huesca) nos demuestra que estos vegetales se conocían en esta época (Alonso-Buxó i Capdevila, 1992). El Mijo se vuelve a encontrar en muestras de los niveles del siglo VII a.C. en el poblado de Alto de la Cruz (Cortes de Navarra) (Hopf, 1973; Cubero, 1990). Esta autora (Cubero, 1990: 208–209) apunta la posibilidad de la existencia de una alternancia de cultivos en esta época, con el Trigo como cereal de invierno y el Mijo de primavera. La adopción del Mijo y del Panizo como plantas cultivadas, presupone también algunas modificaciones culinarias en su utilización como nuevos cereales panificables (Marinval, 1988).

Otro dato particular del Bronce Medio y del yacimiento de Cova Punta Farisa es la presencia de Lino (*Linum usitatissimum*). Aunque ya se conocía en algunos yacimientos de la Península desde el segundo milenio a.C., este vegetal no había sido detectado en la zona norte peninsular hasta el siglo IV a.C. en el enclave griego de Emporion (Buxó i Capdevila, 1989). La historia de este cultivo en el Mediterráneo occidental no es muy concisa y en relación a su introducción

en la Península Ibérica existen dos posibilidades: por vía marítima y junto con el Haba (*Vicia faba*), o a través de Europa Central donde ya se cultivaba extensamente hacia el 3.000 a.C. (Van Zeist, 1980: 132).

5. EVOLUCIÓN DE LA EXPLOTACIÓN AGRÍCOLA: NUEVOS CULTIVOS, NUEVAS TÉCNICAS

Durante la Primera Edad del Hierro y la Época Ibérica se observan una serie de fenómenos que sugieren una importante evolución de la explotación agrícola y una mayor dependencia de ésta en los habitantes de esta zona. Una de las características esenciales es el aumento del número de taxones de plantas cultivadas identificadas en el registro arqueológico (tabla 2).

Entre los cereales se observa la continuidad de las especies ya representadas en épocas anteriores en la mayoría de los yacimientos estudiados. La Cebada vestida y el Trigo desnudo se consolidan como productos básicos, presentándose en la mayoría de asentamientos. Continúan igualmente, aunque como cereales de menor importancia, la Cebada desnuda, la Escanda, la Esprilla y, quizás, el Trigo desnudo de tipo compacto. La Cebada desnuda reduce su presencia en gran medida, siguiendo así la tendencia que también se había observado en yacimientos de la Edad del Bronce del Sur de Francia (Erroux, 1976).

Para las comarcas interiores de Cataluña solamente poseemos datos de la I Edad del Hierro. A partir de los estudios realizados en las fases más antiguas del yacimiento de Els Vilars (Arbeca, les Garrigues) (Alonso, 1992), hemos podido saber que existían cultivos de Cebada vestida, Trigo desnudo, Trigo desnudo de tipo compacto y de Esprilla, así como de Lenteja.

En esta época se consolida el cultivo de los Mijos, que en épocas anteriores sólo habíamos observado su presencia en la zona interior del territorio catalán, pero que ahora aparece en el litoral. Estas especies están identificadas en la Illa d'en Reixac y en el Puig de Sant Andreu (Ullastret, Baix Empordà) (Buxó i Capdevila, 1993), en el Mas Castellar (Pontós, Alt Empordà) (Canal y Buxó i Capdevila, en estudio), en Bòbila Madurell (Sant Quirze del Vallès, Vallès Occidental) (Buxó i Capdevila, 1993), y en Sitges UAB (Alonso-Buxó, 1991).

Una nueva especie cerealística se detecta por primera vez en yacimientos de esta época: la Avena cultivada (*Avena sativa L.*). Aparece en la primera mitad del siglo V a.C. en el Puig de Sant Andreu (Ullastret, Baix Empordà) (Buxó i Capdevila, 1993) y en el Mas Castellar (Pontós, Alt Empordà) (Canal, en estudio), y en los s. III-I a.C. en el Tossal de les Tenalles (Alonso, 1992 y en prensa). Según algunos autores (Marinval, 1988: 189) este cultivo surgiría con los cultivos forrajeros destinados a la alimentación de los équidos domésticos, hecho posible

en esta época. En el Sur de Francia, en la región de Toulouse, se constata su presencia en bastante cantidad en los siglos II-I a.C. La encontramos también en época romana y medieval en yacimientos catalanes como la vila romana de Vilauba (Camós, Girona) (Roure et al. 1988) o en Andorra, en Sant Vicenç d'Enclar (Buxó i Capdevila-González, en estudio).

Otras especies de cereal identificadas en yacimientos catalanes son el Trigo candeal (*Triticum turgidum*) o el Centeno (*Secale cereale*) (Téllez-Ciferri, 1954). Ambas provienen de muestras antiguas de Serra Espasa, aunque creemos más probable que estas especies fueran de introducción posterior en la zona. El trigo candeal no parece que sea adoptado hasta época moderna (Buxó i Capdevila, 1985: 56) y el centeno no vuelve a ser identificado hasta la Edad Media (González, en estudio).

En cuanto a las leguminosas continúan los cultivos de Guisante (*Pisum sativum*) y de Lenteja (*Lens culinaris*), añadiéndose otras especies no detectadas en épocas anteriores como la Alfalfa (*Medicago sativa*), la Guija (*Lathyrus cicera*), la Veza (*Vicia sativa*) y el Haba (*Vicia faba*). El reducido número de restos de leguminosas recuperados generalmente en las excavaciones arqueológicas, puede ser debido a las diferencias que los distinguen de los cereales en determinados procesos de manipulación o preparación para su consumo, lo cual implica que no reciban las condiciones que ayudarán a su futura conservación, como por ejemplo el hecho de que para su preparación culinaria no se requiera necesariamente la torrefacción (Dennell, 1972: 151).

Sin embargo, el aumento de cinco taxones de leguminosas no deja de ser significativo en esta época. Por un lado, debido a que indica una mayor diversidad en la alimentación y un mayor conocimiento de los diversos vegetales cultivados, y por otro, una posible innovación técnica, refiriéndonos a la alternancia de cultivos. La presencia de leguminosas, aunque eventuales, al lado de los cereales se debería a las contaminaciones de cultivos de años anteriores. Si estas especies se constatan de manera generalizada podrían indicar la existencia de esta alternancia, de un año a otro o de manera estacional (Buxó i Capdevila 1991), aunque también cabe la posibilidad de un cultivo coetáneo.

Para algunos autores (Dennell, 1978: 40) el sistema de cultivo trienal (Trigo, Cebada y leguminosas) se habría desarrollado muy pronto en el sureste de Europa y en el Próximo Oriente, y gradualmente se habría expandido hacia el Norte y el Oeste, dónde existen evidencias en la Edad del Bronce de Europa Central. No obstante, otros autores opinan que no tenemos ninguna prueba tangible para afirmar que existiera una rotación razonada de cultivos (Marinval, 1988: 233).

En este período se inician los contactos con los pueblos colonizadores mediterráneos, pero todavía no conocemos de que manera influyen en la agricultura indígena. La presencia de Vid cultivada (*Vitis vinifera*) en los yacimientos de Illa

d'en Reixac y de Puig de Sant Andreu (Ullastret, Girona) (Buxó i Capdevila, 1993), próximos a la colonia de Emporion, donde también aparece, puede ser significativo. Asimismo, en Emporion se constatan para esta época los únicos ejemplares de Lino cultivado (Buxó i Capdevila, 1989), aunque más tarde también se indica su presencia en el yacimiento de época romana de Vilauba (Camós, Girona) (Roure et al. 1988).

Los datos arqueológicos parecen sugerir que se puede evaluar un aumento de la producción agrícola indígena a partir del establecimiento de los griegos en Emporion. A su alrededor (en la zona del Empordà) se detectan grandes campos de silos, seguramente para almacenar cereales, al igual que posteriormente se describen en otros puntos de la costa. La producción de grano de esta comarca parece que sería suficiente para abastecer la colonia.

La aparición de útiles agrícolas de hierro de todo tipo -rejas de arado, azuelas, picos, alcotanas, rastrillos, layas,...- también hacen suponer una evolución importante de la agricultura a partir de la Edad del Hierro.

Así pues, de los estudios que se han llevado a cabo recientemente, pueden trascender algunas hipótesis (Buxó i Capdevila 1993):

La 1ª Edad del Hierro se destaca por una extensión individualizada de las especies cerealísticas presumiblemente más afines a la gestión humana. La Cebada vestida y el Trigo común, y con menor intensidad, la Cebada desnuda, son los taxones más importantes. Los cultivos de Guisante, Lenteja y Haba son los más extendidos en el grupo de las leguminosas.

La presencia de nuevos taxones en los cultivos: entre los cereales, los Mijos (Mijo común y Panizo) se consolidan en la 2ª Edad del Hierro; entre las leguminosas, la Alfalfa y la Camelina aparecen como plantas cultivadas. El Olivo y la Vid se presentan también como plantas cultivadas.

La Cebada vestida y el Trigo desnudo son los dos cereales principales a partir de la 2ª Edad del Hierro. La Cebada desnuda se encuentra probablemente en retroceso durante este período, y posteriormente desaparece.

El aumento de la Cebada vestida y de los Mijos estaría en relación con una gestión más importante del territorio. Las transformaciones descritas en la 1ª y la 2ª Edad del Hierro son bastante variadas, pero las dos especies participan ampliamente de los cambios de las actividades de producción.

La identificación de los Trigos vestidos se encuentra repartida durante todo el período: el Trigo almidonero durante la 1ª y 2ª Edad del Hierro y la Esprilla en la 1ª. La presencia de los dos taxones, que puede evaluarse como relativamente rara y aleatoria, no parece participar de las preferencias de consumo y de explotación agrícola por parte de las comunidades humanas de la Edad del Hierro.

La existencia de otras plantas, denominadas de tipo técnico, según su aprovechamiento, está muy poco definida: únicamente el Lino está registrado en

un nivel del s. IV del yacimiento de Emporion.

Las plantas de recolección están siempre representadas por las Bellotas (notablemente en la 1ª Edad del Hierro), pero muy poco significativas. Por otro lado, las Avellanas y las Nueces pueden suponerse de tipo cultivado hacia los primeros siglos de nuestra Era.

6. CONCLUSIONES

La agricultura es una actividad básica de las sociedades antiguas de Catalunya, que dependen en gran manera de ella para su supervivencia. Sin embargo, otras actividades de recolección pierden importancia con su aparición, aunque se mantienen de una manera residual sobre todo hasta la 1ª Edad del Hierro. Desde el Mesolítico, la utilización de las plantas para su consumo está representada en la zona por los frutos silvestres recogidos en el medio ambiental circundante. No parece, sin embargo, a partir de los datos recogidos, que esta situación conduzca al cambio hacia la producción de los propios recursos alimenticios.

La presencia de las primeras plantas cultivadas en el Nordeste peninsular se presenta bien individualizada con los grupos culturales del Neolítico cardial (por ejemplo, en el yacimiento de La Draga, Banyoles, Pla de l'Estany), más evolucionado del que se podría observar en el de Cova de Les Cendres (hacia el 5.000 a.C.). Su radio principal de expansión inicial es también la zona mediterránea. De la zona del interior se poseen aún pocos datos analizados.

Los datos carpológicos sugieren que no se puede considerar el Neolítico Antiguo como un periodo evolutivo hacia la plena producción de alimentos, más bien se puede sugerir que durante los primeros momentos se mantiene un modelo de explotación basado en la utilización de diversos cereales (el Trigo desnudo, la Cebada vestida y la Cebada desnuda se presentan como los tres vegetales cultivados más importantes, aunque tenemos también leguminosas como el Haba y el Guisante) para pasar posteriormente a una especificidad de la explotación para unas especies determinadas.

Los datos palpables de una explotación más intensiva de la agricultura no se detectan hasta el Bronce Medio en el área occidental catalana, y quizás más tarde (en el período comprendido entre el final de la Edad del Bronce y la 1ª Edad del Hierro) en el área de influencia mediterránea. Será a partir de este último período cuando se manifieste la expansión de los dispositivos de almacenamiento ("campos de silos").

Finalmente, todo parece sugerir que la 1ª Edad del Hierro se destaca por una expansión individualizada de las especies cerealísticas más afines a la gestión humana: Trigo desnudo y Cebada vestida, y el grupo de los mijos (Mijo común

en la zona occidental y Panizo en la zona de influencia mediterránea). Por otro lado el Guisante, la Lenteja y el Haba son las leguminosas más extendidas, y como nuevo cultivo encontramos la Alfalfa.

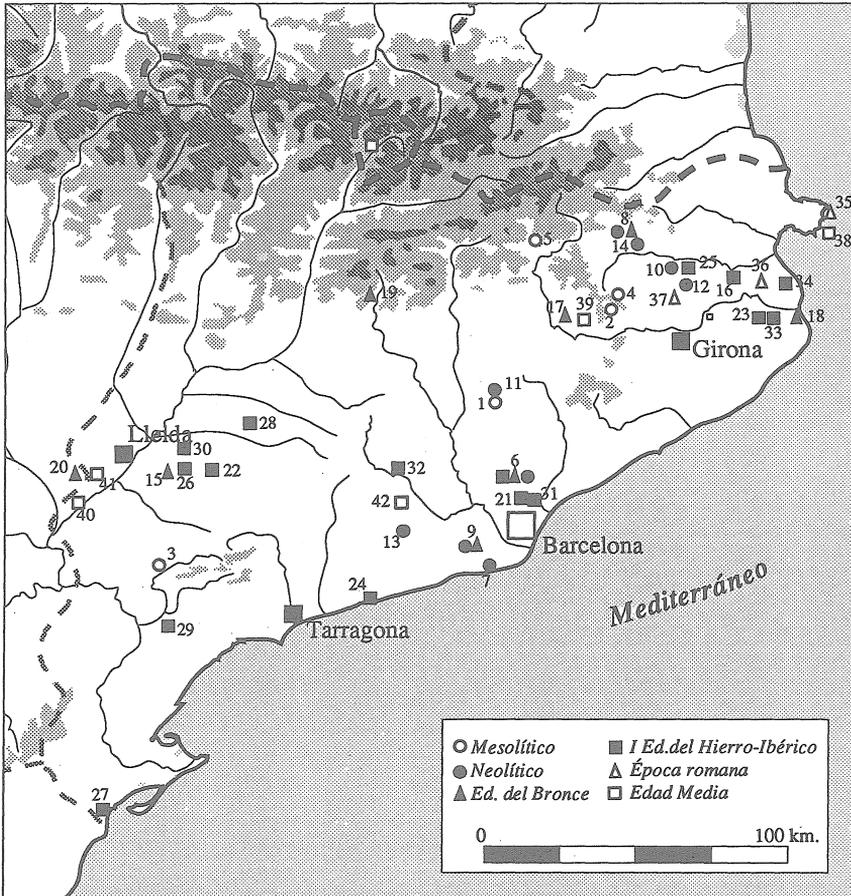
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- AGUSTI B., ALCALDE G., BURJACHS F., BUXO R., JUAN-MUNS N., OLLER J., ROS M.T., RUEDA J.M. y TOLEDO A., 1987 – *Dinàmica de l'utilització de la cova 120 per l'home en els darrers 6000 anys*, C.I.A., Serie monogràfica 7, Girona.
- ALONSO N., en prensa – *Conreus i Agricultura a la plana occidental catalana en època ibèrica*. Estudi arqueobotànic de Margalef (Torregrossa, Pla d'Urgell) i Tossal de les Tenalles (Sidamunt, Pla d'Urgell), *Cuaderns d'Arqueologia del "Grup de Receques de La Femosa"*.
- ALONSO N., 1992 – *Paleoeconomia i Paleoecologia a la plana occidental catalana durant la Protohistòria*. Aportacions de l'arqueobotànica (llavors i fruits). Tesi de Llicenciatura. Secció d'Arqueologia, Prehistòria-Història antiga. Dpt. de Geografia i Història, Facultat de Lletres. Universitat de Lleida. 248 p.
- ALONSO N. - BUXO i CAPDEVILA R., 1991 – Estudi sobre restes paleocarpològiques al Vallès Occidental: primers resultats del jaciment de les sitges UAB (Cerdanyola del Vallès), *Limes*, 1. Cerdanyola del Vallès. pp. 19–35.
- ALONSO N. - BUXO i CAPDEVILA R., 1993 – Resultados iniciales del estudio arqueobotánico de semillas y frutos del yacimiento de Cova Punta Farisa (Fraga), *Estudios de la Antigüedad*, 6/7. Univ. Aut. de Barcelona. Bellaterra. pp. 49–56.
- BUSCHAN G., 1895 – *Vorgeschichtliche Botanik der Kultur und Nutzpflanzen der alten Welt auf Grund prähistorischer Funde*. J.V. Kern's Verlag. Breslau.
- BUXO i CAPDEVILA R., 1988 – *Recherches sur les données carpologiques du site de Lattes* (Hérault). Memoire de Diplôme d'Etudes Approfondies, Montpellier III.
- BUXO i CAPDEVILA R., 1989 – Anàlisi Paleocarpològic de la Neàpolis de Ampurias, in E. Sanmartí et al., *Las Estructuras griegas de los siglos V y VI a. de J.C.*, halladas en el sector sur de la necrópolis de Ampurias (campanya de excavacions del any 1986), *Cuaderns de Prehistoria y Arqueologia Castellonenses* 12, Castelló de la Plana. pp. 199–207.
- BUXO i CAPDEVILA R., 1990 – *Metodologia y técnicas para la recuperación de restos vegetales (en especial referencia a semillas y frutos) en yacimientos arqueológicos*, Cahier Noir 5, Girona. 63 p.
- BUXO i CAPDEVILA 1993. – *Des semences et des fruits. Cueillette et agriculture en France et en Espagne méditerranéennes du Néolithique à l'Age du Fer*. Universitat de Montpellier II (Sciences et Techniques du Languedoc). Montpellier. 658 p.
- BUXO i CAPDEVILA R., CATALA M. y VILLALBA Ma. J., 1992 – Llavors i fruits en un conjunt funerari situat en la galeria d'accés a la Mina 28 de Can Tintorer (Gavà), *Cypsela*, IX, Girona. pp. 65–72.
- BUXO i CAPDEVILA R. - CATALA M., 1994 – Resultats de l'anàlisi de llavors i fruits procedents de la Bauma del Serrat del Pont (Tortellà, la Garrotxa), a ALCALDE et al.: *Les ocupacions humanes a la Bauma del Serrat del Pont posteriors al 1400 AC*. Publicacions eventuals d'Arqueologia de la Garrotxa, 1. Museu Comarcal de la Garrotxa. Olot. en premsa.

- CASTRO Z. - HOPF M., 1982 - Estudio de restos vegetales en el poblado protohistórico de Illa d'en Reixac (Ullastret, Girona), *Cypsela IV*. pp. 103-112.
- CUBERO C., 1988 - *Aportació de la Paleocarpologia al coneixement de l'explotació agrària del territori*. Tesi de Llicenciatura, Universitat de Barcelona, inèdita.
- CUBERO C., 1990 - Análisis paleocarpológico de muestras del Alto de la Cruz, a MALUQUER et al.: *Alto de la Cruz (Cortes de Navarra) Campañas 1986-1988*. Trabajos de Arqueología Navarra, 9. Pamplona. pp. 200-214.
- DENNELL R.W., 1972 - The interpretation of plant remains: Bulgaria, HIGGS (ed): *Papers in Economic Prehistory*. Cambridge Univ. Press. pp. 149-159.
- DENNELL R.W., 1978 - *Early farming in South Bulgaria from the VI to the III Millennia B.C.* British Archaeol. Report. International Series (Suppl) 45. 365 p.
- EDO M., MILLAN M., BLASCO A. y BLANCH M., 1986 - Resultats de les excavacions de la Cova de Cab Sadurní (Begues, Baix Llobregat), *Tribuna d'Arqueologia 1985-1986*. Dpt. de Cultura, Generalitat de Catalunya. Barcelona. pp. 33-42.
- ERROUX J., 1976 - Les débuts de l'agriculture en France: les céréales, In J. Guilaine, *La Préhistoire Française 2*, C.N.R.S. Paris. pp. 186-191.
- HOPF M., 1966 - *Triticum monococcum* y *Triticum dicoccum* Sch. en el neolítico antiguo español, *Archivo de Prehistoria Levantina*, nº XI. Valencia. pp. 53-80.
- HOPF M., 1971 - Vorgeschichtliche Pflanzenreste aus Ostspanien, *Madriider Mitteilungen* nº 12. Heidelberg. pp. 101-114.
- HOPF M., 1973 - Pflanzenfunde aus Nordspanien: Cortes de Navarra-Soto de Medinilla, *Madriider Mitteilungen*, 14. pp. 133-142.
- HOPF M., 1974 - Neolithische Pflanzenreste aus der Höhle Los Murciélagos bei Zúheros, Córdoba, *Madriider Mitteilungen*, nº 15. pp. 9-27.
- HOPF M., 1987 - Les débuts de l'agriculture et la diffusion des plantes cultivées dans la Péninsule Ibérique, in J. Guilaine et al. (eds): *Premières communautés paysannes de la Méditerranée occidentale*. C.N.R.S. pp. 267-274.
- HOPF M. y PELLICER CATALAN M., 1970 - Neolithische Getreidefunde in der Höhle von Nerja (Málaga), *Madriider Mitteilungen*, nº 11. pp. 18-34.
- LLONGUERAS M., MARCET R. y PETIT M.A., 1986 - Darrers treballs a la Bòbila Madurell, *Tribuna d'Arqueologia 1984-1985*. Departament de Cultura-Generalitat de Catalunya. Barcelona. pp. 25-34.
- MARINVAL Ph., 1988 - *Cueillette, Agriculture et Alimentation végétale de l'épipaléolithique jusqu'au 2ième Age du Fer en France meridionale: Apports paléthnographiques de la carpologie*, Thèse du Doctorat, Paris. 2 vol.
- MAYA J.L., 1981 - La Edad del Bronce y de la Primera Edad del Hierro en Huesca, en *I Reunión de Prehistoria Aragaonesa*. Huesca. pp. 129-163.
- PONS E., TOLEDO A. y COLOMER A., 1985 - La Fonollera: 10 anys d'investigacions arqueològiques, *Papers del Montgrí*, nº 4. Torroella de Montgrí. 95 p.
- ROURE A., CASTANYER P., NOLLA J.M., KEAY, S. y TARRUS J., 1988 - *La Vil·la Romana de Vilauba (Camós)*. Centre d'Investigacions Arqueològiques de Girona, 8. Girona. 119 p.
- SIRET E. y L., 1890 - *Las Primeras Eadades del metal en el Sudeste de España*. Barcelona. 2 vol.
- TELLEZ R. y CIFERRI F., 1954 - Trigos Arqueologicos de España. I.N.I.A. Madrid. 129 p.
- VILLALBA M.J., BAÑOLAS L., ARENAS J. y ALONSO M., 1986 - Les Mines de Can Tintorer (Gavà): excavacions 1978-1980, *Excavacions Arqueològiques de Catalunya*

6, Dep. de Cultura de la Generalitat de Catalunya, Barcelona.

ZEIST W. van, 1980 – Aperçu sur la diffusion des végétaux cultivés dans la région méditerranéenne, In Colloque de la Fondation L.Emberger, La mise en place, l'évaluation et la caractérisation de la flore et de la végétation circum-méditerranéenne, *Naturalia Monspeliensia* Hors Série. pp. 129–145.



Maqueta: J.B. López

- | | | | |
|--------------------------|-----------------------------|----------------------------|------------------------|
| 1. Abric del Gai | 13. Les Guixeres de Vilobí | 25. Cova del Reclau Viver | 37. Vilauba |
| 2. El Cingle Vermell | 14. Plansalosa | 26. Margalef | 38. Culip VI |
| 3. El Filador | 15. Minferri | 27. Moleta del Remei | 39. L'Esquerda |
| 4. El Roc del Migdia | 16. Mas Castellar de Pontós | 28. Molí de l'Espigol | 40. El Bovalar |
| 5. Sota Palou | 17. Institut de Manlleu | 29. Serra Espasa | 41. Solibernat |
| 6. Bòbila Madurell | 18. La Fonollera | 30. Tossal de les Tenalles | 42. S. Quintí de Med. |
| 7. Mines de Can Tintorer | 19. Cova de les Portes | 31. Turó de Ca n'Olivé | 43. S. Vicenç d'Enclar |
| 8. Cova 120 | 20. Cova Punta Farisa | 32. El Vilar del Met | |
| 9. Cova de San Sadumí | 21. Sitges de la UAB | 33. Ullastret | |
| 10. Cova d'en Pau | 22. Els Vilars | 34. Empúries | |
| 11. Cova del Toll | 23. Illa d'en Reixac | 35. Culip IV | |
| 12. La Draga | 24. Alorda Park | 36. Tolegassos | |

Fig. 1 — Mapa de los yacimientos arqueológicos con estudios de restos carpológicos.

| | Mesolítico | Neolítico | Calcolítico Edad del Bronce | Edad del Hierro Época Ibérica |
|---------------------------------------|------------|-----------|--------------------------------|----------------------------------|
| <i>Hordeum vulgare</i> | | | | |
| <i>Hordeum vulgare var. nudum</i> | | | | |
| <i>Triticum aestivum/durum</i> | | | | |
| <i>Trít. a./d. tip. compactum</i> | | | | |
| <i>Triticum dicoccum</i> | | | | |
| <i>Triticum monococcum</i> | | | | |
| <i>Avena sativa</i> | | | | |
| <i>Panicum miliaceum</i> | | | | |
| <i>Setaria italica</i> | | | | |
| <i>Lens culinaris</i> | | | ————— | ————— |
| <i>Pisum sativum</i> | | ————— | ————— | ————— |
| <i>Medicago sativa</i> | | | | ————— |
| <i>Lathyrus cicera</i> | | | | ————— |
| <i>Vicia ervilia</i> | | | ————— | ————— |
| <i>Vicia faba</i> | | | | ————— |
| <i>Vicia faba var. minor</i> | | | | ————— |
| <i>Vicia sativa</i> | | | | ————— |
| <i>Linum usitatissimum</i> | | | ————— | |
| <i>Arbutus unedo</i> | | ————— | | |
| <i>Corylus avellana</i> | ————— | ————— | | |
| <i>Juglans regia</i> | ————— | | | |
| <i>Malus sylvestris</i> | | | ————— | |
| <i>Olea europea sylvestris</i> | | ————— | ————— | |
| <i>Pinus sp.</i> | ————— | | | |
| <i>Prunus spinosa</i> | ————— | ————— | | |
| <i>Quercus sp.</i> | ————— | ————— | ————— | ————— |
| <i>Rubus fruticosus/idaeus</i> | | | ————— | ————— |
| <i>Vitis vinifera var. sylvestris</i> | | ————— | | |

Tabla 2 — Evolución de los taxones vegetales identificados clasificados por período cronológico.

EL EJERCICIO PROFESIONAL DE LA ARQUEOLOGÍA EN ESPAÑA

por

M^a Angeles Querol*, M^a Luisa Cerdeño*,
M^a Isabel Martínez Navarrete* y Francisco Contreras*

Resumen: El objetivo de esta comunicación es dar a conocer los problemas que afectan a la Arqueología y a su ejercicio profesional en España. La ausencia de una titulación universitaria específica y de una regulación propia son el punto de partida para comprender la situación tradicional de la Arqueología y las nuevas formas de actuación. Se hace hincapié en el papel de las Asociaciones tanto culturales como profesionales, de los Colegios de Doctores y Licenciados, así como en el ejercicio libre de la Arqueología a través de empresas, cooperativas, etc.

Palabras-clave: Arqueología. Profesión. Asociacionismo.

I. INTRODUCCION

Antes de abordar cualquier estudio sobre la práctica profesional de la Arqueología en España debemos insistir en que dicha disciplina tiene un punto de arranque negativo puesto que no existe una titulación universitaria específica que garantice la normalización de los profesionales, permita la existencia legal de Colegios de arqueólogos y evite el intrusismo profesional.

La formación universitaria tiene lugar en Departamentos de denominación diversa como Prehistoria y Arqueología, H^a Antigua, H^a Medieval, etc., obteniéndose títulos de carácter muy general como, por ejemplo, Licenciado en Historia, Geografía e Historia o Filosofía y Letras.

La reestructuración de los planes de estudio y de los diseños curriculares abordada por la Universidad en estos últimos años fue, sin duda, una ocasión perdida por las tradicionales contradicciones del mundo académico para introducir una titulación específica de Arqueología en las Facultades de Historia.

* Junta Directiva de la Asociación Profesional de Arqueólogos de España.

En esos mismos años, la Arqueología española comenzaba a asimilar dos fuertes cambios: la transferencia de competencias en materia de cultura a las Comunidades Autónomas y la publicación de una nueva Ley de Patrimonio Histórico (16/1985). Ambos cambios venían precedidos y acompañados de modificaciones sociales, políticas y económicas que comenzaban a dibujar un ambiente nuevo en la concepción de la Arqueología. Nuevas generaciones de arqueólogos pudieron intentar el acceso al libre ejercicio de una profesión oficialmente inexistente y, por lo tanto, no regulada.

Diez años después del inicio de este proceso nos ha parecido interesante plantear el análisis de la situación y presentarlo a este Congreso, en la esperanza de que nuestros colegas portugueses nos ayuden a completar la perspectiva peninsular.

Hemos dividido esta comunicación en cinco apartados. El primero considera la situación en las Universidades, los Museos y otros centros de investigación. El segundo describe el papel del Asociacionismo arqueológico en España tanto a nivel cultural como profesional. En el tercero se abordan las diferentes modalidades del ejercicio libre de la profesión -empresas, cooperativas, autónomos, Escuelas-Taller. En el cuarto se comentan las actividades de los gestores del patrimonio arqueológico. Por último, a modo de conclusiones, se valora la situación descrita.

II. LAS INSTITUCIONES ACADEMICAS

Hasta la década de los ochenta, fueron las Universidades, los Museos y otros centros de investigación, como el Consejo Superior de Investigaciones Científicas (C.S.I.C.), los organismos encargados de canalizar la actividad arqueológica, bajo la tutela de una Administración única que financiaba casi exclusivamente la investigación académica.

La ausencia de una política preventiva en materia de Patrimonio Arqueológico motivaba que los proyectos de investigación estuvieran determinados por el interés y la especialidad del investigador. Sólo en casos contados se abordaban las labores de restauración y conservación.

Estos arqueólogos no se planteaban la necesidad de que su trabajo tuviera una amplia repercusión social. La mayoría consideraba que los resultados de su investigación estaban destinados exclusivamente al mundo académico, infravalorando cualquier otra vía de divulgación.

Durante la propia década de los ochenta los intereses de este colectivo empiezan a diversificarse. Por una parte, las Comisiones Asesoras de Arqueología de las Comunidades Autónomas van a estar formadas por miembros de ese colec-

tivo, lo que propicia que siga siendo el mundo académico el que fije las directrices de la actividad arqueológica. Por otra parte, también hubo sectores que empezaron a mostrar su preocupación por los nuevos aspectos profesionales. Así, surgieron iniciativas como, por ejemplo, la creación de la Asociación Profesional de Arqueólogos de España (A.P.A.E.) en 1984.

Por último, creemos interesante constatar que algunos profesores universitarios están comenzando a ajustar su investigación a las directrices de las políticas arqueológicas autonómicas, asumiendo también como propios los problemas de restauración, conservación y divulgación. Consideramos que esta cooperación es muy positiva y está llamada a ampliarse en el futuro.

III. LAS ASOCIACIONES

Se definen como grupos de personas con intereses comunes que trabajan sin ánimo de lucro con fines sociales, bien sean de carácter cultural o profesional.

1. Las Asociaciones Culturales

Su existencia está ligada a los intereses o aficiones de los ciudadanos. El mínimo control que se ejerce sobre sus actividades tiene como contrapartida, en el caso de la Arqueología, la coexistencia de algunas asociaciones dedicadas a temas científicos con otras cuyos objetivos entran en el terreno de lo esotérico.

Los datos que aquí se manejan se han obtenido del Registro Nacional de Asociaciones del Ministerio del Interior, donde se encuentran sesenta y seis que incluyen en su denominación la palabra "Arqueología" o derivados. Su distribución geográfica es muy desigual, desde las once existentes en Cataluña hasta comunidades, como el País Vasco, La Rioja, o la Comunidad de Madrid, en las que no figuraba ninguna. Las de ámbito nacional son diez, todas con sede en Madrid.

La más antigua de las registradas, el Centro Arqueológico Hispano-Americano de Baleares, se dio de alta en 1957; la más moderna, Amigos de la Arqueología y la Detección de la Villa de Don Fadrique en Toledo, acababa de hacerlo en febrero de 1993.

Su número ha ido en aumento desde la década de los cincuenta. Sin contar con esa pionera ya citada, hasta el año 1966 no se vuelve a inscribir ninguna. En el decenio 1964-1973 lo hacen ocho, en el siguiente el número se eleva a veintidós y entre 1984 y 1993 se inscriben treinta y cinco.

Por lo que respecta a los ámbitos, además de las diez nacionales citadas, la mayoría son provinciales o municipales. En cuanto a las finalidades declaradas en

primer lugar, en veintiseis casos se trata de fomentar y promocionar la Arqueología y en veinticuatro practicarla directamente. La conservación del Patrimonio Arqueológico mueve a siete asociaciones, mientras que su divulgación se considera lo primero para seis. En fin, hay dos que declaran su voluntad de colaborar con las autoridades competentes en este asunto, y una que confiesa haberse creado para administrar medios económicos encaminados al trabajo arqueológico.

Con el fin de ampliar esta información solicitamos por escrito datos referentes a su historia, actividades y número de asociados, a veintitrés de ellas. Para ello se seleccionaron la más antigua, la más moderna, las diez de ámbito nacional y el resto aleatoriamente. Sólo recibimos seis respuestas y debemos reconocer que en casi todos los casos los contactos personales fueron determinantes.

— Taller de Arqueología y Prehistoria de Alcañiz¹: registrada en 1986, mantiene estrechas relaciones con el Ayuntamiento de Alcañiz desde 1984 y su objetivo principal es la protección, estudio y divulgación del Patrimonio Arqueológico de la zona, así como la creación de un Museo de carácter comarcal en Alcañiz. En el momento actual el número de socios es de unos treinta. Sus actividades han sido muy diversas, algunas de ellas en colaboración con la Universidad; muchos de esos trabajos han sido publicados.

— Real Sociedad Arqueológica Tarraconense²: es la más antigua de España ya que se fundó en 1844 con la finalidad de reunir y conservar todo documento histórico “digno de aprecio”. Durante 145 años, la Sociedad ha conseguido sobrevivir y los documentos históricos que reunió forman el actual Museo Arqueológico de Tarragona. Su primera publicación data de 1812 y desde 1901 edita el “Boletín Arqueológico”, cuyo intercambio ha permitido crear una gran biblioteca. Con 612 socios en el momento actual y con una larga tradición de incidencia cultural en Tarragona, esta Real Sociedad se convierte en una verdadera excepción por su historia y sus resultados.

— Asociación Española de Amigos de la Arqueología³: el hecho de que todos los martes desde hace 23 años, esta Asociación organice una conferencia sobre Arqueología, junto a la publicación de un Boletín semestral, la convierte en la más popular de todas en el ámbito madrileño. Presidida desde 1972 por D. Emeterio Cuadrado, comenzó su vida en 1969 como “una entidad independiente de carácter exclusivamente científico cuyo fin principal es fomentar los estudios arqueológicos y establecer intercambios con otros organismos nacionales y extranjeros”. Ha organizado diversas mesas redondas cuyos resultados también han sido editados. La última de sus publicaciones recogió “20 años de Arqueología”, en un volumen dedicado a su Presidente cuando se cumplían dos décadas

¹ Agradecemos estos datos a su Director, D. José A. Benavente.

² Gracias a su Secretario, D. José I. Boada, por su ayuda.

³ Damos las gracias a D. Manuel Santonja Alonso, Secretario de la A. E. A. A., por su colaboración.

de la historia de la Asociación.

— Asociación Española de Arqueología Medieval⁴: sus fines pretenden cubrir el vacío que provoca la inexistencia en la Universidad de una Arqueología especializada en esta época. Se fundó en 1982, a raíz de las propuestas surgidas durante el II Coloquio de Cerámica Medieval en el Mediterráneo Occidental. Ha publicado cuatro Boletines recogiendo artículos de los socios -unos 450 en la actualidad de variadas nacionalidades- así como dos publicaciones monográficas. Ha organizado tres Congresos de carácter nacional, cuyas actas también están publicadas, y prepara el cuarto.

— Asociación Cultural “Contexto” para la defensa de la Arqueología, el Patrimonio Histórico y su valoración social⁵: este grupo, que nació en 1990, tiene en la actualidad 35 asociados y su originalidad consiste en que su primera preocupación, como consta en su denominación, es la valoración social de la Arqueología. Miembro del Consejo de Cultura de la Comunidad de Madrid, “Contexto” coordina en la actualidad algunos interesantes proyectos.

— Asociación de Profesores Universitarios de Arqueología⁶: es la más reciente de las comentadas -nació en 1992- y fue creada, según expresan sus estatutos, para fomentar el estudio y la investigación de la Arqueología en las Universidades. A ella sólo puede pertenecer el personal universitario adscrito al “Area de Arqueología”, que en España deja fuera a los de Arqueología prehistórica.

Valoración: No podemos olvidar el hecho de que, casi por tradición, los ciudadanos españoles son reacios a formar asociaciones. Precisamente por ello es evidente el valor de las iniciativas individuales que han dado lugar al nacimiento de una serie no tan reducida de asociaciones que, en su mayoría, buscan el fomento y la divulgación de la Arqueología, aunque también existan otras cuyas finalidades son decididamente extracientíficas.

Algunas murieron pronto o tuvieron una vida corta o improductiva; las que prevalecen lo han conseguido gracias al siempre admirable esfuerzo de un reducido grupo de personas. Algunas han logrado la creación de Museos, han reunido bibliotecas y han editado publicaciones periódicas. Las recientes modificaciones que ha experimentado la Arqueología con la incorporación de preocupaciones laborales, de colegiación, de higiene y seguridad en el trabajo, etc. pueden suponer un reto para la continuidad de estas asociaciones repletas de afición y entusiasmo. Sin embargo, precisamente en el sesgo cultural y científico de sus actividades, puede residir la clave de su futuro.

⁴ La información se agradece a D. Juan Zozaya, Presidente de la A.E..A.M.

⁵ Nuestro reconocimiento a D. Luis Benítez de Lugo, Vicepresidente de “Contexto” que tuvo a bien ofrecernos estos datos.

⁶ Damos las gracias a D. Fernando Valdés, Secretario de esta Asociación, por su respuesta.

2. Las Asociaciones Profesionales

Estas asociaciones buscan el reconocimiento legal de la Arqueología como una actividad profesional. Consiguientemente sus actividades se encaminan a lograr una regulación laboral y salarial, la aprobación de un código ético y una titulación específica. Al mismo tiempo pretenden la participación efectiva de los arqueólogos en los organismos encargados del Patrimonio Histórico, así como hacer oír su voz en los medios de difusión pertinentes.

Las dos modalidades existentes -a) agrupaciones de arqueólogos en los Colegios de Doctores y Licenciados en Filosofía y Letras y en Ciencias (en adelante C.D.L.) y b) Asociaciones Profesionales- enfatizan algunos de los objetivos o actividades citados y tienen formas de acceso, organizaciones y recursos distintos.

La información sobre los colectivos de los que vamos a hablar procede de la secretaría de la A.P.A.E., de los Boletines publicados por algunas de esas Asociaciones y de la participación en proyectos comunes como fueron las discusiones del "Borrador de Real Decreto que regula el ejercicio de la actividad arqueológica en España" (en adelante "Borrador de Real Decreto"), redactado por la A.P.A.E. en 1984 y, en la actualidad, la preparación de un Congreso Nacional de Asociaciones Profesionales de Arqueólogos.

a) *Agrupaciones de arqueólogos en los C.D.L.*: su constitución responde a "razones de índole práctica" puesto que los Colegios cuentan con una personalidad jurídica y social, que ofrece una adecuada infraestructura. Los arqueólogos, colegiados en su condición de licenciados, se organizan de modo que el Colegio desarrolle "las acciones necesarias para la ordenación de su actividad profesional", y para "promover su dignificación social y económica" (VVAA, 1993: 28).

Todas las agrupaciones de arqueólogos se han creado en Colegios que tienen un ámbito autonómico. Su influencia ha sido especialmente significativa en los de Cataluña, Madrid y Aragón, que contaban con mayor colegiación y donde, como consecuencia de las políticas arqueológicas de las respectivas Comunidades Autónomas, el número y el dinamismo de los arqueólogos permitía formar un grupo independiente del resto de los colegiados.

— Cataluña: el Grupo de Arqueólogos del Colegio catalán apareció en 1984 impulsado por dos factores. En primer lugar, las experiencias del "Programa de recuperación de jaciments arqueològics", organizado por la Generalitat, con la contratación de 60 arqueólogos (Riu, 1992: 13) que permitió su toma de conciencia como colectivo profesional. En segundo lugar, por la iniciativa de un grupo de arqueólogos adscritos en su mayoría a las administraciones municipal y autonómica. Entre las actividades del grupo cabe destacar la organización de las I y II

“Jornadas sobre la situación profesional de la Arqueología” (Barcelona, 1987 y 1993), así como la discusión del “Borrador de Real Decreto” considerado coincidente con sus propias iniciativas (Riu, 1992: 15).

— Madrid: las iniciativas de la Comisión madrileña, creada en 1990, están estrechamente ligadas al modelo de gestión de la Arqueología de esa Comunidad. Cualquier actuación en el subsuelo de las zonas declaradas B.I.C. requiere una intervención arqueológica previa, financiada por el promotor y ejecutada por un arqueólogo. Para la puesta en práctica de ese modelo la Comisión confeccionó un censo de arqueólogos y una bolsa de trabajo. De las expectativas laborales despertadas por ambos mecanismos y de su posibilidad de realización dan idea los 268 arqueólogos censados, de los cuales 150 consiguieron algún tipo de trabajo entre 1990 y 1992 (VVAA, 1993: 22).

— Aragón: la receptividad de la Comunidad Autónoma hacia la Sección de Arqueología organizada en 1990, se ha concretado en un Convenio con el Gobierno de Aragón para elaborar un programa de difusión de su Patrimonio Histórico.

— Asturias: la Comisión de Arqueología se creó en 1990 y cuenta con una veintena de miembros. Uno de ellos es vocal en la Junta de Gobierno del Colegio y, a su vez, trabaja en el Servicio Técnico de Patrimonio de la Comunidad Autónoma.

b) Las Asociaciones Profesionales: se organizaron al margen de los Colegios, bien por su deseo de tener un carácter supracomunitario o bien, por considerarse un colectivo con suficiente capacidad de autonomía. Entre sus miembros hay mayor representación de profesionales pertenecientes a las instituciones académicas y de la Administración que en las agrupaciones de los C.D.L.

— La Asociación Profesional de Arqueólogos de España (A.P.A.E.): es la única de ámbito nacional. Fue una iniciativa de diversos arqueólogos vinculados al mundo académico que propugnaban el reconocimiento de la Arqueología como actividad profesional especializada. Su constitución se publicó en el B.O.E. de 5 de Enero de 1984. En la actualidad, cuenta con 150 socios procedentes de todas las Comunidades Autónomas tanto vinculados a instituciones académicas como profesionales libres. Su objetivo prioritario ha sido y es la definición de la actividad arqueológica y la elaboración de un código ético de ámbito nacional. Con tal fin, entre 1984 y 1986, elaboró el ya mencionado “Borrador de Real Decreto” en cuya discusión intervinieron más de 500 arqueólogos. El texto resultante fue presentado al Ministerio de Cultura en 1987. Desde entonces se ha hecho un seguimiento aunque no ha habido aún respuesta oficial (Querol, 1992).

Además de los objetivos mencionados, en los últimos años la A.P.A.E. se ha preocupado por los efectos que pueda tener sobre nuestro Patrimonio Arqueológico la aprobación del Mercado Unico Europeo y está participado en la gestación

de la European Association of Archaeologists, cuyo Presidente provisional es el Dr. Kristiansen (Dinamarca).

El especial interés de esta Asociación por los problemas más generales de la Arqueología es uno de los rasgos que la diferencian de otras asociaciones y Colegios.

— La Asociación Profesional de Arqueólogos de Castilla y León, (APA-CYL): fue creada en 1990 y reúne a 108 profesionales (Miguel, 1991: 5). Combina la problemática laboral (contratos, seguros, fiscalidad...) con la denuncia de las agresiones contra el Patrimonio Histórico y con iniciativas de difusión de la actividad arqueológica.

— La Asociación Profesional de Arqueólogos Gallegos: surgió en 1986 con una afiliación inicial de 67 personas. En sus primeros años desarrolló numerosas actividades, desde cursillos para la formación de arqueólogos hasta debates públicos sobre los problemas de la profesión y sobre la Protección del Patrimonio. También participó muy activamente en la discusión del “Borrador de Real Decreto”.

Valoración: Consideramos que la existencia de estas asociaciones ha sido positiva, aunque en general atraviesen hoy una época de cierto desencanto. Su principal aportación ha sido sacar a la luz una serie de problemas generales que afectan a la Arqueología, que a todas ellas preocupan y que podemos resumir en los siguientes puntos:

- 1 – Falta de criterios deontológicos en la profesión, lo que favorece la competencia desleal.
- 2 – Ausencia de una titulación específica y de unos planes de estudio universitarios adecuados a la nueva realidad de la práctica arqueológica.
- 3 – Ausencia casi total de un tratamiento integral del hecho arqueológico (excavación, conservación, publicación, divulgación).
- 4 – Ausencia de un control de calidad de los trabajos arqueológicos.

La corta vida de la mayoría de estas asociaciones no ha permitido la solución de ninguno de los problemas citados pero, al menos, se han sentado las bases para hacerlo.

IV. NUEVAS ALTERNATIVAS PROFESIONALES

En los últimos años ha surgido una nueva modalidad de la actividad arqueológica que denominamos ejercicio libre de la profesión y cuyas ventajas e inconvenientes tratamos de resumir.

1. El ejercicio libre: empresas, autónomos y cooperativas

La Ley de Patrimonio Histórico español de 1985 y los reglamentos dictados por las distintas Comunidades Autónomas han promovido las labores de prospección, peritaje, excavación y salvaguarda de los terrenos con real o potencial riqueza arqueológica amenazados de destrucción por las obras públicas, las construcciones urbanas, etc.; han declarado B.I.C. muchos yacimientos; han incluido áreas arqueológicas en los Planes Generales de Ordenación Urbana condicionando así los permisos de obra a la elaboración de un informe arqueológico previo. Aunque no en todas las Comunidades Autónomas se cumplen esos requisitos, sí es cierto que se ha propiciado el aumento de puestos de trabajo en nuestro campo.

Para atender esta nueva demanda han surgido los profesionales independientes, inaugurando una modalidad de trabajo que ha sido denominada indistintamente “arqueología de intervención” o “arqueología de gestión”, aunque creemos que existen diferencias de concepto que trataremos más adelante.

Tal actividad puede llevarse a cabo de dos maneras: como profesional autónomo o como colectivo (empresas, cooperativas, etc). En ambos casos, los arqueólogos están sujetos, como cualquier otro trabajador, a una serie de obligaciones legales y fiscales (Impuesto de Actividades Económicas, IVA, IRPF, etc.).

Cuando los profesionales deciden asociarse, pueden hacerlo como Empresa, normalmente dentro del Sector Servicios, constituida de diversas maneras siendo la más habitual la Sociedad Limitada, sobre todo desde que a las Sociedades Anónimas se les exige un capital social mínimo de 10 millones de pesetas. También pueden constituirse como Cooperativa, como Comunidad de Bienes o como Sociedad Civil Privada.

Cada una de ellas tiene una serie de ventajas e inconvenientes, bien señaladas por algunos autores (Benet, 1993; Aquilué, 1993, etc.) y que resumimos:

— La ventaja de cualquiera de las empresas sobre la actividad de un autónomo es la de ofrecer un equipo de personas que, al menos teóricamente, puede acometer con mayor solvencia diferentes actividades especializadas.

— Los mayores inconvenientes radican en la gran carga financiera que tiene que soportar cualquier empresa, en la necesidad de mantener una mínima infraestructura y en el desconocimiento de las actividades mercantiles que inicialmente tenían los arqueólogos.

Por estas razones, muchos profesionales prefieren ejercer como autónomos y esperar a ser contratados por alguna empresa o por la propia Administración, o bien constituirse en Cooperativas que no requieren desembolso previo de capital.

Pero independientemente del modelo de actuación que se elija existe una cuestión prioritaria que rige el funcionamiento de todos los arqueólogos y que nosotros queremos resaltar: la Arqueología no es una actividad enteramente libre sino que está más tutelada que otras profesiones por la Administración que es, en definitiva, quien concede o deniega los permisos para intervenciones arqueológicas, facilitando o impidiendo la realización del proyecto previsto.

Es cierto que la estructura político-administrativa delimita también la actuación de otros profesionales pero entre nosotros la incidencia es mayor y no sólo por la falta de una regulación específica. Además en el caso de las intervenciones que necesitan autorización hay que hacer constar que ésta se concede a título individual aunque puedan ser una empresa, como ente jurídico propio, quien presente y acometa el proyecto.

Los tipos de trabajo que se encargan a una empresa o a un autónomo abarcan desde la excavación de un yacimiento, la elaboración de cartas arqueológicas, la prospección de un área o la peritación de un solar, hasta la catalogación de materiales, la valoración de piezas o el montaje de una exposición.

Las posibilidades de relaciones contractuales para acometer esos trabajos son muy variadas como puede verse en las cuatro situaciones que pasamos a comentar:

1 – En los casos de oferta pública por parte de cualquier Administración, las empresas presentan proyectos y la Comunidad Autónoma correspondiente otorga la autorización a uno de los integrantes de la empresa seleccionada. Si ésta cuenta con infraestructura suficiente, acomete por sí misma la obra; en caso contrario, puede subcontratar al personal que considere necesario. Estos trabajos de oferta pública suelen ser excavaciones de urgencia y cartas arqueológicas. El problema principal para estas empresas es que la Administración suele dilatar sus pagos entre tres y seis meses, con el consiguiente costo financiero.

2 – En otras ocasiones, el responsable de una intervención arqueológica ya en marcha contrata a una empresa para que se encargue de aspectos técnicos del proyecto. En estos casos, como el dinero suele estar ya librado de antemano, la empresa o el autónomo pueden recibir sus honorarios en el momento de finalizar el trabajo.

3 – Los contratistas o propietarios que por ley se ven obligados a peritar sus terrenos, contratan directamente a un autónomo o a una empresa para que realice el trabajo y elabore el informe necesario para obtener el permiso de obra. Los contratantes no conocen bien este campo profesional acuden al C.D.L. (caso de Madrid) o a la Delegación de Cultura (caso de Andalucía) para que les faciliten una lista de profesionales y empresas de Arqueología. Ello introduce un evidente margen de discrecionalidad en la selección (Blasco y Valle, 1992).

4 – Desde la publicación del Real Decreto sobre Evaluación del Impacto Ambiental (1988) las empresas de Arqueología o los profesionales autónomos han comenzado a intervenir en esos proyectos, cuando en ellos se incluyen temas relativos al Patrimonio Histórico, bien de forma directa o bien subcontratados por otras empresas.

2. Las Escuelas-Taller

Otro ámbito desde el que se han abordado trabajos arqueológicos es el de las Escuelas-Taller, creadas por el Ministerio de Trabajo y Seguridad Social para combatir el desempleo juvenil (BOE, 29 de Marzo, 1988).

Estas instituciones han tenido su máximo desarrollo a finales de los años ochenta, entrando en ligera recesión a partir de 1992. En 1989 había en España 503 Escuelas-Taller y 233 Casas de Oficios, con un total de 8443 profesores.

Las escuelas quedaban adscritas a alguna Institución sin ánimo de lucro, como por ejemplo los Ayuntamientos, y admitían a jóvenes entre 16 y 24 años para enseñarles un oficio que facilitase su posterior incorporación al mundo laboral.

Sus objetivos prioritarios se encaminaban a la recuperación del Patrimonio Histórico y medioambiental, estando organizadas en módulos. Muchas de estas Escuelas incorporaron un módulo específico de Arqueología, centrándose en ocasiones en la excavación y recuperación de un yacimiento arqueológico.

Todas estas actividades han proporcionado numerosos puestos de trabajo a licenciados en Geografía e Historia, bien como profesores al frente de alguno de los citados módulos o bien como técnicos arqueólogos al cargo de las excavaciones del yacimiento objeto de estudio. Sus contratos oscilan entre los 6 meses y un máximo de 3 años.

Entre las numerosas Escuelas creadas en los últimos años citaremos sólo algunos ejemplos puntuales, entre los que queremos destacar el del Taller Escuela de Arqueología y Rehabilitación de Alcalá de Henares por su larga y fecunda trayectoria desde su creación en 1988

Su finalidad es formar jóvenes en la protección del Patrimonio Arqueológico, a nivel de auxiliares o peones especializados, en alguna de las áreas existentes: Documentación arqueológica (fotografía, topografía, dibujo), Restauración de mosaicos, Albañilería y Jardinería. Además de esto, la Escuela está vinculada al yacimiento arqueológico de Complutum y encargada de su excavación y de mantenimiento; asimismo fomentó la creación de un pequeño y didáctico Museo Arqueológico.

Estas actividades están proporcionando puestos de trabajo a numerosos arqueólogos ya que durante el tiempo en que se realiza cada proyecto, se necesita

un director, un subdirector y un técnico de campo, aparte de la contratación puntual de otros arqueólogos para la realización de algún trabajo concreto.

También fue destacable la labor llevada a cabo en el ámbito de la Arqueología Urbana por el Taller Escola d'Arqueologia (TEDA), centro creado a finales de 1986 por el Ayuntamiento de Tarragona, el INEM y el Fondo Social Europeo. Se planificó por un período de tres años pero con la perspectiva de convertirlo al final en el Centro de Arqueología Urbana de Tarragona (CAUT), organismo permanente que se encargaría de gestionar la Arqueología de la ciudad. La fuerte polémica surgida a raíz de la convocatoria de las plazas de arqueólogo del mencionado nuevo Centro terminó con el desmembramiento del equipo de trabajo inicial que tan brillantemente había desempeñado su labor durante 40 meses.

Un ejemplo distinto lo constituye la experiencia llevada a cabo por la Universidad de Granada, en colaboración con el INEM, que creó una Escuela-Taller en la que los alumnos eran licenciados. Se estableció un módulo de Arqueología Urbana para actuar en el yacimiento del alfar romano de Cartuja en el que se pretendía reciclar a 15 licenciados mediante un programa formativo y práctico, hacia una nueva línea de trabajo: la Arqueología urbana. A lo largo de 3 años se fueron dando clases y cursos a la vez que se intervenía en las urgencias del casco antiguo de la ciudad de Granada.

Valoración: La actividad profesional libre, al margen de los cauces tradicionales de la investigación, es un hecho que puede considerarse favorable o beneficioso puesto que, por un lado, está proporcionando puestos de trabajo a numerosos licenciados y, por otro, está sirviendo para acercar la Arqueología a la sociedad que empieza a concebirla como una actividad habitual y no como un enemigo contrario al progreso y a la expansión urbana.

La valoración, pues, es en principio positiva lo que no impide reconocer los inconvenientes y fallos que se producen; tampoco impide que nos hagamos eco de las críticas de los propios interesados, que no son privativas de la Arqueología sino que se producen en cualquier sector laboral.

Los profesionales autónomos y las empresas se quejan de que todavía son un sector profesional de corta tradición y por ello poco cohesionado pero, sobre todo, de que existen escasos clientes independientes, siendo la Administración el principal contratante. Entre los numerosos inconvenientes que esta situación conlleva destacan la falta de movilidad en los precios del mercado. Otra de las quejas escuchadas a profesionales autónomos es la de la competencia desleal que, en ocasiones, sufren por parte de la Universidad puesto que sus arqueólogos, profesores de plantilla, pueden acometer proyectos más baratos ya que utilizan habitualmente estudiantes como mano de obra y, en cualquier caso, no deben mantener los costos de infraestructura de una empresa.

Las críticas surgen tanto de los profesionales como de los contratantes, bien sean constructores privados o la propia Administración, pues a veces han comprobado la ignorancia o poca experiencia de los arqueólogos en cuestiones, sobre todo, operativas o financieras reflejadas en la elaboración del presupuesto de los proyectos que a veces presentan desviaciones de hasta el 100%.

Desde el punto de vista de la conservación y documentación del Patrimonio Arqueológico, también se han oído quejas ante la falta de control existente sobre las obras realizadas o sobre el futuro tratamiento y estudio de las piezas encontradas en el transcurso del trabajo. Es cierto que pueden existir, como en todos los campos, profesionales poco competentes cuya intervención repercuta negativamente en yacimientos o piezas importantes, aunque también en el ámbito de la Arqueología tradicional se producen estas situaciones y nunca se han oído voces lamentando los hechos.

Las críticas, a favor o en contra, de esta actividad profesional independiente han llevado la discusión a enfrentar estos dos modelos diferentes de abordar el trabajo arqueológico, las llamadas “arqueología de intervención” y la “arqueología de investigación”. Los detractores de la primera arguyen que con este tipo de intervenciones pueden catalogarse o peritarse yacimientos o áreas arqueológicas, pero se desatiende tanto un planteamiento teórico previo como el posterior tratamiento de los datos obtenidos.

Bien es verdad que, tras peritar y valorar arqueológicamente un terreno a partir del trabajo de campo, se entrega un informe al Organismo correspondiente, pero se van acumulando una gran cantidad de materiales arqueológicos cuyo exhaustivo y completo estudio no es inherente a la finalidad que persigue el contrato de obra firmado. Además, la posterior consulta de todos estos datos por parte de cualquier investigador no está garantizada puesto que la Administración puede considerar que forman parte de un expediente administrativo.

V. LAS ADMINISTRACIONES DE CULTURA

Antes de las transferencias a la CCAA, el Ministerio de Cultura contaba con un Servicio Técnico, integrado por arqueólogos y encargado de la gestión de los expedientes relativos a la actividad arqueológica.

En la actualidad, la mayoría de las CCAA consideran objetivo prioritario de su política arqueológica el inventario y salvaguarda de su Patrimonio, hecho que ha propiciado la proliferación de trabajos de campo. La organización y control de toda esta actividad ha dado lugar a la aparición de nuevos profesionales cuyo cometido es, sobre todo, burocrático, aunque la delimitación de sus funciones no es idéntica en todas las Comunidades. Valgan como ejemplo los “Conservadores

de Patrimonio” y “Arqueólogos provinciales” de la Comunidad de Andalucía, los “Arqueólogos territoriales” de Cataluña o los “Arqueólogos provinciales” de Castilla y León.

Sus responsabilidades son muy diferentes según cada CCAA; en algunas se encargan exclusivamente de las labores administrativas que conlleva la actividad arqueológica, mientras que en otras son, además, los encargados de la ejecución de las excavaciones de urgencia.

Las labores administrativas han aumentado extraordinariamente en los últimos años, incluyendo desde la tramitación de las autorizaciones, seguimiento de las denuncias, participación en la elaboración de los Planes Urbanos, hasta labores de inspección de las intervenciones arqueológicas, entre otras muchas actividades. Consideramos muy positiva la creación de estos puestos de trabajo y el hecho de que sean ocupados por arqueólogos. Esta última circunstancia puede tener una doble lectura: por un lado, garantiza el conocimiento de los problemas específicos del Patrimonio Arqueológico de su región; por otro, puede introducir sesgos particularistas en función de la especialidad e intereses científicos de cada uno de ellos.

VI. CONCLUSIONES

El análisis de todos los frentes desde los que puede abordarse el trabajo arqueológico, nos ha permitido concretar tres ámbitos de actuación:

1 – El académico: universidades, museos, centros de investigación, cuyo personal suele ser funcionario del Estado y, por tanto, tiene garantizado su puesto de trabajo.

2 – El gestor: este ámbito lo integran profesionales contratados por las Administraciones Autonómicas, cuyo cometido es burocrático, aunque la delimitación de sus funciones no sea idéntica en todas las regiones.

Entendemos que la expresión “gestión de la arqueología” debe referirse exclusivamente a este tipo de tareas y no al tipo de actuación arqueológica del siguiente nivel.

3 – El ejercicio libre: denominado comúnmente “arqueología de intervención” e incluso “arqueología de gestión”. Se incluyen aquí las actividades arqueológicas llevadas a cabo por profesionales independientes que se organizan bajo las modalidades citadas en el apartado 4.

Una de las características comunes a los arqueólogos pertenecientes a cada uno de estos tres niveles es la inexistencia de una titulación específica. Esta ausencia impide legalmente la constitución de un Colegio que, en otras profesiones,

es el encargado de garantizar el correcto ejercicio profesional. Todo ello explica la heterogeneidad existente en el ejercicio de la Arqueología en España.

Como alternativa a esta situación, durante la última década muchos arqueólogos de cualquiera de los niveles mencionados se han agrupado en asociaciones profesionales, cuyos objetivos difieren de los que perseguían y persiguen la mayoría de las asociaciones culturales.

En este contexto, surgió la A.P.A.E. como primera y, hasta la fecha, única asociación profesional de carácter nacional, cuyo objetivo prioritario es la defensa de la Arqueología como actividad profesional. La discusión del "Borrador de Real Decreto que regula el ejercicio de la actividad arqueológica en España", redactado por la A.P.A.E. en 1984, supuso la mayor movilización de los arqueólogos españoles hasta la fecha.

La finalización del proceso de transferencias del Estado a las Comunidades Autónomas en materia de Patrimonio motivó que los profesionales centraran su interés en las asociaciones de ámbito autonómico, esperando de ellas una solución más inmediata a sus problemas y abandonando en cierta manera el proyecto nacional.

Diez años después se pone de manifiesto que los problemas fundamentales que afectan a la Arqueología, como su propia definición, siguen siendo de carácter general.

En definitiva, la cuestión de fondo es que la comunidad de los arqueólogos pese a sus diferencias de matiz, mantenía unos fines análogos hasta hace diez años. A partir de ese momento, se advierte una dualidad de objetivos: por un lado, el centrado en el estudio histórico y por otro, el enfocado hacia la conservación y uso social del Patrimonio Arqueológico.

Aunque ambos hayan llegado a considerarse antagónicos, pensamos que no deberían existir por separado ya que no, por un lado, no se puede conservar lo que no se conoce y por otro, es ineludible la protección y, en su caso, la puesta en valor de los yacimientos excavados y de la documentación obtenida.

No podemos olvidar que las posibilidades de desarrollo de la actividad arqueológica dependen de la valoración que la sociedad tenga de ella. Esta, a su vez, estará determinada por la actitud de cada uno de los profesionales respecto al Patrimonio Arqueológico cuyo tratamiento, en nuestra opinión, debe ser siempre integral.

Creemos que la consecución de tales objetivos requiere la estrecha cooperación entre los diversos grupos de arqueólogos, cuyas distintas orientaciones hemos analizado en esta comunicación.

BIBLIOGRAFIA

- AQUILUE, XAVIER, (1993, e. p.): "El llibre exercici de la professió d'arqueològ a Catalunya: balanç i perspectives". En pretirada fotocopiada de las *Actas de las Segones Jornades sobre la situació professional dels arqueòlegs*. Barcelona, marzo 1993.
- BENET, CRISTINA (1993, e. p.): "Empreses d'Arqueologia: entorn extern i intern". En pretirada fotocopiada de las *Actas de las Segones Jornades sobre la situació professional dels arqueòlegs*. Barcelona, marzo 1993.
- BLASCO, GEMA y VALLE, JOSE MANUEL (1992, e. p.): "Arqueología de gestión "versus" Arqueología de investigación: el caso de Madrid como paradigma". Texto fotocopiado facilitado en la *Primera Reunión de Arqueología Teórica*. Santiago de Compostela, diciembre 1992.
- MIGUEL HERNANDEZ, FERNANDO (1991): "Reflexiones en torno a la arqueología como actividad profesional en Castilla y León". *Boletín Informativo*, II (número extraordinario, julio). Imprime Papel Centro Gráfico. Salamanca: 2-5.
- QUEROL, M^a ANGELES (1992), "La A. P. A. E. se entrevista con el Ministro de Cultura". *Revista de Arqueología*, 132: 61-62.
- RIU i BARRERA, EDUARD (1992): "Preàmbul. La mobilització dels arqueòlegs a Catalunya, entre assemblees i jornades (1978-1987)". En *I Jornades sobre la situació professional en l'arqueologia (Barcelona, 1987)*. Grup d'Arqueòlegs de la Comissió de Patrimoni del Col. legi Oficial de Doctors i Llicenciats en Filosofia i Lletres i en Ciències de Catalunya. Diputació de Barcelona. Barcelona: 9-15.
- VVAA (Comisión de Arqueólogos Profesionales y Fernando Velasco, Técnico de CAPGPC, CAM)(1993): "Hacia un modelo de Gestión y Desarrollo Profesional". *Boletín C. D. L.* enero, 1993: 22-26.

TEORIA PARA UNA PRAXIS. SPLENDOR "REALITATIS"

por

**Teresa Argelés*, Adelina Bonet*, Ignacio Clemente*,
Jordi Estévez*, Juan Gibaja*, Luis G. Lumbreras*, Raquel Piqué*,
Marcela Ríos*, María Angela Taulé*, Xavier Terradas*,
Assumpció Vila* y Germà Wünsch***

Resumen: Partiendo de la definición de Arqueología como el campo de las Ciencias Sociales que se ocupa de estudiar al ser humano a partir de los restos materiales de su actividad social, remarcamos que tampoco en Arqueología puede haber teoría sin praxis ni praxis sin teoría.

Nuestro análisis de la investigación arqueológica propone una mayor aproximación a la teoría sustantiva. El nivel científico de la misma estará en relación directa con la capacidad que tenga de reflejar, con mayor aproximación, los hechos de la realidad y permitir con ello su correcta interpretación y sus consecuencias explicativas y predictivas.

Palabras-clave: Teoría. Praxis. Dialéctica.

Partimos de la definición de que la Arqueología es el campo de las Ciencias Sociales que se ocupa de estudiar al ser humano a partir de los restos materiales de su actividad social.

Su objeto de conocimiento, como el de todas las otras ciencias sociales, es el de encontrar las propiedades, los nexos y las leyes causales que rigen la cambiante sociedad humana. Con ello contribuye a una consistente definición de las alternativas de cambio social y la consecuente toma de posición frente a las necesidades históricas de transformación de la época en que nos ha tocado vivir. Se inserta, por tanto, en el debate actual sobre cuestiones fundamentales de la investigación científica social, tales como la universalidad, diversidad o singularidad de los procesos históricos y la causalidad de los cambios.

Su objeto de estudio son los restos materiales de la actividad social, por tanto su objeto de conocimiento se refiere al ser social. Así pues, la especificidad de sus preocupaciones gnoseológicas está ligada a la necesidad de definir los principios y criterios que deben regir el examen de dichos restos, para derivar de

* Seminario de Estudio de las formaciones pre-capitalistas.

ellos las informaciones socialmente significativas que rescaten el carácter testimonial que contienen.

En el curso de su existencia, los seres humanos desarrollan cotidianamente un conjunto de actividades destinadas a satisfacer sus necesidades de subsistencia y reproducción. Dichas actividades son, antes que nada, desplazamientos o transformaciones, de diversa naturaleza y magnitud de los componentes que intervienen en las mismas. Tales componentes son tanto el ser social como el medio en que actúa.

En la medida en que toda actividad biológica, social o de cualquier otro tipo afecta a las condiciones materiales de su realización, es posible establecer científicamente el carácter específico de los efectos provocados por los diversos agentes. En tanto que entre los demás seres vivos, la causalidad de sus actividades de subsistencia y reproducción se encuentra en la especificidad de su comportamiento genético (provocando los mismos efectos según la especie de que se trate), entre los seres humanos esta causalidad ha sido desplazada por la especificidad de su comportamiento social. Los efectos del comportamiento social varían según el tipo y nivel de las relaciones que se establecen entre los agentes sociales históricamente condicionados y el medio donde actúan.

Mientras que todos los otros seres vivos cuando actúan, individual o conjuntamente, están reproduciendo en su actividad la conducta de su especie, biológicamente determinada, en la actividad humana, aunque sea la de una sola persona, se reproduce la conducta del grupo al que histórica y socialmente se encuentra asociada. Por eso, las huellas o consecuencias materiales de la actividad de un animal dado corresponden a las de su especie, en tanto que las consecuencias de la actividad humana varían según el grupo social o población que las genera, de acuerdo a su condición histórica.

Son pues dos los aspectos concretos de la materia que comparten los efectos de la actividad social: la población, que es a su vez el agente activo y por tanto promotor de las alteraciones derivadas de la actividad, y el medio ambiente donde ésta se realiza. Este último no es un componente pasivo, ya que de un modo u otro interactúa con el promotor y condiciona los términos específicos de la acción. Ambos aspectos están a su vez mediados por el carácter social de la conducta humana, que se expresa materialmente en el trabajo. El trabajo es la forma como actúa la población sobre el medio, alterando su condición natural en función de sus necesidades productivas y reproductivas. Esta mediación convierte al agente en fuerza de trabajo y al medio en objeto de trabajo y se realiza a través de los instrumentos de trabajo. Los instrumentos de trabajo son la objetivación¹ de las capacidades cambiantes de la fuerza de trabajo y permiten

¹ Son el conjunto de mecanismos de relación directa entre el ser social y el medio.

medir el nivel de desarrollo alcanzado por la sociedad en cada momento de su historia. En tanto que se trata de una mediación social, este nivel de desarrollo de las fuerzas productivas corresponde también a un sistema dado de relaciones sociales de producción y de reproducción con las que opera.

De este modo, las fuerzas y los medios de trabajo, el trabajo mismo con sus instrumentos, y las diversas formas de producción, distribución y consumo, deben dejar testimonio material de su existencia en tanto que condiciones de la actividad social. Tales testimonios deben a su vez concordar con aquellos que son resultado de las actividades derivadas de las relaciones sociales de producción y reproducción que les corresponden.

El trabajo arqueológico consiste en encontrar dichos restos materiales y examinar su contenido testimonial, con el objeto de incorporar este conocimiento al cuerpo teórico que existe sobre el comportamiento histórico de la humanidad. En la medida en que los restos arqueológicos no son autoevidentes por sí mismos, la tarea de investigación incluye la necesidad de establecer la validez testimonial que contienen. Así pues, se convierte en tarea muy importante la identificación y calificación del objeto de estudio en términos de su relación específica con los agentes sociales que le dieron origen, una vez establecida la incidencia de los factores tafonómicos. Las actividades de búsqueda y examen físico de los restos arqueológicos, aparecen como sustantivas hasta el punto de esconder, por lo general, el propósito real de tales tareas². Este propósito no es otro que el de rescatar la información relativa a los hechos sociales que hicieron posible la formación de los restos materiales en examen.

Si las tareas de búsqueda de los testimonios ya son dominantes en la investigación primaria, el tono empírico de la disciplina se intensifica aún más con las tareas de organización y descripción de los restos arqueológicos. Así, muchos/as arqueólogos/as consideran que su tarea concluye con la presentación de los datos en este nivel del conocimiento, ratificando de este modo el supuesto de falsa objetividad que está contenido en los alegatos del positivismo más banal. Quienes así piensan creen que de este modo liberan a los datos de las implicaciones tendenciosas de la teoría, de modo que la información arqueológica adquiriría un áurea de objetividad más próxima a la realidad que "aquella teñida con la intervención de la teoría".

Nada más alejado de la verdad ni más tendencioso. Desde el momento mismo en que se interviene en la recuperación de los datos arqueológicos, y cuando se procede a su ordenamiento, se está produciendo una mediación teórica procedente de generalizaciones de fuente deductiva, que hacen que la ubicación histórica y

² Todavía hay personas que confunden este primer paso con La Arqueología, separando erróneamente con el nombre de Prehistoria el objetivo final real de la investigación en su conjunto.

social del científico más casto intervenga en la selección, identificación, priorización y codificación del dato³. Debe quedar claro que la castidad teórica de quienes investigan es una farsa, consecuencia de una deficiente ubicación en el espectro del conocimiento o de una cínica negación de lo evidente. En el primer caso se trata de ingenuidad por ignorancia, y en el segundo es una manera intencionada de evadir el compromiso con sus consecuencias. No hay teoría sin praxis ni praxis sin teoría. La teoría no es otra cosa que la representación de la realidad en el nivel de la conciencia y están tan asociadas que su prueba de verdad no es otra que la práctica o realidad. Del mismo modo, la realidad -en el nivel de la conciencia- es apreciada siempre desde la forma como ha sido organizada su representación. La representación de la realidad en la conciencia está determinada por la forma de organizar su aprehensión. Esta organización está mediada por las relaciones sociales, el nivel de desarrollo de las fuerzas productivas, etc. Por eso, el conocimiento tiene un carácter social e histórico y puede ser constantemente superado mediante la investigación científica. Los métodos científicos sólo pretenden que tal conocimiento sea de mayor aproximación a la realidad que los que proceden del tratamiento empírico-espontáneo origen de nuestra manera cotidiana de aprender.

El conocimiento de la sociedad a partir de las fuentes arqueológicas implica una cadena de inferencias. Esta cadena comienza por segregar las contingencias tafonómicas que pudieron intervenir en la configuración del registro arqueológico. Un segundo eslabón de esta cadena implica inferir la naturaleza del dato arqueológico, donde interviene la necesaria deducción de su condición de hecho histórico-social. Para ello hay que relacionar el conjunto de los restos materiales con sus referentes sociales de origen. En este eslabón hay todo un complejo sistema de inferencias que el/la arqueólogo/a realizará en función de su propia formación, preparación o intereses. Se pueden dejar equivocadamente las inferencias a la "libre imaginación intuitiva" o desarrollar inferencias ligadas a presupuestos teóricos válidos y contenidos dentro de un sistema teórico coherente y consistente.

Esta formulación teórica de base está siempre asociada a un nivel dado de acumulación de conocimientos sobre la realidad. Permite aproximarse a ésta de

³ Podríamos pensar que la actitud, el análisis y la descripción del/la arqueólogo/a delante de la "evidencia", como puede ser, p.e., una estratigrafía, deberían ser las mismas independientemente de su posicionamiento teórico. Pero en realidad esto no es así. Es cierto que, lo reconozcan o no, todos estarán trabajando con los principios básicos de asociación, recurrencia y superposición, pero más allá, la divergencia teórica puede generar diferencias incluso al nivel de las descripciones. En efecto, no describirá ni actuará de la misma forma quien conciba la estratificación como algo estático e inmóvil constituido por fracciones sedimentarias, quien la contemple como un conjunto estructurado de partículas, o incluso quien lo haga como una realidad dinámica, consecuencia de la interacción dialéctica de factores climáticos, geológicos, biológicos y humanos.

manera menos ingenua que cuando no se dispone de tal formulación teórica. La teoría es un conjunto de enunciados (que deben reflejar la realidad) jerárquicamente relacionados, que incluye principios de ordenamiento -tipo ley- y que deben estar en condiciones de ser corroborados por la propia realidad a que se refiere. En tanto que las leyes científicas son la identificación de las relaciones internas, necesarias y esenciales que existen entre los fenómenos, una teoría sustantiva debe permitir observar la realidad dentro de un orden dado. Esta identificación debe sujetarse al conjunto de leyes que permiten explicar los fenómenos y disponer de una noción previa sobre los posibles acontecimientos futuros, que como sabemos es el objetivo de todo tipo de conocimiento.

La teoría sustantiva, por su propio carácter, está por encima de la infinita variedad de fenómenos que se presentan en la realidad concreta. La aproximación a los fenómenos requiere de la mediación de una teoría de la observación, que sirva de puente entre los fenómenos que corresponden al campo de lo sensible y contingente, y las relaciones internas y esenciales que les dan origen, que no son perceptibles sensorialmente. Esta teoría de la observación debe ser construida de acuerdo con la singularidad del campo fenoménico que estudia cada disciplina. Si bien debe tender a contener principios y procedimientos de valor universal, sus formulaciones de base se sustentan en la teoría sustantiva a la que sirven, formulando las categorías analíticas y los enunciados empíricos que son relevantes a sus procesos gnoseológicos.

De ello se deriva que en conceptos tan aparentemente anodinos como el de "estratificación", "patrones de asentamiento" o de "tipo", en unos más que en otros, existe un compromiso teórico inicial (consciente o inconsciente, explicitado o no) con una teoría de la observación específica y con una teoría sustantiva dada. Gran parte de las categorías con las que se maneja la arqueología contemporánea surgieron de una teoría de la observación -no siempre enunciada sistemáticamente- preñada de enunciados idealistas tales como los que proceden del relativismo cultural, del particularismo histórico o del funcionalismo. Eso no quiere decir que sean categorías inválidas sólo por su marco teórico de origen; serán válidas si y solo si sus enunciados reflejan la realidad. De otro modo, habría que inventar la ciencia cada vez que aparece una nueva posición teórica.

Asimismo, si consideramos que la arqueología se ocupa del estudio de los restos materiales resultantes de la actividad social, es de principio asumir que las unidades arqueológicas de referencia deberán ser socialmente significativas. Por tanto deben contener una triple dimensión de singularidad fenoménica: su condición social concreta (entidad cultural), su momento histórico (cronológica) y su circunstancia espacio-ambiental (corológica).

La identificación de esta condición tridimensional del objeto o unidad arqueológica socialmente significativa es el origen del trabajo empírico en arqueología.

Se llega a ella, en primer lugar, gracias al examen morfológico y estructural de los restos materiales mediante prospecciones, excavaciones y análisis. Este es un trabajo que requiere la obediencia a determinados principios: el más importante es el principio de asociación, gracias al cual se establecen las relaciones visibles que existen entre los objetos, permitiendo establecer su coetaneidad, su concatenación funcional y su ubicación espacial; el principio de superposición, que permite establecer la diacronía de los fenómenos en observación; y el principio de recurrencia, que permite señalar la regularidad, frecuencia y dispersión espacio-temporal de los mismos fenómenos y por lo tanto lo que éstos representan en términos de su compromiso con la sociedad de origen. La asociación y la recurrencia son, además, los principios básicos a los que se acude en los procesos de ordenamiento de los datos arqueológicos para inferir sus alcances sociales.

En este primer nivel de identificación del carácter del objeto, la relación entre la Teoría y la Práctica⁴ está principalmente en conexión con la teoría de la observación. Operar al margen de ella, conlleva un grave peligro de distorsión de los datos recuperados. Esta es la parte de la investigación que en nuestra disciplina se considera generalmente como “práctica o empiria”. Lo es en tanto requiere de un cierto ejercicio manual y del trato directo con los objetos. Pero debemos estar de acuerdo en suponer que es erróneo considerar que los objetos arqueológicos que se están describiendo o manejando son sólo “cosas” y no restos materiales de una actividad social⁵. Asimismo, ya es más que patético escuchar que para excavar o prospeccionar sitios arqueológicos no se requiere de una preparación teórica adecuada. El “trabajo de campo” es la fuente de donde procede la selección de base de toda la investigación arqueológica y por tanto su conducción y ejecución implican una rigurosa preparación teórica imprescindible para la aplicación de criterios de relevancia que sólo pueden nacer de una fuente deductiva.

El grado de exigencias teóricas se mantiene cuando el/la arqueólogo/a se enfrenta a la necesidad de abordar la descripción y análisis de los restos arqueológicos. Entonces tiene que aplicar criterios, que como sabemos son las formas de reconocer algo como verdadero. Y eso es lo que usualmente se pretende con la clasificación, la seriación, etc. En la medida en que una perspectiva teórica como la que planteamos parte del supuesto que estamos estudiando “restos materiales de la actividad social”, consideramos que el ordenamiento de dichos restos materiales debe corresponder en primer lugar a la búsqueda de la actividad social de donde derivan. Por lo tanto, nuestros criterios son fundamentalmente tres: de

⁴ Práctica = forma en que se expresa el ser social en la realidad concreta.

⁵ Durante todo el proceso empírico la mayoría de los arqueólogos se refieren a los objetos como productos de la actividad social. Aunque algunos podrían prescindir de este carácter hasta la última instancia en la que, metafísicamente, atribuyen una categoría social de “cultura” a sus constructos.

función, de producción y de forma. El criterio de función debe permitir la identificación de la causalidad social que originó la actividad en cuestión; es decir, ha de posibilitar el conocimiento de las condiciones sociales en las que se hizo o realizó. El criterio de producción debe permitir la reconstrucción del proceso de trabajo y de todos los factores comprometidos en él. El criterio de forma supone la identificación de los elementos ideológicos normativos de la actividad social, según se expresa en aquellos aspectos formales que no responden a condicionamientos derivados de la función o del proceso de trabajo.

Todo esto implica una mayor aproximación a la teoría sustantiva. El nivel científico de la misma está en relación directa con la capacidad que tenga de reflejar, con mayor aproximación, los hechos de la realidad y permitir con ello su correcta interpretación y sus consecuencias explicativas y predictivas.

**VI Colóquio sobre Línguas e Culturas
Paleo-Hispânicas**

Coimbra, 13-15 de Outubro de 1994

Inscrições:

**Instituto de Arqueologia
Palácio de Sub-Ripas
P – 3000 COIMBRA**

**Tel. 22510
Fax 36733**

**ACTAS
DO
II Congresso Peninsular de História Antiga**

**Um volume de 1200 páginas
Preço especial de lançamento: 7.500\$00**

Pedidos:

**Instituto de Arqueologia
Palácio de Sub-Ripas
P – 3000 COIMBRA**

**Tel. 22510
Fax 36733**

Revisão de provas deste volume

Lara Beirão Alves, João Paulo Barbosa, Sandra Carla Barbosa, Zoltán Biedermann, Susana Rodrigues Cosme, Daniela Pinto Ferreira, Vítor Oliveira Jorge, Lídia Santos Lopes, Maria do Rosário Marques, Teresa Margarida Miranda, Laurindo Saraiva Monteiro, Leonor Raquel Pereira, Maria Pilar Reis, Manuela Ribeiro, Teresa Ponte Riccou, Maria Teresa Silva, Jorge Manuel Sousa, Jorge Humberto Vilhena.

1º CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA PENINSULAR

PORTO
FACULDADE DE LETRAS
12 - 18 OUTUBRO
1993

